



Iluminismo e Independência das Treze Colônias Inglesas da América

Liberdade?

O Monte Rushmore é uma construção que estabelece a identidade nacional dos estadunidenses ao representar os quatro “pais da nação”: George Washington, Thomas Jefferson, Theodore Roosevelt e Abraham Lincoln. Esses “pais” realizaram feitos identificados ao conceito de liberdade que norteia a construção identitária desse país. Esse conceito é um dos pilares do pensamento iluminista, surgido nos fins do século XVII e início do século XVIII, conhecido como o Século das Luzes.

É do senso comum se creditar a independência das Treze Colônias Inglesas como primeira experiência prática dos ideais iluministas, inaugurando um período de transformação nas organizações políticas e econômicas das nações europeias e seus redutos coloniais.

A teoria iluminista diz respeito a um conjunto de ideias que se pauta nas transformações que ocorreram na Europa desde o Renascimento. Com críticas ao Absolutismo e à Igreja Católica, o Iluminismo defende a liberdade, a propriedade e o livre-arbítrio (esse último já bastante discutido desde a Reforma Religiosa). Esses princípios, adotados e defendidos pelos “pais da nação”, marcaram profundamente a independência e a formação dos Estados Unidos.

Mas será que a liberdade, a igualdade, a fraternidade e o direito à propriedade estiveram ao alcance de todos? A quais grupos sociais essas ideias mais interessavam? Realmente os Estados Unidos foram e são a pátria da liberdade? Esses questionamentos serão esclarecidos ao longo do capítulo, que demonstrará a concepção iluminista e a Independência das Treze Colônias Inglesas, também conhecida como Revolução Americana.

1. Século XVIII: o Século das Luzes

As transformações culturais iniciadas pelo Renascimento no século XIV ganharam mais consistência no século XVIII. Foi nesse século que o movimento conhecido como **Iluminismo**, **Ilustração** ou **Filosofia das Luzes** apresentou críticas radicais e diversas ao Antigo Regime, além de propostas para novas formas de organização social, colocando em realce os valores burgueses.



WRIGHT, Joseph. *Experimento com um pássaro numa bomba de ar*. 1768. Óleo sobre tela. Galeria Nacional, Londres, Inglaterra. A obra retrata a execução de um experimento científico associado à pressão do ar, uma referência da simbologia iluminista. Nota-se que a cena do experimento é iluminada: a razão marcando a chegada de novos tempos.

A Filosofia das Luzes significou um grande desenvolvimento no domínio das ideias, do pensamento, ou mais precisamente, da reflexão filosófica. O antropocentrismo e o individualismo renascentistas, ao incentivarem a investigação científica, levaram à gradativa separação entre o campo da fé (religião) e o da razão (ciência), determinando profundas modificações no modo de pensar e agir do ser humano.

Para os filósofos e cientistas do Iluminismo, a razão seria a luz que ilumina a mente e o pensamento dos seres humanos e possibilita a elaboração de ideias que explicam as ações humanas, permitindo-lhes controlar a natureza. Somente pela razão seria possível alcançar o conhecimento, a convivência harmoniosa em sociedade, a liberdade individual e a felicidade. A sabedoria gerada pela razão seria capaz de esclarecer qualquer problema, possibilitando ao indivíduo a compreensão e o domínio da natureza. Por esses motivos o século XVIII é conhecido como Século das Luzes.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

01 (UERJ)

O Século das Luzes



DUMOUX, Raymond. O Século das Luzes. In: VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2011.

Na pintura *O Século das Luzes*, observam-se elementos representativos do movimento intelectual denominado Iluminismo. Em 1784, o filósofo alemão Immanuel Kant definiu esse movimento como um processo de esclarecimento que permitiu ao homem chegar à sua maioridade. Identifique na imagem dois elementos representativos do pensamento iluminista. Associe, também, um desses elementos a uma característica do Iluminismo.

02 (FUVEST-SP) Seria mais correto chamarmos o Iluminismo de ideologia revolucionária. [...] Pois o Iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das Revoluções – 1789-1848*.

Descreva a ordem política e social que o Iluminismo criticava e pretendia destruir.

1.1. As características do pensamento iluminista

Ainda que a Filosofia das Luzes tenha sido marcada pela diversidade de pensamento dos vários filósofos, podemos destacar alguns aspectos que estão presentes em todas as obras ilustradas.

Nesse sentido, a mais importante característica do Iluminismo é a valorização da razão como uma recusa às autoridades. Assim, o conhecimento proposto pelos filósofos iluministas parte da abolição das certezas fundamentais por meio da prática de uma ciência experimental, que vinha se afirmando na Europa desde o Renascimento Científico.

Entretanto, diferentemente do pensamento humanista da Renascença, os filósofos ilustrados não colocaram limites políticos aos seus questionamentos, criticando duramente a sociedade do Antigo Regime, o absolutismo monárquico e a intolerância religiosa da Igreja Católica, além do dogmatismo religioso, que feria o princípio da liberdade do indivíduo – um dos aspectos mais importantes do pensamento ilustrado. As críticas iluministas ao Antigo Regime, mais especificamente ao absolutismo monárquico, baseavam-se na ideia de que a razão deveria nortear o pensamento, a ação dos povos e dos Estados.

Assim, no século XVIII verificou-se um rompimento com o passado e com as estruturas econômicas, políticas e sociais típicas do Antigo Regime, taxadas de irracionais. O absolutismo régio, os privilégios estamentais, a ausência da participação da burguesia nos destinos políticos do país, as desigualdades jurídicas, a ausência de liberdade nas atividades econômicas – devido ao intervencionismo mercantilista do Estado – e a intolerância religiosa, eram aspectos vigorosamente questionados pelo Iluminismo e considerados contrários à lógica racional da natureza.

Os filósofos iluministas propunham uma nova ordem pautada nos princípios da liberdade e da igualdade. Entretanto, vale ressaltar que esse pensamento não era voltado para todos os estamentos sociais, como aponta o historiador Eric Hobsbawm:



Pois, de fato, o “iluminismo”, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza – de que estava profundamente imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos. E seus maiores campeões eram as classes economicamente mais progressistas, as que mais diretamente se envolviam nos avanços tangíveis da época: os círculos mercantis e os financistas e proprietários economicamente iluminados, os administradores sociais e econômicos de espírito científico, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários.

HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra. 1977. p. 15.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

03 [...] Foi durante o [...] século XVII a meados do século XVIII, que surgiu o período conhecido como Grande Racionalismo Clássico. Nesse período, ocorreram grandes mudanças intelectuais, tais como o surgimento do sujeito do conhecimento, o pensamento autoconsciente e a valorização do saber científico. Além desses fatores, nesse período, iniciou-se a crença no fato de que a natureza, a sociedade e a realidade são racionais em si mesmas e são representadas pelas ideias do sujeito do conhecimento. [...]

SILVA, Odair Vieira. Análise Crítica da História da Razão e do Esclarecimento: um enfoque sobre a obra eclise da razão do filósofo alemão Max Horkheimer. *Revista Científica Eletrônica da Pedagogia*. Ano XV - Nº 27. Ju. 2016.p. 5. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/C6hKtnYKbrwdPRW_2017-11-8-13-46-43.pdf. Acesso em: 4 nov. 2022. [Fragmento]

Entre os séculos XVII e XVIII, iniciou-se um movimento filosófico que teceu críticas sobre as estruturas do Antigo Regime. Explique a principal característica desse movimento que é citada no texto.

1.2. A divulgação das ideias iluministas

A divulgação do pensamento ilustrado se dava, em primeiro lugar, por meio dos livros escritos pelos filósofos iluministas, e em segundo, por meio da oralidade. Essa segunda forma foi possível devido à existência de certos ambientes que permitiam o contato entre diversas pessoas, muitas vezes de estamentos sociais diversos, como academias filosóficas e literárias, associações filantrópicas, salões da nobreza ou da alta burguesia, boticas, tavernas, estalagens, ruas e praças.

A disseminação do pensamento ilustrado provocou transformações importantes, que corresponderam ao avanço das estruturas capitalistas em detrimento da organização feudal, originando desde moderadas reformas político-administrativas – que tomaram forma com o despotismo esclarecido – até movimentos revolucionários que abalaram a sociedade europeia, como a Revolução Francesa. Mesmo fora da Europa, nas colônias inglesas da América do Norte, essas transformações possibilitaram o primeiro movimento de independência e o surgimento dos Estados Unidos, o primeiro país americano e, também, a primeira República liberal.



Académie des Sciences, uma academia científica fundada no século XVII por Luís XIV, na França. Foi a vanguarda dos desenvolvimentos científicos na Europa.

2. Precursores do Iluminismo

As bases do pensamento iluminista – o racionalismo (uso da razão) e o empirismo (desenvolvimento do pensamento científico) – foram estabelecidas a partir das ideias propostas ainda no século XVII. Nesse aspecto, destacam-se o francês René Descartes e os ingleses Isaac Newton (autor da Lei da Gravitação Universal) e John Locke, filósofo introdutor do liberalismo político e teórico da Revolução Gloriosa.

René Descartes (1596-1650) foi um matemático e físico francês, e é considerado o fundador da Filosofia moderna. Em seu livro *Discurso sobre o método*, publicado em 1637, lançou os fundamentos do racionalismo. Defendia a “razão como a única forma de se chegar ao conhecimento verdadeiro dos fatos”, excluindo-se todo o conhecimento baseado na autoridade e na tradição.

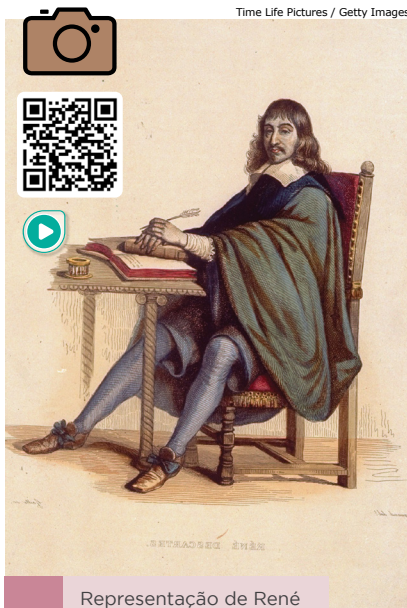
Descartes criou um método matemático que ficou conhecido como **dúvida metódica**, que consistia em partir de verdades ou **axiomas** simples e evidentes por si mesmos, como na Geometria, e depois raciocinar com base neles para se chegar a verdades sobre as quais não restasse nenhuma dúvida.

Descartes acreditava ter encontrado um axioma, cuja verdade era indiscutível, no seu famoso princípio “penso, logo existo”. Partindo desse pressuposto, o filósofo francês ensinava que, para o indivíduo alcançar a verdade, deveria duvidar de tudo e aceitar somente o que a razão pudesse compreender e demonstrar.

O filósofo propôs também o conceito de um Universo mecanicista. Para ele, cada objeto particular – um sistema solar, uma estrela ou a própria Terra – é uma máquina automática impulsionada por uma força oriunda do movimento original imprimido por Deus ao Universo.

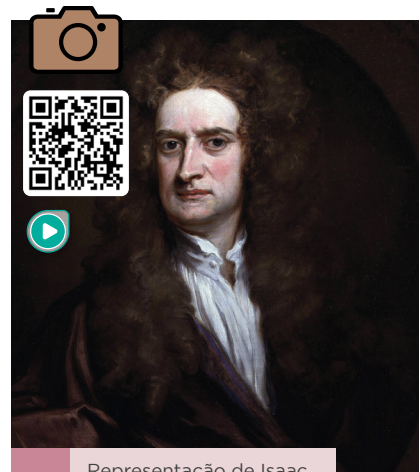
Do pensamento cartesiano, o Iluminismo apropriou-se principalmente da racionalização da natureza e do emprego da dúvida. Porém, o Iluminismo foi mais longe que Descartes em relação ao questionamento do mundo. O filósofo francês postulava uma origem divina e inata da razão, impondo a ela limites dados pelas autoridades políticas e religiosas, ao passo que o Iluminismo compreendeu a razão como algo que deve ser adquirido e não colocou qualquer limite político ao pensamento racional.

Como precursor do Iluminismo estava também **Isaac Newton** (1642-1727). Ele foi um cientista britânico que realizou estudos importantes no campo da Física e revolucionou o entendimento sobre o Universo. Ao fazer isso, Newton mostrou como o método científico de experimentação era capaz de explicar o funcionamento da natureza. Aprofundando as teses desenvolvidas anteriormente por Copérnico, Kepler, Galileu e Descartes, Newton rejeitou a ideia medieval de que o Universo era estático, procurando dar a toda a natureza uma interpretação mecanicista. Com ele, surgiu uma nova perspectiva de Universo, na qual o movimento é considerado absoluto e o repouso, relativo. Esse movimento não ocorre de forma anárquica, mas sim regido por leis físicas invariáveis, que podem ser conhecidas pelo ser humano por meio da Ciência.



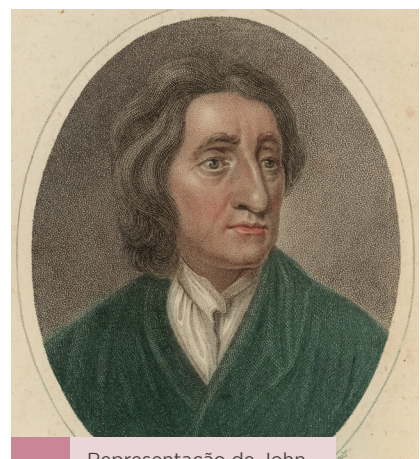
Representação de René Descartes.

Ao descobrir e provar racionalmente o princípio da gravitação universal, segundo o qual “matéria atrai matéria na razão direta das massas e na razão inversa do quadrado das distâncias”, Newton revolucionou as concepções e ideias da época.



Representação de Isaac Newton.

Outro precursor do Iluminismo foi o filósofo inglês **John Locke** (1632-1704), que é considerado o pai do liberalismo político. Seu pensamento político está exposto no livro *Segundo tratado do governo civil*, publicado em 1690. Nessa obra, Locke desenvolveu uma teoria de governo limitado com a qual pretendia legitimar o novo sistema de governo instalado na Inglaterra como resultado da Revolução Gloriosa. Locke apoiou Guilherme de Orange que, ao assumir o trono inglês em 1689, deu início à monarquia constitucional nesse país.



Representação de John Locke.

Contrariando Hobbes, Locke considerava o estado natural relativamente pacífico e a única lei que vigorava era a lei da natureza, em que cada indivíduo agia por conta própria para proteger os seus direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade. Entretanto, o filósofo reconhecia que eram inevitáveis a confusão e a insegurança. Para garantir a propriedade – que compreendia a vida, a liberdade e os bens materiais – as pessoas deixariam o estado natural e constituiriam uma sociedade civil, estabelecendo um governo. O poder político seria uma espécie de depósito confiado pelos proprietários a outros proprietários e os governantes seriam meros administradores a serviço da comunidade. Teriam a missão de assegurar o bem-estar e a prosperidade da nação.

Dessa forma, para Locke, o governo e o poder conjunto de todos os membros sociais, bem como a sua autoridade, não poderiam ser maiores do que aquele que as pessoas possuíam no estado natural. Assim, se o governo se excedesse ou abusasse da autoridade outorgada pelo contrato político, se tornaria tirânico e o povo teria então o direito de dissolvê-lo ou de se rebelar contra ele para derrubá-lo.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



04 Com relação ao pensamento dos filósofos precursores do Iluminismo, responda:

- Explique de que maneira René Descartes e Isaac Newton contribuíram para o surgimento de uma nova mentalidade na Europa, no final do século XVII.
- Comente a principal obra de John Locke, destacando a ideia principal desse texto e sua finalidade.



(UFBA) Na segunda metade do século XVIII, as teorias políticas do absolutismo que defendiam um governo forte, em que a “razão do Estado” estaria acima de qualquer outro ideal, passaram a ser contestadas e criticadas. Os intelectuais dessa época anunciavam uma nova sociedade, uma nova concepção de Estado e novos valores condizentes com o momento histórico.

A partir dessa afirmação, indique uma mudança política, uma econômica e uma social decorrentes da expansão das novas concepções que se contrapunham diretamente aos princípios fundamentais do Antigo Regime.

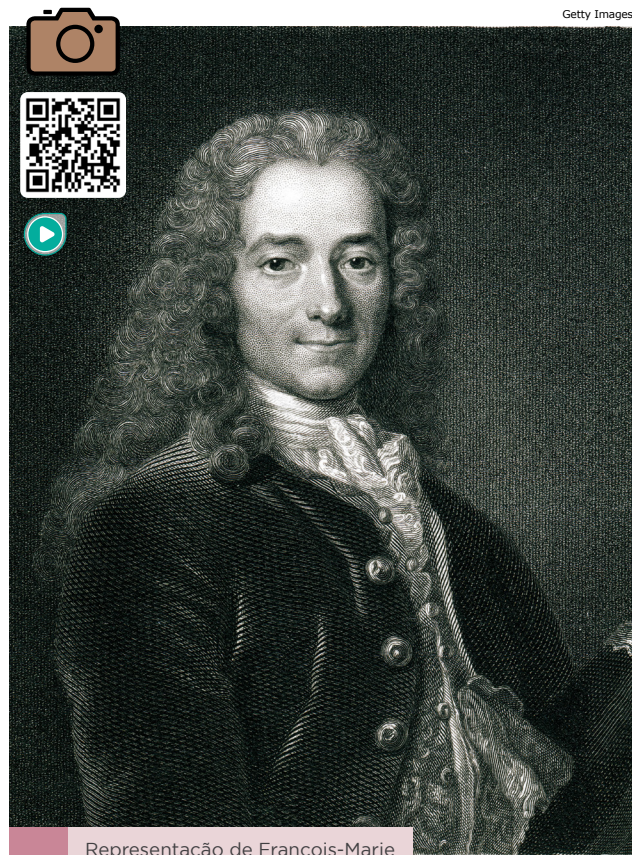
Elabore a sua resposta, utilizando o quadro a seguir, confrontando a situação antiga (Antigo Regime) com a situação resultante da modificação indicada.

Mudanças	Princípios do Antigo Regime	Novos valores / ideias
Política		
Econômica		
Social		

3. Alguns teóricos da Ilustração

A França foi o principal núcleo do pensamento iluminista. Após a segunda metade do século XVIII, os filósofos, entusiasmados com o seu sucesso e com a força da disseminação das novas ideias entre a população, não tiveram mais receio em relação ao regime absolutista estabelecido. Nenhuma autoridade, fosse a do Estado ou a da Igreja, escapou de seus ataques. Eles constituíram um grupo poderoso de oposição e conquistaram, em poucos anos, a opinião pública.

3.1. Voltaire (1694-1778)



Representação de François-Marie Arouet (Voltaire).

François-Marie Arouet, conhecido pelo pseudônimo **Voltaire**, tinha um grande espírito crítico, mas seus pensamentos não formaram uma construção teórico-filosófica coesa. No campo político, por exemplo, emitiu opiniões contraditórias: aceitava qualquer forma de governo que garantisse as liberdades de pensamento e individual, mas, ao mesmo tempo, temia a participação das massas populares no governo. Por isso, era ferrenho defensor do Estado burguês e, por não aceitar nenhuma restrição às liberdades, reconhecia o Estado como um mal necessário para se respeitar e garantir os direitos naturais dos indivíduos: à vida, à propriedade e à proteção das leis.

Voltaire combateu com severidade a intolerância religiosa e a desigualdade diante da lei. Considerava a escrita como uma forma privilegiada de ação e, por meio de seu trabalho, pretendia tornar as pessoas mais esclarecidas e livres de preconceitos, da ignorância e do fanatismo.

Era adepto do **deísmo** (típica filosofia religiosa do Iluminismo). Os deístas condenavam os elementos irracionais dos dogmas religiosos e denunciavam toda forma de fé organizada. As religiões instituídas eram consideradas instrumentos sacerdotais de exploração das massas ignorantes. Daí o anticlericalismo de Voltaire exposto no seu *Dicionário filosófico*, em que dizia: “o primeiro teólogo foi o primeiro espertalhão que encontrou o primeiro tolo”. Voltaire entendia que o divino está presente na natureza e o ser humano faz parte dela, de modo que a Igreja se tornava uma instituição dispensável.

3.2. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)



Representação de Jean-Jacques Rousseau.

Rousseau representou o pensamento das camadas populares da época, destacando-se entre os pensadores do século XVIII pelo conteúdo democrático das suas formulações filosóficas.

Em seu livro *Discurso sobre as ciências e as artes*, de 1750, sustentou que o ser humano é naturalmente bom e que é a sociedade que o corrompe. Rousseau defendia a volta do ser humano ao estado de natureza. Essas reflexões deram origem à ideia do **“bom selvagem”**, muito comum no século XVIII.

Em outra obra, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), Rousseau criticou a propriedade privada que, segundo ele, destruíra a liberdade social, promovia o despotismo, a fraqueza e a corrupção entre as pessoas, além de favorecer a desigualdade: a diferenciação entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo, e até a predominância da lei do mais forte. O poder corrompia o indivíduo e a violência o esmagava.

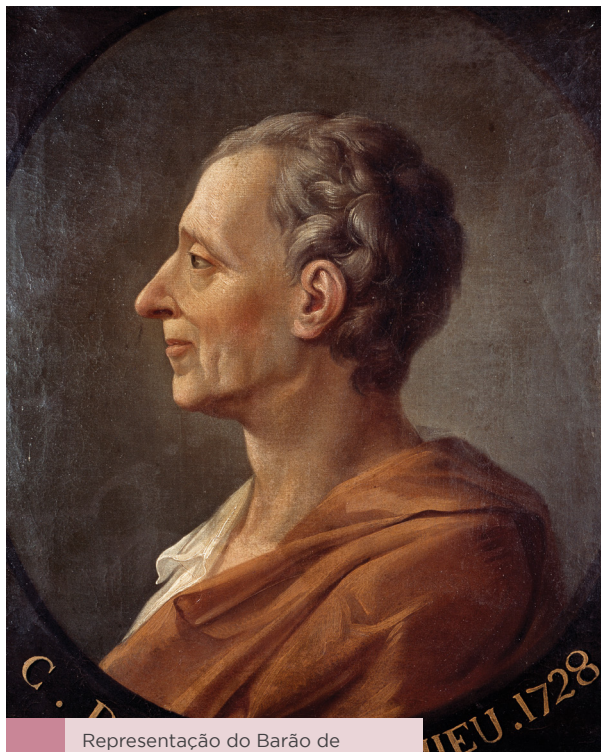
A obra mais célebre de Rousseau é *O contrato social*, publicada em 1762, na qual o teórico busca investigar qual seria a essência de uma sociedade justa e legítima. Segundo ele, a soberania é indivisível e é passada à comunidade quando se constitui a sociedade civil. Rousseau compreendia a sociedade civil como sinônimo de comunidade política. Nela, as pessoas se organizavam em função de certas leis que convencionaram como obrigatórias para todos. Ao acatar o contrato social, o indivíduo entregava todos os seus direitos à comunidade e concordava em submeter-se inteiramente à vontade geral, expressa pelo voto da maioria. Dessa maneira, o que a maioria decidisse seria sempre justo no sentido político e tornar-se-ia obrigatório para cada um dos cidadãos. Ao cederem seus direitos à comunidade, os indivíduos trocariam a liberdade que possuíam no estado natural pela verdadeira liberdade de criaturas racionais obedientes à lei. O cidadão seria livre na medida em que obedecesse somente à lei de cuja elaboração ele participasse porque faz parte do povo soberano. “Todo poder emana do povo e em nome do povo deve ser exercido”.

3.3. Montesquieu (1689-1755)

Charles-Louis de Secondat, o Barão de **Montesquieu**, tornou-se conhecido ao escrever *Cartas persas*, obra em que criticava e satirizava as instituições, as tradições e os costumes da sociedade do Antigo Regime.

Em 1748, publicou sua obra mais importante, *Do espírito das leis*, na qual fez uma análise sistemática de todas as formas de governo, das condições nas quais elas aparecem e dos princípios em que se baseiam. Nesse livro, o filósofo não apontou uma forma perfeita de governo, porém, tornou célebre a teoria da separação dos poderes do Estado.

Montesquieu admitia que o ser humano tem uma tendência natural de abusar de qualquer parcela de poder que lhe seja confiada e isso significa que toda forma de governo pode degenerar em **despotismo**. Para prevenir essa situação, a autoridade do governo deve ser desmembrada nos seus três ramos naturais: o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que devem funcionar harmonicamente, um completando e equilibrando o outro, impedindo, assim, abusos, pois só o poder detém o poder.



Representação do Barão de Montesquieu.



É uma experiência eterna a de que todo homem que tem poder é levado a abusar dele; ele vai até o ponto em que encontra limites [...]. Para que seja impossível abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder. Todas as vezes que se permite que sejam enfeixados dois ou mais poderes nas mesmas mãos, a liberdade perece. O único meio eficaz de impedir a tirania é capacitar cada ramo do governo a agir como um freio para os outros dois. O Executivo, por exemplo, deve dispor do veto para impedir as transgressões do Legislativo. A Legislatura, por sua vez, deverá ter o poder do “*impeachment*” para restringir o Executivo. E, por fim, deve existir um Judiciário independente, munido de poderes para proteger os direitos individuais contra os atos arbitrários tanto do Legislativo como do Executivo.

MONTESQUIEU. Do espírito das leis. In: CHATÉLET, François et al. *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 66.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM



06 Com relação ao Iluminismo, responda:

- A. Aponte dois filósofos iluministas e as ideias defendidas por eles.
- B. Identifique e explique uma divergência entre o pensamento da Ilustração e o da Igreja Católica no período.



BERNOULLI PLAY

Os principais teóricos políticos do Iluminismo >> PUDO

Essa videoaula apresenta os pensamentos dos principais teóricos políticos do Iluminismo e as diferenças entre eles.



BERNOULLI PLAY

O quiz do Século das Luzes

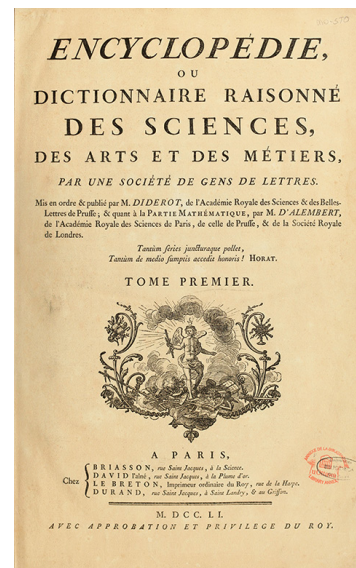
No século XVIII, vários pensadores deram origem a um movimento que propunha uma nova ordem fundamentada nos princípios da liberdade e da igualdade. Acesse o quiz para testar seus conhecimentos sobre o Iluminismo e seus teóricos.



3.4. Os enciclopedistas

Por excelência, a obra do Iluminismo que melhor sintetizou o espírito da Filosofia das Luzes foi a *Enciclopédia das Ciências, das Artes e dos Ofícios* ou, simplesmente *Enciclopédia*, cujo objetivo era reunir todo o conhecimento filosófico e científico da época. Foi dirigida por **Denis Diderot** (1713-1784) com a colaboração do matemático **D’Alembert** (1717-1783), que contaram com a contribuição de cerca de 130 autores pertencentes aos mais diversos setores de atividades e que ficaram conhecidos como os filósofos enciclopedistas. A publicação da obra teve início em 1751 e, apesar dos entraves impostos pelas autoridades, foi concluída em 1772. Tinha ao todo 28 volumes.

A organização da *Enciclopédia* dividia o conhecimento humano em três principais ramos, a História (Memória), a Filosofia (Razão) e a Poesia (Imaginação). Essa estrutura de organização dos artigos despertou insatisfações entre as autoridades leigas e eclesiásticas, uma vez que classifica a **Teologia** como uma subcategoria da Filosofia, fazendo eco ao pensamento ilustrado dos autores e organizadores. Isso levou à proibição total do livro pela Igreja Católica, e, durante os anos seguintes, a *Enciclopédia* foi distribuída para seus assinantes de forma clandestina.



Folha de rosto da primeira edição da *Enciclopédia*, publicada na França em 1751.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

07 (UFG-GO)

Aço

Entendimento, Ciência da natureza, Química, Metalurgia

[...] De todos os metais, o aço é suscetível de maior dureza, quando é bem temperado. Eis a razão pela qual se fez muito uso dele para as ferramentas e instrumentos cortantes de toda a espécie [...]. Por ferro puro ou aço, entende-se um metal extraído das partes heterogêneas que envolvem e que o arruinam; um metal pleno de partes metálicas que constituem seu ser num mesmo volume.

ENCICLOPÉDIA *apud* DIDEROT, D. *Interpretação da natureza*. Tradução de Magnólia C. Santos. São Paulo: Iluminuras, 1989. p. 97.

O texto anterior, extraído do verbete "Aço", na primeira edição da *Enciclopédia*, publicada em 1751, testemunha o avanço e a popularização da ciência e da tecnologia em meados do século XVIII. Sobre a *Enciclopédia*, comente sua importância na história cultural da Idade Moderna, ressaltando seus principais colaboradores.

VAI LÁ E FAZ

O Alto Iluminismo e os subliteratos

[...] A institucionalização do Iluminismo, contudo, não embotou seu gume radical. Se um hiato de gerações separa os *philosophes*¹ do Alto Iluminismo de seus predecessores, uma ruptura, no interior de sua própria geração, mantinha-os rigorosamente apartados dos subliteratos – aqueles dentre seus contemporâneos que haviam fracassado na busca do sucesso [...].

Talvez o mundo literário tenha sempre se dividido hierarquicamente, tendo, no vértice, um monde de mandarins e, na base, a boemia literária.

Esses extremos existiam no século XVIII e subsistem ainda hoje. Mas as condições sociais e econômicas do Alto Iluminismo cavavam um fosso incomum entre os dois grupos [...] Esse lugar era a clandestinidade, cujos habitantes, inflamáveis em qualquer época, explodiam nos últimos vinte e cinco anos do *Anciën Régime*². [...] Sublinham constantemente o tema do rapaz provinciano que lê um pouco de Voltaire, arde em ambição de torna-se um *philosophe*, sai de casa para definhar, indefeso em Paris, onde por fim morre, derrotado. [...]

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução: Luís Carlos Borges. p. 26-28. [Fragmento]

¹ *philosophe*: Filósofos que compunham o Alto Iluminismo, como Rousseau, Voltaire e Montesquieu.

² *Anciën Régime*: Antigo Regime.

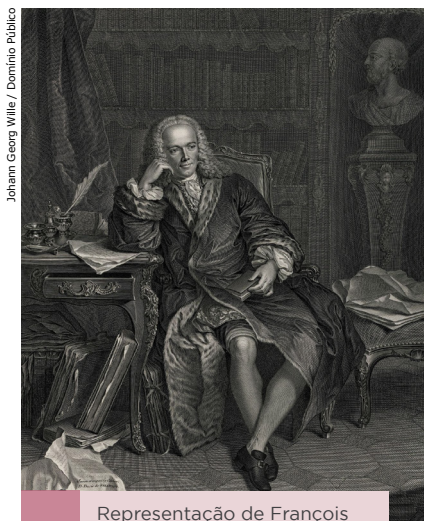
O Iluminismo de ponta-cabeça: uma releitura de Robert Darnton

O texto "O Alto Iluminismo e os subliteratos", do historiador estadunidense Robert Darnton, procura mostrar a ausência de uma homogeneidade entre aqueles autores etiquetados como *philosophes* no Antigo Regime. Figuras [...] tentavam fazer carreira em Paris e lançavam mão, para tanto, de estratégias com vistas a ganhar pensões e empregos públicos. Tudo isto com base em contatos e em uma rede de relações, na qual o que mais importava não parecia ser as ideias, mas a possibilidade de ascensão social na República das Letras¹. [...] A visibilidade desses novos escritores fazia com que muitos jovens, oriundos das províncias francesas, tomassem o rumo de Paris, a fim de obter o mesmo prestígio e sucesso na nova e promissora carreira.

Olemedia / Getty Images



Segundo os fisiocratas, a economia não foge à regulamentação natural e existem leis inflexíveis, elaboradas pela própria natureza, que regem as relações econômicas. A doutrina econômica liberal pode ser resumida pela seguinte frase, típica da fisiocracia francesa: "*Laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui même*", que significa "deixai fazer, deixai passar, o mundo caminha por si mesmo".



Representação de François Quesnay, um dos fundadores da fisiocracia.

Os fisiocratas consideravam a exploração da terra em todas as suas formas (caça, pesca, lavoura, criação, mineração) a principal fonte de riquezas e consideravam as manufaturas e o comércio atividades estéreis por não aumentarem a quantidade de bens, mas simplesmente transformarem as matérias-primas e distribuírem os produtos. Eram contrários, também, aos monopólios, corporações de ofícios e taxas alfandegárias (aduaneiras).

Ao longo do século XVIII, as ideias fisiocratas foram ampliadas e adaptadas à nova realidade, dando origem a um conjunto de teorias econômicas fundamentadas no respeito às leis naturais e no direito natural à propriedade privada. Essas teorias são conhecidas pelo nome genérico de **liberalismo econômico** e refletiram, também, as aspirações e anseios da burguesia europeia.

4.3. A escola clássica do liberalismo econômico

A escola clássica inglesa do liberalismo econômico tem como principal nome **Adam Smith** (1723-1790). Em sua obra *A riqueza das nações*, de 1776, defendeu a tese da harmonia entre o interesse particular e o geral. De acordo com o autor, existiria uma **mão invisível** que regularia as relações econômicas por meio de leis próprias, como a da oferta e da procura. Criticava, por consequência, o colonialismo, dizendo que esse sistema não prejudicava apenas a economia da colônia, mas também a indústria da metrópole. Adam Smith concordou com os fisiocratas ao condenar o mercantilismo considerando-o um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Defendia a concorrência, a divisão do trabalho e o livre-comércio como importantes fatores para se alcançar a harmonia e a justiça social. Considerava que o Estado deveria ter funções precisas, interferindo somente para prevenir a injustiça e a opressão, fazer progredir a educação, facilitar a produção, fazer reinar a ordem e proteger a propriedade.

Diferentemente dos fisiocratas, Smith afirmava que o trabalho, e não a terra, era a real fonte de riqueza dos povos e nações. A valorização do trabalho como produtor de riqueza, no pensamento de Adam Smith, deve-se ao fato de que a Inglaterra se encontrava em pleno desenvolvimento industrial a partir da segunda metade do século XVIII, ao passo que a França dos fisiocratas ainda era um país agrário, vindo daí a importância dada à terra pela fisiocracia. O pensamento de Adam Smith deu origem à chamada "escola clássica liberal".



Representação de Adam Smith.

O economista reconheceu o papel da divisão e da racionalização do trabalho no aumento da produção industrial, pois tal especialização provocaria, inevitavelmente, um aumento na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, um maior acúmulo de riquezas. Por fim, é válido ressaltar que Adam Smith reconhecia a necessidade da participação do Estado apenas naquelas atividades em que o capital privado não apresentasse interesse em desenvolver.

5. Combinação do absolutismo e do Iluminismo: o despotismo esclarecido

O despotismo esclarecido foi a forma encontrada pelos monarcas europeus de aplicar alguns conceitos liberais, principalmente os econômicos, sem negar o poder absolutista. Os monarcas absolutistas que incorporaram traços do pensamento iluminista fizeram-no com o objetivo de consolidar seus regimes por meio de certa modernização da burocracia estatal e da economia. Assim, os governantes procuraram adequar seus Estados e governos às ideias da época, no plano de mais fortalecê-los do que modificá-los, visando à modernização nacional.

Os déspotas esclarecidos afirmavam seu poder fazendo uma inversão na relação que mantinham com o Estado, passando a proclamarem-se como os seus primeiros servidores. Tinham como objetivo racionalizar a administração, a taxaço de impostos e incentivar a educação.

Os principais monarcas a adotarem essa prática foram Frederico II, da Prússia, e Catarina II, da Rússia. Dois ministros de Estado também se destacam como déspotas esclarecidos: Marquês de Pombal, em Portugal, e Conde Aranda, na Espanha.

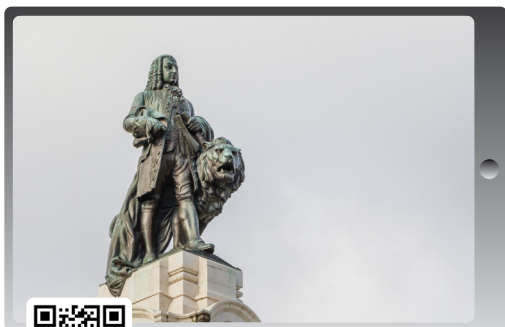
Os déspotas esclarecidos conviveram com uma contradição que os impediu de realizar seus intentos: admitiam as ideias da Ilustração, mas tentaram concretizá-las sem a participação da burguesia. Tentaram reformar o Estado pelo próprio Estado, adotando uma política autoritária e paternalista, tomando medidas de caráter ilustrado, mas impedindo qualquer participação popular. Não obtiveram o apoio que necessitavam e, pressionados pela nobreza e sem o apoio da burguesia, foram derrubados ou obrigados a voltar atrás em suas reformas.



Johann Baptist von Lampi, the Elder / Domínio Público

Representação de Catarina II, referência do despotismo esclarecido da Rússia.

TÁ NA MÍDIA



Hildawegies / Getty Images



VÍDEO / FILME

Acesse o QR Code e conheça mais aspectos acerca do despotismo esclarecido.

Catarina, Imperatriz da Rússia. Itália, 1963. O filme fala sobre a vida de Catarina II, uma referência de déspota esclarecida.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM



- 08** (Unesp) No século XVIII, surgiram novas ideias que despertaram o interesse de muitos adeptos que rejeitavam as tradições e almejavam explicações adicionais para compreender os fenômenos naturais e sociais. Como ficaram conhecidos os pensadores desse período e de que modo esses pensadores influenciaram monarcas e ministros europeus?

6. Repercussões iluministas na América: a autonomia das Treze Colônias

6.1. Revolução ou Independência?

A ruptura das Treze Colônias com o reino inglês foi o primeiro processo separatista a ocorrer na América e representou os primeiros sinais de abalo do poderio europeu durante o Antigo Regime.

Essa separação foi denominada Independência por alguns historiadores e Revolução por outros. Alguns afirmam que a ruptura com a Inglaterra representou a formação de uma "nova ordem", o que caracterizaria uma revolução.

Essa tese pode ser reforçada pelo fato de os colonos possuírem práticas políticas próprias, como a atuação de conselhos representativos das comunidades, o que garantia uma maior participação dos indivíduos nas decisões políticas. O desejo de consagrar a “liberdade” e de consolidar o direito à participação política foi importante para o processo de independência. Aceitando-se esses aspectos, é possível caracterizar a ação dos colonos como revolucionária.

De acordo com o pensador francês Alexis de Tocqueville, que visitou os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX e escreveu a clássica obra *A democracia na América*:



Ali a sociedade age sozinha e sobre ela própria. Não existe poder, a não ser no seio dela; quase nem mesmo se encontram pessoas que ousem conceber e, sobretudo, exprimir a ideia de ir procurá-la noutra parte. O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do Poder Executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressentem esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o Universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. [Fragmento]

Por outro lado, existem historiadores que apontam as limitações desse movimento. Uma delas seria o fato de não existir, ainda naquele período, uma unidade entre os colonos. Por isso a independência não teria sido motivada pelo sentimento nacionalista em relação aos Estados Unidos, que de fato nem existia, mas sim por uma repulsão aos ingleses. Por ter sido encabeçado por uma elite colonial que se sentia prejudicada em seus interesses econômicos, o movimento não previa a adoção imediata do sufrágio universal, além de defender a manutenção da escravidão.

Apesar das diferenças, ambas as interpretações são pertinentes, e facilitam a análise do processo que culminou na autonomia das Treze Colônias.

6.2. Contexto colonial

A luta dos colonos ingleses da América do Norte pela independência foi o resultado da divergência de interesses entre eles e seus dirigentes ingleses. Comunidades inteiras emigraram para o Novo Mundo fugindo das perseguições religiosas ou da vida miserável, em busca de um novo lar – e não apenas em busca de uma riqueza fácil e de um rápido retorno para a Europa –,

o que resultou no desenvolvimento de um espírito de autonomia e independência, que se concretizou na experiência do **self-government** ou autogoverno. Tudo isso reforçado pela **Negligência Salutar**, política adotada pela Inglaterra e que concedia aos colonos relativa liberdade política, econômica, religiosa e cultural. A vigência da Negligência Salutar, especialmente na Nova Inglaterra, deveu-se à continuidade da instabilidade política na Inglaterra ao longo dos séculos XVI e XVII. As guerras da nobreza, as lutas pela consolidação do absolutismo, as perseguições religiosas e as revoluções seiscentistas afastaram os olhos da Coroa britânica de suas colônias americanas, atenuando a dominação europeia sobre os colonos, diferenciando, assim, essa região do restante do continente americano.

Politicamente, os colonos podiam escolher seus governos, elaborar suas leis e eleger seus representantes, devendo, em teoria, obediência ao rei e ao Parlamento. Economicamente, as diversas colônias, especialmente as do Norte, possuíam liberdade comercial e podiam relacionar-se com outras colônias inglesas, usufruindo, também, de liberdade manufatureira-industrial. Os colonos não sofriam restrições ou censura e tinham acesso a escolas e universidades, adquirindo um nível intelectual superior. Os estudantes das colônias que iam para a Europa em busca de universidades voltavam influenciados pelos autores liberais, especialmente pelas obras de John Locke. Com isso, a América inglesa chegou a produzir alguns pensadores liberais de renome como Samuel Adams e Thomas Paine.

6.3. Prenúncio da Independência: A Guerra dos Sete Anos (1756-1763)

A relação entre a metrópole e a colônia mudou no século XVIII, quando a metrópole, antes ausente e distante, passou a interferir na vida interna das colônias. A Revolução Industrial que se iniciava na Inglaterra gerou a necessidade de busca por mercados consumidores e de obtenção de matérias-primas o algodão. Na segunda metade do século, as colônias da América passaram a ser consideradas importantes fontes para alimentar o processo industrial inglês. No momento em que a Revolução Industrial começou a tomar corpo na Inglaterra, o Estado já estava consolidado em sua forma burguesa liberal por meio da monarquia constitucional estabelecida pela Revolução Gloriosa, de modo que todas as forças do Estado puderam ser direcionadas para auxiliar o desenvolvimento industrial, o que incluía submeter as colônias a um controle mais rígido. Outro fator que colaborou para a mudança da atitude inglesa com relação às colônias foram as guerras intercoloniais que resultaram na rivalidade entre França e Inglaterra e entre os colonos ingleses e franceses na América.

Os acordos ao final desses conflitos nem sempre foram favoráveis aos colonos. A mais importante dessas guerras foi a **Guerra dos Sete Anos**, que teve início devido à disputa entre colonos franceses e ingleses pela posse do vale do rio Ohio e ambos os lados contaram com a ajuda de suas respectivas metrópoles. A guerra terminou com a derrota da França, que perdeu para a Inglaterra as suas mais importantes colônias (Canadá, o Vale do Ohio e parte das Antilhas).

WEST, Benjamin. *A morte do general Wolfe*. 1770. Óleo sobre tela, 151 x 213 cm. Galeria Nacional, Ottawa, Canadá. Representação romântica da Guerra dos Sete Anos.



6.4. As leis inglesas que geraram a insatisfação dos colonos

Mesmo terminando com a vitória da Inglaterra, a Guerra dos Sete Anos implicou altos gastos, provocando o esgotamento do Tesouro. No Parlamento inglês, muitos desejavam ver as colônias da América colaborando para o pagamento desses gastos. Além disso, a Coroa decidiu manter um Exército regular na América e, para o sustento desse Exército, aumentou a carga de impostos pagos pelos colonos. A metrópole resolveu, ainda, adotar medidas restritivas, como a implantação de monopólios, visando ao estabelecimento de um pacto colonial que lhe permitisse obter uma contribuição forçada à sua recuperação. A recusa dos colonos em aceitarem uma mudança radical nas relações com a metrópole foi decisiva para o rompimento.



A cada lei os colonos reagiam imediatamente, argumentando que "taxação sem representação é ilegal". Esse era um princípio afirmado na Inglaterra desde a Idade Média, significando que para alguém pagar um imposto, essa pessoa deve ter votado num representante que o julgou e o aprovou. Portanto, os colonos declaravam-se desobrigados a aceitar qualquer tributação imposta pela metrópole, já que não tinham representantes no Parlamento inglês. A reação dos colonos levou a metrópole a recuar, revogando algumas leis, como a Lei do Selo e os Atos Townshend. Entretanto, os ânimos continuavam acirrados e, em 1770, ocorreu um choque entre americanos e soldados ingleses, que dispararam contra colonos que lançavam bolas de neve contra o quartel de Boston, matando cinco deles. Esse episódio ficou conhecido como **Massacre de Boston**, e foi muito usado como propaganda em favor da separação.

Devido ao ataque ao porto de Boston (*Boston Tea Party*), a Inglaterra tomou medidas repressivas: fechou o porto da cidade até que os prejuízos fossem pagos, aquartelou a colônia de Massachusetts e dissolveu a Assembleia local (a colônia passou a ser administrada por um general inglês). Foi determinado também que as terras do Centro-Oeste ficariam sob o comando do governador inglês de Quebec, medida que visava barrar a expansão territorial dos colonos para o noroeste, prejudicando o comércio de peles entre eles e os índios.

Keith Lance / Getty Images



Representação da Festa do Chá de Boston, a mais importante reação dos colonos antes da Revolução Americana. O evento ocorreu na noite de 16 de dezembro de 1773, quando 150 colonos disfarçados de índios atacaram três navios no porto de Boston e atiraram o chá ao mar. Cerca de 340 caixas de chá foram arremessadas na água.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM



09 (UFG-GO) As rivalidades políticas entre nações europeias, na segunda metade do século XVIII, contribuíram para que as Treze Colônias inglesas na América declarassem sua independência em 1776. Relacione o contexto político europeu com o processo de independência norte-americano.

6.5. O rompimento definitivo com a metrópole inglesa

Devido à continuidade das medidas autoritárias inglesas, em 1774 ocorreu o **Primeiro Congresso da Filadélfia**. Nesse encontro, os representantes das Treze Colônias decidiram pelo boicote total ao comércio com a Inglaterra caso não houvesse a revogação das leis. A Inglaterra reagiu de forma reticente quanto às solicitações dos colonos, mas, ao mesmo tempo, aumentou o número de soldados ingleses nos territórios coloniais, o que acabou provocando os primeiros embates entre as partes, em 1775: Lexington e Concord.

Em 1776, aconteceu o **Segundo Congresso da Filadélfia**. Inicialmente, a intenção era reiterar as solicitações já enviadas ao rei inglês. Porém, os representantes das colônias decidiram declarar "rebeldia", o que significou o rompimento com a Inglaterra. Uma vez decidida a separação, o Congresso da Filadélfia encarregou a uma comissão a redação da **Declaração de Independência**, que ficou pronta em 4 de julho de 1776.

Second Continental Congress / Domínio Público



Imagem da Declaração de Independência dos Estados Unidos, que incorporou vários preceitos políticos do Iluminismo.

Seu mais importante autor é **Thomas Jefferson**. O texto tem por base o pensamento de John Locke e dos pensadores iluministas. No último parágrafo é anunciado, sob invocação da proteção divina, o rompimento definitivo e as colônias se declaram estados livres e independentes, sem qualquer ligação com a Inglaterra.

As colônias tiveram de enfrentar uma guerra para garantir a sua independência, pois as hostilidades que haviam começado em Lexington e Concord aumentaram, sendo necessária a organização das forças rebeldes por meio da formação de um Exército continental, cujo comando foi dado a George Washington. Também lutaram na Guerra de Independência as milícias autônomas formadas por colonos que praticavam atos de sabotagem contra o Exército inglês. Nessa época desenvolveu-se o conceito dos *minutemen*, homens que deveriam estar prontos para defender-se a qualquer momento dos ataques da Inglaterra, sendo os verdadeiros “cidadãos em armas”. Com isso, desenvolveu-se a mentalidade de que o cidadão tem o direito de portar armas, garantido na futura Constituição dos Estados Unidos, princípio que é mantido até hoje. Se na época da Guerra de Independência a ideia tinha certa validade, hoje ela é um obstáculo ao desarmamento da população.

Entre 1776 e 1782, desenrolaram-se os combates em uma sucessão de batalhas que ora favoreciam os ingleses, ora os colonos. Esses contaram com a ajuda da Espanha e da França, que enviou armas, soldados e dinheiro, interessada em uma revanche pela derrota na Guerra dos Sete Anos. A ajuda espanhola e francesa mudou o rumo da guerra e, em 1781, os ingleses se renderam em Yorktown, na Virgínia, às tropas de George Washington. Dois anos depois foi assinado o **Tratado de Paris**, pelo qual a Inglaterra reconhecia a independência colonial. Foi determinado também que a França receberia o Senegal, na África, e algumas ilhas das Antilhas; e a Espanha receberia a ilha de Minorca no Mediterrâneo e territórios da Flórida. Foi a primeira vez na História que um país da Europa reconheceu a independência de uma colônia.

Em 1787, após quatro anos de independência, as agora ex-colônias resolveram se unificar politicamente adotando o nome de Estados Unidos da América, redigindo uma Constituição política que introduziu no continente a República presidencialista.

6.6. As repercussões da Independência e a formação dos Estados Unidos da América

A Independência das Treze Colônias Inglesas na América significou, para a metrópole, um abalo na sua hegemonia internacional e, internamente, o descrédito político do rei Jorge III. O apoio dado às Treze Colônias resultou no agravamento da crise financeira pela qual o país passava e, simultaneamente, no florescimento dos ideais de liberdade e de república por parte dos soldados que lutaram na América ao lado dos ex-colonos ingleses. No entanto, apenas treze anos após a independência estadunidense, esses ideais frutificariam na Revolução Francesa.

No contexto americano, a formação dos Estados Unidos foi um exemplo a ser seguido. Os princípios iluministas, também presentes na América Ibérica, demonstraram ser aplicáveis em termos concretos: soberania popular, resistência à tirania, fim do pacto colonial; tudo isso foi mostrado pelos Estados Unidos às outras colônias.

Porém, para os negros, escravizados, indígenas e mulheres, a independência não trouxe benefícios. Pela Constituição promulgada em 1787, essas minorias sociais não podiam exercer o direito de voto – garantia da cidadania. Para os indígenas, a independência também significou o aumento da pressão expansionista dos brancos sobre seus territórios. Para os escravos, nada se alterou. Até 1865 a escravidão foi mantida no país, principalmente nas ex-colônias do sul.



Com todas as suas limitações, o movimento de independência significava um fato novo e fundamental: a promulgação da soberania popular – ainda que o povo se resumisse à burguesia, a classe proprietária – como elemento suficientemente forte para mudar e derrubar formas estabelecidas de governo, e da capacidade, tão inspirada em Locke, de romper o elo entre governantes e governados quando os primeiros não garantissem aos cidadãos seus direitos fundamentais.

KARNAL, Leandro *et al.* *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 94-95.

DÁ O QUE PENSAR

Texto I

Liberdade

A Estátua da Liberdade foi uma oferta do povo francês aos Estados Unidos em sinal de amizade, e tornou-se desde então um símbolo da liberdade e democracia em todo o mundo. Inaugurada a 28 de outubro de 1886, era muitas vezes a primeira coisa avistada pelas pessoas que chegavam ao porto de Nova Iorque para começar uma nova vida na América.



LEGO. *Estátua da Liberdade*. 2018. Disponível em: https://www.lego.com/cdn/cs/set/assets/blt6d9afc935521fd6b/21042_BI_PT.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

Texto II

É preciso dizer que a frase “Todos os homens são criados iguais” era interpretada de forma limitada pelos pais fundadores. Eles pertenciam à elite colonial e seu objetivo não era a revolução social. [...] Eles demonstravam a crença racista na inferioridade dos negros e não estavam dispostos a desistir de sua propriedade.

MELTZER, M. *História ilustrada da escravidão*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 368.

Após a conquista da independência, alguns grupos foram excluídos do ideário de liberdade presente no desenrolar da emancipação dos Estados Unidos e nos princípios iluministas. Levando em consideração esse aspecto, é possível afirmar que esse país foi, naquele momento, e é, ainda hoje, o país da liberdade, como pretende demonstrar a estátua estadunidense? Reflita sobre o tema.

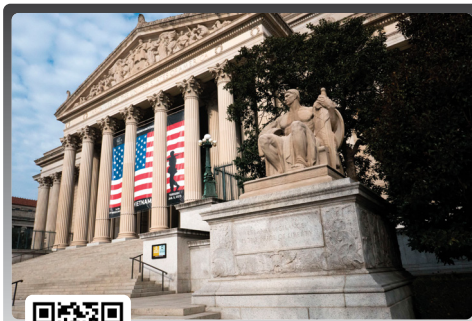
EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

10 [...] Para os índios, a Independência foi negativa, pois, a partir dela, aumentou a pressão expansionista dos brancos sobre os territórios ocupados pelas tribos indígenas. Para os negros escravos, foi um ato que em si nada representou. Temos notícia de um grande aumento do número de fugas durante o período da Guerra de Independência. Thomas Jefferson declarou que, em 1778, a Virgínia perdeu trinta mil escravos pela fuga. No entanto, nem à Inglaterra (que dependia do trabalho escravo em áreas como a Jamaica) nem aos colonos – os sulinos em particular – interessavam que a Guerra de Independência se transformasse numa guerra social entre escravos e latifundiários, o que de fato não ocorreu. [...]

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 95. [Fragmento]

Considerando que a Independência dos Estados Unidos refletiu princípios iluministas, como o de liberdade, identifique no texto a contradição a esse movimento.

TÁ NA MÍDIA



Education Images / Getty Images



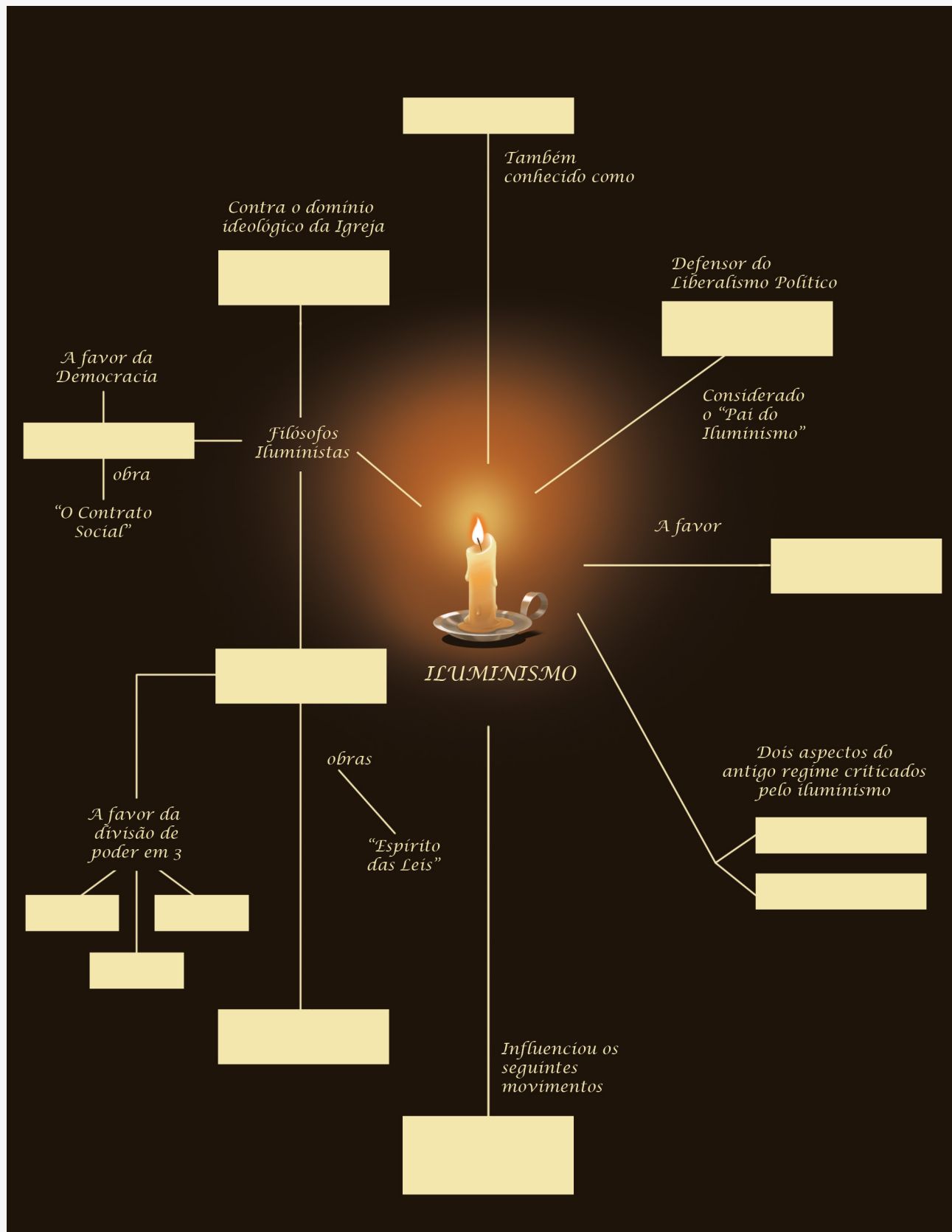
SITE / FILME

O QR Code traz o site do National Archives Museum, em Washington, onde você pode visualizar os principais documentos constitucionais dos EUA.

O patriota (*The patriot*). Alemanha / EUA, 2000. Um veterano da Guerra dos Sete Anos se vê envolvido nas lutas de independência das Treze Colônias para salvar sua família.

FECHA **COMIGO**

Sintetize os aspectos do Iluminismo, bem como suas repercussões, completando o esquema a seguir:



Yara Ferreira

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (UECE–2021) O século XVIII ficou marcado como o período do Iluminismo, movimento cultural e filosófico que
- fortaleceu a união entre Estado e Igreja, sobretudo a partir das transformações realizadas pela Contrarreforma Católica.
 - era fundado na razão e defendia os ideais da liberdade, do progresso, da fraternidade, do governo constitucional e da separação Igreja e Estado.
 - defendeu a monarquia absoluta através das obras de pensadores como Jacques Bossuet, Jean Bodin e Montesquieu.
 - pregava a submissão do cidadão ao absolutismo real através das obras de Jean-Jacques Rousseau e de Voltaire.

- 02** (UFU-MG) Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava.

DESCARTES. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 41. (Coleção Os pensadores).

Considere as afirmações do pensador René Descartes (1596-1650), e explique que relações há entre o contexto cultural no qual Descartes faz suas reflexões e a noção clássica de que “o homem é a medida de todas as coisas”, esclarecendo as relações entre racionalismo e antropocentrismo.

- 03** (PUCPR) O Iluminismo foi uma filosofia nascida na Inglaterra e atingiu seu maior esplendor na França, no século XVIII, tendo por representantes Voltaire, Montesquieu, Rousseau, etc.

Uma das suas características foi a seguinte:

- Defender os ensinamentos das Igrejas Católica e Protestante.
- Ensinar que o homem não é livre, mas marcado pelo determinismo geográfico.
- Combater o absolutismo real e pregar o liberalismo político.
- Pregar a censura para os espetáculos de circo e de teatro.
- Recomendar a pena de morte como maneira de coibir a criminalidade.

- 04** (UEPB) O fortalecimento burguês e a formulação de críticas ao Antigo Regime permitiram o desequilíbrio das forças sociais do Estado e propiciaram o surgimento do movimento cultural denominado Iluminismo.

São valores defendidos pelo Iluminismo:

- Nacionalismo e absolutismo monárquico.
- Conquista de propriedades materiais e fortalecimento de princípios religiosos.
- Tolerância religiosa e filosófica, igualdade e liberdade jurídicas.
- Igualdade jurídica dos contratantes e a autoridade eclesiástica.
- Propriedade de bens e capitais e escravidão humana.

- 05** (FUVEST-SP) A autoridade do príncipe é limitada pelas leis da natureza e do Estado [...]. O príncipe não pode, portanto, dispor de seu poder e de seus súditos sem o consentimento da nação e independentemente da escolha estabelecida no contrato de submissão [...].

DIDEROT, Denis. Autoridade política. In: *Enciclopédia*. 1751.

Tendo por base esse texto da *Enciclopédia*, é correto afirmar que o autor

- pressupunha, como os demais iluministas, que os direitos de cidadania política eram iguais para todos os grupos sociais e étnicos.
- propunha o princípio político que estabelecia leis para legitimar o poder republicano e democrático.
- apoiava uma política para o Estado, submetida aos princípios da escolha dos dirigentes da nação, por meio do voto universal.
- acreditava, como os demais filósofos do Iluminismo, na revolução armada como único meio para a deposição de monarcas absolutistas.
- defendia, como a maioria dos filósofos iluministas, os princípios do liberalismo político que se contrapunham aos regimes absolutistas.

- 06** (PUC-GO–2021) Os modelos estatísticos surgiram como instrumentos do Estado moderno para governar as populações. Conforme o pensador Byung-Chul Han, por meio da regularidade matemática e das probabilidades seriais, “os filósofos acreditavam poder reconhecer até mesmo o vaticínio divino”. Tal racionalização da administração pública é uma consequência do movimento Iluminista.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica* – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018. p. 100.

Assinale a única alternativa que caracteriza corretamente esse movimento, considerando sua abrangência para além do âmbito das ideias.

- A. O Iluminismo foi um movimento intelectual que defendia a superioridade da ciência e da razão nas relações com o mundo natural, bem como na relação do indivíduo com a sociedade. As “trevas” a serem vencidas eram representadas pelo poder da Igreja, que viveria de explorar as superstições do povo.
- B. O Iluminismo foi um movimento internacional que defendia a industrialização e o progresso de todos os países. Com isso, a felicidade geral seria atingida, pois as máquinas eram as representantes do progresso social e as “trevas” seriam as antigas corporações medievais, a serem destruídas.
- C. O Iluminismo foi um movimento global que buscou levar as “luzes divinas” aos povos que viviam nas “trevas” da ignorância e do atraso. As metrópoles coloniais, portanto, contribuíram muito para sua difusão.
- D. O Iluminismo foi um movimento político que reformou as técnicas administrativas do Estado e a cobrança de impostos, fortalecendo o poder monárquico. Com seu impacto, as realezas europeias conseguiram uma sobrevida, antes que a Revolução Industrial surgisse para derrubá-las.

07 (Unicamp-SP) O pensamento iluminista do século XVIII tem na *Enciclopédia*, dirigida por Diderot e D’Alembert, uma obra de 35 volumes, editada entre 1751 e 1780, que reúne a totalidade dos conhecimentos da época. Por usarem os princípios da razão para questionar os fundamentos da sociedade em que viviam, os enciclopedistas foram considerados defensores de um pensamento revolucionário.

- A. Qual a característica principal do pensamento das Luzes?
- B. O que significa afirmar que esses pensadores usavam em suas críticas sociais os princípios da razão?
- C. Contra quais valores da época se dirigiam as críticas dos pensadores iluministas?

08 (Unesp–2020) Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. [...] um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia [...]. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado [...].

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 1983. (Coleção Os pensadores).

O texto, produzido no âmbito do Iluminismo francês, apresenta a doutrina política do

- A. coletivismo, manifesto na rejeição da propriedade privada e na defesa dos programas socialistas de estatização.
- B. humanismo, presente no projeto liberal de valorizar o indivíduo e sua realização no trabalho.
- C. socialismo, presente na crítica ao absolutismo monárquico e na defesa da completa igualdade socioeconômica.
- D. corporativismo, presente na proposta fascista de unir o povo em torno da identidade e da vontade nacional.
- E. contratualismo, manifesto na reação ao Antigo Regime e na defesa dos direitos de cidadania.

09 (UFF-RJ) Conhecido como um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico do século XVIII, Adam Smith afirmava que, ao promover o interesse pessoal, o indivíduo contribuía para o interesse geral e coletivo. Nesse sentido, o principal impacto de seu livro, *O ensaio sobre a riqueza das nações*, foi o de justificar fortemente a busca desenfreada do enriquecimento individual.

Com base nesta afirmativa:

- A. Indique duas características do liberalismo econômico.
- B. Analise o papel do Estado no liberalismo econômico de Adam Smith.

10 (UEG-GO–2021) Leia o texto a seguir.

De resto, esta tolerância é tão vantajosa para as sociedades em que se estabelecem que faz a felicidade do estado. Desde que o culto seja livre, todos ficam tranquilos: a perseguição, ao contrário, deu lugar às guerras civis mais sangrentas, mais longas e mais destrutivas.

FREDERICO II. In: PAZZINATO, A. L.; SENISE, M. H. V. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ática, 2000. p. 104.

O texto citado, de autoria do monarca prussiano Frederico II (1740–1786), expressa os valores

- A. do Absolutismo Monárquico predominante durante a Idade Moderna.
- B. da “Real Política” prussiana que guiou a unificação alemã.
- C. do Despotismo Esclarecido vigente no período iluminista.
- D. do Princípio da Autodeterminação dos povos herdado do luteranismo.
- E. da ajuda mútua das monarquias europeias expressa na Santa Aliança.



(UNIRIO-RJ) Os “déspotas esclarecidos” procuravam modificar os métodos e objetivos de ação do Estado. Em geral, apresentavam-se apenas como “os primeiros servidores do próprio Estado”. Entre as manifestações de “despotismo esclarecido”, pode-se incluir:

- A. Adoção de uma fraseologia dos filósofos do Iluminismo para a modernização de seus respectivos Estados.
- B. Seu sucesso em países onde a burguesia era muito forte e atuante.
- C. Durabilidade e coerência de suas reformas implantadas nos países da Europa Ocidental.
- D. Adaptação de princípios novos a Estados de condições socioeconômicas e políticas bastante avançadas.
- E. Destruição da religião revelada e da autoridade da Igreja, através de precoces ideias do materialismo histórico.

12 (Unesp) Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo governo, assentando seu fundamento sobre tais princípios e organizando seus poderes de tal forma que a ele pareça ter maior probabilidade de alcançar-lhe a segurança e a felicidade.

DECLARAÇÃO de Independência dos Estados Unidos (1776).
In: SYRETT, Harold (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*, 1988.

O documento expõe o vínculo da luta pela independência das Treze Colônias com os princípios

- A. liberais, que defendem a necessidade de impor regras rígidas de protecionismo fiscal.
- B. mercantilistas, que determinam os interesses de expansão do comércio externo.
- C. iluministas, que enfatizam os direitos de cidadania e de rebelião contra governos tirânicos.
- D. luteranos, que obrigam as mulheres e os homens a lutar pela própria salvação.
- E. católicos, que justificam a ação humana apenas em função da vontade e do direito divinos.

13 (UEG-GO) Apesar de sair vitoriosa da Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra teve suas finanças abaladas com o conflito. Para tentar se recuperar, adotou uma política de arrocho fiscal em suas colônias, criando a Lei do Açúcar e a Lei do Selo, dentre outras. Para as 13 Colônias Inglesas na América, tal situação gerou imediatamente

- A. a criação da Doutrina Monroe, como forma de garantir a hegemonia no continente americano.
- B. a eleição de George Washington, um rico plantador de algodão, como primeiro presidente dos Estados Unidos.
- C. a rivalidade entre o norte e o sul dos Estados Unidos, que culminaria na Guerra de Secessão.
- D. o fortalecimento do ideal de emancipação, defendido por intelectuais como Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, inspirados no Iluminismo.

14 (Unifor-CE) Sobre a Independência das 13 Colônias da América do Norte é correto afirmar que:

- A. A Guerra dos Sete Anos foi decisiva para os colonos ingleses desistirem da Negligência Salutar que até então definira suas relações com a metrópole.
- B. O Primeiro Congresso Continental da Filadélfia resultou em uma Declaração de Direitos reafirmando a legalidade das leis coercitivas.
- C. As milícias e os órgãos burocráticos tinham como função garantir o cumprimento das leis, o que agradou aos colonos acostumados à vigilância metropolitana.
- D. A Guerra dos Sete Anos foi vencida pelos franceses, que receberam a Flórida, o Canadá e o Vale do Ohio.
- E. Na Declaração de Independência, os colonos fundamentaram o direito à insurreição e com a ajuda financeira e militar da França venceram os britânicos.

15 (UFC-CE) Em 1776, ocorreu a ruptura entre as 13 Colônias Inglesas da América do Norte e a Coroa britânica. Em relação a esse contexto e sobre a organização social dos Estados Unidos da América, é correto afirmar que:

- A. A Inglaterra, juntamente com a Espanha, a França e a Holanda montaram uma coalizão militar contra os exércitos coloniais.
- B. A Independência das 13 Colônias possibilitou a abolição da escravatura e a outorga aos ex-escravos de direitos civis e políticos semelhantes aos dos colonos de origem inglesa.
- C. A Independência assegurou aos índios do Oeste o livre acesso à terra, a partir da organização de povoamentos exclusivamente formados por indígenas.
- D. A Constituição norte-americana adotou a república federativa presidencial como modelo de governo e instituiu a divisão de poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário.
- E. O Tratado de Paris, em 1783, determinou o pagamento de indenização dos Estados Unidos da América à Coroa britânica, em função do rompimento dos laços coloniais.

- 16** (UFRRJ) Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

A luta dos Estados Unidos contra a Inglaterra foi apenas uma “Guerra de Independência” ou foi uma Revolução? [...] Alguns têm procurado ver, na Guerra de Independência Americana, uma Revolução [...], outros negam que essa guerra tenha trazido às antigas colônias inglesas profundas modificações econômicas e sociais. O meio termo é a opinião que deve prevalecer.

GODECHOT, Jacques. *As revoluções: 1770-1799*. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 19.

- A. Por que a Guerra de Independência dos Estados Unidos não pode ser considerada, do ponto de vista político, simplesmente uma guerra anticolonial?
- B. Aponte o impacto para o Estado francês de sua participação na Guerra de Independência.

- 17** (UNIRIO-RJ) A história do atual rei da Grã-Bretanha é uma história de repetidas injúrias e usurpações, todas ditadas pelo objetivo único de estabelecer a tirania absoluta sobre estes Estados. Para isto provar, submetemos os fatos ao julgamento imparcial do mundo. Recusou-se ele a dar assentimento a leis as mais sadias e necessárias para o bem público. [...] Dissolveu repetidamente corpos representativos por terem se oposto, com viril firmeza, às usurpações dos direitos do povo. [...] Interrompendo nosso comércio com todas as partes do mundo; impondo taxas sem nosso consentimento; privando-nos, em numerosos casos, do benefício do julgamento por júri. [...] Um príncipe, cujo caráter está assim marcado por atos característicos do tirano, é indigno de governar um povo livre.

DECLARAÇÃO de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776. In: ALLEN, H. C. *História dos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Forense, 1968. p. 361-363.

A Independência dos Estados Unidos da América, também denominada Revolução Americana, ocorreu em um contexto histórico de revoluções atlânticas que promoveram a construção de uma nova ordem política, dentre outros aspectos, identificada com um conjunto de ideias contrárias ao absolutismo monárquico. A partir da leitura dos trechos citados acima da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, responda:

- A. Qual corrente de pensamento se expressa no trecho citado?
- B. Como essa corrente de pensamento se relaciona com o processo de independência dos EUA?

SE LIGA NO ENEM

- 01** (Enem-2019)

Texto I

A centralização econômica, protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado, embora beneficiassem a burguesia incipiente.

ANDERSON, P. In: DEYON, P. *O mercantilismo*. Lisboa: Gradiva, 1989 (Adaptação).

Texto II

As interferências da legislação e das práticas exclusivistas restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Adaptação).

Entre os séculos XVI e XIX, diferentes concepções sobre as relações entre Estado e economia foram formuladas. Tais concepções, associadas a cada um dos textos, confrontam-se, respectivamente, na oposição entre as práticas de

- A. valorização do pacto colonial – combate à livre-iniciativa.
- B. defesa dos monopólios régios – apoio à livre concorrência.
- C. formação do sistema metropolitano – crítica à livre navegação.
- D. abandono da acumulação metalista – estímulo ao livre-comércio.
- E. eliminação das tarifas alfandegárias – incentivo ao livre-cambismo.

- 02** (Enem) Os direitos civis, surgidos na luta contra o absolutismo real, ao se inscreverem nas primeiras constituições modernas, aparecem como se fossem conquistas definitivas de toda a humanidade. Por isso, ainda hoje invocamos esses velhos “direitos naturais” nas batalhas contra os regimes autoritários que subsistem.

QUIRINO, C. G.; MONTES, M. L. *Constituições*. São Paulo: Ática, 1992 (Adaptação).

O conjunto de direitos ao qual o texto se refere inclui

- A. voto secreto e candidatura em eleições.
- B. moradia digna e vagas em universidade.
- C. previdência social e saúde de qualidade.
- D. igualdade jurídica e liberdade de expressão.
- E. filiação partidária e participação em sindicatos.

03 (Enem) Numa época de revisão geral, em que valores são contestados, reavaliados, substituídos e muitas vezes recriados, a crítica tem papel preponderante. Essa, de fato, é uma das principais características das Luzes, que, recusando as verdades ditadas por autoridades, submetem tudo ao crivo da crítica.

KANT, I. O julgamento da razão. In: ABRÃO, B. S. (org.). *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O Iluminismo tece críticas aos valores estabelecidos sob a rubrica da autoridade e, nesse sentido, propõe

- a defesa do pensamento dos enciclopedistas que, com seus escritos, mantinham o ideário religioso.
- o estímulo da visão reducionista do humanismo, permeada pela defesa de isenção em questões políticas e sociais.
- a consolidação de uma visão moral e filosófica pautada em valores condizentes com a centralização política.
- a manutenção dos princípios da metafísica, dando vastas esperanças de emancipação para a humanidade.
- o incentivo do saber, eliminando superstições e avançando na dimensão da cidadania e da ciência.

04 (Enem) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Adaptação).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

05 (Enem) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Adaptação).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- ao direito de o cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

06 (Enem) Observe as duas afirmações de Montesquieu (1689-1755), a respeito da escravidão:

A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel.

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizessemos que escravos cultivassem a planta que o produz.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*.

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu,

- o preconceito racial foi contido pela moral religiosa.
- a política econômica e a moral justificaram a escravidão.
- a escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.
- o convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.
- o fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.

FRENTE **A** CAPÍTULO 7

Iluminismo e Independência das Treze Colônias Inglesas da América

Aprendizagem

- 01** O homem colocando livros na prateleira, à direita, e outro homem distribuindo panfletos, dando a entender que o Iluminismo incentivava a produção de livros e panfletos, levando o indivíduo a ler e a buscar o racionalismo, por meio da razão.
- 02** O Iluminismo pretendia por fim ao Antigo Regime, que significaria combater o absolutismo monárquico, em que o rei era confundido com o Estado, monopolizava a administração, concedia privilégios e controlava os tribunais. Além disso, no Antigo Regime, persistia a tradicional sociedade estamental do feudalismo, em que população estava dividida em ordens de acordo com o papel do indivíduo na organização social, sendo que somente uma minoria recebia os privilégios do Estado, enquanto a imensa maioria sofria com todos os encargos.
- 03** O texto cita o racionalismo. O Iluminismo, ao criticar a clássica estrutura do Antigo Regime, valorizava a razão humana como elemento que deveria nortear o pensamento, as medidas estatais e os povos. Desse modo, a razão proporcionaria aos seres humanos, o saber necessário para controlar a natureza e resolver os diversos problemas terrestres.
- 04** A. Descartes e Newton sistematizaram as bases do pensamento iluminista, por meio do racionalismo (uso da razão) e do desenvolvimento do pensamento científico (empirismo). Descartes contribuiu para o Iluminismo, principalmente, por meio de sua racionalização da natureza e pelo emprego constante da dúvida. O cientista britânico Isaac Newton realizou estudos importantes no campo da Física, revolucionando a concepção ocidental a respeito do Universo. Newton mostrou como o método científico de experimentação era capaz de explicar o funcionamento da natureza, o que resultou em uma mudança radical na visão ocidental do mundo, contribuindo para que o Iluminismo estendesse as interrogações do pensamento racional à sociedade.
- B. A principal obra de John Locke denomina-se *O Segundo Tratado do Governo Civil* (1690). A ideia principal dessa obra reside na defesa do direito de resistência dos cidadãos a um governo tirânico, pois eles seriam dotados de direitos naturais inalienáveis (como o direito à propriedade, à vida e à liberdade) e de poder político. Este seria constituído pelo poder conjunto de todos os membros da sociedade, de modo que a autoridade do Estado não poderia ser maior do que aquela que essas pessoas possuíam no estado natural. Sendo assim, o governo não poderia exceder ou abusar desse poder que lhe foi concedido, caso em que estaria legitimada a resistência dos cidadãos e a eventual deposição do regime. O pensamento de Locke legitimou a Revolução Gloriosa ocorrida na Inglaterra (1688-1689), que resultou na ascensão da burguesia ao poder e no estabelecimento de uma monarquia parlamentarista.
- 05**

Mudanças	Princípios do Antigo Regime	Novos valores / ideias
Política	Direito divino dos reis	Liberalismo / democracia
Econômica	Mercantilismo / colonialismo	Liberalismo econômico Liberdade de comércio
Social	Sociedade de ordens	Sociedade de classes

- 06** A. Jean-Jacques Rousseau: defendia a democracia e o contrato social, e criticava a propriedade privada, vista como "a origem de todos os males".
Montesquieu: crítico das instituições e dos costumes tradicionais; defendia a separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- B. Base do pensamento religioso: fé e tradição. Base do pensamento iluminista: razão e cientificismo. O pensamento ilustrado criticou o controle psicológico exercido pela Igreja sobre os fiéis, fato que, segundo os iluministas, poderia impedi-los de enxergar a verdade por meio da razão e do cientificismo.
- 07** A *Enciclopédia* reuniu todo o conhecimento filosófico e científico do Iluminismo e se tornou um importante meio de propagação das ideias iluministas. Ela contou com diversos autores e foi dirigida por Denis Diderot.
- 08** Ficaram conhecidos como iluministas. Eles influenciaram monarcas e ministros europeus que, por meio do despotismo esclarecido – uma combinação de ideias iluministas com características do Antigo Regime –, tentaram modernizar seus Estados, mantendo, no entanto, o absolutismo monárquico.

- 09** A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) entre a Inglaterra e a França é um dos grandes exemplos do contexto político europeu que esteve relacionado com o processo de independência dos Estados Unidos. A partir da guerra, houve uma alteração da relação entre a metrópole e a colônia, quando a Inglaterra passou a interferir de forma significativa na vida interna das colônias. Mesmo terminando com a vitória da Inglaterra, a Guerra dos Sete Anos provocou altos gastos; desse modo, o Parlamento inglês desejava que as colônias da América colaborassem para o pagamento desses gastos, fato que levou à alteração da política colonial e suscitou o movimento de independência das Treze Colônias.
- 10** A contradição da Independência dos Estados Unidos diz respeito ao fato de que princípios, como o de liberdade, ficaram restritos às classes já dominantes. Para os indígenas e os negros, a Independência pouco significou na alteração de posição social, pois, por exemplo, os negros continuaram a ser escravizados e os indígenas (no século posterior à Independência) assistiram a ocupação de seus territórios como uma política expansionista do país.

Propostos

- 01** B
- 02** Descartes escreve no período de transição entre o mundo teocêntrico da Idade Média e o mundo antropocêntrico do Renascimento. Esse filósofo foi o principal sistematizador dessa concepção de mundo ao se basear na razão como única fonte para a busca de conhecimento, eximindo o ser humano da ideia de ser governado por uma força espiritual externa, mas sim por sua vontade e racionalidade.
- 03** C
- 04** C
- 05** E
- 06** A
- 07** A. Crítica do Antigo Regime sobretudo às bases sociais, políticas e econômicas vigentes, uma vez que a proposta ilustrada buscava o esclarecimento das questões humanas por meio da racionalidade.
- B. Significa que, segundo esses pensadores, a razão deveria ser aplicada de forma suprema sobre outros princípios, como os religiosos, uma vez que ela possibilitaria à mente humana entender suas questões e controlar a natureza.
- C. As bases do Antigo Regime, como o absolutismo monárquico, e a intolerância religiosa da Igreja.
- 08** E
- 09** A. Não intervenção do Estado na economia; *laissez-faire*, *laissez-passer*; livre-mercado; mercado autorregulado.
- B. Segundo Adam Smith, o Estado deveria desempenhar três funções: a manutenção da segurança militar, a administração da Justiça e a obrigatoriedade de erguer e manter certas instituições públicas. Para o teórico, a intervenção do Estado em outros domínios era não somente inútil como prejudicial à sociedade. Ainda segundo Smith, o Estado não deveria desempenhar nenhuma função no mercado, pois este teria um mecanismo autorregulador impressionante. Assim, sob o ímpeto do apelo aquisitivo, o fluxo anual da riqueza nacional poderia crescer continuamente. Nesse sentido, a riqueza das nações cresceria somente se os governantes não inibissem esse crescimento por meio da concessão de privilégios especiais que poderiam impedir o sistema competitivo de exercer seus efeitos benéficos.
- 10** C
- 11** A
- 12** C
- 13** D
- 14** E
- 15** D
- 16** A. Por ela ter significado a adoção da soberania popular como elemento capaz de derrubar o governo vigente (que não garantia os direitos dos cidadãos) e estabelecer outro.
- B. Enfraquecimento do poder real francês, devido aos gastos na Guerra de Independência das Treze Colônias Inglesas na América do Norte. Além disso, os soldados retornaram à França com ideais revolucionários, que, junto com outros aspectos, culminaram na Revolução Francesa.
- 17** A. Iluminista.
- B. Na época do processo de independência dos Estados Unidos, foi comum a difusão das ideias iluministas, em especial as de John Locke. Essas ideias são perceptíveis na Declaração de Independência, ao reforçar que os governos são criados como forma de proteger os direitos dos indivíduos através do contrato social. Como os colonos entenderam que a Inglaterra não estava cumprindo com esse dever, sentiram-se no direito de se rebelar, quebrando o contrato social e estabelecendo um novo governo.

Enem

- 01** B
- 02** D
- 03** E
- 04** D
- 05** B
- 06** E



MEU APROVEITAMENTO

Acertei ____ de ____ (____%).



Revolução Francesa e Era Napoleônica

A Formação da Ordem Político-Social Liberal

Considerada o divisor de águas entre a Idade Moderna e a Contemporânea, a Revolução Francesa foi marcada por lutas pela participação política, liberdade socioeconômica e igualdade civil, que formaram as bases da sociedade ocidental a partir do século XIX. A burguesia emergente, classe gestante e líder desse movimento, desejava acabar com os últimos vestígios feudais – o que era também um apelo das classes populares, que reivindicavam uma sociedade mais democrática.

Esse evento histórico também foi responsável pela promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – documento que versa sobre as liberdades de expressão, associação, direito à vida e à integridade física. Vale ressaltar que, em 1948, esses valores foram reiterados pela Declaração dos Direitos Humanos, que pretendeu universalizar as liberdades individuais e é base para os Códigos Civis e Constituições na maioria dos países na atualidade.

É importante salientar também que os valores da Revolução Francesa foram consolidados no período do Governo Napoleônico. Napoleão Bonaparte foi cônsul e imperador dos franceses no início do século XIX. Chegou ao poder na França em 1799, dando fim à Revolução Francesa, com apoio da burguesia, que visava à consolidação dos seus interesses políticos e econômicos. Até os dias de hoje a figura histórica de Napoleão é objeto de debate: alguns o consideram despótico, opressor, outros o destacam como grande estadista e visionário.

E você? O que já ouviu falar sobre Napoleão Bonaparte? Qual a sua importância histórica para a construção da ordem liberal? Qual a sua influência no processo de independência e formação do Império brasileiro? Quais aspectos fazem Bonaparte ser lembrado até os dias de hoje? Esses e outros questionamentos serão abordados ao longo deste capítulo.

1. A França pré-revolucionária

1.1. Organização político-administrativa

A França entrou no século XVIII com uma estrutura política absolutista, legitimada pela Teoria do Direito Divino. O governo francês possuía um extenso aparelho burocrático que controlava o sistema administrativo e os tribunais, além de manter a nobreza subordinada por meio da concessão de privilégios.



Dominio Publico

CALLET, Antoine-François. *Luís XVI, rei da França e Navarra (1754-1793), vestido com o grande traje real em 1779*. 1779. 278 cm x 196 cm.



xavierarau / Getty Images

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a monarquia francesa não enfrentou restrições legislativas sérias, pois soube consolidar seu poder dentro dos limites impostos pelas leis e privilégios ditados pelos costumes e pela tradição. Os reis franceses souberam manipular a sociedade do Antigo Regime de modo que se tornaram o grande centro de poder na cultura política do país.

A organização burocrática e estamental do Estado francês era criticada pelos pensadores liberais e pelos setores mercantis. Os primeiros consideravam-na caótica e confusa, os segundos, por não terem acesso a cargos administrativos (privilégio de nobres e clérigos), questionavam a eficiência estatal, o desperdício e a corrupção dos servidores reais.

Os críticos do Antigo Regime francês apontaram também as falhas da política externa da Coroa, que envolveu a França em guerras desastrosas para as finanças do país. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a participação francesa na Guerra de Independência dos Estados Unidos (1776-1783) acarretaram gastos elevados e comprometeram todo o império colonial francês.

A crise econômica francesa estendeu-se por todo o século XVIII, gerando críticas cada vez mais severas às práticas mercantilistas e absolutistas adotadas pelo Estado. Além disso, os elevados gastos com a manutenção da vida luxuosa na Corte de Versalhes – sede da monarquia – despertavam incômodo nos setores excluídos da participação política. Frente a tais dificuldades, o Estado francês aumentou os impostos e criou tributos, a fim de elevar sua receita orçamentária, o que, entretanto, não solucionou o *deficit* público e acabou por agravar o quadro de recessão econômica.

1.2. Aspectos socioeconômicos

A França da segunda metade do século XVIII permanecia estratificada em três ordens ou estados, pois ainda vigorava a sociedade estamental, em que a diferenciação social era estabelecida pelo privilégio de nascimento. Nessa sociedade de ordens, os grupos sociais não eram definidos por sua função econômica, mas por uma série de direitos e de representações, sendo a desigualdade prevista por lei.

Primeiro Estado	Segundo Estado	Terceiro Estado
<p>Constituído por membros do clero, dividido em alto clero (cardeais, bispos, arcebispos, todos de origem nobre) e baixo clero (padres, frades, de origem pobre). Estava isento de tributação, além de possuir privilégios judiciários e fiscais. O baixo clero tinha um padrão de vida semelhante ao das camadas populares, tendendo, portanto, a simpatizar com as ideias da Revolução.</p>	<p>Formado pela nobreza, que se dividia em nobreza de sangue, composta de nobres de origem feudal, mas que foram reduzidos pela monarquia absolutista à condição de cortesãos, e em nobreza de toga, composta por pessoas provenientes da burguesia que obtiveram o título de nobreza por compra ou por mérito.</p>	<p>Constituído pelo restante da população. Bastante heterogêneo, era composto pela burguesia, dividida em alta burguesia (banqueiros, industriais e comerciantes), média burguesia (profissionais liberais e funcionários públicos) e baixa burguesia (pequenos comerciantes). Também compunham o terceiro estado as camadas populares (artesãos, operários, camponeses e servos).</p>

O Terceiro Estado sustentava com tributos toda estrutura administrativa, as forças armadas e os privilégios, além dos luxos da corte francesa. Enquanto o Primeiro e o Segundo Estados reuniam cerca de 5% da população, o Terceiro Estado congregava a imensa maioria de um total de aproximadamente 25 milhões de franceses. Por seu peso econômico, a burguesia arcava com a maioria dos encargos econômicos do Estado francês e dos privilégios aristocráticos. Excluída do governo e prejudicada pelas práticas mercantilistas que limitavam a ação econômica, a burguesia se indignava por não ter influência política e prestígio social correspondentes a sua importância econômica. Os camponeses, por sua vez, pagavam taxas exorbitantes pelo uso da terra e estavam atrelados a **contratos de servidão**.



A permanência de tal estrutura social e econômica causava frequentes crises e um *deficit* crônico no setor financeiro do país. Apesar da grande população e do extenso território, as crises agrícolas eram comuns, causadas pelas mudanças climáticas e pelos antigos processos de cultivo. Às vésperas da Revolução, as colheitas foram pouco produtivas e resultaram no alastramento da fome entre a população pobre que, cada vez mais, ameaçava se revoltar. O inverno de 1788-1789 foi um dos mais frios e longos do século, e não deixou prever um rendimento melhor para o verão seguinte. O preço dos grãos disparou, repercutindo no preço do pão, base da dieta dos franceses.

Desde 1715, o *deficit* das finanças francesas não parava de se aprofundar, tornando-se crônico. Entre 1774 e 1789, o rei Luís XVI nomeou vários ministros das finanças, que receberam a missão de solucionar a crise econômica e a violenta inflação dela decorrente. Todos acabaram sendo demitidos.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01** [...] Na França, o expressivo aumento de tributos era consequência da máquina pública ineficiente e de uma burocracia desorganizada – altas quantias tributárias recolhidas, vazavam com facilidade pelas brechas da má organização administrativa e corrupção – isto somado aos efeitos dos investimentos desenfreados e imprudentes aplicados às atividades militares na Guerra dos Sete Anos, disputas territoriais e econômicas travadas principalmente entre Grã-Bretanha e França na América do Norte [...]. [...] A França enfrentaria problemas ainda mais graves como a fome e a escassez de recursos – é aceso o pavio das insurreições. [...]

FALCETTI.B. F. A Revolução Francesa: Panorama Histórico e os Efeitos que Moldaram a Sociedade Contemporânea. *História e Diversidade*, Cáceres-MT, V.9. n. 1. 2017. p. 112-113. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/download/2750/2223/9178>. Acesso em: 8 Nov. 2022. [Fragmento]

Indique três aspectos da França pré-revolucionária que estão citados no texto.

- 02** (Unesp)



AS TRÊS ordens. 1789. Disponível em: <http://online-lernen.levrai.de>.

A charge ilustra as três ordens sociais existentes na França antes da Revolução de 1789. Identifique essas três ordens e justifique o posicionamento dos personagens na charge.

1.3. As ideias liberais

A crise geral em que vivia a França nas últimas décadas do século XVIII era agravada pela crescente divulgação da doutrina das Luzes em geral e das ideias liberais em particular. O pensamento de autores como Locke, Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Adam Smith espalhou-se pela camada letrada da população francesa, fazendo com que muitos questionassem o estado das coisas no país.

Por meio de jornais e panfletos fartamente ilustrados, as ideias dos filósofos iluministas eram repassadas para setores mais amplos da população que, por serem de maioria iletrada, não tinham acesso às obras originais dos pensadores. As enfáticas críticas sociais, políticas e econômicas do ideário iluminista foram popularizadas, e a emergência de um novo estilo literário, o chamado romance moderno, também contribuiu para esse processo.

Assim, a divulgação do ideário iluminista e liberal teve um impacto profundo na sociedade francesa, pois abriu espaço para uma progressiva dessacralização da monarquia, tornando-a sujeita a críticas e, em última instância, a uma eventual deposição.



TÁ NA MÍDIA

Heritage Images / Getty Images

A imprensa obteve um papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos pré-revolucionários na França do Antigo Regime, seja por meio da panfletagem, seja por meio da produção de caricaturas que satirizavam a família real e colocavam em questionamento o Direito Divino. Acesse o QR Code e obtenha mais informações sobre o assunto.



SITE

2. A Revolução se apresenta na França

2.1. Reação aristocrática

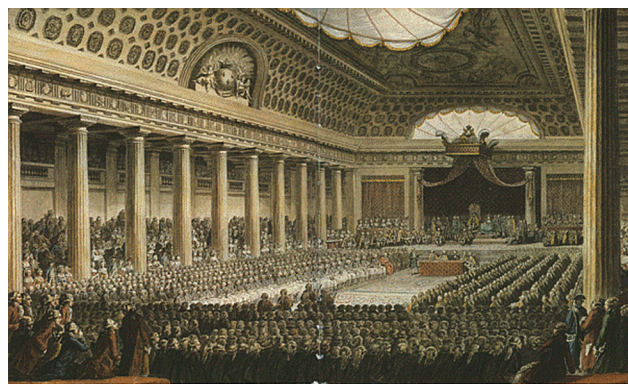
Em 1787, devido à permanência da crise econômica e financeira do país, a Coroa convocou a **Assembleia dos Notáveis**, composta pelo clero e pela nobreza, pressionando os dois estados a abrirem mão de alguns privilégios e a pagarem um imposto de subvenção territorial.

A recusa dos “notáveis” a essas propostas e o questionamento que passaram a fazer dos poderes reais ficaram conhecidos como Reação Aristocrática, evidenciando a fragilidade da monarquia. A oposição feita pela Assembleia levou à sua dissolução e abriu espaço para novas demandas: o Parlamento de Paris e os tribunais provinciais exigiram a convocação dos Estados Gerais.

2.2. A convocação dos Estados Gerais

Diante desse quadro de debilidade política, a monarquia foi obrigada a convocar o Parlamento, que estava em recesso desde 1614. Luís XVI pretendia “estabelecer uma ordem constante na França para a felicidade de todos e a prosperidade na nação”, sem, no entanto, abrir mão das suas prerrogativas, esperando que os deputados apenas consentissem com a vontade real. Porém, não foi isso o que ocorreu na reunião dos Estados Gerais.

O edital de convocação da Assembleia foi acompanhado de eleições gerais, marcadas por uma massiva participação popular em todas as cidades, revelando a importância política e simbólica dos Estados Gerais como única instituição capaz de solucionar a crise financeira e econômica que assolava o país.



Isidore Stanislas Helman / Charles Monnet / Getty Images

MONNET, Charles; HELMAN, Isidore Stanislas. A abertura do Estado Geral em 5 de maio de 1789 no Salle des Menus Plaisirs em Versalhes. 1789. Biblioteca Nacional Francesa.

A reunião dos Estados Gerais foi marcada para maio de 1789, sendo precedida pela redação, em diversas províncias, dos *Cadernos de Súplicas (Cahiers de Doléances)*, nos quais os representantes do Terceiro Estado apresentaram diversas reivindicações, como a abolição dos privilégios de classe e dos impostos feudais, a desregulamentação do comércio e a manutenção das assembleias provinciais e das cidades.

Conflitos nos Estados Gerais

Inicialmente, houve um impasse entre os deputados representantes das três ordens sociais francesas. Os representantes do Terceiro Estado não concordavam com a manutenção do tradicional sistema de votação: a votação “por Estado”.

Havia duas formas de votação, uma “por Estado”, em que cada ordem social tinha direito a um voto, e a votação “por cabeça”, em que cada deputado tinha direito a um voto. Os representantes da nobreza e do clero optavam pelo modelo tradicional, “por Estado”, enquanto os representantes do Terceiro Estado queriam a votação “por cabeça”, pois solicitaram que o número de deputados do Terceiro Estado fosse igual ao número de representantes dos outros dois estados sociais franceses somados. Entretanto, estava claro que a elevação para o dobro do número de deputados sem o voto por cabeça seria ilusória para o Terceiro Estado. Luís XVI aceitou dobrar o número de membros do Terceiro Estado, mas não aprovou o voto por cabeça.

Luís XVI tentou dissolver os Estados Gerais, impedindo a entrada dos deputados na sala de sessões. Apoiados pelas camadas populares, os representantes do Terceiro Estado passaram a se reunir em uma sala usada para o jogo da pela (espécie de tênis em quadra coberta), declarando-se em **Assembleia Nacional** e jurando não se separarem enquanto não fosse redigida uma Constituição para a França. O **Juramento do Jogo da Pela**, de 20 de junho de 1789, marcou o início da primeira fase da Revolução.



DAVID, Jacques-Louis. *O juramento do jogo da pela*. 1791. Desenho em pena, tinta marrom, tinta preta e lápis, 0,65 mm x 0,88 mm. Museu Carnavalet, Paris.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 03** (UNIRIO-RJ) Uma descrição simples dos objetivos dos revolucionários foi feita por um dos seus líderes, o abade Sieyès, num folheto popular intitulado “O que é o terceiro estado?” Devemos formular três perguntas: Primeira: O que é o terceiro estado? Tudo. Segunda: O que ele tem sido em nosso sistema político? Nada. Terceira: O que ele pede? Ser alguma coisa.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 73.

- Identifique a que acontecimento histórico o texto se refere.
- Descreva os objetivos do terceiro estado no começo desse acontecimento.

- 04** Explique o impasse quanto ao sistema de votação que antecedeu o episódio do Juramento do Jogo da Pela.

2.3. Assembleia Nacional (1789-1791)

A atitude dos deputados negou a legitimidade dos Estados Gerais e afirmou uma assembleia representativa da vontade geral da nação francesa, começando, assim, a apagar as distinções estamentais. O poder da nova Assembleia Nacional Constituinte estava em ruptura com o Antigo Regime, pois era composto por representantes de toda a nação, eleitos em um pleito de abrangência até então inédita. Nessa nova Assembleia, lideravam os deputados do Terceiro Estado, cujas divergências não tardariam a surgir com forte apoio da população faminta, sobretudo de Paris.

O apoio da população pobre das cidades e dos campos foi essencial para a vitória da Assembleia contra as tentativas da Coroa de dispersá-la. A princípio, essa população foi usada politicamente pelos deputados como uma força para pressionar a monarquia, mas a continuidade da Revolução provocou a progressiva politização e radicalização das massas, entre as quais estavam os *sans-culottes*, cujo movimento logo ganhou autonomia em relação aos deputados da Assembleia Nacional.



O termo *sans-culottes* refere-se às pessoas que usavam calças compridas em vez dos calções até o joelho da gente rica. Foi originalmente aplicado em um sentido puramente social aos pequenos comerciantes, assalariados e vagabundos. Durante a Revolução, o termo passou a ser mais geralmente aplicado aos indivíduos politicamente ativos dessas classes e seu âmbito alargou-se com a inclusão dos agitadores mais radicais daquele período, independentemente do respectivo estrato social.

MC CRORY, M.; MOULDER, R. *Revolução Francesa para principiantes*. Lisboa: Dom Quixote, 1983. p. 67.

Diante dessa situação e dado também o fracasso da Coroa em frear os revolucionários, alguns nobres aderiram à Assembleia, percebendo que só assim poderiam defender seus privilégios e os da Monarquia. Em 9 de julho, a Assembleia Nacional declarou-se **Assembleia Nacional Constituinte** e começou a elaborar a Constituição.

Luís XVI buscou demonstrar certa reconciliação com a Assembleia ao mesmo tempo que reunia forças de repressão. A cidade de Paris foi cercada pelo Exército francês e foram contratados soldados alemães para reprimir o povo. Essas medidas elevaram o ódio popular ao regime, fazendo com que os soldados franceses se unissem à massa popular.

No dia 14 de julho, os parisienses foram atemorizados por rumores de que os canhões da **Bastilha**, a fortaleza-prisão que era o principal arsenal de Paris, estavam apontados para a cidade. O povo resolveu atacá-la, provocando um cerco que durou quatro horas e tornou inevitável a rendição da fortaleza. Os soldados abriram as portas da Bastilha, soltando os presos e permitindo que o povo entrasse e se apoderasse de armas e munições. Esse episódio ficou consagrado como **Tomada da Bastilha**, que é tida pela maioria dos historiadores como o grande marco inicial da Revolução Francesa. O historiador Eric Hobsbawm dá a dimensão simbólica desse fato:



Litografia de 1889 representando os *sans-culottes* ao lado.

ZU_09 / Getty Images



HOUEL, Jean-Pierre. *Invasão da Bastilha, 14 de julho de 1789*. Século XVIII. Óleo sobre tela, 39 cm x 51 cm. Museu Carnavalet, Paris.



Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A Queda da Bastilha, que fez do dia 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 79.

O motim urbano, que se iniciara também devido à grande fome que assolava a população, rapidamente ganhou dimensões políticas, tornando-se um movimento revolucionário, com a derrubada de um dos principais símbolos do Antigo Regime.

À Tomada da Bastilha seguiu-se uma grande movimentação das classes populares urbanas – especialmente em Paris –, que passaram a levantar barricadas e a se armar para enfrentar as tropas reais. Uma Guarda Nacional organizada pelos grupos burgueses ocupou os pontos estratégicos da cidade. Na prefeitura, foi constituída a **Comuna de Paris**, uma experiência de autoadministração revolucionária, com a burguesia ocupando as posições principais. Essa ação popular fez o rei recuar, indo pessoalmente à Assembleia para comunicar que havia afastado as tropas de Paris e de Versalhes.

Esse movimento serviu de estopim para manifestações populares em diversas províncias, no campo e nas cidades, e o país todo foi tomado por levantes. Os camponeses, por sua vez, impacientes com a demora na concessão de reformas, armaram-se de forcados e foices e atacaram os castelos dos nobres, saquearam mosteiros e residências de bispos, assassinando muitos deles.

Toda essa situação de profunda tensão e agitação popular provocou um medo generalizado. Os nobres temiam as revoltas e os assaltos populares, sobretudo no campo; os pobres temiam a repressão do governo e da aristocracia, gerando um clima favorável à explosão revolucionária. Essa época é conhecida como **O Grande Medo** (La Grande Peur) de julho de 1789. A revolução camponesa derrubou todo o aparelho burocrático do Antigo Regime e rompeu violentamente com as tradições feudais que persistiam na França. A violência e o terror desse movimento foram tamanhos que resultaram na fuga de nobres e grandes proprietários para o exterior, onde tentaram se reorganizar para invadir a França e restabelecer o Antigo Regime.

Tendo em vista a velocidade da revolução no campo, os deputados da Assembleia Nacional, com o atemorizado apoio dos representantes da nobreza, aprovaram a abolição da feudalidade no campo, com a eliminação dos privilégios e direitos de origem feudal. Assim, foram abolidos os dízimos e as obrigações feudais dos camponeses. A servidão foi eliminada e foram declarados extintos os privilégios de caça dos nobres. A isenção de impostos e os monopólios de toda natureza foram considerados contrários à igualdade natural. Todavia, a Assembleia procurou chegar a um acordo, uma vez que a possibilidade de indenização dos nobres foi contemplada. Ainda assim, o significado profundo dessas decisões foi a luta então vitoriosa para colocar todos os franceses em situação de igualdade diante da lei, apesar de os nobres não terem renunciado, ainda, a todos os seus direitos.

A Declaração dos Direitos, promulgada em 26 de agosto de 1789, consagrou a igualdade jurídica e os direitos naturais dos seres humanos, como liberdade, prosperidade e resistência à opressão. Assegurava, também, que a soberania estava na Nação, na coletividade representada pela vontade geral da população, e não em qualquer indivíduo.

A recusa de Luís XVI em reconhecer a Declaração e o receio constante de que a Corte estaria envolvida em uma conspiração contrarrevolucionária provocaram a reação popular. Em outubro de 1789, ocorreu a **Marcha Popular das Mulheres a Versalhes**, que obrigou o rei a se mudar de Versalhes para Paris, no Palácio das Tulherias. A marcha pretendia forçar o rei a firmar a Declaração e, ao revelar o ímpeto revolucionário das massas, provocou a fuga de nobres e clérigos para o exterior. A maior parte dirigiu-se para o Sacro Império Romano Germânico, onde ainda vigorava a monarquia absolutista.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

No dia 26 de agosto de 1789, a Assembleia Nacional francesa promulgou um conjunto de direitos inspirados nos ideais iluministas e na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. A Declaração reuniu os princípios gerais que guariam a Constituição em elaboração pelos deputados:

- Proclamava a igualdade de todos diante da lei;
- Estabelecia que a única fonte de poder era o povo;
- Ratificava o direito de todos os cidadãos à liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência à opressão;
- Reconhecia a liberdade de pensamento, de opinião e de convicções religiosas do indivíduo, desde que não perturbasse a ordem pública estabelecida;
- Garantia o direito de propriedade, considerado sagrado e inviolável.



LETOURMY, Jean-Baptiste. *Gravura representando os artigos da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. 1789. Museu da Revolução Francesa.*



Print Collector / Getty Images

Representação da Marcha das Mulheres a Versalhes, durante as Jornadas de Outubro de 1789.



BERNOULLI **PLAY**

A Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão >> HYJJ

Essa videoaula analisa a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada no contexto da Revolução Francesa, suas limitações e seus impactos no mundo contemporâneo.

ONU Brasil

DÁ O QUE PENSAR

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão

Artigo 1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Artigo 2º. O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Artigo 3º. O princípio de toda a soberania reside essencialmente na Nação. Nenhuma corporação, nenhum indivíduo podem exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Artigo 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites apenas podem ser determinados pela Lei.

Artigo 5º. A Lei não proíbe senão as ações prejudiciais à sociedade. Tudo aquilo que não é vedado pela Lei não pode ser impedido, e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene. [...]

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf. Acesso em: 4 jan. 2020.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



A monarquia refém da Revolução

Ainda que a Revolução fizesse alguns avanços, principalmente na extinção dos privilégios feudais das classes privilegiadas, a crise econômica continuava sem solução e a população ainda passava fome nos campos e nas cidades. Para tentar solucionar esse problema, em novembro de 1789 foi decretado o confisco dos bens da Igreja Católica. Tais bens foram usados como lastro para um novo papel-moeda, os *assignats* – pensado como uma moeda forte que solucionaria a carestia. Todavia, a alta inflação rapidamente derrubou o valor dos *assignats* e a crise permaneceu.

Por outro lado, a secularização do clero continuou e, em julho de 1790, foi aprovada a **Constituição Civil do Clero**, a qual estabelecia que os membros da Igreja Católica fossem escolhidos pelo povo e submetidos às autoridades do Estado, com salário pago pelo governo. Essa Constituição regulamentava e organizava civilmente a Igreja na França, e a autoridade papal se restringia aos aspectos espirituais e religiosos.

O temor de uma contrarrevolução se concretizou com a tentativa de fuga do rei Luís XVI e sua família em junho de 1791. Ao tentarem fugir para a Áustria, governada pelo irmão da rainha Maria Antonieta, o rei foi reconhecido, preso e levado a Paris. Isso significou, para os setores revolucionários, a indisposição da família real em aceitar o processo em curso.

Com a fuga do rei, os movimentos populares, que efetivamente realizaram a prisão da família real, radicalizaram-se mais que os membros da Assembleia, chegando a pedir a destituição de Luís XVI, com o que os deputados não concordaram. A prisão do rei teve imensa repercussão nos países aristocráticos europeus. Áustria e Prússia assinaram em conjunto a Declaração de Pillnitz, na qual ameaçavam invadir a França para restabelecer o absolutismo.

Em setembro de 1791, o rei aceitou a primeira Constituição francesa que instituiu uma **monarquia constitucional**, que objetivava garantir e estabelecer os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

A promulgação da Constituição de 1791

A Constituição de 1791 significou a vitória dos grupos burgueses, especialmente dos grandes comerciantes e banqueiros, sobre o absolutismo e as tendências mais radicais da Revolução. A Constituição promoveu a igualdade civil e o talento como medida para as carreiras no serviço público e na iniciativa privada. Estabeleceu a igualdade tributária e penal entre todos os franceses e reorganizou o Estado, definindo a separação de poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário, cabendo ao rei o exercício do Poder Executivo. Segundo o texto constitucional, o rei não era mais a fonte da soberania, que derivava agora apenas da Nação, dela partindo todos os poderes. A realeza foi conservada, mas os poderes do rei foram limitados.



de Vinck

Caricatura do século XVIII retratando a abolição dos privilégios, determinada pela Constituição de 1791. Biblioteca Nacional da França.

Com a Constituição de 1791, a monarquia francesa passou a ser submetida ao império da lei, devendo fidelidade a ela. Acima do rei passou a estar a lei, criada e aprovada pelos representantes do povo na Assembleia, que tinha sua soberania derivada da Nação.

Teoricamente, o poder emanava do povo, mas, na prática, havia restrição à participação popular devido ao voto censitário, no qual a renda era o critério estabelecido. Assim, apenas a minoria dos franceses – os cidadãos ativos – tinham o direito de voto garantido. A grande maioria da população – os cidadãos passivos –, incluindo as mulheres (participantes ativas da Revolução), era excluída do direito de voto e, conseqüentemente, do exercício da cidadania.

O sistema eleitoral consagrado pela Constituição de 1791 foi o triunfo da doutrina liberal defendida pela alta burguesia, ao estabelecer que os mais ricos eram os mais capazes e os mais virtuosos para gerir o Estado. Esse sistema não foi positivo para os grupos populares, que pressionavam com força crescente a Assembleia, pois a crise econômica não fora resolvida e as ameaças externas tornavam-se mais alarmantes.

A alta burguesia tinha clareza de que, para a defesa de seus interesses, era necessário manter a monarquia, que funcionava como um freio ao avanço popular. A Assembleia, controlada por grupos burgueses, absolveu Luís XVI do episódio da fuga, lançando a desculpa de que ele teria sido sequestrado. Ao mesmo tempo, mobilizou a Guarda Nacional desencadeando uma violenta repressão contra os que exigiam o julgamento do rei e a proclamação da República.

Para a alta burguesia, de certa forma, a Revolução poderia ser dada como terminada, uma vez que seus objetivos (participação política, liberdade econômica, igualdade de direitos) haviam sido conquistados. Era necessário, agora, consolidar tais conquistas.

DIREITOS DO HOMEM OU DIREITOS DOS HOMENS?

Os homens da Revolução Francesa nunca discutiram publicamente sobre a questão da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” se estender, ou não, também às mulheres. Portanto, um grave problema não será apresentado: são as mulheres “Homens” como todo mundo, que devem se beneficiar dos direitos sagrados estabelecidos na “Declaração” e proclamados pelos revolucionários? [...]

Condorcet foi um dos raros políticos que defenderam a igualdade dos sexos [...] porque o contrário lhe parecia uma injustiça insuportável. Ele reivindicou que “os direitos da metade do gênero humano não fossem mais esquecidos por todos os legisladores”, que as mulheres pudessem votar, ser elegíveis e ter acesso a todos os lugares.

Ao contrário da imensa maioria dos homens, Condorcet considerava as mulheres como legítimas “concorrentes” dos homens em numerosos cargos e profissões, incluindo as relativas às ciências, e concluía, portanto, pela necessidade absoluta de uma formação semelhante para os homens e as mulheres. [...]

O argumento da felicidade pela igualdade dos sexos não foi compreendido pelos homens da Assembleia. O plano de Condorcet não recebeu o menor apoio.

Sem dúvida, as mulheres foram as “deixadas-por-conta” da Revolução. Os judeus foram emancipados pelo decreto de 27 de setembro de 1791, a escravidão dos negros abolida nas colônias francesas em 4 de fevereiro de 1794, mas, apesar dos esforços de alguns, a condição das mulheres não foi modificada. Os Direitos do Homem, direitos naturais ligados à pessoa humana, não lhes foram reconhecidos. A Convenção Nacional opôs-se ao voto das mulheres, proibiu-lhes toda associação, e devolveu-as para o lar, sob o argumento de que “cada sexo é chamado para um gênero de ocupação que lhe é próprio; sua ação está limitada ao círculo que ele não pode transpor, pois a natureza, que impõe limite ao homem, comanda imperiosamente e não aceita nenhuma lei”.

BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 173. [Fragmento]

Acesse o QR Code e conheça a biografia de Olympe de Gouges, que, em 1791, redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.



EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

- 05** (Unesp) O Grande Medo nasceu do medo do bandido, que por sua vez é explicado pelas circunstâncias econômicas, sociais e políticas da França em 1789. No Antigo Regime, a mendicância era uma das chagas dos campos; a partir de 1788, o desemprego e a carestia dos víveres a agravaram. As inumeráveis agitações provocadas pela penúria aumentaram a desordem. A crise política também ajudava com sua presença porque, superexcitando os ânimos, ela fez o povo francês tornar-se turbulento. [...] Quando a colheita começou, o conflito entre o Terceiro Estado e a aristocracia, sustentada pelo poder real, e que em diversas províncias já tinha dado às revoltas da fome um caráter social, transformou-se de repente em guerra civil.

LEFEBVRE, George. *O grande medo de 1789*.

- Descreva o contexto em que o evento conhecido como Grande Medo ocorreu.
- Em agosto de 1789, foram abolidos os direitos feudais da nobreza e aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Relacione essas medidas ao Grande Medo.

2.4. A Monarquia Constitucional Francesa (1791-1792)

A vigência da Constituição de 1791 parecia indicar que seria possível a estabilização política da França. A Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar foi eleita uma Assembleia Legislativa, que deveria organizar o país. Devido ao voto censitário, a Assembleia Legislativa tinha maioria de membros da alta burguesia, divididos entre os **feuillants** (representantes da burguesia financeira, banqueiros, arrendatários e nobres latifundiários), favoráveis à manutenção da monarquia constitucional, e os **girondinos** (representantes da burguesia comercial e industrial progressista), favoráveis à derrubada do rei e à instauração da República.

Participavam também os **jacobinos**, representantes da pequena burguesia (pequenos proprietários comerciais e industriais), e os **cordeleiros** (*cordeliers*), representantes dos anseios das camadas populares. Os dois grupos também queriam a derrubada do rei e a instauração da República. Muitas vezes, ao longo do processo revolucionário, os jacobinos se identificaram com os *sans-culottes*.

Procurando intimidar os revolucionários, o comandante dos Exércitos prussianos assinou o chamado **Manifesto de Brunswick**, ameaçando invadir Paris e “submetê-la a uma execução militar e a uma subversão total”, se acontecesse o “menor ultraje” à família real. O manifesto, no entanto, teve efeito contrário junto aos revolucionários. Ao invés de intimidação, ele incentivou a revolta e provocou uma verdadeira insurreição popular, dando um novo ânimo às tropas francesas, constituídas na maioria por *sans-culottes*, que derrotaram o Exército prussiano na Batalha de Valmy. Em seguida, atravessaram a fronteira e avançaram sobre a Bélgica.

Em 10 de agosto de 1792, os *sans-culottes* invadiram o Palácio das Tulherias e prenderam o rei, destituindo-o. A Assembleia foi obrigada a se dissolver, sendo transformada, por sufrágio universal, em **Convenção Nacional**, que assumiu o governo em 20 de setembro de 1792. Dessa forma, a República foi proclamada não por uma deliberação de parlamentares, mas pela força do movimento popular nas ruas de Paris e das grandes cidades francesas. Esse fato marcou o fim de uma etapa revolucionária e foi o resultado de uma movimentação dos jacobinos, aliados aos *sans-culottes*. Assim, iniciou-se uma fase bastante radical em relação à anterior.



Caricatura dos deputados jacobinos durante a Revolução Francesa.

Os jacobinos e os *sans-culottes* estimularam a radicalização política como uma forma de engajar as pessoas no esforço de guerra. O conflito externo foi representado como uma guerra justa de defesa de um povo livre contra agressores externos. Cada vez mais ganhava hegemonia política o raciocínio radical de que só havia duas possibilidades de alinhamento político: ou se estava com a Revolução, em defesa da Nação francesa e da liberdade, ou se estava contra a Revolução, sendo um inimigo do povo. Os pacifistas e indecisos perdiam espaço e o debate político tornava-se uma questão de vida ou morte.

SAIBA+

A princípio, os girondinos conseguiram controlar a Assembleia, mas não foram capazes de conter a agitação que crescia fora dela. Desde agosto de 1791, Áustria e Prússia ameaçavam invadir a França, fazendo crescer as forças revolucionárias no exterior. Em abril de 1792, teve início a guerra externa com o Exército contrarrevolucionário marchando em direção à França, o que fez com que os jacobinos proclamassem a “pátria em perigo” e fornecessem armas à população. Formou-se um Exército popular denominado **Comuna Insurrecional de Paris**, sob o comando de Danton, Marat e Ropespierre.

2.5. A fase da Convenção Nacional (1792-1795)

Entre as camadas populares – camponeses e *sans-culottes* – era evidente o descontentamento contra os caminhos com que a burguesia conduzia a Revolução. Essa insatisfação, aliada à frustrada tentativa de fuga de Luís XVI e sua família e à eclosão da guerra contrarrevolucionária, provocaram forte pressão popular para que houvesse a proclamação da República pela Convenção Nacional e a extinção da monarquia parlamentar. A Convenção Nacional, de caráter republicano, era composta por grupos mais radicais em termos de ideologia:

Montanha (jacobinos)	Gironda (girondinos)	Planície
Formada por representantes da pequena burguesia e das camadas populares. Liderados por Robespierre e Saint-Just, eram apoiados pelos <i>sans-culottes</i> . Eram conhecidos por montanheses por ocuparem os assentos mais elevados da câmara, à esquerda da mesa diretora.	Formada por representantes da alta e média burguesia republicana, que assumiam posições conservadoras com o objetivo de garantir as conquistas já obtidas. Receberam essa denominação porque seus líderes eram, na maior parte, deputados eleitos pelo departamento da Gironda. Ocupavam a posição oposta aos jacobinos, à direita da mesa diretora.	Ocupavam os lugares mais baixos, no centro da Câmara. Caracterizavam-se pela indefinição política, apoiando ora os girondinos, ora os jacobinos.

É a partir desse período que passamos a identificar, na política, o uso das expressões “esquerda” e “direita” quando nos referimos a posições sociopolíticas progressistas e conservadoras, respectivamente. Usamos “centro” para posições intermediárias. Da mesma forma, foi inserida no vocabulário político a expressão “partido político” para indicar grupos políticos, organizados e unidos por um programa e uma ideologia.

Setembro de 1792 a junho de 1793: a Convenção Girondina

Com maioria na Convenção, os girondinos exerciam a liderança do governo. Porém, com a recusa de tomarem medidas para atender às reivindicações populares, foram gradativamente perdendo prestígio político, uma vez que as manifestações de ruas em Paris se intensificavam e eram controladas, em parte, pelos jacobinos.

Enquanto a Convenção Girondina falhava tanto em solucionar a crise econômica que ainda prejudicava a vida cotidiana da população quanto em vencer as ameaças externas à Revolução, os líderes jacobinos acumulavam prestígio crescente, expressando as insatisfações gerais. Por meio da imprensa e da agitação das camadas populares, com discursos, panfletos e organização de comitês revolucionários, os líderes jacobinos inflamavam as massas, mantendo o espírito revolucionário.

Dentre os líderes mais expressivos destaca-se Jean-Paul Marat (1745-1793), que era o editor do jornal *O Amigo do Povo* (*L'Ami du Peuple*), um dos mais importantes veículos de propaganda revolucionária. Marat, o ídolo dos *sans-culottes*, foi perseguido e preso muitas vezes. Foi assassinado por Charlotte Corday, partidária dos girondinos, fato que tornou os ânimos mais exaltados.



Photo: Jose / Leemage / Getty Images

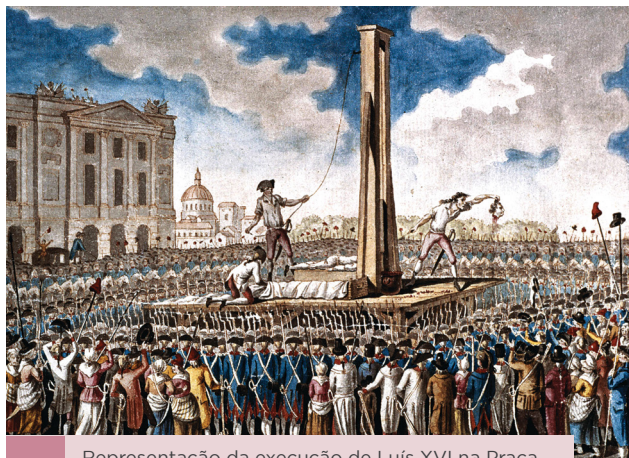
Após a morte de Marat, Jacques-Louis David foi convidado para pintar uma obra em homenagem ao líder revolucionário e amigo. Acesse o QR Code e veja algumas curiosidades sobre essa pintura.



VÍDEO

Nesse período, também foram descobertos documentos no Palácio das Tulherias que comprovavam a participação de Luís XVI na contrarrevolução liderada pela Áustria. Isso acelerou a pressão pelo julgamento, por traição, do antigo rei. Os jacobinos, com o apoio popular, conseguiram pressionar a Convenção, que julgou e condenou Luís XVI e sua esposa, Maria Antonieta, à guilhotina. O rei foi executado em 21 de janeiro de 1793.

O julgamento de Luís XVI fortaleceu o processo revolucionário e o discurso radical dos jacobinos, principalmente de Robespierre e Saint-Just, que, ao defenderem a execução do rei como salvaguarda da Revolução e da República, inflamaram ainda mais as camadas populares. Em contrapartida, os girondinos, que haviam se oposto à execução, ficaram fragilizados.



Representação da execução de Luís XVI na Praça da Revolução. Museu Carnavalet, Paris.

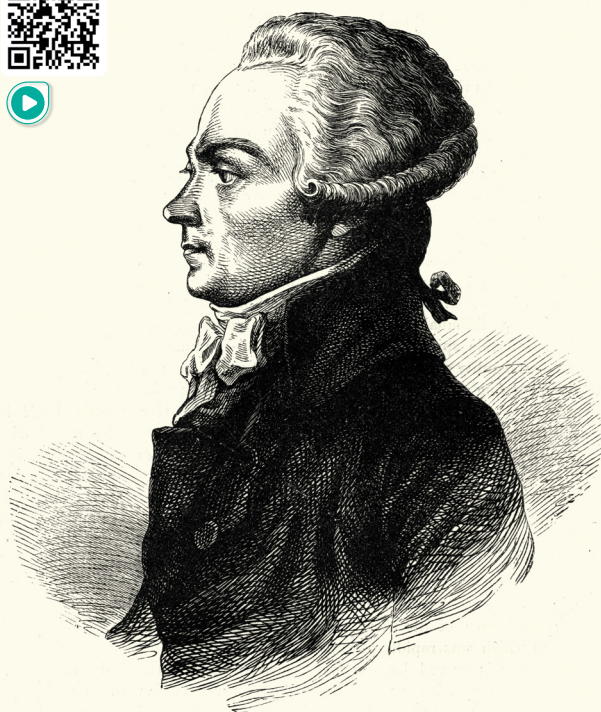
As monarquias austríaca, holandesa, espanhola e prussiana, com receio de que os eventos na França influenciassem seus súditos, formaram uma coalizão (ou coligação) de Exércitos contra a França (**Primeira Coalizão**). A Inglaterra, que já havia eliminado o absolutismo, apoiou a coligação visando conter a ascensão da burguesia francesa, sua potencial concorrente nos negócios.

Assim, o início de 1793 é marcado por derrotas do Exército francês frente à coligação estrangeira e por problemas internos, como a rebelião de camponeses contrários ao alistamento militar, que acabou se alastrando por outras regiões, gerando uma verdadeira guerra civil. Nesse contexto, a pressão das forças populares de Paris, controladas pelos jacobinos e *sans-culottes*, tornou a situação dos girondinos insustentável, culminando com a sua expulsão da Convenção em 2 de junho de 1793.

A Convenção Montanhesa: o Período Jacobino e a Fase do Terror (1793-1794)

O governo revolucionário passou para as mãos dos jacobinos, tendo início um período de predomínio popular que ficou conhecido como a **Época do Terror**. Nesse período, foram adotadas medidas de caráter ditatorial em nome da Revolução. Os jacobinos não admitiam discordâncias, de modo que todos aqueles que se opunham ao governo passaram a ser considerados inimigos da Revolução e da Liberdade, podendo ser tratados de forma extralegal, ou seja, com uma execução sumária na guilhotina.

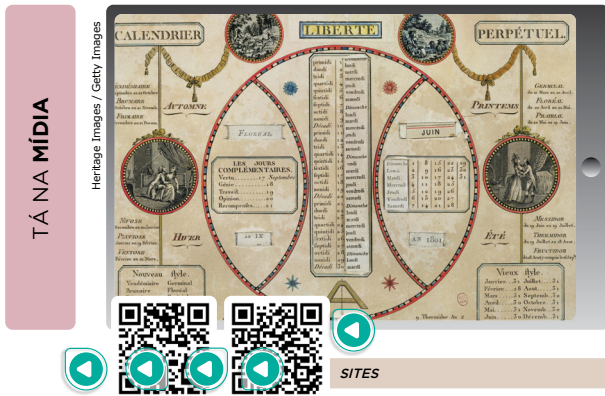
O poder do governo jacobino era exercido por meio do comitê de **Salvação Pública** e do **Comitê de Salvação Nacional** e pelo Tribunal Revolucionário, que julgava os opositores do regime. O Terror caracterizou-se pela execução de milhares de pessoas acusadas de serem contrarrevolucionárias, como a rainha Maria Antonieta e elementos participantes da Revolução, como os girondinos e, depois, até mesmo alguns jacobinos.



Robespierre - um dos personagens mais controversos da Revolução.

Com a intenção de resolver a grave situação econômica do país e atender às reivindicações populares, a Convenção confiscou as propriedades dos nobres emigrados, dividindo as terras em parcelas que foram colocadas à venda, em condições facilitadas, para a população camponesa. A Convenção também aboliu a escravidão nas colônias francesas e decretou a **Lei do Máximo**, que tabelava o preço dos artigos de primeira necessidade, como os cereais, e, posteriormente, a **Lei do Máximo Geral**, que estendeu o tabelamento a todos os produtos e fixou os salários. Foi feita uma reforma educacional, balizada pelos ideais iluministas, que estabeleceu, de forma inédita na História, a obrigatoriedade do ensino primário gratuito e a modernização do sistema de pesos e medidas.

A Convenção estabeleceu também um novo calendário, o **calendário republicano**, no qual cada ano começava no outono, dividindo-se em doze meses de trinta dias cada um e mais cinco dias complementares, dedicados às festas republicanas. Os nomes dos meses lembravam características do clima ou das atividades agrícolas de cada época do ano. Esse calendário foi abolido posteriormente, em 1806, e a França voltou a adotar o calendário gregoriano.



Acesse o primeiro QR Code e conheça sobre a influência francesa no sistema métrico decimal.

Acesse o segundo QR Code e leia um texto sobre a relação entre a astrologia e o calendário revolucionário francês. Veja também as imagens que representavam cada novo mês criado.

Completando as modificações adotadas no período, foi promulgada uma nova Constituição (1793), de caráter popular, inspirada nas ideias democráticas de Rousseau. Essa Carta concedia o direito de voto a todos os homens maiores de 21 anos, independentemente de sua situação econômica. Entretanto, não vigorou, pois o governo jacobino entrava em sua fase mais radical com a suspensão das liberdades individuais. O Comitê de Salvação Pública foi responsável por cerca de quarenta mil execuções na guilhotina.

No plano externo, o Exército revolucionário organizado pela Convenção Jacobina obteve importantes vitórias contra as potências absolutistas. Essas vitórias eram utilizadas como item de propaganda do governo jacobino, que buscava provar ser a verdadeira encarnação da vontade geral dos franceses.

No entanto, a continuidade das perseguições políticas e das execuções sumárias levou os revolucionários a desentendimentos dentro da Convenção, enfraquecendo-a. Apesar de impor sua liderança e reforçar o Terror, Robespierre acabou se isolando no poder. A população esgotada desejava o fim da violência, a pacificação, a volta à normalidade política e a recuperação econômica. Aproveitando-se dessa situação, organizou-se na Convenção uma conspiração contra os líderes da Montanha. Em 27 de julho de 1794, Robespierre, juntamente com Saint-Just e outros partidários, foram presos e, no dia seguinte, guilhotinados.



Execução de Robespierre em 28 de julho de 1794.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

06 [...] Arendt concentra quase toda sua atenção na figura de Robespierre, que aparece como uma figura emblemática de toda a Revolução e de seu fracasso. Robespierre encarna com perfeição, aos olhos de Arendt, o momento de conversão da Revolução em um processo permanente de busca pela satisfação das demandas materiais. Ao trocar a procura da liberdade pela busca do que ele chamou de "direito dos *sans-culottes*", o jacobino abriu a brecha pela qual passariam várias das revoluções modernas e determinou o sacrifício dos ideais do século XVIII no altar da necessidade. Esse processo foi realizado na linguagem de seu tempo e só por isso pôde ser compreendido e tornar-se efetivo. Robespierre mobilizava o tempo todo o recurso à "vontade do povo", que coincidia para ele com a vontade geral. Arendt afirma que esse movimento produziu um giro da ideia de república para aquele de povo, o que desobrigava os revolucionários a procurar um assento institucional para suas ações. Mantida a referência ao povo, a revolução poderia ser "permanente" e a virtude política o apanágio daqueles que sabiam escutar as demandas desse ente abstrato: o Povo.

BIGNOTTO, N. Hannah Arendt e a Revolução Francesa. *O Que Nos Faz Pensar*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 29, p. 47-48, maio 2011. Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_29_04_newton_bignotto.pdf. Acesso em: 1 out. 2019.

Para a filósofa Hannah Arendt, a chegada dos jacobinos ao poder, na França, mudou os rumos da Revolução. Complete o esquema a seguir com base nas ideias defendidas por Arendt:

Principal liderança da Revolução Francesa	
Principal ente social favorecido pelos jacobinos	
Motivo da principal mudança nos rumos da Revolução	

A Convenção Termidoriana (1794-1795)

O Golpe do 9 Termidor (mês do calor), conhecido como **Reação Termidoriana**, colocou fim à Fase do Terror e devolveu o poder aos girondinos. Com a volta da alta burguesia ao comando do processo revolucionário, anulou-se várias medidas tomadas pelos jacobinos, como a Lei do Máximo, o que gerou problemas de abastecimento e inflação.

Em 1795, foi votada uma nova Constituição pelo novo governo, de caráter liberal, eliminando o voto universal masculino e restabelecendo o voto censitário. A Convenção Termidoriana foi dissolvida e o poder parlamentar passou a ser exercido por duas Câmaras: o Conselho dos Anciãos e o Conselho dos Quinhentos. O Poder Executivo passou a ser exercido por cinco membros diretores eleitos pelo Legislativo: o **Diretório**.

2.6. Diretório (1795-1799)

O período do Diretório caracterizou-se pela afirmação política da classe burguesa, que precisou controlar os movimentos populares para se estabilizar. Os *sans-culottes* foram afastados da política francesa. Já os camponeses ficaram divididos entre aqueles satisfeitos com a abolição dos privilégios feudais e os pobres, que não puderam comprar terras e desejavam a continuidade da Revolução. Era preciso também dar segurança e apoio às propriedades privadas, além de defender a ideia de que a igualdade era apenas civil. Sendo assim, o Diretório buscava um equilíbrio político para enfrentar a reação da aristocracia e a dos jacobinos, que ainda lamentavam a morte de Robespierre.

Em resposta a essa política repressiva, ocorreram várias tentativas de golpes e conspirações, entre as quais se destacou a **Conspiração dos Iguais**, liderada por Graco Babeuf em 1796. Esse movimento, que foi rapidamente sufocado pelo Diretório, pretendia implantar uma república igualitária através da supressão da propriedade individual. Para Babeuf, a sociedade deveria pôr fim à "felicidade comum" e a Revolução deveria assegurar a "igualdade de usufrutos".



Illegible / Domínio Público

Além das contestações internas, o governo do Diretório também precisou enfrentar uma segunda onda contrarrevolucionária externa que ameaçava a integridade territorial do país. Após a vitória francesa sob a Primeira Coligação, a Inglaterra organizou uma Segunda Coligação. O Exército francês e seus generais passaram a ter um papel cada vez mais importante na preservação da Revolução e do país.

Entre os militares de prestígio da época se destacou Napoleão Bonaparte, que havia comandado o Exército francês em algumas vitórias importantes e que passou a ser visto pela burguesia como o líder que poderia estabilizar o país e enfrentar a ameaça externa. Assim, em novembro de 1799, Napoleão, apoiado pelo Exército e pela alta burguesia, derrubou o Diretório e tomou o poder por meio de um golpe de Estado – era o **Golpe do 18 Brumário**, (mês da bruma, do nevoeiro), colocando fim à Revolução.

Autor desconhecido. Graco Babeuf (1760-1797), Revolucionário Francês. Século XVIII.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

07 O Termidor é um divisor de águas dentro da Revolução, porque com ele termina a Revolução baseada na imaginário da democracia pura, na ilusão da política, e começa a Revolução dos interesses, a Revolução que restitui à sociedade civil sua independência e sua densidade. E se a Revolução continua, é porque os termidorianos não puderam liquidar com a guerra, como liquidaram com o Terror [...] e com a ideologia revolucionária (a qual também deixa de ser um princípio e o próprio lugar do poder para se transformar em um meio, em um instrumento de propaganda no regime do Diretório).

FLORENZANO, M. François Furet historiador da Revolução Francesa. *Revista de História da USP*, n. 132, p. 95-109, 1995.

Com base no texto anterior, responda:

- Qual é o momento revolucionário apresentado no texto e quais são suas características?
- Quais os significados desse período para o processo revolucionário francês?

08
8W86

Não bastava um saber jurídico acumulado e nem mesmo a herança notável do Iluminismo e de seus críticos. Era preciso um esforço extraordinário para vencer as forças do passado e os medos gerados pelas transformações que se sucederam depois de 1789. Os franceses [...] fracassaram nessa tarefa, mas expuseram aos olhos da Modernidade a imensidão do desafio que espera os povos que decidem tentar um novo começo.

BIGNOTTO, N. Hannah Arendt e a Revolução Francesa. *O Que Nos Faz Pensar*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 29, p. 44-45, maio 2011. Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_29_04_newton_bignotto.pdf. Acesso em: 1 out. 2019. [Fragmento]

Com base no texto anterior, explique em quais aspectos a Revolução Francesa fracassou na tentativa de instaurar uma nova ordem política e socioeconômica.

ESTÁ NO MUNDO

Este acervo reúne documentos da Revolução Francesa

[...]

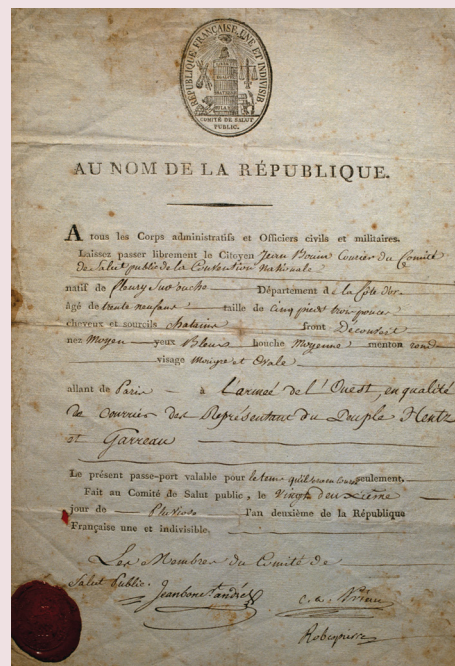
No ar desde 2013, o projeto *The French Revolution Digital Archive*, uma parceria entre a Universidade de Stanford, na Califórnia, nos Estados Unidos, e a Biblioteca Nacional da França, reúne o maior acervo documental sobre a Revolução Francesa (1789-1799).

O projeto contou com a participação de historiadores, designers e bibliotecários americanos e franceses. A proposta, segundo os organizadores, é disponibilizar documentos com acesso fácil, flexível (e gratuito) a estudiosos que pesquisam o movimento revolucionário que levou ao fim da monarquia na França no século 18. [...]

Organizados em ordem cronológica, os arquivos parlamentares incluem cartas, discursos, relatórios e outros registros intelectuais e políticos, datados de 1787 a 1794. Originalmente reunidos por arquivistas do governo francês, em 1862, os documentos foram incorporados a um projeto acadêmico dirigido por historiadores da Universidade de Paris 1, em 1962. Atualmente, totalizam 101 volumes. [...]

SAYURI, J. Este acervo reúne documentos da Revolução Francesa. *Jornal Nexo*. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/05/20/Este-acervo-re%C3%BAne-documentos-da-Revolu%C3%A7%C3%A3o-Francesa>. Acesso em: 9 nov. 2022. [Fragmento]

No mundo em que vivemos, a pesquisa científica proporciona respostas para problemas relevantes da sociedade. Nas ciências humanas, ela possibilita a compreensão e explicação de determinadas questões para que a sociedade possa evitar problemáticas futuras. Levando em consideração tais aspectos e o texto anterior, construa um parágrafo defendendo de que maneira os documentos digitalizados da Revolução atuam em tais questões. Considere a classificação desses documentos como fontes históricas do período.



França, 1794. Passaporte assinado por André Jeanbon Saint e Robespierre, expoentes da Revolução Francesa.

3. A Era Napoleônica (1799-1815)

Na história do século XIX, Napoleão Bonaparte tem lugar garantido por sua forte relação com a Revolução Francesa, considerada o divisor de águas entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Sem a Revolução, Napoleão estaria privado do enredo que o colocou no centro do palco europeu no século XIX. Esse acontecimento lhe deu enorme prestígio militar, o que garantiu seu posicionamento central na cena política, na qual imprimiu sua marca pessoal. Para o historiador Eric Hobsbawm, Bonaparte realizou o ideal burguês de eliminar o Antigo Regime e, concomitantemente, manter as classes populares submissas. Além disso, foi idolatrado pela elite burguesa, que o via como um suporte contra o radicalismo, ao mesmo tempo que iludia o povo com seus discursos de apoio às causas da Revolução. Bonaparte fomentou um novo patriotismo, tornando-se símbolo da vitória e da esperança em um futuro glorioso. No período de 1807 a 1812, ele foi, praticamente, o “dono” da Europa.

3.1. O Golpe do 18 Brumário e o período do Consulado (1799-1804)

Durante o governo do Diretório, a França passou por grandes dificuldades financeiras, além de manter uma guerra externa, dependendo cada vez mais do Exército, que era visto como a grande salvação para os problemas enfrentados pelo país. Ao mesmo tempo que combatia os inimigos internos e externos, o Exército era uma alternativa para a necessidade de expansão da burguesia. É nesse contexto que Napoleão Bonaparte, comandante dos Exércitos franceses, se destacou em importantes vitórias contra austríacos e ingleses. Os grupos burgueses passaram a ver em Napoleão um líder capaz de solucionar as questões políticas internas e conduzir, com êxito, a guerra contra os inimigos externos da França.

Aproveitando-se dessa situação e apoiado na burguesia e no Exército, Napoleão aplicou o golpe de Estado conhecido como 18 Brumário, que derrubou o Diretório e estabeleceu o Consulado em 1799. Esse golpe foi possível devido à situação política e econômica que imperava na França na fase do Diretório.

Nesse novo governo, o Poder Executivo era exercido por três cônsules: Napoleão e mais dois integrantes do Diretório. O primeiro cônsul, que era, naturalmente, Napoleão, tinha autoridade para propor todas as leis, além de poder nomear funcionários para os cargos administrativos, controlar o Exército e conduzir as relações exteriores. Em dezembro de 1799, o Consulado foi submetido ao *referendum* popular e teve aprovada uma nova Constituição (Constituição da República do Ano III), que atribuía praticamente todos os poderes ao primeiro cônsul, ficando os demais poderes apenas com atribuições consultivas. De acordo com a nova Constituição, cabia ao primeiro cônsul nomear os oficiais do Exército, os funcionários públicos e os membros do Senado, além de ser ele propriamente quem detinha o poder de legislar.

3.2. Realizações napoleônicas

Bonaparte fez várias reformas importantes na França, dentre as quais se destacam:

Reforma administrativa: divisão política do território francês em departamentos de extensão uniforme. Introdução de eficiente máquina burocrática sob o controle do governo de Paris. Reforma das administrações locais, tornando-as mais centralizadas. Submissão do Poder Judiciário ao Executivo ao transformar os juízes em funcionários públicos.



BOUCHOT, François. *O general Bonaparte no Conselho dos Quinhentos*. 1840. Óleo sobre tela, 401 cm x 421 cm. Palácio de Versalhes, França.

Domínio Público



MAUZAISSE, Jean-Baptiste. *Napoleão, coroado pelo tempo, escreve o Código Civil*. 1833. Óleo sobre tela, 131 x 160 cm.

Domínio Público

Obras públicas: construção de estradas que visavam à integração dos departamentos, facilitando as comunicações, o deslocamento de tropas e o trânsito de bens e pessoas. Edificação de pontes, monumentos e drenagem de pântanos, empregando a mão de obra ociosa e dinamizando a economia.

Assinatura da Concordata: acordo feito em 1801, no qual o Papado reconhecia a perda dos bens eclesiásticos e aceitava a submissão dos clérigos franceses ao Estado (exceto para a nomeação de bispos, poder ainda reservado à Santa Sé de Roma). Em contrapartida, a França reconhecia o catolicismo como a religião da maioria dos franceses, ainda que o Estado fosse laico – importante conquista do período revolucionário.

Reforma financeira: criação do Banco da França e de uma nova moeda, o franco, e adoção de medidas protecionistas que fortaleceram o comércio e a indústria francesa.

Reforma educacional: a educação passou a ser responsabilidade do Estado, que tornou o Ensino Fundamental obrigatório para todos, gratuito e essencialmente laico, ministrado em colégios criados pelo Estado. O ensino superior foi reformulado com a criação de centros de referência científica e tecnológica. Foi criada a universidade nacional – a Universidade da França –, que era encarregada de supervisionar todo o sistema educativo.

Reforma jurídica: criação do Código Civil – o Código Napoleônico –, que traduziu os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Esse código garantia as liberdades individual, de trabalho e de consciência; o Estado laico; a igualdade jurídica; e a proteção à propriedade privada. Também proibia a organização de coalizões operárias; subordinava as mulheres aos homens (com manutenção do divórcio); e restabelecia a escravidão nas colônias. O Código Napoleônico se tornou referência legal para o mundo ocidental e inspirou outros códigos em diversos países, como Alemanha, Itália, Suíça e Brasil.

CODE CIVIL DES FRANÇAIS.

TITRE PRÉLIMINAIRE.

DE LA PUBLICATION, DES EFFETS
ET DE L'APPLICATION DES LOIS
EN GÉNÉRAL.

ARTICLE 1.^{er}

LES lois sont exécutoires dans tout le territoire français, en vertu de la promulgation qui en est faite par le PREMIER CONSUL.

Elles seront exécutées dans chaque partie de la République, du moment où la promulgation en pourra être connue.

La promulgation faite par le PREMIER CONSUL sera réputée connue dans le département où siègera le Gouvernement, un jour après celui de la promulgation; et dans chacun des autres départements, après l'expiration du même délai, augmenté d'autant de jours qu'il y aura de fois dix myriamètres [environ vingt lieues anciennes] entre la ville où la

A

Décreté le 14 Ventôse an XI.
Promulgué le 24 du même mois.

Imprimerie nationale / Domaine Public

Primeira página do Código Civil Napoleônico.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

09 Em 9 de novembro de 1799, Napoleão Bonaparte executou um golpe de Estado pelo qual tomou o poder da França e instalou o Consulado, um governo composto por um Primeiro Cônsul (ele próprio) e dois Cônsules. O golpe ganhou o nome 18 Brumário, correspondente ao dia e mês no calendário revolucionário, então em uso na França desde 1793. [...]

DOMINGUES, J. E. Golpe do 18 Brumário, França. *Blog Ensinar História*. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/golpe-do-18-brumario-franca/>. Acesso em: 8 nov. 2022. [Fragmento]

Caracterize o contexto francês que se desdobrou no golpe 18 Brumário.

3.3. A formação do Império (1804-1815)

Em 1802, Napoleão, por meio de um plebiscito, tornou-se cônsul vitalício, dando o primeiro passo em direção ao controle total do Estado francês. Em 1804, foi aclamado imperador dos franceses, sendo coroado na Catedral de Notre-Dame, na presença do papa Pio VII, com o título de Napoleão I, substituindo o regime de Consulado pelo de Império.



DAVID, Jacques-Louis. *A coroação de Napoleão*. 1807. Óleo sobre tela, 621 x 979 cm. Museu do Louvre, França.

Domínio Público

Esse ato não significou o retorno do absolutismo à França. A mudança de título de Bonaparte não alterou sua base de sustentação política – a burguesia, o Exército e os camponeses. Napoleão utilizou-se de uma instituição aristocrática e do título de imperador para prosseguir em uma obra de caráter nitidamente burguês. Ele se assumia um déspota, mas exercia um despotismo seguindo os preceitos da Escola Clássica.

3.4. As guerras e a expansão napoleônica

A política externa de Napoleão foi o resultado das guerras que a França enfrentava desde 1792 e da reação generalizada da Europa absolutista contra o movimento revolucionário francês. Além disso, a Inglaterra, apesar de ter um regime liberal, não aceitava os avanços políticos alcançados pela França, que poderia se transformar em uma concorrente comercial e industrial nos mercados europeus.

Era objetivo de Napoleão tornar os grupos industriais e comerciais da burguesia francesa os mais poderosos do continente, dando-lhes uma posição hegemônica em relação aos outros países, especialmente aos concorrentes ingleses, que já haviam iniciado a implantação das primeiras atividades industriais desde meados do século XVIII. Ao enfrentar várias guerras e coligações de países, vencendo sucessivamente, Napoleão demonstrou ter grande habilidade estratégica, contando com Exércitos mais bem preparados, com tropas coesas, de caráter nacional, que lutavam pela defesa do país e dos valores da Revolução. Desde os primeiros movimentos dos Exércitos inimigos, a luta contra o estrangeiro despertou nos franceses um sentimento de nacionalismo, até então pouco desenvolvido.

O Bloqueio Continental (1806)

O êxito da expansão napoleônica pela Europa era, no entanto, comprometido pela superioridade marítima inglesa. Após o fracasso da tentativa de invadir o país, evidenciado pela derrota na Batalha de Trafalgar, Napoleão reconheceu a dificuldade de vencer os ingleses e buscou outra forma de impor seus interesses à Inglaterra, por meio do Bloqueio Continental, instituído, em 1806, pelo Decreto de Berlim.

O Bloqueio Continental proibia os países europeus de comercializarem com a Inglaterra, comprando dela produtos ou vendendo-lhe matérias-primas, sob pena de invasão. O objetivo era isolar economicamente sua rival, enfraquecendo-a econômica e politicamente, tornando-a fraca e vulnerável. Tratava-se de sufocar a Inglaterra, impedindo seu comércio com o resto da Europa pela proibição do acesso de seus navios aos portos do continente, exaurindo suas reservas de ouro e confiscando seus bens.

Como os países da Península Ibérica ainda não estavam sob controle napoleônico, a Inglaterra buscou garantir mercados junto aos tradicionais aliados portugueses e propôs alianças aos espanhóis. Embora aliada da França desde 1804, a Espanha acabou sendo ocupada por tropas francesas e o Carlos IV de Bourbon foi destituído do trono, que passou a ser governado por José Bonaparte (irmão de Napoleão) a partir de 1808. Logo após à ocupação da Espanha, Napoleão ordenou a invasão de Portugal, forçando a transferência da família real lusitana para sua maior possessão colonial: o Brasil. A transferência da Corte, com o apoio da Inglaterra, provocou a mudança de *status* do Brasil de colônia para sede da monarquia portuguesa, fator que mais tarde levaria à Independência brasileira.

Império Napoleônico (até 1812) e o Bloqueio Continental



BERNOLLI PLAY

Bloqueio Continental >> WA7S

Descubra nessa videoaula como o plano de Napoleão Bonaparte para derrotar a Inglaterra acabou resultando na fuga da família real portuguesa para o Brasil.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

10 Observe a imagem a seguir:



GILLRAY, James. *The plumb-pudding in danger*. 1805.

A caricatura anterior mostra Napoleão, imperador francês, e William Pitt, primeiro-ministro inglês, disputando o domínio dos mercados europeus. Com base nessas informações, aponte e explique a forma encontrada pelos franceses para desestabilizar economicamente a Inglaterra.

A resistência europeia a Bonaparte

Um aspecto importante da dominação francesa refere-se ao fato de que, por onde passavam os seus Exércitos vitoriosos, Napoleão implantava constituições, adotava o Código Civil e procurava modernizar as estruturas econômicas, destruindo a antiga ordem aristocrática. Assim, inicialmente, a burguesia dos países dominados recebeu os Exércitos napoleônicos como libertadores. Porém, a continuidade das ocupações, somada às diversas modernizações proporcionadas pela administração francesa, contribuíram para o despertar progressivo da consciência nacional em várias regiões da Europa, de modo que muitos dos grupos que antes louvavam os Exércitos napoleônicos – como emissários da Revolução Francesa – voltaram-se contra os ocupantes, considerando-os agora opressores estrangeiros.

A resistência ao domínio napoleônico começou na Espanha. Os espanhóis não aceitaram a imposição de José Bonaparte como rei e passaram a organizar governos populares locais que se armaram para combater os invasores. As dificuldades enfrentadas pelos espanhóis abriram espaço para os movimentos que levariam à Independência de suas colônias na América entre os anos de 1810 e 1830.

Os países que acataram o Bloqueio Continental ressentiam-se da falta do mercado inglês, pois eram, na sua maioria, nações agrícolas, que dependiam da exportação de suas matérias-primas em troca das manufaturas inglesas. Uma prova dessa situação foi a atitude da Rússia. Esse país, de economia essencialmente agrícola, viveu uma crise econômica devido ao excesso de produção de cereais que não podiam ser trocados pelos produtos ingleses. Em consequência, o czar Alexandre I, desprezando as ameaças de Napoleão, abriu os portos russos aos ingleses, rompendo o Tratado de Tilsit em dezembro de 1810. Em resposta, Napoleão determinou a invasão da Rússia.

Para se defender, o Império Russo empregou a tática da **terra arrasada**, que foi fundamental para a derrota francesa. Essa estratégia consistiu na destruição de quaisquer instalações, suprimentos ou fontes de recursos que pudessem ser aproveitados pelo inimigo enquanto este avançava em direção a Moscou, cidade que foi evacuada e incendiada pelos russos antes da entrada das tropas francesas. Em outubro de 1812, com o Exército esgotado e isolado em Moscou, Napoleão decidiu iniciar a marcha de regresso, enfrentando o terrível inverno russo, doenças e fome, que acabaram por dizimar suas tropas. Segundo alguns autores, apenas 10% do contingente enviado ao território russo retornou para a França.

Com o Exército reduzido e fragilizado, Napoleão foi derrotado em 1813, na **Batalha de Leipzig**, também conhecida como Batalha das Nações, pela Sexta Coligação formada pela Rússia, Prússia, Áustria, Suécia e Reino Unido. No início de 1814, os inimigos de Napoleão chegaram a Paris e recolocaram no poder a dinastia dos Bourbon, representada por Luís XVIII. Mesmo exilado na Ilha de Elba, na costa italiana, Napoleão conseguiu reunir esforços e soldados no intuito de retomar o poder. Ao desembarcar na França, as tropas destinadas pelo novo rei francês a enfrentar Napoleão se aliaram ao antigo líder, que retornou a Paris como herói em 20 de março de 1815. O **Governo dos Cem Dias** teve o seu fim após a derrota para os ingleses e prussianos na Batalha de Waterloo, na Bélgica. Bonaparte seguiu para o exílio em Santa Helena, no Atlântico Sul, onde veio a falecer seis anos mais tarde.



A marsehesa (La marseillaise). França, 1938. Baseado em minuciosa pesquisa dos documentos da época, o filme retrata os principais momentos da Revolução Francesa, como a Queda da Bastilha em 1789, a queda do rei Luís XVI em 1793 e a criação e divulgação do Hino Nacional francês, "La marseillaise".

Acesse o QR Code para ouvir um interessante *podcast* que trata sobre a figura de Napoleão e as guerras napoleônicas.



EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01 (IFES) Analise a caricatura a seguir:



MELLO, L. A.; COSTA, L. C. A. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1994. p. 360.

A caricatura retrata

- A. a ascensão da alta burguesia e dos membros da nobreza togada.
- B. a exploração sofrida por membros da nobreza e clero.
- C. as disputas entre girondinos, jacobinos e planície.
- D. o jogo das relações entre os Três Estados que existiam na França antes da Revolução de 1789.
- E. a debilidade da monarquia francesa devido ao excesso de privilégios recebidos pelo clero e nobreza.

02 (Unesp–2021) Observe a gravura de Isidore-Stanislas Helman (1743-1806).



HELMAN, Isidore-Stanislas. Abertura dos Estados Gerais em Versalhes, 5 de maio de 1789. [Entre 1743-1806]. Disponível em: <https://revistapesquisafapesp.br>. Acesso em: maio 2018

O evento representado na imagem mostra

- A. o poder legislativo, composto por representantes de todas as classes sociais e responsável pela proposição e criação das leis federais.
- B. uma assembleia popular, reunida em caráter permanente e aberta à participação direta de todos os cidadãos.
- C. o poder moderador, composto por representantes de organismos sociais e políticos e responsável pelo controle sobre as decisões do rei.
- D. o poder executivo, composto pelos membros da nobreza e do clero e responsável pelas decisões relativas à política exterior.
- E. uma assembleia consultiva, convocada esporadicamente pelo rei e formada por representantes das três ordens sociais.

03 (Unicamp-SP-2021) Seguindo a trajetória das ativistas, vemos que lutaram ao lado dos homens no movimento popular urbano e participaram de várias jornadas populares, como as de 9 de abril, 20 de junho e 10 de agosto de 1792, as quais resultaram na queda da monarquia. Abraçaram a Revolução, queriam armar-se para defender a nação dos inimigos internos, e tomaram parte nas festas cívicas.

Algumas se alistaram no exército e foram lutar nas fronteiras. No caso das Republicanas Revolucionárias, durante certo tempo contaram com o apoio dos deputados da Montanha e os ajudaram a derrubar os Girondinos. Nessa ocasião, mereceram elogios públicos. Depois se aliaram aos radicais e fizeram oposição aos Montanheses.

As militantes adquiriram uma visibilidade nunca imaginada para mulheres do povo, despertando o interesse e a inquietação de integrantes do governo acerca da questão dos direitos civis e políticos femininos. Sua presença na cena política foi tolerada e até incentivada no início da Revolução Francesa, porém reprimida em outubro de 1793, e depois de forma definitiva em 1795.

MORIN, Tania Machado. Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa. São Paulo: Alameda, 2013, p. 4-6 (Adaptação).

Com base no excerto e em seus conhecimentos sobre a Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

- A. A Revolução Francesa não garantiu o direito de voto às mulheres, mas a participação delas no movimento fez com que sua exclusão da vida pública ganhasse visibilidade e fosse debatida.
- B. Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução consolidaram os direitos civis e políticos das mulheres, igualando-os aos direitos dos homens de forma inédita na história da França e da Europa.
- C. Os revolucionários consideravam que as tarefas desempenhadas pelas mulheres na Revolução eram irrelevantes e restritas às atividades domésticas, por isso elas não conquistaram os mesmos direitos civis que os homens.
- D. A Revolução Francesa aboliu a desigualdade de gênero em todos os âmbitos da vida pública por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelecia a igualdade e a cidadania.

04 (Unesp)

C9UV



Disponível em: www.fafich.ufmg.br.



A gravura representa a marcha de mulheres revolucionárias até o palácio real de Versalhes em 5 de outubro de 1789. A participação das mulheres na Revolução Francesa

- levou à conquista do direito de voto, porém não do direito de exercer cargos executivos no novo governo francês.
- teve ressonância parcial nas decisões políticas, pois apenas as mulheres da alta burguesia envolveram-se nos protestos políticos e civis.
- foi notável nas manifestações e clubes políticos, porém seus direitos políticos e sociais não foram ampliados significativamente.
- originou a igualdade de direitos civis em relação aos homens após a proclamação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- diminuiu bastante após os conflitos e a violência generalizada que marcaram a tomada da Bastilha.

05
X5P9



(Unicamp-SP) Sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, o historiador inglês Eric Hobsbawm escreveu:

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*.

Utilizando-se dos seus conhecimentos sobre a Revolução Francesa, explique a afirmação do autor.

06 (UFMG) Leia estes versos, que eram cantados na França, durante a Fase do Terror, ocorrida entre junho de 1793 e julho de 1794:

Santa Guilhotina, protetora dos patriotas, rogai por nós;

Santa Guilhotina, terror dos aristocratas, protegei-nos.

Máquina adorável, tende piedade de nós.

Máquina admirável, tende piedade de nós.

Santa Guilhotina, livrai-nos de nossos inimigos.

(Com a melodia da Marselhesa)

Ó celeste Guilhotina,

Você abrevia rainhas e reis,

Por tua influência divina

Reconquistamos nossos direitos. (bis)

Sustenta as leis da pátria

Torne-se sempre permanente

Para destruir uma seita ímpia.

Afia tua lâmina para Pitt e seus agentes,

Enriquece tua bagagem com cabeças de tirano!

Apud ARASSE, Daniel. *A guilhotina e o imaginário do Terror*.

São Paulo: Ática, 1989. p. 106-107.

A partir da leitura desses versos, é correto afirmar que

- a difusão da ideia de uma "pátria em perigo" ficou sem efeito prático, limitada ao discurso político.
- a guilhotina foi utilizada como um instrumento capaz de representar o ato de justiça do povo.
- a ordem interna, na Fase do Terror, se enfraqueceu devido à ação do Comitê de Salvação Pública.
- o ardor contrarrevolucionário, expresso no louvor à guilhotina, era endereçado aos seguidores de Bonaparte.

07 (UEPB) O fim último, a causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra, que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis da natureza.

LEVIATÃ. 1979. p. 103.

O primeiro documento histórico que estabeleceu a crítica direta ao Estado caracterizado pelo texto foi

- A. o Tratado de Madri.
- B. a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- C. o Tratado de Brest-Litovsk.
- D. o Tratado de Versalhes.
- E. a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

08 (IFG-GO) Sobre a Revolução Francesa ocorrida no final do século XVIII, é correto afirmar:

- A. Marcou o crescimento da burguesia e o fortalecimento do absolutismo monárquico.
- B. Favoreceu o avanço das ideias comunistas e o enfraquecimento dos movimentos populares.
- C. Difundiu as ideias iluministas, como a defesa da propriedade privada e dos princípios de liberdade e igualdade, segundo os interesses do capitalismo.
- D. Rompeu com as ideias liberais e enfraqueceu o capitalismo.
- E. Fortaleceu a ideia do poder religioso dos reis e aumentou o poder da nobreza feudal.

09 (UFOP-MG) A Revolução Francesa representou, no final do século XVIII, um marco no debate sobre o poder soberano e seus limites de atuação na sociedade.

Sobre esse período, é correto afirmar, exceto

- A. Houve uma grande influência da filosofia iluminista nos ideais que impulsionaram os revolucionários franceses.
- B. O impacto da Revolução foi bem absorvido pelos Estados europeus vizinhos, que se organizaram para defender os princípios revolucionários na Europa.
- C. A Revolução Americana exerceu grande influência sobre os líderes da Revolução Francesa.
- D. Era grande a utilização de escritos com a finalidade de expor opiniões sobre princípios de governo e direitos humanos.
- E. Muitas das ideias revolucionárias, por se confrontarem com os princípios religiosos tradicionais, sofreram perseguição na Europa.

10 (Unicamp-SP) As primeiras vítimas da Revolução Francesa foram os coelhos. Pelotões armados de paus e foices saíam à cata de coelhos e colocavam armadilhas em desafio às leis de caça. Mas os ataques mais espetaculares foram contra os pombais, castelos em miniatura; dali partiam verdadeiras esquadrilhas contra os grãos dos camponeses, voltando em absoluta segurança para suas fortalezas senhoriais. Os camponeses não estavam dispostos a deixar que sua safra se transformasse em alimento para coelhos e pombos e afirmavam ser a "vontade geral da nação" que a caça fosse destruída. Aos olhos de 1789, matar caça era um ato não só de desespero, mas também de patriotismo, e cumpria uma função simbólica: derrotando privilégios, celebrava-se a liberdade.

SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 271-272 (Adaptação).

- A. De acordo com o texto, por que os camponeses defendiam a matança de animais?
- B. Cite dois privilégios senhoriais eliminados pela Revolução Francesa.

11 (FCMSC-SP-2022) Os sucessos militares de Napoleão Bonaparte resultaram da organização de um novo exército de cidadãos pela Revolução Francesa. As vitórias de Bonaparte no continente europeu implicaram:

- A. Consolidação das tradicionais dinastias absolutistas europeias.
- B. Desarticulação da produção têxtil da Primeira Revolução Industrial.
- C. Desestabilização de sistemas de dominação das metrópoles ibéricas.
- D. Propagações de revoluções sociais de caráter jacobino em escala universal.
- E. Modificações geopolíticas restritas aos espaços da Europa Ocidental.

12 (UERJ-2019)



CARICATURA de Napoleão Bonaparte. 1814. Disponível em: britishmuseum.org (Adaptação).

A derrota de Napoleão Bonaparte, em 1814-1815, foi registrada de diversas formas nas sociedades europeias. Na imagem, o imperador francês tenta devorar o globo terrestre, sendo atacado por uma águia, um dos símbolos do Império Russo. Dois impactos que as guerras napoleônicas exerceram sobre as relações internacionais na Europa da época foram:

- A. Crise agrária e consolidação dos Estados republicanos.
- B. Concorrência industrial e retomada de domínios coloniais.
- C. Integração comercial e declínio de monarquias absolutistas.
- D. Expansionismo territorial e reorganização das fronteiras políticas.

13 (UFC-CE) Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma realização de Napoleão Bonaparte, que representou uma consolidação das ideias da Revolução Francesa.



- A. O impedimento do retorno do uso de títulos de nobreza, reivindicado pelos seus generais e pela burguesia francesa que desejava tornar-se a nova elite do país.
- B. A criação do Código Civil, inspirado no direito romano e nas leis do período revolucionário, que, na sua essência, vigora até hoje na França.
- C. A abolição da escravidão nas colônias francesas, reafirmando o princípio da liberdade presente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- D. A realização de uma reforma agrária, prometida, mas não efetivada, pelos jacobinos, o que garantiu a popularidade de Napoleão entre os camponeses.
- E. A criação da Constituição Civil do Clero, que proibiu toda forma de culto religioso no território francês.

14 (UFTM-MG) Em muitos aspectos, o Império Napoleônico representou uma negação dos princípios da Revolução Francesa. [...] Entretanto, em outros aspectos, o Império Napoleônico representou a afirmação e a expansão das conquistas revolucionárias para quase todo o continente europeu.

PAZZINATO, Alceu; SENISE, Maria Helena. *História moderna e contemporânea*.

Esse "jogo contraditório" de negação e afirmação dos princípios da Revolução Francesa pode ser observado, respectivamente,

- A. na criação de uma aristocracia imperial e na aplicação de códigos de leis liberais.
- B. na coroação de Napoleão como imperador dos franceses e na volta dos privilégios feudais.
- C. no restabelecimento dos monopólios e na instituição da igualdade jurídica.
- D. no fomento às atividades agropecuárias e na defesa incondicional do individualismo.
- E. na subordinação do Estado à Igreja e na difusão do direito à propriedade privada.

15 (UNIRIO-RJ) "Milhares de séculos decorrerão antes que as circunstâncias acumuladas sobre a minha cabeça vão encontrar um outro na multidão para reproduzir o mesmo espetáculo". (Napoleão Bonaparte)

Sobre o Período Napoleônico (1799-1815), podemos afirmar que

- A. consolidou a revolução burguesa na França por meio da contenção dos monarquistas e jacobinos.
- B. manteve as perseguições religiosas e o confisco das propriedades eclesiásticas iniciadas durante a Revolução Francesa.
- C. enfrentou a oposição do Exército e dos camponeses ao se fazer coroar imperador dos franceses.
- D. favoreceu a aliança militar e econômica com a Inglaterra, visando à expansão de mercados.
- E. anulou diversas conquistas do período revolucionário, tais como a igualdade entre os indivíduos e o direito de propriedade.

- 16** (Unimontes-MG) Napoleão deu à ambição um nome pessoal [...] foi a figura com que todo homem que partisse os laços com a tradição podia se identificar em seus sonhos.

HOBBSAWM, Eric *apud* VICENTINO, Cláudio. *História geral*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 281.

A frase do historiador Eric Hobsbawm

- postula que a substituição da tradição pela ambição impede a transformação social na passagem do feudalismo ao capitalismo.
- refere-se ao papel simbólico de Bonaparte na inauguração de um tempo e política burgueses.
- interpreta a trajetória do líder francês como a materialização da teoria política moderna, simpática a líderes carismáticos.
- descreve Bonaparte como a encarnação do mito do líder predestinado ao governo, exercendo o poder político sem conflitar com o eclesiástico.

- 17** (Mackenzie-SP) Sobre o Período Napoleônico, é correto afirmar que



- as campanhas napoleônicas apoiaram o movimento denominado Conjura dos Iguais e disseminaram os ideais do proletariado revolucionário francês.
- de uma maneira geral, pode ser apontado como o momento em que se consolidaram as instituições burguesas na França.
- Portugal, tradicional aliado da França, foi um dos primeiros países a aderir ao Bloqueio Continental, em troca da ajuda na transferência da família real para a colônia Brasil.
- o Império foi marcado pelos acordos de paz com a Inglaterra, que via na França uma aliada na propagação da mentalidade capitalista burguesa.
- a ascensão do Império de Bonaparte foi concretizada a partir dos acordos políticos na Península Ibérica, evitando as lutas nacionalistas e oposicionistas.

SE LIGA NO ENEM



- 01** (Enem-2020)

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789

Os representantes do povo francês, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Disponível em: www.direitoshumanosusp.br. Acesso em: 7 jun. 2018 (Adaptação).

Esse documento, elaborado no contexto da Revolução Francesa, reflete uma profunda mudança social ao estabelecer a

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| A. manutenção das terras comunais. | D. paridade do tratamento jurídico. |
| B. supressão do poder constituinte. | E. abolição dos partidos políticos. |
| C. falência da sociedade burguesa. | |

- 02** (Enem) Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.



FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Adaptação).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- A. modernização da educação escolar.
- B. atualização da disciplina moral cristã.
- C. divulgação de costumes aristocráticos.
- D. socialização do conhecimento científico.
- E. universalização do princípio da igualdade civil.

03 (Enem)

P9V4



Texto I

O Estado sou eu. Frase atribuída a Luís XIV, o Rei Sol (1638-1712).

Disponível em: <http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2011.

Texto II

A nação é anterior a tudo. Ela é a fonte de tudo. Sua vontade é sempre legal: na verdade, é a própria lei.

SIEYÈS, E. J. O que é o Terceiro Estado *apud* ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Os textos apresentados expressam alteração na relação entre governantes e governados na Europa. Da frase atribuída ao rei Luís XIV até o pronunciamento de Sieyès, representante das classes médias que integravam o Terceiro Estado francês, infere-se uma mudança decorrente da

- A. ampliação dos poderes soberanos do rei, considerado guardião da tradição e protetor de seus súditos e do Império.
- B. associação entre vontade popular e nação, composta por cidadãos que dividem uma mesma cultura nacional.
- C. reforma aristocrática, marcada pela adequação dos nobres aos valores modernos, tais como o princípio do mérito.
- D. organização dos Estados centralizados, acompanhados pelo aprofundamento da eficiência burocrática.
- E. crítica ao movimento revolucionário, tido como ilegítimo em meio à ascensão popular conduzida pelo ideário nacionalista.

04 (Enem) Em 4 de julho de 1776, as Treze Colônias, que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA), declaravam sua independência e justificavam a ruptura do pacto colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

COSTA, Emília Viotti da. Apresentação da coleção. In: POMAR, Wladimir. *Revolução Chinesa*. São Paulo: Unesp, 2003 (Adaptação).

Considerando o texto anterior, acerca da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

- A. A Independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- B. O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de Independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- C. Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- D. Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da Independência norte-americana.
- E. Ao romper o pacto colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

FRENTE **A** CAPÍTULO 8

Revolução Francesa e Era Napoleônica

Aprendizagem

- 01** Alta tributação, má administração, gastos excessivos com guerras, fome e falta de recursos para a população.
- 02** O Primeiro Estado, formado pelo clero; o Segundo Estado, formado pela nobreza; e o Terceiro Estado, formado pelas camadas populares, sobretudo pelos camponeses, que sustentavam os privilégios das duas primeiras ordens. A charge critica a divisão social da França no Antigo Regime, ao colocar o Terceiro Estado carregando os dois primeiros.
- 03** A. Refere-se à movimentação ocorrida na França após a convocação dos Estados Gerais e a determinação da primeira reunião para maio de 1789.
B. O terceiro estado desejava poder participar das decisões políticas e econômicas da França, bem como usufruir de uma posição social adequada ao fato de compor 95% da população francesa e ser o único estamento que contribuía com impostos para o Estado. As reivindicações do terceiro estado eram amplas: exigiam a abolição de todos os privilégios e impostos feudais, a desregulamentação do comércio e a manutenção de assembleias provinciais e municipais.
- 04** Na Assembleia dos Estados Gerais estabeleceu-se um impasse em relação ao sistema de votação. A nobreza e o clero desejavam que a votação fosse "por estado", ou seja, que cada ordem social tivesse o direito a um voto. Já os representantes do terceiro estado exigiam que a votação fosse "por cabeça", em que cada participante tivesse o direito a um voto, pois sabiam que poderiam contar com o apoio de alguns representantes do baixo clero e da pequena nobreza, também descontentes com a estrutura política e social francesa. Além disso, exigiam número de representantes igual ao do primeiro e segundo estados somados. Como os interesses do terceiro estado não foram atendidos, o processo revolucionário foi a solução encontrada pelos seus integrantes.
- 05** A. O episódio do Grande Medo ocorreu no início da Revolução Francesa, durante a fase da Assembleia Nacional. A notícia da Tomada da Bastilha (14 de julho de 1789) espalhou-se rapidamente pela França e influenciou a eclosão de vários movimentos populares. Na área rural, os camponeses, descontentes com a demora na concessão de reformas, passaram a atacar e saquear mosteiros e castelos, gerando grande insegurança entre os nobres, sendo que muitos fugiram para o exterior. Essa situação gerou um medo generalizado: os nobres temiam as revoltas e os assaltos populares, principalmente no campo, enquanto as camadas populares temiam a repressão do governo e da aristocracia.
B. Como o Grande Medo gerou um clima de muita insegurança e temor, os nobres liberais que faziam parte da Assembleia aprovaram a proposta burguesa que pudesse trazer calma no campo e concedesse o direito de cidadania a todos, sem distinção. Para isso, foram aprovadas medidas que resultaram na eliminação dos privilégios e dos direitos feudais e na elaboração e promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 06** Principal liderança: Robespierre.
Principal ente social favorecido pelos jacobinos: o povo.
Motivo da principal mudança nos rumos da Revolução: o atendimento às necessidades materiais da população mais carente.
- 07** A. O texto apresenta o momento revolucionário da Reação Termidoriana (Termidor), fase que suprimiu as conquistas populares alcançadas durante a vigência dos jacobinos no poder.
B. Ela significou a consolidação da ordem burguesa idealizada desde o início da Revolução em 1789.
- 08** A Revolução Francesa iniciou-se como um movimento que buscava igualdade entre os estratos sociais. Entretanto, em seu percurso, as classes burguesas, após adquirirem participação política, frearam a Revolução, com medo de perder privilégios sociais e econômicos, fato que caracteriza o fracasso da Revolução Francesa em tentar impor uma nova ordem socioeconômica.

- 09** O contexto era o período do governo do Diretório, em que a França atravessava dificuldades econômicas que, somadas às guerras externas e internas, tornavam o país cada vez mais dependente do Exército – que lutava contra inimigos de dentro e fora da França. Nesse contexto, destacou-se Napoleão Bonaparte, que era comandante do Exército e visto como uma liderança capaz de solucionar as questões políticas do país. Vendo que a situação estava favorável para si, Bonaparte aplicou o golpe, conhecido como 18 Brumário, derrubando o governo do Diretório e dando fim à Revolução Francesa.
- 10** A forma encontrada pela França foi a adoção do Bloqueio Continental, que proibia os países europeus de comercializar com a Inglaterra, ameaçando-os de invasão caso desobedecessem ao decreto.

Propostos

- 01** D
- 02** E
- 03** A
- 04** C
- 05** A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão representou um grande golpe contra o Antigo Regime, ao estabelecer que todos os homens são iguais perante a lei, derrubando os privilégios da aristocracia francesa; ou seja, foi um “manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres”. Contudo, essa conquista limitou-se à igualdade jurídica. Uma vez que se trata de um documento burguês, a igualdade social não foi defendida. A propriedade, por exemplo, permanece intocável e “sagrada”, atendendo aos interesses econômicos desse grupo social e deixando a maioria da população impossibilitada de ter acesso às terras.
- 06** B
- 07** B
- 08** C
- 09** B
- 10** A. A caça era uma atividade exclusiva da nobreza. Com a eliminação dos privilégios pelo processo revolucionário, a caça passou a ser realizada por qualquer cidadão e representava o fim dos privilégios e a igualdade de direitos.
- B. Isenção de impostos e recebimento de pensões.
- 11** C
- 12** D
- 13** B
- 14** A
- 15** A
- 16** B
- 17** B

Enem

- 01** D
- 02** E
- 03** B
- 04** C



FRENTE A

CAPÍTULO

9

Das Revoluções Industriais às Teorias Sociais do Século XIX

Consequências Sociopolíticas da Industrialização

Viajar de carro, ônibus, trem ou avião. Usufruir da iluminação elétrica de nossas residências ou mesmo enviar uma mensagem no celular. Tais elementos do nosso dia a dia tiveram origem nos desdobramentos das Revoluções Industriais. Esse processo se iniciou na Inglaterra do século XVIII e, a partir daí, alcançou outros lugares do mundo. Além de transformar o modelo de produção, as Revoluções Industriais trouxeram mudanças políticas, culturais e sociais, tendo, entre outros resultados, a formação de uma nova classe: o operariado.

Em alguns momentos da História, essa classe buscou melhorias em suas condições de trabalho por meio do movimento operário. Nesse contexto, surgiram teorias que buscaram explicar a nova organização socioeconômica, suas consequências e possíveis reestruturações para ela, como o socialismo e o anarquismo.

Você saberia identificar alguma consequência desses processos em nosso cotidiano? Já imaginou como seria sua vida sem os recursos tecnológicos? Você sabe como surgiu e o que é o socialismo? Essas e outras questões serão abordadas ao longo deste capítulo.

1. O advento da Revolução Industrial

A partir de meados do século XVIII, a economia europeia sofreu uma modificação acelerada. Pela primeira vez, o ser humano substituiu o seu trabalho manual na produção de bens de consumo pelo trabalho das máquinas. Esse fato foi o resultado da evolução do processo produtivo que teve início ainda na Pré-História, quando o ser humano começou a transformar matérias-primas em produtos úteis à sua sobrevivência.

O mais antigo método de transformação foi o **artesanato**, no qual o artesão trabalhava por conta própria, dominando todas as etapas da transformação com o auxílio de ferramentas. Na Idade Moderna, com a grande demanda do mercado consumidor, os artesãos tiveram dificuldade para vender sozinhos seus produtos, que passaram a ser comprados por um comerciante que os revendia.

Visando ampliar seus negócios, os comerciantes começaram a comprar a matéria-prima e a pagar camponeses para transformá-la, em suas casas, utilizando-se de ferramentas próprias. No meio urbano, com o avanço das relações comerciais e o aparecimento de novas matérias-primas, surgiram as primeiras oficinas: locais que reuniam um número de trabalhadores que desempenhavam funções específicas, dando origem à **manufatura**. Um aspecto característico da produção manufatureira é a **divisão do trabalho**, ou seja, a adoção de uma linha de produção dividida em várias tarefas, sendo cada uma delas realizada por um grupo de trabalhadores, o que permitiu o aumento da produtividade.

As manufaturas reuniam dezenas ou mesmo centenas de trabalhadores sob as ordens de um empregador, que ocupava uma posição econômica dominante em relação à dos trabalhadores, aos quais pagava um salário e de cujos trabalhos retirava seu lucro. Interessava ao empregador aumentar o ritmo da produção e colocar no mercado maior quantidade de produto, o que demandava buscar novas técnicas de produção.



O século XVIII conheceu inovações tecnológicas tão significativas que provocaram a transição de uma economia agrária e artesanal para outra, em que a máquina passou a ter grande importância. Houve, então, a transformação da pequena indústria artesanal para o consumo em pequena escala em uma grande produção. As **maquinofaturas** possibilitaram o aumento da produção e um barateamento dos preços dos produtos, facilitando o consumo e contribuindo para o enriquecimento dos donos das fábricas.

Três fatores foram fundamentais para que essa transformação ocorresse:

- O surgimento de máquinas modernas que substituíram o trabalho manual, feito com o auxílio de ferramentas.
- A utilização do vapor como fonte de energia para movimentar as máquinas.
- A obtenção de novas matérias-primas, principalmente minerais, que impulsionaram a metalurgia e a indústria química.

Essas mudanças foram completadas com a consolidação de novas formas de organização do processo e do trabalho produtivo, substituindo as antigas oficinas manufatureiras por fábricas que reuniam um número maior de trabalhadores e que passaram a produzir para um mercado desconhecido, indeterminado e cada vez maior.

A essas transformações ocorridas a partir do século XVIII, quando alcançaram um ritmo vertiginoso, damos o nome de **Revolução Industrial**, já que provocaram uma verdadeira mudança na maneira de viver das sociedades humanas, com as consequentes mudanças demográficas, sociais e intelectuais.



Foi uma das maiores transformações da História: em cerca de cem anos, a Europa de quintas, rendeiros e artesãos tornou-se uma Europa de cidades abertamente industriais. Os utensílios manuais e os dispositivos mecânicos simples foram substituídos por máquinas; a lojinha do artífice, pela fábrica. O vapor e a eletricidade suplantaram as fontes tradicionais de energia – água, vento e músculo. Os aldeões, como as suas antigas ocupações, se tornaram supérfluos, emigravam para as minas e para as cidades fabris, tornando-se operários da nova era, enquanto uma classe profissional de empreiteiros, financeiros e empresários, de cientistas, inventores e engenheiros se salientava e se expandia rapidamente. Era a Revolução Industrial.

HENDERSON, W. O. *A Revolução Industrial: 1780-1914*. Lisboa: Verbo, 1969. p. 7. [Fragmento]



WALKER, George. *O Traje de Yorkshire*. 1815. Gravura. Representação do processo manufatureiro nas oficinas.



A Revolução Industrial modificou a paisagem das cidades a partir do século XVIII.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM ☐

01 [...] Esse mecanismo mostrou que o trabalho combinado aumentava a produção de mercadorias em menor tempo. Simultaneamente, esse mecanismo permitiu que os custos operacionais e sociais fossem reduzidos, garantindo maior lucro ao capitalista. [...]

BATISTA, A. Processos de Trabalho: da manufatura à maquinaria moderna. *Serviço Social e Sociedade*. Jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sVnSvDQm58XJh5h47c7Frkv/?lang=p> t. Acesso em: 9 nov. 2022. [Fragmento]

A que mecanismo o texto anterior se refere? Indique-o.

2. Revolução Industrial: causas gerais

A Revolução Industrial foi resultado dos aperfeiçoamentos técnicos iniciados a partir do século XVI, como a invenção da bomba aspirante, da roda de fiar e do tear de tecer meias, e das melhorias introduzidas na técnica de fundir minérios e na obtenção do bronze. Os progressos técnicos também aconteceram em outros setores, como a vidraria, a relojoaria e a construção naval. Essas inovações prenunciaram a grande transformação que foi verificada a partir de 1760, demonstrando um processo contínuo de progresso.

O desenvolvimento técnico foi fundamental para a Revolução Industrial, porém não foi o único. Outros fatores também devem ser considerados:

- **Revolução comercial:** iniciou-se com a Expansão Marítima e resultou na colonização europeia do continente americano, ampliando os mercados consumidores a partir da fundação dos impérios coloniais e do aumento exponencial da população europeia.
- **Economia mercantilista:** criou condições favoráveis para o desenvolvimento industrial ao levar diversos Estados a estimularem o desenvolvimento de manufaturas para exportação, o que resultou em aperfeiçoamentos técnicos e melhorias na produção. A imposição do pacto colonial gerou maior acumulação de lucros sob a forma de capitais.
- **Burguesia capitalista:** sua formação permitiu a busca de novas formas de investimentos para o excedente de riqueza, o que significou uma crescente **disponibilidade de capitais** para investimentos na produção.
- **Ideologia iluminista:** a divulgação dos ideais iluministas eclodiu nas **Revoluções Liberais**, que permitiram à classe burguesa ter acesso ao poder político, exercendo cargos administrativos e legislativos, o que facilitou a implantação da economia industrial.
- **Mentalidade científica:** estimulada desde o Renascimento, com a valorização do uso da razão, da dúvida e da curiosidade pela natureza. A aplicação prática de vários princípios científicos aumentou a bagagem técnica do europeu e foi um poderoso estímulo para a invenção das máquinas.

Essa transformação tão importante na produção pode ser identificada a partir de 1760 e ocorreu, em primeiro lugar, na Inglaterra, que assumiu a posição de pioneira na Revolução Industrial, e que, durante algum tempo, foi um fenômeno exclusivamente inglês.



SCHWEIB, Markus. *Um modelo de máquina de fiar hidráulica*. Museu da Industrialização, Wuppertal, Alemanha.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

02 A meu ver, a população é um objetivo secundário. Deve-se cultivar o solo de modo a fazê-lo produzir o máximo possível, sem se inquietar com a população. Em caso algum o fazendeiro deve ficar preso a métodos agrícolas superados, suceda o que suceder com a população. Uma população que, em vez de aumentar a riqueza do país, é para ele um fardo, é uma população nociva.

DEPOIMENTO de Arthur Yong. In: MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 166. [Fragmento]

Explique o depoimento destacado e associe-o com as causas gerais da Revolução Industrial.

3. A liderança inglesa do processo industrial



Houve um momento na história do mundo em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como sua única oficina mecânica, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro; e, por esse motivo, sua única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se, simplesmente, à solidão do pioneiro, soberano de tudo quanto se ocupa por causa da ausência de outros ocupantes.

HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. p. 9. [Fragmento]

A Inglaterra era um país pequeno, de características insulares, sem muita diversidade de produtos, onde a autossuficiência era quase impossível. No século XVIII, os produtos agrícolas ingleses já não satisfaziam as necessidades da população do país, e o esgotamento de suas florestas se acentuava desde o século anterior. Apesar disso, o pioneirismo industrial inglês foi possível devido aos seguintes fatores favoráveis: acumulação de capitais, disponibilidade de mão de obra e matérias-primas, condições geográficas vantajosas e o Estado Liberal.

3.1. Acumulação de capitais

A Inglaterra foi o país que mais acumulou lucros durante a fase mercantilista. Ao adotar o **Comercialismo**, tornou-se uma potência naval capaz de usufruir de suas colônias na América. Além de fornecerem matéria-prima (algodão) para as indústrias têxteis, essas colônias tornaram-se excelentes mercados consumidores dos produtos ingleses.

O ouro brasileiro tem grande relação com a acumulação de capitais que favoreceu a industrialização inglesa. Em 1703, Inglaterra e Portugal assinaram o Tratado de Methuen, também chamado de "Tratado de Panos e Vinhos", no qual Portugal abria seu mercado para os tecidos ingleses em troca dos vinhos portugueses. Como estes eram insuficientes para pagar as volumosas importações de tecidos ingleses, Portugal cobria a diferença com o ouro que a exploração colonial do Brasil lhe assegurava.

Também as **Leis de Navegação**, de 1651, do Governo Cromwell e a atuação das companhias de comércio resultaram em um extraordinário crescimento da atividade comercial e no conseqüente enriquecimento dos capitalistas ingleses. Dominando o comércio marítimo, a nação inglesa teve a garantia de capitais abundantes para o financiamento de novas indústrias e a facilidade de escoamento da produção, além de matérias-primas de diversas regiões, como dos Estados Unidos (algodão) e da Austrália (lã). Além disso, a Inglaterra possuía uma vasta e eficiente rede bancária, encabeçada pelo Banco da Inglaterra, o que facilitava as transações comerciais e a utilização racional dos capitais disponíveis.

3.2. Mão de obra disponível

A nascente indústria inglesa pôde contar com uma considerável oferta de mão de obra, o que permitiu o pagamento de baixos salários. Desde o final da Idade Média, a Inglaterra vivenciava uma revolução agrícola. A partir do século XVI, os reis ingleses adotaram as **Leis de Cercamentos** (*Enclosure Acts*), que determinavam o fechamento dos campos comuns e possibilitavam a venda de terras. Com isso, formaram-se, progressivamente, grandes propriedades, que começaram a ser utilizadas, principalmente, para a criação de ovelhas e para o fornecimento de lã às manufaturas têxteis.

COLE, George Vicat. *Dias de agosto*. Século XIX. Na obra, o pintor inglês retrata uma terra comum. Paisagens como essa foram palco do processo de cercamentos, com a transformação da terra em propriedade privada.



A política de cercamentos, que permitiu o acúmulo de terras nas mãos de grandes proprietários, associada a sensíveis mudanças nas técnicas produtivas, gradativamente reduziu a necessidade de camponeses e trabalhadores rurais. Sem fonte de subsistência, essa população se deslocou para as cidades. A maior parte da mão de obra transferida do campo para a cidade, até meados do século XVIII, era formada por artesãos que se dirigiam aos centros manufatureiros. Embora fossem camponeses, possuíam prática no trabalho artesanal.

Aqueles trabalhadores que não tinham profissão ou qualificação definidas passaram a viver em condições de miséria, promiscuidade, falta de higiene e de conforto. Foram transformados em uma massa destituída e desmoralizada. A multidão trabalhadora, o povo anônimo das fábricas, formava o **exército industrial de reserva**. Nem sempre eles se dispunham a trabalhar nas manufaturas, devido às péssimas condições de trabalho e de salário.

Para obrigar esses trabalhadores a aceitarem as duras condições de trabalho da época, o Parlamento propôs, no início do século XVII, uma **legislação sobre os pobres**. A mais conhecida dessas leis foi a **Lei do Senhor e Empregado**, que permitia os castigos corporais, o encarceramento do operário que abandonasse o trabalho e o pagamento de um salário tão pequeno que obrigava o empregado a trabalhar sem parar, a semana inteira, para obter um mínimo de sobrevivência. As Leis de Cercamentos e as Leis dos Pobres continuaram sendo impostas até o século XVIII, fornecendo à economia inglesa matéria-prima e mão de obra farta e barata o suficiente para estimular a industrialização. A chegada à indústria de trabalhadores de origem agrícola ou, mais amplamente, rural é um fenômeno histórico, inseparável do fenômeno da industrialização.

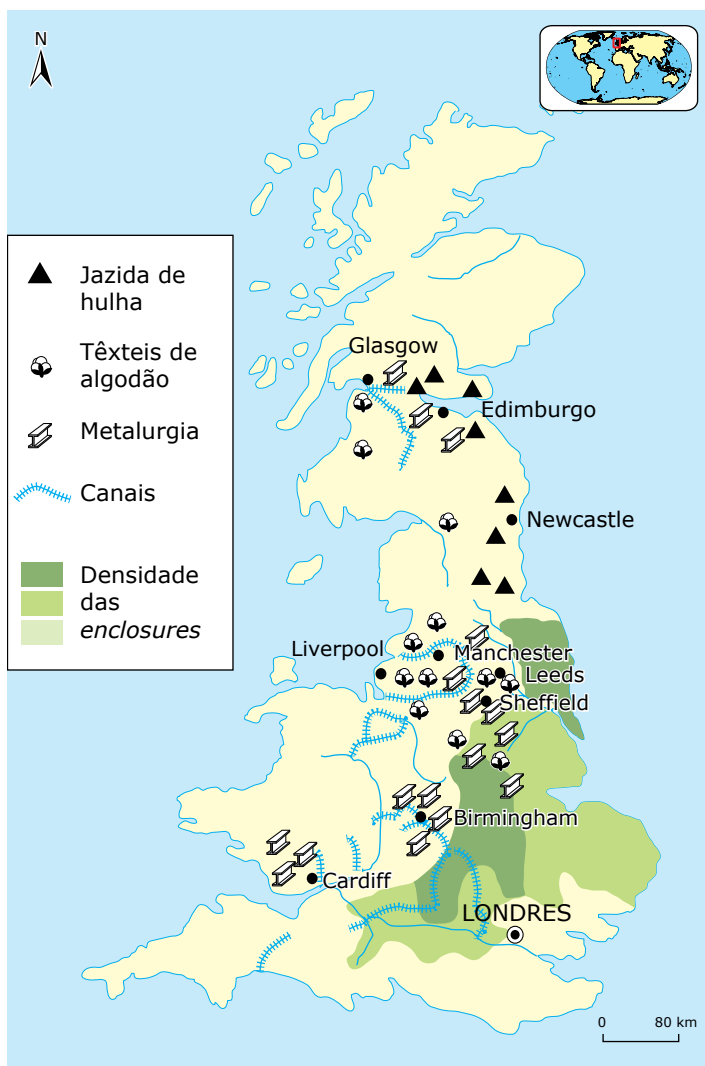
3.3. Condições geográficas vantajosas e matérias-primas

A Inglaterra contava com grandes minas de carvão mineral bem situadas, que garantiam o combustível indispensável às máquinas a vapor e às metalurgias, e também com a lã abundante, cuja disponibilidade aumentava com o progressivo crescimento das terras comunais a partir do século XVI. Esse processo levou à formação de grandes propriedades para a criação de ovelhas oriundas da Austrália e, principalmente, para o beneficiamento do algodão, oriundo das colônias inglesas da América. Além disso, o país contava com grandes reservas de ferro, cobre, estanho, hulha e sal, com uma vasta rede fluvial navegável e com bons portos naturais, que favoreciam o transporte e o escoamento da produção de várias regiões.

3.4. Estado Liberal

Politicamente, o país passou a ser governado pela burguesia a partir da **Revolução Gloriosa (1688)**, que eliminou o absolutismo e estabeleceu o comando do Parlamento. Esse evento inaugurou o Estado Liberal inglês, que passou a atuar na promoção e desenvolvimento da maquinofatura na Inglaterra. A burguesia inglesa soube tirar proveito dessas vantagens, investindo decididamente na mecanização, o que permitiu o aumento da produtividade e a produção em larga escala de artigos de venda fácil em todo o mundo. A metalurgia e o setor têxtil, no qual o país já possuía uma grande experiência, foram os pontos-chave da Revolução Industrial inglesa.

Condições favoráveis da Inglaterra para o processo de industrialização





EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

03
ID1Z

(Unesp) Sob qualquer aspecto, este [a Revolução Industrial] foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha. É evidente que isto não foi acidental.

HOBBSAWM, Eric.
A era das revoluções: 1789-1848. 1986.

Aponte dois fatores que justifiquem a importância dada pelo texto à Revolução Industrial e indique dois motivos do pioneirismo britânico.

4. O início da industrialização

4.1. A indústria de tecidos (têxtil)

O primeiro setor econômico a se industrializar na Inglaterra foi o da manufatura de tecidos, devido à tradição inglesa de produção de tecidos de lã e, certamente, pelas exigências do mercado consumidor. A matéria-prima, o algodão, que contava com uma produção mais barata que a da lã, era obtida em áreas coloniais como as colônias inglesas na América, ou mesmo na Índia, único centro produtor de algodão puro conhecido pelos europeus.

O carvão queimado para a produção da energia a vapor era obtido nas grandes bacias carboníferas de Lancashire e Yorkshire. As primeiras máquinas, feitas de ferro fundido, eram grandes, pesadas e incômodas. Sua concentração em grandes galpões deu origem às **fábricas** e, com elas, ao **sistema fabril**.



Gravura do século XIX representando o interior de fábrica de linho em Marshall, na Inglaterra. Fábricas como essa substituíram as antigas manufaturas domésticas por grandes unidades produtivas.

Esse sistema foi, progressivamente, se consolidando com o surgimento de máquinas como a lançadeira volante, criada por John Kay, que permitiu a tecelagem de tecidos maiores utilizando menos mão de obra. Outras máquinas que surgiram no período foram a *spinning jenny* (máquina de fiar hidráulica), de Hargreaves, na década de 1760, que, apesar de usar a força humana, ocasionou um aumento produtivo; e o *water frame* (bastidor hidráulico), de Arkwright, que, por usar o vapor-d'água como força motriz, não podia ter uso doméstico. Portanto, podemos perceber como a manufatura doméstica foi sendo substituída pela fábrica.

O modo quase definitivo da forma das operações de fição foi fixado por Samuel Crompton, em 1779, que combinou certas características da *spinning jenny* com o *water frame*, criando uma máquina de fiar chamada *mule* (mula). Com essa máquina, desenvolvida em função do mercado, a fição tornou-se, definitivamente, uma operação industrial, concentrada e cada vez mais automatizada.

O ritmo imposto por um processo de fição mais eficiente, que gerou maior produção de fios, mas não garantia que aqueles fios pudessem ser utilizados de maneira mais veloz, refletiu-se na tecelagem. Se antes os negociantes reclamavam da falta de fios, agora eles passavam a existir em excesso, visto que o **tear mecânico** destravou esse gargalo. Inventado pelo reverendo Cartwright, em 1785, o tear passou por uma série de aperfeiçoamentos até estar em condições de funcionar de maneira eficaz e automática, após 1850.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

04 (UFMG) O que significa a frase “A Revolução Industrial explodiu”? Significa que, a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que, daí em diante, tornaram-se capazes da multiplicação rápida, constante, e, até o presente, ilimitada de homens, mercadorias e serviços. [...] Sob qualquer aspecto, este foi, provavelmente, o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha. É evidente que isto não foi acidental.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 44-45.

- Cite e analise dois fatores que tornaram possível o pioneirismo inglês no processo de industrialização.
- Explique uma das razões por que a indústria têxtil se tornou o setor de ponta nos primórdios da industrialização.

5. Transformações fundamentais da industrialização

5.1. A máquina a vapor

Havia séculos que já se sabia que o vapor-d'água podia ser utilizado como fonte de força motriz. Grosseiras máquinas a vapor tinham sido construídas por Heron de Alexandria no século I a.C., por Leonardo da Vinci durante a Renascença e por vários outros no início da Idade Moderna.

O primeiro homem a empregar a força do vapor com propósitos industriais foi Thomas Newcomen, que, em 1712, inventou uma rudimentar, porém eficiente, máquina a vapor para bombear água das minas de carvão inglesas. Sendo possível extrair totalmente a água das minas, houve um aumento da produção do carvão.

A máquina de Newcomen foi aprimorada, em 1769, por James Watt. No entanto, não foi utilizada de imediato, pois exigia um material de ferro que ainda não era produzido pela indústria.

O motor de Watt tornou-se realidade a partir da necessidade de se encontrar uma fonte eficiente de energia para mover as pesadas máquinas já inventadas na indústria têxtil. O aperfeiçoamento da máquina a vapor promoveu um desenvolvimento mais rápido da industrialização, ampliando a importância da produção do carvão e do ferro e provocando uma revolução nos transportes. De fato, o século XIX tornou-se o século do vapor. Estimava-se que, em 1870, as máquinas a vapor de todo o mundo teriam uma força de 46 milhões de cavalos-vapor e que seriam necessários 400 milhões de cavalos vivos para fazerem o mesmo trabalho.

5.2. Desenvolvimento metalúrgico

O aperfeiçoamento da máquina a vapor contribuiu para o rápido desenvolvimento da manufatura do ferro e de produtos feitos a partir desse metal. A máquina a vapor exigia um material mais resistente do que a madeira com a qual foram construídas a *spinning jenny* (máquina de fiar hidráulica) e o *water frame* (bastidor hidráulico). Seus cilindros precisavam ser calibrados com a maior precisão possível a fim de se evitar a perda do vapor e, para isso, era necessário que os métodos científicos da manufatura de ferro e a produção de máquinas-ferramentas alcançassem um maior progresso.

Em 1784, foi patenteado por Henry Cort o método da **pudlagem**, que consistia em agitar o ferro em fusão a fim de eliminar grande porcentagem do seu conteúdo de carbono. Esse método possibilitou a produção de um metal de qualidade superior. Dois anos mais tarde, Cort inventou o laminador para a fabricação de chapas de ferro. O ferro tornou-se, então, um material comum, de fácil fabricação e de uso muito variado. Ao tornar-se mais barato, passou a substituir os objetos de madeira e, sobretudo, a servir às construções navais, à fabricação de máquinas, pontes, tubos e materiais de construção. Do mesmo modo que o setor têxtil, as fábricas do ramo metalúrgico passaram a se concentrar em uma mesma área, onde enormes e poderosas máquinas funcionavam movidas pela energia do vapor.

A metalurgia intensificou a revolução agrícola enfrentada pelos camponeses, pois abriu espaço para a construção de máquinas para arar o solo, semear e colher, resultando na mecanização da lavoura e na redução ainda mais drástica das possibilidades de subsistência dos trabalhadores no campo.

Veja o que observou o historiador Eric Hobsbawm:



A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos e até mesmo a grande muralha da China empalidecerem de provincialismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 61. [Fragmento]



Locomotiva. A primeira foi idealizada por George Stephenson.

Consequentemente, outros países passaram a construir suas estradas de ferro: em 1828, a França inaugurou sua primeira ferrovia; a Áustria, em 1832; a Alemanha e a Bélgica, em 1835. No início da década de 1850, regiões como México, Peru, Brasil e Egito também construíram suas primeiras ferrovias.

O navio a vapor

O vapor também transformou o transporte fluvial e marítimo. Os primeiros barcos a vapor possuíam rodas propulsoras de madeira, o que não permitia percorrer longas distâncias, a não ser que fossem usadas velas ou motores de combustão de carvão. Em 1785, James Rumsey criou o primeiro barco movido inteiramente a vapor. No entanto, quem converteu o barco a vapor em um êxito comercial foi Robert Fulton que, em 1807, fez todo o percurso entre Nova Iorque e Albany com o seu *Clermont*, equipado com um motor a vapor e uma roda de pás. A grande contribuição de Fulton foi um desenho do casco que tornou seu barco economicamente viável.

Em pouco tempo, os barcos de rodas percorriam os rios e os lagos não só da América, mas também da Europa. Em 1840, velozes barcos a vapor já cruzavam regularmente o Atlântico Norte, na mesma época em que os imigrantes europeus chegavam aos milhares à América.

O navio a vapor tornou possível, em 1869, a construção do Canal de Suez, que uniu o Mediterrâneo e o Oceano Índico, evitando a longa viagem ao redor da África, e encurtou em 56% a distância marítima de uma viagem entre Bombaim e o sul da França.

5.4. As comunicações

O telégrafo

A necessidade de fazer com que as mensagens chegassem antes dos trens para, por exemplo, advertir uma locomotiva que chegava de que a linha férrea estava ocupada, ou para avisar que um trem havia quebrado, sendo preciso o envio de auxílio, levou à criação do telégrafo, palavra que deriva da junção de duas antigas palavras gregas que significam “de longe” e “escrever”.

Em 1820, o físico francês Ampère havia descoberto que o eletromagnetismo podia ser usado para transmitir mensagens entre pontos distantes por meio de um fio. Em 1843, a primeira linha pública de telégrafo começou a funcionar paralela à ferrovia inglesa, que ligava a estação de Paddington, em Londres, à cidade de Slough. Em 1844, Samuel Morse criou a versão inicial de seu código Morse para a ferrovia que ligava Washington a Baltimore. Esse foi o ponto de partida para a disseminação de sistemas telegráficos em todo o mundo. Em 1851, foi lançado um cabo por meio do Canal da Mancha e, em 1866, foi inaugurado o primeiro cabo transatlântico.

duncan1890 / Getty Images



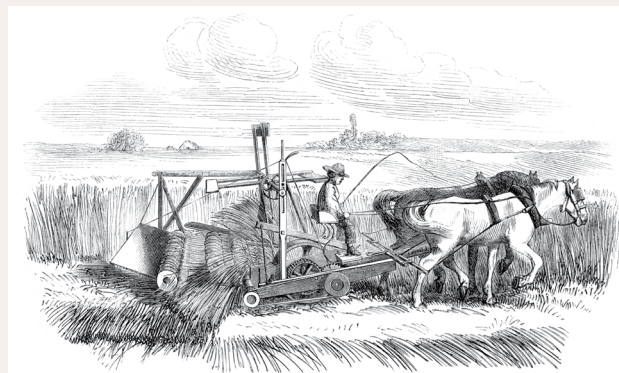
Procissão de navios na inauguração do Canal de Suez. 1851.

5.5. Progressos na agricultura

Na primeira metade do século XIX, a agricultura também foi afetada pela Revolução Industrial. Nessa época, foram introduzidas novas culturas, como a da beterraba açucareira, que passou a ser plantada em larga escala na França e na Alemanha. Além disso, houve o desenvolvimento da química agrícola, que tornou possível a produção de adubos artificiais e o aperfeiçoamento das raças de gado.

A agricultura também se beneficiou com a influência da mecanização, visto que foram criados melhores arados, além do emprego generalizado da debulhadora, que foi muito utilizada para separar o caroço da fibra de algodão. Essas novidades possibilitaram um fornecimento de maior quantidade do produto por um preço mais baixo. Também contribuiu para a melhoria da produção agrícola a invenção de Cyrus McCormick que, em 1834, registrou patente de sua ceifadeira mecânica.

Esse progresso da técnica possibilitou que a agricultura aumentasse significativamente sua produtividade, às custas da destruição do modo de vida tradicional dos camponeses.



MCCORMICK, Cyrus. Representação de um agricultor fazendo feno com ceifadeira criada. 1859.

6. A Segunda Revolução Industrial

Na segunda metade do século XIX, a Revolução Industrial deixou de ser exclusiva da Inglaterra e foi, aos poucos, atingindo outros países da Europa, como a França, a Bélgica e a Alemanha, juntamente com o Japão na Era Meiji, regiões dos Estados Unidos e, em menor grau, algumas áreas da Europa Oriental. O resto do mundo (América Latina, África e Ásia) precisou ainda de algum tempo para desenvolver os processos de industrialização. Na América Latina, por exemplo, o contexto externo, assim como a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, influenciaram esse processo.

6.1. Novas tecnologias

Por volta do ano 1860, novas transformações técnicas e econômicas provocaram mudanças substanciais no processo industrial. Essencialmente, três invenções caracterizam o início da Segunda Revolução Industrial.

A primeira delas é o processo de transformação do ferro em aço, idealizada por Henry Bessemer. Ele imaginou um conversor que produzia uma forte corrente de ar que, passando pelo ferro fundido, queimava o excesso de carbono que tornava o ferro fraco, obtendo, dessa forma, aço de baixo teor carbônico. Por suas características de dureza e resistência e seu baixo custo de produção, o aço tornou-se o metal básico dessa nova fase do processo de produção.

Houve, também, a criação do **dinamo**, que propiciou a substituição do vapor pela eletricidade como fonte de energia para o maquinário industrial. A utilização do motor de combustão interna, inventado por Nikolaus Otto e aperfeiçoado por Rudolf Diesel, abriu caminho para a utilização do petróleo como força motriz em navios e locomotivas, criando, assim, condições para o aparecimento do automóvel e do avião. A partir do impulso que recebeu na Inglaterra no final do século XVIII, a indústria deu passos acelerados, sobretudo com: a descoberta do motor à explosão, da eletricidade e do uso do petróleo; o desenvolvimento da indústria automobilística e da aviação; a chegada do rádio e da televisão; o controle da energia nuclear; a eletrônica; a informática; e as conquistas espaciais. As últimas conquistas foram tão rápidas e importantes que se costuma incluí-las na chamada **Revolução Tecnológica** ou **Terceira Revolução Industrial**, que ganhou ímpeto a partir de meados do século XX.

6.2. Novos modelos produtivos

No final do século XIX e início do XX, duas formas de organização da produção industrial provocaram mudanças significativas no ambiente fabril: o **taylorismo** e o **fordismo**. Esses dois sistemas visavam à racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, à maximização da produção e do lucro.

O taylorismo foi desenvolvido pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor (1856-1915). Segundo ele, o operário deveria apenas exercer sua tarefa em um menor tempo possível durante o processo produtivo, não havendo necessidade de conhecer a forma como se chegava ao resultado final. Dessa maneira, o taylorismo aperfeiçoou o processo de divisão técnica do trabalho, sendo que o conhecimento do todo o processo produtivo era responsabilidade única do gerente, que também fiscalizava o tempo destinado a cada etapa da produção. Com isso, foi consolidada a padronização e a realização de atividades simples e repetitivas.

O fordismo foi concebido por Henry Ford (1863-1947) e sua principal característica foi a introdução da linha de montagem, na qual cada operário ficava em um determinado local realizando uma tarefa específica, enquanto o produto fabricado, no caso, o automóvel, se deslocava pelo interior da fábrica em uma espécie de esteira. O operário se especializava em apenas uma etapa da produção e repetia a mesma tarefa durante toda a jornada de trabalho, fato que provocava uma alienação física e psicológica nos trabalhadores, que não tinham conhecimento de todo o processo.



A fábrica, segundo o taylorismo e o fordismo.



Taylorismo em uma fábrica têxtil. Esse modo de produção aperfeiçoou o processo de divisão técnica do trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi criado, no Japão, um novo sistema de organização voltado para a produção industrial denominado **toyotismo**, por ter sido aplicado inicialmente na fábrica da Toyota. O toyotismo tem como características principais: o emprego de uma mão de obra multifuncional e bem qualificada, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa; a aplicação do sistema *just in time*, ou seja, produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária; o uso de pesquisa de mercado para adaptar os produtos às exigências dos clientes, ajustando a produção à demanda do mercado e evitando ao máximo o excedente; a implantação do sistema de qualidade total em todas as etapas de produção.

VAI LÁ E FAZ

[...] A história do telégrafo ao *smartphone*

Passar poucos minutos longe do *smartphone* pode ser um desafio para algumas pessoas. As informações que antes estavam em vários exemplares das enciclopédias [...], hoje, encontram-se a alguns toques de distância. Muita coisa aconteceu desde as primeiras ligações telefônicas até os aplicativos de mensagem instantânea [...].

NASCIMENTO, H. Isso é muito Black Mirror: a história do telégrafo ao smartphone. In: Universidade de Guarulhos (UNG). Disponível em: <https://www.ung.br/noticias/isso-e-muito-black-mirror-historia-do-telegrafo-ao-smartphone>. Acesso em: 9 nov. 2022. [Fragmento]



Você já parou para refletir a respeito do caminho percorrido pela comunicação até chegar aos *smartphones*? Na atividade a seguir, você terá a oportunidade de pensar sobre isso!

Reúna-se em grupo com seus colegas e produza uma linha do tempo que deve delimitar a evolução da comunicação até os *smartphones*. A linha do tempo deve conter os seguintes pontos:

- Descoberta do eletromagnetismo
- Criação do telégrafo
- Primeira linha de telefone público
- Primeiro aparelho celular no mundo
- Primeiro aparelho celular com mensagens móveis
- Primeiro aparelho celular *touchscreen*
- Primeiro celular dobrável
- Primeiro celular com câmera
- Primeiro celular com *bluetooth*
- Primeiro celular com internet

Observação: se acharem necessário, delimitem mais acontecimentos para enriquecer a linha do tempo.

Para finalizar, apresentem a linha do tempo para a turma.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

05 [...] Alguns autores da economia clássica já vinham pensando sobre estratégias de organização e controle do trabalho, mas foi Frederick Winslow Taylor quem, nas últimas décadas do século XIX, desenvolveu a ideia de gerência científica. Nessas décadas, já se verificava um enorme aumento do tamanho das empresas, o início da organização monopolista da indústria e a intencional e sistemática aplicação da ciência à produção. Taylor, e com ele o taylorismo, surge na cadeia de desenvolvimento desses métodos e organização do trabalho. [...]

RIBEIRO, F. A. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.35, jul./dez. 2015.p.66. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/26678/pdf/74831>. Acesso em: 9 nov. 2022. [Fragmento]

- Caracterize o modelo produtivo citado no texto.
- Apresente outros dois modelos produtivos surgidos no contexto da industrialização.

7. Os efeitos da Revolução Industrial

As inovações surgidas por meio da Revolução Industrial resultaram em profundas transformações não somente na Europa, mas também em suas áreas de domínio colonial, como:

- O modo de produção capitalista foi consolidado como dominante.
- Aumento da média de vida da população: o desenvolvimento da indústria química levou a uma maior utilização de remédios e vacinas, gerando a erradicação de algumas doenças.
- Consolidação de duas novas classes sociais: a **burguesia industrial**, detentora dos meios de produção e do poder político, e o **proletariado**, que, expropriado dos meios de produção, passou a ter como forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.
- Urbanização das cidades por meio da formação de grandes núcleos urbanos em torno das indústrias: algumas vilas operárias eram construídas pelas próprias empresas para que fossem utilizadas como instrumentos de controle. Caso os operários não se submetessem à empresa, eram demitidos e perdiam a moradia. Devemos nos lembrar de que as cidades que surgiram com a Revolução Industrial eram desestruturadas e com altos índices de violência, ou seja, já apresentavam os grandes problemas dos atuais centros urbanos.
- Aumento significativo da produção agrícola, por meio da utilização de adubos químicos e máquinas na agricultura – revolução agrícola.
- Surgimento de ideologias que criticavam o capitalismo, como o **socialismo** e o **anarquismo**.

Além dessas consequências, é válido ressaltar que, com a Revolução, a situação do trabalhador não melhorou; pelo contrário, as jornadas de trabalho eram extensas, chegando a 18 horas diárias, os salários eram baixos, as condições de trabalho eram precárias, sem segurança e insalubres, além de haver a exploração do trabalho feminino e infantil.

Era inevitável que, em determinado momento, os operários começassem a se organizar para mudar sua situação, assim como era também previsível que essa organização tivesse início na Inglaterra, onde o desenvolvimento industrial, a partir do século XVIII, provocou mudanças que alteraram profundamente a sociedade e as relações econômicas.



DEA PICTURE LIBRARY / Getty Images

Acesse o QR Code para conhecer a história da varíola e de sua vacina, a primeira a ser criada nos fins do século XVIII, e, motivo da erradicação da doença.



SITE



BERNOULLI PLAY

Revolução Industrial >> 640F

Assista a essa videoaula que aborda os principais aspectos da Revolução Industrial.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

06 (PUC Rio) A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. Durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha. Assim, toda uma economia mundial foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país. [...] Houve um momento na história do mundo em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como sua única oficina mecânica, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro; e, por esse motivo, sua única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se, simplesmente, à solidão do pioneiro, soberano de tudo quanto se ocupa por causa da ausência de outros ocupantes.

HOBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. p. 9.

Ao falar da "solidão do pioneiro", o autor refere-se ao pioneirismo da Grã-Bretanha na Revolução Industrial.

- Determine duas razões que contribuíram para que a Grã-Bretanha tenha experimentado a "solidão do pioneiro" naquele processo.
- Identifique duas mudanças ocorridas na sociedade inglesa no decorrer do século XIX que permitam exemplificar a afirmativa do autor de que "a Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos".

VAI LÁ E FAZ

Complete a tabela a seguir com as diferenças entre as fases do processo de desenvolvimento industrial.

Fases	Primeira Revolução Industrial	Segunda Revolução Industrial
Período / época		
Principais tecnologias		
Fontes de energia		
Meios de transporte		
Sistema de produção		

8. O movimento operário

8.1. A questão social



Ilustração de uma rua em bairro operário de Londres, no século XIX.

A concentração dos meios de produção nas mãos de uma minoria (a burguesia industrial) que explorava uma massa trabalhadora (o proletariado) acentuou as desigualdades sociais. Todos os grupos de trabalhadores, como os operários das fábricas, os mineiros das minas de carvão, os artífices em suas oficinas e os camponeses, tiveram que se adaptar a um modo de vida inteiramente novo.

Os operários fabris tinham dificuldade para adaptar-se à disciplina imposta pela fábrica, que impunha uma jornada de trabalho de quinze a dezesseis horas, em locais insalubres, sem nenhuma proteção e garantia, pagando baixos salários. Exigia-se pontualidade e rigorosa atenção ao trabalho sob pena de descontos, ameaças de desemprego e até mesmo castigos físicos.

Com essas condições de trabalho, os operários, em pouco tempo, estavam debilitados fisicamente. Quase todos os tipos de trabalho nas indústrias resultavam em doenças ou deformidades físicas, como envenenamento por chumbo ou fósforo, tuberculose, anemia, deformidade da coluna, doenças pulmonares, entre outras.

Além das péssimas condições de trabalho, as moradias também eram precárias: falta de água potável, de sistema de esgoto, fome e frio. Os trabalhadores e suas famílias viviam expostos às epidemias de doenças contagiosas (por exemplo, a cólera) e na mais completa imundície. Muitos acabavam se entregando ao alcoolismo.



A bebida não era o único sinal desta desmoralização. O infanticídio, a prostituição, o suicídio e a demência têm sido relacionados com este cataclismo econômico e social. O mesmo se deu em relação ao aumento da criminalidade e da violência crescente e, frequentemente, despropositada que ameaçava engolir os elementos passivos. A difusão de seitas e cultos de caráter místico e apocalíptico durante esse período indica uma capacidade semelhante de lidar com os terremotos da sociedade que destroçavam vidas humanas.

HOBBSBAMW, Eric J. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 225. [Fragmento]

Essa nova realidade, resultante da Revolução Industrial, é conhecida como **questão social** e está na origem de diversos movimentos de reação do proletariado, a princípio na Inglaterra e, posteriormente, em todos os países que passaram pela industrialização.

duncan1890 / Getty Images



SITE / VÍDEO

Um dos resultados da industrialização foi a utilização exploratória do trabalho feminino e do infantil. Acesse o primeiro QR code e obtenha mais informações sobre o tema.

Acesse o segundo QR Code e obtenha mais informações sobre a exploração do trabalho feminino.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

07 Nas minas de carvão da Cornualha trabalham, quer nas galerias subterrâneas, quer na superfície, cerca de 19 000 homens e 11 000 mulheres e crianças. Mas nas minas propriamente ditas quase só há homens e crianças com mais de 12 anos. [...] A inspiração do ar do fundo das minas, pobre em oxigênio e saturado de poeira e fumaça produzida pela pólvora dos explosivos, afeta gravemente os pulmões, provoca perturbações nas funções cardíacas e altera o aparelho digestivo. Mostra ainda que o trabalho muito fatigante [...] contribui em grande parte para o desenvolvimento desses males, e que, por essa razão, os homens que começam a trabalhar muito cedo nas minas não atingem o desenvolvimento físico correspondente aos das mulheres que trabalham na superfície, demonstra que muitos jovens morrem de tuberculose galopante e a maior parte da meia-idade, devido à tuberculose lenta, envelhecem prematuramente e tornam-se inaptos para o trabalho entre os 35 e 45 anos, e muitos, passando quase sem transição do ar quente do poço (depois de terem transpirado abundantemente durante a penosa escalada da escada) para o ar frio da superfície, contraem inflamações agudas nas vias respiratórias já doentes, que são frequentemente mortais.

ENGELS, Friedrich. (1845). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986. p. 273-275. [Fragmento]

Com base no texto anterior, descreva as condições de vida da classe trabalhadora na Europa do século XIX.

8.2. Movimentos de reação proletária às condições de vida e trabalho

Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, surgiram alguns movimentos de trabalhadores contra as condições de trabalho e de vida. Esses movimentos, originados na Inglaterra, são o **Ludismo** (ou Luddismo), o **Cartismo** e o **Sindicalismo** (Trade Unions).

Ludismo

- Primeira forma de protesto da classe operária. O movimento caracterizou-se pela destruição das máquinas e instalações industriais, ações de sabotagens e o envio de cartas ameaçando os patrões.
- Desenvolveu-se a partir de meados do século XVIII na Inglaterra, atingindo seu ápice entre 1811 e 1817.
- Devido ao movimento, o Parlamento inglês sancionou, em 1769, uma lei que previa a pena capital para quem destruísse máquinas e fábricas.
- Figura de destaque: general Ned Ludd.
- Alguns historiadores consideram o movimento como ingênuo, afirmando que os operários não tinham consciência de que era o sistema capitalista, e não as máquinas, o responsável pelas péssimas condições de vida e de trabalho.
- Outros historiadores consideram a atuação dos ludistas como um movimento de pressão social, que deu início ao movimento operário, permitindo aos trabalhadores ganhar experiência de luta e forçando os patrões a aceitarem a necessidade de diminuir o nível de exploração.

Cartismo

- Iniciou-se em 1836, alcançando grande repercussão entre 1837 e 1842.
- A iniciativa do movimento coube a um grupo de artesãos londrinos que fundaram a Associação dos Operários. Em 1837, essa associação apresentou ao Parlamento inglês uma petição, intitulada **Carta do Povo**, defendendo uma reforma política.
- As principais reivindicações apresentadas na Carta do Povo foram: representação igualitária de todas as classes no Parlamento, a renovação anual da Câmara dos Comuns, a extinção do sistema de voto censitário (por renda), a adoção do sufrágio universal para homens acima dos 21 anos, o voto secreto e a remuneração aos parlamentares – essa última reivindicação permitiria a candidatura e a eleição daqueles que não tinham renda própria, possibilitando o acesso dos trabalhadores aos cargos legislativos.
- A partir de 1852, com o desenvolvimento econômico da Inglaterra vitoriana, o Cartismo declinou e acabou derrotado. Porém, o impacto de suas reivindicações serviu de exemplo a movimentos operários e populares de outros países.

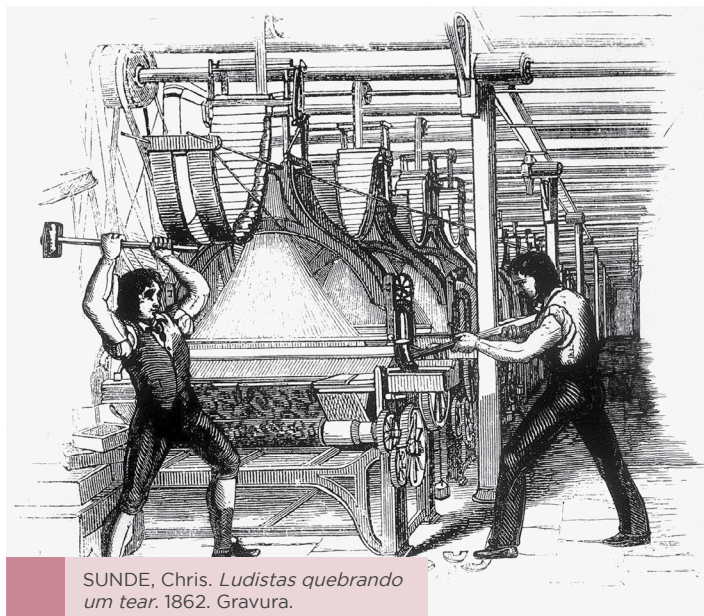
Sindicalismo

- Teve origem na conscientização dos trabalhadores acerca da necessidade de unir e organizar a classe operária, a fim de obter maior poder de pressão e negociação.
- As Trade Unions – entidades de auxílio mútuo e de caráter assistencialista, dedicadas à prestação de ajuda aos trabalhadores – foram o embrião do movimento sindicalista.
- Surgem, assim, os sindicatos, órgãos representativos da classe operária, cuja formação foi favorecida pela crescente concentração dos trabalhadores nas cidades.
- Os sindicatos, além da função assistencialista, passam a atuar na área política, como órgãos de reivindicação e defesa dos interesses trabalhistas, organizando a luta operária por melhores condições de vida.
- O Parlamento britânico reagiu contra essas organizações e, em 1799, votou as Combination Acts, leis que proibiam qualquer tipo de organização operária.
- As leis antissindicais foram sendo revogadas pela força das greves.
- Em 1833, foi aprovada a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias para crianças operárias.
- Em 1842, foi proibido o trabalho feminino em minas.
- Em fins do século XIX, os sindicatos ingleses se organizaram em federações, isto é, em uma escala verdadeiramente nacional.

duncan1890 / Getty Images



ANGRY. 1862. Gravura representando trabalhadores discutindo com o patrão.



SUNDE, Chris. Ludistas quebrando um tear. 1862. Gravura.

Chris Sunde / Domínio Público



08 (UFMG) Leia o texto.

Os principais distúrbios começaram em Nottingham, em 1811. Uma grande manifestação de malharistas, gritando por trabalho e um preço mais liberal, foi dissolvida pelo Exército. Naquela noite, sessenta armações de malha foram destruídas na grande vila de Arnold por amotinados que não tomaram nenhuma precaução em se disfarçar e foram aplaudidos pela multidão. Por várias semanas, os distúrbios continuaram, principalmente à noite, por todas as vilas de malharias do noroeste de Nottinghamshire. Embora polícias especiais e tropas patrulhassem as vilas, não se conseguiu fazer nenhuma prisão.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3. p. 125.

- Denomine os distúrbios descritos no texto anterior.
- Descreva o contexto no qual esses distúrbios se originaram.
- Caracterize esses distúrbios quanto à sua forma de organização.

9. Teorias sociais do século XIX: socialismo utópico e socialismo científico

9.1. Origens do socialismo

Por volta de 1820, tem início, na Europa, o uso da palavra **socialismo** para designar inúmeras posições econômicas antiliberais e anti-individualistas que pregavam contra a livre concorrência, o sistema de salários, a propriedade privada e a não intervenção do Estado na economia – dogmas do liberalismo clássico.

As posições político-econômicas reunidas sob a expressão “socialismo” continham ideias originadas do descompasso entre a riqueza emergente da classe burguesa e a situação de empobrecimento rápido e cada vez mais amplo do operariado urbano. “O socialismo tem por mãe a pobreza das massas e por pai a riqueza dos capitalistas”, afirmava Engels, importante pensador social alemão do século XIX. No interior desse conjunto denominado socialismo, encontramos uma série de doutrinas que, apesar de elaboradas sob uma mesma base teórica, propuseram soluções completamente diferentes para os problemas sociais, visando à criação de sociedades diversas.

9.2. O socialismo utópico

O socialismo utópico é considerado a primeira corrente do pensamento socialista, porém não é um pensamento homogêneo, uma vez que os pensadores diferiam muito em suas concepções e propostas.

O uso do adjetivo “utópico” foi utilizado pelos pensadores sociais Karl Marx e Friedrich Engels no intuito de descrever as propostas dos primeiros socialistas. Segundo esses autores, os primeiros socialistas se limitaram a imaginar modelos ideais de sociedade, sem, no entanto, apresentarem os meios reais de alcançá-los.

Os defensores do socialismo utópico acreditavam que o ser humano possui uma natureza boa, mas que foi pervertida pelos hábitos capitalistas. Acreditavam que todo crime e toda cobiça são frutos de um mau ambiente. Se os indivíduos pudessem libertar-se de hábitos viciosos e de uma estrutura social que facilita a escravização do fraco pelo forte, todos viveriam juntos, em paz e harmonia.

A eliminação dessa má influência, por meio da justiça, da razão e da solidariedade humana, faria surgir uma sociedade em que não haveria a exploração do homem pelo homem. Ou seja, acreditavam ser possível que os ricos, voluntariamente, dividissem suas riquezas com os que pouco ou nada tinham. Essa ideia era considerada utópica pelos pensadores científicos.

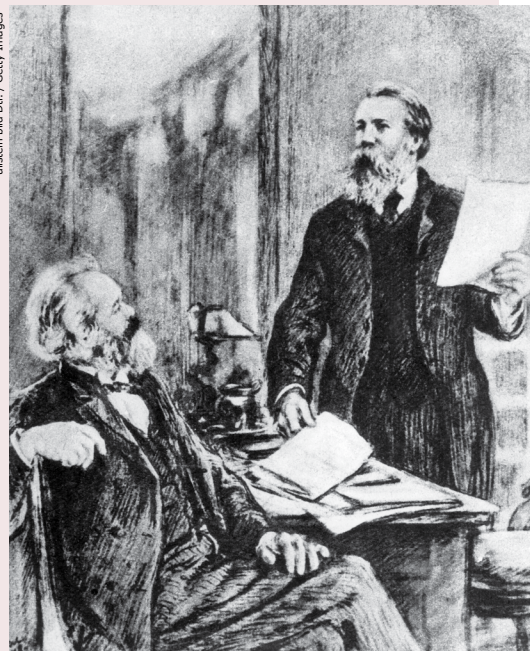
Nesse sentido, os socialistas utópicos se distinguiram por combater o excesso de individualismo pregado pelo pensamento liberal, tentando reformar as sociedades e ajustá-las verdadeiramente à natureza, por meio da criação de sociedades nas quais se praticaria a cooperação entre os indivíduos.

Principais pensadores do socialismo utópico:

Saint-Simon (1760-1825)	Charles Fourier (1772-1837)	Robert Owen (1771-1858)	Louis Blanc (1811-1882)
<ul style="list-style-type: none"> Considerava que a burguesia deveria colaborar para a modificação social. O lucro poderia ser mantido desde que os patrões tivessem reais preocupações com seus empregados. O poder deveria ficar com uma elite intelectual que se encarregaria de criar as condições humanitárias de bem-estar e de desenvolvimento social. 	<ul style="list-style-type: none"> Visava à transformação social como forma de se assegurar a felicidade e a satisfação dos desejos humanos. Propôs a criação dos falanstérios: livres associações de capitalistas, operários e administradores que se organizavam de forma cooperativista, substituindo a livre concorrência. A organização dos falanstérios, que seriam pequenas comunidades agroindustriais de no máximo 2 000 pessoas, garantiria a subsistência, a autonomia e a vida coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Defendia a necessidade de uma reforma econômica que eliminasse o lucro, entendido como causa de todas as perturbações e superprodução (crises e desemprego). Propunha a organização de comunidades cooperativas, em que a remuneração de cada um seria proporcional às horas realmente trabalhadas, e a abolição da propriedade privada. Comunidades desse tipo, instaladas na Escócia e em Indiana, nos Estados Unidos, fracassaram. 	<ul style="list-style-type: none"> Propunha que a concorrência deveria ser substituída pela criação de oficinas nacionais, em que os operários cooperariam entre si na produção. Para ele, o que faltava ao proletário eram os meios – os instrumentos de trabalho – para se emancipar. Segundo ele, “o Estado está obrigado a proporcionar trabalho ao cidadão capaz, e ajuda e proteção aos anciãos e incapacitados”.

9.3. O socialismo científico (marxismo)

O **socialismo científico** propôs a organização de uma nova sociedade a partir da análise racional da realidade econômica e social do capitalismo. Partindo do conhecimento profundo dessa realidade, foram formuladas leis e princípios que permitiriam a construção de uma sociedade mais igualitária ou socialista. **Karl Marx** (1818-1883), o fundador dessa corrente de pensamento, consolidou, com a colaboração de **Friedrich Engels** (1820-1895), as bases do socialismo científico nas obras *O Manifesto do Partido Comunista* (1848) e *O capital* (1867).



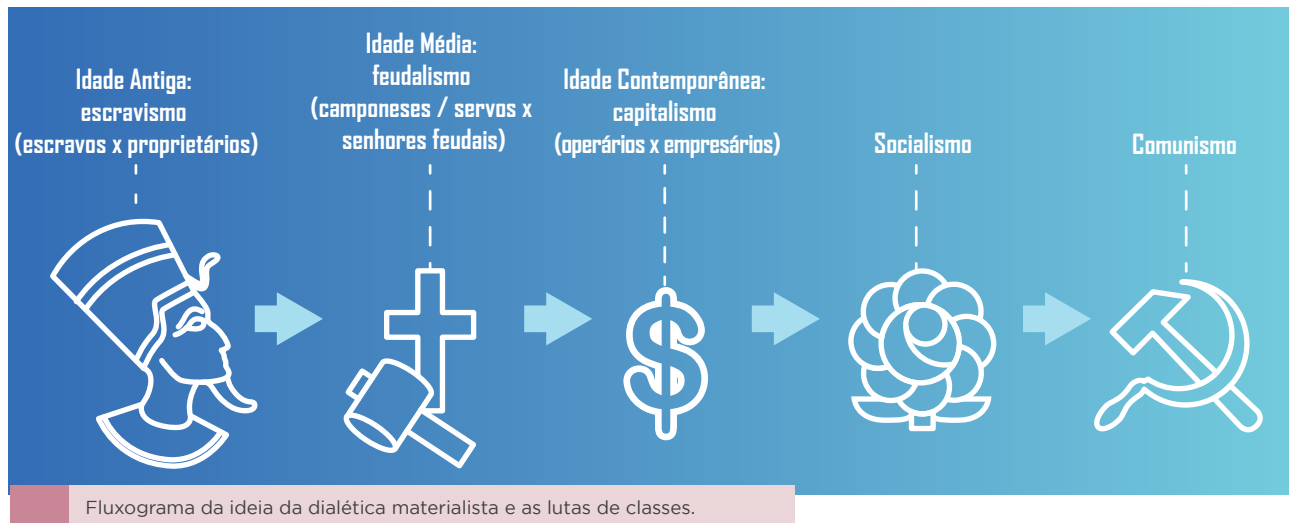
Friedrich Engels e Karl Marx, os pais do texto que se tornaria o mais elaborado material de agitação política da História.

Para esses dois pensadores, era o sistema econômico, e não a estrutura política, a causa determinante da forma como as pessoas vivem em uma sociedade. Dessa forma, não afirmavam que as forças e as relações de produção fossem as únicas explicações do comportamento humano, mas sim que todos os movimentos políticos, sociais e intelectuais da História foram determinados, em grande parte, pelo ambiente econômico em que surgiram. Com essa interpretação econômica, Marx e Engels elaboraram uma nova teoria de funcionamento da História: o **materialismo histórico**, segundo o qual as condições materiais são determinantes na vida dos indivíduos e das sociedades.

Além disso, os socialistas marxistas pensavam que o dever histórico obedecia também ao **materialismo dialético**, um sistema cujas bases se encontravam no pensamento do filósofo alemão Hegel. A partir da filosofia hegeliana, Marx postulou que o movimento da história não seria apenas dialético, como Hegel apontou, mas também materialista, diferenciando-se, nesse ponto, do sistema proposto por esse filósofo. Para Marx, cada sistema econômico cresceria até alcançar um ponto de máxima eficiência. Após isso, suas contradições e fraquezas internas, até então latentes, começariam a despontar.

Essas contradições internas trariam consigo a rápida decadência e transformação do sistema. Em outras palavras, a partir do antigo sistema, devido a suas contradições, começam a se estabelecer, pouco a pouco, os fundamentos de um sistema oposto, o qual acaba por substituir o antigo ao mesmo tempo que lhe absorve os elementos mais significativos.

O elemento fundamental da dialética materialista de Marx está no movimento de **luta de classes**. Esse movimento desencadearia a evolução dialética da História por meio do confronto entre oprimido e opressor, cabendo à classe oprimida o papel de denunciar as contradições dos sistemas socioeconômicos e transformá-los. De acordo com o pensamento de Marx, o proletariado era a classe verdadeiramente revolucionária, pois encarnaria as contradições do sistema e suas lutas seriam o próprio processo de transformação do capitalismo para o socialismo.



O socialismo científico destacou como uma das contradições do sistema capitalista a doutrina da **mais-valia**, que consistia no cálculo da medida exata da exploração dos trabalhadores no sistema capitalista. Segundo Marx, toda riqueza é criada pelo trabalhador, pois o capital nada cria, sendo ele próprio criado pelo trabalho. O valor de toda mercadoria seria determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la. Contudo, o trabalhador não receberia o valor total do que o seu trabalho produz. Ao invés disso, receberia um salário que, em geral, é insuficiente para lhe dar uma vida digna. A diferença entre o que o trabalhador produz e o que ele recebe é denominada mais-valia e vai para as mãos do empregador, sendo parte significativa do seu lucro.

A fim de eliminar essa situação de exploração, o marxismo propõe o **internacionalismo** como estratégia de luta para o proletariado em prol do socialismo científico. Com essa proposta, o socialismo científico defendia a união de todos os trabalhadores do mundo contra o capitalismo e a organização de movimentos revolucionários internacionais que resultassem na implantação da ditadura do proletariado. A revolução socialista teria, como consequência, a eliminação da propriedade particular e a organização de um Estado que seria o dono e o administrador dos meios de produção e que estabeleceria a remuneração de acordo com o trabalho realizado.

Segundo a **teoria da evolução socialista**, o processo dinâmico e dialético de evolução histórica prosseguiria ao longo do tempo, mesmo após a implementação da sociedade socialista. Essa evolução se daria por meio de constantes revoluções, que representariam a vitória da nova ordem sobre a antiga, até que fosse atingida a meta perfeita do **comunismo**. Esse sistema só seria implantado quando a sociedade socialista atingisse o estágio de uma sociedade sem classes, o que significaria o estabelecimento de uma igualdade plena e o apogeu da justiça. Nesse estágio, ninguém viveria da propriedade, mas unicamente do trabalho, e o Estado estaria fadado a desaparecer. O controle da sociedade seria, então, substituído por associações voluntárias para gerenciar os meios de produção e suprir as necessidades sociais. A essência do comunismo seria o pagamento segundo as necessidades, assim o sistema de salários seria completamente abolido e cada cidadão trabalharia de acordo com as suas capacidades e receberia segundo as suas necessidades.

9.4. Resultado da divulgação do pensamento marxista

O socialismo científico orientou a reorganização da classe trabalhadora. Uma das estratégias para controlar o movimento operário internacional foi a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores.

A Primeira Internacional foi realizada em Londres, entre 1864 e 1876, e reuniu sindicalistas ingleses e representantes de trabalhadores franceses, húngaros, italianos e poloneses. Essa Internacional foi marcada pelas discussões teóricas entre anarquistas e marxistas, que, naquele momento, ainda não eram hegemônicos no movimento operário. Enquanto Marx defendia a necessidade de um período de **ditadura do proletariado** para se chegar ao comunismo, os anarquistas argumentavam que todo Estado é opressor e, portanto, eram contra qualquer etapa intermediária, devendo-se passar do capitalismo diretamente ao comunismo.

A Segunda Internacional reuniu-se em Paris, em 1889, onde se adotou a greve geral como estratégia de luta e fixou o dia 1º de maio como o Dia Internacional do Trabalho. Essa Internacional foi interrompida pelo início da Primeira Guerra Mundial. Voltou a reunir-se em 1919, como Terceira Internacional, ficando conhecida como Internacional Comunista e estendendo-se até 1935. Por fim, a Quarta Internacional foi fundada em 1938, porém, de modo semelhante à Segunda Internacional, foi interrompida pela Segunda Guerra Mundial.

O socialismo científico, além de propiciar a organização internacional da classe trabalhadora, foi a base ideológica para movimentos revolucionários cujo objetivo era colocar em prática suas ideias. O primeiro movimento revolucionário duradouro de caráter socialista eclodiu em 1917, na Rússia, onde, inspirado pelo pensamento marxista, o sistema socialista foi implantado e perdurou por quase um século.



O governo chinês produziu um anime sobre Karl Marx. Acesse o QR Code para ter acesso à obra. Divirta-se!



VIDEO

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM



09 (Unesp)

Texto I

Com o desenvolvimento industrial, o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma consciência disso. A partir daí os trabalhadores começam a formar sindicatos contra os burgueses, atuando em conjunto na defesa dos salários. De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. Todos os movimentos históricos precedentes foram movimentos minoritários, ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento consciente e independente, da imensa maioria, em proveito da imensa maioria. Proletários de todos os países, uni-vos!

MARX; ENGELS. *Manifesto Comunista*. 1982 (Adaptação).

Texto II

Só pelo fato de pertencer a uma multidão, o homem desce vários graus na escala da civilização. Isolado seria talvez um indivíduo culto; em multidão é um ser instintivo, por consequência, um bárbaro. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos e a eles se assemelha ainda pela facilidade com que se deixa impressionar pelas palavras e pelas imagens e se deixa arrastar a atos contrários aos seus interesses mais elementares. O indivíduo em multidão é um grão de areia no meio de outros grãos que o vento arrasta a seu bel-prazer.

LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. 1980.

Descreva duas diferenças entre os dois textos, quanto às suas concepções sobre o papel das multidões na História.

9.5. Outras teorias sociais: anarquismo e catolicismo social

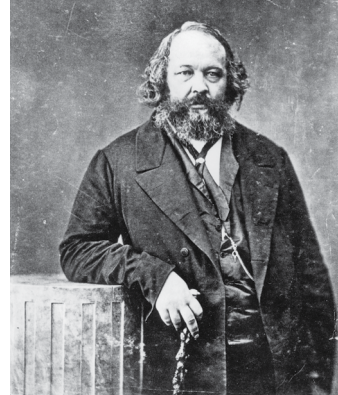
Anarquismo

Importante corrente ideológica durante o século XIX e as primeiras décadas do XX, o anarquismo pensado por **Peter Kropotkin** (1842-1921) e **Mikhail Bakunin** (1814-1876) defendeu a abolição de toda espécie de autoridade.

Para os anarquistas, os indivíduos só devem se submeter à natureza, ao bom senso e ao senso comum. A sociedade seria organizada em comunidades de autoabastecimento, em que as trocas não teriam fins lucrativos. Ainda de acordo com os anarquistas, todo Estado é opressor, devendo ser, portanto, abolido, assim como a propriedade privada e as classes sociais. Em outras palavras, o objetivo final do anarquismo e do socialismo científico é o mesmo, porém a forma de alcançá-lo seria diferenciada: para o socialismo científico, a construção do comunismo passaria pela fase de transição, que seria o socialismo. Já para o anarquismo, a passagem do capitalismo deveria ocorrer de forma direta para o comunismo.

Catolicismo social ou doutrina social da Igreja

Percebendo os avanços de movimentos sociais que questionavam as estruturas vigentes e temendo perder adeptos, a Igreja Católica passou a se posicionar em relação aos problemas sociais. Em 1891, o papa Leão XIII publicou a encíclica **Rerum Novarum**, em uma tentativa de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho. O documento condenava o capitalismo selvagem, no qual os burgueses exploravam os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, também condenava o socialismo científico, por seu caráter ateu e materialista, considerando-o pecado. Para a Igreja Católica, era possível existir uma variação do capitalismo sem a exploração exagerada, desde que o patrão controlasse sua ânsia excessiva pelo lucro, e o trabalhador, sua natural insubordinação contra "aqueles que o alimentavam". Na verdade, a Igreja, por meio da *Rerum Novarum*, continuava a adotar um posicionamento neutro diante dos grandes debates da sociedade.



Representação de Mikhail Bakunin.

DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY / Getty Images

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

10 (UFRRJ) Leia os trechos a seguir, extraídos do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, e responda ao que se pede.

O operário moderno, ao invés de ascender com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. [...] A burguesia produz, antes de mais nada, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. [...] O que caracteriza o comunismo não é a supressão da propriedade privada em si, mas a supressão da propriedade burguesa. [...] A propriedade burguesa moderna constitui a última e mais completa expressão do modo de produção e apropriação baseado em antagonismos de classe, na exploração de uma classe por outra.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 19-21.

- A Igreja toma posição sobre as ideias socialistas por meio da encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Mencione um posicionamento da Igreja que contradizia as ideias defendidas, pelo texto anterior, por Karl Marx e Friedrich Engels.
- Relacione o capitalismo industrial com o surgimento dos movimentos socialistas.

TÁ NA MÍDIA



Divulgação

Tempos modernos (Modern times). EUA, 1936. O filme mostra os efeitos que o desenvolvimento capitalista e seu processo de industrialização trouxeram à classe trabalhadora.

The mill. Reino Unido, 2013. Esther Price é uma trabalhadora da fábrica que defende os injustiçados. Daniel Bate é um jovem engenheiro idealista. Os dois confrontam problemas de direitos trabalhistas, segurança no trabalho e trabalho infantil. São testemunhas e participantes dos movimentos operários.

FILME / SÉRIE

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (FCMSC-SP-2021) O surgimento das fábricas, na Inglaterra do final do século XVIII, promoveu, entre outras mudanças,
- o aumento significativo da capacidade produtiva e a primazia da distribuição no mercado interno.
 - a consolidação do parcelamento das tarefas e a concentração dos trabalhadores num mesmo espaço.
 - o fim do sistema de artesanato e a maior qualificação do operariado industrial.
 - o nascimento das organizações sindicais e a imediata criação de leis de regramento e ordenação do trabalho.
 - a introdução de máquinas movidas a energia elétrica e a valorização do trabalho assalariado.

- 02** (UFRN) Refletindo sobre os resultados da Revolução Industrial inglesa do século XVIII, o historiador Eric Hobsbawm escreveu:

Saber se a Revolução Industrial deu à maioria dos britânicos mais ou melhor alimentação, vestuário e habitação, em termos absolutos ou relativos, interessa, naturalmente, a todo estudioso. Entretanto, ele terá deixado de apreender o que a Revolução Industrial teve de essencial, se esquecer que ela não representou um simples processo de adição ou subtração, mas sim uma mudança social fundamental.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. p. 74.

- A mudança referida anteriormente resultou na
- crescente formação de sindicatos de orientação socialista, fundamentados nas aspirações políticas e sociais da classe média inglesa.
 - ruína dos grandes proprietários de terras, a partir do deslocamento do eixo econômico, do campo para a produção fabril de natureza urbana.
 - melhoria da ordem social existente, em virtude da significativa remuneração do trabalho feminino em relação à remuneração do homem adulto.
 - nova condição do proletariado, destituído de qualquer fonte de renda digna de menção além do salário em dinheiro que recebe por seu trabalho.

- 03** (UEL-PR) Leia o texto seguinte sobre a Revolução Industrial e algumas de suas consequências.

Essa Revolução Industrial, que nasceu na Inglaterra do século XVIII e se propaga, no século XIX, pelo continente, na França, na Bélgica, a oeste da Alemanha, no norte da Itália e em alguns pontos da Península Ibérica, repousa no uso de uma nova fonte de energia, o carvão, e nos desenvolvimentos das máquinas, depois das invenções que modificam as técnicas de fabricação. A conjunção desses dois fatores, a aplicação dessa energia nova à maquinaria, constitui a origem da Revolução Industrial, cujo símbolo é a máquina a vapor.

RÉMOND, R. *O século XIX: 1815-1914*. Introdução à história de nosso tempo. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 103.

Considere as afirmativas a seguir:

- Com a Revolução Industrial e o crescimento da nova indústria, surgiu uma classe inteiramente nova de trabalhadores que são os operários assalariados.
- O crescimento das unidades industriais a partir da Revolução Industrial propiciou também o surgimento da categoria de empresários possuidores de capitais.
- A Revolução Industrial atingiu mais a população camponesa que a urbana, pois esta se constituía em parcela da sociedade excluída das transformações empreendidas nas cidades.
- A Revolução Industrial não solucionou os problemas dos trabalhadores. O número de empregos era menor que o de mão de obra disponível e, assim, surgiu o chamado "exército de reserva de mão de obra".

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- I e II.
- II e III.
- III e IV.
- I, II e IV.
- I, III e IV.

- 04** (Unesp) A divisão capitalista do trabalho – caracterizada pelo célebre exemplo da manufatura de alfinetes, analisada por Adam Smith – foi adotada não pela sua superioridade tecnológica, mas porque garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de coordenador que, combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercante.

MARGLIN, Stephen. In: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 1980.

Ao analisar o surgimento do sistema de fábrica, o texto destaca

- A. o maior equilíbrio social provocado pelas melhorias nos salários e nas condições de trabalho.
- B. o melhor aproveitamento do tempo de trabalho e a autogestão da empresa pelos trabalhadores.
- C. o desenvolvimento tecnológico como fator determinante para o aumento da capacidade produtiva.
- D. a ampliação da capacidade produtiva como justificativa para a supressão de cargos diretivos na organização do trabalho.
- E. a importância do parcelamento de tarefas e o estabelecimento de uma hierarquia no processo produtivo.

05 (UFTM-MG) A Segunda Revolução Industrial diferenciou-se da Primeira porque

- A. utilizou o carvão e o vapor como fontes principais de energia e acentuou a miséria e a concentração de renda.
- B. proporcionou a passagem para o capitalismo concorrencial e teve os Estados Unidos como o país pioneiro no processo.
- C. inaugurou o sistema de produção em série e estabeleceu a livre concorrência entre as empresas industriais.
- D. promoveu o surgimento de grandes conglomerados econômicos, como trustes e cartéis, e usou a eletricidade e o petróleo.
- E. gerou a Divisão Internacional do Trabalho e dependeu de matérias-primas oriundas somente das colônias americanas.

06 (Mackenzie-SP) A partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII, o avanço tecnológico provocou significativas mudanças nas relações de trabalho. Sobre essas mudanças, é correto assinalar que

- A. em razão da elevada demanda por mão de obra nas fábricas, além dos operários, foram recrutados todos os demais membros da família, tornando ideais as condições de vida familiares.
- B. o patrão, em busca de uma maior produtividade, explorava ao máximo a capacidade de seus operários, que trabalhavam em turnos alternados para não sobrecarregar o trabalhador.
- C. dentro das fábricas, surgiu a divisão de trabalho nas linhas de montagem, que levou o operário a executar apenas uma função, tornando-se especializado e altamente capacitado.

- D. devido à exploração da força produtiva humana, ocorreram confrontos entre patrões e empregados, e estes passaram a destruir as máquinas, obrigando os patrões a melhorar as condições de trabalho.
- E. Com o advento das linhas de montagem, o operário perdia a noção de conjunto do processo produtivo, realizando seu trabalho de forma repetitiva e alienante.

07 (EBMSP–2021) Enquanto na sociedade primitiva a organização entre os homens se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços de sangue, na sociedade que começou a se dividir em classes, a propriedade passou a ser privada, e os laços de sangue retrocedem diante do novo vínculo que a escravidão estabeleceu. Neste sentido, as transformações ocorridas no modo de produção e nas relações de trabalho têm importância fundamental para a compreensão da dinâmica econômica, bem como das relações sociais no mundo contemporâneo.

DALLAGO, C.S. Relações de trabalho e modo de produção capitalista. *Sem. De Saúde do Trabalhador de Franca*, St. 2010. Disponível em: <http://proceedings.scielo.br>. Acesso em: nov. 2021 (Adaptação).

Com base na leitura do texto, é correto afirmar que a evolução do trabalho para os moldes capitalistas possibilitou

- A. a organização de uma sociedade voltada para o bem-estar coletivo.
- B. o desenvolvimento de novas técnicas e modos de produção, responsáveis pela redução das desigualdades sociais.
- C. o aumento da produção de alimentos e uma redução significativa da fome endêmica.
- D. a adoção de novos modos de produção, que possibilitaram uma grande mobilidade social.
- E. A acumulação de riquezas e a criação de uma sociedade excludente.

08 (Unesp) Não queremos destruir a vossa fortuna, mas se não arranjardeis maneira de nos dardes trabalho, não poderemos deixar de atentar contra vós e contra as máquinas. [...] Se ao fim de 8 dias não retirardes as lãs das máquinas para dar trabalho às 500 pessoas que vos batem à porta e para as quais nem sequer vos dignais olhar, não vos espanteis se virdes um levantamento cair sobre vós e sobre as máquinas, de tal modo sofremos, pobres operários, por nós e pelos nossos filhos.

ANÚNCIO anônimo afixado nas ruas de Clermont, França, em 1818.

O tipo de manifestação descrita está relacionado à(ao)(s)

- A. movimento anarquista.
- B. constituição dos partidos comunistas.
- C. origens dos partidos liberais.
- D. organização dos partidos socialistas.
- E. movimento ludista.

09 (UECE-2021) Atente para o seguinte excerto: “Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças: de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834- 47, cerca de um-quarto eram homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante de rapazes abaixo dos 18 anos”.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 58.

A descrição da organização do trabalho, citada no excerto anterior, reflete

- A. o nível de exploração do trabalho do proletariado, o que resultou na organização desses trabalhadores em sindicatos.
- B. o avanço na luta das mulheres por igualdade, já que, antes da Revolução Industrial, as mulheres eram proibidas de trabalhar.
- C. a democracia burguesa, para a qual importava a idade e o gênero do trabalhador da indústria, independente do fato de esse trabalhador ser produtivo.
- D. a justiça social praticada pelo capitalismo industrial que oportuniza emprego para todos os tipos de indivíduos.

10 (UERJ) O capitalismo já conta com mais de dois séculos de história e, de acordo com alguns estudiosos, vive-se hoje um modelo pós-fordista ou toyotista desse sistema econômico.

Observe o anúncio publicitário:



CASA CLÁUDIA, dez. 2008 (Adaptação).

Uma estratégia própria do capitalismo pós-fordista presente neste anúncio é

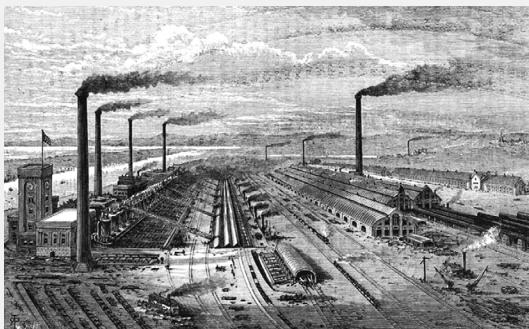
- A. concentração de capital, viabilizando a automação fabril.
- B. terceirização da produção, massificando o consumo de bens.
- C. flexibilização da indústria, permitindo a produção por demanda.
- D. formação de estoque, aumentando a lucratividade das empresas.

- 11** (Unicamp-SP) Os anos 1990 constituem a década em que o impacto das chamadas novas tecnologias sobre o trabalho, a vida e a cultura se fez sentir de modo incontrolável. Com a disseminação dos computadores e da Internet, com os avanços da biotecnologia e as promessas da nanotecnologia, ficava patente que as inovações tecnológicas não se encontravam apenas nos laboratórios, mas faziam parte do cotidiano das massas urbanas. O acesso à tecnologia tornou-se tão vital que hoje a inclusão social e a própria sobrevivência passam, obrigatoriamente, pela capacidade que as pessoas têm de se inserir no mundo das máquinas e de acompanhar as ondas da evolução tecnológica.

SANTOS, Laymaert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias. O impacto sociotécnico da informação digital e da genética.* São Paulo: Editora 34, 2003. p. 9-19.

- Identifique três das novas tecnologias citadas no texto e aponte um uso para cada uma delas.
- Explique uma questão ética presente nas discussões atuais sobre a biotecnologia.

- 12** (UFRJ) A industrialização desencadeou diversas mudanças econômicas e políticas na Europa de 1780 em diante.



O MUNDO do capital – a fábrica: Iron & Steel em Barrow. In: HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- Identifique duas características da produção fabril no século XIX.
- No plano político, a industrialização contribuiu para o fortalecimento das ideias e práticas liberais. Cite duas características do liberalismo no século XIX.

- 13** (UERJ) Máquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo. O estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópole: faces do monstro urbano. (As cidades no século XIX).* Revista Brasileira de História, São Paulo, 1984/85.

Cena do filme *Tempos modernos*



Disponível em: www.trilhahistorica.blogspot.com.

O texto e a imagem apresentada fazem referência a um mesmo processo histórico: a Revolução Industrial.

- Cite uma consequência da Revolução Industrial que favoreceu a consolidação do capitalismo.
- Aponte duas mudanças no mundo do trabalho ou na vida social resultantes do estabelecimento do capitalismo.

- 14** (FUVEST-SP) Viver numa grande cidade implica o reconhecimento de múltiplos sinais. Trata-se de uma atividade do olhar, de uma identificação visual, de um saber adquirido, portanto. Se o olhar do transeunte, que fixa fortuitamente uma mulher bonita e viúva ou um grupo de moças voltando do trabalho, pressupõe um conhecimento da cor do luto e das vestimentas operárias, também o olhar do assaltante ou o do policial, buscando ambos a sua presa, implica um conhecimento específico da cidade.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.* São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 16 (Adaptação).

O texto mostra como o forte crescimento territorial e demográfico de algumas cidades europeias, no século XIX, redefiniu formas de convivência e sociabilidade de seus habitantes, as quais, em alguns casos, persistem até hoje.

- Cite e explique dois motivos do crescimento de cidades como Londres e Paris no século XIX.
- Indique e analise uma característica, entre as mencionadas no texto, que se faça presente em grandes cidades atuais.

- 15** (UERJ) O permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos distinguem a época de todas as outras. Todas as relações fixas e enferrujadas, com seu cortejo de representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo o que era estável se volatiliza, e os homens são por fim obrigados a encarar com os olhos bem abertos a sua posição na vida.

MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista* (Adaptação).

Em 1848, na defesa de uma nova sociedade, o *Manifesto Comunista* criticou as transformações advindas da modernização capitalista nos países da Europa Ocidental. Dois aspectos dessa modernização, então criticados, foram:

- Crescimento industrial – garantia de direitos sociais.
- Aceleração tecnológica – aumento da divisão do trabalho.
- Mecanização da produção – elevação da renda salarial média.
- Diversificação de mercados – valorização das corporações sindicais.



(Fatec-SP) A reação operária aos efeitos da Revolução Industrial fez surgir críticos ao progresso industrial, os quais propunham reformulações sociais e a construção de um mundo mais justo – os teóricos socialistas.

Sabe-se que

- Pierre-Joseph Proudhon propunha a formação de uma sociedade em que não haveria ociosos nem a exploração do homem pelo homem.
- Robert Owen tornou-se o líder do anarquismo terrorista ao apontar a violência como a única forma de alcançar uma sociedade sem Estado e sem desigualdade.
- Friedrich Engels acreditava ser possível reorganizar a sociedade com a criação dos falanstérios, fazendas coletivistas agroindustriais.
- Charles Fourier implantou, na Escócia, uma comunidade de alto padrão e de igualdade absoluta; contudo, suas críticas à propriedade e à religião o forçaram a abandonar a Grã-Bretanha.
- Karl Marx considerava inevitável a ação política do operariado, a Revolução Socialista, que inauguraria a construção de uma nova sociedade.

17 (FUVEST-SP) Diferenças afastaram e semelhanças aproximaram comunistas e anarquistas no século XIX e primeira metade do XX.

Identifique e comente essas diferenças e semelhanças.



(UEFS-BA) Era a visão vermelha que arrastaria a todos, fatalmente, numa dessas noites sangrentas desse fim de século. Sim, uma noite, o povo em torrentes, desenfreado, correria assim pelos caminhos, gotejando o sangue burguês, exibindo cabeças, semeando o ouro dos cofres arrombados. As mulheres gritariam, os homens abririam suas queixadas de lobos, prontos para morderem. [...]

Não sobraria nada, as fortunas e os títulos das situações adquiridas desapareceriam, até o dia em que talvez desabrochasse uma nova sociedade. Sim, eram essas coisas que estavam passando pela estrada, como uma força da natureza, e vinha delas o vento terrível que lhes açoitava os rostos.

ZOLA. In: BRAICK; MOTA. 2010. p. 216.

O trecho de uma obra de Émile Zola refere-se à violenta reação das famílias de mineiros franceses contra as péssimas condições de trabalho, na era da Revolução Industrial. Como reação dos trabalhadores a situações como essas, surgiram as teorias socialistas, que

- apoiavam o afastamento do Estado da vida econômica, deixando que o mercado se autorregulasse.
- defendiam o progresso dos mais capazes, em prejuízo daqueles que não apresentavam força individual para progredir.
- defendiam uma divisão justa da riqueza entre todos, por meio de reformas sociais ou pelo caminho da revolução.
- recomendavam aos empresários a aplicação de medidas assistencialistas para a melhoria das condições de trabalho.
- reconheciam que a exploração do operário pela classe empresarial era inevitável, necessitando-se, portanto, de medidas beneficentes para contornar os conflitos.

SE LIGA NO ENEM



01 (Enem–2022) A história do Primeiro de Maio de 1890 — na França e na Europa, o primeiro de todos os Primeiros de Maio — é, sob vários aspectos, exemplar. Resultante de um ato político deliberado, essa manifestação ilustra o lado voluntário da construção de uma classe — a classe operária — à qual os socialistas tentam dar uma unidade política e cultural através daquela pedagogia da festa cujo princípio, eficácia e limites há muito tempo tinham sido experimentados pela Revolução Francesa.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Com base no texto, a fixação dessa data comemorativa tinha por objetivo

- valorizar um sentimento burguês.
- afirmar uma identidade coletiva.
- edificar uma memória nacional.
- criar uma comunidade cívica.
- definir uma tradição popular.

02 (Enem) Em virtude da importância dos grandes volumes de matérias-primas na indústria química – eram necessárias dez a doze toneladas de ingredientes para fabricar uma tonelada de soda –, a indústria teve uma localização bem definida quase que desde o início. Os três centros principais eram a área de Glasgow e as margens do Merse ye do Tyne.

LANDES, D. S. *Prometeu desacorrendado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

A relação entre a localização das indústrias químicas e das matérias-primas nos primórdios da Revolução Industrial provocou a

- A. busca pela isenção de impostos.
- B. intensa qualificação da mão de obra.
- C. diminuição da distância dos mercados consumidores.
- D. concentração da produção em determinadas regiões do país.
- E. necessidade do desenvolvimento de sistemas de comunicação.

03 (Enem) Um trabalhador em tempo flexível controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo em si. A essa altura, vários estudos sugerem que a supervisão do trabalho é muitas vezes maior para os ausentes do escritório do que para os presentes. O trabalho é fisicamente descentralizado e o poder sobre o trabalhador, mais direto.

Comparada à organização do trabalho característica do taylorismo e do fordismo, a concepção de tempo analisada no texto pressupõe que

- A. as tecnologias de informação sejam usadas para democratizar as relações laborais.
- B. as estruturas burocráticas sejam transferidas da empresa para o espaço doméstico.
- C. os procedimentos de terceirização sejam aprimorados pela qualificação profissional.
- D. as organizações sindicais sejam fortalecidas com a valorização da especialização funcional.
- E. os mecanismos de controle sejam deslocados dos processos para os resultados do trabalho.

04 (Enem) A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.

DEANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (Adaptação).

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- A. A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- B. O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- C. A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- D. A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- E. O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

05 (Enem) Um banco inglês decidiu cobrar de seus clientes cinco libras toda vez que recorressem aos funcionários de suas agências. E o motivo disso é que, na verdade, não querem clientes em suas agências; o que querem é reduzir o número de agências, fazendo com que os clientes usem as máquinas automáticas em todo o tipo de transações. Em suma, eles querem se livrar de seus funcionários.

HOBBSBAMM, E. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (Adaptação).

O exemplo mencionado permite identificar um aspecto da adoção de novas tecnologias na economia capitalista contemporânea. Um argumento utilizado pelas empresas e uma consequência social de tal aspecto estão em:

- A. Qualidade total e estabilidade no trabalho.
- B. Pleno emprego e enfraquecimento dos sindicatos.
- C. Diminuição dos custos e insegurança no emprego.
- D. Responsabilidade social e redução do desemprego.
- E. Maximização dos lucros e aparecimento de empregos.

Das Revoluções Industriais às Teorias Sociais do Século XIX

Aprendizagem

- 01** O mecanismo a que o texto se refere é a transformação da indústria artesanal (manufatura) em indústria de larga escala (maquinofatura). Assim, a chegada das maquinofaturas possibilitaram baratear o preço dos produtos, o que facilitou o consumo e levou à geração de altos lucros para os donos de fábricas.
- 02** O depoimento de Yong se relaciona ao aparecimento da mentalidade científica no contexto da Revolução Industrial. Nesse sentido, para produzir mais, a mão de obra humana foi substituída por máquinas, que, segundo Yong, elevariam a produção, como se verifica no trecho: "deve-se cultivar o solo de modo a fazê-lo produzir o máximo possível, sem se inquietar com a população".
- 03** Dois fatores: os avanços tecnológicos e as transformações sociais.
Dois motivos: a acumulação primitiva de capitais durante o mercantilismo e a grande disponibilidade de mão de obra barata.
- 04** A. Podem ser indicados a Revolução Gloriosa, que promoveu instabilidade política na Inglaterra, e o resultado do mercantilismo, que promoveu abundância do capital para os ingleses.
B. Uma das razões é a tradição inglesa em produção manufatureira, que pôde se aprimorar a partir da industrialização.
- 05** A. O modelo citado é taylorismo. De acordo com esse sistema, o operário deve executar apenas sua tarefa em menor tempo possível e não precisa conhecer toda a cadeia industrial, já que a totalidade do processo deve ficar a cargo de um gerente.
B. Fordismo: tem como característica a presença de uma linha de produção em que o operário fica em um determinado local da fábrica realizando seu trabalho (que deve ser específico), enquanto o produto fabricado se desloca pela fábrica por meio de uma esteira. Assim o operário se especializa em apenas uma etapa da cadeia produtiva por meio de um trabalho repetitivo.
Toyotismo: tem como principais características o uso de uma mão de obra multifuncional e qualificada, que diferente do taylorismo e do fordismo, pode atuar em diversas frentes da cadeia produtiva; o uso de sistema de *just in time* (produzir apenas o necessário no tempo e na quantidade necessárias), a aplicação de uma pesquisa de mercado para entender o que deve ser produzido e compreender o perfil do público-alvo; e, por fim, a aplicação de um sistema de ampla qualificação do processo de produção, o que agrega valor ao produto.
- 06** A. Podem ser indicadas a acumulação primitiva de capitais e a existência de mão de obra barata.
B. Podem ser citados como mudanças a crescente urbanização, o crescimento das cidades industriais e a configuração de dois grupos sociais básicos, a burguesia industrial e o operariado.
- 07** Segundo o texto, as condições de vida da classe trabalhadora eram precárias, pois ela estava suscetível a doenças decorrentes da poluição e do tipo de trabalho. Havia, ainda, o uso da mão de obra infantil e o envelhecimento precoce.
- 08** A. O texto destaca as revoltas ludistas.
B. Contexto: Revolução Industrial, período histórico que se caracterizou pela mudança no modo de produção dos diversos bens de consumo, substituindo a produção manufatureira pelo uso de máquinas. Essa fase representou, também, a progressiva consolidação do capitalismo no mundo ocidental.
C. Os ludistas acreditavam que as maquinarias eram as responsáveis pela miséria entre os proletários e, por isso, invadiram fábricas e destruíram máquinas.
- 09** No primeiro texto, há uma postura de exaltação do papel desempenhado pelas organizações coletivas, responsáveis por conduzir as transformações sociais. No segundo texto, a postura é de negatar as organizações coletivas, afirmando que a multidão reprime as individualidades e o comportamento racional.
- 10** A. Um posicionamento da Igreja que contradizia as ideias de Marx e Engels foi a rejeição do socialismo marxista e a defesa da colaboração das forças do capital e do trabalho sob a égide dos valores cristãos.
B. O capitalismo industrial acentuou as desigualdades sociais por meio da concentração dos meios de produção nas mãos da burguesia industrial – uma minoria que explorava a massa trabalhadora e a submetia a condições desumanas de vida e de trabalho. Devido a essas condições, surgem os movimentos socialistas de reação do proletariado, que pregavam uma nova sociedade livre da miséria e da exploração até então dominante.

Propostos

- 01 B
- 02 D
- 03 D
- 04 E
- 05 D
- 06 E
- 07 E
- 08 E
- 09 A
- 10 C
- 11 A. Tecnologias citadas no texto: informática, telecomunicações, biotecnologia e nanotecnologia. O uso dessas tecnologias permite a obtenção, respectivamente, de maior armazenamento e disseminação de informação, produção de alimentos transgênicos e tratamento de doenças genéticas; aplicação industrial (nanotubos).
- B. Pode-se destacar, como questões éticas, o uso de transgênicos na produção de alimentos e a clonagem de animais e seres humanos.
- 12 A. Características: divisão do trabalho, predomínio do trabalho assalariado, ritmo de trabalho definido pela máquina e aumento produtivo.
- B. Características: defesa dos direitos naturais, igualdade jurídica, independência dos Três Poderes, liberdade de expressão e não intervenção do Estado nas atividades econômicas.
- 13 A. Alterações econômicas: produção em larga escala, domínio da classe burguesa, desigualdade da apropriação da riqueza produzida, formação de um amplo mercado consumidor.
- B. Mudanças resultantes da aplicação do sistema capitalista: uso do maquinário e redução da necessidade de mão de obra humana; intensificação da divisão e especialização do trabalho; concentração dos meios de produção com consequente aumento da desigualdade social; condições precárias de trabalho.
- 14 A. O principal motivo de crescimento dessas duas cidades foi a industrialização. A segunda metade do século XIX foi marcada pela Segunda Revolução Industrial, com um aumento significativo do número de fábricas e, portanto, de postos de trabalho. A segunda causa é a crise no setor agrário que sofreu a interferência do processo de mecanização, provocando desemprego entre os camponeses que, em um primeiro momento, tendiam a migrar para as grandes cidades.
- B. Observa-se a situação do banditismo, da violência urbana e aumento da criminalidade. Em contrapartida, tem-se a "ação policial" e a preocupação dos cidadãos.
- 15 B
- 16 E
- 17 Anarquismo e socialismo pretendem superar o capitalismo e instalar uma sociedade igual, sem Estado, sem classes sociais e propriedade privada. Porém, marxistas e anarquistas discordavam sobre como conseguiriam alcançar seus objetivos: os socialistas / comunistas pregavam a ditadura proletária para desfazer os problemas gerados pelo capitalismo; já os anarquistas eram contrários, também, à existência do Estado comunista, uma vez que qualquer tipo de Estado é, para o pensamento anarquista, opressor.
- 18 C

Enem

- 01 B
- 02 D
- 03 E
- 04 E
- 05 C



Revolução Americana

REVOLUÇÃO OU INDEPENDÊNCIA?



O processo de ruptura das Treze Colônias com a metrópole inglesa foi o primeiro a ocorrer na América e representou um dos primeiros sinais de abalo do poderio europeu durante o chamado Antigo Regime.

A independência, também denominada por muitos de Revolução Americana, é um episódio controverso para os historiadores. Alguns deles alegam que a ruptura com a Inglaterra representou a formação de uma “nova ordem”, o que a caracterizaria como uma revolução. Essa tese pode ser reforçada pelo fato de os colonos possuírem práticas políticas próprias, como a atuação de conselhos representativos das comunidades, o que garantia uma maior participação dos indivíduos nas decisões políticas. Como consequência disso, instaurou-se o desejo de consagrar a “liberdade” e de consolidar o direito de participar das decisões públicas, de ser admitido no mundo político, o que foi importante para o processo de independência. Aceitando-se esses aspectos, é possível caracterizar a ação dos colonos como revolucionária.

De acordo com o pensador francês Alexis de Tocqueville, que visitou os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX e escreveu a clássica obra *A democracia na América*:

Ali a sociedade age sozinha e sobre ela própria. Não existe poder, a não ser no seio dela; quase nem mesmo se encontram pessoas que ousem conceber e, sobretudo, exprimir a ideia de ir procurá-la noutra parte. O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do Poder Executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressentem esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. [Fragmento]

Por outro lado, existem historiadores que apontam as limitações desse movimento. Uma delas seria o fato de não existir, ainda naquele período, uma unidade entre os colonos. Por isso a independência não teria sido motivada pelo sentimento nacionalista em relação aos Estados Unidos, que de fato nem existia, mas sim por uma repulsão aos ingleses.

Por ter sido encabeçado por uma elite colonial que se sentia prejudicada em seus interesses econômicos, o movimento não previa a adoção imediata do sufrágio universal, além de defender a manutenção da escravidão. A segregação racial, ainda presente no século XX, levou o ativista negro Martin Luther King a proferir seu célebre discurso “Eu tenho um sonho”, em que afirmava:

De certo modo, viemos à capital de nossa nação para descontar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as palavras magníficas da Constituição e da Declaração de Independência, eles estavam assinando uma nota promissória de que todo americano se tornaria herdeiro. Essa nota era a promessa de que todos os homens, sim, negros assim como brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade. É óbvio hoje que a América não pagou essa nota promissória no que concerne aos seus cidadãos de cor. Em vez de honrar essa obrigação sagrada, a América deu ao povo negro um cheque sem fundos; um cheque que foi devolvido com a anotação: “fundos insuficientes”. Nós nos recusamos a acreditar que há fundos insuficientes na grande caixa forte de oportunidades desta nação. E assim viemos para descontar esse cheque, um cheque que vai nos assegurar as riquezas da liberdade e a segurança da justiça.

KING, Martin Luther. *Discurso de Martin Luther King*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/discursodemartinlutherking.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Apesar das diferenças, ambas as interpretações são pertinentes, e acreditamos que o seu conhecimento facilite a análise do processo que culminou na autonomia das Treze Colônias.

ANTECEDENTES

A colonização inglesa na América do Norte não se caracterizou por um planejamento sistemático. Isso porque a situação interna conflituosa pela qual passava a Inglaterra entre os séculos XV e XVII, marcada pelo fim da Guerra dos Cem Anos, pela Guerra das Duas Rosas, pela Reforma Anglicana e pela Revolução Inglesa, dificultou a atuação efetiva da metrópole na América. Devido à pouca intervenção da Coroa inglesa, os colonos desfrutaram de ampla autonomia econômica – podiam relacionar-se com outras colônias inglesas (nas Antilhas ou na Índia) – e política – praticavam o *self-government*, ou seja, o autogoverno dos colonos da América.

Não se deve concluir, no entanto, que a Coroa britânica abandonou seus territórios coloniais. Várias foram as legislações que buscavam aumentar o seu controle sobre a região, tanto que a sua intensificação no século XVIII foi um dos principais fatores que levaram ao processo de Independência das Treze Colônias.

RAZÕES PARA A INDEPENDÊNCIA

Durante a Idade Moderna, vários conflitos europeus geraram repercussões em suas colônias, alguns dos quais ligados às disputas por domínios coloniais e com a participação das colônias. No entanto, alguns dos tratados firmados entre as potências da Europa ao final desses conflitos não refletiram o interesse dos colonos, pois estabeleciam, por exemplo, a perda de conquistas territoriais. Entre esses conflitos, pode-se destacar a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), ocorrida entre a Grã-Bretanha e a França, devido à disputa pelo controle comercial e marítimo de colônias localizadas nas Índias Orientais e na América do Norte. Em território americano participaram a Inglaterra e as suas colônias norte-americanas contra a França e seus aliados indígenas.

Os ingleses saíram vitoriosos da guerra, apossando-se de grande parte do império colonial francês, como a região das Índias, e afastando as pretensões da França sobre o continente americano. Diante da menor possibilidade de invasões francesas em território americano, os colonos ingleses se sentiram menos dependentes do Exército britânico para sua defesa, o que fortalecia a sensação de autonomia. Além disso, ao participarem da guerra, os colonos experimentaram a prática militar e lutaram de maneira unificada contra um inimigo comum.

A vitória da Inglaterra na Guerra dos Sete Anos gerou também o aumento do interesse dos colonos pela região compreendida entre os Montes Apalaches e o Rio Mississippi, que era propícia ao comércio de peles e ao cultivo do fumo. Após uma série de confrontos, os indígenas que habitavam a região foram derrotados, mas, ainda assim, a metrópole não permitiu essa ocupação, o que gerou tensão entre os colonos e a Coroa inglesa.

A proibição da ocupação do território pelo rei George III, feriu os interesses dos colonos, ao mesmo tempo em que representou o início de uma política de interferência metropolitana mais efetiva nos assuntos coloniais.

A interferência cada vez mais forte da Inglaterra nos assuntos coloniais se deveu a alguns fatores específicos. Em primeiro lugar, era necessário recuperar os cofres ingleses após os gastos militares em guerras, entre elas a Guerra dos Sete Anos. Assim, os custos da ação militar e da guerra foram repassados para os colonos por meio do aumento de impostos. Além disso, a partir da segunda metade do século XVIII, a Inglaterra vivia os primórdios da Revolução Industrial, e a América poderia alimentar esse processo por meio do fornecimento de matéria-prima, como o algodão, além de representar um importante mercado consumidor para os produtos ingleses. Pode ser ressaltado, ainda, que os gastos ingleses com seu Império em expansão também contribuíram para o aumento da opressão.

No plano ideológico, foram fundamentais para a eclosão do movimento emancipacionista as ideias iluministas, em especial as de John Locke. Tais influências chegavam às colônias por meio das elites que haviam estudado nas universidades inglesas. Locke defendia a teoria do contrato social e afirmava que o Estado deveria ser capaz de garantir os direitos naturais e inalienáveis dos indivíduos. A não garantia destes dava aos cidadãos o direito de se rebelarem contra o governo, caracterizando, portanto, o direito de resistência à tirania dos governos considerados injustos. Além disso, John Locke defendia que a participação política determinava a validade de uma lei. Posto que as leis a que estavam submetidos os colonos eram votadas exclusivamente pelo Parlamento inglês, sem o consentimento dos americanos, aquela situação inevitavelmente se tornaria insustentável.

No momento em que a Coroa aumentou a opressão por meio de um conjunto de leis repressivas, os colonos, influenciados pelo Iluminismo, questionaram a validade de tais atos, afirmando a máxima: “*No taxation without representation*” (Não à taxação sem representação). Entre as leis coercitivas que foram criadas com o objetivo de reforçar os laços coloniais, destacam-se:

Lei do Açúcar (1764)

Enquanto os colonos ainda se encontravam descontentes com a Declaração de 1763, que havia proibido o avanço da colonização no território, o Parlamento inglês aprovou o *Sugar Act*. A Lei do Açúcar era um dispositivo que visava à redução dos encargos fiscais pagos pelos cidadãos ingleses, transferindo parte dessas obrigações para os colonos. No entanto, a justificativa para a lei, segundo os britânicos, era a necessidade de arrecadar recursos para a segurança e para a proteção das colônias contra os ataques estrangeiros.

A lei de 1764 estabelecia impostos adicionais para a compra de açúcar e outros produtos estrangeiros, como artigos de luxo, vinho, café e seda. Com o aumento dos preços dos produtos estrangeiros, os colonos se viam na obrigação de comprar produtos diretamente dos ingleses ou das outras colônias inglesas, como o açúcar oriundo de colônias inglesas nas Antilhas.

Tal medida afetava diretamente os envolvidos no comércio triangular, que, em muitos casos, adquiriam o melaço com melhores condições em outras regiões, como nas colônias francesas e espanholas da América Central, para viabilizar a compra de escravos na África. O descontentamento aumentou ainda mais devido à severa fiscalização por parte da Marinha inglesa, que patrulhava os portos, inspecionava os navios e vasculhava os armazéns americanos em busca de mercadorias contrabandeadas. Além de vários protestos, os colonos boicotaram os produtos ingleses.

Lei do Selo (1765)

Essa lei determinava que documentos públicos, como jornais, cartazes e diplomas, fossem taxados. Essa medida foi a primeira a provocar uma reação organizada por parte dos colonos contra as leis mercantilistas, já que, diferentemente das outras taxações indiretas, essa cobrança era encaminhada diretamente para os cofres da Coroa.

Além de manifestações e do boicote aos produtos ingleses, os colonos organizaram o Congresso da Lei do Selo, que redigiu a Declaração dos Direitos e das Reivindicações. Pelo documento, reafirmava-se a fidelidade dos americanos ao rei Jorge III, exigindo que os colonos tivessem o mesmo tratamento dispensado aos súditos ingleses, principalmente em relação à questão da representatividade no Parlamento inglês. Também era exigida a revogação das demais leis que restringiam o comércio.

As convulsões geradas pela aprovação da lei foram tão intensas que levaram à sua revogação pelo Parlamento inglês em 1766.

Atos Townshend (1767)

Decretados pelo ministro da Fazenda, Charles Townshend, esses dispositivos taxavam produtos como chumbo, vidro, corantes e chá. As novas taxas retomavam o sistema de taxaço indireta, anterior à Lei do Selo. Essas medidas foram acompanhadas da nomeação de novos funcionários para combater o contrabando nas colônias.

Novas reações ocorreram, gerando, inclusive, um confronto direto entre colonos e soldados britânicos que ficou conhecido como "o massacre de Boston". A morte de cinco colonos fez com que o evento fosse usado na propaganda contra os ingleses. Novamente, assistiu-se à anulação das medidas por parte do Parlamento inglês.

Na visão dos colonos, o governo inglês não procurava preservar a vida, a liberdade e a propriedade. Pelo contrário, atentava com sua legislação mercantilista contra a propriedade dos colonos e, por vezes, como no Massacre de Boston, contra a própria vida dos colonos. As palavras de Locke assumiam na colônia o papel de ideário de uma revolução.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 82. [Fragmento]

Lei do Chá (1773)

O chá faz parte da tradição inglesa e era amplamente consumido nas Treze Colônias. Seu preço vinha sofrendo quedas constantes tanto na Inglaterra quanto nas colônias, e seu consumo se tornava cada vez mais popular. No entanto, desde a edição dos Atos Townshend, os americanos vinham se recusando a comprar o chá trazido pelos ingleses.

A Companhia das Índias Orientais, de origem inglesa, que comercializava o chá, era a principal prejudicada pela baixa dos preços e pela recusa dos americanos. Para promover a recuperação da Companhia, o Parlamento britânico, que possuía inúmeros acionistas na empresa, concedeu o monopólio da venda do chá na América à Companhia das Índias.

Além de boicotarem o chá inglês e aumentar o consumo de café e de chocolate, os colonos atacaram o carregamento de chá de três navios da Companhia no porto de Boston, disfarçados de índios. Esse episódio ficou conhecido como a "Festa do chá de Boston" e marcou o início das ações violentas dos colonos e a intensificação da política autoritária inglesa.



CURRIER, Nathaniel. *Movimento do chá de Boston*. 1846. Litografia.

Durante o evento, em Massachusetts, gritou-se: "O porto de Boston virou um bule de chá essa noite."

Leis Intoleráveis (1774)

Após os eventos que se seguiram à Lei do Chá, a reação do Parlamento foi dura. Um conjunto de leis foi aprovado visando a desencorajar os atos de rebeldia e, por isso, essas leis foram chamadas pelos colonos de Leis Intoleráveis.

Entre as medidas, destacavam-se o fechamento do porto de Boston, até que todo o prejuízo do lançamento do carregamento de chá ao mar fosse indenizado; a suspensão de todos os benefícios anteriormente concedidos à colônia de Massachusetts; o impedimento de toda e qualquer manifestação pública contra a metrópole; a transferência para Inglaterra dos julgamentos de crimes cometidos em território americano, além da obrigatoriedade da concessão de alojamento por parte dos colonos aos soldados ingleses.

Ato de Quebec (1774)

A intenção desse Ato era reforçar o domínio inglês sobre a região do Canadá, obtida após a vitória sobre a França na Guerra dos Sete Anos. Pelo Ato, o território do Quebec teve suas fronteiras fixadas ao sul no Rio Ohio e estaria limitado ao oeste pelo Rio Mississippi, impedindo, assim, a expansão dos colonos para o oeste. Além disso, o Ato de Quebec permitia a manutenção de leis francesas na região, assim como a tolerância religiosa naquela região de maioria católica. Publicado no mesmo ano das chamadas Leis Intoleráveis, o Ato foi visto como uma nova afronta e como uma aproximação da Inglaterra com o catolicismo.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA



Após as tentativas de imposição de rígidas práticas mercantilistas pelos ingleses às suas colônias e de cerceamento das liberdades até então ali praticadas, os colonos passaram a acreditar que a implementação de reformas liberais seria a solução para que pudessem se desvencilhar das imposições metropolitanas.

Assim, o que reuniu os colonos no momento da independência não foi necessariamente um sentimento nacionalista e sim a rejeição à Inglaterra, principalmente após o reforço da política colonial. Inicialmente, parte da elite, principalmente dos sulistas, era contrária à luta contra os ingleses, pois os sulistas eram dependentes do mercado inglês. Havia também a preocupação com a radicalização do movimento, ou seja, o medo de que a separação levasse à rebeldia dos escravos e das classes populares. Entretanto, no momento em que perceberam que seus interesses estavam ameaçados, as elites passaram a protestar contra as pressões inglesas.

A difusão das ideias contestatórias foi realizada a partir de sociedades secretas que reuniam os descontentes com as medidas inglesas. Era comum a leitura de textos iluministas, em especial os de John Locke.

A organização da resistência colonial ganhou consistência com o **Primeiro Congresso Continental da Filadélfia**, em 1774, quando os representantes da Virgínia e de Massachusetts adotaram uma série de resoluções. Durante o Congresso – que contou com delegados de todas as colônias, com exceção da Geórgia –, foi reafirmada a fidelidade dos colonos ao rei inglês, mas exigiu-se o respeito aos seus direitos. Os participantes diziam defender os direitos naturais, como a liberdade, a vida e a propriedade, e firmaram um pacto de apoio mútuo. Também se comprometeram a manter o boicote aos produtos ingleses, a não vender produtos à Inglaterra ou à Companhia das Índias e a se reunirem novamente no caso do não atendimento das reivindicações e da revogação das Leis Intoleráveis.



MATTESON, T. H. *A primeira oração no congresso.*

Na tela representada, os colonos reunidos durante o Segundo Congresso da Filadélfia fazem uma oração antes de iniciar as discussões.

Ao mesmo tempo em que o Primeiro Congresso da Filadélfia optava por uma posição mais moderada, também foi fundamental a divulgação, entre os colonos, dos ideais separatistas por meio de panfletos, como o *Senso Comum*, de Thomas Paine. O autor atacava a monarquia inglesa e defendia a emancipação política, a elaboração de uma Constituição e o estabelecimento do regime republicano.

Por outro lado, percebendo o avanço dos movimentos de rebeldia, a Coroa aumentou o número de tropas enviadas ao continente americano. A medida fez com que a elite colonial se organizasse no **Segundo Congresso Continental (1775)**, também na Filadélfia, que contou agora com o apoio de todas as colônias. Após um início em que prevaleceram os argumentos dos conservadores, os representantes das colônias acabaram se posicionando a favor da separação. Em meio a essa situação, ocorreram conflitos armados em Lexington e em Concord entre colonos e tropas inglesas.

As discussões se mantiveram intensas até o dia 4 de julho de 1776, quando foi tornada pública a Declaração de Independência, elaborada sob a coordenação de Thomas Jefferson. Esta era composta de um preâmbulo com as causas para a separação, uma teoria sobre o novo governo a ser estabelecido e uma declaração de guerra à Inglaterra. Redigida em sua maior parte por Thomas Jefferson, em seu preâmbulo, fica clara a influência do inglês John Locke:

Cremos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo governo [...].

JEFFERSON, T. et al. *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América*, 4 jul. 1776. Preâmbulo.

A declaração de Independência ampliou o sentimento popular e os colonos foram considerados rebeldes pelo rei George, iniciando-se a Guerra pela Independência. Para alguns emancipacionistas, no entanto, o principal já havia sido feito, como se pode perceber na afirmação de John Adams, importante participante do Congresso da Filadélfia e posteriormente presidente dos Estados Unidos:

O que queremos dizer com a Revolução? A guerra? Isso não foi parte da Revolução, foi apenas um efeito e consequência dela. A Revolução estava nas mentes das pessoas e foi levada a cabo de 1760 a 1775, no curso de quinze anos, antes que uma gota de sangue fosse derramada em Lexington.

John Adams para Jefferson, 1815.

GUERRA DE INDEPENDÊNCIA



George Washington foi o encarregado de comandar o Exército colonial, também chamado de Exército continental. Em diversas localidades, foram formadas milícias que atuavam por meio de sabotagens ao Exército inglês e possuíam relativa autonomia.

Se de um lado a potente Marinha britânica, auxiliada por mercenários, buscava suprimir os colonos, de outro lado as vitórias americanas, comandadas por George Washington – como a da Batalha de Saratoga –, reavivavam o ânimo das forças rebeldes. Fortalecido pela reação colonial, o embaixador dos americanos, Benjamin Franklin, conseguiu fazer com que a Marinha e o Exército franceses auxiliassem os colonos na luta pela independência. Foram assinados dois tratados com a França: um de cooperação comercial e outro de auxílio militar.

Assim, além de tropas, os franceses forneceram ouro, pólvora, munição e equipamentos. Espanhóis, holandeses e voluntários de outros países europeus, imbuídos em desestruturar o poderio inglês, também deram a sua colaboração.

Além do apoio externo, a vitória dos colonos também foi garantida pela dificuldade de os ingleses controlarem o território do inimigo e pela distância da Inglaterra à América que dificultava a manutenção do abastecimento dos exércitos.

A guerra contra a Inglaterra estendeu-se por quase sete anos, quando, por meio do Tratado de Paris, a Inglaterra reconheceu a independência. Nesse tratado, a Inglaterra reconhecia a Independência das Treze Colônias, mas, somente em 1787, após quatro anos de independência, as ex-colônias resolveram se unificar politicamente, adotando o nome de **Estados Unidos da América**.



A Estátua da Liberdade, importante monumento estadunidense, foi um presente francês em homenagem ao centenário da Independência dos Estados Unidos.

DESDOBRAMENTOS DA INDEPENDÊNCIA DAS TREZE COLÔNIAS



A vitória na Guerra de Independência significou a primeira vitória de uma colônia americana sobre a sua metrópole. A Constituição estadunidense, elaborada em 1787, também representou novidades, como o estabelecimento do sistema republicano na América e a divisão do Estado em três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. Essa Constituição continua em vigor, apenas com o acréscimo de emendas ao texto original.

Além disso, adotou-se o modelo federalista, em que os estados mantêm certa autonomia em relação ao poder central. Essa opção organizativa tem raízes nas características da própria forma de colonização da América Inglesa, marcada pelo sistema de autogoverno. No entanto, a independência dos Estados Unidos não significou um sentimento de unidade nacional. As diferenças entre Norte e Sul permaneceram e, mais tarde, no século XIX, levaram à Guerra de Secessão.

Ainda, a Constituição garantiu os direitos à propriedade e consagrou os interesses das elites. Manteve-se, assim, o domínio dos chamados WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant*) – os brancos, anglo-saxões e protestantes. Para os indígenas, inclusive os que haviam lutado na guerra, a independência significou o aumento das invasões às suas terras, visto que agora não havia mais restrições à expansão da colonização em direção ao Oeste. Houve ainda a manutenção da escravidão, que perdurou nos estados do Sul até 1865. Mesmo após a abolição da escravidão no século XIX, alguns estados mantiveram leis segregacionistas que privaram os negros de direitos sociais essenciais a todo cidadão, tal como o direito ao voto e até o direito de ir e vir. Somente após as lutas contra essa política excludente e contra práticas preconceituosas, no movimento conhecido como Movimento pelos Direitos Civis (1954-1980), essa segregação institucionalizada foi proibida, e direitos até então restritos aos brancos foram estendidos aos negros.

Além dos desdobramentos internos, a Independência das Treze Colônias também provocou repercussões em âmbito internacional. Algumas delas podem ser destacadas:

- A vitória sobre os ingleses representou um forte abalo à corrida da Inglaterra rumo ao posto de potência hegemônica do período.
- A França saiu enfraquecida depois dos gastos com o auxílio nas lutas. Além disso, soldados franceses que lutaram pela independência voltaram contagiados pela ideia de liberdade e república. Essa influência foi fundamental para o início do processo revolucionário francês.
- A influência da experiência americana serviu de exemplo para outros movimentos em busca da liberdade em toda a América. No caso do Brasil, podemos citar as Inconfidências Mineira (1789) e Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) como movimentos diretamente inspirados na luta estadunidense.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UNIRIO-RJ) O processo de independência das 13 colônias da América do Norte, que culminou com a Declaração de Independência de 1776, relaciona-se à
- intensificação do controle sobre as colônias da América do Norte, devido à crise econômica inglesa ao final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763).
 - adoção de uma política liberal pelo Parlamento inglês, que favoreceu o desenvolvimento colonial ao encerrar o monopólio comercial da Companhia das Índias Orientais sobre a venda do chá (1773).
 - proibição da cobrança do Imposto do Selo, decretada pela Inglaterra, o que extinguiu a principal fonte de renda do governo colonial americano (1763).
 - sublevação dos colonos, frente às decisões do Primeiro Congresso Continental de Filadélfia, que reforçava o controle político da metrópole inglesa sobre as 13 colônias (1774).
 - intervenção militar na luta pela independência e auxílio econômico fornecido por outras colônias americanas, tais como o México e o Canadá, que expulsaram os ingleses do território americano após a Declaração de Independência (1776).
- 02.** (UFU-MG-2019) De acordo com Bernard Baylin, em seu livro *As origens ideológicas da Revolução Americana*, depois da promulgação da Lei do Selo, os colonos americanos começaram a pensar que havia uma conspiração inglesa para cercar as liberdades na América do Norte. E essa crença transformou o sentido da luta dos colonos e acelerou o movimento de oposição, que posteriormente acabou levando à Independência e à criação dos Estados Unidos da América. Em relação à Lei do Selo, é correto afirmar que
- essa lei foi aprovada pelo Parlamento Inglês em 1765, estabelecendo que todos os documentos em circulação na colônia americana deveriam receber selos provenientes de toda a Europa e, somente com esses, sua circulação estaria legalizada.
 - essa lei durou vários anos, mas, devido às ações dos representantes dos colonos americanos no parlamento inglês, tal taxa foi cancelada sob forte protesto de parlamentares representantes dos interesses comerciais da metrópole.
 - o rei inglês justificava essa lei, argumentando que o tesouro inglês havia se esgotado com a Guerra dos Sete Anos, e que também era dever dos colonos pagar as dívidas, contraídas também a favor dos interesses deles.
 - essa lei taxava também artigos de consumo, como o chá, o vidro, o papel e outros. Por causar a elevação de preços desses artigos, a Lei do Selo provocou inúmeros confrontos, considerado um dos fatores que conduziu ao processo de Independência dos Estados Unidos da América.

03.

40HN



(FGV-SP) São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que Ihes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade.

Declaração de Independência, 4 jul. 1776.

Acerca da Independência das Treze Colônias, é correto afirmar que

- A) a ruptura com a metrópole foi efetivada pelas classes sociais dominantes coloniais, o que fez com que as demandas dos mais pobres fossem barradas e que não houvesse solução imediata para a questão escravista.
- B) comandada pelos setores mais radicais da pequena burguesia, os colonos criaram uma república federativa, considerando, como pilares fundamentais da nova ordem institucional, as igualdades política e social.
- C) sua efetivação só foi possível devido à fragilidade econômica e militar da Inglaterra, envolvida com a Guerra dos Sete Anos com a França, além da aliança militar dos colonos ingleses com a forte Marinha de Guerra da Espanha.
- D) o desejo por parte dos colonos de emancipar-se da metrópole Inglaterra nasceu em uma conjuntura de abertura da política colonial, na qual, a partir de 1770, as Treze Colônias foram autorizadas a comerciarem com as Antilhas.
- E) o processo de ruptura colonial foi facilitado em decorrência das identidades econômicas e políticas entre as colônias do norte e as do sul, praticantes de uma economia de mercado, com o uso da mão de obra livre.

04. (FGV-SP) A Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, é considerada a primeira experiência significativa de Estado federal. Isso se deve

- A) ao princípio constitucional baseado na pluralidade de centros de poder soberanos e coordenados.
- B) ao princípio constitucional caracterizado pela inexistência de leis gerais válidas para toda a nação.
- C) ao princípio constitucional baseado na absoluta submissão das unidades federativas ao governo central.
- D) ao princípio constitucional de garantia dos direitos individuais do cidadão e das minorias sociais.
- E) ao princípio constitucional baseado no corporativismo e na negação do direito de rebelião e insubordinação política.

05. (FGV) Em 1776, foi declarada a emancipação política dos Estados Unidos. Comparando o processo de Independência estadunidense com outros casos na América, podemos afirmar que

- A) a Independência dos Estados Unidos foi pacífica, semelhante ao processo brasileiro e diferente do restante da América Espanhola, caracterizado pelas guerras contra forças metropolitanas.

B) a escravidão não foi abolida pelo governo dos Estados Unidos no momento da independência política, de maneira semelhante ao que ocorreu no Brasil e na maior parte da América Latina.

C) ao contrário do caso brasileiro e latino-americano, a Independência dos Estados Unidos foi liderada pelas camadas populares da sociedade colonial.

D) a instauração de repúblicas democráticas é um traço comum entre o processo de emancipação política dos Estados Unidos e o das outras nações do continente americano.

E) ao estabelecer a sua Independência, os líderes estadunidenses imediatamente concederam direito de voto às mulheres, o que não ocorreu no Brasil e tampouco no restante da América Latina.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UPF) Na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, os colonos, na escrita de Thomas Jefferson, registraram:

“Estas colônias unidas são, e têm o direito a ser, Estados livres e independentes e toda ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está e deve estar totalmente dissolvida.”

É correto dizer que a afirmação de liberdade e independência presente no documento está relacionada

- A) ao interesse das colônias do norte de se separarem das colônias do sul, em função dos entraves que a organização social escravista sulina criava ao desenvolvimento capitalista.
- B) à vontade dos colonos norte-americanos de se aliarem com a França revolucionária, que lhes oferecia oportunidades mais promissoras para as trocas comerciais.
- C) ao propósito dos colonos de alcançar a autonomia política, embora preservando o monopólio comercial, que favorecia a economia das colônias do norte.
- D) à formalização de uma separação política que, na prática, já existia, como comprova a liberdade comercial da qual gozavam tanto as colônias do norte quanto as do sul.
- E) à reação dos colonos norte-americanos, baseada nas ideias dos filósofos iluministas, contra a tentativa de reforçar as medidas de exploração colonial impostas pela Inglaterra.

02.



(Unicamp-SP-2022) A sociedade é uma bênção, mas o governo, mesmo em seu melhor estado, é apenas um mal necessário. No seu pior estado, é um mal intolerável, pois quando sofremos ou ficamos expostos, por causa de um governo, às mesmas desgraças que poderíamos esperar em um país sem governo, nossa calamidade pesa ainda mais ao considerarmos que somos nós que fornecemos os meios pelos quais sofremos. Há algo de muito ridículo na composição da monarquia; primeiro ela exclui um homem dos meios de informação, mas lhe permite agir em casos que requerem capacidade superior de julgamento. A posição de um rei o aparta do mundo; no entanto, a atividade de um rei exige que ele conheça perfeitamente o mundo. Com isso, as diferentes partes, opondo-se de forma antinatural e destruindo uma à outra, provam que essa figura é absurda e inútil.

PAINE, Thomas. *Senso comum e Os direitos do homem*. L&PM Pocket. Edição do Kindle, posição 32 a 138 (Adaptação).

O trecho anterior foi retirado do panfleto “Senso comum e Os direitos do homem”, publicado de forma anônima, em 1776. Com autoria assumida por Thomas Paine, a obra causou grande reação pública. A partir do texto e das informações fornecidas, é correto dizer que o autor

- apresenta a monarquia como um mal necessário e a figura do rei absolutista como absurda e inútil, contudo inquestionável. Paine tornou-se o principal nome contrário à Revolução Americana.
- estabelece uma relação direta entre a sociedade e o governo, abrindo espaço para debates acerca do mau governo. O panfleto escrito por Paine tornou-se uma base teórica para a Revolução Americana.
- demonstra como regimes autoritários favorecem os meios de informação, para que os homens exerçam suas capacidades de julgamento. Paine usou jornais para combater a Revolução Americana.
- considera que sociedades com e sem governos têm os mesmos benefícios, desenvolvendo-se de formas semelhantes. Paine desencorajou o engajamento dos colonos ingleses na Revolução Americana.

03. (FGV-SP) Leia os trechos:

Na Europa, as terras ou são cultivadas ou são proibidas aos agricultores. A manufatura deve, então, ser procurada por necessidade e não por escolha. Nós, porém, temos uma imensidade de terra. [...] Enquanto tivermos terra para trabalhar, nunca desejemos ver nossos cidadãos ocupados numa bancada de trabalho ou girando uma roca de fiar [...] Para as operações gerais de manufatura, deixemos que as nossas oficinas continuem na Europa.

É melhor enviar matérias-primas para os trabalhadores de lá do que trazê-los para cá [...], com seus costumes e princípios. A aglomeração das grandes cidades não contribui para a manutenção de um governo legítimo [...].

Thomas Jefferson, 1784.

Os regulamentos restritivos, que têm feito baixar a venda nos mercados estrangeiros do excedente cada vez maior de nossa produção agrícola, [...] geraram forte desejo de que se criasse, internamente, uma demanda maior para aqueles excedentes. [...]

Convém aqui enumerar os principais fatores que permitem concluir que os estabelecimentos manufatureiros não apenas provocam um aumento positivo no produto e na renda da sociedade, como também contribuem, decisivamente, para desenvolvê-la [...]. 1. a divisão do trabalho; 2. uma ampliação no uso da maquinaria; 3. a utilização adicional de classes da comunidade [...]; 4. a promoção da imigração de países estrangeiros; 5. a oferta de maiores oportunidades à diversidade de talentos [...]; 6. o aparecimento de um campo mais amplo e variado para a empresa; [...]

HAMILTON, Alexander. 1791.

In: Secretaria da Educação-SP. *Coletânea de documentos de História da América para o 2º grau*.

Os documentos tratam dos Estados Unidos logo após a Independência. De acordo com os trechos, é correto afirmar que Jefferson e Hamilton

- divergem sobre a necessidade de instalar manufaturas nos Estados Unidos.
- concordam com a adoção de princípios fisiocratas no novo país.
- destacam o aumento do volume e da renda das exportações agrícolas americanas.
- defendem a vinda de imigrantes europeus para os Estados Unidos.
- discordam sobre a manutenção do trabalho escravo em sua economia.

04.

H8RU



(UERJ-2019) Por que os direitos devem ser apresentados numa declaração? Por que os países e os cidadãos sentem a necessidade dessa afirmação formal? Em 1776, as palavras “carta”, “petição” pareciam inadequadas para a tarefa de garantir os direitos. “Petição” implicava um pedido ou apelo a um poder superior, e “carta” significava frequentemente um antigo documento ou escritura. “Declaração” tinha um ar menos submisso. Jefferson, portanto, começou a Declaração de Independência com a seguinte explicação da necessidade de declará-la:

“Quando, no curso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário que um povo dissolva os laços políticos que o ligam a outro e assuma entre as potências da terra a posição separada e igual a que lhe dão direito as Leis da Natureza e do Deus da Natureza, um respeito decente pelas opiniões da humanidade requer que ele declare as causas que o impelem à separação.”

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (Adaptação).

A Declaração Unânime de Independência dos Treze Estados Unidos da América representou, à época, uma mudança quanto ao entendimento dos direitos dos habitantes das colônias. A partir do texto, apresente um aspecto que caracteriza essa mudança. Identifique, também, dois movimentos políticos, ocorridos no mundo ocidental, associados às repercussões internacionais dessa declaração.

05. (UFJF-MG) Leia atentamente um trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776:

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação. Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade. [...] Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidas injúrias e usurpações, tendo todos por objetivo direto o estabelecimento da tirania absoluta sobre estes Estados.

Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao_vport.html. Acesso em: 28 ago. 2014.

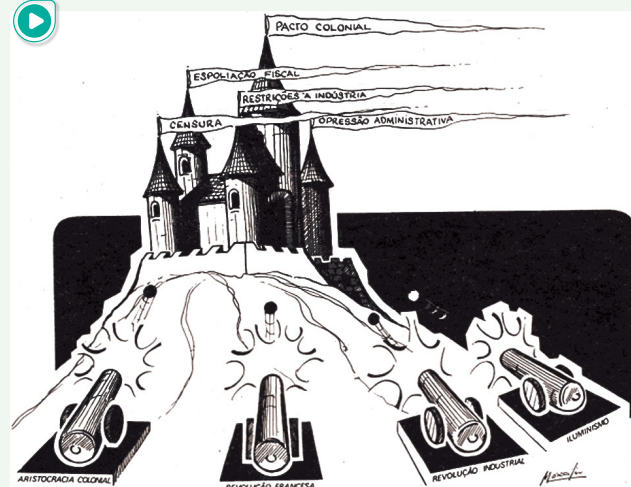
- A) Segundo os autores da declaração, quais as justificativas para a ruptura com a metrópole?
- B) Relacione a Declaração a um ideário político do período.

06. (UFRJ) O início da colonização da costa leste da América Inglesa encontrou inúmeras dificuldades. Por exemplo, em áreas como a baía de Chesapeake, a mortalidade entre os recém-chegados alcançava cerca de 40% nos dois primeiros anos de estadia. Apesar disso, do século XVI ao XVIII, a América Inglesa conheceu ondas crescentes de imigrantes provenientes de diferentes partes da Europa, dentre os quais ingleses, irlandeses, escoceses e alemães.

ELLIOTT, J. H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. New Haven: Yale University Press, 2006. p. 156.

Cite dois aspectos, um de natureza religiosa e outro de natureza econômica, que estimularam a emigração de europeus para a América Inglesa entre os séculos XVI e XVIII.

07. (UFJF-MG)



AQUINO, R.; LEMOS, N. J. F.; LOPES, O.; OSCAR. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 109.

Como se vê na figura anterior, a Europa, na segunda metade do século XVIII, foi abalada por revoluções e reivindicações que envolviam também suas colônias americanas.

Baseando-se na imagem e em seus conhecimentos, responda ao que se pede:

- A) Qual foi o primeiro movimento vitorioso da história americana que ilustra a vitória das reivindicações das elites locais contra o sistema colonial europeu?
- B) Analise uma repercussão desse episódio no restante do continente americano.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) Em 4 de julho de 1776, as Treze Colônias, que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA), declaravam sua independência e justificavam a ruptura do pacto colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

COSTA, Emília Viotti da. Apresentação da coleção. In: POMAR, Wladimir. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (Adaptação).

Considerando o texto anterior, acerca da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

- A) A Independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- B) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de Independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- C) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- D) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da Independência norte-americana.
- E) Ao romper o pacto colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. A 04. A
02. C 05. B
03. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. E 02. B 03. A
04. A partir da Declaração de Independência das Treze Colônias, os colonos da América Inglesa compreenderam que poderiam ser livres do domínio metropolitano, sendo essa uma nova forma de pensar dos habitantes coloniais ingleses, na medida em que a declaração foi uma estratégia de luta política para alcançar essa liberdade. Também pode ser considerado como aspecto dessa mudança a defesa vinda dos colonos, em relação ao estabelecimento de um governo autônomo na colônia, e o repúdio às políticas alfandegárias e tributárias vinda da dominação metropolitana. Dois movimentos políticos ocorridos no mundo ocidental que podem ser associados a essa declaração é a Inconfidência Mineira, na América Portuguesa, e as revoltas de colonos na América Espanhola.
- 05.
- A) Para os autores da declaração, o rei da Grã-Bretanha cometia uma série de abusos, "repetidas injúrias e usurpações", o que impedia que certos direitos inalienáveis fossem respeitados; direito à vida, à liberdade e à procura de felicidade. Nesse contexto, o rompimento de relações políticas entre os habitantes das treze colônias e a Grã-Bretanha poderia ser justificado.
- B) A Declaração está associada à perspectiva iluminista, que defendia ideias de liberdade política, religiosa e de expressão, bem como a garantia de direitos considerados inalienáveis. As ideias do pensador John Locke influenciaram esse pensamento, uma vez que defendia a garantia de "direitos naturais" e, caso esses direitos não fossem acessados, caberia à sociedade civil se rebelar.
06. Podem ser citadas as perseguições religiosas e os altos índices de desemprego e subemprego, derivados do processo de expropriação rural. No final do século XVI e início do XVII, a Inglaterra vivia um momento conturbado. A religião oficial era a anglicana e, por consequência, seguidores de diversas outras denominações protestantes, sobretudo os puritanos (calvinistas), passaram a ser perseguidos. Além disso, os cercamentos dos campos (transformação das áreas de cultivo em pastos para criação de ovelhas) também contribuíram para que milhares de camponeses (arrendatários e, pequenos proprietários) arruinados rumassem para as cidades, que ficaram saturadas. A saída para essa crise de cunho religioso e econômico foi imigrar para a América do Norte.
- 07.
- A) Independência das Treze Colônias norte-americanas.
- B) Entre outros aspectos, podem ser destacadas: a influência nas independências da América Espanhola e do Haiti; a difusão de ideias iluministas e igualitárias.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Revolução Francesa

A Revolução Francesa não foi o primeiro movimento europeu que colocou em questão as estruturas do Antigo Regime. Esse processo, contudo, é considerado pelos historiadores como um grande marco da História, que inaugurou o início da Idade Contemporânea e que serviu de inspiração para a maioria dos movimentos de contestação à ordem estabelecida. De acordo com Eric Hobsbawm:

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi grande parte da luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. [Fragmento]

Mesmo limitando as suas maiores conquistas aos interesses da classe burguesa, a Revolução Francesa promoveu uma grande reestruturação social, política e econômica na França, ou seja, ela foi responsável pela derrubada do Antigo Regime naquele país – determinando o fim da sociedade baseada nas distinções de nascimento e o fim da monarquia absolutista. Além disso, a Revolução Francesa possibilitou a retirada dos entraves de origem feudal ao desenvolvimento do capitalismo francês.

O processo de consolidação da ordem liberal, no entanto, não ocorreu sem sobressaltos, pois, após a Revolução Francesa e a expansão de seus ideais e do Império Francês com Napoleão Bonaparte, o Congresso de Viena de 1815 representou uma tentativa de retorno às estruturas do Antigo Regime. Foi somente no século XIX que a Europa Ocidental assistiu à afirmação de uma sociedade baseada nos valores liberais.

ANTIGO REGIME FRANCÊS

Para compreender os eventos que se sucederam a partir do início da Revolução, em 1789, é fundamental caracterizar a sociedade francesa contra a qual os revolucionários se insurgiram.

A sociedade francesa era estamental, ou seja, dividida em ordens. O clero e a nobreza, primeiro e segundo estados, respectivamente, usufruíam de privilégios juridicamente justificados. Esses grupos eram isentos do pagamento de impostos, possuíam exclusividade na ocupação de determinados cargos políticos e militares e ainda eram julgados por tribunais especiais.

Distante do luxo da aristocracia, o terceiro estado abrigava a maioria da população francesa. Era responsável pelo sustento do Estado, seja por meio do trabalho no campo e nas cidades ou mesmo mediante o pagamento de impostos para a Coroa, para os senhores e para a Igreja. O terceiro estado era constituído de diferentes grupos, podendo ser considerado heterogêneo. Faziam parte de sua composição:

- **Alta burguesia:** composta de banqueiros, grandes comerciantes e armadores que, eventualmente, poderiam integrar o segundo estado a partir da concessão de títulos de nobreza por parte da monarquia francesa. A alta burguesia tinha tendência moderada e conciliadora, inclusive com setores privilegiados.
- **Pequena burguesia:** era formada por comerciantes, pequenos proprietários e profissionais liberais. Apresentava uma postura mais radical que os grandes burgueses.
- **Trabalhadores urbanos:** artesãos, trabalhadores das manufaturas e pequenos comerciantes que ficaram conhecidos como *sans-culottes*. Esse grupo foi responsável por impulsionar o processo revolucionário em vários momentos.
- **Trabalhadores rurais:** chegavam a 20 milhões e representavam 80% da população. Eram pequenos proprietários, arrendatários, trabalhadores assalariados e camponeses submetidos a relações próximas à servidão. Em uma sociedade basicamente agrária, ainda persistiam tributos de origem feudal cobrados sobre o trabalho do camponês.

Como se pode perceber, portanto, o terceiro estado era bastante heterogêneo, o que fez com que a Revolução tomasse rumos diversos durante a sua execução.



Autor desconhecido.

Caricatura da época retrata a opressão sobre o terceiro estado.

CRISE DO ESTADO FRANCÊS

Às vésperas da Revolução, o Estado francês vivia uma grave crise econômica e institucional. A crise financeira fora fomentada pelos gastos militares na Guerra dos Sete Anos, na Guerra de Independência das Treze Colônias e pelos recursos destinados à manutenção da Corte francesa. Os cofres do Estado francês estavam vazios, e a monarquia buscava soluções para tal situação; afinal, a arrecadação de impostos – não totalmente centralizada – dificultava o reerguimento francês.

A crise financeira era agravada, ainda, pelo aumento da população (a França era o Estado mais populoso da Europa Ocidental) e pelo desequilíbrio climático que prejudicou a produção agrária nos anos de 1787-1788, provocando o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Dessa forma, a população passava fome, e os gastos com o pão chegavam a 90% das receitas das famílias.

Diante desse cenário desfavorável ao terceiro estado, a difusão dos princípios iluministas, principalmente entre a burguesia, ressaltava as contradições existentes na França e concedia a base teórica necessária para a Revolução. Vale lembrar que, para os iluministas, era o Estado absolutista e suas rígidas hierarquias sociais que impediam a garantia dos direitos naturais do homem. A liberdade e a igualdade não poderiam ser ameaçadas, o que resultou em críticas à monarquia e à Igreja.

As tensões na França eram ainda mais evidentes, pois, no plano estrutural, existia uma incompatibilidade entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas – vinculadas ao fortalecimento das relações capitalistas – e a persistência de relações sociais e de produção feudais.

Apesar das tentativas de resolução das contendas, estas apenas agravaram a crise do Estado francês. Ministros como Necker, Calonne e Brienne apontavam para a necessidade da extensão dos impostos aos nobres e ao clero. Tais medidas, entretanto, foram rejeitadas pelo primeiro e pelo segundo estados, que não aceitavam a perda de seus privilégios. Por outro lado, o terceiro estado não estava disposto a aceitar o aumento das taxações que recaíam sobre si.

Diante dos impasses e da dificuldade em solucionar a crise, o rei Luís XVI convocou, em agosto de 1788, os Estados Gerais, uma espécie de assembleia deliberativa que tinha representantes dos três estados sociais, que viriam a se reunir efetivamente em 1789. Para os políticos ligados ao rei, a convocação teria a função de promover um acordo entre os diversos setores sociais. A aristocracia esperava, com a convocação dos Estados Gerais, a manutenção de seus privilégios. No entanto, a crise econômica e a crescente força burguesa impulsionaram o movimento revolucionário.

DOS ESTADOS GERAIS À MONARQUIA CONSTITUCIONAL



A convocação dos Estados Gerais permitiu aos representantes do terceiro estado externar as transformações políticas pelas quais lutavam. Após o início das reuniões em Versalhes, no dia 5 de maio de 1789, a primeira conquista desse grupo foi o aumento, concedido por Luís XVI, do número de seus representantes igual as do primeiro e segundo estados somados naquele centro de decisões. A razão para a atitude do rei reside no fato de que as votações, de acordo com o tradicional regimento, eram feitas por estado e não por cabeça. Dessa forma, cada um dos estados possuía um voto, e, como possuíam interesses convergentes, o primeiro e o segundo estados tendiam a vencer as votações por dois votos a um.

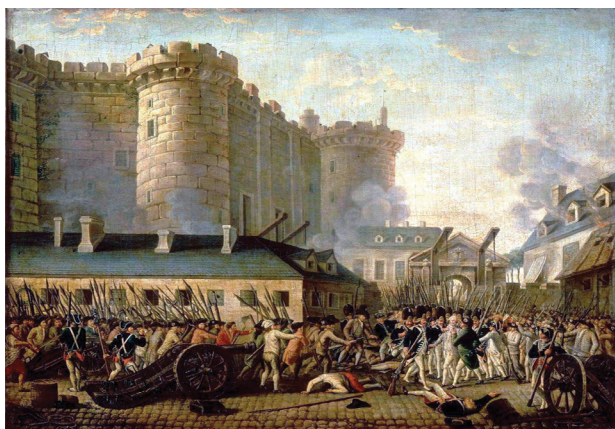
Cientes dessa desvantagem, os membros do terceiro estado passaram a reivindicar também que a votação fosse “por cabeça”, ou seja, cada participante teria o direito a um voto. Eles esperavam contar com o apoio de alguns representantes do baixo clero e da pequena nobreza, também descontentes, formando, assim, a maioria na assembleia. O rei, no entanto, atrelado aos interesses aristocráticos, não aprovou o voto por cabeça, o que não mudava em nada a situação. O impasse gerado paralisou as ações dos estados até junho de 1789. No dia 17 do mesmo mês, a solução foi dada pelo abade Sieyès, que sugeriu que o terceiro estado se proclamasse em Assembleia Nacional. Ao acatarem a sugestão de Sieyès, os delegados do terceiro estado se colocaram como representantes de toda a nação e se constituíram como um poder independente dos demais na França.

Ao perceber o avanço das ações da burguesia, a aristocracia se reaproximou do rei e o incentivou a fechar a sala de sessões na qual foi feita a exigência do terceiro estado. Seus representantes, reunidos em um salão usado para o jogo da pela (espécie de tênis em quadra coberta) em Versalhes, firmaram um compromisso de só se desmobilizarem após elaborarem uma Constituição para a França. Esse evento simbólico fez com que a Assembleia ganhasse fins constituintes e recebeu o nome de Juramento do Jogo da Pela.

Após o Juramento, as declarações de Luís XVI reafirmavam a sua posição intransigente em relação aos acontecimentos. Para o rei, de concepção absolutista, era inaceitável que um poder se contrapusesse ao seu e, principalmente, que uma Constituição viesse a limitar seus poderes.

Insatisfeitos com a postura do monarca, os membros do terceiro estado se manifestavam e faziam com que as tensões ultrapassassem as reuniões em Versalhes e tomassem as ruas de Paris e de outras regiões da França. Temendo rebeliões, o rei determinou que as tropas cercassem Versalhes e Paris, alegando a proteção da Assembleia. A repressão por parte do rei foi em vão, pois, no dia 9 de julho, a Assembleia Nacional se declarou oficialmente Assembleia Nacional Constituinte e se autodelegou poder e autoridade para decretar leis, tendo como primeira tarefa elaborar e adotar uma Constituição. Estava aberto o caminho para a transformação do sistema político em uma monarquia constitucional.

Tentando conter o movimento do terceiro estado, a nobreza reagiu e forçou o rei a substituir um grupo de ministros, entre eles Necker, por elementos de confiança da aristocracia. As notícias das medidas tomadas por Luís XVI, que chegaram à cidade de Paris, provocaram o desencadeamento de rebeliões a partir do dia 12 de julho de 1789. As tensões sociais chegaram ao seu ápice em 14 de julho, quando, fortalecidos pela recém-criada Milícia Burguesa (futura Guarda Nacional), os membros do terceiro estado tomaram a Bastilha, fortaleza símbolo do absolutismo francês. Tal episódio, que ficou consagrado como a **Tomada da Bastilha**, foi imortalizado pelos historiadores posteriormente como o marco inicial da Revolução Francesa.



A QUEDA da Bastilha. [s.d.]. Óleo sobre tela. Autor desconhecido.

Representação da Queda da Bastilha, 14 de julho de 1789, em Paris.

Em tempos de revolução, nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A Queda da Bastilha, que fez do dia 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. [Fragmento]

Destacou-se, nesse contexto, a atuação dos *sans-culottes*, assim denominados por não usarem o mesmo tipo de vestimenta – uma calça, *culotte* – que os nobres. Esse grupo era formado por trabalhadores urbanos, artesãos e pequenos comerciantes e representava a força da revolução nas cidades.



Imagem à esquerda: BOILLY, Louis-Léopold. *Retrato de um sans-culotte*. Imagem à direita: WATTIER, Émile. 1790.

Nas tradicionais representações dos *sans-culottes*, são comuns a bandeira tricolor, as calças longas, que os diferenciavam da nobreza, e o barrete frígio, uma espécie de touca ou carapuça utilizada pelos franceses que lutaram pela tomada e Queda da Bastilha. Era comum também a representação dos *sans-culottes* armados.

As repercussões das jornadas populares se fizeram sentir por toda a França. Na zona rural, uma onda de boatos se espalhou, dando origem ao chamado Grande Medo. Ocorreu uma série de ataques, como o assalto às propriedades, a invasão de habitações, o saque de depósitos e a destruição de documentos que comprovavam dívidas dos camponeses para com os seus senhores. Muitos membros da nobreza provincial foram mortos, e os sobreviventes fugiram para outros países no intuito de organizarem a Contrarrevolução.

Buscando conter a violência instaurada no campo, a Assembleia Nacional aboliu os direitos e privilégios feudais em 4 de agosto de 1789. Essa era uma forma de a burguesia consolidar a sua posição de liderança no processo revolucionário.

Outras mudanças significativas promovidas nesse contexto foram o estabelecimento da liberdade religiosa, a liberdade de imprensa e, em 26 de agosto, a publicação e divulgação da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Esse documento é um marco na história da Revolução e visava apresentar à sociedade francesa os ideais revolucionários, conscientizando seus compatriotas sobre a necessidade de pôr um fim à sociedade do Antigo Regime. O conteúdo da Declaração, embora não fosse democrático, defendia algumas propostas lançadas pelos iluministas, como:

- A igualdade civil e jurídica.
- A garantia da propriedade privada.
- A defesa da participação dos cidadãos na elaboração das leis; afinal, a lei deveria ser a expressão da vontade geral.
- A possibilidade da destituição de governos considerados tirânicos.
- A soberania da nação.
- A igualdade de oportunidades na ocupação de cargos e empregos.



Revolução Francesa

Assista a esse vídeo que analisa a Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos, elaborada no contexto da Revolução Francesa, suas limitações e impactos no mundo contemporâneo.



HYJJ

Ainda em 1789, no mês de novembro, a Assembleia determinou o confisco dos bens do clero, colocados à disposição da nação. Levadas a leilão, as propriedades clericais foram vendidas por meio da emissão dos *assignats*, que viriam a se tornar a moeda corrente da França. A renda obtida pelo Estado através dos leilões permitiu uma ligeira recuperação dos cofres públicos franceses.

Em junho de 1790, a Constituição Civil do Clero ratificou a submissão da Igreja ao Estado e transformou os membros do clero em funcionários eclesiásticos eleitos e pagos pelo Estado. Ocorreu a extinção da cobrança dos dízimos, e os clérigos descontentes passaram a constituir o clero refratário, importante articulador da Contrarrevolução.

Como se pode perceber, as medidas tomadas entre 1789 e 1791 demonstram o caráter burguês da Revolução Francesa. Inspiradas nos ideais iluministas, as reformas tinham por objetivo a criação de um Estado liberal, laico, que não ameaçasse o direito à propriedade privada.

Na tentativa de organizar um movimento que contivesse a Revolução junto aos nobres emigrados e às demais nações absolutistas, o rei tentou fugir com a família real, mas foi preso na cidade de Varennes e levado de volta a Paris. O episódio, carregado de simbologia, indicava para os revolucionários que Luís XVI não era confiável, pois havia abandonado o povo em um momento de dificuldade.

Em setembro de 1791, a primeira Constituição francesa, de forte inspiração burguesa, enfim ficou pronta. Em seu texto, destacam-se dispositivos que garantiam:

- A admissão aos cargos e empregos sem outra distinção senão aquela decorrente das virtudes e das aptidões de qualquer cidadão.
- O julgamento sem distinção daqueles que estivessem envolvidos em delitos.
- A garantia dos direitos naturais e civis: liberdade para todo homem ir, permanecer e partir sem poder ser impedido ou detido.
- A liberdade para todo homem de falar, de escrever, de imprimir e de publicar seus pensamentos, sem que os seus escritos possam ser submetidos à censura alguma ou inspeção.
- A liberdade de culto religioso.
- A garantia da inviolabilidade das propriedades.
- A inviolabilidade da lei; o rei reina por ela e não pode exigir a obediência senão em nome da lei.

Apesar do caráter liberal da Constituição, é válido ressaltar que esta refletia os interesses, principalmente, da alta burguesia, tanto que foi estabelecido que o voto para as eleições seria censitário. A renda foi o critério estabelecido, e apenas 30% da população, os chamados cidadãos ativos, possuíam esse direito. Vale destacar ainda a Lei Le Chapelier, que, ao impedir a organização dos trabalhadores urbanos, também contemplava os anseios da alta burguesia.

Sem alternativa, em 14 de setembro de 1791, Luís XVI fez o juramento à Constituição e, naquele momento, foi estabelecida uma monarquia constitucional na França.

MONARQUIA CONSTITUCIONAL



O início da monarquia constitucional foi extremamente conturbado, pois, enquanto os deputados se dividiam na Assembleia Legislativa, a França vivia uma situação tensa. Internamente, a crise econômica se agravava, a moeda vinha se desvalorizando e perturbações tomavam conta do país.

Ao mesmo tempo, o rei e parte da nobreza emigrada tramavam com a Áustria e com a Prússia a reação contra os revolucionários, assim como parte das nações europeias, que assistiam com temor aos eventos ocorridos em território francês e desejavam conter o movimento antes que este se expandisse pelo restante do continente. Mesmo contra a sua vontade, Luís XVI, pressionado pela Assembleia, foi obrigado a declarar guerra aos estrangeiros inimigos da Revolução em abril de 1792.

Em virtude das suas diferentes orientações políticas e mesmo das realidades sociais, os rebeldes que compunham a Assembleia se dividiram em dois grupos:

- **Girondinos:** grupo de deputados liderado por representantes da região da Gironda e ligado à alta burguesia e à nobreza liberal. Os girondinos eram partidários da Revolução, mas com posições bem mais moderadas do que os jacobinos, especialmente quanto ao papel das massas populares no movimento revolucionário. Na Assembleia, posicionavam-se à direita.
- **Jacobinos ou Montanha:** clube político fundado em 1789, reunindo os "patriotas" da burguesia. Vinculados aos *sans-culottes*, desejavam a radicalização do movimento e a ampliação das conquistas sociais da Revolução. Na Assembleia, sentavam-se à esquerda.

A divisão da burguesia, as ameaças estrangeiras e as tentativas de conspiração por parte do rei provocaram o aumento das manifestações populares. Políticos, como o advogado Robespierre, divulgaram que o rei e a rainha, Maria Antonieta, estariam fornecendo informações às nações em guerra contra a França.

Após a Assembleia ter declarado a França como pátria em perigo, uma multidão, composta em sua maioria de *sans-culottes*, invadiu o palácio das Tulherias, em 10 de agosto de 1792. O rei, refugiado na Assembleia, foi suspenso das suas funções. A pressão popular acabou levando à proclamação da República, a Primeira República Francesa.

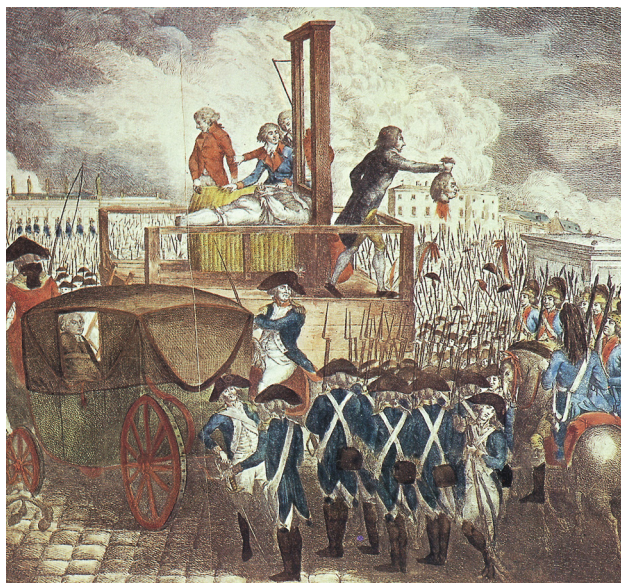
CONVENÇÃO

Entre 1792 e 1795, vigorou na França o regime republicano, que era diretamente dirigido por uma Convenção, ou seja, uma Assembleia de deputados eleita por sufrágio universal masculino.

A primeira ação tomada pelos dirigentes do novo regime foi a abolição da monarquia. Visando ainda, respectivamente, à garantia da ordem e à materialização do movimento por parte dos rebeldes, a Convenção criou o Comitê de Segurança Geral e de Vigilância e estabeleceu 1792 como o ano I da República Francesa.

No plano externo, as vitórias do Exército francês, que, em 1793, já dominava o Império Austríaco, a Renânia e a Sardenha, colaboraram para o aumento dos simpatizantes da Revolução entre as classes populares francesas.

Esta aparente estabilização revolucionária não se refletia na população mais pobre da França, que, vivendo uma grande escassez de alimentos, voltou a reivindicar os seus direitos. A insatisfação foi sentida também entre a nobreza e o clero refratário, que, juntos, insuflaram as camadas populares em uma revolta na região francesa conhecida como Vendéia. Contribuiu ainda para as convulsões sociais a descoberta de documentos que comprovavam a traição de Luís XVI, que foi levado a julgamento pela Assembleia. Condenado por traição, Luís foi executado na guilhotina em 21 de janeiro de 1793. Sua esposa, Maria Antonieta, teve posteriormente o mesmo fim.



SIEVEKING, Georg Heinrich. *Execução de Luís XVII*. 1793. Gravura em chapa de cobre.

A execução aconteceu em 21 de janeiro de 1793, na Praça da Revolução, em Paris.

O ato da execução de Luís XVI representava o fim de uma sociedade aristocrática e abria caminho para o período mais radical da Revolução, agora comandada pelos jacobinos. A guilhotina, criada para amenizar o sofrimento no momento da execução, seria considerada, durante o período, o instrumento da justiça popular.

República Jacobina

Contando com o apoio popular, principalmente dos *sans-culottes*, as medidas tomadas pelos jacobinos foram responsáveis pela radicalização dos princípios contidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Entre as principais medidas tomadas pelos jacobinos, podem ser destacadas:

- declaração de guerra à Inglaterra, à Holanda e à Espanha, que ameaçavam a França;
- criação de uma tropa de 300 mil homens;
- criação do Tribunal Revolucionário de Paris, visando julgar e condenar os agentes da Contrarrevolução;
- exclusão dos deputados girondinos da Assembleia;
- promulgação de uma Constituição em 1793, que estabeleceu o voto por sufrágio universal;
- decreto sobre o máximo geral dos preços;
- separação entre Estado e Igreja e adoção de um calendário republicano laico;
- organização do Comitê de Salvação Pública, que dirigia os negócios políticos e militares, e do Comitê de Segurança Nacional, que se ocupava da polícia política;
- realização de uma reforma agrária, com a distribuição das terras confiscadas da nobreza aos camponeses franceses;
- instituição do ensino primário obrigatório e gratuito;
- abolição da escravidão nas colônias francesas.

Insatisfeitos com as reformas jacobinas, os girondinos insuflaram movimentos de contestação por toda a França. Assim, visando à manutenção da Revolução e à centralização do poder nas suas mãos, os jacobinos instituíram a chamada "política do Terror". Robespierre, que havia sido eleito para o Comitê de Salvação Pública, passou a determinar a prisão e a condenação de qualquer pessoa considerada inimiga da Revolução, situação que suspendia as garantias individuais.

Entre 1792 e 1794, as mortes na guilhotina, determinadas pelo Tribunal Revolucionário, atingiram mais de 30 mil pessoas. Pela política do Terror, visava-se à satisfação do desejo de vingança dos grupos mais radicais, mantinha-se a estabilidade do processo revolucionário e demonstrava-se a força dos jacobinos. Ao longo da República Jacobina, o radicalismo de Robespierre, conhecido como o Incorrupível, atingiu até os próprios radicais, pois tanto os considerados moderados ou indulgentes, como Danton, quanto os radicais ou *enrages* (enraivecidos) passaram a ser perseguidos.

Essa divisão fez com que os jacobinos perdessem força e, aproveitando-se disso, os 73 deputados girondinos, excluídos em 1793, retornaram à Convenção. Ainda naquele ano, foi decretada a prisão de Robespierre, que posteriormente foi executado.

Em julho (Termidor, de acordo com o novo calendário) de 1794, tinha início a Reação Termidoriana. As principais medidas tomadas nesse momento tinham como objetivo a eliminação dos excessos da fase jacobina. Dessa forma, diversas conquistas populares – tais como a Lei do Máximo e o Tribunal Revolucionário – foram anuladas, e os jacobinos passaram a ser perseguidos a partir daquele novo movimento, nomeado Terror Branco.

Por fim, vale ressaltar que os deputados girondinos consolidaram a sua volta ao poder por meio de uma nova Constituição, que, entre outros dispositivos, instaurava um Diretório – eleito de forma censitária – para governar a França.

DIRETÓRIO

De acordo com a nova forma de organização, a partir de 1795, o Poder Executivo ficava a cargo do Diretório, e o Legislativo estava dividido em duas Câmaras, o Conselho dos Quinhentos e o dos Anciões. Os principais cargos do governo foram ocupados principalmente por membros ligados à alta burguesia, como banqueiros e grandes financistas.

O governo do Diretório caracterizou-se no plano externo pela tentativa de contenção da Contrarrevolução, que contava com o apoio das potências europeias. Nas guerras travadas pelos franceses, já se destacava a figura do general Napoleão Bonaparte.

Internamente, essa nova fase da Revolução enfrentou a ocorrência de alguns movimentos radicais fomentados pela baixa burguesia, como a Conspiração dos Iguais, iniciada em 1796. Comandados por Graco Babeuf, os iguais, que foram considerados os precursores do socialismo do século XIX, pretendiam:

- a volta da Constituição de 1793;
- a igualdade social;
- a divisão das terras entre os camponeses;
- a ascensão das classes populares ao poder político.

Assim como nas batalhas externas, as lideranças do Diretório conseguiram derrotar seus opositores. Dessa forma, os iguais foram reprimidos em 1797, e Graco Babeuf foi executado.

Apesar da contenção do movimento de Babeuf, as ameaças do radicalismo interno e as denúncias de corrupção contra membros do Diretório geraram uma crise interna no governo revolucionário francês. Além disso, a manutenção dos exércitos na guerra contra as nações europeias aumentava os gastos do Estado e fomentava a crise econômica e social. As primeiras derrotas do Exército, como a sofrida pelas tropas comandadas por Napoleão no Egito e também contra a Inglaterra, evidenciavam o enfraquecimento da Revolução e ameaçavam as conquistas burguesas.

A saída encontrada foi a articulação para que Napoleão Bonaparte pudesse assumir o controle do país. Assim, após diversas discussões, no dia 10 de novembro de 1799, 18 de Brumário pelo novo calendário revolucionário, o Diretório foi dissolvido. Para muitos, estava terminada a Revolução e iniciava-se o Período Napoleônico, com a instituição do Consulado.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (FMABC-SP-2022) A obra da Assembleia Constituinte (1789-1791) é, por conseguinte, imensa; abarca todos os terrenos, político, administrativo, religioso, econômico. A França e a nação estão regeneradas, e lançados os fundamentos da sociedade nova. Filhos da razão e dos Luminares, os Constituintes edificaram uma construção lógica, clara, uniforme. Mas, filhos da burguesia, infletiram os princípios da liberdade e da igualdade solenemente proclamados nos seios dos interesses de sua classe.

SOBOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. 1981 (Adaptação).

Da obra da Assembleia Constituinte francesa fazem parte

- a soberania nacional e a intolerância religiosa.
- a liberdade comercial e a preservação de direitos feudais no campo.
- o fim dos privilégios de nascimento e a manutenção dos dízimos eclesiásticos.
- a igualdade jurídica e o voto censitário.
- a proclamação da república e a instituição das perseguições políticas.

02.
Q281



(Mackenzie-SP-2019)



A charge anterior, de 1789, criticando a ordem social na França, circulou no país durante o período da Revolução Francesa. O título da charge, que se lê na parte de baixo da imagem, dizia: "Você deve esperar que este jogo acabe em breve" sugerindo, justamente, que a situação iria mudar, porque

- A) a burguesia assumiu a liderança do processo revolucionário, pois via a necessidade da Revolução como meio para derrubar as estruturas do Antigo Regime, inapropriadas para o pleno desenvolvimento capitalista.
- B) as obras dos filósofos iluministas denunciavam as injustiças sociais que estavam ocorrendo na França, contando com grande alcance popular, além de projeção internacional, o que levou alguns países a apoiarem a causa, fator decisivo para o sucesso da Revolução Francesa.
- C) o reinado Luís XVI, após a participação em diversas guerras, como no conflito pela Independência dos Estados Unidos, encontrava-se diante de uma insolúvel crise financeira e não desejava mais arcar com as despesas do Primeiro e Segundo Estados.
- D) o Primeiro e o Segundo Estados detinham todos os privilégios, uma vez que a sociedade francesa do século XVIII era estratificada. Eles se uniram contra o Terceiro Estado, exigindo, durante a Reunião dos Estados Gerais, em 1789, o voto individual.
- E) somente o Terceiro Estado, composto pela burguesia, no Antigo Regime, contrapunha-se aos privilégios das classes parasitárias. Apenas essa classe pagava impostos abusivos ao clero e à nobreza decadente.

03. (UEG-GO)

Marchemos filhos da Pátria,

O dia de glória chegou;

Contra nós, a tirania,

O estandarte sangrento levantou. (bis)

Ouvis bramir pelos campos

Esses ferozes soldados?

Eles vêm degolar

Nossos filhos, nossas companheiras.

A MARSELHESA. Tradução fornecida pelo Consulado da França em São Paulo. In: RODRIGUES, J. E. *História em documento*. São Paulo: FTD, 2001. p. 52.

O texto citado é uma das estrofes que compõem "A Marselhesa", o hino nacional da França, composto em abril de 1792 por Rouget de Lisle. Dentro do contexto político-social em que a canção foi composta, os termos "tirania" e "ferozes soldados", respectivamente, indicam

- A) a Inquisição católica e as tropas inglesas.
- B) a ditadura jacobina e as tropas russas.
- C) o absolutismo e as tropas austro-prussianas.
- D) o feudalismo e as tropas espanholas.

04. (UFG-GO) As mudanças provocadas pela Revolução Francesa (1789-1815), que alteraram a ordem política na configuração do Estado, foram

- A) a convocação dos Estados Gerais e a reivindicação por igualdade jurídica.
- B) a aprovação de uma Constituição e a instauração do regime republicano.
- C) a extinção da cobrança de tributos e de privilégios feudais e a criação da Guarda Nacional.
- D) a elaboração de leis antigreves e a proibição da associação de trabalhadores pelo Estado burguês.
- E) a consolidação da Convenção Nacional e a promoção de acordos para salvar a vida do rei.

05. (UFG-GO) Leia os fragmentos a seguir.

Nesta Revolução Francesa, tudo, até os crimes mais horríveis, foi previsto e conduzido por homens que eram os únicos a conhecer o fio das conspirações urdidas durante muito tempo em sociedades secretas.

Barruel, Abade. *Memórias para servir à história do jacobinismo*, 1803.

A miséria aumenta a ignorância, a ignorância aumenta a miséria; o povo francês foi tão cruel durante a revolução porque a ausência de felicidade conduz à ausência de moralidade.

Holtein, Madame de Stael. *Considerações sobre os principais acontecimentos da Revolução Francesa*, 1818.
In: SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. p. 14-23.

Os dois textos exemplificam a compreensão da Revolução Francesa por seus contemporâneos e expressam como um mesmo evento pode produzir relatos distintos. Diante da diversidade de visões a serem comparadas, o historiador, amparado por procedimentos metodológicos atuais, deve

- A) garantir um conhecimento definitivo sobre o passado, apoiado em fontes orais que esgotem o tema.
- B) alcançar um conhecimento verdadeiro sobre o passado por meio da reunião dos relatos.
- C) confrontar a visão de uma testemunha ocular sobre um evento com outras fontes históricas.
- D) privilegiar uma narrativa testemunhal de acordo com o poder político exercido pelo agente.
- E) ignorar o julgamento dos atores históricos sobre os eventos a que assistiram.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (Fatec-SP-2022) Durante a Revolução Francesa, muitas mulheres reivindicaram direitos civis e cidadania política, participaram de protestos e reuniões da Assembleia Nacional e criaram mais de 60 associações femininas, nas quais eram discutidas as principais questões políticas da época. Entretanto, o desenrolar da Revolução evidenciou uma contradição entre os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e a legislação que instituiu os direitos dos diferentes grupos sociais.

No caso das mulheres, essa contradição se expressa

- A) pela equiparação aos escravizados das colônias francesas, que fez com que esses dois grupos passassem a ter mais direitos que os demais.
- B) pela promulgação da Declaração dos Direitos da Mulher, que assegurou a superioridade feminina em relação aos homens.
- C) pela institucionalização do dia 8 de março e, ao mesmo tempo, pela equiparação salarial em relação aos homens.
- D) pela participação das meninas na vida pública e pela abolição do trabalho doméstico para as mulheres.
- E) pela conquista de direitos como o divórcio e, ao mesmo tempo, pela proibição da participação política.

02. (UFRN) Em 1789, no contexto da Revolução Francesa, na Assembleia Nacional, os representantes do povo elaboraram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que, entre outras proposições, enunciou:

Os homens nascem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter fundamento na utilidade comum.

O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

A lei é a expressão da vontade geral. Deve ser igual para todos, protegendo ou punindo.

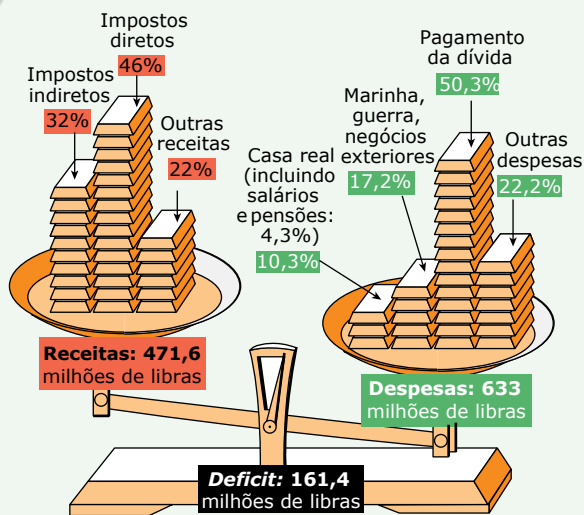
Sendo todos os cidadãos iguais perante a lei, são, igualmente, admitidos a todas as dignidades, cargos e empregos públicos, segundo a capacidade de cada um e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes ou talentos.

PAINE, T. *Os direitos do homem*. Petrópolis: Vozes, 1989 (Adaptação).

As proposições citadas, de ampla repercussão no Mundo Contemporâneo, estão fundamentadas

- A) nas ideias liberais, defensoras do intervencionismo estatal com a adoção de minuciosa regulamentação de todos os aspectos da vida social.
- B) nos valores defendidos pelos adeptos do liberalismo, em oposição aos governos autoritários e à organização social baseada em privilégios.
- C) nas posições políticas burguesas, favoráveis à harmonia coletiva garantida pelo acesso de todos os grupos sociais à propriedade privada dos meios de produção.
- D) nos princípios iluministas, alicerçados na defesa da igualdade econômica como um direito que garantiria a cidadania proletária.

03. (UFTM-MG) O esquema refere-se à situação da receita e da despesa do Estado francês na década de 1780.



BERNET, Anne. Sem nenhum tostão em caixa. In: *História Viva*, 2004.

A partir da observação dos dados, pode-se inferir

- A) o equilíbrio da economia do país, obtido pela administração centralizada, típica do absolutismo.
- B) a fragilidade das contas públicas, agravada pelo envolvimento do país em guerras externas, que aprofundaram a crise econômica.
- C) a importância das taxas pagas pela nobreza, que compunham grande parte das receitas do poder público.
- D) a necessidade de se aumentar o controle das fronteiras, para evitar a evasão de divisas para outros países europeus.
- E) os efeitos das revoltas camponesas, que desestruturaram a produção rural e diminuíram a arrecadação de impostos.

04. (UFU) Uma verdadeira paixão pelos Estados Unidos tomara conta dos franceses nos anos que precederam a revolução, como testemunham Chateaubriand e o próprio Franklin, que escrevia de Paris a seus correspondentes americanos: "aqui é comum dizer que nossa causa é a do gênero humano". Além do mais, essa república fora fundada por colonos com quem a França tecera contra a Inglaterra uma aliança vitoriosa: os que tinham se engajado na aventura eram conhecidos por ter sofrido [...] de "inoculação americana".

OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza*, 21 de junho de 1791. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 175-176 (Adaptação).

A historiografia é consensual em afirmar que o movimento revolucionário francês e os ideais iluministas foram de grande importância para diversas lutas coloniais ocorridas na América. Menos estudada é a influência que os norte-americanos exerceram sobre os revolucionários franceses. Essa influência pode ser explicada, para além dos fatores mencionados na citação de Mona Ozouf,

- A) pela forte tradição liberal dos colonos norte-americanos que, durante a luta pela independência, foram contrários a toda forma de exploração do trabalho.
- B) pelo forte apelo simbólico que exercia o exemplo norte-americano de emancipação colonial, visto como caso modelar de luta contra a opressão dos poderes instituídos.
- C) pelo desprezo que os colonos norte-americanos tinham em relação à religião, vista por eles como braço aliado do poder da metrópole inglesa, contra a qual deveriam lutar.
- D) pela defesa da doutrina fisiocrata que, no plano político, se traduzia na permanência de privilégios constitucionais para as camadas senhoriais.

05. (IFPE) O governo revolucionário tem necessidade de uma atividade extraordinária, precisamente porque ele está em guerra. Suas regras não são uniformes nem rigorosas, porque as circunstâncias são tumultuadas e inconstantes [...]. O governo revolucionário não tem nada em comum com a anarquia nem com a desordem. Sua meta, ao contrário, é de as reprimir para implantar e consolidar o reinado das leis.

Discurso de Robespierre diante da Convenção, 25 de dezembro de 1793. In: COSTA, M.; DOUBLET, F. (Coord.). *Histoire Géographie*, 4. ed. Paris: Magnard, 1998. p. 60.

Durante a Revolução Francesa, ao assumir a direção da Convenção (1792-1794), os jacobinos adotaram medidas para conter as forças contrarrevolucionárias. O discurso de Robespierre, ao afirmar que as ações do governo revolucionário não podem estar submetidas a regras uniformes e rigorosas, procurava justificativas para

- A) a criação do Tribunal Revolucionário, para julgar os suspeitos de atitudes contrarrevolucionárias. Muitas vezes, o destino dessas pessoas era a morte na guilhotina.
- B) a instituição do voto censitário, sendo assim apenas pessoas com posses poderiam exercer o poder de voto e se candidatar para mandatos eletivos.
- C) a convocação dos Estados Gerais, órgão consultivo formado por representantes dos três estados e que não se reunia desde 1614.
- D) a criação do Diretório, órgão que desempenhava o poder Executivo e era composto de cinco pessoas eleitas entre os deputados.
- E) a coroação de Napoleão Bonaparte, definida a partir de um plebiscito que aprovou o fim do Consulado e a transformação da França em Império.

06. (Fatec-SP) “Se não têm pão, que comam brioques!”

A frase, erroneamente atribuída à rainha da França, Maria Antonieta, foi considerada uma resposta cínica às inquietações populares que levaram à eclosão da Revolução Francesa.

Assinale a alternativa que aponta corretamente algumas das causas da insatisfação da população francesa às vésperas dessa Revolução.

- A) Contrários ao lema da monarquia, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, os camponeses alegavam que a distribuição de renda provocava o empobrecimento da classe média.
- B) A grave crise econômica, aliada a condições climáticas adversas, inflacionou os preços nas cidades e no campo; sofrendo com a fome, a população pagava altos impostos para manter os privilégios do clero e da nobreza.
- C) A substituição de culturas alimentares pelo algodão, decretada por Luís XVI, levou ao aumento da mortalidade infantil e da fome entre os camponeses, favorecendo a burguesia vinculada à indústria têxtil.
- D) Para sustentar os custos das guerras napoleônicas, o rei Luís XVI aumentou a cobrança de impostos dos camponeses e dos trabalhadores das cidades que, insatisfeitos, se rebelaram contra o governo central.
- E) Devido à falta de terras férteis, à baixa produção de alimentos e à fome, a população demandava o aumento da ocupação francesa nas Américas e na África para a ampliação da produção agrícola.

07. (PUCPR) A Revolução Francesa foi um dos momentos mais importantes no processo de formação do mundo contemporâneo. Foi um movimento violento que sepultou o absolutismo na cena política e o mercantilismo na economia, tendo um papel de grande destaque a burguesia, interessada em instituir um regime que atendesse aos seus interesses.

Durante a revolução tomou forma um corpo legislativo denominado Assembleia Nacional, que tomou parte central na consolidação das reformas objetivadas pela revolução. Dentre as principais reformas realizadas na fase moderada da Revolução Francesa (1789-1791), pela Assembleia Nacional, podemos citar corretamente:

- A) Abolição dos privilégios especiais do clero e da nobreza; Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; subordinação da Igreja ao Estado; elaboração de uma constituição para a França; reformas administrativas e judiciárias; e ajuda à economia francesa.
- B) Declaração Universal dos Direitos Humanos; elaboração do Editto de Nantes, que dava liberdade religiosa para os não católicos; criação do Banco da França; legalização da anexação dos territórios da margem esquerda do Reno; elaboração do Código Civil Francês.
- C) Criação do Código Civil Francês; criação do Banco da França; elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; elaboração das primeiras leis trabalhistas que proibiam o trabalho infantil; concessão do direito ao voto às mulheres.
- D) Direito de voto para todos os homens, independente da renda; favorecimento de legislação que incentivava o capitalismo comercial; reforma do sistema educacional com a criação dos liceus clássicos e de ofícios; maior autonomia para as províncias históricas da França; criação de uma estrutura descentralizada de governo na França.
- E) Regulamentação das leis trabalhistas na França; extensão do direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos; reconhecimento do direito de minorias; criação do Código Civil; a França se tornou uma confederação descentralizada, dividida em cantões com alto grau de autonomia política; elaboração da Constituição Civil do Clero.

08. (UFJF-MG–2019) Leia as informações a seguir e, em seguida, responda ao que se pede:

No século XVIII, o secretário do filósofo Voltaire contava uma história surpreendente: Madame de Châtelet, uma nobre francesa, não hesitava em se despistar na frente de seus criados, pois, em suas palavras, “não considerava ser um fato comprovado que os camareiros fossem homens”. Os direitos humanos só podiam fazer sentido quando os camareiros fossem também vistos como homens.

HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 78 (Adaptação).

Pouco tempo depois, em 1789, no contexto da Revolução Francesa, publicou-se a Declaração Universal de Direitos dos Homens e dos Cidadãos, que afirmava: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ser baseadas na utilidade comum.”

- A) Qual foi a mudança com relação à ideia de direitos dos homens ocorrida entre o contexto em que viveu a Madame de Châtelet e a Revolução Francesa?
- B) Cite e analise um impacto dessa mudança para a história do mundo ocidental no século XIX.

09. (FGV-SP) A caricatura a seguir mostra a situação das camadas sociais na sociedade francesa de antes da Revolução de 1789.



Histoire: une terre, des hommes. França: Magnard.

- A) Quais grupos e relações sociais estão representados na caricatura?
- B) Antes do movimento revolucionário, quais eram as principais críticas do povo em relação às camadas dominantes?
- C) Qual classe social liderou a Revolução e quais transformações ocorreram no período mais radical do processo revolucionário?

SEÇÃO ENEM



01. (Enem) Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Adaptação).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- A) modernização da educação escolar.
- B) atualização da disciplina moral cristã.
- C) divulgação de costumes aristocráticos.
- D) socialização do conhecimento científico.
- E) universalização do princípio da igualdade civil.

02. (Enem) Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.

HUNT, L. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, M. (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4 (Adaptação).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- A) À alta burguesia, que desejava participar do Poder Legislativo francês como força política dominante.
- B) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- C) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- D) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- E) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D 02. A 03. C 04. B 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. E 03. B 05. A 07. A
- 02. B 04. B 06. B
- 08.
 - A) Madame de Chatêt viveu em contexto anterior à Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos e à Revolução Francesa. Nesse sentido seu comportamento refletia o modo como a sociedade de corte tratava aqueles que não possuíam privilégios, tratando-os de forma desumanizada. A partir da Revolução Francesa a sociedade estamental, baseada nos privilégios, teve fim, o que fez com que a noção de direitos agregasse maior contingente da população francesa.
 - B) Ao estabelecer a igualdade entre todos os homens, a Revolução Francesa ampliou a ideia de direitos universais, sendo estes direitos garantidos a todos os indivíduos, independentemente do lugar social que ocupam.
- 09.
 - A) Clero, nobreza e Terceiro Estado.
 - B) Privilégios da nobreza e do clero (sobretudo a isenção de impostos), contraste entre o luxo da aristocracia e do alto clero em comparação com a miséria do povo e com as desigualdades das camadas sociais perante a lei (desigualdade civil).
 - C) Classe social: burguesia. Transformações ocorridas no período mais radical (Terror): sufrágio universal masculino, abolição dos direitos feudais remanescentes, distribuição de terras aos camponeses, abolição da escravidão nas colônias, ensino primário obrigatório e sistema métrico decimal.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E 02. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Período Napoleônico e Congresso de Viena

PERÍODO NAPOLEÔNICO

O período compreendido entre 1799 e 1815 foi marcado pela expansão francesa pela Europa. As conquistas comandadas por Napoleão Bonaparte representaram não apenas o domínio da França sobre parte da Europa, mas significaram também a expansão da Revolução Francesa e de seus ideais, afinal, mesmo após as derrotas francesas, as transformações provocadas pelos ideais liberais seriam sentidas em grande parte do mundo ocidental.

Os soldados franceses que guerrearam da Andaluzia a Moscou, do Báltico à Síria [...] estenderam a universalidade de sua Revolução mais eficazmente do que qualquer outra coisa. E as doutrinas e instituições que levaram consigo, mesmo sob o comando de Napoleão, eram doutrinas universais, como os governos sabiam e como também os próprios povos logo viriam a saber.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. [Fragmento]

Gradativamente, as medidas revolucionárias foram sendo estendidas aos territórios ocupados pelas tropas francesas. A força desse processo variava de região para região, mas é possível afirmar que os administradores de Napoleão foram responsáveis por instituir o Código Civil, abolir a servidão e o pagamento de impostos senhoriais, igualar a cobrança de impostos e promover a educação pública gratuita nos locais dominados pelos franceses.

Para muitos, como os burgueses mais progressistas, Napoleão foi visto como um libertador, para outros, no entanto, o que sobressaía era seu caráter tirânico, já que empregava seus parentes em substituição aos governantes locais e explorava as regiões dominadas em benefício da França.

Consulado

Pela Constituição de 1799, ficava estabelecida uma forma de governo baseada na força do Poder Executivo. Para Napoleão e para os burgueses mais conservadores, a única maneira de estabilizar politicamente a França seria por meio da força de uma liderança incontestável e de sua autoridade. Apesar da existência de três cônsules, ficava clara a força de Bonaparte, como atesta a própria Carta Constitucional.

Em 1802, dando sequência à centralização política, Napoleão foi nomeado cônsul vitalício por meio de um plebiscito realizado entre os franceses, que ainda permitia ao cônsul o direito de indicar um sucessor para o seu cargo.

Externamente, a guerra continuava, e a Segunda Coligação dos países europeus foi formada contra a França. A primeira já havia sido contida durante a fase da Convenção.

Dotado, portanto, de poder, Napoleão adotou reformas visando ao benefício do setor social que viabilizou a sua escalada do poder: a alta burguesia. Dessa forma, o cônsul centralizou a cobrança dos impostos, que, posteriormente, foram aplicados na criação do Banco da França e de uma nova moeda, o franco. As indústrias também foram beneficiadas, haja vista que Napoleão criou a Sociedade de Fomento à Indústria.

Durante seu governo, Napoleão buscou, ainda, se retratar com a baixa burguesia e com o clero. Para tal, foram criados os Liceus (unidades de ensino gratuitas), com o intuito de doutrinar os jovens, futuros funcionários públicos. Vale ressaltar, ainda, que Napoleão promoveu a concordata com a Igreja Católica, reconhecida como a oficial da França.

O fato mais importante ocorrido durante o Consulado, no entanto, talvez tenha sido o estabelecimento do Código Civil. Também conhecido como Código Napoleônico, esse conjunto de leis reunia os princípios liberais e as principais conquistas burguesas ocorridas durante o período revolucionário. Entre seus principais pontos, destacam-se:

- a garantia da liberdade individual e da igualdade jurídica;
- a existência de um Estado secular;
- a garantia da propriedade privada;
- a instituição do casamento civil;
- a proibição de greves e sindicatos.

Apesar de as reformas napoleônicas terem concedido uma certa estabilidade política à França, as pressões estrangeiras e a ameaça provocada pelos nobres emigrados persistiam. Diante desse cenário, o cônsul vitalício tornou-se imperador por meio de um novo plebiscito realizado em 1804. Naquela ocasião, até o papa Pio VII foi a Paris para a coroação de Napoleão.

Império

A formação do Império deu sequência ao processo de centralização observado desde a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder. Internamente, assistiu-se à formação de uma aristocracia ligada ao imperador e ao aumento da repressão e da censura. Ocorreram prisões e julgamentos arbitrários, limitação à liberdade de imprensa e atuação de agentes secretos visando impedir as críticas ao governo. Por outro lado, a centralização imperial permitiu à França conquistar importantes vitórias sobre as coligações estrangeiras que se formavam. As vitórias em terra permitiram o avanço do Império Francês e a reformulação do mapa europeu.



DAVID, Jacques-Louis. *A coroação de Napoleão*. 1807. Óleo sobre tela, 621 × 979 cm. Museu do Louvre, Paris.

Nos mares, entretanto, as conquistas não se repetiam. As derrotas para a Inglaterra, como a ocorrida na Batalha de Trafalgar, levaram Napoleão a decretar o Bloqueio Continental em 1806-1807. O objetivo do Bloqueio era enfraquecer a Inglaterra, principal rival da França e grande potência econômica no período. Por meio de dois decretos, o de Berlim e o de Milão, ficava determinada a proibição do comércio entre as nações europeias e a Inglaterra. Os decretos declaravam ainda que os povos que comercializassem com os ingleses seriam considerados inimigos. Com tais medidas, Napoleão visava diminuir a presença dos produtos industrializados ingleses na Europa e, assim, estimular a produção industrial francesa, que deveria ser capaz de suprir a ausência dos produtos ingleses.

A solução encontrada pelos ingleses para a manutenção de seus lucros foi redirecionar o comércio para as colônias espanholas na América. A Inglaterra, no entanto, ainda conseguia contrabandear produtos para as nações europeias que necessitavam de suas mercadorias.

É válido ressaltar que as indústrias francesas não estavam estruturadas para produzir todo o volume necessário aos mercados consumidores. Dessa forma, vários países desrespeitaram o Bloqueio e sofreram, com isso, consequências. No caso de Portugal, a Corte portuguesa, ameaçada pela iminente invasão das tropas francesas e pelas pressões de sua tradicional aliada, a Inglaterra, optou por dirigir-se à sua principal colônia, o Brasil, em 1808, mudando a sede da monarquia e redefinindo as relações de poder no interior do Império Luso-Brasileiro.



O Bloqueio Continental

Descubra nessa videoaula como o plano de Napoleão Bonaparte para derrotar a Inglaterra acabou resultando na fuga da família real portuguesa para o Brasil.

WATS



Na Espanha, o domínio conquistado em 1808 com a deposição do rei Fernando VII levou ao trono o irmão de Napoleão, José Bonaparte. As dificuldades enfrentadas pelos espanhóis abriram espaço para os movimentos que levariam à Independência da América entre os anos de 1810 e 1830.

Já a Rússia necessitava de um grande mercado consumidor, como o inglês, para a sua produção de trigo e acabou por romper o Bloqueio. Em represália, Napoleão e 600 mil soldados invadiram o país, chegando próximo a Moscou. A tática de "terra arrasada" adotada pelos russos foi fundamental para a derrota francesa. A estratégia consistia na destruição de qualquer instalação, suprimentos ou fontes de recursos que pudessem ser proveitosas ao inimigo enquanto este avançava em direção a uma determinada área. Assim, em 1812, o Exército napoleônico foi dizimado pelo frio e por epidemias de tifo e, por isso, os sobreviventes deixaram a Rússia. Segundo alguns autores, apenas 10% do contingente enviado ao território russo retornou para a França.

Com o Exército reduzido, Napoleão teve de recorrer a soldados veteranos, sem idade para servir o Exército, fator fundamental para que as tropas francesas fossem derrotadas em 1813 na Batalha de Leipzig, também conhecida como Batalha das Nações, pela coligação formada pelos exércitos da Rússia, Prússia, Áustria e Suécia. No início de 1814, os inimigos de Napoleão chegaram a Paris e recolocaram no poder a dinastia dos Bourbon, representada por Luís XVIII.

Mesmo exilado na ilha de Elba, na costa italiana, Napoleão conseguiu reunir esforços e soldados no intuito de retornar ao poder. Ao desembarcar na França, as tropas destinadas pelo novo rei francês a enfrentar Napoleão se aliaram ao antigo líder, que retornou a Paris como herói em 20 de março de 1815. O Governo dos Cem Dias teve o seu fim após as derrotas para os ingleses e prussianos na Batalha de Waterloo, na Bélgica. Bonaparte seguiu para o exílio em Santa Helena, no Atlântico Sul, onde veio a falecer seis anos mais tarde.



SANDMANN, Francois-Joseph. *Napoleão na ilha de Santa Helena*. ca 1820. Aquarela.

O DECRETO DE BERLIM

Campo Imperial de Berlim, 21 de novembro de 1806, Napoleão, imperador dos franceses, rei da Itália, etc. [...] Considerando,

1º. Que a Inglaterra não admite o direito da gente universalmente observado por todos os povos civilizados;

2º. Que esta considera inimigo todo indivíduo que pertence a um Estado inimigo e, por conseguinte, faz prisioneiros de guerra não somente as equipagens dos navios armados para a guerra, mas ainda as equipagens das naves de comércio e até mesmo os negociantes que viajam para os seus negócios;

3º. Que ela estende às embarcações e mercadorias do comércio e às propriedades dos particulares o direito de conquista que só se pode aplicar àquilo que pertence ao Estado inimigo;

4º. Que ela estende às cidades e portos de comércio não fortificados nas embocaduras dos rios o direito de bloqueio que, segundo a razão e o costume de todos os povos civilizados, só se aplica às praças fortes; que ela declara bloqueadas as praças diante das quais não há sequer uma única embarcação de guerra; que ela até mesmo declara em estado de bloqueio a lugares em que todas as suas forças reunidas seriam incapazes de bloquear, costas internas e todo um império;

5º. Que este monstruoso abuso do direito de bloqueio tem por objetivo impedir as comunicações entre os povos e erguer o comércio e a indústria da Inglaterra sobre as ruínas da indústria e do comércio do continente;

6º. Que, sendo este o objetivo evidente da Inglaterra, qualquer indivíduo que faça sobre o continente o comércio de mercadorias inglesas, por este meio favorece os seus desígnios e dela se torna cúmplice;

[...]

8º. Que é de direito natural opor ao inimigo as armas de que faz uso, e de combatê-lo do mesmo modo que este combate, quando desconhece todas as ideias de justiça e todos os sentimentos liberais, resultado de civilização humana;

Por conseguinte, temos decretado e decretamos o que segue:

Artigo 1º – As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.

Artigo 2º – Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditados.

[...]

Artigo 3º – Qualquer indivíduo, súdito da Inglaterra, qualquer que seja sua condição, que for encontrado nos países ocupados por nossas tropas ou pelas tropas de nossos aliados, será constituído prisioneiro de guerra.

Artigo 4º – Qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa.

Artigo 5º – O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

[...]

Artigo 7º – Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8º – Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

[...]

Artigo 10º – Comunicação do presente decreto será dada por nosso ministro das relações exteriores aos reis de Espanha, de Nápoles, da Holanda e de Etrúria e aos nossos aliados, cujos súditos são vítimas, como os nossos, da injustiça e da barbárie da legislação marítima inglesa.

BONAPARTE, Napoleão. *Decreto de Berlim*. 1806

CONGRESSO DE VIENA

Entre 1814 e 1815, a Inglaterra, a Rússia, a Áustria, a Prússia e a própria França se reuniram em Viena, capital austríaca, para decretar o fim da Era Napoleônica e discutir o futuro das nações europeias. A intenção era minimizar as marcas deixadas pela Revolução Francesa e pela expansão de Napoleão, restaurando princípios do Antigo Regime e afastando novas ameaças revolucionárias. O mapa europeu, modificado pela expansão napoleônica, também deveria ser refeito.

O Congresso visava também ao estabelecimento de uma paz duradoura e à contenção dos movimentos nacionalistas que vinham se intensificando desde a expansão francesa pela Europa. Apesar da tendência conservadora, simbolizada pelo representante austríaco, o príncipe Metternich, admitia-se a necessidade do estabelecimento de governos constitucionais, a fim de amenizar as crises internas.

Os princípios que nortearam o Congresso foram os da restauração, da legitimidade e do equilíbrio europeu. O primeiro tinha como objetivo restaurar a monarquia absoluta, reconduzir a aristocracia ao poder e conter o avanço do liberalismo. O princípio da legitimidade permitia que as dinastias que reinavam antes da Revolução Francesa retornassem ao poder. Já o princípio do equilíbrio buscava harmonizar as relações de força e poder entre as potências europeias, regulamentando a divisão territorial do continente e dos domínios coloniais.

Seguindo tais princípios, foram tomadas as seguintes medidas:

- A volta dos Bourbon ao trono francês, sendo que Luís XVIII, irmão de Luís XVI, assumiu o trono e governou sob uma Constituição outorgada e que estabelecia o voto censitário.
- A concessão da soberania às monarquias destituídas por Napoleão na Espanha e em alguns Estados germânicos.
- A perda dos territórios conquistados pela França durante a expansão.
- A obtenção, pelos ingleses da Ilha de Malta, da região do Cabo, no sul da África, do Ceilão, ex-colônia holandesa, da Guiana, na América do Sul, e de outras ilhas na América Central.
- A divisão da Península Itálica, restando como Estados autônomos apenas o reino de Piemonte-Sardenha, os Estados Pontifícios e o reino das Duas Sicílias.
- A incorporação da Bélgica ao Reino Unido dos Países Baixos, liderado pela Holanda.
- A concessão da maior parte da Polônia à Rússia.
- A neutralização do Estado da Suíça.
- A concessão de parte da Polônia e da região do Rio Reno à Prússia.
- A obtenção de outra parte da Polônia e do norte da Itália pela Áustria.

Organização política resultante do Congresso de Viena



Ao final do Congresso, a impressão que se tinha era de que nenhum país saíra com força suficiente para conquistar todo o continente, ao mesmo tempo que nenhuma das nações teria motivos para se sentir prejudicada a ponto de iniciar um novo conflito. Visando manter esse equilíbrio, foi criada uma aliança militar entre os países absolutistas (Áustria, Prússia e Rússia) chamada de Santa Aliança.

A organização estabelecia o direito à intervenção nas regiões onde os princípios conservadores estabelecidos pelo Congresso estivessem sendo violados. A justificativa era proteger a paz, a justiça e a religião da ameaça representada pelas ideias difundidas pela Revolução Francesa. A atuação da Santa Aliança se deu em especial na luta contra a emancipação da América Espanhola e na contenção dos movimentos liberais de 1820.

A Santa Aliança não contou com a adesão inglesa, devido aos seus interesses econômicos relacionados às colônias americanas. Para a Santa Aliança, a autoridade da Espanha deveria ser restabelecida sobre as colônias na América, ao passo que a Inglaterra visava à abertura de tais mercados para a sua crescente produção industrial.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFRGS-RS) A Santa Aliança, coalizão entre Rússia, Prússia e Áustria, criada em setembro de 1815, após a derrota de Napoleão Bonaparte, tinha por objetivo político
- 02.** (PUC Minas) Em perfeita sintonia com o espírito restaurador do Congresso de Viena, a criação da Santa Aliança tinha por objetivo
- 03.** (UFRGS-RS) Considere as afirmações a seguir, referentes ao Período Napoleônico.
- I. Um dos objetivos do Bloqueio Continental era anular a defasagem industrial da França em relação à Inglaterra.
 - II. As Guerras Napoleônicas produziram desdobramentos de cunho político na América do Sul.
 - III. A expansão napoleônica debilitou os fundamentos do Antigo Regime europeu e estimulou o surgimento dos nacionalismos.
 - IV. O Bloqueio Continental possibilitou a hegemonia do capitalismo industrial francês em toda a Europa.
 - V. O Congresso de Viena confirmou, na Europa, os avanços sociais e políticos conquistados durante a Revolução Francesa.
- Quais estão corretas?
- | | |
|------------------------|------------------------|
| A) Apenas I e II. | D) Apenas III, IV e V. |
| B) Apenas I e III. | E) I, II, III, IV e V. |
| C) Apenas I, II e III. | |

- 04.** (UEG-GO) Para Hegel, a razão é a relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real. Assim, ela é a unidade entre a razão subjetiva e a razão objetiva. Hegel denominou essa unidade de espírito absoluto.
- Dessa forma, um evento real pode expressar e ser resultado das ideias que o precedem. Um exemplo da objetivação dessas ideias é o seguinte evento:
- A) A subida de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, representando os ideais sionistas germânicos.
 - B) A Queda de Dom Pedro I do trono brasileiro, representando a crise do sistema colonial português.
 - C) A ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, representando o ideal iluminista de igualdade social.
 - D) A coroação de Dom Pedro II no trono brasileiro, representando a vitória dos ideais puritanos de moral.
- 05.** (UFRGS-RS-2020) Considerando o contexto histórico e os desdobramentos da Revolução Francesa, assinale a alternativa que caracteriza a Era Napoleônica.
- A) Consolidação da revolução burguesa na França, por meio da contenção dos inimigos internos (monarquistas e jacobinos), e sua expansão para a Europa.
 - B) Retorno da monarquia absolutista ao poder, por intermédio da extinção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
 - C) Ascensão política das camadas populares, conhecidas como *sans-cullotes*, o que provocou a radicalização do processo.
 - D) Fim do Antigo Regime e implementação da Monarquia Constitucionalista, inspirada nos ideais jacobinos.
 - E) Início da Assembleia dos Estados Gerais, repressão aos monarquistas e derrota da Primeira Coligação Europeia Antifrancesa.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (ETECs-SP-2022) Sobre a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder no contexto da Revolução Francesa, é correto afirmar:
- A) A conquista do poder político por Napoleão Bonaparte resultou de seu alinhamento ideológico com os jacobinos.
 - B) Napoleão Bonaparte representou um esforço de restauração do Antigo Regime, encabeçando as forças contrarrevolucionárias.
 - C) Napoleão Bonaparte implementou um projeto de nação identificado com os fundamentos liberais da Revolução Francesa.
 - D) O projeto político de Napoleão Bonaparte estava de acordo com os interesses da aristocracia togada e do alto clero.
 - E) Napoleão Bonaparte foi portador de um projeto civilizatório calcado em ideais republicanos da Antiguidade romana.

02. (UFU) Durante o Congresso de Viena, estabeleceram-se as bases políticas e jurídicas para uma nova ordenação da Europa destinada a durar um século redondo. O resultado dos pactos inaugurou uma época na qual os conflitos externos foram poucos; por outro lado, aumentaram as guerras civis e a “revolução” se fez incessante.

KOSSELLECK, Reinhart. *La época das revoluções europeas: 1780-1848*. México: Siglo XXI, 1998. p. 189 (Adaptação).

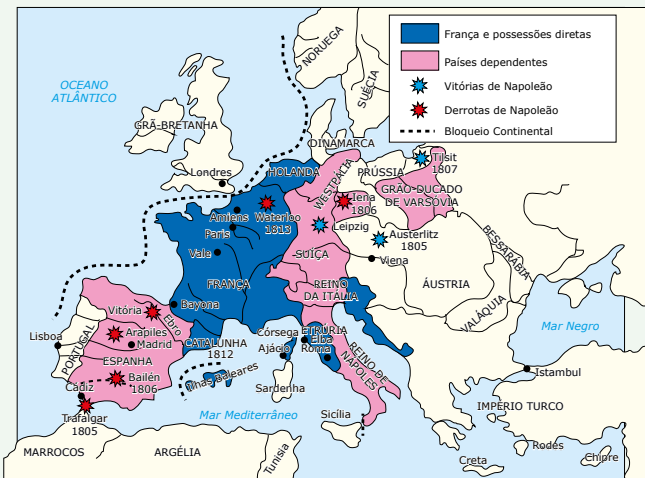
A constituição do Congresso de Viena, em 1815, evidenciava a instabilidade da geopolítica da Europa, e tinha entre seus objetivos

- A) o incentivo aos movimentos de libertação colonial, como forma de reduzir os conflitos que pudessem ameaçar o equilíbrio europeu.
- B) a recomposição do equilíbrio europeu sob o domínio das forças conservadoras, antirrevolucionárias e anti-iluministas.
- C) a preservação das aspirações nacionais de vários povos europeus, com o objetivo de evitar novos conflitos que colocassem em risco o equilíbrio da Europa.
- D) a aceitação das fronteiras nacionais existentes em 1815, o que era visto como essencial para o fim dos conflitos entre as grandes potências.

03. (UEMA) O mapa a seguir representa a divisão geopolítica europeia no início do século XIX, destacando a estratégia militar napoleônica conhecida como Bloqueio Continental.



A conquista da Europa



Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia>. Acesso em: 12 jun. 2014.

A linha de Bloqueio Continental que se estende de Portugal até a Noruega, representada no mapa, revela a intenção francesa de

- A) integrar a economia europeia, com a isenção das tarifas alfandegárias.
- B) fortalecer a França, garantindo-lhe a livre circulação pelos portos britânicos.

- C) desenvolver a economia espanhola, consolidando seu monopólio comercial na Península Ibérica.
- D) isolar a Grã-Bretanha, impedindo-lhe o acesso a importantes mercados da Europa continental.
- E) inibir o comércio de escravos oriundos de portos africanos, situados ao norte da Linha do Equador.

04. (FGV-RJ) Napoleão Bonaparte assumiu o poder na França, em 1799. A partir do chamado Golpe do 18 Brumário, tornou-se primeiro cônsul, depois primeiro cônsul vitalício e, posteriormente, imperador. Durante o seu governo,

- A) retomou as relações com a Igreja Católica e permitiu total autonomia dos seus sacerdotes.
- B) estabeleceu uma monarquia parlamentarista, nos moldes do sistema de governo vigente na Inglaterra.
- C) estabeleceu um novo Código Civil que manteve a igualdade jurídica para os cidadãos do sexo masculino e o direito à propriedade privada.
- D) procurou retomar antigas possessões marítimas francesas, envolvendo-se em uma guerra desgastante no Haiti e no sudeste asiático.
- E) aliou-se aos *sans-culottes*, grupos mais radicais da Revolução Francesa, e, por isso, foi derrubado em 1814.

05. (Fatec-SP) Considere a foto para responder à questão.



Paris – Arco do Triunfo



Disponível em: <http://www.linternaute.com/paris/magazine/diaporama/06/paris-vu-du-ciel/1950/images/2.jpg>. Acesso em: 2 set. 2009.

O Arco do Triunfo foi iniciado por ordem de Napoleão Bonaparte em 1806, e a Paris dos boulevares (das avenidas) surgiu a partir da reforma urbana implantada pelo barão Haussmann, prefeito de Paris entre 1853 e 1870, período em que a França era governada por Luís Bonaparte.

A foto demonstra o resultado final dessas duas iniciativas que representam a vitória do projeto

- A) socialista de uma cidade em que seus espaços devem pertencer igualmente a todos os cidadãos.
- B) burguês em que o embelezamento da cidade, os parques, novos edifícios e monumentos devem atender mais às necessidades da classe burguesa do que às da população mais pobre.
- C) anarquista de uma cidade onde a população não precisaria de um órgão governamental, pois os próprios cidadãos a governariam.
- D) neoliberal em que a economia da cidade deve ser gerada não mais pelo investimento do Estado e sim pelo livre investimento das empresas privadas.
- E) comunista de uma cidade moldada nas diretrizes da Primeira Internacional Comunista.

06. (UFMG) Leia este texto:

Antes, Napoleão havia levado o Grande Exército à conquista da Europa. Se nada sobrou do Império continental que ele sonhou fundar, todavia ele aniquilou o Antigo Regime, por toda parte onde encontrou tempo para fazê-lo; por isso também, seu reinado prolongou a Revolução, e ele foi o soldado desta, como seus inimigos jamais cessaram de proclamar.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: IBRASA, 1966. p. 573.

Tendo-se em vista a expansão dos ideais revolucionários proporcionada pelas guerras conduzidas por Bonaparte, é correto afirmar que

- A) os governos sob influência de Napoleão investiram no fortalecimento das corporações de ofício e dos monopólios.
- B) as transformações provocadas pelas conquistas napoleônicas implicaram o fortalecimento das formas de trabalho compulsório.
- C) Napoleão, em todas as regiões conquistadas, derrubou o sistema monárquico e implantou repúblicas.
- D) o domínio napoleônico levou a uma redefinição do mapa europeu, pois fundiu pequenos territórios, antes autônomos, e criou, assim, Estados maiores.

07.
HVXM



(FGV-SP) A reconstrução da Europa, após as guerras napoleônicas, foi direcionada pelo Congresso de Viena. É incorreto afirmar que ele estabeleceu a

- A) criação de um pacto militar internacional (Santa Aliança) para intervir onde houvesse manifestações revolucionárias.
- B) devolução dos territórios conquistados pela França, desde a Revolução.
- C) desobrigação de pagamento de indenização pelos franceses por terem ocupado territórios de outros países.
- D) restauração da monarquia dos Bourbon na França.
- E) autonomia da Itália e da Alemanha, divididas e submetidas à hegemonia húngara.

08.
AHEP



(FGV-RJ-2020) Leia atentamente o documento a seguir e depois responda às questões propostas.

Título I

Artigo 1. O governo da república é confiado a um Imperador que toma o título de Imperador dos Franceses [...].

Artigo 2. Napoleão Bonaparte, atual Primeiro Cônsul da República, é o imperador dos Franceses. Napoleão Bonaparte, primeiro Imperador dos Franceses: *Senatus-Consulto* de 18 de maio de 1804.

MATTOSO, K. M. de Q. (Org.). *Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea (1789-1963)*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1977. p. 38.

- A) Explique o processo histórico que desembocou na ascensão de Napoleão como imperador na França.
- B) Aponte duas medidas implementadas por Napoleão durante o seu Império.
- C) Explique o contexto internacional do Período Napoleônico.

09. (UECE) Napoleão Bonaparte agiu de modo contraditório em relação aos ideais revolucionários. Por um lado consolidou conquistas burguesas e criou uma nova aristocracia; por outro lado, foi um ditador ferrenho para a França que havia lutado muito pela liberdade.

O retrocesso napoleônico em relação aos ideais da burguesia se deu devido à(ao)

- A) promulgação do código civil com regras precisas, como o impedimento de concessão de privilégios de nascimentos, pois todos eram considerados iguais perante a lei.
- B) homogeneização do sistema legislativo, acabando com a multiplicidade das fontes do direito, o que caracterizou a França do Antigo Regime.
- C) acordo efetuado com o objetivo de terminar o conflito entre o Estado e o clero; assim, a Igreja ficou subordinada ao Estado, que pagava uma pensão aos clérigos.
- D) criação de uma nobreza formada por funcionários do governo e membros do clero e à concessão de altos postos administrativos para familiares.

SEÇÃO ENEM

01. Ao longo da história do Velho Mundo, o continente europeu foi marcado por guerras e conflitos de ordem política e cultural. Vários conquistadores se colocaram como líderes capazes de garantir, por meio de um único governo, a paz e a estabilidade europeias. Napoleão foi um desses líderes que, com um discurso nacionalista e expansionista, decretou

- A) o Bloqueio Continental.
- B) a Guerra Franco-Prussiana.
- C) a Comuna de Paris.
- D) a Conferência de Berlim.
- E) a Revolução Francesa.

02. Napoleão Bonaparte governou a França entre 1799 e 1814, tendo assumido o poder no regime colegiado do Consulado. Tornou-se, em um primeiro momento, o primeiro Cônsul, se apoderando do Executivo, em seguida, ascendeu à condição de cônsul vitalício e, posteriormente, em 1804, se coroou imperador da França. Assim, progressivamente, Napoleão foi concentrando todos os poderes, usando as constituições para legalizar esse processo e os plebiscitos para legitimá-lo.

Tal prática napoleônica, devido ao seu caráter inovador, foi objeto de análise de juristas contemporâneos, como José Afonso da Silva, professor da USP, que adotou o termo cesarista ou bonapartista para "conceituar constituições que não são propriamente outorgadas, mas tampouco democráticas, ainda que criadas com participação popular [...] porque [foram] formadas por plebiscito popular sobre um projeto elaborado por um imperador (plebiscitos napoleônicos) ou de um ditador (plebiscito de Pinochet, no Chile)". Ainda de acordo com o jurista, "a participação popular, nesses casos, não é democrática, pois visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder."

A conduta napoleônica descrita proporcionou um grande êxito econômico para a França, por mais que tenha sido obtido às custas da supressão das liberdades individuais da sociedade francesa. Essa forma de governo, que inspirou diversos governantes ao longo da História – como Napoleão III e Getúlio Vargas –, foi denominada por cientistas políticos de bonapartismo.

O bonapartismo, como definido pelo texto, deve ser

- A) considerado o regime político, por excelência, capaz de garantir o desenvolvimento econômico, a propriedade privada e o pleno emprego para um Estado.
- B) visto como a forma ideal para a gestão de um Estado, já que expressa a vontade popular, legitimada pelo respaldo plebiscitário e legalizada pelas constituições.
- C) vinculado à fusão entre instrumentos democráticos e de manipulação popular, mediada pela ação de um líder capaz de instaurar o autoritarismo.
- D) compreendido como fenômeno político francês do início do século XIX, já que esse sistema político não se aplica à realidade ocidental contemporânea.
- E) tolerado como um "mal necessário" para conter as desigualdades sociais registradas com frequência em momentos históricos distintos.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. A
- 03. C

- 04. C
- 05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. B
- 03. D
- 04. C
- 08.

- 05. B
- 06. D
- 07. E

- A) Napoleão Bonaparte chega ao poder por meio do apoio da burguesia e das forças militares, em razão de seu desempenho exemplar na repressão das revoltas contrárias ao governo controlado pelo Diretório, instaurado em 1795, ainda durante o processo da Revolução Francesa. Com o golpe conhecido como 18 de Brumário, ocorrido em 10 de novembro de 1799, Napoleão dissolve o Diretório e institui um novo governo. A ascensão napoleônica evidencia a vitória da burguesia na Revolução Francesa e encerra o processo revolucionário.
- B) O Período Napoleônico, conhecido por Império (1804-1814), é marcado pelo fortalecimento militar de seu governo. Assim, o Exército fortalecido favoreceu aos ideais expansionistas de Napoleão, vencendo, por vias terrestres, a Prússia, a Rússia e a Áustria, mas sendo derrotado, por vias navais, pela Inglaterra. Logo, pode-se inferir que Napoleão, durante o Império, fortaleceu o Exército francês e buscou a expansão territorial.
- C) Durante o Período Napoleônico, a disputa pelo monopólio comercial se acirrava entre Inglaterra e França. Devido à força marítima dos ingleses, a França Napoleônica buscava sabotar as negociações inglesas pelo domínio comercial. Ainda, ao final do século XVIII e início do XIX, os regimes absolutistas existentes eram poucos e estavam ameaçados devido à força da Inglaterra e da França, que acabavam de derrubar seus respectivos déspotas e estabelecer uma economia burguesa. Nesse cenário, é possível afirmar que o governo de Napoleão se desenrola ao longo da disputa comercial europeia e pela transição de regimes absolutistas para governos burgueses.

- 09. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A

- 02. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Revoluções Liberais

Apesar dos esforços restauradores do Congresso de Viena, os movimentos liberais e nacionalistas não foram completamente sufocados. O século XIX seria, desse modo, marcado pelas tentativas de consolidação do modelo liberal e pela luta contra os vestígios absolutistas em várias nações europeias. Não se pode restringir apenas ao liberalismo o conteúdo desses movimentos, já que o crescente nacionalismo levaria ao surgimento de novos Estados. Além disso, os impactos da Revolução Industrial já podiam ser sentidos por meio da presença do operariado e de ideias socialistas de forma marcante, em especial a partir de 1848.

Movimentos de 1820

Espanha

Ao retornar ao trono após a derrota de Napoleão, o rei espanhol jurou a Constituição, elaborada ainda durante o domínio francês sobre a Espanha. Não levaria muito tempo, no entanto, para Fernando VII suspendê-la. Seguiram-se outras medidas de caráter conservador, como a deportação de membros liberais do Parlamento espanhol, o retorno de privilégios do clero e da nobreza, a volta da atuação da Inquisição e o fechamento de órgãos de imprensa e universidades.



VINIEGRA, Salvador. *Tribunal constitucional de Cádiz*. 1912. *Promulgação da Constituição espanhola, em 1812.*

Diante dessa situação, em 1820, iniciou-se em Cádiz um movimento contra a volta do absolutismo e a favor da constitucionalização. A revolta contou com a participação de militares que estavam embarcando para reprimir os movimentos de emancipação da América e chegou a Madrid. Pressionado pelos acontecimentos, o rei jurou novamente a Constituição até que tropas da Santa Aliança fossem acionadas e reprimissem a insurreição.

Portugal

O Estado lusitano vivia uma situação peculiar, pois, mesmo após a derrota dos franceses bonapartistas, o país vinha sendo dominado por oficiais ingleses enquanto a família real se mantinha na nova sede do Império, o Brasil. A crise econômica era grave e, em 1820, eclodiu a Revolução do Porto. Como meio de solucionar a crise, os revolucionários desejavam o retorno do Brasil à condição de colônia e o fim do domínio inglês. Do ponto de vista político, no entanto, os revoltosos eram liberais e desejavam o retorno do rei e sua submissão a uma Constituição.

Em 1821, D. João VI retornou a Portugal e jurou a Constituição de inspiração espanhola. Contrariando o desejo da Revolução, no entanto, o príncipe D. Pedro permaneceu no Brasil, que acabou não retornando à condição de colônia e se tornou independente um ano mais tarde.

Península Itálica

A Península Itálica, ainda marcada pela fragmentação, assistiu a movimentos de caráter nacionalista. No reino de Nápoles, governado por Fernando IV, militares associados ao grupo nacionalista dos carbonários obrigaram o rei a se submeter à Constituição. Agitações liberais também foram sentidas nas regiões da Lombardia e de Veneza, que estavam sob o domínio austríaco. Mais uma vez as tropas da Santa Aliança atuaram, reprimindo os movimentos.

Grécia

A região da Grécia fazia parte do Império Turco-Otomano, e, em 1821, um movimento nacionalista e liberal iniciou a luta pela Independência grega. Internamente, a luta contava com o apoio de grande parte da população e, externamente, com o auxílio da Inglaterra, França e Rússia, que possuíam interesses econômicos e estratégicos na região.

Pelo Tratado de Adrianópolis, em 1829, a paz foi selada e a Independência da Grécia reconhecida pelos seus aliados. Interessante notar que parte das nações que compunham a Santa Aliança lutou, nesse caso, a favor de um movimento de tendência liberal e nacionalista. Tal atitude acabou gerando um desentendimento entre os membros da Santa Aliança, que, a partir de então, se enfraqueceu.

Revoluções de 1830

França

Luís XVIII governou a França, como previa a Constituição de 1814. A Carta, outorgada, concedia amplos poderes ao rei, que, no entanto, devia conviver com um Parlamento dividido em duas Câmaras, a dos Pares e a dos Deputados, e eleito pelo voto censitário. Com a participação política restrita, formaram-se nas Câmaras grupos vinculados a diferentes tendências.

Os ultrarrealistas defendiam a restauração aos moldes absolutistas e o retorno de seus privilégios. Os constitucionalistas, representantes da alta burguesia, entendiam serem necessários o poder real, somado ao respeito à Constituição, e os limites impostos pelo Legislativo ao poder do rei. Já os independentes ou liberais eram burgueses e bonapartistas que desejavam maior participação política. Em meio a esse conturbado contexto, Luís XVIII comandou um governo moderado, sem que houvesse grandes conflitos com o Parlamento.

Após a morte de Luís XVIII, seu irmão Carlos, ultrarrealista, assumiu o poder. Além de defender o retorno do absolutismo em seu reinado, Carlos X apoiou a Igreja, concedendo-lhe o controle sobre o ensino, censurou a imprensa e iniciou o processo de indenização da nobreza pela perda de seus bens durante o período revolucionário francês.

O descontentamento da população com a tendência absolutista, com a crise econômica que assolava a França e com o aumento de impostos era tanto que, já nas eleições parlamentares de 1830, os partidários do rei foram derrotados. Em resposta ao crescimento da oposição, o rei tomou medidas que ficaram conhecidas como as Ordenações de Julho. Entre as medidas repressoras adotadas por Carlos X, destacam-se:

- A dissolução da Câmara dos Deputados;
- A elevação do censo eleitoral;
- A limitação à liberdade de imprensa.

Os dias que se seguiram às Ordenações ficaram conhecidos como Três Dias Gloriosos, pois o povo de Paris saiu às ruas e ergueu barricadas, opondo-se às medidas do rei. O resultado foi a deposição de Carlos X, mas, temendo uma nova radicalização, setores da alta burguesia optaram por manter a monarquia, que seria comandada por Luís Felipe de Orléans, conhecido como o rei burguês.



DELACROIX, Eugène. *A Liberdade guiando o povo*. 1830. Óleo sobre tela, 260 × 325 cm.

O clássico quadro representa os eventos que levaram à queda de Carlos X. Nele, a liberdade, representada pela figura feminina com o barrete frígio, conduz burgueses e trabalhadores, representados à esquerda.

Bélgica

Inspirados pelos eventos revolucionários de julho na França, um grupo de católicos nacionalistas deu início à luta pela Independência da Bélgica em relação à Holanda. A rebelião começou em Bruxelas após a apresentação de uma ópera em homenagem ao rei holandês. Após a bem-sucedida ruptura, foi instituída a monarquia parlamentar, baseada em uma Constituição liberal que garantia os direitos individuais.

Península Itálica

No norte da Península Itálica, nas regiões de Parma, Módena e Romagna, novos movimentos ocorreram e foram sufocados por tropas austríacas. Vários líderes foram exilados, e, entre eles, encontrava-se Giuseppe Mazzini, que, no exterior, fundou a associação da Jovem Itália, uma sociedade secreta cujo objetivo era reforçar os ideais nacionalistas e de unificação da região italiana.

Confederação Germânica

Na região que corresponde à atual Alemanha, composta de uma série de reinos, e que sofria forte influência austríaca e prussiana, as repercussões dos movimentos de julho na França também puderam ser sentidas. Por pressão dos movimentos liberais, príncipes da região de Hanover e da Saxônia foram obrigados a se submeter à Constituição, mesmo que outorgadas. Com auxílio de tropas austríacas, no entanto, os movimentos foram contidos e as Constituições suspensas.

Polônia

Na região da Polônia, controlada majoritariamente pela Rússia, foi formado um governo nacionalista com sede em Varsóvia. As divergências internas, no entanto, levaram à repressão do movimento pelas tropas russas do czar Nicolau I.

As Revoluções de 1848 – A Primavera dos Povos

França

A Monarquia de Julho, nome pelo qual ficou conhecido o reinado de Luís Felipe, foi responsável pela consolidação da ordem burguesa. Entre as ações liberais adotadas durante o seu governo, podem ser destacadas:

- o fortalecimento do Poder Legislativo;
- a redução do censo eleitoral;
- a retomada da bandeira tricolor;
- a adoção do liberalismo econômico;
- o fomento ao desenvolvimento industrial;
- o controle pela alta burguesia dos setores de ferrovias, bancos e minas de carvão e ferro.

Ao mesmo tempo que tomava medidas que privilegiavam a burguesia, o rei burguês, também chamado de rei dos banqueiros, reprimia manifestações de oposição ao seu governo realizadas pelos trabalhadores, como as ocorridas em Paris (1831) e em Lyon (1834), além de censurar a imprensa republicana.

Apesar das tentativas de Luís Felipe em conter seus opositores, nos anos de 1846 e 1847, uma grave crise econômica tomou conta da França. A queda na produção de alimentos levou à fome no campo e ao aumento do preço dos alimentos. Nas cidades, a queda do consumo de produtos industrializados gerou desemprego e diminuição dos salários.

Aproveitando a situação, a oposição, liderada pelos republicanos, passou a incentivar as manifestações de trabalhadores e da pequena burguesia. As reuniões, que se realizavam através de banquetes, tinham como alvo o rei e seu ministro Guizot. Além de clamarem contra a miséria, os revoltosos desejavam a ampliação das liberdades democráticas. Durante a chamada Campanha dos Banquetes, tornavam-se também cada vez mais visíveis as influências dos trabalhadores e dos ideais socialistas.

Após a proibição da realização de um desses banquetes, o proletariado de Paris se rebelou, erguendo barricadas e, acompanhado pela pequena burguesia e pela Guarda Nacional, que se recusou a reprimir os rebeldes, derrubou a Monarquia de Julho. Em 1848, portanto, foi proclamada a Segunda República Francesa.

É importante ressaltar que os acontecimentos na França tiveram grande repercussão no restante da Europa. Assim, outros movimentos de caráter nacionalista eclodiram por todo o continente, em uma onda de rebeliões que ficou conhecida como a Primavera dos Povos.

Nas manifestações, foi marcante a presença dos operários. A ameaça aos princípios burgueses, representada pela luta do proletariado, entretanto, fez com que a burguesia evitasse a radicalização na maioria das regiões.

Império Austríaco

Ainda em 1848, um movimento liberal em Viena, contando com a participação da burguesia e dos trabalhadores, saiu às ruas exigindo a ampliação do direito ao voto e a destituição de Metternich, ministro austríaco, símbolo do conservadorismo do Congresso de Viena.

A fuga de Metternich, que temia a represália popular, levou à outorga de uma Constituição e à convocação de eleições para a Assembleia Constituinte por meio do sufrágio universal. Vale ressaltar que, apesar de ter participado dos protestos que depuseram o ministro austríaco, a alta burguesia retirou seu apoio às transformações e lutou pela volta de um poder central fortalecido. Isso se justifica pelo temor deste setor abastado em relação à radicalização do movimento.

Assim, pressionado, o rei Fernando I foi obrigado a abdicar, e a Assembleia foi dissolvida. Francisco José assumiu o trono, restaurando o absolutismo. Na Hungria e na Boêmia, regiões submetidas à Áustria, também ocorreram movimentos liberais constitucionalistas, que foram sufocados pelas tropas do Império Austríaco.

Confederação Germânica

Pouco após os eventos de Viena, barricadas foram erguidas em Berlim por trabalhadores e burgueses, fazendo com que o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, convocasse uma Assembleia Constituinte. Rapidamente, o movimento se expandiu para o restante da Confederação Germânica, e os liberais de vários Estados se reuniram em Frankfurt com o objetivo de eleger uma Assembleia Nacional Constituinte pelo voto universal. A nova Constituição estabelecia um regime parlamentar, sendo o rei da Prússia imperador da Confederação.

Diante das pressões da Áustria, que não desejava a hegemonia prussiana na região, Frederico Guilherme rejeitou tal proposta. Prontamente, os demais príncipes germânicos também recuaram diante da possibilidade da radicalização popular. No final de 1848, a Assembleia foi dissolvida, e o movimento liberal, contido.

Península Itálica

Na Península Itálica, envolvida também pela Primavera dos Povos, o rei das Duas Sicílias, Fernando II, foi forçado a se submeter a uma Constituição, que, após a repressão comandada pelo rei, foi anulada. Mais ao norte, Milão e Veneza revoltaram-se contra o domínio austríaco, mas foram reprimidos pelas forças da Áustria. Na região da Toscana e em Roma, foram proclamadas repúblicas sob o comando de Giuseppe Mazzini. Naquele contexto, até mesmo o papa Pio IX foi forçado a deixar os Estados Pontifícios, mas tropas francesas restabeleceram a soberania da Igreja na região.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (FEPECS-DF) No decorrer do século XIX, em meio às crises políticas e revoluções, os trabalhadores conquistaram o seguinte direito político:
- Avanço progressivo dos regimes baseados no sufrágio universal.
 - Direito do cidadão comum à posse de escravos.
 - Extinção dos regimes republicanos.
 - Avanço dos regimes baseados na união entre Igreja Católica e o Estado.
 - Consolidação das monarquias absolutistas.
- 02.** (UFRGS-RS) O ciclo das revoluções europeias de 1848 deu origem a vários acontecimentos. Analise os itens a seguir:
- Fim do reinado de Luís Filipe na França e início da II República.
 - Destruição do sistema conservador da restauração imposto sob a liderança de Metternich no Congresso de Viena.
 - Revoltas nas províncias brasileiras durante a época da Regência.
- Quais deles contêm acontecimentos históricos que tiveram origem no citado ciclo?
- Apenas III
 - Apenas I e II
 - Apenas I e III
 - Apenas II e III
 - I, II e III
- 03.** (UEL-PR-2020) Analise a imagem a seguir:



DELACROIX, E. *Liberdade guiando o povo*. 1830. Óleo sobre tela, 260 × 325 cm. Museu do Louvre (Paris, França).

Exposta no Museu do Louvre, a obra *Liberdade guiando o povo*, remete à existência de questão social ainda hoje debatida. Com base na imagem e nos conhecimentos sobre modernidade e vida social, é correto afirmar que a obra representa

- a luta de estratos sociais em defesa da igualdade jurídica e pela conquista dos direitos de cidadania.
- a primeira tentativa de revolução social do proletariado moderno contra a burguesia.

- a participação popular na luta pelo direito de voto pelas mulheres e contra o trabalho infantil.
- o repúdio ao caráter sangrento das revoluções populares, produtoras de regimes ditatoriais.
- a democracia, que atinge a plenitude quando homens, mulheres e jovens pegam em armas.

04.
ORQR



(UFMG) O ano de 1848 ficou célebre em razão da onda de revoluções que varreu, então, a Europa – evento denominado Primavera dos Povos. O objetivo maior dos revolucionários de toda parte era alcançar a liberdade e combater a opressão; em algumas regiões, porém, as palavras de ordem reivindicavam, também, o fim do jugo estrangeiro, ou seja, demandavam autonomia para as nações.

Considerando-se os eventos ocorridos em 1848 e suas consequências, é correto afirmar que,

- na Alemanha, se instalou, com sucesso, uma República parlamentar, que aboliu as instituições imperiais e consolidou a unidade do país.
 - na França, se proclamou, outra vez, a República, mas Luís Napoleão Bonaparte, o presidente eleito, instituiu, por meio de um golpe, o II Império.
 - na Inglaterra, uma série de greves gerais colocou em xeque a monarquia, que precisou recorrer à Lei Marcial para recobrar a ordem.
 - na Rússia, os revolucionários ocuparam o poder durante alguns meses, o que provocou reação sangrenta e guerra civil.
- 05.** (UEPA) A primeira metade do século XIX, na Europa, é conhecida como a “Primavera dos Povos” ou, no dizer de Eric Hobsbawm, a “Era das Revoluções”. As manifestações populares, as insurreições e as mudanças da ordem política ocorridas da Espanha à Rússia, da Bélgica à Itália, entre 1820 e 1848, foram alimentadas, em grande parte, pelo descontentamento popular ocasionado pelo desemprego e pela fome. Em termos ideológicos, estas sublevações eram motivadas
- pela atuação de grupos conspiradores, organizados na forma de sociedades secretas como a maçonaria e os carbonários, infiltrados nos núcleos organizativos do movimento operário e nos círculos republicanos.
 - pelo crescimento de grupos apoiadores do poder absolutista e defensores da restauração política das dinastias retiradas do poder pelas intervenções napoleônicas, em países europeus, no início do século XIX.
 - pela agitação política jacobina, que alimentou as primeiras organizações operárias na França e na Inglaterra e contribuiu para a estruturação do movimento operário e de suas formas de atuação.
 - pelas ideias socialistas utópicas, defensoras do acirramento da luta de classes e da extinção da propriedade privada, de modo a originar uma sociedade plenamente igualitária e regida pelo consenso proletário.
 - pelo ideário liberal, em torno do qual se aglutinaram grupos republicanos e socialistas, em oposição ao poder absolutista e em favor de uma ordem legal igualitária que deveria reger a sociedade civil.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFG-GO) O ano de 1848 foi marcado por manifestações populares na Europa, conhecidas como "Primavera dos Povos". Em 2010, um protesto na Tunísia deflagrou um conjunto de manifestações populares em outros países árabes. A imprensa aproximou os eventos de 1848 e 2010, quando cunhou a expressão "Primavera dos povos árabes". Essa aproximação advém
- do interesse árabe em resolver conflitos entre minorias étnicas, as quais, como em 1848, encontram-se esmagadas por governos autoritários.
 - da expectativa ocidental de que os países árabes assimilem a democracia, assim como em 1848 se esperava a ampliação das reformas liberais.
 - do sentimento nacionalista laico das manifestações de 2010, que sustentou também as reivindicações das mobilizações de 1848.
 - do ideal romântico que, em 2010, se expressou no martírio dos rebeldes e, em 1848, na disposição para a luta nas barricadas.
 - da insatisfação com as constituições árabes que, assim como no constitucionalismo europeu de 1848, obstaculizam a participação popular.

- 02.** (PUC Rio-2022) Considere a imagem a seguir.



A Liberdade guiando o povo (28 de julho de 1830) é uma obra do pintor francês Eugène Delacroix em homenagem ao movimento que, em 1830, depôs o monarca Carlos X do trono da França.

A alegoria da liberdade que está no centro da obra indica que

- a liberdade é um pressuposto para a soberania das nações.
 - as mulheres estavam no centro das manifestações e exigiam igualdade.
 - a liberdade política só é possível através de uma revolução armada.
 - a liberdade individual é mais importante que a liberdade coletiva.
- 03.** (FMABC-SP) Os anos de penúria das décadas de 1830 e 1840, especialmente na França, só aumentaram a sensação de contrastes profundos. De um lado o crescimento vertiginoso da população francesa (29 milhões em 1816, 36 milhões em 1850),

concentrada nas cidades, conduzindo a um estado de mal-estar e de tensão social que explodia em violentos motins urbanos [...].

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 28 (Adaptação).

Podemos dizer que a tensão social identificada pelo texto se associa

- à ampla presença de estrangeiros na França do início do século XIX, provocada pelas ondas de migrações oriundas das colônias francesas do norte da África.
 - ao sucesso das reformas sociais promovidas pela Revolução de 1789, que permitiram a ampliação da oferta de empregos nos meios urbanos e rurais franceses.
 - à organização de sindicatos e partidos políticos comunistas e anarquistas, que preparavam os levantes sociais de 1848 e 1871 e iniciavam a gradual implantação do socialismo na França.
 - ao avanço da industrialização, que acelerou o processo de evasão rural e provocou forte concentração de trabalhadores nas grandes cidades europeias do período.
 - à escassez de alimentos, originada pelas longas temporadas de seca e de peste nos campos franceses e aprofundada pelas guerras ocorridas durante o período napoleônico.
- 04.** (UNIFESP) Signos infalíveis anunciam que, dentro de poucos anos, as questões das nacionalidades, combinadas com as questões sociais, dominarão sobre todas as demais no continente europeu.

MARTIN, Henri. 1847.

Tendo em vista o que ocorreu século e meio depois dessa declaração, pode-se afirmar que o autor

- estava desinformado, pois, naquele momento, tais questões já apareciam como parcialmente resolvidas em grande parte da Europa.
- soube identificar, nas linhas de força da história europeia, a articulação entre intelectuais e nacionalismo.
- foi incapaz de perceber que as forças do Antigo Regime eram suficientemente flexíveis para incorporar e anular tais questões.
- demonstrou sensibilidade ao perceber que aquelas duas questões estavam na ordem do dia e como tal iriam por muito tempo ficar.
- exemplificou a impossibilidade de se preverem as tendências da história, tendo em vista que uma das questões foi logo resolvida.

- 05.** (PUC Rio) No texto *Lembranças de 1848*, o escritor e parlamentar francês Alexis de Tocqueville observava sobre as insurreições parisienses de junho de 1848:



[...] o que a distinguiu ainda, entre todos os acontecimentos do gênero que se sucederam nos últimos sessenta anos na França, foi que ela não teve por objetivo mudar a forma de governo, mas alterar a ordem da sociedade. Não foi, para dizer a verdade, uma luta política (no sentido que até então tínhamos dado à palavra), mas um combate de classe.

- Identifique as forças que protagonizaram o "combate de classe" a que se refere Tocqueville.
- Explique duas demandas políticas e sociais que distinguiam a Revolução de 1848 da Revolução de 1789.

SEÇÃO ENEM

01. Felizmente, a Revolução Francesa ainda está viva. Pois Liberdade, Igualdade e Fraternidade e os valores da razão e do Iluminismo – os valores que construíram a civilização moderna desde os tempos da Revolução Americana – são mais necessários do que nunca, na medida em que o irracionalismo, a religião fundamentalista, o obscurantismo e a barbárie estão, mais uma vez, avançando sobre nós. É, portanto, uma coisa boa que [...] tenhamos a ocasião de pensar novamente sobre os acontecimentos extraordinários que há dois séculos transformaram o mundo. Para melhor.

HOBBSAWM, Eric. *Ecoss da Marselhesa*.

São Paulo: Companhia das Letras. p. 127. [Fragmento]

A França foi uma referência para os regimes absolutistas da Europa, mas, talvez por esse motivo, foi também referência de luta contra esses regimes. Podemos considerar como defesa dos ideais revolucionários franceses

- A) a Segunda Guerra Mundial, na qual a França lutou contra os regimes fascistas em defesa das liberdades individuais.
- B) as Revoluções Liberais de 1830, que marcaram a luta contra a reação absolutista que ameaçava a Europa pós-Congresso de Viena.
- C) o Período Napoleônico, marcado pela expansão do nacionalismo, com a libertação de regiões da África e da Ásia do domínio europeu.
- D) a Guerra Fria, momento em que a França se posiciona contra o expansionismo do poderio militar e econômico dos Estados Unidos.
- E) a criação da União Europeia, com o objetivo de erradicar a pobreza e as desigualdades socioeconômicas do Velho Mundo.

02.



DELACROIX, Eugène. *A Liberdade guiando o povo*. 1830. Óleo sobre tela, 260 × 325 cm.

O quadro representado anteriormente – assinado pelo francês Eugène Delacroix – retrata a Revolução Liberal parisiense de 1830, que destituiu o rei absolutista Carlos X e levou ao trono a monarquia constitucional de Luís Filipe de Orléans, que tinha forte apoio burguês. Na imagem, a Liberdade é representada por uma figura feminina seminua que empunha uma bandeira da França e uma arma. Além da Liberdade, membros de vários setores da sociedade francesa são guiados para frente, passando por cima daqueles que haviam morrido pelos ideais revolucionários. Esse quadro reflete alguns dos principais valores burgueses inerentes ao século XIX, já que

- A) denota o caráter socialista preconizado por Karl Marx, expresso, na tela, pela luta revolucionária armada.
- B) ao representar a Tomada da Bastilha, remete à Revolução Francesa que, no final do século, consolidaria a burguesia no poder.
- C) evidencia o republicanismo que, inerente à Revolução de 1830, acabou sendo disseminado pela Europa.
- D) representa a participação das mulheres naquelas lutas, o que levou os países europeus a constituírem leis que as integrassem efetivamente à política.
- E) faz menção ao nacionalismo, um dos elementos presentes nas revoluções que varreram a Europa durante o século XIX.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. B
- 03. A
- 04. B
- 05. E

Propostas

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. A
- 03. D
- 04. D
- 05.
 - A) As forças que protagonizaram o “combate de classe” a que se refere Tocqueville foram, fundamentalmente, a pequena burguesia e o proletariado.
 - B) Como aponta Tocqueville, a Revolução de 1789 foi uma luta política que teve por objetivo dismantlar o Antigo Regime e as desigualdades por ele engendradas. A Revolução de 1848, por sua vez, foi um combate de classe que vislumbrava alterar a ordem da sociedade. Por exemplo, os revolucionários da Primavera dos Povos defendiam a adoção de direitos trabalhistas e o sufrágio universal.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Revolução Industrial e Movimento Operário

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O conjunto de transformações de ordem econômica, social e política que alteraram o modo de produção europeu, consolidando o capitalismo como sistema hegemônico, é denominado de Revolução Industrial. Esse processo iniciou-se no século XVIII e expandiu-se por toda a Europa e por alguns países fora do Velho Mundo, durante o século XIX. A ampliação dos mercados, a divisão social e técnica do trabalho e a introdução de tecnologia no processo produtivo são algumas das características do processo revolucionário.

Tal processo pode ser dividido em etapas. A primeira etapa da Revolução Industrial, que vai de aproximadamente 1750 até 1850, é caracterizada pelo predomínio da Inglaterra, e, ao mesmo tempo, pelo início do desenvolvimento industrial na França, nos Estados Unidos e na Bélgica. No entanto, a consolidação da Revolução durante os primeiros cem anos desse processo só ocorreu na Inglaterra, que era chamada de “oficina do mundo”.

A fonte de energia predominante nessa primeira fase foi o carvão, e os setores industriais que mais se desenvolveram foram o têxtil e o siderúrgico. As máquinas eram feitas de ferro fundido e não se utilizava o aço.

A segunda etapa da Revolução Industrial, que se estendeu de aproximadamente 1850 até 1970, foi caracterizada pela expansão do processo para outros países, como Itália, Alemanha, Japão e Rússia. Alguns novos setores industriais, como o farmacêutico, o petroquímico e, principalmente, o automobilístico, desenvolveram-se. Sem dúvida, um dos marcos nas inovações tecnológicas foi a utilização do sistema Bessemer, que permitia transformar ferro em aço, matéria-prima utilizada até os dias atuais na produção de máquinas, ferramentas e veículos automotores. A vantagem do aço em relação ao ferro fundido é que o primeiro pode ser furado, perfurado e dobrado mais facilmente, é mais resistente, mais leve e seu custo não é muito mais elevado do que o do ferro fundido.

Evolução da produção siderúrgica (em milhões de toneladas)

Países	1800	1830	1850
Alemanha	50	100	210
Bélgica	30	90	160
Império Austríaco	30	90	200
Espanha	15	20	40
França	120	225	450
Reino Unido	190	690	2 390
Rússia	160	190	220
Suécia	50	105	140

A partir da Segunda Revolução Industrial, devido ao desenvolvimento tecnológico, os investimentos na indústria se tornaram mais volumosos, e instituições financeiras passaram a investir no setor industrial, gerando, assim, os capitais acionários. Grandes centros industriais com concentração espacial das empresas foram formados, facilitando a interação entre diversos tipos de indústrias. As diferenças entre os dois processos estão resumidas no quadro a seguir:

	Primeira Rev. Industrial (1750-1850)	Segunda Rev. Industrial (1850-1970)
Local	Inglaterra, França, Bélgica e EUA	Itália, Alemanha, Japão e Rússia
Materiais básicos	Ferro fundido	Aço e produtos sintéticos
Fontes de energia	Carvão e vapor	Petróleo e eletricidade
Setores predominantes	Têxtil e siderúrgico	Petroquímico e automobilístico
Capitalismo	Livre-concorrência	Monopolista ou financeiro
Investimentos	Capitais particulares (donos de empresas)	Capitais financeiros (banqueiros, acionistas e Estado)
Divisão espacial	Empresas dispersas	Formação de grandes centros industriais
Situação do operário	Jornadas de trabalho de 16 a 18 horas diárias; trabalho infantil e feminino; e ausência de legislação trabalhista	Diminuição da jornada de trabalho; regulamentação do trabalho feminino e, em alguns casos, proibição do infantil; existência de legislação trabalhista



Revolução Industrial

Assista a esse vídeo que aborda os principais aspectos da Revolução Industrial.



640F

O capitalismo vigorou durante as duas fases da Revolução Industrial e, tradicionalmente, ele pode ser dividido em livre-concorrencial, durante a primeira fase, e monopolista, na segunda. Essa divisão é polêmica, uma vez que vários autores não a aceitam, alegando que o que existe é um sistema que sofreu transformações, e não formas diferentes de capitalismo.

Podemos caracterizar esses dois momentos da seguinte maneira: no capitalismo livre-concorrencial, não existem fusões de empresas, mas uma competição entre elas; na fase monopolista, os investimentos industriais aumentaram, a concorrência tornou-se maior e algumas empresas se fundiram, visando ao domínio do mercado.

Nesse momento, surgem os trustes, os cartéis e os *holdings*. Cartéis são associações de empresas para dominar o mercado, não havendo fusão administrativa; as empresas mantêm a sua autonomia. Um exemplo foi a Autolatina, associação da Volkswagen e da Ford, empresas do setor automobilístico que estabeleciam estratégias e preços comuns. Já nos trustes, existe a fusão das empresas, que acabam se tornando uma. Um exemplo de truste foi a criação da Ambev, fusão de várias cervejarias, como a Brahma, a Skol e a Antarctica. *Holdings* são empresas criadas para administrar outras.

Fatores responsáveis pelo pioneirismo inglês

Acumulação primitiva de capitais

Na Inglaterra, houve acumulação suficiente de capitais para financiar a transformação das manufaturas em maquinofaturas. Podem-se citar pelo menos três fontes importantes para esse acúmulo. A primeira delas foi a pirataria. O governo inglês financiava piratas (corsários) para atacarem os navios portugueses e espanhóis, que partiam da América carregados de ouro e prata. O lucro do saque era dividido com o governo que, desse modo, investia pouco, comparando-se ao seu retorno econômico.

Outra fonte lucrativa foi a forma que o mercantilismo assumiu na Inglaterra: o comercialismo. Posto que o país comprava produtos e os revendia por preços bem mais altos, houve uma grande acumulação de capital, caracterizando, assim, o comercialismo como a forma mercantilista mais bem-sucedida entre os países europeus.

A assinatura de tratados comerciais vantajosos foi outra fonte lucrativa para os ingleses. O principal desses acordos foi o **Tratado de Methuen (1703)**, também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, assinado entre Portugal e Inglaterra. O primeiro país venderia vinho mais barato e, em troca, compraria produtos manufaturados mais baratos que os demais países da Europa. Devemos nos lembrar de que Portugal era um dos maiores produtores de vinho do mundo, e a Inglaterra, por sua vez, era grande produtora de tecidos. Como o lucro com a venda dos vinhos era insuficiente para pagar as volumosas importações de tecidos ingleses, Portugal ficou com a balança comercial deficitária.

Além disso, os ibéricos acabaram desenvolvendo poucas manufaturas, tornando-se dependentes da produção inglesa e contraindo enormes dívidas. O ouro brasileiro foi utilizado para pagar as dívidas da metrópole com os ingleses. Uma frase bastante comum diz que "o ouro brasileiro financiou a Revolução Industrial na Inglaterra".

Mão de obra

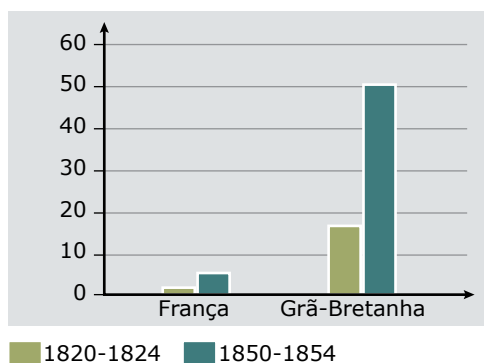
Durante a Idade Moderna, a Inglaterra viveu um período de crescimento populacional. Além disso, os **cercamentos** (*enclosures*) – processo de expulsão dos camponeses das terras comunais para o desenvolvimento de atividades lucrativas, sobretudo, a criação de ovelhas, o que garantia a lã para a manufatura têxtil – contribuíram para gerar a força de trabalho necessária para essas transformações na economia. A massa de camponeses expulsa deslocou-se para as cidades, formando um exército de mão de obra barata.

Outro fator a se destacar é a utilização do sistema de *putting-out*, no qual os camponeses recebiam a lã do comerciante, fiavam e teciam em casa, recebendo um salário por isso. A grande importância desse sistema está no fato de o camponês ter sido preparado e treinado, tornando-se, mais tarde, o proletário.

Matéria-prima

As colônias inglesas na América do Norte forneciam uma das principais matérias-primas da produção têxtil, o algodão. Afinal, as propriedades do Sul dos Estados Unidos eram as maiores produtoras mundiais desse material. Além disso, as reservas de carvão e de minério de ferro da Inglaterra também foram fundamentais para seu desenvolvimento industrial.

**Crescimento da produção de carvão
(em milhões de toneladas)**



HEFFER, J.; SERMAN, W. *O século XIX, 1815-1854*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Mercado consumidor

O vasto sistema colonial inglês, além de matéria-prima, representava mercado para os produtos ingleses. A poderosa frota naval da Inglaterra também contribuiu para que esse mercado fosse ampliado pelos países da Europa com os quais a Inglaterra comercializava.

Revolução Gloriosa (1688-1689)

Após as Revoluções Inglesas, a burguesia ascendeu ao poder e criou os mecanismos políticos necessários ao desenvolvimento industrial, como a legalização dos cercamentos. De uma maneira geral, era necessário que a burguesia tivesse alguma forma de poder político para que houvesse desenvolvimento industrial, o que ocorreu após a Revolução Gloriosa, quando o parlamentarismo se consolidou na Inglaterra, favorecendo seu mais forte grupo social, a burguesia.

Inovações tecnológicas

Alguns avanços tecnológicos foram de fundamental importância para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo industrial. Sem essas inovações, o aumento da produção e da acumulação de capitais não seria possível. Entre as mais destacadas, pode-se citar:

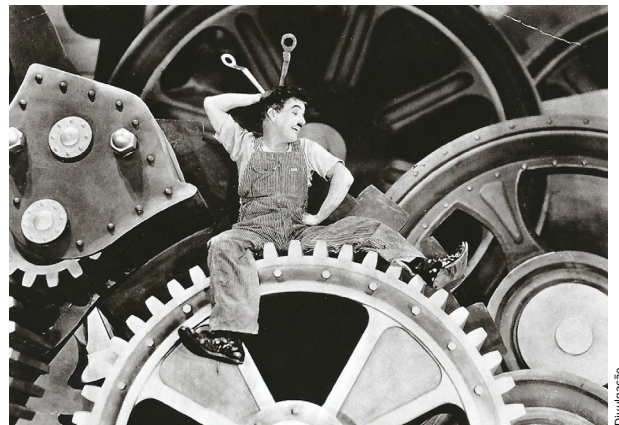
Invenção	Criador	Ano
Lançadeira volante	John Kay	1733
<i>Spinning-Jenny</i> (máquina de fição)	James Hargreaves	1765
Máquina a vapor	James Watt	1769
Mula (fiadeira mecânica)	Samuel Crompton	1779
Tear mecânico	Cartwright	1785
Descaroçador de algodão	Eli Whitney	1792
Navio a vapor	Robert Fulton	1807
Locomotiva a vapor	George Stephenson	1814
Motor de combustão interna	Nicolau Otto	1876
Telefone	Graham Bell	1876
Telégrafo sem fio	Marconi	1899

Essas invenções contribuíram para o aumento da produtividade, crescimento do mercado e diminuição das distâncias. Apesar dos altos investimentos em tecnologia, o retorno financeiro para os capitalistas era imenso, com o poder econômico se concentrando nas mãos de uma parcela cada vez menor da sociedade. Por outro lado, um contingente progressivamente maior era expropriado dos meios de produção e passava a ter como forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.

Etapas de desenvolvimento da produção

O processo produtivo industrial passou por algumas etapas de desenvolvimento. Uma das primeiras e mais significativas foi o taylorismo. Criado pelo engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor (1856-1915), o taylorismo propunha a separação entre o trabalho intelectual e o braçal. Para ele, o operário não deveria pensar sobre o processo produtivo, pois quanto mais movimentos repetitivos o trabalhador fizesse, maior seria a sua produtividade.

No início do século XX, outro engenheiro estadunidense chamado Henry Ford (1863-1947), aprimorando o taylorismo, criou a linha de produção em série. Para Ford, cada trabalhador deveria ser capaz de adquirir o que produzia. Assim, ele diminuiu os custos, aumentou os salários e criou o primeiro carro popular, o modelo T40 da Ford.



A mecanização do trabalho foi retratada pelo filme *Tempos modernos* (1936), produzido pelo cineasta inglês Charles Chaplin.

Na segunda metade do século XX, a montadora japonesa Toyota criou um novo modelo de produção industrial, divergente do fordismo ao propor o fim dos estoques e da padronização. O objetivo era diminuir os gastos, uma vez que a manutenção de estoques representava um custo alto para as empresas. Além disso, com o alto grau de avanço tecnológico, esses estoques poderiam se tornar obsoletos e gerar prejuízos.

Para ganhar mercado, o toyotismo propunha uma produção que atendesse às especificações dos clientes, ou seja, a montagem do automóvel de acordo com a procura de cada cliente e num tempo satisfatório (*just in time*). Esse sistema inovou também na descentralização do espaço industrial, com a ideia de que as empresas devem fugir dos espaços industriais tradicionais, onde a mão de obra, apesar de qualificada, é cara, os sindicatos são fortes e não existem muitos incentivos fiscais. Com isso, regiões do planeta que, antes, não eram espaços industriais passaram a receber investimentos e se tornaram importantes centros produtores.

Consequências da Revolução Industrial

Devido ao caráter inovador trazido pela Revolução Industrial, é importante ressaltar que a Europa e as suas áreas de domínio sofreram diversos efeitos ocasionados pelo processo, como:

- Consolidação do modo de produção capitalista como dominante: a Revolução Industrial assinalou a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Alguns autores afirmam que só é possível se falar em capitalismo após a Revolução Industrial, pois antes especula-se que haveria apenas um protocapitalismo.
- Aumento da média de vida da população: o desenvolvimento da indústria química levou a uma maior utilização de remédios e vacinas, gerando a erradicação de algumas doenças.
- Consolidação de duas novas classes sociais: a burguesia industrial, detentora dos meios de produção e do poder político, e o proletariado, que, expropriado dos meios de produção, passou a ter como forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.
- Urbanização: formação de grandes núcleos urbanos ao redor das indústrias. Algumas vilas operárias eram construídas pelas próprias empresas que as utilizavam como instrumentos de controle. Caso os operários não se submetessem à empresa, eram demitidos e perdiam a moradia. Devemos nos lembrar de que as cidades que surgiram com a Revolução Industrial eram desestruturadas, com altos índices de prostituição e violência, ou seja, já apresentavam os grandes problemas dos atuais centros urbanos.
- Revolução agrícola: houve significativo aumento da produção agrícola com a utilização de adubos químicos e máquinas na agricultura.
- Surgimento de ideologias que criticavam o capitalismo, como o socialismo e o anarquismo, por exemplo.

Além das consequências apresentadas, é válido ressaltar que, com a Revolução, a situação do trabalhador não melhorou. Pelo contrário, as jornadas de trabalho eram extensas, chegando a 18 horas diárias, os salários eram baixos, as condições de trabalho eram precárias, sem segurança e insalubres, além de haver a exploração do trabalho feminino e infantil.



Autor desconhecido.

Gravura de meados do século XIX denuncia exploração do trabalho infantil numa mina de carvão inglesa.

Era inevitável que, em determinado momento, os operários começassem a se organizar para mudar sua situação, assim como era também previsível que essa organização tivesse início na Inglaterra, onde a exploração era mais intensa e onde ela fora iniciada.

MOVIMENTO OPERÁRIO

A classe operária é fruto do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, mais precisamente, da Revolução Industrial, mas só é possível entender o seu aparecimento e desenvolvimento reconhecendo-a como uma classe social ativa desde o início.

O operário da fábrica era, sobretudo, o antigo camponês que, com a desagregação do modo de produção feudal e a falta de oportunidades no campo, foi levado a se deslocar para as cidades. Todo esse contingente populacional formou a reserva necessária ao desenvolvimento da indústria, afinal, sem mão de obra excedente, não haveria Revolução Industrial. Vale ressaltar que, no campo, o trabalhador inglês já estava sendo preparado para vender sua força de trabalho por meio do *putting-out*, fiando e tecendo nos períodos de inverno, quando não podia trabalhar nas terras.

Controle do Estado sobre o proletariado

O crescimento da classe operária assustou a burguesia, pois as elites e o governo viam nela uma ameaça em potencial. Por isso, ainda antes do início da Revolução Industrial, as camadas dirigentes criaram mecanismos de controle do proletariado.

Na Inglaterra, em 1547, muito antes do surgimento de indústrias, foi proibida a mendicância, de forma a garantir oferta de mão de obra aos primórdios de manufaturas. Em 1662, a Lei de Residência permitia às cidades expulsarem os vadios que não pertenciam a elas. Seguindo essa política, foram criadas, em 1723, as “casas de trabalho”, que eram centros de trabalhos forçados, onde os mendigos e vadios eram obrigados a trabalhar recebendo basicamente o seu alimento. Com as Leis de Gilbert (1782), essas casas foram fechadas.

Em 1791, em plena França revolucionária, surgiu a Lei *Le Chapelier*, que proibia greves e associações de trabalhadores. Após a proibição de organização dos alfaiates e a dos marceneiros, foram finalmente aprovadas as *Combination Acts* (1799), que proibiram toda forma de organização operária na Inglaterra.

A crise social surgida na Inglaterra com o desenvolvimento industrial e a exploração sobre o trabalhador levaram as classes dirigentes a tentarem amenizar o problema com a criação da Lei *Speenhamland*, uma forma de subsidiar os salários dos trabalhadores até o nível de subsistência, evitando, assim, o pauperismo e as revoltas sociais. A *Speenhamland* acabou sendo abolida em 1834.

Em 1833, enfim, foi aprovada a Lei de Fábrica (*Factory Act*), uma lei absurda para os padrões atuais, pois permitia o emprego de crianças acima de nove anos, desde que tivessem uma carga horária de até 48 horas por semana.

Como se pode perceber, portanto, os operários estiveram, em grande parte, à mercê da opressão dos seus patrões. Enfatizar esse conjunto de medidas das elites, no entanto, não significa afirmar que o proletariado ficou passivo. As lutas se davam por meio de greves e até de sabotagem e assustaram as classes dirigentes, alcançando alguns resultados significativos, como a revogação das *Combination Acts* em 1825. A redução da jornada de trabalho para dez horas diárias em toda a Inglaterra, em 1847, foi uma outra grande conquista do operariado. Segundo Karl Marx, essa foi a primeira grande vitória do movimento operário organizado como classe política.

Primeiros movimentos operários

Ludismo

O Ludismo foi a primeira forma de reação da nascente classe proletária inglesa e caracterizou-se, principalmente, pela destruição das máquinas e instalações industriais. Outras ações como sabotagens e envio de cartas ameaçando os patrões também eram comuns. Apesar de muitos trabalhadores terem sido executados, o movimento ganhou grande extensão entre 1811 e 1817, e seus adeptos eram conhecidos como ludditas ou luddistas, termos cunhados com base no nome de Ned Ludd que quebrou, a marteladas, os teares da oficina em que trabalhava, considerado o líder do movimento.

A princípio, o movimento ludista foi considerado ingênuo por alguns estudiosos, na medida em que a simples destruição das máquinas era vista como a solução dos problemas da classe proletária, que não demonstrava ter a consciência de que não eram as máquinas em si o motivo de sua situação, mas o sistema que as utilizava. Já a historiografia atual apresenta uma percepção diferente do Ludismo, considerando-o um movimento de pressão social que deu início à ação da classe operária, possibilitando-lhe obter experiência de luta e forçando os patrões a aceitarem a necessidade de diminuir a exploração em relação ao trabalhador.

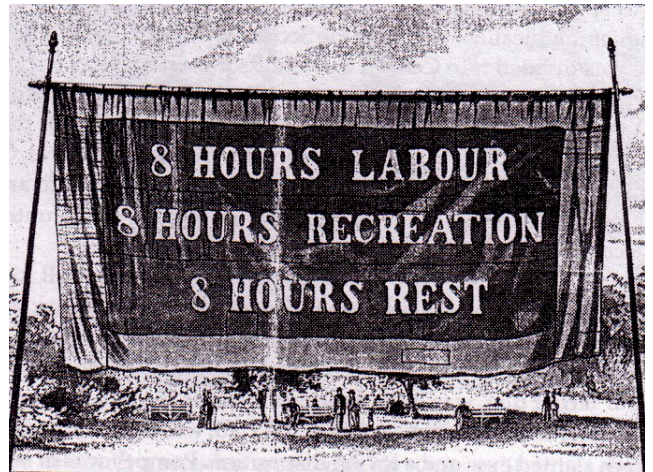
Cartismo

O Cartismo foi o movimento inglês que percebeu que a luta operária deveria passar pela política, tanto que, em 1837, foi publicada a chamada Carta do Povo, documento contendo reivindicações enviado ao Parlamento inglês. As principais exigências eram: o voto secreto por sufrágio universal masculino, a redução da jornada de trabalho, a representação política dos trabalhadores e a remuneração aos parlamentares dessa classe.

Desse modo, como mencionado, as reivindicações cartistas eram de ordem política, o que demonstra uma maior organização da classe operária. Ainda assim, o Parlamento inglês não atendeu às reivindicações e, com o surgimento do socialismo científico, o Cartismo foi se enfraquecendo até deixar de existir. Vale ressaltar, entretanto, que o movimento foi um importante embrião da luta política dos trabalhadores, inspirando mais tarde o aparecimento de sindicatos.

Trade Unions

Organizações de caráter assistencialista, as *Trade Unions* foram criadas para prestar auxílio mútuo. Os trabalhadores perceberam que não poderiam contar com o governo ou com os patrões e passaram a criar organizações que atuavam coletivamente reivindicando questões trabalhistas como a fixação de salários para a categoria. As *Trade Unions* foram os primórdios dos sindicatos e se espalharam para além da Inglaterra, chegando à França e aos Estados Unidos.



Autor desconhecido. 1856.

"8 horas de trabalho, 8 horas de lazer, 8 horas de descanso": lema da reivindicação pela jornada de trabalho de 8 horas diárias, iniciada pelas Trade Unions.

Sindicalismo

Os sindicatos surgiram no século XIX e tinham por objetivo unificar as reivindicações dos operários diante dos patrões, afinal, os sindicalistas acreditavam que o poder de negociação do trabalhador seria fortalecido se os homens se unissem em favor de um mesmo propósito. Ao longo do tempo, os sindicatos passaram a representar juridicamente os trabalhadores.

Associações Internacionais do Trabalho

Também chamadas de Internacionais, as Associações do Trabalho foram tentativas de organizar um movimento operário em âmbito mundial. A primeira teve início em 1864, e, durante a sua realização, houve um conflito entre os socialistas (liderados por Marx) e os anarquistas (liderados por Bakunin). Os socialistas achavam que o desenvolvimento da luta operária deveria passar por uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo. Já os anarquistas eram contra a ideia de Estado, por considerá-lo uma instituição repressora, e, por isso, defendiam a passagem direta da sociedade capitalista para a comunista. Apesar da vitória do primeiro, o movimento acabou por resultar em fracasso, uma vez que o operariado mundial estava dividido entre essas duas ideologias.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (Unesp–2022) Entrar numa fábrica pela primeira vez podia ser uma experiência aterrorizante: o ruído e o movimento do maquinário; o ar sufocante, cheio de pó de algodão, muitas vezes, mantido opressivamente quente para reduzir a quebra; o fedor penetrante de óleo de baleia e de gordura animal usados para lubrificar as máquinas (antes da disponibilidade de produtos petrolíferos) e do suor de centenas de trabalhadores; os semblantes pálidos e os corpos doentios dos operários; o comportamento feroz dos supervisores, alguns dos quais carregavam cintos ou chicotes para impor disciplina. Nas salas de tecelagem, o barulho ensurdecedor de dezenas de teares, cada um com uma lançadeira recebendo pancadas de martelo umas sessenta vezes por minuto, impossibilitava que os trabalhadores se ouvissem.

FREEMAN, Joshua B. *Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno*. 2019.

O trabalho nas primeiras fábricas inglesas é caracterizado no excerto

- A) pela insalubridade e opressão no ambiente de trabalho.
- B) pela apropriação do tempo e do excedente do trabalho pelo capitalista.
- C) pelo aumento da produtividade e da otimização do ritmo de trabalho.
- D) pelo desenvolvimento da tecnologia e da divisão de tarefas.
- E) pelo aproveitamento de energia de origem mineral.

02. (PUC-Campinas-SP) Durante o século XVIII, a Revolução Industrial constituiu um fenômeno predominantemente inglês. Mas a partir do século seguinte, começou a se expandir para vários países, provocando grandes transformações na vida das pessoas, uma vez que, com

- A) a redução das jornadas de trabalho nas fábricas de tecidos, a organização do mercado de trabalho se desenvolveu de maneira a assegurar emprego a todos os assalariados das grandes cidades industriais inglesas.
- B) a introdução das máquinas nas indústrias, aumentou a taxa de acumulação e do lucro das empresas, possibilitando uma maior distribuição de renda por meio da elevação do valor dos salários dos trabalhadores.
- C) a ascensão social dos artesãos, que reuniram seus capitais e ferramentas em oficinas ou em fábricas, aumentou os núcleos domésticos de produção e possibilitou a acumulação primitiva de capital ao operariado.
- D) o aumento da interferência do Estado na regulamentação da jornada de trabalho, salário e na criação de sindicatos, deixou o trabalhador sem espaço de manobra na luta por melhores condições de trabalho.

E) máquinas cada vez mais sofisticadas, a fábrica tornou-se o local adequado para a produção, favorecendo a divisão do trabalho, a imposição do horário, da disciplina ao trabalhador e o aumento da produtividade.

03.



(UECE) Sobre o processo conhecido como Revolução Industrial, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Consolida-se na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, e estabelece transformações rápidas e fundamentais na sociedade contemporânea, em especial nas novas formas de organização do trabalho produtivo.
- II. Completa a transição do feudalismo para o capitalismo e marca a introdução da maquinofatura e das relações assalariadas.
- III. É o processo em que a França apresenta ao mundo a invenção das máquinas têxteis, deixando definitivamente a Inglaterra para trás na corrida capitalista.

Assinale o correto.

- A) Apenas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas I e II são falsas.
- C) Apenas I e II são verdadeiras.
- D) Apenas II e III são falsas.

04. (Albert Einstein–2020) Observe a tabela com as cinco principais causas de morte registradas em Sheffield (Inglaterra), entre 1837 e 1842.

Doença	Número de mortes
Tuberculose	1 604
Convulsões	919
Inflamação dos pulmões	874
Definhamento físico	800
Acidentes	618

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 1987. v. 2.

O total de mortes atestadas nesse local e nesse período foi de 11 944. É possível afirmar que parte importante dessas mortes associa-se

- A) às frequentes epidemias de doenças de origem viral nos bairros operários ingleses.
- B) às doenças disseminadas pelo forte ingresso de imigrantes na Europa do século XVIII.
- C) à precariedade alimentar e habitacional nas zonas rurais europeias no século XIX.
- D) às condições de pobreza e superpopulação nas áreas de concentração industrial.
- E) à inadaptação dos operários ao estilo de vida das áreas rurais da Inglaterra.

- 05.** (Mackenzie-SP) Em vez de fazer os camponeses trabalharem para eles em suas próprias casas, na chamada estação morta, os empresários manufatureiros os reuniam em grandes oficinas e lhes impunham uma nova divisão técnica de trabalho. Ao fazer isso, estes capitalistas revolucionavam não só as relações sociais de produção, mas também as forças produtivas, ao inventar o trabalhador coletivo, ou seja, um corpo disciplinado e coordenado de produtores especializados.

SINGER, Paul.

A descrição anterior se refere

- A) ao sistema de corporações de ofício que existiu na Europa durante a Alta Idade Média e foi responsável pela consolidação do modo de produção feudal.
- B) às transformações ocorridas na organização do trabalho na transição do feudalismo para o capitalismo.
- C) à superação das relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e à implementação do controle dos produtores sobre o produto de seu trabalho.
- D) à coletivização dos trabalhadores rurais diante das transformações ocorridas pela imposição do sistema de cooperativas estatais.
- E) à difusão do trabalho compulsório para atender à necessidade das indústrias em expansão.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFV-MG) A transição do sistema de produção doméstico para o fabril foi característica do processo histórico conhecido como Revolução Industrial. Ela se deu, primeiramente, na Inglaterra, durante a segunda metade do século XVIII, e foi marcada por uma série de transformações econômicas, sociais, culturais, técnicas e tecnológicas. Entre essas transformações, destacam-se:
- I. O aumento da produção de bens de consumo, especialmente têxteis, devido à substituição da energia humana e hidráulica pela energia a vapor e à invenção do tear mecânico e da máquina de fiar.
 - II. A diminuição da divisão social do trabalho e o surgimento de uma nova concepção de tempo, associada à regularidade do padrão de trabalho doméstico.
 - III. O desenvolvimento do sistema de produção doméstico, devido ao desemprego e ao aumento do controle dos trabalhadores sobre os resultados do seu trabalho.
 - IV. A aceleração do processo de urbanização e o aumento do poderio naval britânico, contribuindo para a conquista de novos mercados em outras regiões do mundo.

- V. A expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e a divisão das terras comunais, o que beneficiou principalmente os grandes proprietários rurais.

Está correto o que é dito apenas em

- A) I, III e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

02.
YXP9



- (UFGD-MS-2022) O mundo que hoje conhecemos é filho da Revolução Industrial. Ela abre um período na história humana em que, pela primeira vez, os limites para a produção de riquezas pelos homens foram implodidos e nunca mais deixaram de ser superados e expandidos. Pode-se dizer, sem medo de exagero, que ela virou o mundo de ponta cabeça, fazendo com que hoje pensemos, vivamos, trabalhemos e produzamos de uma forma que está relacionada, direta ou indiretamente, à Revolução Industrial.

MORAES, Luís Edmundo. *História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 47.

Sobre a Revolução Industrial, é correto afirmar que

- A) a Inglaterra foi pioneira no processo de industrialização. No século XVIII, os ingleses iniciaram a mecanização da produção pela indústria têxtil de algodão.
 - B) ela teve início no século XVIII e a mecanização começou pela indústria de bens de produção, visando a atender o mercado interno alemão.
 - C) as primeiras máquinas, criadas no século XVII, eram movidas a energia elétrica. Isso proporcionou um inaudito ganho de produtividade na indústria têxtil de lã.
 - D) as relações de trabalho, na Inglaterra, durante o século XIX, eram fortemente reguladas pelo Estado, garantindo condições de trabalho dignas e direitos previdenciários para os operários, a exemplo das indenizações em razão de acidentes de trabalho.
 - E) tendo em vista as condições insalubres do trabalho industrial, no século XIX, apenas homens adultos trabalhavam nas indústrias têxteis inglesas.
- 03.** (UFPEl-RS) Um fato saliente chamou a atenção de Adam Smith, ao observar o panorama da Inglaterra: o tremendo aumento da produtividade resultante da divisão minuciosa e da especialização de trabalho. Numa fábrica de alfinetes, um homem puxa o fio, outro o acerta, um terceiro o corta, um quarto faz-lhe a ponta, um quinto prepara a extremidade para receber a cabeça, cujo preparo exige duas ou três operações diferentes: colocá-la é uma ocupação peculiar; prateá-la é outro trabalho.

Arrumar os alfinetes no papel chega a ser uma tarefa especial; vi uma pequena fábrica desse gênero, com apenas dez empregados, e onde, conseqüentemente, alguns executavam duas ou três dessas operações diferentes. E embora fossem muito pobres, e portanto mal-acomodados com a maquinaria necessária, podiam fazer entre si 48 000 alfinetes num dia, mas se tivessem trabalhado isolada e independentemente, certamente cada um não poderia fazer nem vinte, talvez nem um alfinete por dia.

FARIA, Ricardo de Moura et al. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1993. v. 1 (Adaptação).

O documento sobre a Revolução Industrial, na Inglaterra,

- relaciona a divisão de trabalho com a alta produtividade, situação bem diferente da produção artesanal característica da Idade Média.
- ênfata o trabalho em série e as condições do trabalhador nas fábricas, reforçando a importância das leis trabalhistas, no início da Idade Moderna.
- demonstra que a produtividade está diretamente relacionada ao número de empregados da fábrica, ao contrário das corporações de ofício, em que a produção artesanal dependia do mestre.
- destaca a importância da especialização do trabalho para o aumento da produtividade, situação semelhante à que ocorria nas corporações de ofício, de que participavam aprendizes, oficiais e mestre.
- evidencia as ideias fisiocráticas e mercantilistas, ao realçar a divisão do trabalho, características marcantes da Revolução Comercial.

04.
LWGR



(UFG-GO) Leia o texto a seguir:

Viva o esporte proletário!

A necessidade de esporte para a juventude é um fato incontestável.

A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para seus clubes.

Que fazem os jovens nos clubes burgueses?

Defendem as cores desses clubes. Se o clube é de uma fábrica, é o nome e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude de outras empresas [...].

Todo operário *footballer* deve ingressar nos clubes proletários.

O TRABALHADOR gráfico. 25 jun. 1928 apud DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano*. Brasil – 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. p. 71 (Adaptação).

O fragmento do jornal conclama a uma prática organizativa própria do movimento anarquista brasileiro, segundo a qual

- o exercício físico seria o meio para o fortalecimento do espírito dos militantes.
- a militância política deveria ser exercida em todas as dimensões da vida do trabalhador.
- a participação dos cidadãos nos clubes de futebol das fábricas reforçaria a harmonia social.
- a aliança proletário-burguesa deveria ser buscada por intermédio das práticas desportivas.
- os militantes deveriam conscientizar os operários de que o futebol é um esporte alienante.

05. (UEL-PR)



HINE, Lewis. *Meninos jornalheiros na Ponte do Brooklyn*. 1906. Foto.

No ano de 1899, eclodiu em Nova York uma greve de meninos jornalheiros (conhecidos como *newsies* ou *newsboys*). A razão do protesto, que durou vários dias, foi o aumento de preço do *The New York World* e do *The New York Journal*, de propriedade de Joseph Pulitzer e William Hearst, respectivamente. Concorrentes, ambos viram seus lucros cair quando acabou a guerra hispano-americana (1898), que rendia grandes manchetes e garantia alta vendagem de seus jornais.

Para manter os lucros, os empresários resolveram elevar o preço do exemplar, afetando diretamente os jornalheiros, que compravam os jornais e os revendiam ao público leitor. Era com o pequeno ganho da revenda que esses meninos sobreviviam, pois a grande maioria era pobre, muitos sem lar, órfãos ou fugitivos. Aos milhares, dormiam pelas ruas e vagavam pela cidade, desprovidos de qualquer assistência, fosse em educação, saúde ou moradia. Daquela vez, os meninos saíram vitoriosos da greve, mas a situação deles não melhorou.

Com base nos conhecimentos sobre o Mundo Contemporâneo, responda aos itens a seguir.

- O que a greve representava para os empresários capitalistas do século XIX?
- Explique a formação do chamado “trabalho infantil” desde a Revolução Industrial até os dias atuais.

06. (UEG-GO) No século XIX, a Revolução Industrial provocou inúmeras mudanças, tais como a imigração de camponeses para a cidade e a alteração nas condições dos trabalhadores que estavam submetidos à burguesia, enfrentando longas jornadas de trabalho. Sobre tal contexto, julgue a validade das proposições a seguir:

- I. O Ludismo expressou uma forma de resistência dos trabalhadores ao autoritarismo do patrão e, ao mesmo tempo, caracterizou-se pelas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho.
- II. O Cartismo representou a busca por participação política dos trabalhadores de forma referendada pelos pontos das cartas, entre os quais se destaca o sufrágio universal e o direito dos operários de participarem do Parlamento.
- III. As Revoluções de 1848 consolidaram os interesses da burguesia liberal, representados pela implantação de parlamentos e constituições e pela legitimação política de suas nações, através do nacionalismo e do liberalismo.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- B) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- C) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- D) Todas as proposições são verdadeiras.

07. (UFJF-MG-2020) Leia o texto a seguir:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta [...]. Havia muitos relógios em Londres na década de 1790: a ênfase estava mudando do “luxo” para a “conveniência”; até os colonos podiam ter relógios de madeira. Na verdade (como seria de esperar), ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não portáteis no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 272 e 279.

O texto anterior aborda a transição para a sociedade industrial, as mudanças na percepção interna de tempo e o surgimento de uma disciplina de trabalho nos finais do século XVIII e início do século XIX. Das alternativas a seguir, assinale a opção correta:

- A) Com o advento da sociedade industrial e da disciplina do trabalho, os trabalhadores passaram a ter o controle de sua vida produtiva, cuja dinâmica oscilava entre momentos de trabalho volumoso e de ociosidade intensa.
- B) Durante o estabelecimento do processo industrial inglês, os padrões de trabalho tinham como característica a irregularidade, com tarefas semanais ou quinzenais, fazendo com que o dia de trabalho fosse moldado pelo trabalhador.

- C) No contexto da transição para a sociedade industrial, a posse e o uso do relógio de bolso ficaram restritos à elite, sendo, portanto, artigo de luxo, feito de metais preciosos e utilizado para acentuar *status*.
- D) A introdução da disciplina de trabalho gerou melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, pois, com ela, passaram a usufruir de benefícios como: gratificações por pontualidade, pagamento de horas extras, férias remuneradas.
- E) A divisão do trabalho, a supervisão do trabalho, o uso de relógios, o uso racional do tempo foram alguns dos recursos utilizados pelos industriais para formar novos hábitos e nova disciplina de tempo entre os trabalhadores.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2022) A história do Primeiro de Maio de 1890 – na França e na Europa, o primeiro de todos os Primeiros de Maio – é, sob vários aspectos, exemplar. Resultante de um ato político deliberado, essa manifestação ilustra o lado voluntário da construção de uma classe – a classe operária – à qual os socialistas tentam dar uma unidade política e cultural através daquela pedagogia da festa cujo princípio, eficácia e limites há muito tempo tinham sido experimentados pela Revolução Francesa.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Com base no texto, a fixação dessa data comemorativa tinha por objetivo

- A) valorizar um sentimento burguês.
- B) afirmar uma identidade coletiva.
- C) edificar uma memória nacional.
- D) criar uma comunidade cívica.
- E) definir uma tradição popular.

02. (Enem-2019) Dificilmente passa-se uma noite sem que algum sitiante tenha seu celeiro ou sua pilha de cereais destruídos pelo fogo. Vários trabalhadores não diretamente envolvidos nos ataques pareciam apoiá-los, como se vê neste depoimento ao *The Times*: “deixa queimar, pena que não foi a casa”; “podemos nos aquecer agora”; “nós só queríamos algumas batatas, há um fogo ótimo para cozinhá-las”.

HOBSBAWM, E.; RUDE, G. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 (Adaptação).

A revolta descrita no texto, ocorrida na Inglaterra no século XIX, foi uma reação ao seguinte processo socioespacial:

- A) Restrição da propriedade privada.
- B) Expropriação das terras comunais.
- C) Imposição da estatização fundiária.
- D) Redução da produção monocultora.
- E) Proibição das atividades artesanais.

03. (Enem) Em virtude da importância dos grandes volumes de matérias-primas na indústria química – eram necessárias dez a doze toneladas de ingredientes para fabricar uma tonelada de soda –, a indústria teve uma localização bem definida quase que desde o início. Os três centros principais eram a área de Glasgow e as margens do Mersey e do Tyne.

LANDES, D. S. *Prometeu desacomodado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

A relação entre a localização das indústrias químicas e das matérias-primas nos primórdios da Revolução Industrial provocou a

- A) busca pela isenção de impostos.
- B) intensa qualificação da mão de obra.
- C) diminuição da distância dos mercados consumidores.
- D) concentração da produção em determinadas regiões do país.
- E) necessidade do desenvolvimento de sistemas de comunicação.

04. (Enem) Um trabalhador em tempo flexível controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo em si. A essa altura, vários estudos sugerem que a supervisão do trabalho é muitas vezes maior para os ausentes do escritório do que para os presentes. O trabalho é fisicamente descentralizado e o poder sobre o trabalhador, mais direto.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999 (Adaptação).

Comparada à organização do trabalho característica do taylorismo e do fordismo, a concepção de tempo analisada no texto pressupõe que

- A) as tecnologias de informação sejam usadas para democratizar as relações laborais.
- B) as estruturas burocráticas sejam transferidas da empresa para o espaço doméstico.
- C) os procedimentos de terceirização sejam aprimorados pela qualificação profissional.
- D) as organizações sindicais sejam fortalecidas com a valorização da especialização funcional.
- E) os mecanismos de controle sejam deslocados dos processos para os resultados do trabalho.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. E
- 03. C
- 04. D
- 05. B

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. A
- 03. A
- 04. B
- 05.
- A) Para Pulitzer e Hearst, como empresários e proprietários, a greve dos meninos jornalheiros representava prejuízo econômico, pois muitos exemplares dos jornais deixaram de ser vendidos; representava também um ato político, pois mostrou a reação consciente e organizada dos seus trabalhadores; por fim, era um ato social, pois chamava a atenção da opinião pública para as difíceis condições de sobrevivência desses meninos.
- B) A Revolução Industrial está associada às transformações nas relações de trabalho, que ocupou toda a família no espaço das fábricas. Assim, a indústria da informação, assim como dezenas de outras, como as mineradoras, as tecelagens, as diversas oficinas, a agricultura, a pesca, a construção civil, o trabalho doméstico, etc., fizeram e fazem uso da mão de obra infantil, exigindo das crianças longas jornadas diárias e retribuindo com remuneração mínima, condições precárias de saúde e moradia, geralmente submetidas à violência física e psicológica. Somente em meados do século XX, o trabalho infantil passa a ser considerado abusivo e proibido na maioria dos países.
- 06. D
- 07. E

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. B
- 03. D
- 04. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

FRENTE B

CAPÍTULO

5

Economia Açucareira e Complementar no Brasil Colônia

Um Legado Permanente

Diferentemente da América Espanhola, onde foram descobertos metais preciosos logo no século XVI, na América Portuguesa desenvolveu-se a agricultura de exportação entre os séculos XVI e XIX. Essa prática agrícola, impactante na história brasileira até os dias de hoje, transformou a isolada região lusa da América em ponto de referência para o fornecimento de produtos primários, como algodão, tabaco e, principalmente, açúcar.

Entretanto, por trás de toda a abundância agrícola da América Portuguesa, estava a exploração da mão de obra escravizada dos povos africanos, seja nos trabalhos domésticos, seja nas grandes lavouras. A longo prazo, essa população contribuiu para a formação da sociedade brasileira, em aspectos étnicos e culturais.

A formação do processo econômico colonial e a exploração da mão de obra africana nos levam aos seguintes questionamentos: como nossa colonização ajuda a explicar quem somos na política, na cultura, na sociedade e na economia? Como compreender a formação da população brasileira? Começaria aí um legado permanente? Esses e outros questionamentos serão respondidos ao longo deste capítulo.

1. A cana-de-açúcar

No século XVI, os portugueses perceberam a principal vocação de sua colônia americana: a produção de açúcar para exportação.

Transportadas para a América Portuguesa a partir da ilha da Madeira, as primeiras mudas de cana-de-açúcar chegaram por meio do donatário Martim Afonso de Sousa. A opção pela cultura da cana-de-açúcar foi feita levando-se em consideração uma série de fatores, como a experiência lusa nas ilhas da costa africana, o clima favorável das novas terras, a grande disponibilidade de terrenos com solo propício, a lucratividade que o comércio desse produto proporcionaria e os recursos econômicos oriundos de investidores de várias regiões da Europa, em especial da Holanda.

Expansão da lavoura açucareira na América Portuguesa



As áreas produtoras de maior destaque no Brasil foram o litoral nordestino, especialmente Pernambuco e Bahia. Cabe destacar ainda que outras regiões, como a capitania de São Vicente, também empreenderam esforços para o desenvolvimento da lavoura açucareira. Nessa capitania foi construído o Engenho dos Erasmos, um dos primeiros a ser erguido na América Portuguesa, que marcou a fundação da produção açucareira em larga escala e se encontra de pé até os dias de hoje.

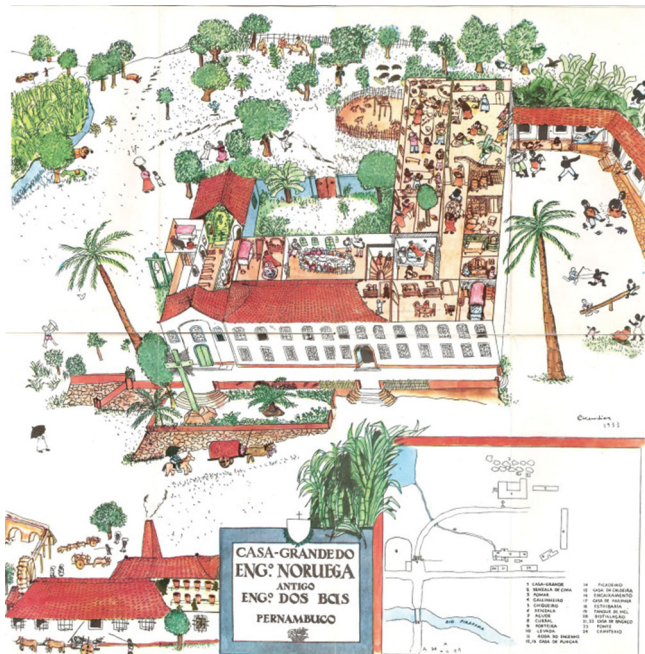
1.1. A instalação dos engenhos

A produção do açúcar exigia elevados investimentos, dada a necessidade de se montar uma estrutura complexa para a transformação da cana em açúcar não refinado. A unidade produtora desse sistema ficou conhecida por **engenho**, que era uma gigantesca propriedade fundiária obtida por meio da doação de sesmarias. Já se percebe que a empresa canavieira era baseada no regime de latifúndios, que usavam largamente a mão de obra escrava, e cuja principal produção destinava-se à exportação. O engenho era mais que uma unidade de produção econômica – sua existência proporcionou a elaboração de uma sociedade com características peculiares, marcada pela dominação paternalista e patriarcal do senhor sobre os membros de sua família e seus agregados, dependentes e escravos.

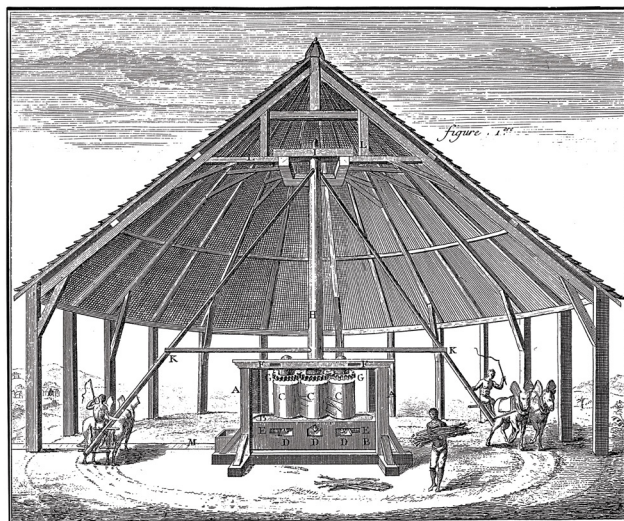
O engenho contava com a **moenda**, responsável por extrair o caldo da cana-de-açúcar. Aqueles engenhos que utilizavam energia hidráulica eram os mais valorizados, sendo classificados de engenhos reais. Já os engenhos de trapichê usavam força animal, e em casos específicos a força humana, para mover a moenda. Também fazia parte da composição produtora a **casa das caldeiras**, local onde havia enormes fornalhas que engrossavam o caldo da cana até transformá-lo em meloço, e a **casa de purgar**, espaço de descanso do açúcar após ter sido armazenado em grandes potes. Após alguns dias, a produção era retirada e os torrões, chamados de **pães de açúcar**, eram encaixotados e enviados a Portugal.

A estrutura do engenho também contava com a **casa-grande** e a **senzala**, locais de descanso e convivência dos senhores – junto aos seus agregados – e dos escravos, respectivamente. A casa-grande e a senzala uniam-se em uma relação de antagonismo e dependência, simbolizando a violência própria da rígida hierarquização social da América Portuguesa. Ainda havia a **capela**, que demonstrava a marca religiosa dessa sociedade; a **casa dos trabalhadores livres**, que abrigava trabalhadores que não eram escravos; e o **curral**, que abrigava os animais utilizados no processo de fabricação do açúcar, para transporte ou alimentação.

O elevado custo para a instalação de um engenho impedia alguns senhores de construírem o complexo sistema produtivo para o processamento do açúcar. Alguns senhores de engenho utilizavam o sistema de **meeiros**, isto é, arrendavam a terra a pequenos produtores ou mesmo moíam a cana em fazendas vizinhas, pagando com parte da produção pelo uso dos equipamentos. Muitos senhores também se dedicavam à fabricação de aguardente, de modo complementar ou não à empresa açucareira. Suas propriedades recebiam os nomes de **engenhocas** ou **molinetes** e produziam a cachaça para o consumo interno ou mesmo para trocar por escravizados na região da costa africana.



DIAS, Cícero. Capa do livro *Casa-grande e senzala* (Gilberto Freyre). 1933. Representação de uma fazenda de engenho em Pernambuco.



Moenda de cana. Nota-se o uso de animais e de escravos no trabalho.

nicoolay / Getty Images

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

01 (UFSCar-SP) A gravura ilustra diferentes fases da produção do açúcar no Brasil Colonial.



Autoria não identificada. Açúcar do Brasil, 1700-1710.

- A. Identifique essas fases.
- B. Escreva sobre o papel exercido pela produção açucareira na organização econômica e social da Colônia.

1.2. A sociedade do açúcar

A sociedade organizada em torno do empreendimento colonial português na América era essencialmente agrária, isto é, a vida se desenvolveu predominantemente em torno dos **engenhos** e das grandes fazendas de plantações. Nessa sociedade, existia uma classe pouco numerosa de homens brancos, proprietários, donos das terras e das riquezas, e uma grande massa escravizada, de maioria negra. Os poucos indígenas eram igualmente escravizados ou simplesmente marginalizados. Entre a classe dos senhores brancos e a massa escravizada situava-se uma camada intermediária composta de grupos dependentes dos senhores, como os **mestiços** (mulatos, em sua maioria), que trabalhavam nas grandes fazendas em afazeres domésticos; os **trabalhadores especializados**, que eram os feitores dos escravizados ou os responsáveis pela produção do açúcar; e os **comerciantes**, exportadores dos produtos coloniais ou agentes do comércio estrangeiro no país, que dependiam do pequeno mercado consumidor representado pela classe dos latifundiários.

Essa sociedade era rígida e hierárquica, controlada pelo senhor de engenho. A dominação do senhor baseava-se em traços da cultura portuguesa que consagravam a preponderância dos homens brancos senhores de terras e de escravos, como o paternalismo, e a cordialidade, constituindo uma sociedade profundamente patriarcal.

Os senhores exerciam controle sobre todos os que viviam sob sua dependência, fossem parentes de sangue, agregados da família, camponeses arrendatários de terra, técnicos do açúcar, padres ou escravizados. O senhor representava a figura do pai, o que, na cultura portuguesa, lhe dava poder e prestígio praticamente incontestáveis. Além disso, a fraqueza do aparelho administrativo da Coroa na colônia muitas vezes fazia com que as decisões régias não chegassem às localidades mais distantes da América Portuguesa, tornando os senhores – principalmente quando atuavam nas Câmaras Municipais – as grandes e únicas autoridades em suas terras.

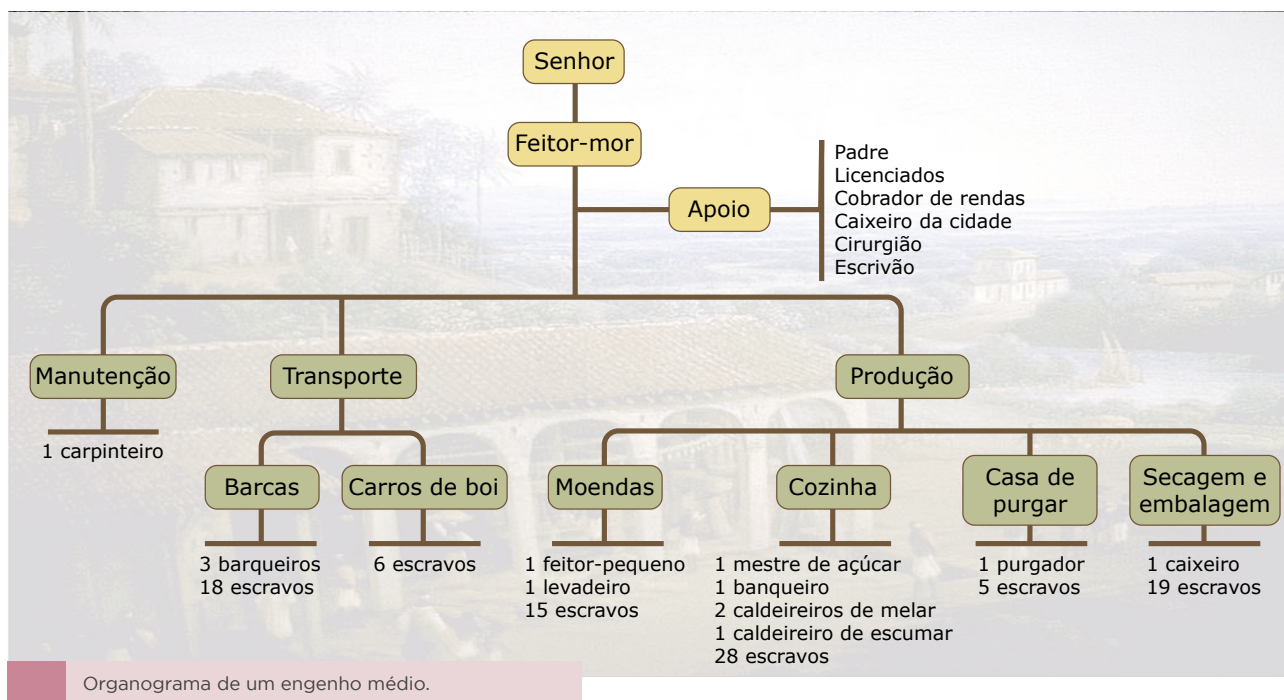
O excesso de autoridade do paternalismo da sociedade colonial, sob a máscara de proteção ao indivíduo inferiorizado, podia ser percebido claramente no modo de vida das mulheres. Na América Portuguesa, salvo exceções, elas estavam sempre sob o domínio de um homem, que podia ser seu pai, seu marido ou seu irmão. De modo geral, a situação feminina era opressiva em todos os estamentos da sociedade colonial, mas variava de acordo com o lugar da mulher na hierarquia social.

Aquelas que pertenciam a poderosas famílias senhoriais viviam em estado de grande reclusão, muitas vezes deixando a casa apenas para ir à igreja algumas vezes por semana. Na condição de esposas, às mulheres brancas cabiam os papéis relacionados ao âmbito familiar, como o mando dos escravos domésticos e a criação dos filhos.

As mulheres de menor condição social, por outro lado, tinham maior liberdade de movimento, pois precisavam andar pelas cidades, vilas e propriedades rurais para garantir seu sustento e o dos filhos. As mulheres negras que tinham filhos na mesma época em que as senhoras podiam cumprir os papéis de ama de leite – dever de amamentar e garantir a alimentação inicial das crianças da família senhorial, já que a amamentação era extremamente desconfortável às senhoras brancas.

Na base da rígida sociedade colonial estava a população escrava, composta de indígenas e de negros oriundos da África. Compunha a maioria dos habitantes da América Portuguesa, cabendo-lhe a complexa função de mover todo o sistema do engenho por meio de jornadas de trabalho longas e exaustivas.

A maioria dos engenhos apresentava, em média, 65 escravizados, e aproximadamente 15% das fazendas chegavam a ter entre 100 e 150 cativos. As atividades eram diversas, não ficando limitadas ao exercício da agricultura. A complexidade do engenho promoveu um cenário de especialização, fazendo com que essa unidade assumisse também a feição de uma manufatura. As atividades complexas que faziam parte do processo de produção do açúcar servem para lembrar que a sociedade colonial não se resumia a senhores e a escravizados. Existiram também grupos intermediários, como os mestres do açúcar, comerciantes, religiosos, capitães do mato e muitos outros que intensificaram a dinâmica social do período.



BERNOULLI **PLAY**

Sociedade açucareira >> XDJZ

Assista a essa videoaula que examina os aspectos da sociedade construída em torno da empresa açucareira no Brasil Colonial.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



02 [...] A sociedade que surgiu a partir dos engenhos estava fundamentada sobre os alicerces da aristocracia de pequenos e médios produtores, do patriarcalismo, sob a figura central do senhor de engenho, e do trabalho escravo [...]

MENEZES, C.A. A Cultura do Açúcar: uma herança dos os antigos engenhos de alagoas. *V ENECULT*. p. 4-5. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19486.pdf> . Acesso em: 9 nov. 2022 [Fragmento]

Justifique a afirmação do trecho anterior sobre a sociedade açucareira do Período Colonial ter sido patriarcalista.

03 (Unicamp-SP) Ao estudar a condição feminina no Brasil Colonial não se pode ter a ingenuidade de crer numa solidariedade de gênero, acima de diferenças de raça, credo e segmento econômico.



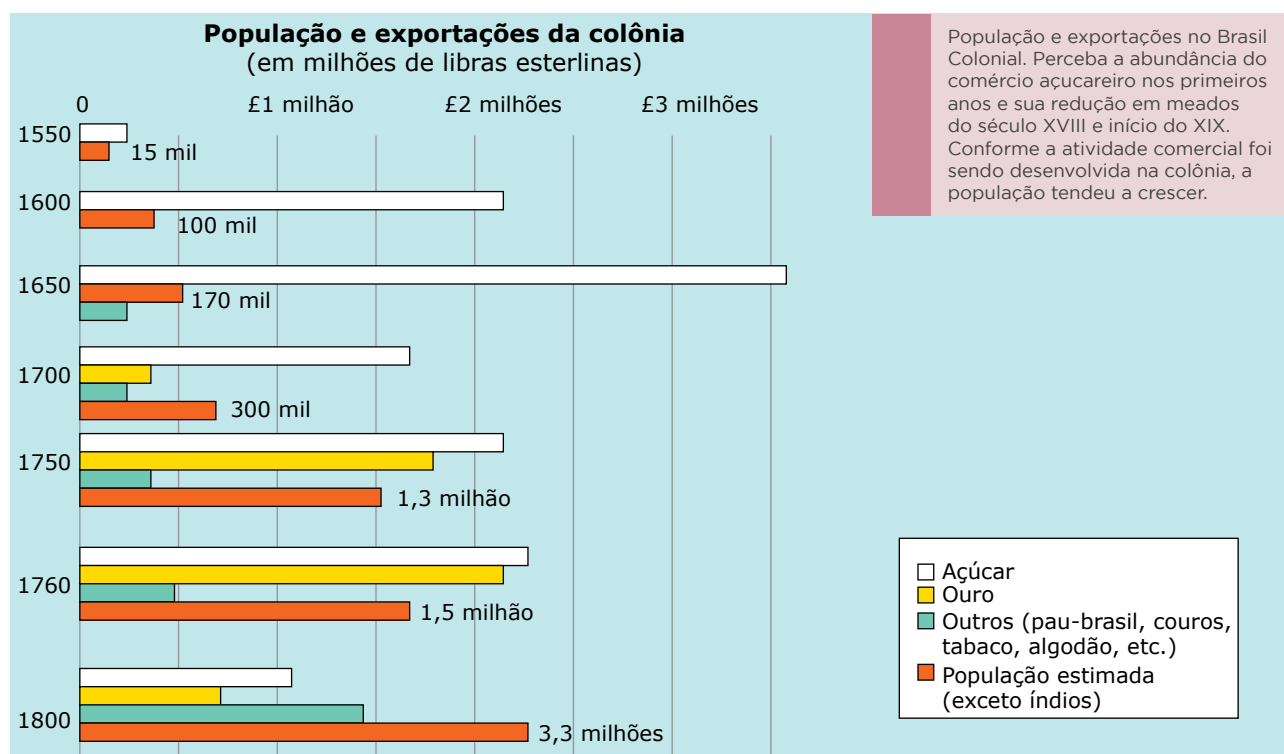
DEL PRIORE, Mary. A mulher na história da colônia. In: *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993 (Adaptação).

- Considerando como era a mentalidade portuguesa no período mencionado, cite e explique uma função da mulher branca no processo de colonização.
- Explique dois papéis sociais desempenhados pelas mulheres escravizadas de origem africana no contexto do Brasil Colonial.

1.3. O açúcar no cenário internacional

O comércio do açúcar brasileiro na Europa traçava uma rota complexa, sinal dos intricados caminhos da circulação das riquezas entre as potências mercantilistas europeias concorrentes. Após chegarem a Portugal, os carregamentos eram embarcados para Amsterdã, nos Países Baixos, local onde se processaria o refino e a distribuição do produto em solo europeu. Uma vez que os holandeses eram também os principais financiadores dos senhores de engenho por meio de empréstimos, percebe-se que o grosso do lucro com a atividade açucareira não ficava com a Coroa portuguesa, mas sim com os comerciantes e banqueiros flamengos.

Os engenhos se espalharam pelo Brasil de maneira intensa nas primeiras décadas da colonização. Em 1570, já haviam sido fundadas 60 fazendas de cana-de-açúcar, sendo que, em 1610, já eram mais de 400. A expansão dessa atividade se justifica por sua elevada lucratividade em associação com a expansão do mercado consumidor europeu.



FVG.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM



04 (Unesp) O ser senhor de engenho, diz o cronista, é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.

ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*.

Considerando o Período Colonial brasileiro, comente a afirmação apresentada.

As relações de trabalho que predominaram na agricultura de exportação do Brasil foram orientadas pela escravidão. Cabe ressaltar que esse tipo de trabalho representou a base da economia brasileira até o final do século XIX, décadas após o processo de Independência. Assim, é válido dizer que a escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira, que são visíveis ainda hoje nas diversas formas de violência cotidiana a que são submetidas as populações negra e pobre do Brasil.

2. A escravidão indígena e africana

A escravidão desenvolveu-se no Brasil com o processo colonizador. O **Foral**, documento que determinava direitos e deveres dos capitães donatários, concedia aos portugueses o direito de apresamento e de utilização dos índios como mão de obra.

A oposição da Igreja a esse tipo de exploração, inibidora do projeto de catequese, estimulou uma série de conflitos durante toda a história colonial, acabando por reduzir a exploração do indígena no decorrer da colonização. Os protestos de parte da Igreja e a mortandade generalizada dos nativos fez com que a mão de obra indígena fosse substituída pela africana nas lavouras açucareiras.

No entanto, a introdução do trabalho escravizado africano na América Portuguesa não foi um inibidor da utilização dos indígenas, também chamados de **negros da terra**, durante grande parte do Período Colonial. Eles se refugiavam no interior da colônia no intuito de resistir à escravização, escapando das violentas incursões dos lusos e seus descendentes.



DEBRET, Jean-Baptiste. *O caçador de escravos*. Óleo sobre tela, 80 cm x 112 cm. Museu de Arte de São Paulo.

O tráfico de escravizados africanos já ocorria desde os primeiros tempos da expansão portuguesa pela costa da África. Como vários reinos africanos já adotavam essa prática, principalmente escravizando prisioneiros de guerra, os europeus se apropriaram da atividade, transformando-a em um lucrativo comércio internacional. Assim, os elevados lucros obtidos pela Coroa portuguesa com o tráfico de escravizados foram determinantes para a adoção da escravidão africana em suas colônias. O apoio da Igreja Católica a essa iniciativa aconteceu por meio da **bula papal *Dum Diversas***, de 1452, que permitia aos portugueses atacar e conquistar os muçulmanos e pagãos, tomando suas posses e reduzindo-os à escravidão perpétua, com a justificativa de que esses povos eram inimigos da fé. Outras bulas publicadas nas décadas seguintes vieram a confirmar o apoio da Santa Sé ao regime compulsório de trabalho. Os africanos eram colocados em embarcações desumanas – os chamados **tumbeiros** –, muitos escravizados pereciam antes mesmo de chegarem aos locais de destino. A viagem para o Brasil durava mais de trinta dias, podendo alcançar até quatro meses caso a região fosse muito distante. Alguns navios levavam mais de 500 pessoas em condições absolutamente precárias.

TÁ NA MÍDIA



Johann Moritz Rugendas / Domínio Público

A música “Yáyá Massemba”, composta por Roberto Mendes e Capinam e gravada por Maria Bethânia em 2004, fala sobre a temática do tráfico negreiro. Acesse o QR Code e ouça a música.



VÍDEO

O universo escravocrata não era homogêneo. Era comum a distinção entre os escravos recém-chegados da África, conhecidos por **boçais**, e os **ladinos**, ou seja, aqueles que já haviam se adaptado ao universo cultural português. Esses dois grupos eram tratados de modo distinto dos que haviam nascido na América Portuguesa. A mestiçagem ampliou ainda mais essa distinção, subdividindo **mulatos** – quase sempre originados da união entre brancos e negras, escravizados de peles mais claras –, preferidos para as atividades domésticas, em detrimento dos negros vindos da África, encarregados das tarefas mais pesadas.

O trabalho dos escravizados africanos se transformou em um empreendimento colonial que sustentou as bases da sociedade açucareira e, mais tarde, da sociedade mineradora. Nas áreas rurais, era demandado um grande número de escravizados para trabalhar nas extensas lavouras e no processo de produção do açúcar. Os escravizados trabalhavam nas mais variadas funções, como as de oficiais da casa de caldeira, purgadores, no serviço braçal nas plantações, na moenda, na horta, carreiros, pedreiros, costureiras, bordadeiras, lavadeiras, etc.

Os **escravos do eito**, mais numerosos, trabalhavam penosamente de sol a sol, sob permanente vigilância dos capatazes e a constante ameaça de castigos. Havia os **escravos domésticos**, que exerciam as funções de criados de quarto, amas de leite, mucamas, cozinheiras, negros de recado e possuíam uma posição ligeiramente mais elevada do que os outros. Muitos escravizados eram tratados como “objeto” ou “coisa”, e essa condição era entendida como natural pelos colonos. Essa visão era também compartilhada e reforçada pela Igreja Católica, que não se opôs à escravização negra.



Domínio Público

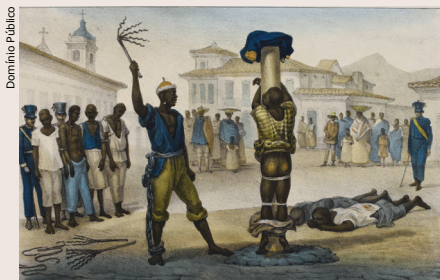
DEBRET, Jean-Baptiste. *Pequeno moinho de açúcar portátil*. 1835. Bibliotheque Nationale, Paris, França. Nesta gravura de Debret, são retratados escravos que trabalham em um engenho de açúcar.



Domínio Público

DEBRET, Jean-Baptiste. *Um jantar brasileiro*. 1830. 16 cm x 13 cm. Na pintura, Debret mostra como as relações de dominação que permeavam a sociedade colonial faziam-se presentes também na intimidade das casas dos colonos luso-brasileiros.

DÁ O QUE PENSAR



DEBRET, Jean-Baptiste. *Execução da punição de açoitamento*. c. 1830. Aquarela, 16 cm x 13 cm.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Escravidão no Brasil*. c. 1768-1848.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



ONU Brasil

As obras anteriores pertencem ao francês Jean-Baptiste Debret, e são apenas duas das diversas obras produzidas no século XVII que retrataram o cotidiano do Brasil Colônia. Em seu conjunto, as ilustrações evidenciaram a exclusão de raça e gênero como situações banais, em uma sociedade predominantemente patriarcal.

Desigualdade como legado da escravidão no Brasil

Impactos de séculos de utilização da mão de obra escrava repercutem nas dimensões social e econômica do país.

[...] É preciso lançar pelo menos dois olhares sobre os legados da escravidão no Brasil [...]. O primeiro ponto seria os aspectos formadores da cultura, da identidade e da etnicidade brasileiras, pois o negro africano constitui um dos pilares étnicos de nossa formação social e cultural. Sua contribuição está imbricada na cultura geral, na religiosidade, na multiculturalidade étnica, na culinária, na musicalidade, na dança e nas demais expressões artísticas. O segundo ponto seria a presença determinante do trabalho negro nos principais ciclos produtivos da história brasileira: açúcar, ouro, pecuária, café, entre outros. O escravo tornou-se imprescindível ao funcionamento da colônia [...]. Ao mesmo tempo, a escravidão produziu mazelas históricas em nosso país que dificilmente poderão ser reparadas. Uma dessas marcas é a segregação étnico-racial. [...]

MANFREDO, Maria Teresa. Desigualdade como legado da escravidão no Brasil. *Geledés*. 20 set. 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desigualdade-como-legado-da-escravidao-brasil/>. Acesso em: 3 jan. 2020.

As imagens anteriores demonstram as situações banalizadas do sofrimento da população negra na época moderna. Já o texto aponta para os resquícios no Brasil contemporâneo do Período Colonial em relação a essa população. Analisando as imagens e associando-as ao texto, podemos afirmar que a colonização brasileira deixou "um legado permanente" de segregação étnico-espacial no país. Identifique situações em que essa herança colonial se faz presente e anote no espaço a seguir. Exponha suas anotações para seus colegas e debata em sala de aula formas de combate a esse problema.

TÁ NA MÍDIA



DEA / G. DAGLI ORTI / Getty Images



SITE

Acesse o QR Code para saber mais sobre o francês Jean-Baptiste Debret, produtor de grandes fontes para a compreensão da colônia brasileira.

2.1. Resistência à escravidão

As pessoas submetidas à escravidão não permaneceram passivas diante das violências a que eram subordinadas. Em oposição a essa situação, lançaram mão de várias formas de resistência, tanto individuais quanto coletivas, como as revoltas, os suicídios, as conspirações e as fugas para os **quilombos**. Entre as centenas de organizações **quilombolas** da América Portuguesa, destaca-se o **Quilombo dos Palmares**. Localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, esse quilombo foi o principal núcleo de resistência negra e ocupou uma área de aproximadamente 200 km². O número de habitantes na região era incerto, girando entre 6 e 20 mil pessoas, distribuídas em dez agrupamentos. A força de Palmares criou condições para a derrota de importantes expedições portuguesas que visavam desmantelar o quilombo. No final do século XVII, o núcleo de amotinados passou a ser conduzido por **Zumbi**, responsável pela liderança de milhares de escravos que resistiam a qualquer negociação com as autoridades portuguesas, desejosas de pôr um fim ao núcleo de negros. Apesar da longa resistência, Palmares acabou sendo destruído pela ação do bandeirante Domingos Jorge Velho e seus companheiros, no ano de 1695. Zumbi foi morto e degolado, sendo sua cabeça exposta na cidade de Recife. Diante da resistência escravista, muitos senhores buscavam reduzir as tensões existentes na relação de domínio; com isso, alguns escravos conquistaram a autorização para utilizarem a terra para plantio em horários previamente definidos ou passaram a praticar atividades comerciais – estes eram os chamados **escravos de ganho**. Eles poderiam exercer diversas atividades nos meios urbanos, como vendedores ambulantes (de doces, salgados, temperos, etc.), barbeiros, transportes de cargas e de pessoas, entre outras. Parte da renda ficava com os escravos, que poderiam comprar a **carta de alforria** com sua economia.



2.2. A historiografia da escravidão

A forma como os pesquisadores trataram a questão da escravidão e a condição de ser escravo foi mudando ao longo dos anos à medida que novas fontes históricas e informações vieram à tona. O jesuíta André Antonil, ainda no século XVII, tratava os escravos como “mãos e pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente”, ou seja, ele evidencia a importância dos escravos na sociedade, mas como mão de obra. Nos anos 1930, por meio do sociólogo e historiador Gilberto Freyre, essa importância também foi destacada, mas no sentido de mostrar a influência desses escravos na formação cultural do Brasil. Os escravos já não eram tratados como inferiores como na visão racista de alguns pesquisadores do século XIX. Freyre apontou a miscigenação – a mistura das raças – como uma qualidade e retratava as relações entre a casa-grande e a senzala, em até certo ponto, favoráveis.

Outra frente de análise sobre a escravidão veio da Escola Paulista de Sociologia da USP. Queriam mostrar que a “democracia racial” proposta por Freyre era uma visão um tanto quanto romantizada. Os trabalhos saídos de lá vinculavam a escravidão ao capitalismo que se fortalecia em todo o mundo, ou seja, na ânsia de mais lucro, os escravos eram superexplorados e coagidos a trabalhar cada vez mais. Eram, ao mesmo tempo, vítimas e peças essenciais de um sistema cada vez mais lucrativo e ganancioso. O escravizado era visto como “coisa”, dada a sua desumanização, e era um sujeito passivo dentro dessa sociedade.

O historiador Sidney Chalhoub mostrou, nos anos 1990, que os escravizados, embora “coisificados”, não eram necessariamente passivos dentro dessa ordem. Eles tinham formas próprias de organização de suas comunidades, de luta e de resistência a esse sistema cruel. Ele aponta alguns casos: escravos que viviam como homens livres, escravos que iam à justiça contra seus donos, escravos que interferiam nas negociações comerciais sobre si, escravos que chegaram a formar uma “cidade negra”, com suas regras próprias, e escravos de ganho, que possuíam autonomia para fazer negócios para seus senhores.

Nos últimos anos, os estudos sobre escravidão abrangem temas mais diversos e originais. Podemos mencionar pesquisas que ressaltam a situação de extrema violência com a qual os escravos eram tratados. Ora, se eles eram propriedade do senhor, destruir uma propriedade indica uma raiva imensa. Outras lançam luzes sobre as formas como escravos de diversos lugares eram registrados ao chegarem aqui, inferindo nas particularidades de cada povo. Algumas tendem a perceber que, embora o tráfico atlântico seja uma maneira importante de se entender a forma de se comercializar, esse oceano era apenas um de uma rede que acontecia em paralelo nos outros oceanos. Não menos importante, existem pesquisas que tentam mostrar a continuidade do trabalho escravo ao longo do século XX, inserindo esse debate em um contexto mais próximo ao nosso tempo.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

05 (UFU-MG) A realidade religiosa de hoje em dia na América Latina demonstra à evidência o caráter superficial da cristianização autoritária conduzida outrora pelo poder colonial. No Brasil, especialmente, cultos clandestinos subsistiram – e agora afloram novamente – entre os índios e, sobretudo, entre os negros trazidos da África. Os escritores e os viajantes dos séculos XVI-XVIII não puderam deixar de assinalá-los. Ao lê-los, percebe-se que o dia pertencia aos brancos e a noite, aos escravos. Posto o sol, os caminhos do Brasil se fechavam aos brancos que se trancafiavam em suas vastas moradas por temor dos escravos.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 266-267 (Adaptação).

A catequese, indissociável do projeto colonizador português, jamais conseguiu subverter totalmente o diversificado conjunto de crenças e costumes dos indígenas e dos negros. A respeito de tal constatação, faça o que se pede.

- Apresente duas características do sincretismo religioso que marcou a colonização portuguesa no Brasil.
- Caracterize a ambiguidade da posição da Igreja Católica em relação à escravidão de indígenas e negros.

VAI LÁ E FAZ

Quilombo dos Palmares: antigo refúgio de negros escravizados é patrimônio cultural internacional

[...] Maior símbolo da resistência negra no Brasil, o Quilombo dos Palmares era refúgio para os povos escravizados [...]. Localizado na Serra da Barriga, em União dos Palmares, Alagoas, o local que um dia esteve sob o comando do líder guerreiro Zumbi dos Palmares é hoje patrimônio internacional e destino turístico cada vez mais procurado. [...]

Por volta de 1710, o quilombo se desfez. Séculos se passaram, até que, em 1985, o Quilombo dos Palmares foi tombado pelo Iphan como Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Um outro título veio em 2017, o de Patrimônio Cultural do Mercosul, concedido pela Comissão de Patrimônio Cultural do bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Uma das pessoas que participaram do processo de tombamento do Parque Quilombo dos Palmares, na década de 1980, foi o professor e pesquisador Zezito Araújo, que é alagoano e quilombola. Em entrevista [...], ele destacou a importância do processo para a comunidade negra brasileira, uma vez que o parque foi o segundo espaço negro tombado no Brasil.

MAIA, E. Quilombo dos Palmares: antigo refúgio de negros escravizados é patrimônio cultural internacional. In: *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/11/20/quilombo-dos-palmares-antigo-refugio-de-negros-escravizados-e-patrimonio-cultural-internacional.ghtml>. Acesso em: 9 nov. 2022. [Fragmento]

3.1. Pecuária sertaneja

Transferida para o Brasil nas primeiras décadas do século XVI, a pecuária bovina era desconhecida dos povos indígenas na América. O governador Tomé de Souza foi um dos responsáveis por trazer alguns animais originados das ilhas de Cabo Verde com o objetivo de suprir a alimentação dos colonos na cidade de Salvador. Além de garantir a subsistência da população colonial por meio da carne, do leite e da manteiga de garrafa, o gado bovino contribuiu para a força motriz dos engenhos, sendo utilizado como meio de transporte e, a partir de seu couro, confeccionavam-se calçados, roupas, móveis e os mais variados objetos.

Principais atividades econômicas do Brasil no século XVII



No entanto, com o decorrer das décadas, as terras férteis próximas ao litoral e aos rios navegáveis passaram a ser destinadas às atividades da cana-de-açúcar. Isso obrigou os criadores a buscarem, nas regiões interioranas, pastagem para o gado que se multiplicava.

A própria Coroa portuguesa notou a necessidade de separar a criação de gado e a agricultura exportadora, ao decretar, na Carta Régia de 1701, a proibição da criação de currais na faixa de 50 km da costa. Porém, bem antes da notificação oficial, o gado já se encaminhava para o interior da colônia, irradiando seu avanço, seguindo os vales dos grandes rios, a partir das regiões da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

As margens do Rio São Francisco se transformaram em espaço ideal para a fundação de fazendas de gado, e o rio passou, inclusive, a ser conhecido como o Rio dos Currais.

Principais movimentos de expansão da pecuária



No início do século XVIII, a região de Pernambuco já apresentava aproximadamente 800 mil cabeças de gado espalhadas em mais de oitenta currais, que, somadas às 500 mil cabeças de gado da Bahia, deveriam garantir o abastecimento dos núcleos urbanos e das fazendas em expansão. Todavia, a distância cada vez maior que deveria ser vencida pelos criadores tornava escasso o fornecimento de carne bovina às cidades litorâneas. Assim, a carne, durante o Período Colonial, tornou-se um item caro e raro na dieta dos colonos, presente muitas vezes apenas em dias de festas, mesmo nas casas dos grandes senhores.

A presença da mão de obra livre foi mais comum nessa atividade, apesar da baixa qualificação social dos envolvidos, que em geral eram indígenas, mestiços e negros alforriados. Esses indivíduos eram detentores de um conhecimento tradicional de origem indígena sobre a sobrevivência nos Sertões da América Portuguesa, sabedoria que foi essencial para a eficiência da pecuária, que precisou recuar cada vez mais para o interior, afastando-se do litoral povoado mais intensamente. Geralmente, os vaqueiros eram recompensados com o recebimento de parte das crias obtidas pelo rebanho, o que permitia uma relativa ascensão social.

Porém, a criação extensiva e o caráter nômade da pecuária inviabilizavam uma sofisticação social e patrimonial dos pecuaristas nos moldes vigentes na sociedade açucareira. Esse cenário, no entanto, não impediu o enriquecimento de muitos proprietários com a atividade da pecuária no Brasil. Cabe ressaltar também a possibilidade de faturamento por meio da exploração do couro, que chegou a ser destaque nas exportações brasileiras durante o Período Colonial. A respeito da importância desse produto na dinâmica econômica da América Portuguesa, o historiador Capistrano de Abreu escreveu:



De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 153.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

06 (UFRRJ) E posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o Rio São Francisco [...]. Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, [...] quase tudo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade. [...] Porque a Casa da Torre tem duzentas e setenta léguas pelo Rio São Francisco acima à mão direita, indo para o sul; e indo do dito rio para o norte, chega a oitenta léguas.

ANTONIL. *Cultura e opulência por suas drogas e minas* – edição fac-similar da edição Princesps de 1711. Recife: Imprensa Universitária da EFPE, 1969. p. 184-186.

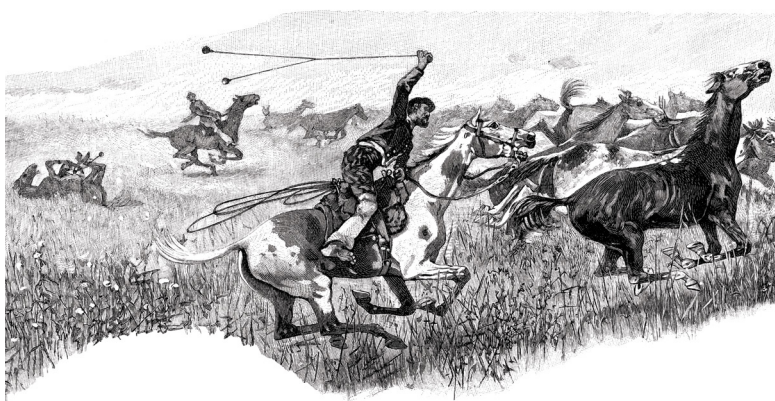
A criação de gado tornou-se uma das atividades econômicas mais importantes da América Portuguesa.

- Cite uma semelhança e uma diferença entre a atividade criatória e a produção açucareira no Brasil Colônia.
- Explique o deslocamento do eixo econômico da Colônia do Nordeste para o Sudeste durante o século XVIII.

3.2. Pecuária no Sul

O gado foi introduzido na Região Sul da colônia portuguesa pelos padres da Companhia de Jesus, que utilizavam os animais para a subsistência nas missões fundadas ainda no século XVI. No contexto da União Ibérica (1580-1640), o Nordeste brasileiro e as praças africanas foram invadidos pelos holandeses, o que provocou a escassez de mão de obra de escravizados negros nas regiões não dominadas pelos flamengos, como a capital Salvador. Diante dessa demanda, os paulistas perceberam a possibilidade de enriquecimento por meio da atividade de apresamento indígena. Assim, os paulistas começaram a atacar as missões jesuíticas do Sul para capturar os indígenas que pudessem ser comercializados nas áreas sedentas por braços escravizados.

Graffissimo / Getty Images



RICHTER, ALBERT. Gaúcho capturando cavalos em pampa argentino. Gravura. In: DIE GARTENLAUBE. 1894. Gaúcho e a tradição pecuária.

O conflito entre paulistas e jesuítas resultou na destruição das missões, com grave prejuízo da produção cultural desenvolvida pelos indígenas aldeados e pelos padres. A destruição das missões acabou por provocar o surgimento do gado selvagem, que se espalhou com facilidade pela região em virtude da abundância de pastagem natural que as áreas do Rio Grande do Sul forneciam. Após a União Ibérica (1640), portugueses e colonos notaram a possibilidade de lucro com a pecuária na região e, dessa forma, capturavam os animais para a obtenção do couro, objeto de interesse dos exportadores de Buenos Aires e Sacramento, cidade portuguesa fundada na margem posterior do Rio da Prata e dedicada a atividades ilícitas em pleno território colonial espanhol.

A consolidação da pecuária no Sul ocorreu apenas a partir da primeira metade do século XVIII, no início da atividade de mineração na região das Minas Gerais. Nos primeiros tempos da mineração, a maioria dos mineradores focavam seus esforços na extração do ouro e do diamante, passando a depender do abastecimento externo ao universo mineiro. O gado do Sul passou a ser essencial para a dinâmica econômica e social da região mineira, sendo o preço dos animais vivos muito elevado. Nesse contexto, formou-se a atividade do **tropeiro**, responsável pelas tropas de peões que capturavam e comercializavam os animais nas diversas regiões do Brasil.

O avanço do século XVIII marcou a extinção do gado selvagem e o gaúcho foi obrigado a fundar fazendas de criação para manter as atividades econômicas de abastecimento de outras áreas coloniais. Eram as chamadas **estâncias**, comuns na região platina e intensificadas no extremo sul da América Portuguesa por incentivo da Coroa, preocupada em garantir a ocupação desses territórios e evitar as ameaças nas fronteiras com a América Espanhola.



DEBRET, Jean-Baptist. *Transporte de carne jugo para direcionar bois*. 1834. O gado passou a ser utilizado para além do corte, sendo introduzido nas diversas atividades da colônia.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Loja de carne seca*. 1825. 15,2 cm x 20,4 cm. A pecuária desenvolvida nas capitanias do Sul foi responsável pelo abastecimento das regiões interiores da América Portuguesa, como Minas Gerais e Goiás, colonizadas a partir do fim do século XVII.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

07 [...] Montou-se a partir de então uma empresa de proporções bastante significativas, em que tudo girava em torno da monocultura da cana. É claro que se ampliaram também atividades ao redor das plantações, com a produção de gêneros para a subsistência — a mandioca, por exemplo — e o desenvolvimento da pecuária, indispensável para o trato das lavouras, força motriz para as moendas mais simples, alimento para a população, e meio de transporte de cana e de lenha. Ao lado de uma sociedade feita pelo açúcar, consolidou-se no sertão uma “civilização do couro”, organizada na base de muito gado e homens livres para ordená-lo. [...]

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.p. 63-64. [Fragmento]

Relacione o crescimento da atividade açucareira no Período Colonial com o paralelismo da “civilização do couro” citada no texto.

3.3. Drogas do sertão

O desconhecido interior da América Portuguesa, comumente denominado pelos colonos como sertão, também contribuiu para a dinâmica econômica nos séculos de domínio português. Entre as principais atividades desenvolvidas na região, destacou-se a exploração das **drogas do sertão**, expressão utilizada para designar alimentos e plantas medicinais que passaram a ser extraídas da atual região amazônica.

A dificuldade de se ocupar o território interior, especialmente a Amazônia, presente ainda nos dias de hoje, indica a fragilidade dessa atividade econômica. Soma-se a isso a distância da região em relação aos principais centros consumidores europeus, o que dificulta a regularidade do comércio de produtos como cravo, castanha, canela, cacau, guaraná, entre outros.

A mão de obra era indígena e recrutada pelos jesuítas, que foram responsáveis pela fundação de dezenas de missões na Bacia do Rio Amazonas. Assim, a atuação econômica dos jesuítas na região foi de extrema importância para garantir, no século XVIII, a expansão das fronteiras luso-brasileiras para além do Tratado de Tordesilhas.

O estímulo à extração dessas plantas na região amazônica se vinculava ao interesse europeu pelas folhas exóticas do Novo Mundo, visto que a medicina acadêmica na Europa Moderna era precária. Sendo assim, a extração das drogas do sertão atendia aos interesses mercantilistas portugueses, afinal, o alto preço atribuído a esses produtos beneficiava os metropolitanos.

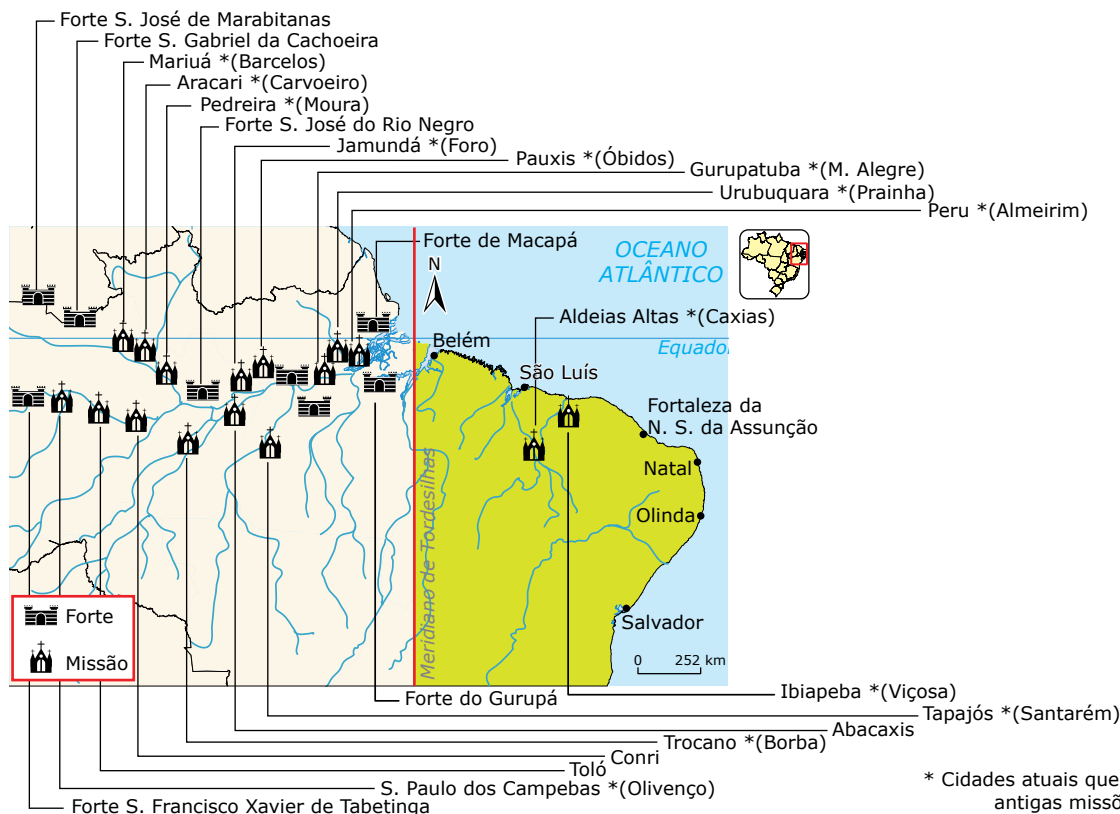


A extração das drogas do sertão foi uma das primeiras formas de inserção da região amazônica no comércio internacional.

3.4. Tabaco

Planta típica da América, o tabaco era muito utilizado pelas comunidades indígenas. Era comum nas experiências do dia a dia e nas importantes cerimônias das tribos Tupi, sendo a aspiração da fumaça do tabaco estimuladora para o transe místico nas celebrações religiosas. Até os dias de hoje, algumas comunidades mantêm a tradição de fumar em eventos festivos.

Missões religiosas e fortes militares na Amazônia



Com a chegada dos portugueses, o cultivo do tabaco se transformou em uma importante atividade econômica. Segundo o padre Antonil, cronista português que circulou pelas terras coloniais no final do século XVII, o tabaco representava a segunda principal atividade agrícola em solo brasileiro, perdendo apenas para o cultivo da cana-de-açúcar. A Coroa portuguesa chegou a criar a **Junta do Tabaco** em 1674 com o intuito de melhor gerenciar essa atividade econômica.

O mercado do tabaco se concentrava no exterior, sendo a região da costa africana o principal centro consumidor. O tabaco era utilizado como moeda de troca nas comunidades africanas que forneciam seus adversários como cativos em troca de qualquer produto que lhes parecesse vantajoso. A Europa também se tornou grande consumidora de tabaco, apesar das insistentes proibições papais. Esse lucrativo negócio apresentava outra vantagem, além do vasto mercado: o baixo custo para obtenção do fumo.

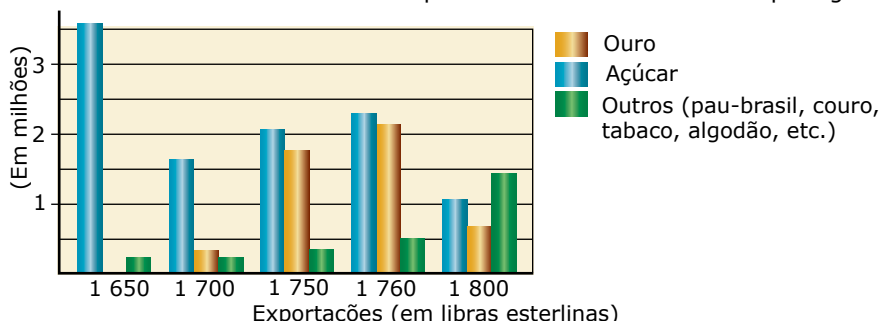
Gradativamente, as lavouras fumageiras se espalharam por toda a América Portuguesa, mas se mantiveram concentradas na região do Recôncavo Baiano. Destacam-se a região de Cachoeira, Inhambupe e o atual estado de Sergipe, até então comarca submetida à Bahia.

3.5. Algodão

Também conhecido pelos povos originários, o algodão era utilizado por eles para tecer redes de dormir e objetos do cotidiano. Com a intensificação da presença lusitana em solo brasileiro, a partir do século XVII, fez-se necessário o desenvolvimento da agricultura do algodão com o intuito de se produzir tecido cru para a dinâmica interna da área colonial.

As fazendas produtoras de algodão se destacaram nas regiões dos atuais territórios do Pará e do Maranhão, mas se tem notícia desse tipo de atividade na longa faixa litorânea que vai da capitania de São Vicente até o Ceará. A capitania de Minas Gerais, no contexto da decadência da mineração ao final do século XVIII, também desenvolveu a atividade produtora de algodão como alternativa em meio à crise aurífera.

A produção de algodão garantia a fabricação de redes, chapéus, vestimentas para a escravidão e, em alguns momentos, de panos finos que concorriam com os tecidos oriundos da metrópole. A crise do sistema colonial português no final do século XVIII contribuiu para que a produção de algodão do Brasil atingisse mercados externos, sedentos de matéria-prima para as manufaturas e indústrias em plena expansão. Não foi por acaso que, em 1785, a rainha portuguesa Maria I expediu um alvará proibindo manufaturas no Brasil, contribuindo para a falência de muitos produtores de algodão.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

08 (UFMG) Leia este trecho, em que o personagem principal – Robinson Crusó – rememora fatos por ele vividos no século XVII:

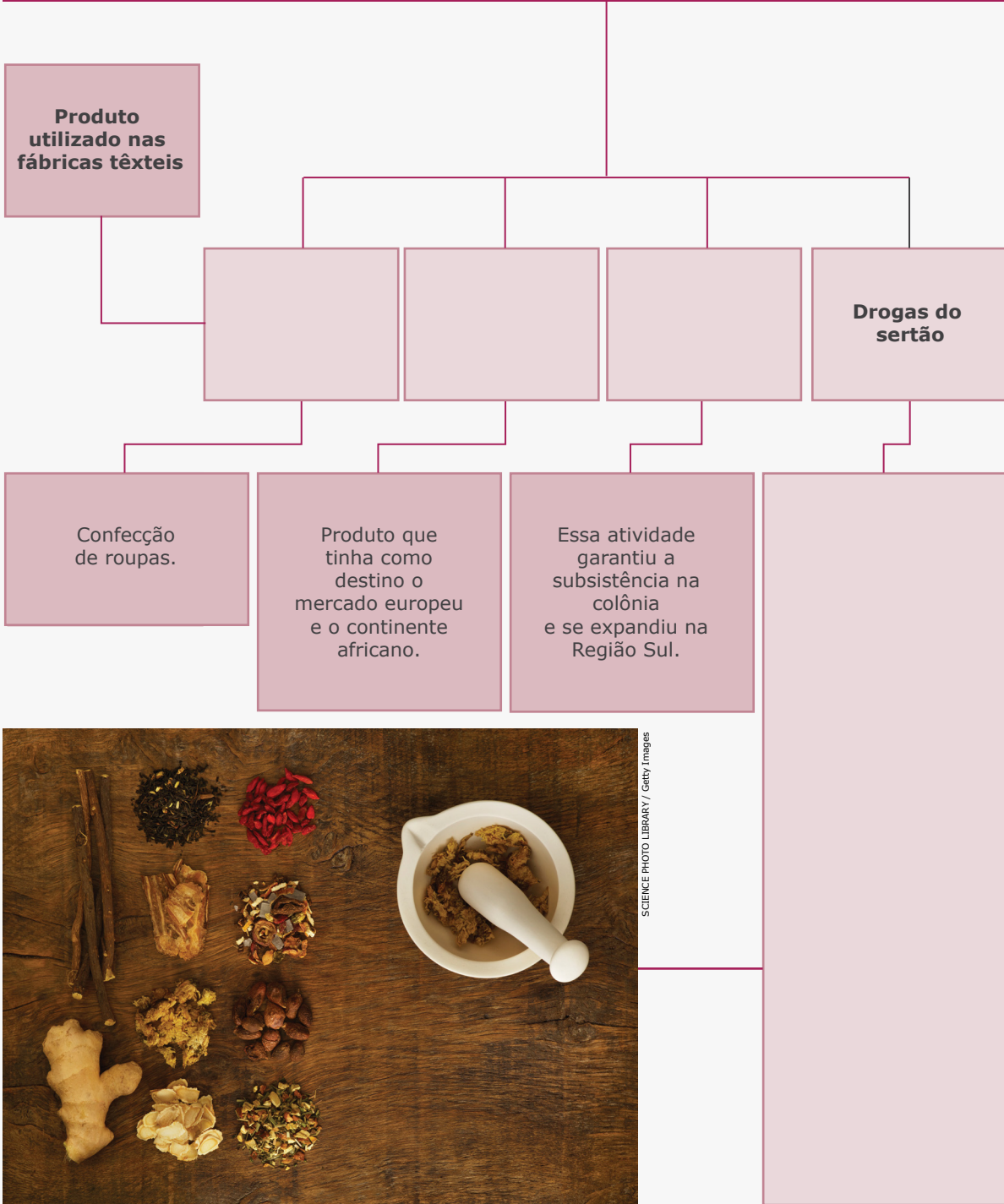
Pouco tempo depois do desembarque [na Bahia], fui recomendado pelo Capitão a um homem muito honrado, semelhante ao mesmo capitão, que tinha o que vulgarmente se chama um Engenho, isto é, uma plantação e uma manufatura de açúcar. Vivi alguns tempos em sua casa e por este meio me instruí no modo de plantar e fazer o açúcar. Ora, vendo que comodamente viviam estes cultivadores e com rapidez se enriqueciam, resolvi-me a estabelecer-me e a ser cultivador como os outros, se fosse possível obter licença; bem entendido que procuraria o meio de me fazer vir à mão o dinheiro, que tinha deixado em Londres. [...] [Importei da Inglaterra] panos, sedas, meias e outras coisas extraordinariamente estimadas e procuradas neste país [e...] achei o segredo de as vender por alto preço, de sorte que posso dizer que, depois de sua venda, ajuntei mais de quatro vezes o valor da minha carga [...] o ano seguinte tive toda a sorte de vantagens na minha plantação; colhi na minha própria terra cinquenta rolos de tabaco [que] estavam bem acondicionados e prontos para quando a frota voltasse para Lisboa.

DEFOE, Daniel. *Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusó, que contém a sua tornada à sua Ilha, as suas novas viagens e as suas reflexões*. Lisboa: Impressão de Aucobia, 1815. v. 1. p. 68-69 e 74 (Adaptação).

- A partir dessa leitura e considerando outros conhecimentos sobre o assunto,
- identifique duas atividades econômicas de caráter distinto desenvolvidas por Robinson Crusó na Bahia.
 - relacione as atividades indicadas no item A desta questão à política colonizadora das potências europeias para a América na Época Moderna.

09 Complete o esquema a seguir que trata das atividades econômicas complementares exercidas no Brasil Colonial.

ATIVIDADES ECONÔMICAS COMPLEMENTARES NO BRASIL COLÔNIA



EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (ESPM-SP) Quanto à produção de açúcar no Brasil Colonial, é correto afirmar que
- como não exigia muitos braços, desencorajou a importação de escravos, liberando capitais para atividades mais lucrativas.
 - consolidou no Nordeste uma economia baseada no latifúndio monocultor e escravocrata, que atendia aos interesses do sistema colonial português.
 - contribuiu para a formação de uma sociedade mais democrática e menos elitizada, havendo maior possibilidade de ascensão social.
 - possibilitou o povoamento e a ocupação de todo o território nacional, pois permitiu a formação de estradas que interligam todo o Brasil.
 - originou a formação de uma empresa agrícola latifundiária, monocultora escravista e com a produção voltada para o mercado interno.

- 02** (Fatec-SP) A produção açucareira, limitada até o século XV, pôde deslanchar com a conquista do novo mundo.



CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Editora Escala Educacional, 2005. p. 206.

A explicação para a afirmação anterior está

- no sistema de *plantation* que foi implantado na América, caracterizando-se pela produção em larga escala, pelo latifúndio, pela monocultura e pela mão de obra assalariada.
 - na implantação das capitanias hereditárias na América Portuguesa, o que facilitou o cultivo da cana por todo o território colonial.
 - na agricultura de subsistência, que foi largamente utilizada nas colônias americanas e que impulsionou o plantio da cana.
 - nas mudas de cana-de-açúcar encontradas em solo americano, que eram mudas de melhor qualidade do que aquelas encontradas no Oriente.
 - no clima quente e úmido da região tropical, na fertilidade do solo e, principalmente, na disponibilidade de imensas extensões de terra.
- 03** (UFC-CE) Ao contrário da América Espanhola, a América Portuguesa não apresentou, no princípio, abundância de metais preciosos. Na falta de riqueza mineral, foi o açúcar que, em termos econômicos, tornou viável os primeiros passos da colonização. Sobre o contexto da produção de açúcar nos engenhos coloniais portugueses, no século XVI, assinale a alternativa correta.
- A existência de um solo ideal para o cultivo da cana-de-açúcar fez com que as capitanias situadas nas atuais regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil experimentassem um maior desenvolvimento.
 - A organização da produção açucareira no Brasil estava voltada para o atendimento da crescente e rentável demanda do mercado europeu, não atendida pelos engenhos da colônia portuguesa dos Açores.
 - A autoridade do senhor de engenho se restringia aos limites de sua propriedade, estando fora dela submetida às leis e normas da Coroa portuguesa, defendidas na colônia por um forte aparato militar e judiciário.
 - Os senhores de engenho, em comparação com os barões do café, tratavam seus escravos com menos violência, pois estes eram tidos como mercadorias de alto valor e de difícil reposição.
 - O alto valor do açúcar no mercado internacional promoveu um grande acúmulo de riqueza na colônia, que logo superou, em volume, a economia da metrópole.

- 04** (Unesp–2022) Real alicerce da sociedade, os escravos chegaram a constituir, em regiões como o Recôncavo, na Bahia, mais de 75% da população. Desde o século XVI e até a extinção do tráfico, em 1850, o regime demográfico adverso verificado entre os cativos – em razão das mortes prematuras e da baixa taxa de nascimento – levou a uma taxa de crescimento negativo [...].

SCHWARCZ, Lília M; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia, 2018.

A variação demográfica indicada no excerto provocou:

- A. a proibição das punições físicas e a melhoria no tratamento destinado aos escravizados.
- B. o surgimento de leis destinadas à redução do uso de escravizados nas lavouras de cana.
- C. o apoio da Coroa portuguesa ao apresamento e à escravização de indígenas.
- D. a necessidade constante de importação de mão de obra de africanos escravizados.
- E. o estímulo à imigração e a transição para o trabalho assalariado nas cidades e no campo.

05 (Unesp–2022) [...] as irmandades de negros eram espaços permitidos dentro da legalidade, nos quais o escravo podia manifestar-se fora de suas relações de trabalho. [...] Em certo sentido, era através da religião católica que o escravo encontrava algum lenitivo para sua situação. [...] Tudo indica que a permissão para a criação das irmandades de negros tenha sido dada com o intuito de obter melhores resultados na cristianização dos escravos [...]. Paradoxalmente, os negros utilizaram as irmandades para resguardar valores culturais, em especial suas crenças religiosas. [...] Tudo leva a crer que, a partir da realidade vivida naquela época, bem como considerando as dificuldades, o negro recriou e reinterpretou a cultura dominante, adequando-a à sua maneira de ser.

VALENTE, Ana Lúcia. As irmandades de negros: resistência e repressão. *In*: Horizonte, v. 9, n. 21, 2011.

Segundo o excerto, as irmandades religiosas de negros, no Brasil colonial, eram

- A. organizações culturais destinadas à difusão do catolicismo e, paralelamente, à valorização do sincretismo religioso.
- B. confrarias em que era proibido, por ordens metropolitanas, o contato direto entre escravizados.
- C. templos em que era permitida, pelas autoridades coloniais, a realização de cultos religiosos de origem africana.
- D. espaços de imposição de princípios europeus aos escravizados e, simultaneamente, de manifestação de traços culturais de matriz africana.
- E. instituições de apoio e auxílio aos escravizados, criadas e mantidas por meio da atuação catequizadora dos jesuítas espanhóis.

06 (PUCPR) Observe a obra *O jantar*, de Debret.



DEBRET. *O jantar*. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/14A_Brazilian_family_in_Rio_de_Janeiro_by_Jean-Baptiste_Debret_1839.jpg. Acesso em: 24 jun. 2017.

A sociedade patriarcal brasileira retratada na imagem anterior tem como características

- A. a mobilidade social presente nas regiões açucareiras e mineradoras, em que os escravos poderiam receber ou comprar sua liberdade e serem aceitos pelo *status quo* desde que estabelecidos como proprietários de terras ou negócios.
- B. a herança cultural portuguesa e muçulmana, presenciada no âmbito privado, e não no público, em que o patriarca era o chefe da família, visto que a Península Ibérica já havia sido de domínio mouro.
- C. o controle dos grandes fazendeiros sobre suas terras e regiões vizinhas, mais tarde observado também no coronelismo, modelo político combatido após a Proclamação da República.
- D. a extensão do poder do senhor de engenho não somente sobre sua propriedade e empregados, mas também sobre sua família e a região ao redor de suas terras.
- E. a centralização na figura do pai, chefe não somente da família, mas dos negócios e da política local, padrão do Nordeste açucareiro entre os séculos XVI e XVII, e do Sudeste nos séculos XVIII e XIX.

07 (UFTM-MG) Observe a tabela.

Capitania	1570	1583	1612	1629
Rio Grande	-	-	1	-
Paraíba	-	-	12	24
Itamaracá	1	-	10	18
Pernambuco	23	66	99	150
Sergipe	-	-	1	-
Bahia	18	33	50	80
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	-
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro	-	3	14	60
São Vicente, Santo Amaro	4	6	-	-
Total	60	118	201	344

A tabela expressa

- A. o processo de expansão dos engenhos, no decorrer do século XVII, na porção nordeste do Império português na América.
- B. a fertilidade do continente americano, que contribuiu para a ocupação equilibrada de áreas litorâneas e do seu interior.
- C. o declínio da produção açucareira, que enfrentou a concorrência da produção aurífera, mais barata e lucrativa.
- D. o crescimento da produção no Rio de Janeiro, que incentivou a transferência da capital de Salvador para o Centro-Sul.
- E. o abandono das faixas próximas ao litoral e a interiorização em direção ao Sertão, para garantir a expansão das culturas.

08 (FUVEST-SP) A sociedade colonial brasileira “herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social. [...] as distinções essenciais entre fidalgos e plebeus tenderam a nivelar-se, pois o mar de indígenas que cercava os colonizadores portugueses tornava todo europeu, de fato, um gentil-homem em potencial. A disponibilidade de índios como escravos ou trabalhadores possibilitava aos imigrantes concretizar seus sonhos de nobreza. [...] Com índios, podia desfrutar de uma vida verdadeiramente nobre. O gentio transformou-se em um substituto do campesinato, um novo estado, que permitiu uma reorganização de categorias tradicionais. Contudo, o fato de serem aborígenes e, mais tarde, os africanos, diferentes étnica, religiosa e fenotipicamente dos europeus, criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor.”

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*.

A partir do texto, pode-se concluir que

- a diferenciação clássica e medieval entre clero, nobreza e campesinato, existente na Europa, foi transferida para o Brasil por intermédio de Portugal e se constituiu no elemento fundamental da sociedade brasileira colonial.
- a presença de índios e negros na sociedade brasileira levou ao surgimento de instituições como a escravidão, completamente desconhecida da sociedade europeia nos séculos XV e XVI.
- os índios do Brasil, por serem em pequena quantidade e terem sido facilmente dominados, não tiveram nenhum tipo de influência sobre a constituição da sociedade colonial.
- a diferenciação de raças, culturas e condição social entre brancos e índios, brancos e negros tendeu a diluir a distinção clássica e medieval entre fidalgos e plebeus europeus na sociedade.
- a existência de uma realidade diferente no Brasil, como a escravidão em larga escala de negros, não alterou em nenhum aspecto as concepções medievais dos portugueses durante os séculos XVI e XVII.

09 (Unicamp-SP-2023) As estimativas sobre a população de Palmares no século XVII oscilam entre 5 e 20 mil pessoas. A crônica abaixo, de 1678, descreve o território palmarino: Reconhecem-se todos obedientes a um que se chama “o Ganga Zumba”, que quer dizer “Senhor Grande”. A este tem por seu rei e senhor todos os mais, assim naturais dos Palmares como vindos de fora. Habita na sua cidade real que chamam o Macaco. Esta é a metrópole entre as mais cidades e povoações. Está fortificada toda em cerco de pau a pique, com torneiras abertas para ataque e defesa. E pela parte de fora toda se semeia de estrepes de ferro e buracos no chão. Ocupa esta cidade dilatado espaço, forma-se mais de 1500 casas. A segunda cidade chama-se Sirbupira; nesta habita o irmão do rei que se chama “o Zona”. É fortificada toda de madeira e pedras, compreende mais de oitocentas casas. Das mais cidades e povoações darei notícia quando lhe referir as ruínas.

ANTT. Manuscrito da Livraria. cod. 1185, fls. 149- 55v. In: LARA, Silvia; FACHIN, Phablo (org.). *Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678*. São Paulo: Chão Editora, 2021, p. 9-49 (Adaptação).

Sobre a organização do espaço palmarino, é correto afirmar que

- os negros que fugiram para Palmares ocuparam os espaços urbanos das vilas coloniais na Serra da Barriga; essas vilas tinham sido abandonadas por Portugal durante as guerras de expulsão, de Pernambuco, dos holandeses.
- o que se convencionou chamar de Quilombo de Palmares era uma rede de povoações fortificadas, formadas por centenas de casas e interligadas por meio de um sistema político influenciado por lógicas culturais africanas.
- as povoações que constituíam Palmares se originaram da estrutura urbanística construída por Nassau nas serras de Pernambuco e Alagoas, a partir da racionalidade holandesa na época da luta pelo domínio do açúcar.
- a maioria da população negra que vivia nos mocambos de Palmares no século XVII era crioula, ou seja, nascida no Brasil, e combinava a influência da organização política de Angola e das redes urbanas litorâneas e europeias de Pernambuco.

- 10** (UFRN) Na colônia portuguesa da América (Brasil), o gado era fundamental para a produção açucareira que se expandia pelo litoral nordestino. Todavia, uma Carta Régia de 1701 proibiu a criação de gado em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior. O objetivo dessa medida régia era
- garantir o cultivo da cana-de-açúcar no litoral e, ao mesmo tempo, estimular a colonização dos sertões com a pecuária.
 - proibir o desenvolvimento de atividades produtivas no litoral, com o intuito de dificultar a invasão da colônia por outros povos.
 - estimular a pecuária nos sertões, almejando impedir a proliferação da produção açucareira, que se tornara economicamente inviável.
 - impedir a pecuária no litoral, onde era mais rentável que o açúcar, como forma de favorecer os interesses dos senhores de engenho.
- 11** (UEPB) Sobre o trabalho no engenho, na América Portuguesa do século XVI, é correto afirmar:
- Não eram encontrados trabalhadores livres nos engenhos.
 - A escravização de índios não era admitida quando nativos eram aprisionados durante a guerra justa.
 - A princípio, a solução mais viável e barata aos olhos dos portugueses foi utilizar a mão de obra indígena para a produção açucareira.
 - Os escravos africanos que eram trazidos para o trabalho com a cana pertenciam ao mesmo grupo étnico para melhor dinamizar a produção.
 - Os escravos que serviam à casa-grande eram apenas os indígenas, porque os africanos trabalhavam exclusivamente no campo.
- 12** (UNIME) A história da escravidão no Brasil está intimamente vinculada ao circuito comercial e econômico capitalista, sendo que
- a inadaptabilidade do índio à escravidão e a existência do trabalho compulsório na África, anteriormente à presença europeia, contribuíram para a adoção da mão de obra africana escravizada no país.
 - o africano escravizado buscou resistir ao processo de trabalho forçado, utilizando estratégias de resistência, como a fuga para quilombos e revoltas, como a dos Malês, assim como estratégias de negociação com o senhor escravocrata.
 - a expansão marítima e comercial foi o primeiro grande movimento de globalização, ao possibilitar a instalação de manufaturas na África, a baixo custo, para o fornecimento de mercadorias para as colônias portuguesas.
 - o movimento da Contrarreforma buscou se opor a qualquer forma de escravidão, objetivando aumentar o número de fiéis católicos contra a expansão protestante na colônia brasileira.
 - os homens bons, buscando seu fortalecimento nas Câmaras Municipais, se opunham à escravidão, com o fim de ampliar sua base de apoio na luta contra a opressão da Coroa portuguesa.
- 13** (UEFS-BA) A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 1989.
- O excerto descreve o complexo funcionamento do Brasil durante a Colônia e o Império. Uma de suas consequências para a história brasileira foi
- a utilização de um mesmo padrão tecnológico nas sucessivas fases da produção de mercadorias de baixo custo.
 - a existência de uma produção de mercadorias inteiramente voltada para o abastecimento do mercado interno.
 - a liberdade de decisão política do grupo dominante local enriquecido com a exploração de riquezas naturais.
 - a ausência de diferenças regionais econômicas e culturais durante o Período Colonial e Imperial.
 - a manutenção de determinadas relações sociais num quadro de modificações do centro dinâmico da economia.

- 14** (Unesp) Esta Capitania [do Rio de Janeiro] tem um rio muito largo e formoso; divide-se dentro em muitas partes, e quantas terras estão ao longo dele se podem aproveitar, assim para roças de mantimentos como para cana-de-açúcar e algodão. [...] E por tempo hão de se fazer nelas grandes fazendas: e os que lá forem viver com esta esperança não se acharão enganados.



GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz ou Tratado da Terra do Brasil*. 1576.

O texto refere-se

- A. ao projeto da administração portuguesa de transferir a capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.
 - B. à incompetência da elite econômica e política da metrópole portuguesa, que desconhece as possibilidades de crescimento econômico da Colônia.
 - C. ao perigo de fragmentação política da Colônia do Brasil, caso o território permaneça despovoado na sua faixa litorânea.
 - D. à necessidade de ocupação econômica da Colônia, tendo em vista a ameaça representada pela Inglaterra e pela Espanha.
 - E. ao vínculo entre o povoamento de regiões da Colônia do Brasil e as atividades econômicas de subsistência e de exportação.
- 15** (FUVEST-SP) A criação, em território brasileiro, de gado e de muares (mulas e burros), na época da colonização portuguesa, caracterizou-se por
- A. ser independente das demais atividades econômicas voltadas para a exportação.
 - B. ser responsável pelo surgimento de uma nova classe de proprietários que se opunham à escravidão.
 - C. ter estimulado a exportação de carne para a metrópole e a importação de escravos africanos.
 - D. ter se desenvolvido, em função do mercado interno, em diferentes áreas no interior da colônia.
 - E. ter realizado os projetos da Coroa portuguesa para intensificar o povoamento do interior da colônia.
- 16** (UECE) A peculiaridade da pecuária sertaneja no Brasil do século XVIII esteve ligada principalmente às relações de trabalho nela estabelecidas. Acerca dessas relações, é correto afirmar-se que
- A. predominava o trabalho escravo em larga escala, semelhante ao sistema aplicado nos grandes engenhos de açúcar.
 - B. havia predominância do trabalho de negros libertos, mestiços livres, brancos pobres e, em pequena escala, escravos africanos.
 - C. a mão de obra negra e escrava na pecuária era maioria em relação a outros trabalhadores, mas diferenciava-se pelo fato de o trabalho ser mais brando.
 - D. nas fazendas de gado, o percentual de livres e escravos era em torno de cinquenta por cento para cada categoria, uma vez que era um trabalho que exigia um grande número de trabalhadores.
- 17** (UFRN) Os estudos históricos sobre a formação do espaço norte-rio-grandense mostram que o povoamento do interior do Rio Grande do Norte intensificou-se a partir da segunda metade do século XVIII, época em que estava consolidado o povoamento português no litoral e a Europa entrava no processo da Revolução Industrial. Nesse período, na capitania do Rio Grande, a organização socioeconômica das áreas do Sertão foi marcada
- A. pelo estabelecimento de uma economia monocultora, em que o algodão conquistou as áreas antes destinadas à pecuária.
 - B. pelo desenvolvimento da indústria têxtil, que aproveitava a matéria-prima de produção local.
 - C. pela nítida separação dos vários setores produtivos e a especialização das atividades econômicas por grupos sociais.
 - D. pela integração entre a pecuária, a produção algodoeira e as culturas de mantimentos.

- 18** (Unicamp-SP) As plantações de mandioca encontradas pelas saúvas cortadeiras nas roças indígenas eram apenas uma entre várias outras. Em muitas situações, a composição química das folhas favorecia a escolha de outras plantas e a folhagem da mandioca era cortada apenas quando as preferidas das saúvas não eram suficientes. Já na agricultura comercial, machados e foices de ferro permitiam abrir clareiras em uma escala maior, resultando em grande homogeneidade da flora. Nas lavouras de mandioca de finais do século XVII e do início do século XVIII, as folhas da mandioca tornavam-se uma das poucas opções das formigas. Depois de mais algumas colheitas, a infestação das formigas tornava-se insuportável, por vezes causando o completo despovoamento humano da área.

CABRAL, Diogo. O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e a história ambiental da América Portuguesa – parte 2. *HALAC – História Ambiental Latinoamericana y Caribeña*. Belo Horizonte, v. IV, n. 1, p. 87-113, set. 2014/fev. 2015 (Adaptação).

A partir da leitura do texto e de seus conhecimentos sobre História do Brasil Colônia, assinale a alternativa correta.

- A. A principal diferença entre as lavouras indígenas e a agricultura comercial colonial estava no uso de queimadas pelos europeus, o que não era praticado pelas populações autóctones.
- B. Comparadas à mandioca cultivada pelos indígenas, as novas espécies de mandioca trazidas da Europa eram menos resistentes às formigas cortadeiras, e por isso mais susceptíveis à infestação.
- C. Os colonizadores introduziram no território colonial novas espécies de mandioca e milho, que desequilibraram o sistema agrícola ameríndio, baseado no sistema rotativo de plantação.
- D. A agricultura comercial tendia à homogeneização da flora nas lavouras da América Portuguesa, combinando tradições europeias de plantio com práticas indígenas.

SE LIGA NO ENEM



- 01** (Enem–2022) Para os Impérios Coloniais, o problema das doenças que atingiam os escravos era algo com que cotidianamente deparavam os senhores. Em vista disso, uma série de obras dedicadas à administração de escravos foi publicada com vista a implementar uma moderna gestão da mão de obra escravista em convergência com o Iluminismo. Nesse contexto, o saber médico adquiria um papel extremamente relevante. Este era encarado como um instrumento fundamental ao desenvolvimento colonial, dada a percepção do impacto que as doenças tropicais causavam na população branca e nos povos escravizados.

ABREU, J. L. N. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde* - Manguinhos, n. 3, jul. - set. 2007 (Adaptação).

De acordo com o texto, a importância da medicina se justifica no âmbito dos objetivos

- A. econômicos das elites.
- B. naturalistas dos viajantes.
- C. abolicionistas dos letrados.
- D. tradicionalistas dos nativos.
- E. emancipadores das metrópoles.

- 02** (Enem–2020) Porque todos confessamos não se poder viver sem alguns escravos, que busquem a lenha e a água, e façam cada dia o pão que se come, e outros serviços que não são possíveis poderem-se fazer pelos Irmãos Jesuítas, máxime sendo tão poucos, que seria necessário deixar as confissões e tudo mais. Parece-me que a Companhia de Jesus deve ter e adquirir escravos, justamente, por meios que as Constituições permitem, quando puder para nossos colégios e casas de meninos.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (Adaptação).

O texto explicita premissas da expansão ultramarina portuguesa ao buscar justificar a

- A. propagação do ideário cristão.
- B. valorização do trabalho braçal.
- C. adoção do cativo na Colônia.
- D. adesão ao ascetismo contemplativo.
- E. alfabetização dos indígenas nas Missões.

- 03** (Enem–2019) A partir da segunda metade do século XVIII, o número de escravos recém-chegados cresce no Rio e se estabiliza na Bahia. Nenhum lugar servia tão bem à recepção de escravos quanto o Rio de Janeiro.

FRANÇA, R. O tamanho real da escravidão. *O Globo*, 05 abr. 2015 (Adaptação).

Na matéria, o jornalista informa uma mudança na dinâmica do tráfico atlântico que está relacionada à seguinte atividade:

- A. Coleta de drogas do sertão.
- B. Extração de metais preciosos.
- C. Adoção da pecuária extensiva.
- D. Retirada de madeira do litoral.
- E. Exploração da lavoura de tabaco.

- 04** (Enem–2019) O processamento da mandioca era uma atividade já realizada pelos nativos que viviam no Brasil antes da chegada de portugueses e africanos. Entretanto, ao longo do processo de colonização portuguesa, a produção da farinha foi aperfeiçoada e ampliada, tornando-se lugar-comum em todo o território da colônia portuguesa na América. Com a consolidação do comércio atlântico em suas diferentes conexões, a farinha atravessou os mares e chegou aos mercados africanos.

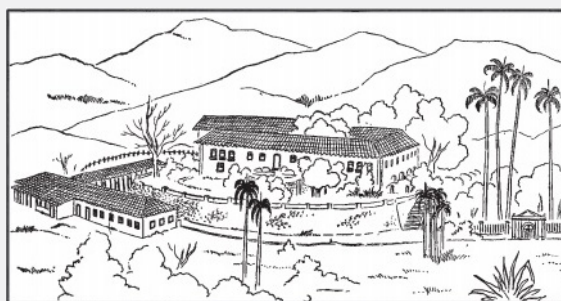
BEZERRA, N. R. *Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)*. Disponível em: www.bn.br. Acesso em: 20 ago. 2014 (Adaptação).

Considerando a formação do espaço atlântico, esse produto exemplifica historicamente a

- A. difusão de hábitos alimentares.
- B. disseminação de rituais festivos.
- C. ampliação dos saberes autóctones.
- D. apropriação de costumes guerreiros.
- E. diversificação de oferendas religiosas.

- 05** (Enem)

L7LA



FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

O desenho retrata a fazenda de São Joaquim da Grama com a casa-grande, a senzala e outros edifícios representativos de uma estrutura arquitetônica característica do período escravocrata no Brasil. Essa organização do espaço representa uma

- A. estratégia econômica e espacial para manter os escravos próximos do plantio.
- B. tática preventiva para evitar roubos e agressões por escravos fugidos.
- C. forma de organização social que fomentou o patriarcalismo e a miscigenação.
- D. maneira de evitar o contato direto entre os escravos e seus senhores.
- E. particularidade das fazendas de café das regiões Sul e Sudeste do país.

FRENTE **B** CAPÍTULO 5

Economia Açucareira e Complementar no Brasil Colônia

Aprendizagem

- 01** A. Destacam-se pelo menos três fases. Em primeiro plano, aparece o carro de boi, correspondendo à chegada da matéria-prima, a cana-de-açúcar, no engenho. Nos galpões do terceiro plano, encontram-se as moendas (que podiam ser movidas por tração humana, por animais ou por rodas-d'água), que extraíam o caldo da cana. Por fim, no galpão do segundo plano, à direita, encontram-se os tachos da casa de purgar, nos quais o caldo da cana, depois de passar por processos de fervura, era transformado em açúcar bruto, que, posteriormente, seria embalado e exportado. Em um último passo, ocorria o refino e a comercialização propriamente dita.
- B. A economia açucareira era organizada em grandes unidades de produção altamente especializadas e utilizava a mão de obra escrava. As características dessa atividade deram origem a um processo de concentração de rendas, as quais eram controladas pelos grandes proprietários, forjando uma sociabilidade característica a que os especialistas chamavam de "sociedade patriarcal" – na qual a figura do grande proprietário concentrava o poder econômico e político em uma ordem hierarquizada e tradicional. Por sua vez, o caráter especializado dessa atividade propiciou o crescimento de um setor de subsistência encarregado de abastecer as necessidades dos engenhos. Nesse contexto, a pecuária teve um papel muito importante não só para a economia açucareira, mas também como fator de ocupação do interior nordestino.
- 02** O patriarcalismo estava presente nas diversas relações da sociedade açucareira, como na existência de um senhor de engenho que chefiava as fazendas, controlava as terras, os meios de produção e as pessoas que viviam em sua volta, como filhos, esposa, camponeses, escravizados, técnicos do açúcar, etc. Somado a isso, estava o fato da distância da administração colonial da Coroa em relação aos engenhos, fazendo com que muitas das decisões de Portugal demorassem a chegar na colônia. Assim, os senhores de engenho, principalmente os que atuavam nas Câmaras Municipais, passavam a ser as únicas autoridades em seus domínios.
- 03** A. Papel de procriação e cuidado com os afazeres domésticos: às mulheres brancas e casadas cabia o dever de procriar e passar aos filhos os valores da sociedade colonial. Em algumas exceções, se fossem viúvas ou herdeiras, administravam os bens da família.
- B. Como ama de leite, garantindo a alimentação dos filhos dos senhores, ou como domésticas, garantindo a organização da casa-grande. Além de amamentar, elas cuidavam dos bebês. Muitas delas eram amantes dos senhores ou mesmo responsáveis pela iniciação sexual dos mais jovens.
- 04** O senhor de engenho era responsável pelo controle do trabalho escravo e pela manutenção das estruturas produtivas, representadas pela fazenda e pelo maquinário do açúcar. No espaço doméstico, ele exercia o comando da casa-grande dentro de um universo tipicamente patriarcal. Assim, na ordem hierárquica de todas as estruturas ligadas ao senhor de engenho, observa-se o seu papel de comando e o seu prestígio social.
- 05** A. A associação de divindades africanas aos santos europeus e o culto a divindades católicas pelos negros utilizando a linguagem de origem africana como forma de referenciar suas divindades.
- B. Em relação à escravidão indígena, a Igreja Católica posicionou-se contra, pois defendia que os gentios fossem catequizados; em contrapartida, foi favorável à escravidão negra, demonstrando que os interesses dessa instituição estavam associados ao projeto colonizador, uma vez que a escravidão negra gerava lucro para a metrópole, devido ao tráfico negreiro, e para as missões jesuítas, que pregavam a catequização ao mesmo tempo que exploravam os povos indígenas.
- 06** A. Semelhança: desenvolvimento da atividade econômica na Região Nordeste.
Diferença: a principal mão de obra da produção açucareira era a escrava de origem africana; já na atividade da pecuária, era de maior recorrência a mão de obra livre.
- B. Dois fatores contribuíram para o deslocamento do eixo econômico no século XVIII: a decadência da atividade açucareira estimulada pela concorrência externa e o avanço da mineração a partir da última década do século XVII.

- 07 A consolidação da produção açucareira gerou grande circulação de pessoas no ambiente dos engenhos. Sendo assim, foi necessário criar atividades econômicas paralelas para abastecer essas regiões – foi a partir daí que surgiu a pecuária, já que o gado era a força motriz dos engenhos, meio de transporte, garantia de subsistência da população por meio da carne, leite e gêneros derivados, além de fornecedor do couro, que dava origem a vestimentas, a móveis e a vários objetos de uso do dia a dia daquela sociedade.
- 08 A. Produção de açúcar e de tabaco.
B. O açúcar e o tabaco eram produtos raros e valorizados no mercado europeu, daí seu cultivo em larga escala nas áreas coloniais, com a utilização do trabalho escravo.
- 09



Propostos

- | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 01 B | <input type="checkbox"/> 07 A | <input type="checkbox"/> 13 E |
| <input type="checkbox"/> 02 E | <input type="checkbox"/> 08 D | <input type="checkbox"/> 14 E |
| <input type="checkbox"/> 03 B | <input type="checkbox"/> 09 B | <input type="checkbox"/> 15 D |
| <input type="checkbox"/> 04 D | <input type="checkbox"/> 10 A | <input type="checkbox"/> 16 B |
| <input type="checkbox"/> 05 D | <input type="checkbox"/> 11 C | <input type="checkbox"/> 17 D |
| <input type="checkbox"/> 06 D | <input type="checkbox"/> 12 B | <input type="checkbox"/> 18 D |

Enem

- | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 01 A | <input type="checkbox"/> 03 B | <input type="checkbox"/> 05 C |
| <input type="checkbox"/> 02 C | <input type="checkbox"/> 04 A | |



Presenças Estrangeiras no Brasil Colônia

Intervenções Holandesas e Francesas na Formação Brasileira

Das boas maneiras de se conhecer a história de um lugar, podemos listar passear por suas ruas e observar os monumentos, os museus e a arquitetura. Um país de proporções continentais como o Brasil carrega em si uma variedade admirável de influências culturais, muitas delas vindas do Período Colonial. Embora haja uma forte predominância portuguesa em nossas **idades históricas**, podemos destacar três que são fruto das tentativas de tomar parte das terras dos reinos lusitanos: São Luís, capital do Maranhão, fundada por franceses; Baía de Guanabara (atual Rio de Janeiro), também levantada por franceses; e Recife, resultado da administração holandesa. Nestas capitais ainda existem monumentos arquitetônicos que foram consequência da intervenção desses povos.

Neste capítulo, vamos estudar como a ambição mercantil de franceses e holandeses fez com que seus olhos se voltassem para a colônia portuguesa na América. Como forma de defender seus interesses econômicos, sobretudo a busca por materiais que trouxessem riqueza imediata, o Tratado de Tordesilhas, de 1494, passou a ser questionado por outras nações. Assim, Inglaterra, França e Holanda se dispuseram a enfrentar a hegemonia ibérica em outros continentes.

Sendo assim, vale refletir: Qual o legado que holandeses e franceses deixaram no território e na cultura brasileira? Dá para imaginar como seríamos se fôssemos colonizados por esses povos?

1. Os franceses no Brasil Colônia

1.1. França Antártica

No início do século XVI, a presença francesa na costa da América Portuguesa era intensa. A contestação ao Tratado de Tordesilhas vinha acompanhada de um sólido comércio de pau-brasil, praticado por meio do escambo com os povos indígenas que mantinham boas relações com os franceses. Na medida em que essa presença estrangeira se mostrava incômoda aos interesses lusitanos, o Império Português se dispôs a promover a ocupação territorial, utilizando, para isso, o sistema de capitanias hereditárias. Apesar do empenho luso em impedir a entrada de outros países na região, os franceses acabaram por fundar uma comunidade na região da Baía de Guanabara por volta do ano de 1555. Foi a chamada **França Antártica**.

A fundação dessa colônia associou-se aos conflitos religiosos que ocorriam na França no início do século XVI. Apesar de ser um país profundamente católico, a França assistia a um considerável avanço da religião protestante. A atuação dos seguidores do calvinismo, conhecidos na França como huguenotes, atingia todos os grupos sociais, chegando, inclusive, a influenciar as disputas entre a nobreza tradicional e a monarquia que lutava para consolidar o absolutismo.

Um dos reflexos desses atritos religiosos foi a opção de um grupo de calvinistas em migrar para as áreas americanas com o objetivo de professar a fé protestante e fugir dos conflitos religiosos que se intensificavam na França. O grupo foi liderado pelo almirante Coligny, e contou com o apoio do capitão **Nicolas Durand de Villegagnon**.

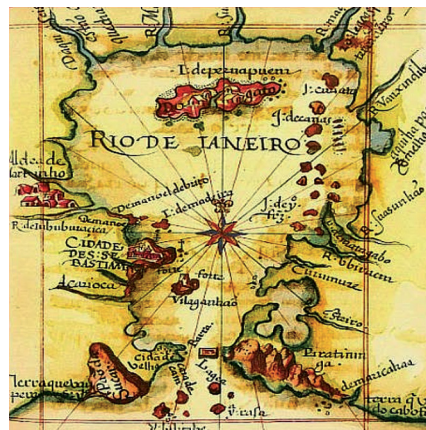


Autor desconhecido / Domínio Público

Representação de Nicolas Durand de Villegagnon.

A preferência pela América Portuguesa se fundamentou no contato dos franceses com a região devido ao comércio do pau-brasil nos primeiros anos de colonização. Soma-se a isso a falta de vigilância da Coroa lusitana em suas colônias, diferentemente dos espanhóis, que temiam ataques estrangeiros nas regiões de exploração da prata.

Chegando em 1555 ao território da atual cidade do Rio de Janeiro, os franceses se fixaram em uma das ilhas da Baía de Guanabara. Lá empreenderam um intenso comércio de trocas com os índios Tupinambá, que forneciam madeiras, alimentos e índios inimigos, que eram comercializados como escravos. Em troca, os nativos recebiam anzóis, panelas, machados e tecidos. O protestantismo norteava as estruturas sociais e religiosas da região, sendo Villegagnon extremamente radical em seus posicionamentos perante



Autor desconhecido / Domínio Público

Mapa representando a França Antártica por volta do século XVI.

os companheiros, por ser profundamente religioso. Logo, não demorou muito tempo para tensões religiosas começarem a aparecer, gerando brigas, fugas e execuções.

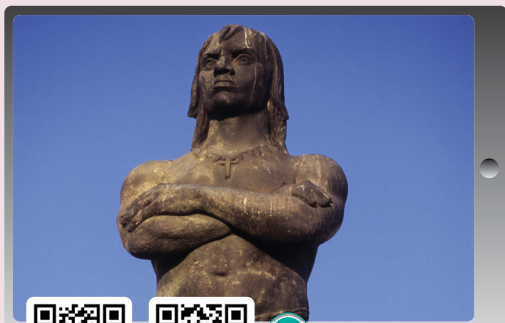
O fracasso da França Antártica se explica por fatores internos e externos. O radicalismo religioso de alguns membros da sociedade acabou por enfraquecer a ordem vigente, levando alguns franceses a serem expulsos para a área continental. Porém, foram os ataques empreendidos pelas tropas portuguesas lideradas por Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral Mem de Sá, o elemento determinante para o fim da colônia francesa em 1567. Estácio de Sá aproveitou o sucesso militar e fundou a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, iniciando a longa história portuguesa na região.

1.2. França Equinocial

No início do século XVII, período no qual Portugal esteve sob o domínio espanhol (como se verá a seguir), os franceses tentaram novamente ocupar uma região da América Portuguesa. Diferentemente da primeira oportunidade, essa nova colônia, a **França Equinocial** – termo usado como sinônimo de equatorial, ou seja, próxima à linha do Equador – contou com o efetivo apoio do governo francês, até então sob o controle de Maria de Médici, que governou a França como regente do filho Luís XIII.

A nova ocupação se iniciou em 1612 na região do Maranhão. O objetivo era fundar uma vila que garantisse a criação de uma estrutura para a invasão do vice-reino do Peru, principal região fornecedora dos metais preciosos da Espanha na América. O esforço francês ficou a cargo de Daniel de La Touche, que fundou a cidade de São Luís, em homenagem ao monarca francês Luís XIII. A nova empreitada, no entanto, teve curta duração, já que a reação luso-espanhola acabou por expulsar os franceses da região em 1615, três anos depois do início da ocupação. Essas incursões incentivaram os portugueses a ocupar e povoar essa região do território lusitano na América.

TÁ NA MÍDIA



luoman / Getty Images

Para saber mais sobre a presença francesa no Brasil, acesse o primeiro QR Code.

Para conhecer a história de Arariboia, o indígena que ajudou os portugueses a expulsarem os franceses, acesse o segundo QR Code.





SITE / VÍDEO

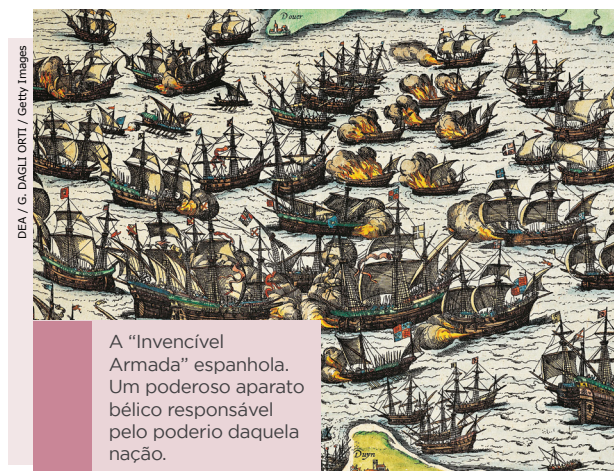
EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01** (FUVEST-SP) O estabelecimento dos franceses na Baía de Guanabara, em 1555, é um entre outros episódios que ilustram as relações entre a França e as terras americanas pertencentes à Coroa lusitana, durante os três primeiros séculos da colonização.
- A. Explique o que levou os franceses a se estabelecerem pela primeira vez nessas terras.
B. Cite e caracterize uma outra tentativa francesa de ocupação na América Portuguesa.
- 02** Desrespeitando o Tratado de Tordesilhas, a França tentou, por duas vezes, [...] implantar uma colônia no Brasil. A primeira tentativa — a França Antártica — foi empreendida por Nicolas Durand de Villegagnon, que conseguiu desembarcar no Rio de Janeiro em 1555 e por lá permaneceu durante três anos. [...] Após o malogro da experiência da França Antártica, já em 1612, os franceses estariam de volta, dessa vez invadindo São Luís no Maranhão, onde tentaram implementar a chamada França Equinocial. O contato não era novo: eles traficavam na região desde longa data.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.p. 57. [Fragmento]
- Indique duas diferenças entre a França Antártica e a França Equinocial.

2. Os holandeses no Brasil Colônia

2.1. Hegemonia espanhola

O século XVI foi marcado pela hegemonia espanhola nas relações internacionais. A força econômica do Império Hispano-Americano, fornecedor de prata e inúmeras riquezas, era acompanhada de um considerável aparato militar, tendo à frente a “Invencível Armada”, e de sólidas relações diplomáticas, a começar pelo papado, simpático à defesa da religião católica exercida pelo Império Castelhanho. O poderio espanhol na Europa devia-se também ao fato de o rei da Espanha ser o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, o que lhe dava influência na região dos Estados Germânicos e controle sobre os Países Baixos. Ao final do século XVI, os problemas dinásticos portugueses dariam à Espanha o controle de toda a península.



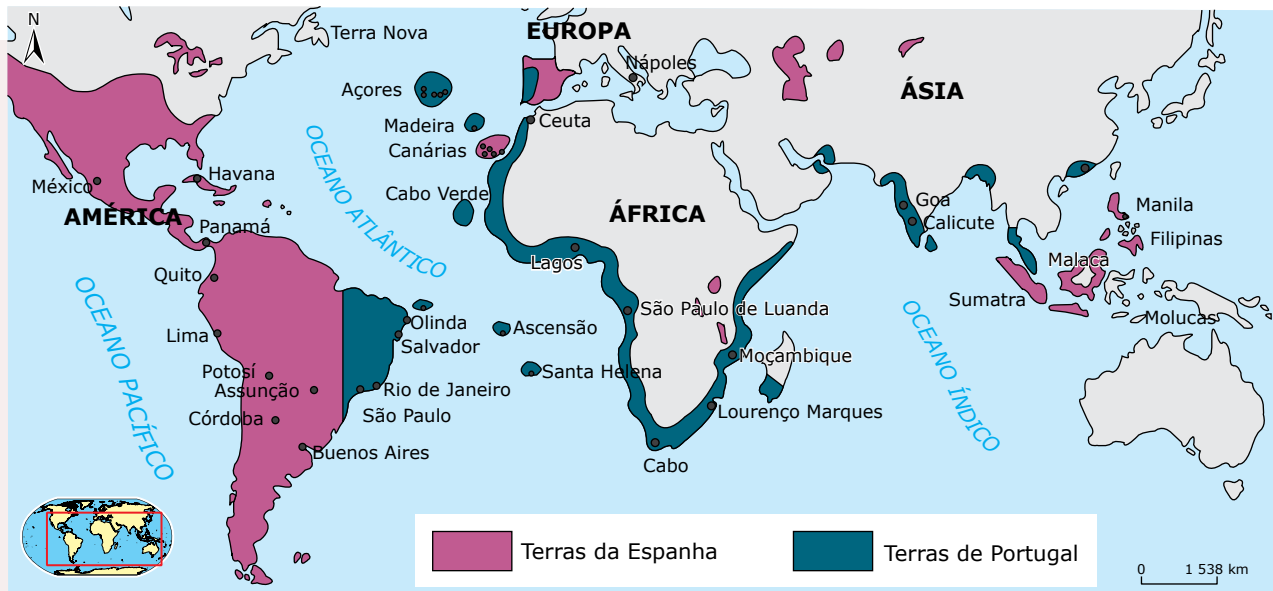
2.2. A União Ibérica e o sebastianismo

A apropriação do reino lusitano pela Coroa espanhola ocorreu em meio a uma crise sucessória em Portugal. Em 1578, o jovem monarca D. Sebastião desaparecera no norte da África em meio a uma batalha religiosa contra os árabes islâmicos que povoavam a região. A ausência de um herdeiro fez com que o reino fosse controlado pelo tio de D. Sebastião, o cardeal e inquisidor-mor D. Henrique. A idade avançada de D. Henrique e a prolongada ausência de um herdeiro constituíram um problema para Portugal. A apropriação do reino luso pela Espanha era o maior temor da sociedade portuguesa, já que os esforços expansionistas de Filipe II ascendiam em consonância com o fortalecimento espanhol. Mesmo com toda a pressão para transferir o controle do reino para um novo sucessor, D. Henrique manteve-se no trono e, com sua morte, as pretensões espanholas se confirmaram.

A posse do reino de Portugal pela Espanha, chamada de **União Ibérica (1580-1640)**, veio acompanhada de uma prerrogativa legal: a manutenção da integridade territorial do reino português por meio do **Juramento de Tomar**. Assim, não ocorreu uma união verdadeira entre os dois países, mas sim uma apropriação do trono português por Filipe II, que passou a ser conhecido também como Filipe I de Portugal. Na prática, porém, o Juramento de Tomar teve validade restrita, já que o controle de todas as áreas era realizado pela Corte castelhana, e a dita autonomia portuguesa nunca chegou a existir.

Curioso notar que o controle do reino português pela Espanha acabou por consolidar o mito **sebastianista**, ou seja, a esperança da sociedade portuguesa no retorno do jovem monarca que desapareceu no norte da África. Durante a União Ibérica, o sebastianismo foi estimulado por dezenas de jovens que, interessados em uma fácil projeção política, juraram ser o monarca Sebastião. O mito, alimentado durante décadas, perdurou na História portuguesa e acabou sendo estendido a todos os recantos do Império no além-mar.

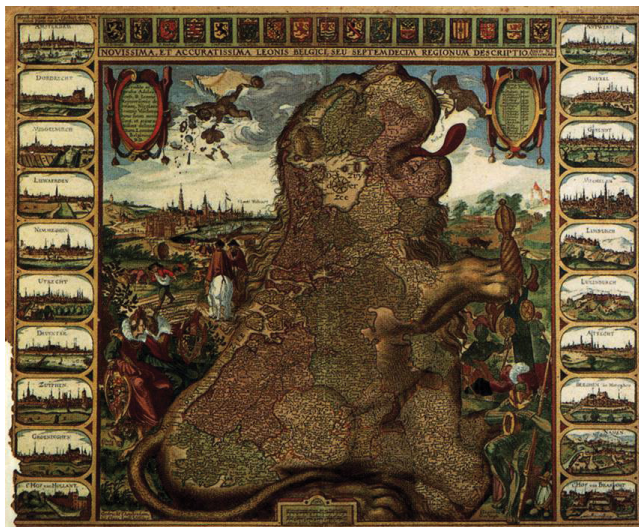
Imperialismo ibérico na época da união dos reinos (1580-1640)



2.3. A Independência dos Países Baixos e a ocupação holandesa no Brasil

Paralelamente ao processo de formação da União Ibérica, os holandeses iniciaram seus esforços para promover a sua independência em relação ao Império Espanhol. O obsessivo esforço de Filipe II em impor o culto católico à região, marcada pela tolerância religiosa e por uma considerável presença de protestantes e judeus, contribuiu para a declaração da Independência dos Países Baixos em 1581. No longo caminho até a independência, obtida com os acordos no final da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, muitos foram os conflitos bélicos e diplomáticos envolvendo a Espanha e a região da Holanda. Entre as graves questões, inclui-se a influência holandesa no comércio colonial.

Marcados por desenvolverem um mercantilismo pouco produtivo, os holandeses se empenhavam no comércio de produtos oriundos de várias regiões do globo, que, ao serem comercializados, garantiam a riqueza da região. Com a Independência dos Países Baixos decretada no final do século XVI, os espanhóis iniciaram um claro boicote ao comércio holandês, prejudicando substancialmente a economia da Holanda. A solução para essa situação foi a fundação de companhias comerciais que empreenderiam esforços para tomar as áreas até então controladas pela Espanha. Como exemplo, em 1602, os holandeses fundaram a **Companhia das Índias Orientais**, responsável pela invasão das áreas asiáticas e africanas controladas pelos castelhanos.



VISSCHER, Claes Janszoon. *Leão belga*. 1609. Mapa do início do século XVII representando as províncias dos Países Baixos na forma de um leão. Representações como essa foram feitas no contexto da guerra pela independência da região.

Domínio Público

O sucesso da empreitada estimulou a criação da **Companhia das Índias Ocidentais** em 1621, que seria responsável pela invasão do Nordeste açucareiro, área também controlada pela Espanha em virtude da União Ibérica. O boicote espanhol, imposto aos holandeses, à comercialização do açúcar produzido na América Portuguesa já havia provocado muitos prejuízos aos holandeses desde o início da União Ibérica. Caberia à Companhia das Índias Ocidentais, portanto, organizar a ocupação do Brasil para retomar o lucrativo comércio do açúcar e recuperar investimentos anteriormente realizados na região.

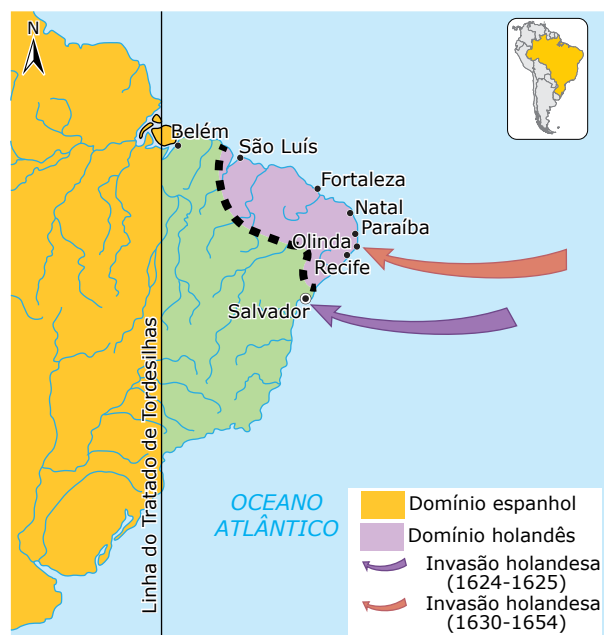
2.4. O Brasil Holandês

Foram duas as tentativas de ocupação do Brasil Colonial por parte dos holandeses. A primeira ocorreu em 1624, quando estes tentaram tomar posse da capital, Salvador, com 26 navios e aproximadamente três mil homens chefiados pelo comandante Jacob Willekens. Apesar dos esforços empreendidos pelos flamengos, a expedição não conseguiu sucesso, sendo os holandeses rechaçados no ano seguinte, após sucessivas batalhas. Mesmo com o fracasso, os flamengos continuaram atacando possessões ibéricas na América por cinco anos, chegando a saquear importantes navios carregados de prata oriunda das regiões coloniais espanholas.

Curiosamente, a Companhia das Índias Ocidentais foi considerada a primeira empresa de capital aberto da História, utilizando a venda de ações para os interessados em patrocinar a invasão das áreas de domínio espanhol. Segundo alguns historiadores, foram encontradas ações da Companhia até no reino português.

Com todos esses recursos e riquezas provenientes dos saques, os holandeses invadiram a capitania de Pernambuco em 1630. A opção pela região se justifica pelo rico comércio de açúcar, com destaque para as cidades de **Olinda** e **Recife**. Apesar dos grandes esforços empreendidos pelas forças de resistência, os holandeses conseguiram assumir o controle do território. A pacificação da região só se consolidou plenamente em 1635, contando, para isso, com o auxílio de líderes locais, como o mulato **Calabar**, que se dispuseram a apoiar o projeto dominador holandês no Nordeste açucareiro.

A conquista e a dominação holandesa



TUDO SE ENCAIXA

Calabar, o elogio da traição

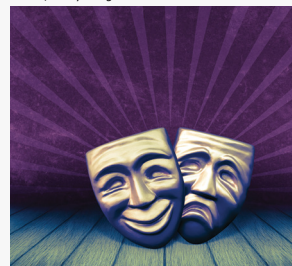
Fruto de exaustiva pesquisa histórica, os autores da peça fazem uma verdadeira “viagem” até o Nordeste do século XVII, durante as Invasões Holandesas, para revisar a história de Domingos Fernandes Calabar, considerado traidor por abandonar o *front* português, e passar para o lado dos invasores batavos. [...]

Em verdade, a peça é uma alegoria histórica que aborda a questão do patriotismo e da traição, numa clara alusão à conjuntura política do período em que foi escrita. Para tanto, os autores utilizam a relação passado / presente entre o Nordeste do século XVII e o Brasil do início da década de 1970. [...]

Além das artes plásticas, através da linguagem literária, a peça *Calabar* transmite claramente pistas do momento pulsante do início da década de 1970, época em que a peça fora escrita. Podemos ilustrar esta afirmativa com o trecho em que fica evidente sua vinculação com a liberdade e a temática imperialista: “Um dia este país há de ser independente. Dos holandeses, dos espanhóis, portugueses... Um dia todos os países poderão ser independentes, seja lá do que for. Mas isso requer muito traidor. Muito Calabar. E não basta enforcar, retalhar, picar... Calabar não morre. Calabar é cobra-de-vidro. E o povo jura que o cobra-de-vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três, mil pedaços, facilmente se refaz”.

MARTINS, Christian Alves. Calabar – o elogio da traição, de Chico Buarque e Ruy Guerra – uma radiografia estética dos Anos de Chumbo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. *Anais da ANPUH*. [Fragmento]

rvbox / Getty Images



As alegorias são figuras de linguagem utilizadas para transmitir um sentido além do literal das palavras. No campo artístico elas podem se configurar como representações de um determinado tema ou fato histórico, como o caso da peça *Calabar*, de Chico Buarque e Ruy Guerra. Em parceria com o(a) professor(a) de Arte, pesquise mais informações acerca das representações alegóricas. Em seguida, debata com seus colegas sobre como uma narrativa acerca de determinado evento histórico pode refletir em outro numa temporalidade distinta. Anote suas principais conclusões no espaço a seguir.

DÁ O QUE PENSAR

Quando portugueses aqui chegaram, a terra já era habitada pelos povos indígenas originários. Anos mais tarde, com a contestação do Tratado de Tordesilhas por países como Holanda, França e Inglaterra, algumas regiões coloniais lusitanas na América passaram a ser ocupadas sobretudo por franceses e holandeses, nos levando a pensar que poderia ter ocorrido uma “invasão dentro de outra”. Você concorda com essa afirmação? Existe outra denominação possível para esse acontecimento? Debata em sala de aula sobre o tema.

TUDO SE ENCAIXA

Em meio à presença holandesa nas terras da América Portuguesa, o Padre Antônio Vieira, talvez o maior pensador, escritor e orador português do Período Colonial, fez um sermão na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Salvador, conclamando os colonos a resistirem às investidas holandesas. Leia, a seguir, um pequeno trecho do “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda”, marco da literatura barroca na América Portuguesa.

[...] Pois é possível, Senhor, que hão de ser vossas permissões argumentos contra vossa Fé? É possível que se hão de ocasionar de nossos castigos blasfêmias contra vosso nome?! Que diga o herege (o que treme de o pronunciar a língua), que diga o herege, que Deus está holandês?! Oh não permitais tal, Deus meu, não permitais tal, por quem sois! Não o digo por nós, que pouco ia em que nos castigásseis; não o digo pelo Brasil, que pouco ia em que o destruísseis; por vós o digo e pela honra de vosso Santíssimo Nome, que tão imprudentemente se vê blasfemado: *Propter nomen tuum*. Já que o pérfido calvinista dos sucessos que só lhe merecem nossos pecados faz argumento da religião, e se jacta insolente e blasfemo de ser a sua verdadeira, veja ele na roda dessa mesma fortuna, que o desvanece, de que parte está a verdade. Os ventos e tempestades, que descompõem e derrotam as nossas armadas, derrotem e desbaratem as suas; as doenças e pestes, que diminuem e enfraquecem os nossos exércitos, escalem as suas muralhas e despvoem os seus presídios, os conselhos que, quando vós quereis castigar, se corrompem, em nós sejam alumiados e neles enfatuados e confusos. Mude a vitória as insígnias, desafrontem-se as cruces católicas, triunfem as vossas chagas nas nossas bandeiras, e conheça humilhada e desenganada a perfídia, que só a Fé romana, que professamos, é Fé, e só ela a verdadeira e a vossa. [...]



Mikhail Seleznev / Getty Images

VIEIRA, Padre Antônio. *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. 1640. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/padreantoniovieira/portugalholanda.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022. [Fragmento]

A literatura barroca portuguesa tem alguns traços marcantes, como o uso de figuras de linguagem, a temática religiosa e a minuciosidade de detalhes, o que torna a leitura mais densa do que estamos acostumados em nosso cotidiano. Utilizando seus conhecimentos de paráfrase em Língua Portuguesa, selecione um trecho do sermão de Padre Antônio Vieira e reescreva-o tornando a leitura mais fluida. Se preciso, recorra ao(à) professor(a) de Língua Portuguesa. O trecho selecionado e reescrito por você deve manter o sentido histórico dos atritos entre Holanda e Portugal no Período Colonial.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

03 (UFG-GO) No período da União Ibérica (1580-1640), o domínio espanhol sobre Portugal provocou também mudanças político-econômicas importantes no Império Colonial Português. Explique uma das mudanças ocorridas na América Portuguesa, resultante da dominação espanhola.

04 (Unicamp-SP) Uma análise das lutas suscitadas pela ocupação holandesa no Brasil pode ajudar a desconstruir ideias feitas. Uma tese tradicional diz respeito ao reforço da identidade brasileira durante as lutas com os holandeses: a luta pela expulsão dos holandeses seria obra muito mais dos brasileiros e negros do que dos portugueses. Já a tese que critica essa associação entre a experiência da dominação holandesa e a gênese de um sentimento nativista insiste nas divisões – no âmbito da economia açucareira – entre senhores de engenho excluídos ou favorecidos pela ocupação holandesa.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009. p. 278 (Adaptação).

- Identifique no texto duas interpretações divergentes a respeito da luta contra a dominação holandesa no Brasil.
- Mencione dois fatores que levaram à invasão de Pernambuco pelos holandeses no século XVII.

2.5. Administração de Nassau

Fixados na porção mais rica da colônia portuguesa na América, caberia aos holandeses fortalecer as atividades produtivas com o intuito de cumprir o objetivo da ocupação da região. Para essa função, foi nomeado o conde **Maurício de Nassau**, que passou a administrar a área de domínio holandês a partir de 1637.

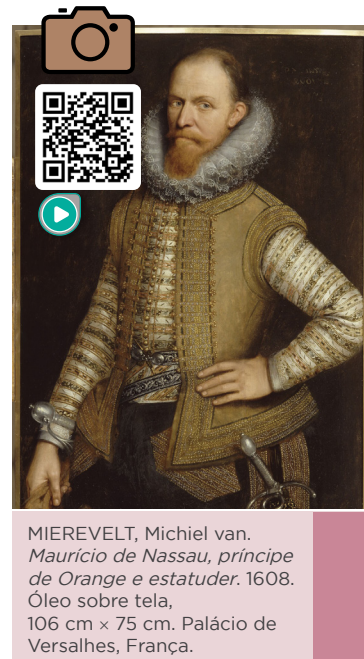
O controle político exercido por Nassau na região se notabilizou pela harmonia com os produtores açucareiros e pela relativa tolerância empreendida na administração da região. Por meio de empréstimos aos senhores de engenho, a atividade canavieira foi retomada. O abastecimento da região com os escravizados negros foi garantido, já que as principais praças africanas fornecedoras de cativos também haviam sido invadidas pelos holandeses.

Nassau instituiu um processo de modernização de Recife, pavimentando ruas, construindo pontes, diques e canais. A construção de teatros, do zoológico, do observatório astronômico, bem como as obras de embelezamento arquitetônico, transformou Recife em uma das principais cidades da América Portuguesa.

Foi nesse período que houve financiamento para a vinda de pintores com o objetivo de divulgar o Brasil Holandês de forma bela e atrair investidores europeus.

A chegada de pintores como **Frans Post** e **Albert Eckhout** permitiu a criação de extraordinárias imagens representando a vida cotidiana da população pernambucana, possibilitando aos historiadores melhor compreensão do universo açucareiro do século XVII.

Além das obras de arte, os registros científicos feitos por naturalistas como **Georg Marcgraf** também contribuíram para a difusão, de forma mais clara e realista, da fauna e da flora do Novo Mundo, conferindo um olhar mais próximo da realidade colonial na Europa, já que esses registros e obras foram publicados nesse continente.



MIEREVELT, Michiel van.
Maurício de Nassau, príncipe de Orange e estatuder. 1608.
Óleo sobre tela,
106 cm x 75 cm. Palácio de Versalhes, França.

No âmbito político, foram criadas as **Câmaras dos Escabinos**, órgão municipal que contava com a participação dos grandes senhores de engenho. Tamanhas foram as transformações na cidade de Recife que ela chegou a ser denominada Mauritsstadt, ou seja, cidade de Maurício, em homenagem ao realizador das reformas.

TÁ NA MÍDIA



André Cunha

Você já ouviu falar na história do “boi voador” de Recife na época da administração de Nassau? Acesse o primeiro QR Code e obtenha mais informações sobre o tema.

Acesse o segundo QR Code para ouvir um interessante *podcast* sobre as conjunturas políticas da União Ibérica e suas consequências para o Brasil.



Maurício de Nassau também estabeleceu a liberdade de culto, favorecendo a vinda de judeus e protestantes para a área colonial. A restrição religiosa só recaiu sobre os jesuítas, defensores ferrenhos da Igreja Católica e incompatíveis com o clima de tolerância proposto pelo governo de Nassau.

POST, Frans. *Vista de Olinda, Brasil*. 1662. Óleo sobre tela, 107,5 cm x 172,5 cm. Rijksmuseum, Amsterdã, Holanda.



ECKHOUT, Albert. *A mameluca*. 1641. Óleo sobre tela, 271 cm x 170 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.



ECKHOUT, Albert. *A Mulher negra*. 1641. Óleo sobre tela, 267 cm x 178 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.



ECKHOUT, Albert. *A Mulher Tupinambá*. c. 1641. Óleo sobre tela, 274 cm x 163 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.



ECKHOUT, Albert. *A Mulher Tapuia*. Entre 1637 e 1664. Óleo sobre tela, 264 cm x 159 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

As pinturas de Albert Eckhout e Frans Post demonstram um traço do naturalismo renascentista.

O BRILHO E O FAUSTO DO BRASIL NASSAUVIANO

Maurício de Nassau foi um homem, um governante, um humanista-renascentista acima do que a interesseira Companhia das Índias e o selvagem Brasil do século XVII mereciam? Uns elevam-no a culminâncias; outros preferem apontar seus conluios, ganhos extras em negócios pouco esclarecidos. Rocha Pombo considerou-o “um desses grandes espíritos que raro assomam na História”. Capistrano de Abreu descreveu-o “fidalgo de raça, capaz de sentir uma injustiça e repará-la, amante de festas e esplendores, inclinado a farsas e nem sempre do gosto mais delicado [...] está provado o seu conluio em contrabandos [...]”. Hélio Vianna completa: “Não foi, como o demonstram seus atos, o extraordinário administrador que se quer apresentar. Não se sustenta a tese de que tentou instalar Câmara de Escabinos, equivalente à de Vereadores usual em Portugal, nem foi liberal em matéria religiosa quanto proclamam admiradores”. Salienta Hélio Vianna que Nassau expulsou franciscanos, beneditinos, carmelitas para inviabilizar o culto católico e insinua que, se beneficiou a pregação calvinista, o fez por ter como amante a filha do pastor. Poderia fazê-lo, e à larga, porém sem tornar a relação uma prática confessional.

Algumas verdades lhe são favoráveis. Trouxe, no séquito, 46 cientistas, artistas, artífices, eruditos, o que levou alguns admiradores a imaginar que entre as suas intenções figurava a de instalar no Recife uma universidade aberta. Chamou ao Brasil de “belo país que não tem igual sob o céu”.

O que os “artistas e cientistas” de Nassau fizeram integrou-se no melhor da cultura brasileira e a respeito do Brasil. O conde teve o sentido e o bom senso de, por exemplo, chamar às simples fileiras de mercenários aqueles dotados de alguma atividade intelectual. Caso de Zacharias Wagener, aventureiro alemão, que deixou centenas de litogravuras e aquarelas sobre a fauna. Tornado escrevente de Nassau, teve liberdade para pintar e pintou largamente, influenciando, inclusive, a obra do grande Albert Eckhout. Este, ao lado de Frans Post, deu com seus pincéis maior brilho aos sete anos de Nassau do que os coronéis dos regimentos. E houve os naturalistas Georg Marcgraf e Willem Piso, autores da *Historia Naturalis Brasiliae*. Marcgraf montou em sua residência aquele que terá sido o primeiro observatório astronômico do continente, provavelmente em 1637. Também atuaram Johann Benning, catedrático de Ética e Física de Leiden, o botânico Elias Heckman; o médico Servaes Carpentier.

DONATO, Hernâni. *Brasil – 5 séculos*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



05
MDTY

(UFU-MG) A denominação “invasões” holandesas projeta, com anacronismo extremo, um sentimento nacional para o passado e inventa uma soberania brasileira herdeira de uma soberania portuguesa. Na prática mostra o que viemos a nos tornar, jamais o que éramos no século XVII.

KARNAL, Leandro. O testamento de Adão. *História Viva*. Grandes Temas (Mar português), n. 14, p. 85, 2006.

- O que foram as chamadas “invasões” holandesas no contexto da América Portuguesa do século XVII?
- Explique, com suas palavras, por que a denominação “invasões” holandesas é anacrônica.
- Se “invasões” é um termo que parece inadequado para fazer referência ao acontecimento histórico mencionado no texto, quais alternativas menos anacrônicas poderiam ser utilizadas para se referir ao mesmo episódio?

06

[...] Quando Nassau chegou à capitania [...] com o objetivo de recuperar a economia e ganhar credibilidade, [...] mandou vender a crédito os engenhos abandonados pelos proprietários que tinham fugido para a Bahia; restabeleceu o tráfico de escravos para a região [...]; forneceu crédito para a compra e equipamento das fábricas; saneou a crise de abastecimento obrigando os proprietários a plantar “o pão do país” — a mandioca — na proporção compatível com o número de seus escravos. Calvinista, o conde determinou a liberdade de religião, foi tolerante com os católicos e, segundo consta nos documentos, também com os chamados “criptojudeus”, os cristãos-novos que até então praticavam seu culto às escondidas. Comerciantes de origem judaica atuavam fortemente no Recife, e havia duas sinagogas em atividade na década de 1640. Nassau favoreceu ainda a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.p. 60. [Fragmento]

Aponte três medidas da administração de Nassau citadas no texto anterior.

07 (UERJ)



Engenho de açúcar



Vista de Olinda

PINTURAS de Frans Post, século XVII. Disponível em: enciclopedia.itaucultural.org.br.

O triunfo holandês seria coroado com a chegada do conde Maurício de Nassau-Siegen, que desembarcou como governador em janeiro de 1637. Transformado em mito de nossa história seiscentista, Nassau ficaria também celebrizado pela missão de pintores e naturalistas que financiou no seu governo. Frans Post (1612-1680) foi o mais renomado componente da missão nassoviana, dedicando-se à pintura de paisagens, retratando a natureza tropical e as construções humanas.

VAINFAS, R. Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVEA, M. de F. (org). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

A presença holandesa no Brasil, entre 1630 e 1654, interferiu nos rumos da colonização portuguesa nas terras americanas. O governo de Nassau (1637-1644) tornou-se uma referência, estimulando a produção de registros, como as pinturas de Frans Post. Identifique o principal objetivo econômico da presença holandesa no Brasil, no século XVII. Em seguida, apresente duas realizações do governo de Nassau que tenham contribuído para sua notoriedade histórica.

2.6. Insurreição Pernambucana

Enquanto Nassau buscava exercer seu governo pessoal no Nordeste açucareiro, importantes transformações ocorriam na Europa. Em 1640, a União Ibérica terminava devido à restauração do trono português com a ascensão da dinastia de Bragança. A resistência espanhola em aceitar a separação exigiu que o reino luso promovesse acordos diplomáticos para confirmar a ascensão da nova dinastia. Os portugueses conseguiram o apoio dos holandeses, mas o preço a ser pago foi a assinatura da **trégua dos 10 anos**, que permitiu o controle da região nordestina pelos flamengos. Esse novo cenário garantiu uma exploração do território sem os gastos excessivos empreendidos por Nassau, que foi afastado do controle da região em 1644.

Apesar de anos mais harmoniosos favorecidos pelo governante holandês, a resistência ao domínio dos flamengos nunca desapareceu. Após o afastamento de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais optou por endurecer sua administração na região, resgatando os empréstimos concedidos e aumentando o controle sobre a população, adotando práticas de feição mercantilista, sendo esses os fatores que desencadearam diversos focos de resistência por parte dos nordestinos. A **Insurreição Pernambucana (1645-1654)** foi o principal movimento, conseguindo, depois de muitos conflitos, expulsar os holandeses da rica região açucareira.

Entre os conflitos que antecederam a expulsão holandesa, está a **Batalha dos Guararapes**. Nesse conflito holandeses e franceses se enfrentaram nos montes Guararapes por volta de 1648 e 1649. As tropas holandesas foram derrotadas por uma milícia regional formada por negros, brancos e índios. Essas batalhas no Monte Guararapes foram consideradas decisivas para a expulsão dos holandeses da América Portuguesa.

O sucesso dos insurretos nordestinos também foi garantido por dois episódios internacionais. O primeiro seria a fragilidade dos holandeses, em virtude da intensa guerra empreendida contra os ingleses por discordarem dos Atos de Navegação de 1651, decretados pelo ditador republicano Oliver Cromwell. Os Atos definiam que qualquer mercadoria que entrasse na Inglaterra ou dela saísse deveria ser transportada por navios ingleses ou de seu país de origem.

Essa situação prejudicava substancialmente a Holanda, já que a nação apresentava uma predileção pelo comércio marítimo. Em segundo lugar, cabe ressaltar que o sucesso da Insurreição Pernambucana ocorreu por meio do apoio de Portugal que, rompendo com a trégua dos 10 anos assinada com os flamengos, enviou navios de guerra ao território colonial. Além de intencionar retomar o controle das regiões gerenciadas pelos holandeses, o novo governo português temia que a luta dos pernambucanos pudesse culminar em um processo emancipatório. A vitória final dos luso-brasileiros ocorreu na conhecida batalha de Campina do Taborda.

A ação bem-sucedida da Insurreição Pernambucana estimulou a criação de um sentimento de resistência à opressão que se manifestou em outras circunstâncias na região nordestina, tanto no Período Colonial quanto no Imperial. Além disso, o quadro de crise econômica ficou evidenciado, já que os longos anos de guerra comprometeram a produção açucareira, que também passou a enfrentar, a partir da segunda metade do século XVII, a concorrência com as regiões holandesa, francesa, espanhola e britânica na região do Caribe.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 08** (FUVEST-SP) Andava o conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua nova cidade, que para estimular os moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava fazendo as medidas, e endireitando as ruas para ficar a povoação mais vistosa.

CALADO, Frei Manuel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 1648.

Com base no texto, responda:

- A. Quem foi o conde de Nassau?
B. Qual o projeto apresentado no texto? Explique.

- 09** (Unimontes -MG) Cite dois fatores que explicam o êxito dos "brasileiros" e portugueses na expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654.

DÁ O QUE PENSAR

Uma pergunta que sempre surge quando se estuda a presença holandesa no Brasil é a seguinte: o destino do país seria diferente se tivesse ficado nas mãos da Holanda, e não de Portugal? Não há uma resposta segura para essa questão, pois ela envolve uma conjectura, uma possibilidade que não se tornou real. Quando se compara o governo de Nassau com a rudeza lusa e a natureza muitas vezes predatória de sua colonização, a resposta parece ser positiva. Mas convém lembrar que Nassau representava apenas uma tendência e a Companhia das Índias Ocidentais outra, mas próxima do estilo do empreendimento colonial português. Vista a questão sob esse ângulo, e quando se constata o que aconteceu nas colônias holandesas da Ásia e das Antilhas, as dúvidas crescem. A colonização dependeu menos da nacionalidade dos colonizados e mais do tipo de colonização implantado. Os ingleses, por exemplo, estabeleceram colônias bem diversas nos Estados Unidos e na Jamaica. Nas mãos dos portugueses ou holandeses, com matizes certamente diversas, o Brasil teria mantido a mesma condição de colônia de exploração integrada no sistema colonial.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 89-90.

E você, concorda que o nosso país poderia ser bem diferente se a colonização holandesa tivesse progredido? Discuta com seus colegas seus posicionamentos. Se julgar necessário, faça uma pesquisa sobre a realidade atual de áreas que foram colônias holandesas.

TÁ NA MÍDIA



DEBY / G. DAGLI ORTI / Getty Images

Acesse o primeiro QR Code e obtenha mais informações sobre o legado holandês e o mito de Maurício de Nassau.

Acesse o segundo QR Code para ouvir um interessante *podcast* sobre a administração holandesa no Brasil.



VÍDEO / PODCAST

ESTÁ NO MUNDO

“Sem açúcar não se compreende o homem do Nordeste”. A célebre frase de Gilberto Freyre resume a importância que a monocultura da cana-de-açúcar teve na formação sociocultural do estado de Pernambuco. As plantações de cana, os engenhos, os escravos, o cheiro doce que incensava as casas-grandes e as senzalas, os bolos que figuraram como brasões de famílias importantes, o doce, e para alguns até amargo, dos nossos doces são oriundos do elemento que deu renome ao Brasil no exterior: “deixo de ser Brasil da madeira de tinta vermelha e passo a ser Brasil do açúcar, elemento este de riqueza igualada ao ouro, um ouro branco”. Em seu livro, o autor traz o açúcar como fator extremamente importante na formação gastronômica de Pernambuco, possibilitando o surgimento e aperfeiçoamento de muitos elementos. O açúcar e as frutas do mato tropical, o açúcar e a mandioca, o açúcar e os tachos. O doce era tão bom que só poderia ser um pecado. De qualquer maneira, pode-se dizer que o doce representa não uma classe, não um único fator condicionante. O doce representa a identidade. Recife e o Nordeste, uma cidade e uma região, como dispõe Freyre, marcados pela doçura do ouro branco: “dou-lhe um doce se descobrires o que tenho aqui” – a doce recompensa; “você é meu doce de coco” – o doce amado; “com bananas e bolos se enganam os tolos” – o poder de ludibriar o próximo. Por trás de toda essa doçura está a sociedade patriarcal, as donas de casa, as negras da cozinha. Freyre diz que a origem de todos esses doces está fundamentada em um dos rituais mais sérios da antiga vida das famílias das casas-grandes e dos sobrados.

Houve, no Brasil, uma maçonaria do doce comandada pelas mulheres dos engenhos, responsáveis pela criação de bolos que representaram suas famílias – Cavalcanti, Constâncio, tia Sinhá, Souza Leão – e por guardar o segredo das receitas. Há uma magia em preparar um doce, um bolo, pego de uma receita antiga de vó e saber que esta mesma gostosura que adoça os meninos de hoje já adoçou tantos outros em décadas atrás. A culinária pernambucana é equilibrada, diferente do indianismo do Norte e do africanismo baiano. Esta culinária equilibra a fineza europeia, os elementos indígenas e o tempero africano, traduzindo tudo isso em harmonia dentro da cozinha dos engenhos, expressa também na sociedade. Freyre explica esse equilíbrio trazendo o fato da mulher estar presente na culinária lusitana. As mães que vieram para cá conservaram o estilo português de cozinha e atrelaram, a este, elementos nativos e situacionais: as negras estavam na cozinha, mas não dominaram os fornos como na Bahia. A cozinha pernambucana nasceu debaixo dos cajueiros, à sombra dos coqueiros com os canaviais sempre de companhia. Os cajueiros forneceram a castanha, caramelizadas, dentro dos bolos, da cocada; o caju em seus doces, o licor e o vinho, simbólicos, nas palavras de Freyre, da hospitalidade patriarcal do Nordeste. Os coqueiros deram base à criação do peixe de coco, feijão de coco, tapioca, cocadas diversas, o leite do coco. A participação do açúcar, não só na criação da identidade gastronômica de Pernambuco como também na constituição da sociedade e desenvolvimento do estado e região, se faz marcada de lutas, revoluções, hábitos e criações nas cozinhas dos engenhos. O consumo da iguaria, difundida e entranhada hoje em dia, se deu graças às manifestações ocorridas lá, nos engenhos, pela força dos negros, soberba dos brancos e as mãos doces e caprichosas das boleiras do Nordeste.

CAVALCANTI, Jonas Alves. A doce sociedade pernambucana – uma rápida análise do livro *Açúcar* de Gilberto Freyre. In: MOSTRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2017, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: DeVry Brasil; Damásio; Ibmecc, 2019.

A monocultura do açúcar, cobiçada pelos holandeses, foi determinante para a formação cultural de Pernambuco. Pesquise como o profissional da Gastronomia pode utilizar-se da disciplina História para desenvolver seu trabalho.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (FGV-SP) As tentativas francesas de estabelecimento definitivo no Brasil ocorreram entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. As regiões que estiveram sob ocupação francesa foram:
- Rio de Janeiro (França Antártica) e Pernambuco (França Equinocial).
 - Pernambuco (França Antártica) e Santa Catarina (França Equinocial).
 - Bahia (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).
 - Maranhão (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).
 - Espírito Santo (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).

- 02** (FUVEST-SP) Sobre a presença francesa na Baía de Guanabara (1557-1560), podemos dizer que foi
- apoiada por armadores franceses católicos que procuravam estabelecer no Brasil a agroindústria açucareira.
 - um desdobramento da política francesa de luta pela liberdade nos mares e assentou-se numa exploração econômica do tipo da feitoria comercial.
 - um protesto organizado pelos nobres franceses huguenotes, descontentes com a Reforma Católica implementada pelo Concílio de Trento.
 - uma alternativa de colonização muito mais avançada do que a portuguesa, porque os huguenotes que para cá vieram eram burgueses ricos.
 - parte de uma política econômica francesa levada a cabo pelo Estado com intuito de criar companhias de comércio.

- 03** (FUVEST-SP) Eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao estado e aumento dos senhorios de V. A. E tudo se encerrava em vós, Senhor, trabalhades com modos honestos de fazer que esta gente não houvesse de entrar nem possuir coisa de vossas navegações, pelo grandíssimo dano que daí se podia seguir.



LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. 1954.

O trecho anterior foi extraído de uma carta dirigida pelo padre jesuíta Diogo de Gouveia ao rei de Portugal D. João III, escrita em Paris, em 17/02/1538. Seu conteúdo mostra

- a persistência dos ataques franceses contra a América, que Portugal vinha tentando colonizar de modo efetivo desde a adoção do sistema de capitanias hereditárias.
 - os primórdios da aliança que logo se estabeleceria entre as Coroas de Portugal e da França e que visava a combater as pretensões expansionistas da Espanha na América.
 - a preocupação dos jesuítas portugueses com a expansão de jesuítas franceses, que, no Brasil, vinham exercendo grande influência sobre as populações nativas.
 - o projeto de expansão territorial português na Europa, o qual, na época da carta, visava à dominação de territórios franceses tanto na Europa quanto na América.
 - a manifestação de um conflito entre a recém-criada ordem jesuíta e a Coroa portuguesa em torno do combate à pirataria francesa.
- 04** (UFPE) A ocupação portuguesa do litoral norte e nordeste do Brasil, em fins do século XVI e início do século XVII, deu-se em virtude dos ataques ingleses, franceses e holandeses a esse território.

Sobre essas invasões e ocupações, identifique as proposições verdadeiras e falsas:

- () Os franceses invadiram Sergipe d'El Rei, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Maranhão e o Grão-Pará.
- () Os holandeses ocuparam, por longo tempo, os territórios da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- () Os franceses, holandeses e ingleses conquistaram todo o Norte e Nordeste, restando aos portugueses, no século XVI, o domínio do território abaixo da Bahia.
- () De todas as invasões do século XVII, a holandesa foi a mais duradoura, no sentido da permanência da ocupação. Em Pernambuco, o domínio holandês se estendeu de 1630 a 1654.
- () A conquista do Grão-Pará, pelos portugueses, em 1616, beneficiou o monopólio do comércio dessa região para Portugal e obrigou os franceses a se instalarem nas Guianas.

- 05** (UECE) Sobre a presença de europeus, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, no território que hoje pertence ao Brasil, é correto afirmar que
- se restringiu aos portugueses que, desde o Tratado de Tordesilhas, eram os únicos com direito sobre essa terra plenamente reconhecido pelas demais nações europeias.
 - diferentemente de outras regiões da América, nenhuma das cidades do Brasil sofreu ataques de piratas ou corsários de origem europeia.
 - devido ao Tratado de Tordesilhas, apenas portugueses e espanhóis estiveram pelas terras brasileiras durante os séculos de nossa colonização.
 - além dos portugueses, em diversas regiões do atual território brasileiro, nos primeiros séculos da colônia, houve presenças de espanhóis, franceses e holandeses.
- 06** (UFV-MG) De 1580 a 1640, Portugal viveu sob o domínio da Coroa hispânica, conhecido como União Ibérica. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que pode ser considerada uma consequência desse período.
- A presença francesa no Maranhão.
 - O fim do pacto colonial e a chegada de produtos ingleses.
 - A invasão dos holandeses ao território brasileiro.
 - A superação das disputas pelo controle do Rio da Prata.
- 07** (UECE) O governo de Filipe I à frente do reino português (1581-1598) marcou o início da União Ibérica, período em que os dois reinos ibéricos foram governados pelo mesmo soberano, após a guerra de sucessão portuguesa. Este mesmo monarca, chamado Filipe II, na Espanha, originou a dinastia filipina. Em relação ao Brasil, a chegada do rei espanhol ao trono português teve como consequência
- a elevação do Brasil a vice-reino, tal qual os demais vice-reinos que a Coroa espanhola possuía na América.
 - a ocupação do litoral brasileiro da região Sudeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo, por espanhóis.
 - a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e à Espanha, o que apressou a independência da colônia.
 - a ocupação do litoral nordeste do Brasil pelos holandeses, que pretendiam retomar o comércio do açúcar.
- 08** (FUVEST-SP-2020) As tentativas holandesas de conquista dos territórios portugueses na América tinham por objetivo central
- a apropriação do complexo açucareiro escravista do Atlântico Sul, então monopolizado pelos portugueses.
 - a formação de núcleos de povoamento para absorverem a crescente população protestante dos Países Baixos.
 - a exploração das minas de ouro recém-descobertas no interior, somente acessíveis pelo controle de portos no Atlântico.
 - a ocupação de áreas até então pouco exploradas pelos portugueses, como o Maranhão e o Vale Amazônico.
 - a criação de uma base para a ocupação definitiva das áreas de mineração da América Espanhola.
- 09** (UFAL) Com relação ao mercado internacional do açúcar, no século XVII, a Invasão Holandesa, ou "Guerra do Açúcar", representou para os holandeses
- o interesse de instituir no Nordeste associações financeiras e de crédito.
 - a necessidade de aumentar os investimentos nos engenhos de açúcar.
 - a luta para expandir a religião calvinista no Brasil.
 - a decisão de exercer o controle sobre os centros produtores.
 - a necessidade de manter-se na liderança da produção do açúcar.
- 10** (Unimontes-MG) Assinale a alternativa que apresenta elementos que favoreceram, respectivamente, a ocupação holandesa em 1630, em Pernambuco, e sua expulsão em 1654.
- Os interesses econômicos holandeses em explorar a região mineradora e as ameaças que tal projeto representou para os interesses espanhóis.
 - A necessidade de recuperar os capitais aqui investidos, ameaçados pela União Ibérica, e o endividamento da elite local junto à Cia. das Índias.
 - O fracasso dos investimentos na produção açucareira antilhana e o envolvimento holandês, por motivos religiosos, na Guerra dos Sete Anos.
 - O interesse em consolidar o monopólio do tráfico negreiro para o Atlântico Sul e as pressões inglesas após o Bill Aberdeen.

- 11** (UEFS-BA) A conquista holandesa no Nordeste do Brasil, no século XVII, e em portos da costa atlântica da África, no mesmo período, indica
- o caráter agrário-mercantil e escravista da economia colonial holandesa, semelhante à que se verificava no Brasil Português.
 - a necessidade de estabelecer áreas de proteção aos cidadãos protestantes que eram perseguidos na Espanha católica.
 - a parceria que se estabeleceu entre as populações colonizadas pelos portugueses e conquistadores holandeses, visando à sua libertação.
 - o tratamento mais humano dado pelos holandeses aos escravos, o que facilitava sua compra nos portos de venda africanos.
 - o monopólio holandês sobre o tráfico atlântico, garantindo aos portugueses a fácil aquisição da mão de obra escrava.

- 12** (UEPB) E dizer que um mulato pernóstico mudou o curso da História. E dizer que cansei de escrever àquele mulato, só me faltou lamber o saco daquele mulato. Ofereci-lhe anistia, vencimentos atrasados, honras, mundos e fundos, chamei-o de patriota, chamei-o de general. [...] Mas Deus não permitirá que eu morra sem antes encarar Calabar! E fazê-lo engolir a última resposta que me mandou!



BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. *Calabar* – o elogio da traição.

Sobre os conflitos travados entre holandeses e luso-brasileiros no Nordeste do século XVII, assinale a única alternativa incorreta.

- A base do conflito entre Portugal e Holanda foi a luta pelas riquezas de além-mar e o fato de que a Holanda não respeitava o Tratado de Tordesilhas e a autoridade das decisões do papa e do rei Filipe IV da Espanha.
 - Na 3ª década do século XVII, luso-brasileiros tinham como irremediável a dominação holandesa. Foi aí que o conde João Maurício de Nassau instalou em Recife uma administração inspirada no reformismo protestante e em conceitos renascentistas.
 - Após lutar ao lado de luso-brasileiros, Calabar passou-se para o lado dos holandeses e os conduziu ao norte, para a conquista de Filipeia (atual João Pessoa) e do Forte de Santa Catarina, e ao sul, até o Cabo de Santo Agostinho.
 - Holandeses e luso-brasileiros tinham um pacto. Enquanto estes produziam o açúcar no interior do Nordeste, aqueles o embarcavam em navios para levá-lo para a Europa. Por isso, muitos historiadores consideram que não houve um verdadeiro conflito nesse período.
 - As contribuições de Calabar para as conquistas dos holandeses são importantes, mas é preciso não esquecer que eles contavam, também, com a aliança feita com os índios tapuias e potiguares.
- 13** (Mackenzie-SP) Referindo-se ao papel desempenhado pelos holandeses na indústria açucareira brasileira, no período anterior à União Ibérica, Celso Furtado escreveu: "... o negócio do açúcar era, na realidade, mais deles do que dos portugueses". Explique essa afirmação.

- 14** (Fatec-SP) Os holandeses permaneceram no Brasil, em Pernambuco, de 1630 até 1654; conquistaram terras, desenvolveram a indústria açucareira e urbanizaram Recife.

É correto afirmar, ainda, que

- foram traídos por Domingos Fernandes Calabar quando invadiram o Brasil.
- invadiram primeiramente o Rio de Janeiro, onde fundaram o Brasil Holandês, uma colônia totalmente formada por protestantes.
- dominaram grande parte dos senhores de engenho preocupados não só em escravizar os índios para trabalhar na lavoura, mas também em destruir o Quilombo de Palmares.
- fundaram o Arraial do Bom Jesus, de onde partiram e dominaram por completo os brasileiros.
- tiveram em Maurício de Nassau a maior figura holandesa no Brasil, pois foi ele quem reorganizou a vida econômica, após ter garantido a ocupação do território.

15 (UPE) Observe o quadro a seguir:



ECKHOUT, Albert. *Mulher mameluca*. 1641. Óleo sobre tela, 271 cm × 170 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

Ele se propõe a retratar realisticamente uma mulher no Brasil Holandês, território ocupado pelos holandeses entre 1630 e 1654. Que elemento(s) pode(m) ser apontado(s) como não pertencente(s) a esse contexto histórico?

- A. A fauna, representada pelos preás.
- B. A flora, representada pelo cajueiro.
- C. A paisagem ao fundo.
- D. A pose e o estilo da toga usada pela mulher.
- E. A abundância de flores.

16 (UECE) Atente ao seguinte enunciado:



Em seu governo, Maurício de Nassau incentivou a produção de açúcar, que havia decaído durante a conquista, com a concessão de financiamentos; também estimulou a agricultura de subsistência, sobretudo da mandioca, para que não faltassem alimentos aos mais pobres. Homem culto e amante das artes, seu governo foi um período de tolerância religiosa entre católicos e protestantes. Seu retorno à Europa e sua substituição por um 'trunvirato' – que alterou suas práticas administrativas – fez surgir reações e insurreições por parte dos senhores de engenho.

O enunciado se refere ao período histórico marcado

- A. pela implantação do Governo-Geral, em 1548, como forma de resolver o fracasso administrativo das capitanias hereditárias e garantir a posse e a pacificação da colônia.
- B. pelo domínio francês no Maranhão, no qual o governo do Conde Nassau trouxe grandes avanços à cultura canavieira daquela região e o desenvolvimento da cidade de São Luís.
- C. pelo domínio francês no Rio de Janeiro, que teve na figura de Maurício de Nassau seu grande nome, responsável por desenvolver a economia e a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- D. pelo domínio holandês no Nordeste do Brasil, que se estendeu desde a Bahia até o Maranhão e que teve na administração de Nassau seu período de maior desenvolvimento.

17 (Unicamp-SP-2021) As imagens produzidas por artistas europeus, tal como vemos na pintura do holandês Jan Davidsz de Heem, tiveram um papel importante na construção do conceito de exótico no imaginário da Europa na época moderna.



HEEM, Jan Davidsz de. *Natureza Morta com Papagaios*. [Fim da década de 1640]. The Ringling Museum.

Naquele contexto, a pintura apresentava itens obtidos quando se exploravam e se colonizavam países em cantos distantes do mundo. A natureza (os elementos que a representam) é, assim, quase um estudo científico e, novamente, uma alusão à abundância obtida graças ao vitorioso comércio holandês.

WINKES, Rolf. *Natura Morta*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 145-161, 2000. p. 149 (Adaptação).

Os colonizadores exerceram diversas operações que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais.

QUIJANO, Anibal. *Colonialismo, eurocentrismo y América Latina*. In: *COLONIALIDAD del saber: eurocentrismos e ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 209 (Adaptação e tradução).

- A. O exótico é estabelecido a partir de uma relação assimétrica entre universos diferentes. Justifique por que a imagem ao lado apresentaria características "exóticas" e relacione essa adjetivação ao pensamento colonial da época.
- B. Apresente uma semelhança e uma diferença entre a experiência colonial holandesa e a portuguesa.

SE LIGA NO ENEM



- 01** (Enem) A rebelião luso-brasileira em Pernambuco começou a ser urdida em 1644 e explodiu em 13 de junho de 1645, dia de Santo Antônio. Uma das primeiras medidas de João Fernandes foi decretar nulas as dívidas que os rebeldes tinham com os holandeses. Houve grande adesão da "nobreza da terra", entusiasmada com esta proclamação heroica.

VAINFAS, R. *Guerra declarada e paz fingida na restauração portuguesa*. *Tempo*, n. 27, 2009.

O desencadeamento dessa revolta na América Portuguesa seiscentista foi o resultado do(a)

- A. fraqueza bélica dos protestantes batavos.
- B. comércio transatlântico da África Ocidental.
- C. auxílio financeiro dos negociantes flamengos.
- D. diplomacia internacional dos Estados Ibéricos.
- E. interesse econômico dos senhores de engenho.

- 02** (Enem) Os holandeses desembarcaram em Pernambuco no ano de 1630, em nome da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), e foram aos poucos ocupando a costa que ia da foz do Rio São Francisco ao Maranhão, no atual Nordeste brasileiro. Eles chegaram ao ponto de destruir Olinda, antiga sede da capitania de Duarte Coelho, para erguer no Recife uma pequena Amsterdã.

NASCIMENTO, R. L. X. *A toque de caixas*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 6, n. 70, jul. 2011.

Do ponto de vista econômico, as razões que levaram os holandeses a invadirem o Nordeste da Colônia decorriam do fato de que essa região

- A. era a mais importante área produtora de açúcar na América Portuguesa.
- B. possuía as mais ricas matas de pau-brasil no litoral das Américas.
- C. contava com o porto mais estratégico para a navegação no Atlântico Sul.
- D. representava o principal entreposto de escravos africanos para as Américas.
- E. constituía um reduto de ricos comerciantes de açúcar de origem judaica.

- 03** (Enem) O Brasil oferece grandes lucros aos portugueses. Em relação ao nosso país, verificar-se-á que esses lucros e vantagens são maiores para nós. Os açúcares do Brasil, enviados diretamente ao nosso país, custarão bem menos do que custam agora, pois que serão libertados dos impostos que sobre eles se cobra em Portugal, e, dessa forma, destruiremos seu comércio de açúcar. Os artigos europeus, tais como tecidos, pano, etc., poderão, pela mesma razão, ser fornecidos por nós ao Brasil muito mais baratos; o mesmo se dá com a madeira e o fumo.



WALBEECK, J. *Documentos holandeses*. Disponível em: <http://www.mc.unicamp.br>.

O texto foi escrito por um conselheiro político holandês no contexto das chamadas Invasões Holandesas (1624-1654), no Nordeste da América Portuguesa, que resultaram na ocupação militar da capitania de Pernambuco. O conflito se inicia em um período em que Portugal e suas colônias, entre elas o Brasil, se encontravam sob domínio da Espanha (1580-1640). A partir do texto, qual o objetivo dos holandeses com essa medida?

- A. Construir uma rede de refino e distribuição do açúcar no Brasil, levando vantagens sobre os concorrentes portugueses.
- B. Garantir o abastecimento de açúcar no mercado europeu e oriental, ampliando as áreas produtoras de cana fora dos domínios lusos.
- C. Romper o embargo espanhol imposto aos holandeses depois da União Ibérica, ampliando os lucros obtidos com o comércio açucareiro.
- D. Incentivar a diversificação da produção do Nordeste brasileiro, aumentando a inserção dos holandeses no mercado de produtos manufaturados.
- E. Dominar uma região produtora de açúcar mais próxima da Europa do que as Antilhas Holandesas, facilitando o escoamento dessa produção.

04 (Enem) Quando tomaram a Bahia, em 1624-1625, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.

ALENCASTRO, L. F. Com quantos escravos se constrói um país? *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, dez. 2008 (Adaptação).

Os polos econômicos aos quais se refere o texto são

- A. as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.
- B. as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.
- C. as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas.
- D. as zonas manufatureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para a Europa.
- E. as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas produtoras de escravos.

05 (Enem) Jean de Léry viveu na França na segunda metade do século XVI, época em que as chamadas guerras de religião opuseram católicos e protestantes. No texto a seguir, ele relata o cerco da cidade de Sancerre por tropas católicas.

[...] desde que os canhões começaram a atirar sobre nós com maior frequência, tornou-se necessário que todos dormissem nas casernas. Eu logo providenciei para mim um leito feito de um lençol atado pelas suas duas pontas e assim fiquei suspenso no ar, à maneira dos selvagens americanos (entre os quais eu estive durante dez meses), o que foi imediatamente imitado por todos os nossos soldados, de tal maneira que a caserna logo ficou cheia deles. Aqueles que dormiram assim puderam confirmar o quanto esta maneira é apropriada tanto para evitar os vermes quanto para manter as roupas limpas. [...]

Nesse texto, Jean de Léry

- A. despreza a cultura e rejeita o patrimônio dos indígenas americanos.
- B. revela-se constrangido por ter de recorrer a um invento de "selvagens".
- C. reconhece a superioridade das sociedades indígenas americanas com relação aos europeus.
- D. valoriza o patrimônio cultural dos indígenas americanos, adaptando-o às suas necessidades.
- E. valoriza os costumes dos indígenas americanos porque eles também eram perseguidos pelos católicos.

Presenças Estrangeiras no Brasil Colônia

Aprendizagem

- 01** A. O grupo de franceses que ocupou a região da Baía da Guanabara no século XVI, liderado por Villegagnon, constituía-se de refugiados protestantes (huguenotes) perseguidos por questões religiosas que pretendiam formar uma colônia de povoamento na América Portuguesa.
- B. No século XVII, na região do Maranhão, um grupo de franceses fundou a cidade de São Luís, em homenagem ao rei francês Luís IX. O novo esforço de ocupação nas áreas portuguesas da América ficou conhecido como França Equinocial, sendo tão fracassado quanto a experiência francesa do século XVI no Rio de Janeiro.
- 02** França Equinocial:
- Localizada na atual cidade do Rio de Janeiro.
 - Os franceses foram para a região fugidos de guerras religiosas na França.
 - Os franceses buscavam dominar a região e controlar o comércio de pau-brasil – madeira valiosa na época.
- França Antártica:
- Fundada próxima à Linha do Equador.
 - Houve apoio do governo francês para o estabelecimento na região.
- 03** Uma das mudanças foi a expansão das fronteiras, com o abandono dos limites territoriais definidos pelo Tratado de Tordesilhas.
- 04** A. A primeira interpretação distinta é a tradicional, que reforça a tese de que a luta pela expulsão dos holandeses teria motivado a formação de tal identidade. Outra interpretação crítica a primeira, apontando as diferenças de interesses entre senhores de engenho favorecidos e não favorecidos pela ocupação dos holandeses.
- B. Formação da Companhia das Índias Ocidentais e embargo espanhol à participação holandesa na economia açucareira brasileira.
- 05** A. Foram a instituição da parceria de negócios entre os senhores de engenho do Nordeste açucareiro e os banqueiros holandeses que se estabeleceram naquela região do Brasil.
- B. Porque o Brasil ainda não era um país independente, ainda não tinha reconhecimento internacional como Estado Nacional, não existindo, portanto, um sentimento nacionalista brasileiro no século XVII.
- C. Entradas holandesas, imigrações holandesas, chegada dos holandeses.
- 06** Venda de engenhos abandonados, restabelecimento do tráfico de escravizados – levando em conta que a Holanda invadiu praças escravistas na África e concedeu empréstimos aos senhores de engenho.
- 07** Objetivo econômico: ocupar as terras do Nordeste açucareiro. Realizações: incentivo à pintura e controle do comércio escravista.
- 08** A. Maurício de Nassau foi um governador do Brasil Holandês, nomeado pela Companhia das Índias Ocidentais.
- B. O texto apresenta o projeto de modernização e urbanização do povoado do Recife, então capital do Brasil Holandês, rebatizado como “Mauriceia” ou “Cidade Maurícia” (de Maurício de Nassau).
- 09** A fragilidade holandesa na condução das áreas coloniais na América, em virtude dos conflitos na Europa contra os ingleses, e o ímpeto dos luso-brasileiros contra a presença flamenga no Nordeste, haja vista a cobrança dos empréstimos por parte da Companhia das Índias Ocidentais.

Propostos

- 01** D **05** D **09** D
- 02** B **06** C **10** B
- 03** A **07** D **11** A
- 04** V F F V V **08** A **12** D
- 13** O estabelecimento da indústria açucareira no Brasil só foi possível aos portugueses a partir da disponibilização de capital e de uma estrutura de distribuição do produto no mercado europeu pelos holandeses.
- 14** E **15** D **16** D
- 17** A. Os itens apresentados na imagem são de natureza colonial e não eram encontrados na Europa, como determinadas aves, frutas, metais, tecidos etc. Tais elementos revelam a riqueza metropolitana resultante da exploração colonial. Assim, o exotismo surge, então vinculado à ideia de comércio e circulação de mercadorias. Neste sentido, as colônias são valorizadas principalmente pela sua capacidade de fornecer luxo e conforto ao “mundo civilizado”. Esse inventário de produtos naturais e manufaturados pode ser entendido como uma metáfora da relação de poder entre a Europa, vista como centro, e o outro (não europeu), visto como subordinado, mera fonte de *commodities*.
- B. Semelhança: Portugal e Holanda se envolveram diretamente com o tráfico de escravos. Diferença: o colonialismo português desenvolve-se vinculado a uma grande expansão territorial, capitaneada pelos interesses centralizadores da Coroa. Já o colonialismo holandês, apesar de estabelecer alguns domínios territoriais em diferentes regiões do globo, concentrava-se mais no comércio e na criação de amplas redes de circulação de mercadorias provenientes de fora da Europa.

Enem

- 01** E **03** C **05** D
- 02** A **04** E



MEU APROVEITAMENTO

Acertei ____ de ____ (____%).

Brasil Colônia: Bandeirantismo, Mineração e Período Pombalino

A INTERIORIZAÇÃO DA COLÔNIA



Um dos aspectos mais marcantes da estrutura colonial portuguesa na América, até a primeira metade do século XVII, foi a ocupação da faixa litorânea sem a realização de esforços para a interiorização. Essa situação advém da opção por um regime econômico vinculado aos interesses metropolitanos e que, portanto, exigia uma logística para a obtenção de lucros. Assim, estar no litoral facilitava o escoamento de mercadorias como o pau-brasil e a cana-de-açúcar, que visavam o mercado externo. Nas palavras de frei Vicente do Salvador, os portugueses, semelhantemente aos caranguejos, apenas arranhavam a costa do Brasil.

Esse cenário apresentou substancial mudança com o avançar do século XVII. A expansão para o interior da América Portuguesa se explica pela necessidade econômica, uma vez que algumas áreas litorâneas não conseguiram se desenvolver satisfatoriamente vinculadas ao projeto exportador. É o caso da capitania de São Vicente, que, nas primeiras décadas do século XVI, empreendeu uma agricultura de cana-de-açúcar que se mostrou fracassada devido à inadequação do solo e à distância dos principais mercados. Por consequência, a vila teve de buscar alternativas econômicas para a sua sobrevivência, desenvolvendo as chamadas bandeiras, atividade extremamente importante para o processo de interiorização da colônia portuguesa.

BANDEIRAS



A capitania de São Vicente se notabilizou por apresentar uma estrutura econômica de subsistência e por possuir um quadro social marcado por intensa miscigenação, com considerável presença de mamelucos, que seguiam os hábitos indígenas no cotidiano das vilas fundadas na região. No decorrer do Período Colonial, a precariedade socioeconômica exigiu a busca de alternativas para a sobrevivência dos habitantes dessa região.

Principais Bandeiras



Bandeiras de apresamento

Na primeira metade do século XVII, a região de São Vicente se destacou pela realização de expedições para o interior do Brasil no intuito de capturar indígenas para serem escravizados. Essa possibilidade de enriquecimento ocorreu em virtude da agressiva política externa holandesa, que resultou na invasão das praças fornecedoras de escravos na costa africana. Uma vez que os flamengos garantiam apenas o abastecimento das regiões controladas por suas companhias de comércio, por exemplo, o Nordeste brasileiro, algumas áreas ficaram carentes de mão de obra, como é o caso das cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Assim, os paulistas partiram em expedições pelo interior da colônia na intenção de aprisionar os gentios e vendê-los para essas regiões.

Eram as chamadas bandeiras de apresamento, responsáveis pela destruição de inúmeras missões jesuíticas, principalmente na província de Guairá, território do atual estado do Paraná. Muitos missionários optaram por avançar ainda mais para o Sul, com o intuito de fugir das ações abusivas dos bandeirantes. Foi nesse contexto que ocorreu a fundação da redução jesuítica de Sete Povos das Missões, a partir de 1687.

Bandeiras de prospecção

Na segunda metade do século XVII, intensificou-se a busca de metais preciosos no interior da colônia. Vários fatores foram determinantes para essa situação, como a necessidade de revitalização econômica do Estado português após a dominação espanhola, além da crise da economia açucareira. A experiência obtida pelos paulistas por meio das bandeiras de apresamento, em crise naquele período histórico, contribuiu para a desenvoltura na busca de metais e de pedras preciosas pelo interior da colônia, como foi o caso da marcante expedição de Fernão Dias Paes, em 1674, em busca de esmeraldas. É importante lembrar que a Coroa portuguesa contribuiu financeiramente para determinadas bandeiras de prospecção, por meio da formação das chamadas Entradas Reais. Portanto, na segunda metade do século XVII, houve uma junção de esforços entre o Estado português e os bandeirantes, no sentido de se buscar uma nova atividade econômica que gerasse maior rentabilidade, no caso, a mineração.

FERNÃO DIAS PAES

Fernão Dias Paes, nascido provavelmente em Piratininga, em 1608, é um dos mais famosos bandeirantes. Descendente dos primeiros povoadores de São Vicente, tomou parte de várias expedições de apresamento indígena no Sul do Brasil, na primeira metade do século XVII [...]

Foi com a expedição denominada “bandeira das esmeraldas”, iniciada em 21 de julho de 1674, quando tinha 67 anos de idade, que acabou explorando e tornando conhecida grande parte das terras do que seria mais tarde a capitania de Minas Gerais, desde a cabeceira do Rio das Velhas até a Zona do Serro Frio, região que se tornou uma das mais ricas e cobiçadas com a descoberta do ouro.

O bandeirante achou somente “pedras verdes”, na verdade turmalinas, e não esmeraldas, como buscava e acreditava. Junto com ele, conforme o costume dos “paulistas”, fizeram parte da expedição vários parentes, entre os quais Borba Gato (futuramente descobridor do rico veio aurífero em Sabará), seu genro, e dois filhos, Garcia Rodrigues Paes e José Dias Paes. O último, filho ilegítimo, foi enforcado pelo pai por ter liderado uma conspiração. Durante sete anos, Fernão Dias Paes andou em busca das “esmeraldas”, mas acabou morrendo de febre palustre, no arraial denominado Sumidouro, próximo a Sabará, em 1681.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 232. [Fragmento]

Antônio Rodrigues de Arzão foi o primeiro bandeirante a localizar jazidas de ouro na região do atual estado de Minas Gerais, em 1693, nas proximidades de Cataguases.

Já em 1698, foi encontrado ouro por Antônio Dias Oliveira na região que passaria a ser designada Vila Rica. A vila, hoje conhecida por Ouro Preto, foi o principal núcleo de exploração mineral na América Portuguesa, mudando por completo as estruturas políticas e econômicas vigentes na relação entre Portugal e Brasil com o avançar do século XVIII. Vale dizer que a atuação dos bandeirantes contribuiu para a delimitação das atuais fronteiras brasileiras.

Monções

A expansão para o interior do Brasil Colonial também contou com a colaboração das monções, ou seja, expedições que utilizavam as vias fluviais para o processo de deslocamento para as regiões longínquas da América Portuguesa. Os rios brasileiros passaram a ser utilizados como aliados no processo de ocupação, já que, muitas vezes, impediam o avanço das expedições terrestres quando o leito era muito extenso e dificultavam a passagem dos bandeirantes. O nome monções se origina dos ventos que colaboravam para trazer as caravelas portuguesas para a costa da colônia americana. As embarcações que iam para o interior partiam no mesmo período em que os barcos europeus se deslocavam para a América, ou seja, entre os meses de março e abril. Porém, cabe ressaltar que as pequenas embarcações que buscavam o interior não utilizavam a energia eólica, sendo movidas apenas pela força dos remos. No contexto da mineração do século XVIII, as monções assumiram um importante papel no processo de abastecimento da região, saindo para o interior algumas frotas que contavam com aproximadamente 300 embarcações. A opção pelos comboios era fundamental para se evitar os ataques indígenas e outras adversidades que o interior colonial poderia apresentar.

Outra atividade vinculada aos bandeirantes foi o sertanismo de contrato, que consistia na contratação de bandeirantes com o intuito de capturar escravos fugidos ou mesmo de destruir quilombos. O dinheiro para o pagamento de tal ação, normalmente, advinha dos grandes proprietários, que se uniam para a eliminação de ameaças ao sistema escravista. O grande exemplo dessa ação consiste na destruição do Quilombo de Palmares, em fins do século XVII, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.



JESUS, Benedito Calixto de. *Domingos Jorge Velho e o Loco-tenente Antônio F. de Abreu*. 1903. Óleo sobre tela, 140 × 99 cm. Acervo do Museu Paulista.

Representação idealizada do bandeirante Domingos Jorge Velho, que é retratado com traços europeus.

Bandeirantes: a construção do mito

A historiografia acerca dos bandeirantes mostra-se intensamente controversa. Os primeiros compêndios da História brasileira, produzidos no século XIX, construíram a imagem dos bandeirantes como pioneiros no processo de desenvolvimento do Brasil. A ideia de coragem, de espírito civilizador e missionário soma-se ao desejo de vincular a figura do bandeirante à presença portuguesa no interior da colônia. Seria a contribuição lusa para a formação territorial de nossa nação. A historiografia paulista reforçou essa ideia de heroísmo dos bandeirantes “paulistas”, especialmente na Primeira República, período em que o estado de São Paulo exercia um papel preponderante na política nacional. Com o avançar do século XX, a historiografia brasileira buscou aproximar o bandeirante de uma concepção mais realista para o cenário colonial português dos séculos XVII e XVIII. Em primeiro lugar, vale ressaltar a presença de poucos portugueses nessas expedições. As bandeiras eram compostas, em sua maioria, de miscigenados. Com hábitos tipicamente indígenas, esses mamelucos não foram responsáveis por estender a civilização portuguesa para o interior, já que sequer compartilhavam desse conceito civilizatório. Destaca-se, portanto, que as bandeiras foram movidas pelo desejo de enriquecimento pessoal, e que as ações dos “paulistas” no interior do Brasil se distanciaram, em virtude da ganância e da violência, especialmente contra comunidades indígenas, das idealizadas ações sustentadas pelos historiadores do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

MINERAÇÃO

A notícia a respeito das minas de ouro e diamante rapidamente se espalhou no território brasileiro e em Portugal. A consequência imediata dessa situação foi a ampliação do fluxo migratório, em especial o português, para a região. Calcula-se que, do final do século XVII até os últimos anos do século XVIII, o Brasil passou de 300 mil habitantes para aproximadamente 3 300 000. Essa situação exigiu um controle maior pela Coroa portuguesa, já que, diferentemente da cana-de-açúcar, o ouro era uma riqueza não renovável, e, portanto, se a tributação fosse perdida, não seria possível uma segunda arrecadação.

Assim, já em 1702, foi fundada a Intendência das Minas, órgão português responsável pela gerência das atividades de exploração da região aurífera. A Intendência apresentava duas atribuições fundamentais:

- Distribuir as datas de ouro para a extração. O principal critério para a aquisição desses lotes por seus pretendentes era ter a propriedade de escravos, que seriam os braços responsáveis pela extração do ouro. Esse critério favorecia os exploradores com maior poderio econômico e permitia à Coroa portuguesa maior arrecadação tributária.
- Promover a tributação do ouro, visando a garantir o aumento do erário português.

Nesse sentido, a política tributária na região das Minas variou conforme as circunstâncias presentes no decorrer do século XVIII. Naturalmente, a opressão tributária ocasionou vários conflitos, como a Revolta de Filipe dos Santos em 1720.

Destaca-se a cobrança do **quinto**, ou seja, 20% do ouro extraído pelo minerador. Para facilitar e registrar a tributação, o ouro era quintado nas **casas de fundição**, criadas em 1720. A Coroa portuguesa também chegou a cobrar a **capitação**, caracterizada pela cobrança de 17 gramas de ouro por cada cabeça de escravo. A ganância lusitana chegou ao auge quando se estabeleceu a **finta** em 1750, que consistia na arrecadação anual mínima de 100 arrobas de ouro (1 468,9 kg). Caso essa cota não fosse atingida, seria realizada a **derrama**, marcada pela cobrança de impostos atrasados e confisco do ouro até atingir a meta estabelecida pela finta. A Coroa também cobrava impostos para a circulação de mercadorias na região das Minas, conhecidos como **impostos de entrada**.

A mineração foi marcada pela fundação de núcleos urbanos em torno das principais áreas de exploração do ouro, como Vila Rica, Mariana e Sabará. A formação dessas cidades exigia a necessidade de abastecimento, visto o considerável número de pessoas dedicadas a setores vinculados direta ou indiretamente à extração do ouro. A consequência óbvia dessa situação foi o fortalecimento do comércio intercolonial, com destaque para a vinda de gado do Sul. Dessa forma, pode-se notar que a colônia iniciava o lento processo de integração territorial. Com o intuito de fácil lucro, muitos fazendeiros intensificaram a atividade agrícola em torno das minas com o objetivo de abastecer os milhares de habitantes da região. Essa situação não impediu momentos de precariedade e crises de abastecimento, objeto de constante preocupação da Coroa portuguesa, já que isso ocasionava instabilidade sociopolítica.

A relação de trabalho se baseava na exploração da mão de obra escrava. O universo urbano ocasionava, naturalmente, novas relações entre senhores e escravos, que reduziam, em algumas situações, o quadro de opressão tão presente nas atividades rurais. A presença dos escravos de ganho em setores de comércio e serviço enriquecia a diversidade social das minas. Essa situação não esconde a opressão que muitos escravos sofreram quando foram submetidos a longas jornadas de trabalho nas minas com o objetivo de enriquecer seus proprietários mineradores.



Arquitetura barroca em Minas, reflexo da religiosidade e do enriquecimento da região mineradora.

Desclassificados do ouro

A região das Minas também se destacou pela diversidade social comum do espaço urbano. Comerciantes, artistas, padres, funcionários públicos, escravos e mineradores se misturavam a outros estratos sociais, fazendo das minas um espaço até então nunca visto no território colonial, com o nascimento de uma cultura urbana, dotada de suas próprias peculiaridades e promotora de uma maior circulação de informação e conhecimento. A historiografia tradicional vincula essa variação populacional e cultural a uma maior possibilidade de ascensão social, em virtude da riqueza imediata que o ouro representava e das inúmeras atividades econômicas que surgiram em torno dele. A despeito dessa situação, cabe dizer que o escritor Sérgio Buarque de Holanda referencia que os negócios envolvendo ouro e diamantes ocupavam apenas 1/3 da população, sendo que o restante vivia de atividades secundárias à mineração. Justifica-se, portanto, a afirmativa de Celso Furtado de que, apesar da intensa utilização do trabalho escravo na extração do ouro, esse tipo de mão de obra não constituiu a maioria na capitania das Minas.

Conforme muito bem analisa a historiadora Laura de Mello e Souza em sua obra *Desclassificados do ouro*, o quadro social das Minas era fortemente marcado pela marginalização de grande parte da população, que, apesar de toda a riqueza que o ouro representava, ficava mergulhada em profunda pobreza. É o chamado falso fausto, ou seja, o esplendor das Minas não foi, necessariamente, o enriquecimento de uma sociedade.

[...] A sociedade era pobre, e creio poder dizer que as festas eufóricas do século XVIII tenham sido grandemente responsáveis por uma manipulação "autoritária" da estrutura social, na medida em que uma das visões possíveis da sociedade foi imposta como a visão da sociedade, a que mais acertadamente refletia a estrutura social – no caso, a visão de riqueza e de opulência.

Na sociedade mineradora – como, de resto, nas outras partes da colônia –, eram privilegiados os elementos que tivessem mais número de escravos. Mais da metade das lavras estavam concentradas nas mãos de menos de 1/5 dos proprietários de negros; o próprio critério de concessão de datas assentava-se na quantidade de cativos possuídos, as maiores extensões indo para as mãos dos grandes senhores. Para estes, o luxo e a ostentação existiram de fato – não como sintomas de irracionalidade, conforme disseram muitos, mas como sinal distintivo do *status* social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando. Acumulação de escravos e luxo aparecem, aqui, como características de uma sociedade escravista específica, própria ao sistema colonial, e indicam o seu caráter extremamente restritivo [...].

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1996. [Fragmento]

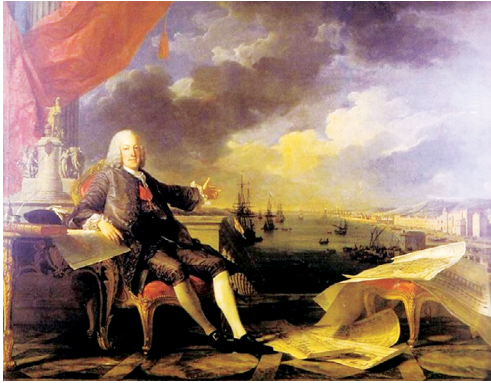
Entre 1740 e 1770, ocorreu o auge da mineração no Brasil. Após essa fase, a atividade aurífera entrou em crise. Vários fatores contribuíram para esse novo cenário, com destaque para o esgotamento do ouro de aluvião, retirado nos barrancos e nas encostas de rios, e para as técnicas rudimentares que inviabilizavam a exploração do ouro em regiões subterrâneas, como viria a ocorrer a partir do século XIX. A retração econômica da região não significou o desaparecimento dos núcleos urbanos, mas assinalou o fim de uma importante fase do sistema colonial português na América. Grande parte da riqueza produzida no período acabou por ser transferida para a Europa, sendo parte componente do processo de acumulação de capital pela Inglaterra.

Arraial do Tijuco – Diamantes

Durante a exploração do ouro nas Minas, foram descobertos os primeiros diamantes na região do Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina. A exploração, iniciada em torno de 1729, era de complexa fiscalização, já que o diamante é um produto facilmente contrabandeado, além de ser difícil sua tributação. A situação extrema da região do Serro acabou levando a Coroa portuguesa a empreender um controle direto da extração de diamantes, fundando a Real Extração, em 1771. A área do Arraial do Tijuco ficou submetida ao controle direto do Estado lusitano, sendo a livre entrada para a região proibida. O intendente do diamante, responsável pela exploração da região, era nomeado diretamente pelo rei, não sendo submetido ao controle das autoridades coloniais, como o governador geral. O modelo da Real Extração adentrou o século XIX, sendo mantido pelo Estado imperial após a Independência, e foi abolido somente no Segundo Reinado.

PERÍODO POMBALINO

Na segunda metade do século XVIII, o Estado português passou por uma série de reformas realizadas pelo então ministro do rei José I, o chamado Marquês de Pombal. O intuito era promover uma modernização nas estruturas administrativas do reino, reduzindo a dependência portuguesa dos outros impérios europeus. O impacto dessas realizações foi determinante para a história portuguesa e, conseqüentemente, para as regiões coloniais controladas pelo reino. O que se percebeu foi uma clara influência dos conceitos racionais iluministas nas medidas tomadas por Pombal, possibilitando defini-lo como um déspota esclarecido, embora não agisse na condição de monarca.



LOO, Louis-Michel van; VERNET, Claude Joseph; *Retrato do Marquês de Pombal*. 1766. Óleo sobre tela, 290 x 354 cm. Lisboa, Portugal.

Marquês de Pombal, representante do despotismo esclarecido em Portugal.

Deve-se destacar que, mesmo sob a influência do pensamento da Ilustração, Pombal reiterou medidas mercantilistas no trato das questões coloniais. Essa negação das práticas liberais, em voga entre os pensadores da época, justificava-se pelo anseio de fortalecer o reino português, mediante uma exploração mais racionalizada das áreas coloniais, por meio da acumulação de capital, essencial para a independência lusitana frente aos poderosos países da época, como Inglaterra e França. É importante lembrar que, durante o Período Pombalino, um forte tremor de terra causou grandes estragos em Lisboa, gerando uma demanda extra por capital. Entre as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, destacam-se:

- Centralização administrativa no Brasil, por meio da extinção do sistema de capitanias hereditárias.
- Expulsão dos jesuítas do reino em 1759, com o intuito de reduzir o poder político da ordem religiosa e de ampliar as ações laicas.
- Criação do subsídio literário, imposto que deveria custear a educação, já que a expulsão dos jesuítas enfraqueceu as estruturas educacionais.
- Proibição da escravidão indígena em 1757, passando a considerar o nativo submetido legalmente às regras portuguesas.
- Criação de companhias de comércio que seriam responsáveis pelo monopólio mercantil das regiões designadas, garantindo o aumento das rendas da Coroa. A Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco são exemplos desse modelo.
- Maior controle fiscal das atividades mineradoras. Como exemplo, cabe ressaltar a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), a instauração da primeira derrama (1762-1763) e a criação da Real Extração (1771).

Apesar das grandes realizações entre 1750 e 1777, Pombal não se sustentou no poder após a morte do monarca José I. Seus adversários políticos conseguiram manipular a rainha D. Maria I para afastar o governante de seus encargos – provocando uma reação conservadora, contrária às medidas modernizantes de Pombal – e implementar a reaproximação do reino luso com a Inglaterra, elemento determinante para o rumo da Coroa portuguesa nas décadas iniciais do século XIX.

Fronteiras

O século XVIII também foi fundamental para o estabelecimento das novas fronteiras que separavam as possessões portuguesas e espanholas na América. A mudança mais impactante foi a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750.



O Tratado de Madrid (1750) delineou contornos aproximados do Brasil de hoje.

O novo limite substituiu o Tratado de Tordesilhas, de 1494, e apresentou como principal ponto de referência a aplicação do princípio do *Uti Possidetis*, ou seja, as fronteiras seriam traçadas conforme a ocupação territorial realizada até a metade do século XVIII. Assim, os avanços portugueses promovidos durante os primeiros séculos de ocupação foram reconhecidos, fortalecendo o espaço de domínio lusitano na América. Como principais pontos dessa nova limitação, destacam-se:

- A ampliação da fronteira norte para o oeste, chegando ao limite das últimas missões jesuíticas portuguesas na Bacia Amazônica.
- A ampliação da região central do Brasil para oeste, conforme a ocupação realizada pela pecuária e pela extração aurífera.
- A anexação do território de Sete Povos das Missões pelos portugueses, no Sul do Brasil.
- A entrega da colônia de Sacramento aos espanhóis, visto que essa região se apresentava incrustada nas possessões espanholas da América.

Apesar das várias desavenças entre as duas Coroas após a assinatura do Tratado de Madrid, devido aos conflitos europeus da segunda metade do século XVIII – fato responsável pela assinatura de novos acordos –, as fronteiras desse Tratado marcam de maneira mais legítima as atuais fronteiras do Brasil.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

01. (Unesp–2021) A exploração do ouro, na região das Minas Gerais durante o século XVIII, implicou um conjunto de transformações no perfil geral da América portuguesa, tais como

- A) a redução no emprego da mão de obra escrava e a facilitação da entrada de imigrantes na colônia.
- B) a implementação do regime de intendências e a formação de nova estrutura administrativa na colônia.
- C) a concentração das atividades econômicas no interior da colônia e o abandono do comércio agroexportador.
- D) o aumento dos intercâmbios comerciais com a América hispânica e a constituição de um mercado aurífero no continente.
- E) o contato direto da Inglaterra com as riquezas do território brasileiro e a dificuldade portuguesa de manter o monopólio comercial.

02. (FGV-RJ–2020) D. Luís da Cunha foi um dos mais importantes letrados do Império Português. Em 1736, ao final de sua vida, elaborou uma obra intitulada *Instruções políticas*, sobre Portugal e suas colônias, na qual propunha que o monarca português, D. João V, escolhesse a cidade do Rio de Janeiro como sede da Corte e capital do Império.

A respeito do papel da cidade do Rio de Janeiro no Período Colonial, é correto afirmar:

- A) A partir das ponderações de D. Luís da Cunha, a monarquia portuguesa passou a organizar seus domínios coloniais sob a forma de províncias, tanto na América quanto na África, com elevado grau de autonomia administrativa.
- B) O Rio de Janeiro tornou-se capital da área colonial em 1763, elevada à condição de Vice-Reino em 1774, mas perdeu essa condição no início do século XIX para a cidade de São Luís, no Maranhão.
- C) Influenciado pelo Marquês de Pombal, D. Luís da Cunha propôs a transferência da capital do Império para o Rio de Janeiro como uma forma de controlar as atividades dos jesuítas e de suas missões.
- D) O Rio de Janeiro sucedeu à cidade de Salvador como capital do Brasil em 1763, em uma medida que acompanhava o deslocamento da base econômica da colônia do Nordeste para a região mineradora.
- E) Apesar de não possuir a infraestrutura necessária, a partir das sugestões de D. Luís da Cunha, as autoridades portuguesas iniciaram os preparativos para que o Rio de Janeiro viesse a sediar a capital do Império.

03. (UFRGS-RS–2020) Leia o seguinte texto a respeito das disputas fronteiriças entre as Coroas ibéricas no sul do continente americano, ao longo do século XVIII, e o protagonismo indígena no contexto de tais disputas.

Durante um período de conflito agudo nas reduções, em meados do século XVIII, os Guarani escreveram intensamente, os documentos produzidos por eles permitem repensar as relações estabelecidas com o território missioneiro e, especialmente, suas formas de ação política.

Esse conjunto de documentos indica uma discussão pouco referida pela historiografia dedicada ao tema, ou seja, a existência da defesa por escrito de um direito a resistir a uma ordem real injusta dos Guarani em redução [...]. A disputa pelas fronteiras na América do Sul, resultado da rivalidade entre as duas monarquias ibéricas, esteve caracterizada por uma ativa participação dos agentes locais. Diante das implicações dessa permuta, a elite indígena procurou estabelecer negociações que lhe garantissem o controle das terras orientais.

NEUMANN, Eduardo Santos; BOIDIN, Capucine. A escrita política e o pensamento dos Guarani em tempos de autogoverno (c. 1753). *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75, 2017, p. 98.

Em relação a essas disputas, é correto afirmar que

- A) a escrita serviu como importante fator de resistência e de negociação dos interesses indígenas e de mediação com os colonizadores europeus.
- B) as rivalidades entre Portugal e Espanha, pelo controle das terras na região das Missões, desconsideraram a participação dos indígenas.
- C) a historiografia sempre se referiu ao papel desempenhado pelas lideranças indígenas como parte da elite letrada na América do Sul.
- D) os conflitos pela definição das fronteiras garantiram a completa submissão das populações indígenas às reduções jesuíticas.
- E) as sociedades Guarani tinham o costume de resistir às ordens reais emitidas por escrito pelas Coroas ibéricas.

04. (UFMG) Antonil, jesuíta que viveu no Brasil, no Período Colonial, destacou a importância da posse de escravos, descrevendo-os como “as mãos e os pés do senhor”.

Na perspectiva da economia colonial, essa importância pode ser confirmada pela vinculação entre o número de escravos possuídos e a doação de

- A) capitânicas hereditárias, lotes de terras em que foi dividida a colônia.
- B) datas de ouro, lotes de terra destinados à exploração mineral.
- C) sesmarias, para exploração, de acordo com o Regimento de Tomé de Souza.
- D) títulos de nobreza, necessários à obtenção de terras para a agricultura.

05. (FGV-SP) A atuação do Marquês de Pombal como ministro do reino português, a partir de 1755, foi caracterizada pela implementação de um amplo conjunto de reformas. Entre elas, é correto apontar

- A) a afirmação da soberania imperial em áreas como a fronteira sul do Brasil, que culminou em confronto aberto com os jesuítas.
- B) a abertura dos mercados metropolitanos e coloniais à livre concorrência, que se baseava nos princípios do liberalismo econômico.
- C) as medidas que visavam estimular o desenvolvimento das manufaturas do Brasil e incrementar o seu mercado interno.
- D) a extinção das companhias de comércio que atuavam no Brasil e o restabelecimento do sistema de capitânicas controladas por particulares.
- E) a diminuição da entrada de escravos oriundos do continente africano e o início de uma política migratória para o Brasil.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (FCMSC-SP-2022) Sabemos que a expansão bandeirante deveu seu impulso inicial sobretudo à carência, em São Paulo, de braços para a lavoura ou antes à falta de recursos econômicos que permitissem à maioria dos lavradores socorrer-se da mão de obra africana. Falta de recursos que provinha, por sua vez, da falta de comunicações fáceis ou rápidas dos centros produtores mais férteis, se não mais extensos, situados no planalto, com os grandes mercados consumidores.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2001.

A particularidade da colonização de São Paulo, quando comparada com a de Recife e de Salvador, deveu-se

- A) ao trabalho de pacificação dos índios guerreiros pela Companhia de Jesus.
- B) ao rápido processo de urbanização em decorrência da exploração aurífera.
- C) à oposição dos habitantes às exigências econômicas da metrópole.
- D) ao isolamento social de uma colonização de interior afastada do litoral.
- E) à inadaptabilidade das espécies vegetais tropicais ao clima temperado.

- 02.** (UFU-MG) A partir de 1750-60, a produção mineradora começou a declinar. Tal mudança, articulada a outros elementos, determinou uma revisão da política mercantilista durante a administração do Marquês de Pombal, secretário de Estado de D. José I.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 100 (Adaptação).

A crise econômica da segunda metade do século XVIII abriu caminho para as reformas pombalinas, vistas como inevitáveis para a recuperação econômica do reino de Portugal e que se caracterizavam, entre outras medidas,

- A) pelo estreitamento das relações comerciais com a Inglaterra, país que era visto como mercado seguro dos produtos primários das colônias portuguesas.
- B) pelo estreitamento das relações com a Igreja, com o aumento da presença dos jesuítas, vistos como agentes importantes da modernização educacional.
- C) pelo incentivo à produção manufatureira na colônia, com o objetivo de diminuir a dependência econômica em relação aos produtos primários.
- D) pelo surgimento dos primeiros projetos de abolição de escravos, com o objetivo de formar um mercado consumidor para as indústrias da colônia.



- 03.** (Mackenzie-SP) A expulsão da Companhia de Jesus de todos os territórios portugueses, em 1759, foi uma das medidas mais polêmicas tomadas por Pombal.

Em geral, as justificativas para esse ato são a total incompatibilidade entre o controle das práticas pedagógicas adotadas pelos jesuítas e o projeto educacional iluminista pombalino. Todavia, é importante assinalar que tal expulsão também está relacionada

- A) aos embates entre o despotismo esclarecido e as convicções dogmáticas da Igreja, que persistiram no governo de Pombal e de D. Maria I.
- B) à imposição do catolicismo como religião oficial da colônia, fruto da subordinação da Coroa portuguesa às decisões do papa.
- C) ao controle do comércio de escravos africanos pelos jesuítas na Região Norte, impedindo lucros para a Coroa portuguesa.
- D) à influência da burguesia huguenote na Corte de D. José I, exigindo o direito de educar os filhos dos colonos, até então monopólio dos jesuítas.
- E) ao interesse em estabelecer o controle sobre as fronteiras da América Portuguesa e sobre os recursos econômicos produzidos nessas regiões.

- 04.** (ESPM-SP) Antônio Raposo Tavares faz parte do rol dos grandes bandeirantes e, pela visão dos colonos, foi um verdadeiro herói, responsável pelo alargamento das fronteiras, pelo controle e domínio das matas, por comandar lutas contra os espanhóis, por participar da campanha contra os holandeses.

Sob o ponto de vista indígena, dos jesuítas e de centenas de milhares de famílias, certamente está na galeria dos assassinos e dos grandes invasores, capaz de matar, saquear vilas, incendiar igrejas, separar pessoas queridas, que por ele eram tratadas como mercadorias, sendo aprisionadas e maltratadas. Afinal, sua atividade era exclusivamente de apresamento de índios para negociar como escravos.

Raposo Tavares viu nesse empreendimento a chance de sobreviver e de enriquecer diante das circunstâncias impostas pela colônia. Ele aproveitou a presença holandesa no Nordeste, que controlava o tráfico negreiro, para vender a mão de obra indígena aos engenhos dos colonos portugueses da região.

Morais, Marcus Vinícius de; Ramos, Fábio Pestana. Eles formaram o Brasil.

A partir da leitura do texto, é correto assinalar:

- A) O texto apresenta uma visão unidimensional da figura do bandeirante Raposo Tavares, revelando sua heroica contribuição para a formação das fronteiras brasileiras.
- B) O texto fornece uma visão fundamentalmente crítica da ação do bandeirante Raposo Tavares, não apontando qualquer enfoque elogioso de sua atuação.
- C) O texto apresenta uma abordagem multifacetada da figura do bandeirante Raposo Tavares, revelando-o sob diferentes olhares.
- D) Raposo Tavares foi um caso único entre os bandeirantes, pois não houve qualquer outro desbravador daquele tempo que tenha se dedicado ao apresamento de indígenas.
- E) O texto refuta qualquer relação entre a presença holandesa no Nordeste e a atividade de apresamento de indígenas e sua utilização em engenhos de cana-de-açúcar.

05. (FGV-SP) Leia o fragmento:

Na segunda metade do século XVIII, a preocupação com o “bem governar” era um imperativo tanto para a manutenção do monarca, de modo a que não se fortalecessem outras pretensões de legitimidade, quanto para a conservação do próprio regime, da monarquia absolutista, pois tratava-se de evitar que certas ideias correntes, como governos elegíveis e parlamentos poderosos, tomassem corpo.

[...] o despotismo esclarecido varia de país para país, dependendo de cada processo histórico e de sua abertura ao movimento de ideias da ilustração [...].

JUNIOR, Antonio Mendes et al. *Brasil História*: texto e consulta.

Sobre o fenômeno histórico em referência, no caso de Portugal, é correto considerar que

- A) o atraso econômico português gerava dependência política e militar, colocando em perigo inclusive o Império Colonial Português, e nesse processo ocorreram as reformas pombalinas, que representaram um maior controle português sobre o Brasil.
- B) as autoridades monárquicas portuguesas se anteciparam às ondas revolucionárias do mundo atlântico e criaram metas de aumento da participação das diversas classes sociais nas instâncias de poder, o que gerou o primeiro Parlamento na Europa moderna.
- C) coube ao Marquês de Pombal o apontamento de um acordo estratégico com a Inglaterra, concretizado com o Tratado de Methuen, que permitiu a independência econômica de Portugal e regalias para a mais importante colônia lusa, o Brasil.
- D) as ideias iluministas foram abominadas pelas autoridades portuguesas, assim como pelas elites coloniais e metropolitanas, pois representavam um forte retrocesso nas concepções de liberdade de mercado, defendidas pelo mercantilismo.
- E) o contundente crescimento da economia de Angola, por causa do tráfico de escravos e da produção de manufaturados, e da economia açucareira no Brasil, foram decisivos para a opção portuguesa em transferir a sede da Coroa portuguesa para a América.

- 06.** (FMP-RJ) Em meados do século XVIII, o [...] Marquês de Pombal elaborou uma série de medidas visando integrar as populações indígenas da América à sociedade colonial portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre esses, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. [...] Como um dos elementos viabilizadores deste futuro, em que não seria possível distinguir brancos de índios, [...] enfatizava a necessidade da realização de casamentos mistos, assim como ordenava que os filhos gerados nestas uniões fossem considerados mais capacitados que os colonos brancos para ocupar cargos administrativos nas antigas aldeias indígenas transformadas em vilas e lugares portugueses.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e sua aplicação na América meridional. *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, n. 23, p. 13-38, 2007. p. 24-25 (Adaptação).

O projeto pombalino de integrar os índios da América Portuguesa à sociedade colonial promoveu mudanças profundas no relacionamento entre as populações indígenas e a Coroa lusa. Na região amazônica,

por exemplo, tratar os indígenas como súditos do Império Português era uma das estratégias adotadas pelo Estado lusitano com o intuito de

- A) recrutar efetivos militares para a guerra na fronteira oeste.
- B) promover a colaboração com os jesuítas.
- C) deslocar a população nativa para o Nordeste.
- D) estimular a escravização dos índios.
- E) garantir a posse do território.

07.

RUNE



(Unifor-CE) A economia mineira no Brasil, no século XVIII, desenvolveu-se a partir da descoberta de ouro e diamantes nas Gerais. Os homens do Piratininga foram essenciais pelo conhecimento do território e Portugal providenciou ajuda técnica.

Sobre este período da história do Brasil, podemos afirmar que

- A) a descoberta de Ouro no Brasil não provocou processo de imigração de Portugal para o Brasil, pois a quantidade de ouro não era significativa.
- B) o trabalho escravo não foi importante nesta etapa da economia brasileira, pela natureza da mineração.
- C) a organização da economia mineira estava baseada na incerteza, mobilidade da empresa, alta lucratividade e especialização.
- D) o abastecimento de alimentos e outros foi facilitado pelo transporte fluvial e pela geografia da região das minas.
- E) o declínio da produção de ouro e a consequente estagnação da economia se deu na segunda metade do século XIX.

08.

ZQJ



(PUC Minas) Os ouro-pretanos distribuíam-se pelos seis distritos já mencionados. Nos dois mais populosos – Ouro Preto e Antônio Dias – concentrava-se 50,77% da população, 48,13% dos livres e 56,56% dos cativos. Neste núcleo principal centralizava-se a vida administrativa, militar e religiosa da urbe.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal et al. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp, 2009. p. 49.

Os habitantes de Vila Rica, capital das Minas, eram de 8 867 indivíduos em 1804 segundo Luna e Costa (2009). Os autores analisaram a sociedade do início do século XIX e apontaram as características do processo de povoamento verificado nas Gerais que as distingue de outras áreas, principalmente no que tange ao caráter tipicamente urbano de Vila Rica. Os dados do trecho selecionado também indicam uma distribuição social e confirmam:

- A) O povoamento da província que se voltou para atividade extrativa e gerou a concentração da população nos povoados que se organizaram junto aos locais de mineração.
- B) O risco iminente de rebeliões em consequência do grande número de cativos, superior ao de homens livres, que juntos alcançaram precocemente a abolição da escravidão.
- C) A riqueza das minas no século XIX, medida principalmente pela posse de escravos. Em Ouro Preto, a proporção indica que havia mais de dois escravos por proprietário.
- D) A diversidade entre as cidades, onde se concentrava a vida administrativa, militar e religiosa, havia muitos homens livres e nas outras áreas o número de cativos era maior.

09. (UFMG) Leia estes trechos de documentos relacionados ao Brasil Colonial, atentando para os processos históricos a que se referem:

- I. [...] a grande constância de outros, desprezando as inclemências do tempo, desatendendo ao trabalho das marchas, vencendo os descômodos da vida, e perdendo o temor aos assaltos, continuavam a cortar bosques, a abrir caminhos, a penetrar sertões, a combater com o gentio bárbaro, fazendo a muitos e algumas mulheres prisioneiros [...].
- II. [...] quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas, perpetuamente ardentes; as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio; os etíopes, ou ciclopes, banhados em suor tão negro como robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo [...] não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.
- III. Ali ignora-se o uso da verruma, o método de conhecer o interior e as diversas camadas de terras: as ciências naturais, a mineralogia, a química, o conhecimento da mecânica, das leis do movimento e da gravidade dos corpos, tudo está ali muito na sua infância; das máquinas hidráulicas apenas se conhece ainda muito imperfeita, a que, pela sua figura e construção, chamam rosário [...].
- IV. [...] o conde enriqueceu e ornou com edifícios vilas e cidades. Construiu pontes e palácios para utilidade e beleza. Erigiu, em parte por sua munificência, um templo para a piedade e para o serviço divino. Teve consigo e favoreceu, na paz e na guerra, os mais eminentes artistas [...] para que eles mostrassem, vencidos, [...] os lugares, as terras e as cidades que ele próprio vencesse.

Os trechos I, II, III e IV fazem referência, respectivamente,

- A) à ação dos quilombolas, aos motins coloniais, às atividades agrícolas indígenas e à construção da cidade de Salvador.
- B) à pecuária, ao batuque dos negros, à arte naval portuguesa e à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.
- C) ao bandeirantismo, aos engenhos de açúcar, às técnicas de mineração e à presença holandesa no Nordeste açucareiro.
- D) ao tráfico negreiro, aos rituais indígenas, às moedas de açúcar e à urbanização das vilas das Minas Gerais.

10. (Unicamp-SP) Durante o século XVIII, a capitania de São Paulo sofreu grandes transformações territoriais e administrativas. Em 1709, nasceu a capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, abrangendo imenso território correspondente à quase totalidade das atuais Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, à exceção da então capitania do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Até 1748, sucessivos desmembramentos formaram as regiões de Minas, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Goiás e Mato Grosso.

O novo capitão-general, mais conhecido como Morgado de Mateus, foi diretamente instruído pelo futuro Marquês de Pombal a ocupar-se da fronteira oeste ameaçada pelos espanhóis e a fomentar a produção de gêneros de exportação.

MEDICCI, Ana Paula. São Paulo nos projetos de Império. In: COSTA,, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de. *De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX.* São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2007. p. 243 (Adaptação).

- A) Cite duas atividades econômicas que sustentavam a capitania de São Paulo no século XVIII.
- B) Considerando a política territorial na América Portuguesa nos séculos XVI e XVII, comente as mudanças significativas do século XVIII nesse aspecto.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) Todos os anos, multidões de portugueses e de estrangeiros saem nas frotas para ir às minas. Das cidades, vilas, plantações e do interior do Brasil vêm brancos, mestiços e negros juntamente com muitos ameríndios contratados pelos paulistas. A mistura é de pessoas de todos os tipos e condições; homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; fidalgos e povo; leigos, clérigos e religiosos de diferentes ordens, muitos dos quais não têm casa nem convento no Brasil.

BOXER, C. *O Império Marítimo Português: 1435-1825.* São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

A qual aspecto da vida no Brasil colonial o autor se refere?

- A) À imposição de um credo exclusivo.
- B) À alteração dos fluxos populacionais.
- C) À fragilização do poder da Metrópole.
- D) Ao desregramento da ordem social.
- E) Ao antilusitanismo das camadas populares.

02. (Enem) A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver, que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant. 2 jan. 1751 apud CHAIM, M. M. *Aldeamentos indígenas (Goiás: 1749-1811).* São Paulo: Nobel, Brasília: INL, 1983 (Adaptação).

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função

- A) das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.
- B) da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.
- C) do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.
- D) da política racista da Coroa portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.
- E) da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

- 03.** (Enem) Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil Colonial. A palavra tropeiro vem de "tropa" que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em: <http://www.tribunadoplanalto.com.br>.
Acesso em: 27 nov. 2008.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à

- A) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
B) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
C) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
D) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
E) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.
- 04.** (Enem)

Gregório de Matos definiu, no século XVII, o amor e a sensualidade carnal

O Amor é finalmente um embaraço de pernas, união de barrigas, um breve tremor de artérias.

Uma confusão de bocas, uma batalha de veias, um rebuliço de ancas, quem diz outra coisa é besta.

VAINFAS, R. Brasil de todos os pecados.
Revista de História, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2003.

Vilhena descreveu ao seu amigo Filopono, no século XVIII, a sensualidade nas ruas de Salvador

Causa essencial de muitas moléstias nesta cidade é a desordenada paixão sensual que atropela e relaxa o rigor da Justiça, as leis divinas, eclesíásticas, civis e criminais. Logo que anoutece, entulham as ruas libidinosos, vadios e ociosos de um e outro sexo. Vagam pelas ruas e, sem pejo, fazem gala da sua torpeza.

VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. 1 (Coleção Baiana) (Adaptação).

A sensualidade foi assunto recorrente no Brasil Colonial. Opiniões se dividiam quando o tema afrontava diretamente os "bons costumes". Nesse contexto, contribuía para explicar essas divergências

- A) a existência de associações religiosas que defendiam a pureza sexual da população branca.
B) a associação da sensualidade às parcelas mais abastadas da sociedade.
C) o posicionamento liberal da sociedade oitocentista, que reivindicava mudanças de comportamento na sociedade.
D) a política pública higienista, que atrelava a sexualidade a grupos socialmente marginais.
E) a busca do controle do corpo por meio de discurso ambíguo que associava sexo, prazer, libertinagem e pecado.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. B 03. A 05. A
 02. D 04. B

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D 04. C 07. C
 02. C 05. A 08. A
 03. E 06. E 09. C
10.
 A) A capitania de São Paulo era sustentada pela mineração praticada na região de Minas Gerais, bem como pelas monções e pela incipiente produção de açúcar.
 B) O século XVIII foi marcado pela formação de novas fronteiras entre os territórios espanhóis e portugueses, a partir da assinatura do Tratado de Madrid, que ocorreu em 1750. Esse novo tratado substituiu o tratado de Tordesilhas, e determinou que as fronteiras seriam marcadas de acordo com a ocupação territorial realizada até meados do século XVIII.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. B
 02. E
 03. C
 04. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Rebeliões Nativistas e Separatistas

No final do século XVII e no decorrer do século XVIII, o Brasil foi marcado por rebeliões que objetivavam contestar a exploração portuguesa do território colonial, apontando, com relativa clareza, a crise na relação metrópole-colônia, centrada na insatisfação de uma parcela da população quanto ao excessivo controle português do território brasileiro.

As revoltas ocorridas nos últimos séculos da colonização costumam ser divididas em dois blocos: as rebeliões nativas e as rebeliões separatistas. As primeiras reagem contra as posturas metropolitanas que estivessem desagradando setores da sociedade em certa época e local, porém sem o esforço emancipatório típico das rebeliões separatistas, que, conforme indica o nome, desejavam a ruptura política entre a colônia portuguesa e a metrópole.

Enquadram-se nas revoltas nativistas: a Revolta de Beckman, a Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates e a Revolta de Felipe dos Santos. São consideradas rebeliões separatistas aquelas que, a partir de finais do século XVIII, manifestavam ideias de ruptura política em relação a Portugal. Podemos citar como exemplos de rebeliões separatistas a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Insurreição Pernambucana, entre outras.

REBELIÕES NATIVISTAS

Revolta de Beckman (Maranhão, 1684)

Inúmeras foram as divergências entre os europeus quanto à questão indígena nos primeiros anos de colonização. O testemunho desse embaraço ficou registrado na ampla, complexa e contraditória legislação lusitana a respeito do gentio, personagem sujeito à escravidão nas primeiras leis portuguesas, mas poupado de tamanha violência com o decorrer dos séculos, pelo menos na lei. Como o jogo de interesses em torno da questão indígena era amplo, as críticas à legislação régia partiam de inúmeras áreas coloniais, entre as quais se destacam as regiões de São Paulo e Maranhão, locais nos quais houve conflitos entre colonos e jesuítas por causa da escravização dos nativos.

Enquanto os religiosos estabeleciam as missões que evangelizavam os índios, os colonos queriam utilizá-los nas fazendas como mão de obra cativa. Deve-se lembrar de que no século XVII, devido às invasões holandesas, em especial, enfrentaram-se graves problemas de mão de obra na América Portuguesa. No caso maranhense, a crise levou à expulsão da Companhia de Jesus, em 1661, por causa da oposição à transformação do índio em escravo; a presença dos jesuítas na região foi retomada apenas em 1680, quando o governo português declarou ser totalmente proibida a utilização dos indígenas, também chamados no período de “negros da terra”, como mão de obra forçada, tendo os religiosos a jurisdição espiritual e temporal das aldeias indígenas.

Para solucionar o problema da falta de abastecimento de escravos, a metrópole criou a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, em 1682, que tinha as funções de fornecer escravos, vender manufaturas europeias e comprar os produtos coloniais, durante um prazo de 20 anos. Esse monopólio comercial da Companhia permitiu uma série de abusos, como os exorbitantes preços cobrados na venda das mercadorias europeias, além dos baixos preços pagos pela compra da baunilha, cacau, pau-cravo, cana-de-açúcar, algodão e tabaco. A situação tornou-se insustentável quando ficou explícita a incapacidade de a Companhia garantir o abastecimento dos 500 escravos anuais, conforme havia sido acordado com os colonos.

Insatisfeita com essa situação, parcela do clero, junto com os fazendeiros abastados, resolveu apoiar, em 25 de fevereiro de 1684, a revolta liderada por Manuel Beckman, rico fazendeiro que conseguiu tomar o governo do Maranhão, expulsando os jesuítas e abolindo a Companhia de Comércio. Foi enviado para Portugal Tomás Beckman, irmão do líder da revolta, que deveria informar ao rei as principais exigências dos rebelados à metrópole, mas que foi preso ao expor suas ideias junto à Coroa. O rei português enviou um novo governador para o Maranhão, Gomes Freire de Andrada, que conseguiu restabelecer a ordem, perseguindo o fugitivo Manuel Beckman, que, após ser delatado por seu sobrinho, foi preso e enforcado. O governo português permitiu o retorno dos jesuítas e restabeleceu a Companhia de Comércio do Maranhão; porém, acabou com o monopólio que ela detinha.

Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1708-1709)

Quando a notícia da descoberta das minas de ouro na colônia chegou a Portugal, houve um fluxo natural de lusitanos para a região aurífera, na busca de riqueza fácil e rápida. Segundo o padre João Antônio Andreoni (Antonil):

A sede do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a se meterem por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificulosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão [...]

ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 1711. [Fragmento]

A presença cada vez maior de portugueses desagradou aos paulistas, responsáveis pela descoberta do ouro, que enxergavam os lusitanos como invasores do rico território conquistado com muito esforço.

Os paulistas reivindicavam o direito exclusivo de exploração da região, tratando com desdém os estrangeiros, chamados, de modo pejorativo, de emboabas, já que estavam sempre de botas, com panos enrolados nos pés, lembrando uma ave da região, que tinha os pés emplumados, conhecida pelo mesmo nome. Essa crítica era baseada no fato de os bandeirantes paulistas estarem sempre descalços, comportamento natural para uma população mestiça e acostumada a participar das bandeiras pelo interior da colônia. Esse cenário de rivalidade era aflorado pela insuficiente presença da Coroa portuguesa, em um contexto de forte deslocamento populacional para a região mineradora.

Um dos líderes dos paulistas era o conhecido bandeirante Manuel de Borba Gato. Entre os líderes dos portugueses, estava o riquíssimo Manoel Nunes Viana, governador de Minas. O conflito armado aconteceu em várias regiões de Minas Gerais, como Caeté, Sabará, Vila Rica e São João Del Rey, onde os paulistas, menos preparados para o combate, sofriram derrotas sucessivas. O episódio mais dramático da batalha ficou conhecido como Capão da Traição. Os paulistas, cercados pelos portugueses liderados por Bento do Amaral Coutinho, receberam a promessa de que suas vidas seriam poupadas, caso entregassem as armas. Porém, ao se desarmarem, foram massacrados impiedosamente. Os paulistas tiveram força para se organizar posteriormente, mas não foram capazes de derrotar os portugueses.

Perdendo a guerra, parte dos paulistas partiu para outras regiões em busca de novas minas de ouro, encontrando-as, em 1718, na região do atual Mato Grosso. Com o objetivo de ampliar o controle da região, a Coroa portuguesa promoveu a criação da capitania de Minas Gerais e São Paulo, separando-a do Rio de Janeiro. A mudança política assinala uma característica fundamental do conflito: a disputa pelo poder administrativo de uma nova área de exploração colonial pelos poderes emergentes nas Minas no início do século XVIII.

A vitória dos emboabas, ou seja, dos portugueses, acabou por possibilitar a sistematização da retirada do ouro de Minas Gerais, que durou, aproximadamente, 80 anos.

Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710)

Ocorrida na região de Pernambuco, a Guerra dos Mascates representou uma consequência da decadência da produção açucareira da região de Olinda, desde o início da concorrência holandesa nas Antilhas. A aristocracia de Olinda, anteriormente rica e poderosa, vivia uma situação de crise econômica. Para manter o *status*, costumava pedir empréstimos aos comerciantes portugueses de Recife, cidade marcada por uma profunda expansão econômica desde a presença holandesa na região na primeira metade do século XVII. Seus moradores eram tratados pejorativamente de mascates pelos olindenses. Já os cidadãos de Recife chamavam os fazendeiros de Olinda de pés-rapados, já que viviam em plena decadência e pobreza. Dessa forma, pode-se constatar que a elite de Olinda, fragilizada pela perda do poder econômico, encontrava-se prestes a também ver a diminuição de seu domínio político. O conflito assumia também uma postura antilusitana, visto que a maioria dos habitantes de Olinda nascera no Brasil, e os comerciantes de Recife eram portugueses.



POST, Frans. *Vista da cidade de Maurícia e Recife*. 1657. Óleo sobre madeira, 46 × 83 cm. Coleção particular.

Em 1709, devido ao desenvolvimento econômico de Recife, o rei Dom João V elevou a região à condição de vila, o que desagradou os olindenses, já que a emancipação de Recife daria maior poder aos fortalecidos comerciantes. Quando se iniciou a demarcação da separação das duas vilas, teve início o conflito, com os recifenses chefiados por João da Mota, enquanto os olindenses eram coordenados por Bernardo Vieira de Melo. Nas primeiras batalhas, o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, foi atingido por um tiro na perna e fugiu para a Bahia, deixando para trás uma tensa situação entre as duas cidades, que se armaram para novos conflitos. A solução só veio com a nomeação, em 1714, de um novo governador, Felix José Machado de Mendonça, que acabou por anistiar os envolvidos no conflito e confirmar a autonomia da vila de Recife perante Olinda.

Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica (Minas Gerais, 1720)

A Revolta de Filipe dos Santos ocorreu devido à rigidez metropolitana na elaboração de instrumentos eficazes para a cobrança tributária na região das Minas. Sua origem está relacionada à proibição da circulação de ouro em pó por parte da Coroa portuguesa no ano de 1720. Nesse período, foi determinada a transformação de todo ouro circulante em barras nas casas de fundição, evitando a sonegação do quinto, imposto referente a 20% da produção aurífera. A notícia da implantação das casas de fundição e da proibição da circulação do ouro em pó, demonstrando um Estado português cada vez mais atuante e mercantilista no trato com as Minas, levou à eclosão de um levante armado que contou com a participação de, aproximadamente, dois mil mineradores e teve a liderança de Pascoal da Silva Guimarães, rico português que sofria as pressões do fisco da Coroa. A Revolta de Vila Rica se voltou contra o conde de Assumar, governador recém-chegado às Minas e conduzido ao cargo com o intuito de impor as ordens vindas de Portugal.

O governador, não podendo reagir imediatamente contra os revoltosos, já que não detinha força militar para o restabelecimento da ordem, aceitou as reivindicações dos mineradores contra as leis metropolitanas. Porém, assim que conseguiu tropas suficientes, o conde de Assumar massacrou os revoltosos e ordenou a queima de suas casas. Filipe dos Santos, português pobre e considerado uma das lideranças dos setores menos favorecidos do movimento, foi condenado à morte, sendo enforcado e esquartejado em plena Vila Rica, como demonstração de força da Coroa portuguesa. As casas de fundição foram implantadas em 1724, e a capitania de Minas foi separada da capitania de São Paulo, com o intuito de ampliar o controle administrativo na região.



PARREIRAS, Antônio. *Julgamento de Filipe dos Santos*. 1923. pintura. Museu Antônio Parreiras, Niterói, RJ.

Representação do julgamento de Filipe dos Santos, um dos participantes da revolta de 1720 em Minas Gerais.

A Revolta de Vila Rica representou um prelúdio do atrito entre colonos e metrópole no conturbado universo social da mineração, repleto de crises e conflitos, e que culminou na tentativa de sedição ocorrida em 1789 com a Inconfidência Mineira.

REBELIÕES SEPARATISTAS

Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789)

O movimento da Inconfidência Mineira não pode ser compreendido sem que esteja relacionado com a situação econômica de Minas Gerais no período da revolta. Na segunda metade do século XVIII, a região já apresentava sinais de decadência devido à redução da quantidade de ouro extraído, fato que levou os grandes mineradores a viver sob pressão, já que estavam, em grande parte, endividados com a Coroa portuguesa. No meio da elite de Vila Rica, encontravam-se pessoas letradas, que conheciam as ideias iluministas divulgadas nas universidades europeias. Informados do processo de Independência dos Estados Unidos, ocorrido no ano de 1776, esses membros da elite começaram a planejar uma possível ação semelhante na colônia portuguesa, numa nítida reação desta contra os abusos metropolitanos. Alguns estudantes já haviam até sondado Thomas Jefferson, um dos redatores da Declaração da Independência americana, então embaixador americano na França, quanto à possibilidade de os Estados Unidos apoiarem uma revolta no Brasil. Além dessa conversa realizada entre José Joaquim Maia e Thomas Jefferson, merece destaque a busca de apoio de José Álvares Maciel junto aos comerciantes ingleses para uma possível rebelião em Vila Rica.

Assim, o pensamento sobre a ruptura frente a Portugal foi sendo constituído por meio do exemplo bem-sucedido dos Estados Unidos e do contato com os princípios iluministas e liberais que exortavam o homem à liberdade, servindo, assim, de arcabouço intelectual para os colonos.

Como é perceptível, já que o movimento da Inconfidência teve o apoio de mineradores, de estudantes da elite e de alguns membros da classe média, seu caráter foi elitista, ou seja, não havia preocupação com a melhoria de vida da população mais pobre, muito menos a da grande massa de escravos. As mudanças desejadas pelos inconfidentes se restringiam ao âmbito político e econômico, estando as questões sociais em um local periférico. Entre os principais líderes estavam os poetas Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, os padres José de Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo e Melo e Manuel Rodrigues da Costa, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire Andrade, os coronéis Domingos de Abreu e Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. Esse último foi o articulador da sedição junto aos setores populares, visto que possuía menor condição econômica e era mais próximo da população.

Como o movimento da Inconfidência não se concretizou, é difícil estabelecer com plena fidelidade as principais propostas da revolta, sendo apenas conhecidas as que foram expostas por alguns inconfidentes nos autos da devassa. Entre os objetivos, foi citada a separação apenas da capitania de Minas Gerais, apesar do contato de lideranças do movimento com setores da vida política de São Paulo e Rio de Janeiro, formando uma República que teria como base a Constituição dos Estados Unidos. Seria criada uma universidade em Vila Rica, e a capital da nova nação teria sede na cidade de São João Del Rey. Os inconfidentes incentivariam a formação de indústrias, e a participação no Exército seria obrigatória; a nova nação teria uma bandeira com o escrito em latim: *Libertas quae sera tamen*, que significa “Liberdade ainda que tardia”. Quanto à questão da escravidão, não havia a intenção de os inconfidentes libertarem os cativos, já que parte dos envolvidos no levante era senhores de escravos. O único compromisso de que se tem notícia nesse sentido é a liberdade dos escravos e mulatos nascidos no Brasil.

Com a chegada do novo governador das Minas, visconde de Barbacena, a tensão na capitania aumentou ainda mais, já que era conhecida a ordem do rei de Portugal de se declarar a derrama, ou seja, o confisco de ouro até se atingir a quantidade de 100 arrobas estabelecida pela Coroa portuguesa. Junto com a cobrança da derrama, seria realizada a cobrança de outras dívidas que houvesse entre os mineradores e o governo português.

Assim, aproveitando o clima de tensão, os inconfidentes estabeleceram o seguinte acordo: no dia em que fosse decretada a derrama, seria aproveitado o cenário de insatisfação e de revolta para dar início à insurreição. Porém, os inconfidentes não contavam com uma traição: Silvério dos Reis, membro participante da Inconfidência, resolveu entregar uma lista dos traidores em troca do perdão de sua dívida com a Coroa portuguesa. O visconde de Barbacena deu por suspensa a derrama e prendeu os envolvidos. Como foram pegos de surpresa e possuíam limitada capacidade de organização e mobilização, todos negaram a participação no movimento. Apenas Tiradentes, que estava no Rio de Janeiro, assumiu a participação. Após a maioria dos delatados ter sido condenada à morte, D. Maria I, rainha de Portugal, resolveu substituir a pena capital pelo envio dos condenados para o degredo na África. Já para Tiradentes, por ser o mais pobre entre os inconfidentes e para servir de exemplo, foi mantida a condenação à morte por enforcamento, tendo sido executado no Rio de Janeiro e seu corpo esquartejado e espalhado pela estrada de Minas. Sua casa foi derrubada e a terra foi salgada, prática comum da época. Sua cabeça foi exposta na praça central de Vila Rica.



AMÉRICO, Pedro. *Tiradentes esquartejado*. 1893. Óleo sobre tela, 270 × 165 cm. Acervo do Museu Mariano Procópio, Juiz de fora, MG.

Dois elementos da Inconfidência Mineira são fundamentais. Em primeiro lugar, cabe observar que, apesar de a tentativa de sedição ter ocorrido no ano da Revolução Francesa (1789), esta não influenciou os fatos ocorridos em Vila Rica, cabendo a influência externa apenas às ideias iluministas e liberais e à Independência dos Estados Unidos, o que nos permite afirmar a Inconfidência como uma utopia americana, de acordo com o historiador Kenneth Maxwell. Em segundo lugar, a imagem mítica de Tiradentes, tratado como herói do movimento, só foi construída positivamente no contexto da Proclamação da República, quando a historiografia brasileira carecia de um mártir para o movimento republicano nacional. No período anterior, orientado pelos anseios de um regime monárquico, a construção da imagem de Tiradentes fugia desse referencial heroico, sendo tratado com desdém e com desinteresse pelos primeiros historiadores do Brasil.

Conjuração Carioca (Rio de Janeiro, 1794)

Assim como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Carioca não chegou a ser concretizada. Inspirado pelas ideias do Iluminismo, um grupo de intelectuais fluminenses fundou a Sociedade Literária, em 1786, realizando inúmeras reuniões na cidade do Rio de Janeiro. Esses encontros, comuns na Europa, buscavam discutir variados temas, sem nenhuma pretensão de modificação social. No momento em que os membros da Sociedade Literária Fluminense começaram a intensificar a crítica aos elementos sociais do Brasil Colônia, eles foram denunciados por um dos signatários, conhecido como José Bernardo da Silva Frade, que acusou o grupo de conspirar contra a religião e o governo português.

Foram delatados como membros do movimento o poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga, Vicente Gomes e João Manso Pereira. Durante dois anos e meio, esses homens ficaram presos, tendo sido colocados em liberdade no ano de 1797, por falta de provas.

Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (Bahia, 1798)

Das insurreições que ocorreram durante o Período Colonial, aquela que apresentou um caráter mais popular foi a Conjuração Baiana, que, além de ter a participação de médicos, advogados e comerciantes, teve o apoio de ex-escravos, sapateiros e vários alfaiates, motivo pelo qual ficou também conhecida como **Revolta dos Alfaiates**.

As razões que provocaram a eclosão do movimento foram variadas. Em termos estruturais, depois da decadência da produção açucareira no Nordeste, a primeira capital brasileira já não apresentava todo o seu esplendor, ainda mais quando o eixo econômico do Brasil havia se deslocado para o Sudeste. Isso ocorreu devido à exploração do ouro, levando à transferência da capital brasileira por Pombal para o Rio de Janeiro, em 1763. Com uma carga tributária elevada recaindo sobre uma população pobre, as ideias de liberdade começaram a se ampliar cada vez mais. As notícias da Revolução Francesa, junto com as ideias iluministas, percorriam cada vez mais o círculo da população baiana, que já vislumbrava o sucesso de episódios como a Independência americana e a revolução dos escravos ocorrida no Haiti, que acabou por culminar na Independência da região em 1793.

Essas informações eram discutidas em sociedades secretas, que conspiravam contra as autoridades portuguesas, destacando o grupo conhecido como Cavaleiros da Luz, coordenado pelo farmacêutico Figueiredo Melo. No momento em que se estabeleceu o interesse comum das classes em realizar uma conspiração e em promover a sedição, a discussão partiu para as mudanças internas que deveriam ser postas em prática. Os grupos populares insistiam em promover algumas reformas sociais após a ruptura, levando os grupos da elite a se afastarem da direção do movimento.

Entre os líderes do levante, podemos citar os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres, Luís Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro, o padre Francisco Gomes, o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, o professor Francisco Barreto e o médico Cipriano Barata.

Entre as principais ideias defendidas pelo motim, encontram-se o fim da escravidão, o aumento de salário para os soldados e a formação de um governo republicano, além do desejo de emancipação frente à Coroa portuguesa.

Apesar do radicalismo presente nas ideias da Conjuração Baiana, nota-se uma ausência de organização na preparação da conspiração. Os revolucionários, no dia 12 de agosto de 1798, fixaram panfletos nos principais prédios públicos e nas igrejas, convidando as pessoas a participarem da rebelião. Rapidamente, o governador conseguiu informações, por meio de denúncias, sobre os líderes da rebelião, prendendo mais de uma dezena de pessoas.

Muitos deles foram condenados ao enforcamento e ao esgarçamento, como João de Deus, Manuel Faustino, Lucas Dantas e Luís Gonzaga. Os membros da elite foram condenados a penas menores ou foram apenas inocentados.

A Inconfidência Baiana foi marcada pela mescla de interesses políticos de emancipação, comum a muitos setores da sociedade colonial do século XVIII, e pelas propostas de cunho social que acarretariam possíveis transformações na lógica estrutural do sistema econômico, construído durante os séculos de colonização portuguesa. O fracasso do movimento não escondeu a ansiedade dos setores menos privilegiados da sociedade por lutar por um sistema mais justo no Brasil no final do regime colonial.

Conspiração dos Suassunas (Pernambuco, 1801)

Uma das conspirações contra o controle de Portugal de que se tem menor conhecimento foi a Conspiração dos Suassunas, ocorrida em Pernambuco, em 1801. O nome da revolta originou-se do fato de que os principais líderes do movimento eram proprietários do Engenho Suassuna: Francisco de Paula, Luís Francisco e José Francisco, tratados como os irmãos Cavalcanti de Albuquerque.

Segundo os autos da devassa, os conspiradores faziam parte de uma sociedade secreta chamada Areópago de Itambé, que era ligada à maçonaria e pretendia criar uma república liberal no Brasil com o auxílio de Napoleão Bonaparte, que então dominava a França.

Como nos episódios anteriores, membros da própria sociedade conspiraram contra as ideias levantadas dentro do grupo, acusando seus companheiros de traidores do reino português. Os possíveis conspiradores foram presos, mas libertados logo em seguida, devido à falta de provas.

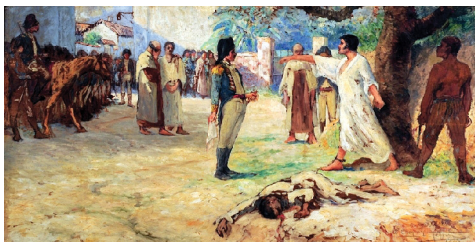
Revolução Pernambucana (Pernambuco, 1817)

Esse movimento revolucionário tem sua origem no aumento considerável dos impostos estabelecidos por D. João VI, príncipe regente de Portugal, quando da presença da família real portuguesa no Brasil. Além de um claro espírito antilusitano, a Revolução de 1817 também foi marcada pela busca por autonomia da elite local frente aos desmandos vindos da Corte, sediada no Rio de Janeiro.

A região de Pernambuco ainda sentia as dificuldades oriundas da decadência da produção açucareira, que completava quase um século, quando começou a perceber a crescente pressão econômica do Rio de Janeiro, por meio da alta dos impostos. Essa excessiva tributação visava manter os exorbitantes gastos da família real, que se encontrava no Brasil, após a fuga de Portugal devido à invasão napoleônica. Assim, membros da elite e da classe média se organizaram para estabelecer uma república no Nordeste, separada do Brasil, que teria a sua capital na cidade de Recife. A rebelião contou com o apoio das províncias de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Entre os principais líderes do movimento, pode-se destacar o comerciante Domingos José Martins e os padres João Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida e Castro, conhecido como padre Miguelinho.

Mais organizado que as inconfiências anteriores, esse movimento conseguiu derrubar o governador da região e decretar a República, além de promover a extinção dos impostos, a liberdade de imprensa e a igualdade entre os cidadãos. Dava também garantia à propriedade, inclusive a de escravos, ou seja, o movimento não tocou na questão da mão de obra cativa. Tentaram obter, sem resultado, o reconhecimento dos governos da Inglaterra, EUA e Argentina.



PARREIRAS, Antônio. *Os Mártires*. 1927. Óleo sobre painel.

Na tela, a execução do padre Miguelinho, um dos líderes da insurreição.

Apesar da ocorrência de alguns conflitos entre os participantes da sedição e soldados da Coroa, o resultado foi o fracasso, devido à rápida reação de D. João VI, que derrotou o movimento ainda em 1817. Mais de duzentas pessoas foram presas, sendo muitas condenadas à morte, como o padre Miguelinho. Somente em 1821, parte dos revoltosos foi solta, por meio da anistia concedida pelas cortes portuguesas.

Considerações gerais

Tanto as revoltas nativistas quanto as rebeliões separatistas não conseguiram promover a ruptura das estruturas coloniais entre Brasil e Portugal. Porém, essas revoltas assinalavam a saturação existente no modelo de relação entre metrópole e colônia que perdurou entre os séculos XVI e XVIII. Inspirados nas ideias iluministas de liberdade ou nos movimentos revolucionários dos Estados Unidos e da França, esses conspiradores buscaram reproduzir o que ocorria nas variadas partes do planeta, em uma onda inevitável de revoluções.

A falta de organização, somada à violenta repressão portuguesa, impediu que o Brasil conquistasse sua independência de forma natural, ou seja, sem a participação do próprio monarca português como intermediário da emancipação. Sendo assim, no momento em que nossa independência foi concedida por Pedro I, faltou à população o espírito de ruptura, o que se reflete na sociedade, até os dias de hoje, quando se nota a ausência de uma percepção de fundação, tão necessária para a construção de um conceito de cidadania. Dessa forma, apesar de sermos uma nação que lutou por sua independência, a chegada dela não garantiu as reivindicações precursoras das revoltas e rebeliões. A nossa independência não retratou os anseios da sociedade brasileira nas décadas de luta pela emancipação.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UPE-2022) A restauração de Pernambuco à Coroa portuguesa afetou a organização socioeconômica da capitania, que dará sinais de instabilidade em fins do século XVII e início do seguinte, retratada no conflito que ficou conhecido como a “guerra dos mascates”.

DA SILVA, Daniel. *O tráfico transatlântico de escravos de Pernambuco (1576-1851)*: notas de pesquisa. In: anpec.org.br. p. 3.

As principais motivações desse conflito foram, respectivamente,

- A) o sentimento antilusitano e a disputa política pelo território da Paraíba.
 - B) a União Ibérica e o sentimento antirrepublicano na capitania de Olinda.
 - C) o declínio do comércio do Recife e a escassez de mão de obra escrava.
 - D) a crise econômica de Olinda e o crescimento socioeconômico do Recife.
 - E) a dominação holandesa e a unificação da capitania sob o governo de Nassau.
- 02.** (UFMG) O século XVIII foi palco de uma série de movimentos e sedições, nos quais, em diferentes graus e a partir de diferentes estratégias, os vassallos da América Portuguesa procuraram redefinir o formato de suas relações com a Coroa portuguesa.
- Considerando-se esse contexto, é correto afirmar que
- A) a Revolta de Felipe dos Santos, em Minas Gerais, na primeira metade desse século, reforçou os mecanismos de controle sobre os vassallos.
 - B) a Revolta do Vintém e a do Quebra-Quilos, na segunda metade desse século, ao desafiarem a Coroa, colocaram em crise a sede do vice-reinado.
 - C) a Revolta dos Távoras procurou estabelecer novos limites para a cobrança do subsídio literário, destinado à educação dos vassallos.
 - D) os conflitos entre paulistas e emboabas, nas Minas Gerais, levaram à instalação das casas de fundição nessa capitania.

- 03.** (UFPE) A luta para construir a autonomia política do Brasil contou com várias rebeliões, em que se destacaram reflexões sobre a questão da escravidão, que tanto atingiu a nossa história. Os escravos foram decisivos para a produção da riqueza social e sofreram com a exploração política e física dos seus senhores.

Sobre a luta contra a escravidão no Brasil, podemos afirmar que

- A) não houve resistências dos grandes proprietários, preocupados apenas com os lucros da exportação de seus produtos.
- B) a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, mostrou-se contra a escravidão e teve apoio da população mais pobre de Salvador.
- C) todas as rebeliões políticas do século XVIII foram claramente contra a escravidão; sobretudo, as que ocorreram em Pernambuco.
- D) a vinda das ideias liberais para o Brasil em nada contribuiu para o fim da escravidão no século XIX.
- E) o fim do tráfico em 1850 não teve relação com a luta contra a escravidão, não abrindo, pois, espaços para novas reivindicações de liberdade.

04. (UESPI) Nem sempre os portugueses firmavam seu poder político sem a resistência dos colonos. Na revolta liderada por Felipe dos Santos, no século XVIII, os colonos

- A) lutaram contra a cobrança de impostos e a violência utilizada pela Metrópole.
- B) estabeleceram critérios para importar produtos vindos da Europa.
- C) acusavam os jesuítas de defenderem a escravidão e oprimir os nativos.
- D) divulgaram ideais republicanos contrários às práticas mercantilistas.
- E) queriam, apenas, a autonomia de Minas Gerais e a liberdade comercial.

05. (UEPB) Considerando os conflitos sociais que ocorreram na segunda metade do século XVIII na América Portuguesa, podemos afirmar:

- A) Tanto na Inconfidência Mineira quanto na Baiana, estava presente, em parcela dos integrantes, a noção de que os governos deveriam existir para garantir direitos naturais dos homens como a liberdade e a propriedade.
- B) A Inconfidência Mineira não recebeu influência do movimento de Independência dos EUA ocorrido em 1776.
- C) As ideias liberais e iluministas não motivaram os principais proprietários de terras e de áreas extrativas de ouro.
- D) Tendo participação dos alfaiates como líderes da Conjuração Baiana, não se percebe influência de ideais iluministas no movimento.
- E) Os inconfindentes mineiros tinham como projeto a ruptura com Portugal e a criação da República Federativa do Brasil, conforme conhecemos hoje.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01.
K4NM



(UFTM-MG) Era óbvia a sedução que o enforcamento do alferes representava para o governo português: pouca gente levaria a sério um movimento chefiado por um simples Tiradentes (e as autoridades lusas, depois de 1790, invariavelmente se referiam ao alferes por seu apelido de Tiradentes). Um julgamento-exibição, seguido pela execução pública de Silva Xavier, proporcionaria o impacto máximo, como advertência, ao mesmo tempo que minimizaria e ridicularizaria os objetivos do movimento: Tiradentes seria um perfeito exemplo para outros colonos descontentes e tentados a pedir demais antes do tempo.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 1978.

O texto permite afirmar que

- A) o fato de o movimento ser chefiado por um simples Tiradentes foi a razão do seu fracasso.
- B) o governo tentou diminuir a relevância da revolta e aplicou punição exemplar em Tiradentes.
- C) o alferes foi enforcado por sua capacidade de liderar e seduzir os setores mais pobres do povo.
- D) o despreparo de Tiradentes acabou por frustrar os planos de revolta contra os portugueses.
- E) o movimento chefiado por Tiradentes não chegou a preocupar as autoridades portuguesas.

02. (ESPM-SP) O senso comum anunciou, durante décadas, a índole pacífica do povo brasileiro, alegando que teríamos sofrido poucos momentos de revolta. No entanto, somente durante o Período Colonial foram registrados mais de sessenta motins, insurreições, revoltas e rebeliões na América Portuguesa. Um desses movimentos reivindicatórios foi liderado por Manuel Beckman.

RAMOS, Fábio Pestana; MORAIS, Marcus Vinícius de. *Eles formaram o Brasil*.

A chamada Revolta de Beckman

- A) reclamava o fechamento das casas de fundição criadas pelos portugueses na região da mineração.
- B) escancaravam atritos entre portugueses e espanhóis na região de São Paulo.
- C) derivou de conflitos entre bandeirantes e forasteiros na região mineradora.
- D) ocorreu em Pernambuco, onde ocorriam conflitos entre brasileiros e portugueses.
- E) reclamava da exploração econômica da metrópole, praticada pela Companhia de Comércio do Maranhão e dos clérigos que pregavam contra a escravidão dos indígenas.

03. (Unesp–2019) Observe a tela *Tiradentes esquartejado*, de Pedro Américo, pintada em 1893.



Disponível em: www1.folha.uol.com.br.

- A) Indique o momento histórico em que a tela foi pintada e cite uma dificuldade política, social ou econômica vivida naquele momento.
- B) Identifique, através da análise da imagem, um elemento visual que acentue seu caráter dramático e um elemento visual que enfatize a caracterização de Tiradentes como mártir.

04. (Mackenzie-SP–2019)

O resto empório das douradas Minas
 Por mim o falará: quando mais finas
 Se derramam as lágrimas no imposto
 Clama o desgosto de um país decadente.

Cláudio Manoel da Costa

O intelectual e advogado, autor da poesia anterior, foi um dos integrantes da mais importante revolta colonial brasileira, conhecida como Inconfidência Mineira.

Sobre esse movimento podemos afirmar que

- A) era de natureza nativista e influenciado pelos discursos iluministas. Buscava a proclamação da República, que teria Ouro Preto como capital, também o perdão de todas as dívidas para com a Fazenda Real.
- B) manifestava-se contra os rigores da política fiscal metropolitana sobre a capitania das Minas, exercida através da Casa de Contratação, e inspirava-se nos ideais revolucionários franceses.
- C) visava à independência econômica e política da colônia. O levante foi deflagrado quando se exigiu o pagamento dos impostos atrasados pelas casas de fundição em todo o país.
- D) era de caráter nacionalista, visando à Independência da colônia, ao rompimento dos laços com a metrópole, com o livre direito de implantação de manufaturas nas capitanias, e ao comércio exterior.
- E) foi ideologicamente influenciado pelos princípios iluministas, divulgados em Minas por uma elite intelectual e acolhidos pela população local, devido à crise econômica.

05.

BA6Z



(EsPCEEx-SP) No fim do século XVIII, era grande a insatisfação com a carestia e a opressão colonial. A isso se somava a simpatia que muitas pessoas demonstravam em relação às lutas pela emancipação do Haiti (1791-1804) e à Revolução Francesa (1789). Para difundir esta ideia fundou-se a loja maçônica Cavaleiros da Luz.

Em agosto de 1798, alguns conspiradores afixaram em muros e postes da cidade manifestos exortando a população à revolução. Os panfletos pregavam a proclamação da República, a abolição da escravidão, melhores soldos para os militares, promoção de oficiais, liberdade de comércio, etc.

Denunciado por um traidor, o movimento foi esfacelado. Alguns participantes foram presos, outros fugiram e quatro foram condenados à morte: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos.

ARRUDA; PILETTI. p. 351 (Adaptação).

O texto descreve, em parte, a

- A) Revolta dos Alfaiates, ocorrida em Salvador, Bahia.
- B) Inconfidência Mineira, desencadeada em Ouro Preto, Minas Gerais.
- C) Revolta de Beckman, que teve por palco São Luís, Maranhão.
- D) Confederação do Equador, ocorrida em Recife, Pernambuco.
- E) Cabanagem, ocorrida em Belém, Pará.

06.

6HTP



(FGV) Reverendo padre reitor, eu, Manoel Beckman, como procurador eleito por aquele povo aqui presente, venho intimar a vossa reverência, e mais religiosos assistentes no Maranhão, como justamente alterados pelas vexações que padece por terem vossas paternidades o governo temporal dos índios das aldeias, se tem resolvido a lançá-los fora assim do espiritual como do temporal, então e não tem falta ao mau exemplo de sua vida, que por esta parte não tem do que se queixar de vossas paternidades; portanto, notifico a alterado povo, que se deixem estar recolhidos ao Colégio, e não saiam para fora dele para evitar alterações e mortes, que por aquela via se poderiam ocasionar; e entretanto ponham vossas paternidades cobro em seus bens e fazendas, para deixá-las em mãos de seus procuradores que lhes forem dados, e estejam aparelhados para o todo tempo e hora se embarcarem para Pernambuco, em embarcações que para este efeito lhes forem concedidas.

BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2. ed. Belém: SECULT, 1990. p. 360.

O movimento liderado por Manuel Beckman no Maranhão, em 1684, foi motivado pela

- A) proibição do ensino laico no Brasil colonial e pelas pressões que os jesuítas realizavam para impedir a sua liberação.
- B) questão da mão de obra indígena e pela insatisfação de colonos com as atividades da Companhia de Comércio do Maranhão.
- C) ameaça dos jesuítas de abandonarem a região e pela catequese dos povos indígenas sob a sua guarda.
- D) crítica dos colonos maranhenses ao apoio dos jesuítas aos interesses espanhóis e holandeses na região.
- E) tentativa dos jesuítas em aumentar o preço dos escravos indígenas, contrariando os interesses dos colonos maranhenses.

- 07.** (ESPM-SP) Das Minas e seus moradores bastava dizer que é habitada de gente intratável. A terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro é como no inferno.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*.

O texto é parte do discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720 e que o governador Pedro Miguel de Almeida e Portugal, o conde de Assumar, fez chegar às mãos das autoridades régias em Lisboa.

A respeito da sedição de Vila Rica, em 1720, é correto assinalar:

- A) Os sediciosos planejavam forçar a coroa a suspender o estabelecimento das casas de fundição, onde se registrava o ouro em barras e se deduzia o Quinto por arroba, o imposto devido ao rei.
- B) Os sediciosos planejavam forçar a coroa a abolir a Derrama, que determinava a cobrança de todos os impostos atrasados.
- C) Os sediciosos rebelaram-se contra forasteiros que eram beneficiados pela Coroa com privilégios na exploração das jazidas auríferas.
- D) Os projetos dos sediciosos eram o rompimento com Portugal, a adoção de um regime republicano e a criação de uma universidade em Vila Rica.
- E) A sublevação desafiou a ação do Marquês de Pombal que havia determinado o monopólio régio sobre a extração de diamantes.

- 08.** (UFC-CE) Na manhã de 12 de agosto de 1798, um panfleto revolucionário afixado em vários lugares da cidade de Salvador dizia:

Povo, o tempo é chegado para vós defendêreis a vossa Liberdade; o dia da nossa revolução, da nossa Liberdade e de nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis felizes.

PRIORE, Mary Del et al. (Org.). *Documentos de História do Brasil – de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 38.

A partir desse texto e de seus conhecimentos, responda às questões propostas.

- A) Que movimento produziu o panfleto citado?
- B) Cite três acontecimentos ocorridos no período, na esfera internacional, que podem ser relacionados a esse movimento.
- C) Cite dois objetivos do movimento ao qual o texto anterior se refere.
- D) Apresente a relação entre a dureza das penas impostas aos principais acusados e a condição social da maioria dos participantes desse movimento.

- 09.** (UFU-MG) O final do século XVIII foi um momento de grande turbulência política internacional, com ressonâncias no sistema colonial montado pelas nações europeias. As ideias liberais agitavam as mentes, acenavam com a possibilidade de mudanças. Para as colônias traziam a esperança de independência política.

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza.

Rumos da História: a construção da modernidade – O Brasil Colônia e o mundo moderno. São Paulo: Atual, 1996. p. 238.

Tomando como referência a citação anterior e seus conhecimentos sobre as revoltas coloniais no Brasil, identifique as diferenças entre a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana.

SEÇÃO ENEM



- 01.** (Enem) O que ocorreu na Bahia de 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América Portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não tocou somente na condição no Império Luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência.

JANCÓS, I; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico, *In*: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

As diferenças entre as sedições abordadas no texto encontrava-se na pretensão de

- A) eliminar a hierarquia militar.
- B) abolir a escravidão africana.
- C) anular o domínio metropolitano.
- D) suprimir a propriedade fundiária.
- E) extinguir o absolutismo monárquico.

- 02.** (Enem) O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que “Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância”.

MAXWELL, K. Condicionismos da Independência do Brasil. SILVA, M. N. (Org.) *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

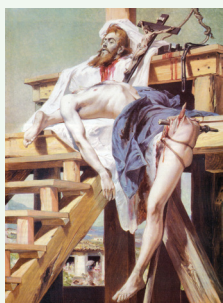
O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por

- A) defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.
- B) introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.
- C) propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.
- D) apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.
- E) defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

03. (Enem) A primeira imagem a seguir (publicada no século XVI) mostra um ritual antropofágico dos índios do Brasil. A segunda mostra Tiradentes esarteado por ordem dos representantes da Coroa portuguesa.



Século XVI



Tiradentes esarteado, 1893

A comparação entre as reproduções possibilita as seguintes afirmações:

- I. Os artistas registraram a antropofagia e o esarteamento praticados no Brasil.
- II. A antropofagia era parte do universo cultural indígena e o esarteamento era uma forma de se fazer justiça entre luso-brasileiros.
- III. A comparação das imagens faz ver como é relativa a diferença entre "bárbaros" e "civilizados", indígenas e europeus.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. A
- 03. B
- 04. A
- 05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. E
- 03.
- A) A tela foi pintada no momento de implantação da República no Brasil (República da Espada). A principal dificuldade política do período era a consolidação do próprio regime republicano, ameaçado por movimentos contestatórios (Revolta Federalista / Revolta da Armada) e por aqueles que queriam a volta do sistema monárquico.
- B) O corpo em pedaços dá a dramaticidade da cena. Sua fisionomia lembra a do próprio Jesus Cristo, bem como seu sacrifício por uma causa justa.
- 04. E
- 05. A
- 06. B
- 07. A
- 08.
- A) A Conjuração Baiana ou Conjuração dos Alfaiates.
- B) Esse movimento estava relacionado às novas ideias e fatos ocorridos na esfera internacional, como a Independência dos Estados Unidos, em 1776, a Revolução Francesa, em 1789, e a Independência do Haiti, em 1791.
- C) Podem ser citados:
 - o fim da escravidão;
 - a emancipação brasileira frente ao domínio português;
 - o estabelecimento de um governo de cunho republicano.
- D) A penalização imposta pela Coroa portuguesa aos insurgentes alternou de acordo com o perfil social. Indivíduos pertencentes aos setores abastados da sociedade baiana receberam penas brandas ou foram inocentados. Representantes de estratos pobres sofreram condenações de longa duração ou a pena capital. Deve-se notar que, mediante a necessidade de se restaurar a ordem e de se demonstrar força, o Estado português não hesitou em concentrar sua reação nos revoltosos oriundos de camadas populares.
- 09. Enquanto a Inconfidência Mineira teve um caráter elitista e local, a Conjuração Baiana constituiu-se como um movimento de caráter popular. As ideias liberais que influenciaram esse movimento também se diferem. A Inconfidência Mineira foi fortemente influenciada pela Revolução Americana, já a Conjuração dos Alfaiates foi marcadamente influenciada pelos ideais da Revolução Francesa.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. E
- 03. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Período Joanino e Independência do Brasil

No início do século XIX, os Estados Nacionais da Europa assistiam à expansão das ideias liberais por meio das revoluções burguesas. No centro desse processo, encontrava-se a França, que, a partir do ano de 1799, estava sob a liderança de Napoleão Bonaparte, responsável por consolidar os valores burgueses no período posterior à Revolução. Com o objetivo de fortalecer as atividades comerciais da França, Napoleão proibiu as nações do continente europeu de realizarem quaisquer atividades comerciais com a Inglaterra, inimiga histórica. Esse fato, ocorrido no ano de 1806, ficou conhecido como **Bloqueio Continental**.

Como muitas nações tinham suas economias ligadas à Inglaterra, tornava-se difícil obedecer às determinações de Napoleão. Entre esses países, estava Portugal, que carecia de manufaturas e dependia dos produtos industriais britânicos. Assim, os lusos se encontravam em uma delicada situação diplomática: se mantivessem os vínculos econômicos com os ingleses, poderiam ver seu país invadido pela França. Ao mesmo tempo, a Inglaterra pressionava para a manutenção das práticas comerciais, visto que os dois países eram tradicionalmente aliados.

Com o objetivo de manter o mercado, a Inglaterra passou a pressionar a Coroa portuguesa para que ela não aderisse ao Bloqueio Continental, refugiando-se no Brasil em caso de uma invasão francesa. Essa ideia, que já era defendida pela Coroa portuguesa desde o século XVIII, passou a ser encorajada pelo habilidoso diplomata britânico Strangford, que tentava convencer o príncipe regente Dom João da necessidade do deslocamento da Corte para a colônia. A dúvida de Dom João quanto à vinda para o Brasil foi sanada quando as tropas francesas e espanholas entraram em solo português logo após assinarem o Acordo de Fontainebleau (entre França e Espanha), que estabelecia, além da ocupação de Portugal, a derrubada do governo de Bragança e o desmembramento do reino e de suas colônias. Restava à Corte, sediada em Lisboa, a fuga para o Rio de Janeiro em 1807, iniciando a ruptura necessária que levaria à Independência do Brasil. Esse período histórico ficou conhecido como Período Joanino, já que o Brasil foi governado pelo príncipe Dom João.



L'ÉVÊQUE, Henry. *Embarque do Príncipe Regente de Portugal, D. João, e toda Família Real para o Brasil. 1812.*

A ABERTURA DOS PORTOS (1808)



Ao chegar ao Brasil, a Corte portuguesa deixou a população colonial completamente atordoada, afinal, em um momento inesperado, o príncipe regente português e parcela da nobreza lusitana, em um total aproximado de 15 mil pessoas, estavam no Rio de Janeiro para ficar por tempo indeterminado.

Entre as primeiras ações de D. João no Brasil, destaca-se a Abertura dos Portos. Esse decreto, assinado em 1808, estabelecia a liberação do comércio colonial a qualquer nação amiga de Portugal, beneficiando, diretamente, a Inglaterra, que passou a vender seus produtos à numerosa Corte sediada no Brasil. Porém, o significado da Abertura dos Portos às nações amigas é muito mais amplo. No momento em que o príncipe regente permitia ao Brasil o livre-comércio, ele estava estabelecendo o fim da exclusividade metropolitana portuguesa, base das relações econômicas entre Brasil e Portugal, e iniciando o processo de introdução do liberalismo econômico no Brasil, mesmo que de forma rudimentar. A medida de 1808 significou o início do processo de Independência da principal colônia portuguesa, já que o controle econômico da metrópole havia se encerrado. A certeza da importância da Abertura dos Portos para a formação de uma colônia independente era compartilhada até por Dom João, que, ao assinar o decreto, estabeleceu que este seria provisório, enquanto houvesse interesse da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Porém, o processo histórico nos mostra que o decreto de 1808 foi o início da emancipação brasileira, completada no ano de 1822, por meio da ruptura política.



1808: Chegada da Corte portuguesa ao Brasil

“Não corram tanto. Vão pensar que estamos fugindo”. A frase, atribuída à rainha de Portugal, D. Maria I, ilustra um dos momentos mais importantes da história luso-brasileira, que será abordado nessa videoaula.

DU07



Além da Abertura dos Portos, Dom João extinguiu a ordem portuguesa de 1785 que proibia a existência de manufaturas no Brasil. O efeito prático dessa medida foi quase nulo, já que os produtos industrializados ingleses chegavam a um preço bem inferior a qualquer produção nacional nascente, impedindo o desenvolvimento das manufaturas nacionais.

Esse cenário negativo foi agravado pela assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra, destacando-se o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade. Por esses acordos, ficava clara a profunda influência britânica nos rumos da Corte portuguesa, dependente econômica e politicamente da Inglaterra, visto que os produtos vindos da Inglaterra pagariam uma taxa de importação de 15% ao entrarem no Brasil, enquanto os vindos de Portugal pagariam 16%, e os dos demais países, 24%. A facilidade gerada pela lei foi um golpe quase que mortal na frágil estrutura manufatureira do Brasil. Além de estipular novas taxas alfandegárias, os acordos de escravidão definiam uma série de privilégios para os ingleses dentro da colônia, como o direito de foro especial em caso de crime.

A presença da Corte no Brasil, além de redefinir a condição colonial brasileira, deu início à criação de um sentimento de nacionalidade. Isso porque, até a chegada da Corte, não havia a ideia cristalizada do que era ser brasileiro. A elite brasileira se sentia, até então, como um português no Brasil e, a partir da presença da Corte, ficou claro que havia uma grande diferença entre o português e o sujeito nascido no Brasil. Não se pode esquecer de que esse sentimento ganhou relevância progressivamente, somente criando uma identidade nacional no Segundo Reinado.

A presença da Corte portuguesa no Brasil exigiu, ainda, a transformação do Rio de Janeiro, mediante o reordenamento do espaço urbano, em uma cidade capaz de se adequar a uma elite europeia saudosa do Velho Mundo. Assim, Dom João criou ministérios e tribunais, fundou a Casa da Moeda e o Banco do Brasil. O príncipe regente fundou também a Faculdade de Medicina na Bahia, primeiro núcleo de ensino superior do Brasil, e promoveu o desenvolvimento cultural no país mediante a vinda de importantes artistas europeus, tendo destaque a Missão Francesa de 1816, após a queda de Napoleão, que contou com nomes como Felix Émile Taunay e Jean-Baptiste Debret, responsáveis por representar o cotidiano do Rio de Janeiro no início do século XIX por meio de centenas de telas.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Mercado da Rua do Valongo*. ca. 1820.

Nesse período, foram fundados, também, o Jardim Botânico, a Imprensa Real, a Academia de Belas Artes, a Academia Real Militar, o Teatro Real e a Biblioteca Real. D. João criou uma fábrica de pólvora e aproveitou para invadir dois territórios dos seus inimigos europeus: a Guiana Francesa e a Cisplatina, pertencentes à França e à Espanha, respectivamente. Os dois territórios deixaram de pertencer ao Brasil no decorrer da primeira metade do século XIX.

Em 1815, o Brasil recebeu o título de **Reino Unido de Portugal e Algarves**, fundamental para garantir a presença portuguesa no Congresso de Viena, segundo o princípio da legitimidade, pois apenas um rei que estivesse governando seu reino, e não uma colônia, poderia ter assento nesse encontro conservador. Já para o Brasil, a elevação representou mais um passo rumo à emancipação e ao rompimento da condição colonial. Em 1818, a rainha D. Maria I veio a falecer, e o príncipe regente foi coroado rei com o título de D. João VI.

A presença da Corte portuguesa no Brasil e as realizações empreendidas a partir dessa transferência assinalam uma mudança fundamental, algo semelhante à inversão nas relações entre colônia e metrópole. Ficou evidente, a partir de 1808, que as ordens do Império Lusitano passaram a ser emitidas na antiga colônia, colocando Portugal em segundo plano nas determinações políticas. A consolidação do ideal emancipatório no Brasil seria uma consequência sentida em médio prazo nesse novo cenário.

Enquanto o Brasil via a mudança de sua face com certas liberdades e realizações promovidas por D. João VI, Portugal enfrentava uma grave crise. Após a expulsão dos invasores, com a ajuda inglesa, o reino português ficou sob o controle de autoridades britânicas, merecendo destaque o papel empreendido pelo lorde Beresford.

Uma parcela da Corte portuguesa que retornou à metrópole, somada à maioria da população, não aceitava que o monarca continuasse a administrar os interesses do reino estando no Rio de Janeiro. Assim, a partir de 1818, iniciou-se uma luta coordenada por Manuel Fernandes Tomás, que, na Cidade do Porto, criou uma associação liberal responsável por organizar uma revolução que eclodiu em 24 de agosto de 1820, conhecida como **Revolução do Porto**.

Além de não aceitarem mais a autoridade do lorde inglês, os revolucionários da Corte prepararam uma comissão que estabeleceria as mudanças importantes para a reorganização de Portugal. Entre as principais medidas, podem-se citar a formação de uma Constituição liberal e o desejo de transformar o Brasil de D. João VI, novamente, em colônia. Essas medidas mostram as contradições da revolução: liberal internamente e autoritária para com o Brasil. Dessa forma, fazia-se necessária a volta de D. João VI para Portugal, até então adaptado à vida no Brasil e agastado com a possível ideia de abandonar a antiga colônia. Porém, a pressão exercida pelos lusos do reino e a possibilidade da perda do trono levaram D. João VI a retornar a Portugal no ano de 1821, deixando o Brasil sob o controle de seu filho, D. Pedro. O rei D. João VI sabia que a autonomia do Brasil era um processo irreversível, chegando a orientar o jovem príncipe quanto à possibilidade de promover a emancipação do Brasil, evitando que a antiga colônia, em que ele viveu durante mais de 11 anos, caísse nas mãos de revolucionários.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822)



Temendo a ação das cortes portuguesas, grupos da elite brasileira começaram a discutir a urgência de um processo de Independência, formando o que se convencionou chamar de Partido Brasileiro, constituído, em sua maioria, pela aristocracia rural, responsável pela dominação do cenário político colonial durante séculos. Entre os líderes desse partido, destacam-se os nomes de Gonçalves Ledo, Januário Cunha Barbosa e José Bonifácio de Andrada e Silva. A oposição ao Partido Brasileiro vinha do chamado Partido Português, composto de comerciantes nascidos em Portugal e favoráveis ao processo de recolonização do Brasil. Deve-se recordar que a concepção do período, acerca dos partidos, não possui o mesmo sentido atualmente.

Nas primeiras reuniões das Cortes portuguesas, assembleias responsáveis pelo andamento das reformas em Portugal, tornou-se consenso a necessidade de se exigir o retorno do príncipe regente à metrópole, já que sua presença no Brasil dificultaria o processo recolonizador.

A pressão vinda do reino levou o Partido Brasileiro a realizar um abaixo-assinado, com cerca de 8 mil assinaturas, pedindo a permanência de D. Pedro. No Brasil, ao receber o documento, o príncipe declarou: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. A data de 9 de janeiro de 1822 acabou eternizada como o Dia do Fico. Era o primeiro embate entre D. Pedro e as cortes portuguesas que levaria à Independência. Alguns portugueses, sediados no Brasil, não aceitaram a postura de D. Pedro, como é o caso das tropas lusas, lideradas por Jorge Avilez, que se amotinaram contra a medida, nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, mas foram expulsas do Brasil sob a ordem do príncipe regente. Depois disso, foi proibido o desembarque de novas tropas portuguesas no território brasileiro.

Logo em seguida, D. Pedro nomeou um gabinete composto de brasileiros, sob a liderança de seu amigo pessoal, José Bonifácio, político influente e favorável ao processo de emancipação do Brasil. Assumindo o cargo de ministro do reino e dos estrangeiros, José Bonifácio, com o auxílio de seus irmãos, Antônio Carlos e Martin Francisco, iniciou uma considerável luta de reação frente às medidas das cortes portuguesas.

Em 16 de fevereiro de 1822, foi criado o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil com o objetivo de auxiliar D. Pedro na administração. Porém, a principal função do Conselho seria evitar a radicalização de alguns setores que defendiam a emancipação a partir de um processo mais democrático, temido pela aristocracia brasileira, inclusive por José Bonifácio. Em maio de 1822, D. Pedro assinou o decreto do “Cumpra-se”, determinando que qualquer ordem que viesse de Portugal deveria ser aprovada pelo príncipe regente. Em 13 de maio de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, apoiando o novo decreto, conferiu a Dom Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Sob a pressão do liberal Gonçalves Ledo, D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte para o Brasil no mês de junho de 1822.

Como a situação se encaminhava para uma ruptura definitiva, as cortes portuguesas exigiram o retorno imediato de D. Pedro para a metrópole, em setembro de 1822. Orientado por José Bonifácio, por meio de uma carta, e insatisfeito com as ordens vindas da Europa, D. Pedro declarou, no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil independente de Portugal.



AMÉRICO, Pedro. *O grito do Ipiranga*. 1888. Óleo sobre tela, 415 × 760 cm. Museu Paulista da USP, São Paulo.

Representação da Independência brasileira conferindo heroísmo à liderança de D. Pedro.

A partir da narrativa anterior, fica claro que a ruptura colônia-metrópole não foi construída por meio da participação popular. A Independência do Brasil, realizada por um português, assinala a ausência de uma fundação política inovadora que garantisse as mudanças necessárias para um país explorado como colônia durante séculos. A ruptura política não foi acompanhada de transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira. Assim, apesar da existência de liberais empenhados na formulação de uma nova nação, como Gonçalves Ledo, que propunha eleições diretas e um país mais democrático, a tendência da política brasileira, após a Independência, foi optar por uma linha conservadora, liderada por José Bonifácio. Quanto a D. Pedro, nota-se que foi o instrumento da aristocracia rural para que o Brasil rompesse com Portugal, sem permitir as mudanças tão temidas por essa elite. Além da ausência de uma luta revolucionária, nosso país também representou uma exceção na América: foi criado um sistema monárquico que governou a nação até o final do século XIX.

Após setembro de 1822, ocorreram algumas lutas para a consolidação da Independência. Essas batalhas se concentraram nas províncias da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina, onde existiam tropas portuguesas dispostas a permanecer fiéis ao governo lusitano. Para combater a resistência, D. Pedro I, título obtido ao se tornar imperador do Brasil, organizou tropas brasileiras, que foram orientadas por oficiais estrangeiros, principalmente mercenários ingleses. A guerra pela Independência chegou a mobilizar um grupo de mais de 20 mil homens, número maior do que o das tropas que promoveram outras independências no restante da América, inclusive a Independência estadunidense.

Após sangrentas batalhas, o país foi pacificado, sendo eliminadas as forças resistentes ao novo governo brasileiro: o Império de D. Pedro I.

AS ELITES BRASILEIRAS E O LIBERALISMO

A atuação das elites brasileiras na Independência e na definição do perfil político nacional partiu de uma estrutura escravista oposta a uma meta de ampliação dos direitos populares e mesmo contra o envolvimento participativo do conjunto da população brasileira. Até porque, por suas raízes, predominavam entre nossas elites as posições ideológicas de padrão bastante autoritário e conservador, mesmo quando se aproximavam das tendências liberais europeias do período. A preocupação das elites brasileiras em criar um Estado Nacional que evitasse a fragmentação política da América Espanhola foi prioritária sobre a construção de uma democracia liberal. Além do que, os liberais brasileiros, diferentemente das elites crioulas latino-americanas, eram avessos ao liberalismo radical francês, considerado como propenso à anarquia, e optaram pelo liberalismo lockiano e pré-democrático da tradição inglesa, que dominava os cursos jurídicos de Coimbra.

TRINDADE, Héglio. Construção da cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura política e democracia: desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994. p. 47-48. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UFMG) Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre a Independência do Brasil, exceto:

- A) A crença no liberalismo de D. Pedro I e a expectativa positiva quanto a uma Constituição brasileira estavam presentes em 1822.
- B) A Declaração de Independência estava diretamente relacionada às determinações das cortes de Lisboa enviadas a D. Pedro.
- C) A ideologia monárquica enraizada fez com que o povo e os políticos apoiassem o príncipe.
- D) A ideia do federalismo era mais importante para os radicais do que a defesa da República.
- E) A participação popular determinou os rumos da constituição do novo Estado nacional.

02. (PUC RS) A chegada da família real ao Brasil trouxe incremento à vida cultural e modificações de ordem político-administrativa, com reflexos na economia.



Considerando a primeira metade do século XIX, é correto apontar, como exemplo de medida adotada,

- A) o início do monopólio comercial da colônia, com o fechamento dos portos às nações amigas.
- B) a proibição para o funcionamento de indústrias no território.
- C) a promoção da melhoria de aeroportos e a duplicação de estradas.
- D) a criação do Ministério da Educação, Desportos e Turismo.
- E) a criação de instituições científicas, artísticas e financeiras, algumas ainda existentes.

03. (PUC Rio) Sobre as transformações político-sociais e econômicas ocorridas durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil (1808-1821), estão corretas as afirmações a seguir, à exceção de:

- A) A vinda da família real para o Brasil transformou a colônia no principal centro das decisões políticas e econômicas do Império Português.
- B) A Abertura dos Portos favoreceu os interesses dos proprietários rurais produtores de açúcar e algodão, uma vez que se viram livres do monopólio comercial.
- C) A permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro satisfaz os interesses dos diferentes grupos sociais da colônia e trouxe benefícios para todas as regiões do Brasil.
- D) Durante o Período Joanino, organizaram-se novos órgãos e instituições, como o Banco do Brasil e a Casa da Moeda.
- E) Entre as medidas que mudaram o perfil político-econômico da colônia, destacaram-se os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, que deram benefícios aos ingleses.

04.
Q2V4



(Mackenzie-SP) No ano de sua Independência, o Brasil tinha [...] tudo para dar errado. De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente [...] O medo de uma rebelião dos cativos assombrava a minoria branca. O analfabetismo era geral. [...] Os ricos eram poucos e, com raras exceções, ignorantes. O isolamento e as rivalidades entre as províncias prenunciavam uma guerra civil [...]

GOMES, Laurentino. 1822.

É correto afirmar que a Independência do Brasil só não confirmou os temores apresentados no trecho

- A) porque, ao defender a revolução popular de inspiração camponesa, inspirou legisladores como José Bonifácio e Joaquim Nabuco a defenderem a emancipação completa em relação a Portugal.
- B) porque o povo conseguiu entender os anseios de D. Pedro e da elite brasileira, ao pegar em armas e defender até a morte uma Independência que parecia condenada em sua própria estrutura.
- C) porque foi realizada à revelia da população pobre – destacadamente de origem africana e indígena –, uma vez que suas simpatias pela Revolução Americana ameaçavam os poderes da elite branca.
- D) porque parcelas significativas da elite brasileira se aglutinaram em torno de D. Pedro, a fim de manter as antigas bases de um Brasil colonial na estrutura do novo país que nascia em 1822.
- E) porque foi inspirada pela Revolução Francesa e pelas ideias iluministas, no contexto da crise do antigo sistema colonial, sendo liderada pela elite burguesa contra a tirania representada por D. Pedro.

05. (Feevale-RS) No ano de 1808, a Corte portuguesa instalou-se no Brasil. A partir desse momento, um processo de desenvolvimento científico-cultural ocorreu, com a fundação de instituições, como Biblioteca Pública e Imprensa Régia. Também foram criados, com o passar do tempo, diferentes cursos, como o da Academia Real Militar e da Faculdade de Medicina.

Marque a alternativa que demonstra o principal objetivo do governo ao instituir o desenvolvimento desses cursos.

- A) Fortalecer o sistema público da educação brasileira, existente desde a fundação das primeiras vilas.
- B) Fortificar a colônia contra os ataques das esquadras inglesas, formando quadros para o Exército.
- C) Desenvolver novas tecnologias para a crescente indústria portuguesa.
- D) Controlar a imprensa local através da censura.
- E) Formar recursos humanos para atender às necessidades da Corte.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFJF-MG-2020) A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 abrange um conjunto de transformações únicas que significaram um marco e um “impacto dramático” para a vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro e para todos os súditos que integravam esse vasto Império.

Das alternativas a seguir, marque a alternativa correta:

- A) A Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1808 criou disposições legais que prejudicaram o desenvolvimento industrial do Brasil e ainda contribuíram para o fim da escravidão.
- B) Com a vinda da família real ao Brasil, instituiu-se uma distribuição de propriedades privadas, via sistema de sesmaria, com objetivos de ampliar a doação de terras para os súditos da nova sede da monarquia portuguesa.
- C) A transferência da Corte para o Rio de Janeiro levou à criação de um conjunto importante de instituições, tais como a Intendência Geral da Polícia e o primeiro banco a funcionar em terras brasileiras, o Banco do Brasil.
- D) Uma das primeiras medidas da família real ao se instalar no Rio de Janeiro foi abrir espaço para maior participação dos setores populares nas questões políticas do Império Português.
- E) Dentre as transformações mais impactantes ocorridas com a chegada da Corte em 1808, pode-se mencionar a modernização do Brasil e a abolição da escravidão, prejudicando os cafeicultores e grandes proprietários rurais.

02. (Unicamp-SP-2022) No início da década de 1920, o Brasil se preparou para celebrar os cem anos de sua independência na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, um de seus momentos simbólicos mais significativos. Ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, entre 7 de setembro de 1922 e 2 de julho de 1923, o evento mobilizou grandes recursos financeiros e foi responsável pela reordenação do espaço urbano. O Estado, por meio da comissão organizadora do evento, incentivou pela primeira vez a realização de documentários fílmicos.

MORETTIN, Eduardo. Um apóstolo do modernismo na Exposição Internacional do Centenário: Armando Pamplona e a Independência Film. *Significação*, n. 37, p. 77, 2012.

A partir do texto, assinale a alternativa correta sobre o evento do centenário da independência.

- A) Este evento apostou no cinema e na exposição para exibir de modo tradicional, aos brasileiros, um país ibérico, associado às navegações modernas.
- B) Esta política de celebração de centenários datava do século XIX, envolvendo esporadicamente os serviços diplomáticos do ocidente.
- C) A política de associar o cinema à exposição do centenário da independência evidencia uma vontade do Estado em propagandear um país moderno.
- D) O cinema e a exposição eram veículos de propaganda política, continuando um projeto de tornar o Rio de Janeiro o cartão postal da monarquia brasileira.

03.
4367



(UECE) Acerca do processo de Independência no Brasil, isto é, da separação política entre a colônia e a metrópole portuguesas em 1822, é correto afirmar-se que

- A) culminou juntamente com o processo da consolidação da unidade nacional.
- B) foi marcado por um movimento propriamente nacionalista e revolucionário.
- C) representou a imagem tradicional da colônia em guerra contra a metrópole.
- D) resultou de uma reação conservadora provocada por interesses comuns de certos setores da elite brasileira, bem como do imperador.

04. (UFTM-MG) O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos se não estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a Independência brasileira seria antedatada de quatorze anos e se contaria justamente da transferência da Corte, em 1808.

PRADO Júnior, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*, 1972.

O texto permite afirmar que

- A) é possível tomar a quebra do pacto colonial, expressa na abertura dos portos às nações amigas, como marco da Independência.
- B) os fatos e as datas não são considerados importantes pelos historiadores, aspecto criticado pelo autor do texto.
- C) houve várias disputas em torno do processo de Independência e cada grupo tentou fazer valer seus interesses específicos.
- D) a transferência da Corte, quando confrontada com o processo de Independência, constitui-se num episódio histórico menor.
- E) o desprezo pela cronologia é apontado como uma das causas das disputas em torno da Independência do Brasil.

05.
VQPK

(PUC-Campinas-SP) República ou monarquia? Esse dilema esteve presente em todo o processo de Independência do Brasil. Mas a monarquia acabou sendo o sistema adotado em terras brasileiras, ao contrário do que ocorreu em outras nações americanas, pois, para essas novas nações surgidas na América Espanhola, a República

- A) promovia uma relativa descentralização do poder, uma vez que o regente deveria ser eleito pelo povo.
- B) significava um rompimento maior com a metrópole e a fragmentação do antigo império colonial.
- C) facilitava a manutenção de um vasto território nas mãos dos chefes de Estado e dos proprietários rurais.
- D) garantia a implantação do princípio da soberania popular e da igualdade de direitos na América.
- E) atendia o desejo de políticos liberais e conservadores de libertar as províncias do poder metropolitano.

06. (Mackenzie-SP) Em 1 de abril de 1808, durante a regência de D. João, o alvará de 1785 foi revogado, o que permitiu a liberação e o estabelecimento de indústrias e manufaturas no Brasil. Apesar disso, na prática, essa providência não alcançou seus objetivos de capacitar o país para desenvolver suas indústrias, porque

- A) os acordos de parceria estabelecidos entre o Brasil e a Inglaterra, para o incremento técnico das manufaturas nacionais, foram cancelados por falta de interesse da elite agrária do nosso país.
- B) D. João, apesar de ter permitido a instalação de manufaturas no país, defendia a superioridade dos produtos industrializados europeus perante os similares nacionais.
- C) faltava ainda a adoção de uma política de proteção alfandegária nacional, diante da concorrência das mercadorias britânicas, além do nosso mercado consumidor interno não ser muito amplo.
- D) novos acordos comerciais foram assinados com potências europeias, o que ampliou os privilégios dos comerciantes estrangeiros no nosso país, em detrimento dos interesses nacionais.
- E) apesar de a Inglaterra ter honrado os acordos comerciais e entregado máquinas e equipamentos industriais, a nossa mão de obra escrava não tinha especialização necessária para o trabalho na indústria.

07. (PUC Minas) Leia o trecho a seguir:

O termo "independência" adquiriu ressonância no vocabulário político especialmente a partir da deflagração da Revolução de 1820, na cidade do Porto. Foi bastante utilizado em manifestos revolucionários para sublinhar a possibilidade de a "nação portuguesa" e os "portugueses de ambos os mundos" regenerarem os tradicionais princípios monárquicos do reino, estabelecidos no século XVII com a ascensão de D. João IV de Bragança.

A proposta fundamental era a de construir a "independência nacional", articulando a monarquia a uma Constituição que estabelecesse limites ao poder real e garantisse direitos e liberdades civis, e políticas aos cidadãos do império. Pretendia-se por essa via, entre outras exigências, contestar o absolutismo representado por D. João VI e o "despotismo" exercido por ministros, por conselheiros e pela corte radicada no Rio de Janeiro desde 1808.

OLIVEIRA, Cecília H. S. Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808 / 1831.

In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 18-19.

O trecho destaca o combate ao absolutismo. Em relação ao absolutismo no contexto histórico de 1820, é correto afirmar:

- A) O continente europeu em geral já havia vivenciado suas revoluções burguesas, que derrubaram o absolutismo quando Portugal, tardiamente, derruba sua monarquia com a Revolução do Porto em 1820.
- B) O movimento de contestação ao absolutismo tem relação com os ideais iluministas europeus, que influenciaram o Estado português a adotar um dispositivo constitucional limitando o poder monárquico.
- C) O absolutismo centraliza todas as instâncias de poder nas mãos do rei, correspondendo a um retrocesso em relação ao período anterior, em que a lei existia para garantir as liberdades civis e políticas.
- D) O fim do absolutismo é um acontecimento de ordem política, que troca o poder absoluto do rei por outro regime, entretanto, a ordem social e a economia são mantidas como estruturas duradouras.

08.
2MIP

(PUC Rio) À exceção de uma, as alternativas a seguir apresentam de modo correto algumas das transformações culturais e científicas promovidas pelo Governo Joanino (1808-1821), durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil. Assinale-a.

- A) Ainda que tivessem sido criados a Imprensa Régia e o primeiro jornal do Brasil, a existência da censura e a ação da Intendência Geral de Polícia coibiram com sucesso a difusão de ideias contrárias ao Governo Joanino.
- B) Pouco depois de chegar ao Brasil, D. João fundou o Real Horto (o Jardim Botânico do Rio de Janeiro), onde foram aclimatadas e introduzidas novas espécies vegetais.
- C) Logo após a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, o príncipe regente autorizou a vinda da Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, da qual faziam parte artistas como Jean-Baptiste Debret.
- D) Com o acervo trazido do velho reino, foi criada a Biblioteca Real, origem da atual Biblioteca Nacional.
- E) Chegaram à América Portuguesa cientistas e viajantes estrangeiros, como o zoólogo Spix, o botânico Martius e o naturalista Saint-Hilaire, que percorreram o território realizando inventários de comunidades, da geografia, da fauna e da flora.

09.



(ESPM-SP) A importância dos produtos ingleses entre as importações brasileiras data pelo menos do tempo do Tratado de Methuen, entre a Inglaterra e Portugal, em 1702. O Brasil começou a importar diretamente da Inglaterra em 1808, na época da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Nesse ano, os portos foram abertos para o comércio internacional e, dois anos após, um tratado comercial foi assinado oferecendo aos comerciantes britânicos condições mais favoráveis do que aquelas concedidas aos próprios portugueses. Esse estado de coisas continuou e as vantagens do comércio inglês aumentaram depois da Independência brasileira.

GRAHAN, Richar.

Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil.

O tratado comercial, mencionado no texto, assinado dois anos após a abertura dos portos às nações amigas e responsável por oferecer aos comerciantes britânicos vantagens e condições favoráveis foi

- A) o Tratado dos Panos e Vinhos.
- B) o *Funding Loan*.
- C) a Tarifa Alves Branco.
- D) o Tratado de Aliança e Amizade.
- E) o Tratado de Comércio e Navegação.

10. (UERJ) O enriquecimento da vida cultural do Rio de Janeiro, e até mesmo do país, após 1808, decorreu, sobretudo, das necessidades da elite dominante. No ambiente acanhado da sociedade americana, a novidade dos procedimentos característicos do círculo real exerceu extraordinário fascínio, produzindo um poderoso efeito "civilizador" em relação à cidade. Em contrapartida, a Coroa não deixou de adotar também medidas de controle mais eficientes. Após a tormenta da Revolução Francesa e ainda vivendo o turbilhão do período napoleônico, era o medo dos princípios difundidos pelo Século das Luzes, especialmente as "perniciosas" ideias francesas, que ditava essas cautelas.

NEVES, L. M. B. P.; MACHADO, H. F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (Adaptação).

O texto aborda um duplo movimento provocado pela presença da Corte portuguesa no Brasil: o estímulo às atividades culturais na colônia e, ao mesmo tempo, o controle conservador sobre essas atividades.

Indique duas ações da Coroa que enriqueceram a vida cultural da cidade do Rio de Janeiro. Explique, ainda, como o Estado português exercia controle sobre as atividades culturais.

11. (UERJ) Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América Portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que [...] nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império.

SANTOS, Luís Gonçalves dos.

Memórias para servir à história do reino do Brasil.

Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

O texto anterior revela o entusiasmo e as esperanças daqueles que assistiram à chegada da família real portuguesa ao Brasil. Indique duas inovações de caráter científico ou cultural decorrentes da política de D. João. Indique também uma mudança política ou econômica observada durante a permanência da Corte e sua respectiva consequência para o Brasil.

12. (FGV-2020) A primeira medida importante tomada pelo príncipe regente após sua chegada foi o Alvará de 1º de abril de 1808. O propósito fundamental do ato legislativo era promover a industrialização do Brasil. Alguns importantes incentivos foram concedidos por meio do Alvará de 28 de abril de 1809: isenção de imposto de exportação para manufaturados nacionais, uso obrigatório de bens nacionais pelas tropas reais e a distribuição anual de 60 mil cruzados entre os industriais na tecelagem de algodão, lã e seda.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGANM, Wilson. *História monetária do Brasil*. 1981 (Adaptação).

Considerando as informações do texto e conhecimentos sobre a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, pode-se afirmar que o governo

- A) promovia a industrialização do país, cobrando impostos elevados de mercadorias importadas da Inglaterra.
- B) procurava ampliar o mercado consumidor interno, abolindo gradualmente a exploração do trabalho escravo.
- C) desenvolvia a indústria armamentista, objetivando a expulsão das tropas bonapartistas do território português.
- D) visava aparelhar a colônia como o centro do Império, viabilizando as políticas econômicas contrárias aos estatutos coloniais.
- E) invertia a ordem do domínio colonial, bloqueando o desenvolvimento da economia manufatureira no reino de Portugal.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2019) Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia a

- A) rigidez hierárquica da estrutura social. D) flexibilidade administrativa do governo imperial.
 B) inserção feminina nos ofícios militares. E) receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.
 C) adesão pública dos imigrantes portugueses.

- 02.** (Enem) Quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, a Colônia tinha acabado de passar por uma explosão populacional. Em pouco mais de cem anos, o número de habitantes aumentara dez vezes.

GOMES, L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008 (Adaptação).

A alteração demográfica destacada no período teve como causa a atividade

- A) cafeeira, com a atração da imigração europeia.
 B) industrial, com a intensificação do êxodo rural.
 C) mineradora, com a ampliação do tráfico africano.
 D) canavieira, com o aumento do apresamento indígena.
 E) manufatureira, com a incorporação do trabalho assalariado.

- 03.** (Enem) A transferência da Corte trouxe para a América Portuguesa a família real e o governo da metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da Corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de Independência da América Portuguesa por terem

- A) incentivado o clamor popular por liberdade. D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
 B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana. E) provocado os movimentos separatistas das províncias.
 C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.

- 04.** (Enem) No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artifices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.

MAXWELL, K. Condicionais da Independência do Brasil. In: SILVA, M. N. (Coord.). *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de

- A) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
 B) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
 C) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.
 D) impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
 E) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o príncipe regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.

- 05.** (Enem) Eu, o príncipe regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.

ALVARÁ de liberdade para as indústrias (1º de abril de 1808).
In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 1 (Adaptação).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- A) A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- B) A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- C) A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- D) O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- E) O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. E
02. E
03. C
04. D
05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. C
02. C
03. D
04. A

05. B
06. C
07. B
08. A
09. E
10. Duas das ações:
- Criação da Imprensa Régia.
 - Contratação da Missão Artística Francesa.
 - Fundação do futuro Jardim Botânico (Real Horto).
 - Fundação da futura Biblioteca Nacional (Real Biblioteca).
 - Publicação de jornais, periódicos e obras de caráter científico com o aval da Imprensa Régia. Órgãos do Estado português, agora sediados no Brasil, exerciam a função de fiscalizar e censurar todos os impressos, inclusive os importados, que aqui fossem publicados sob a justificativa de cuidar da moral, da religião.
11. Duas das inovações:
- Biblioteca Real, atual Nacional.
 - Academia Real Militar.
 - Imprensa Régia.
 - Gazeta do Rio de Janeiro.
 - Aulas de Comércio.
 - Real Horto, atual Jardim Botânico.
 - Intendência de Polícia.
 - Vinda da Missão Artística Francesa.

Uma das mudanças e sua respectiva consequência:

- Abertura dos Portos às Nações Amigas – rompimento com o pacto colonial.
- Assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra – aprofundamento da influência comercial britânica.
- Elevação do Brasil a Reino Unido – fim do *status* de colônia da América Portuguesa.

12. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. A
02. C
03. B
04. D
05. B



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Brasil Império: Primeiro Reinado

A História do Brasil Império pode ser dividida em três fases políticas:

- **Primeiro Reinado (1822-1831):** período de nove anos em que o Brasil foi governado por D. Pedro I, caracterizado por forte instabilidade político-econômica, sendo encerrado no ato de sua abdicação. Como o filho do imperador, D. Pedro II, era muito novo para ascender ao trono, ocorreu uma fase de transição entre os dois imperadores, conhecida como Regência.
- **Regência (1831-1840):** o Período Regencial, um dos mais conturbados da história brasileira, compreende o início da administração do país por brasileiros. Devido, principalmente, ao insucesso da administração na época, as regências encerraram-se antes do previsto, para que D. Pedro II pudesse assumir o governo do Brasil. Nesse momento, os dois grupos, brasileiros e portugueses, que já vinham se confrontando desde a Independência, passaram a ter projetos políticos claramente antagônicos.
- **Segundo Reinado (1840-1889):** período de quarenta e nove anos em que o Brasil foi governado por D. Pedro II. Vítima de um golpe republicano em 1889 que exigiu sua saída do país, foi exilado na França. Foi uma fase estável de nossa história, na qual se destacam a manutenção do trabalho escravo e a opção pelo café como principal produto de exportação.

PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

Após a Independência do Brasil e a repressão aos focos de resistência à emancipação, era necessário o reconhecimento do novo país no exterior. Grã-Bretanha e Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a independência brasileira. Os Estados Unidos reconheceram a Independência em 1824, antes mesmo da assinatura do Tratado de Paz com Portugal (1825), baseados na política da Doutrina Monroe (“a América para os americanos”), e auxiliou a diplomacia brasileira a obter o apoio de outros países.

Portugal aceitou a separação da ex-colônia, mediante as seguintes condições: deveria ser concedido a D. João VI o título de imperador honorário do Brasil e o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas ao governo português. O Brasil aceitou os termos do acordo, tendo de recorrer à Inglaterra para conseguir um empréstimo de tal valor. O dinheiro, porém, não saiu da Grã-Bretanha, já que o governo português tinha uma dívida com os britânicos, ocorrendo apenas uma transferência do pagamento do compromisso dos cofres brasileiros para os ingleses. Em 1827, a Inglaterra também reconheceu a Independência do Brasil, exigindo a renovação dos Tratados Comerciais de 1810, que dava aos ingleses privilégios comerciais.

No âmbito da política interna, era necessário organizar o governo e criar símbolos nacionais. Para isso, foi convocada a Assembleia Constituinte em 1822, que se reuniu no ano seguinte, 1823, com representantes de diversas tendências políticas e camadas sociais.

A Assembleia Constituinte logo evidenciou a intenção de limitar os poderes do imperador, constituindo o primeiro conflito entre D. Pedro I e a elite brasileira. D. Pedro havia demonstrando seu desejo de inverter a ordem proposta pelo liberalismo, colocando a Constituição sujeita a ele, e não o contrário. Na cerimônia de sua sagração, declarou que defenderia a Constituição “se fosse digna do Brasil e de mim [ele próprio]”, também chegando a afirmar, na sessão de abertura da Assembleia Constituinte: “espero que a Constituição que façais mereça a minha imperial aceitação”.

No entanto, o projeto que estava sendo elaborado possuía forte caráter liberal, fortalecia o Poder Legislativo, tornava o papel do imperador apenas decorativo e retirava de D. Pedro I a força absoluta na administração pública. O imperador não poderia, por exemplo, impedir nem dissolver a reunião da Assembleia. Inspirada em alguns princípios iluministas, defendia o liberalismo econômico e a soberania nacional e possuía um sentimento de xenofobismo em relação aos portugueses. Eles não poderiam participar da vida política nacional, estariam inelegíveis, mesmo que naturalizados, para cargos de representação nacional.

Além disso, o projeto não era democrata, delegando o direito a voto para os latifundiários detentores de certa quantidade de alqueires de mandioca, restringindo a participação no pleito a poucos brasileiros, excluindo os comerciantes lusitanos e a maior parte da população. Por conta desse critério, esse projeto constitucional ficou conhecido como “Constituição da Mandioca”.



SÁ, Simplicio Rodrigues de. *Último retrato de D. Pedro I*. 1826. Óleo sobre tela, 76 x 60 cm. Acervo do Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

D. Pedro I durante seu atribulado reinado.

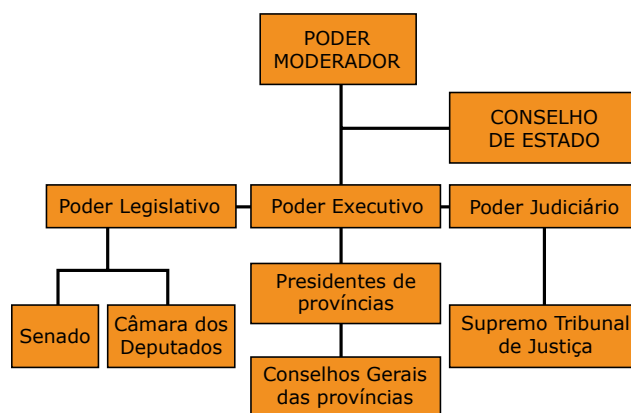
Não aceitando a limitação ao seu poder, D. Pedro I ordenou o fechamento da Assembleia Legislativa e a prisão de inúmeros deputados, entre os quais se podem citar os irmãos Andradas (José Bonifácio, Martin Francisco e Antônio Carlos). Os argumentos utilizados pelo monarca para justificar sua atitude arbitrária foram as tentativas de limitação do seu poder no projeto constitucional, além das críticas realizadas pelos deputados do Partido Brasileiro aos portugueses e ao imperador nos jornais de oposição (*A Sentinela* e *Tamoio*). A invasão da Assembleia Constituinte e a respectiva prisão dos deputados ficaram conhecidas como a “**Noite da Agonia**” (12 de novembro de 1823). Estava claro o interesse de D. Pedro I em governar o Brasil com um regime centralizado e em sintonia com os interesses dos portugueses que residiam em território brasileiro. Nota-se que a pretensão da elite brasileira em implementar uma ordem política liberal encontraria em D. Pedro I um obstáculo. Desse modo, a Constituição da Mandioca nunca foi colocada em prática, e se fazia necessário um novo projeto constitucional, que acabou sendo organizado de acordo com os interesses de D. Pedro I, legalizando suas tendências centralizadoras.

CONSTITUIÇÃO DE 1824

Devido ao grande incômodo gerado pelo fechamento da Assembleia Constituinte, D. Pedro I convocou um conselho para que seus membros, um total de 10 pessoas, pudessem redigir uma nova Constituição, finalizada em 40 dias.

A nova Carta incorporou muitos aspectos do projeto original, mas estabeleceu que o voto não seria mais determinado pelo número de alqueires de mandioca, mas pela renda dos cidadãos (voto censitário), evitando uma possível participação popular e, ao mesmo tempo, garantindo a presença dos portugueses no pleito eleitoral.

Ao mesmo tempo, a Constituição de 1824 criou um quarto poder: o Poder Moderador, que se colocava acima dos outros três poderes e tinha o princípio político de equilibrá-los. Esse poder era controlado pelo imperador, ou seja, garantia a D. Pedro I poderes excepcionais, como a possibilidade de dissolver a Câmara e vetar decisões do Legislativo. Decretava ainda o monarca como uma figura inviolável e sagrada que não poderia ser responsabilizado por seus atos. Por esse motivo, alguns historiadores o consideram absolutista. No entanto, outros afirmam que seu poder seria apenas autoritário.



Organograma do Brasil Império.

A religião católica foi considerada religião oficial (apesar da liberdade de culto) e o imperador cumpriria o papel de chefe da Igreja no Brasil por meio do regime de padroado. O país foi dividido em províncias, e o Judiciário, exercido por juízes e tribunais, estaria subordinado ao Supremo Tribunal de Justiça, nomeado pelo imperador.

Desse modo, a nova Constituição, com o Poder Moderador personificado em D. Pedro I, e o voto censitário beneficiando os portugueses, representou, novamente, a ausência de uma planificação democrática para a nação.

Boris Fausto, em sua obra *História do Brasil*, explica como funcionava o processo eleitoral da Constituição de 1824:

A eleição para a Câmara de Deputados se processava da seguinte forma. Nas eleições primárias, votavam os cidadãos brasileiros, inclusive os escravos libertos, mas não podiam votar, entre outros, os menores de 25 anos, os criados de servir, os que não tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego. Os candidatos, por sua vez, só podiam ser pessoas que, além dos requisitos dos votantes, tivessem renda de, no mínimo, 200 mil-réis anuais e não fossem escravos libertos.

Os escolhidos nessas eleições primárias formavam o corpo eleitoral que elegeria os deputados. Para ser candidato nessa segunda etapa, as exigências aumentavam: além dos requisitos anteriores, era necessário ser católico e ter uma renda mínima anual de 400 mil-réis. Não havia referência expressa às mulheres, mas elas estavam excluídas desses direitos políticos pelas normas sociais. Curiosamente, até 1882, era praxe admitir o voto de grande número de analfabetos, tendo em vista o silêncio da Constituição a esse respeito.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora EDUSP, 1995. [Fragmento].

Muitos setores da sociedade ficaram insatisfeitos com a Constituição de 1824, o que levou os grupos da elite do Partido Brasileiro a exercerem uma considerável pressão sobre D. Pedro I para que ele diminuísse a centralização do poder presente em seu projeto. O foco mais intenso de resistência à política de D. Pedro I ocorreu no Nordeste, por meio da Confederação do Equador.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A oposição nordestina ao governo sediado no Rio de Janeiro já vinha desde 1817, com a Revolução Pernambucana. A tradição federalista e republicana da região não havia desaparecido e, devido ao fechamento da Assembleia Constituinte de 1823, esse sentimento voltou à tona. Os liberais de Pernambuco, inflamados pelas palavras publicadas nos jornais de oposição, como a *Guarita de Pernambuco*, *Sentinela da Liberdade*, do antigo líder da *Conjuração Baiana*, Cipriano Barata e Tífis Pernambucano, este publicado por frei Caneca, disseminaram na população a ideia de um levante contra o governo imperial. A oposição acirrou-se ainda mais quando foi nomeado para presidente da província um político da confiança de D. Pedro I, Francisco Pais Barreto.

Não aceitando tal imposição, os políticos pernambucanos continuaram a hostilizar o imperador. Este, na tentativa de evitar o conflito, nomeou um novo presidente da província, o político Mayrink da Silva Ferrão. No entanto, em 2 de julho de 1824, os políticos da região declararam uma república independente no Nordeste, conhecida como Confederação do Equador, devido à localização geográfica das províncias. Atendendo à separação de Pernambuco, juntaram-se à rebelião as províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Após ser criada a República, os revoltosos utilizaram a Constituição colombiana como base do governo provisório e determinaram que o Estado teria suas funções divididas em dois poderes, o Legislativo e o Executivo.

O movimento teve grande participação popular, que exigia reformas sociais como a abolição do tráfico negreiro. Essa radicalização ameaçava os interesses econômicos dos proprietários locais, que recuaram na ação revolucionária, facilitando a repressão monárquica.

Mapa demonstrando a proporção da Confederação do Equador



A reação do governo central foi conduzida sob a liderança de Francisco de Lima e Silva e com a ajuda de mercenários ingleses, que derrotaram o movimento em poucos dias. Após a vitória das forças imperiais, 16 revoltosos foram condenados ao enforcamento, entre eles o próprio frei Caneca, que teve sua pena modificada para o fuzilamento, pois nenhum carrasco se dispôs a executar o frei carmelita. Entre as consequências da Confederação do Equador, destaca-se o aumento da dívida externa brasileira, fruto dos gastos com a reação imperial a tal movimento e do desgaste político do imperador, devido à forte repressão ao movimento revoltoso.



LA GREGA, Vicente Murilo. *Execução de Frei Caneca*.

Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador, condenado à morte.

QUESTÕES EXTERNAS E CRISE FINANCEIRA



Dois problemas externos complicaram ainda mais a situação de D. Pedro I, aumentando a oposição ao seu governo: a primeira foi a Guerra da Cisplatina, e a segunda foi a intervenção a favor de sua filha em Portugal.

A Guerra da Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828, originou-se quando o líder uruguaio Lavalleja decidiu separar a província da Cisplatina do resto do Brasil, anexando o território às províncias unidas do Rio da Prata. O governo de D. Pedro I reagiu, provocando o derramamento de sangue de milhares de brasileiros e um gasto exorbitante com a guerra, sem o sucesso esperado. A solução para o conflito partiu da intervenção diplomática da Inglaterra, que acordou que a região não ficaria nem com o Brasil, nem com a Argentina, mas se tornasse um novo país, chamado Uruguai. O interesse inglês estava baseado na busca da formação de um novo território sob sua influência que pudesse facilitar seu acesso à região da Bacia Platina. O conflito pela Cisplatina provocou uma crise inflacionária decorrente da emissão de moeda para manter a guerra. O Banco do Brasil estava em crise desde 1821, quando D. João VI tinha retornado a Portugal com parte considerável do capital da instituição. Os gastos imperiais acentuaram ainda mais a crise e, em 1829 o banco foi à falência.

Junto com a impopular guerra na região do Prata, o governo de D. Pedro I desagradou a elite brasileira ao iniciar uma intervenção no reino português em favor de sua filha, em 1826. Nesse ano, havia morrido D. João VI em Portugal e, pela ordem de sucessão, D. Pedro I deveria assumir o trono daquele país. Porém, como governava o Brasil, ele cedeu o trono português à sua filha, Maria da Glória. Como a nova rainha era muito jovem, D. Pedro I solicitou a seu irmão, D. Miguel, que lhe servisse de tutor até que ela tivesse plena condição de governar. D. Miguel aproveitou-se da circunstância e realizou um golpe político, retirando Maria da Glória do trono e assumindo o controle do governo de Portugal, levando D. Pedro I a reagir a favor de sua filha, empenhando-se para mantê-la no controle do reino português. Esse constante envolvimento do monarca na vida política portuguesa causou grande desconforto na elite brasileira, desejosa de um distanciamento de Portugal e de uma consequente consolidação do nascente país.

ABDICAÇÃO



Com a situação econômica e política conturbada, a balança comercial desfavorável, a falta de um produto de grande expressividade para exportação e uma política externa completamente desastrosa, D. Pedro I enfrentava diariamente a oposição do Partido Brasileiro e a crítica de vários jornais adversários. Aliados de D. Pedro I, com o objetivo de silenciar a oposição ao imperador,

assassinaram, em São Paulo, o jornalista liberal Líbero Badaró, em 1830, aumentando ainda mais a indignação da elite brasileira. Com o objetivo de melhorar a sua imagem na região de maior foco de oposição, D. Pedro I realizou uma viagem a Minas Gerais, sendo vaiado em sua entrada em Ouro Preto, onde estavam afixadas faixas que o acusavam de assassinar Líbero Badaró, além de panos pretos nas janelas que simbolizavam luto.

No seu retorno ao Rio de Janeiro, os portugueses, conscientes das hostilidades sofridas pelo imperador em Minas Gerais, resolveram realizar uma festa na sua chegada à capital do Império. Essa festa atraiu os opositores brasileiros, que, dispostos a atrapalhar o encontro, entraram em choque com os portugueses, provocando o conflito conhecido como a Noite das Garrafadas (13 de março de 1831).

Buscando estabelecer um diálogo com a oposição, D. Pedro I resolveu nomear um ministério composto apenas de brasileiros, no dia 19 de março de 1831. Porém, 15 dias depois, o imperador, enfrentando atritos com o novo gabinete, resolveu dissolvê-lo e recolocar no comando do Brasil um ministério só de portugueses, conhecido como Ministério dos Marqueses. Milhares de pessoas saíram às ruas indignadas com a postura de D. Pedro I, que, não resistindo à pressão sofrida, abdicou do trono brasileiro no dia 7 de abril de 1831, dando o direito de posse a seu filho, D. Pedro II. Devido à sua impossibilidade de assumir o trono, já que o novo imperador tinha apenas 5 anos de idade, seria necessário, como determinava a Constituição, a formação de uma Regência até que o rei tivesse idade para assumir o controle do país. D. Pedro I retornou para Portugal, onde venceu Miguel e assumiu o controle daquele país como Pedro IV. Enquanto isso, o Brasil começou a viver um dos períodos de maior instabilidade política de sua história: o Período Regencial.

O Primeiro Reinado representou, em sua essência, a fase de consolidação do Brasil como Estado Nacional por meio da imposição de uma ordem monárquica centralizadora, ao mesmo tempo em que o novo governo se empenhava em reprimir os projetos políticos dissidentes, apesar de suas intensas manifestações ainda no Período Regencial. As articulações internacionais, sejam diplomáticas ou bélicas, garantiram o reconhecimento do Brasil como força importante na América do Sul e permitiram o entendimento externo do país como uma unidade, mesmo com a existência de forças regionais sedentas de poder e, em alguns casos, de plena autonomia. A ordem imperial construída, legalizada por meio da Constituição de 1824, serviria de referência política durante o transcorrer do século XIX, inviabilizando a ascensão de forças políticas sólidas que promovessem a fragmentação política ou a ameaça à propriedade e à ordem social tão caras aos interesses das elites nacionais.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01.
M05H



(UFGD-MS-2022) Ao regressar de Minas, D. Pedro I tentou entrar no Rio como nas festas anteriores, que referendavam sua soberania. Contudo, as tropas não enfileiraram, não houve parada militar, o imperador não se pôde alinhar com seu povo em armas. No decorrer de março, os tumultos estendiam-se da noite para o dia, espalhando o medo pela cidade e a impressão de um iminente tumulto.

SOUZA, I. L. C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 343. [Fragmento].

O texto demonstra instabilidades que antecederam a abdicação de D. Pedro I ao trono, em 1831. Ao longo do Primeiro Reinado, incluem-se como principais motivos do desgaste político do imperador

- A) o absolutismo de D. Pedro I devido ao poder moderador; a interferência na política de conciliação; o envolvimento do Brasil em movimentos de independências na América Espanhola e a Guerra do Paraguai.
- B) as reações contrárias à independência do Brasil; as revoltas regenciais caudilhistas; os atritos políticos entre conservadores e liberais.
- C) a crise da sucessão do trono português; a Revolução Farroupilha; a crise econômico-financeira; as regências e o golpe da maioria.
- D) o absolutismo do imperador; o envolvimento de D. Pedro I com a sucessão do trono português; a Guerra da Cisplatina e a crise econômico-financeira.
- E) a Revolução Liberal do Porto, o parlamentarismo às avessas; a crise econômico-financeira e o movimento republicano.

02. (PUC RS) A situação econômica e social do Brasil, após o movimento de Independência, em 1822, pode ser descrita da seguinte forma:

- A) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação aos EUA e sofreu profundas mudanças na estrutura social.
- B) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal, adquirindo liberdade política e social.
- C) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à Inglaterra, não alterando sua estrutura social colonial.
- D) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à França, alterando sua estrutura social colonial.
- E) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal e não modificou sua estrutura social colonial.

03. (UFJF-MG) Segundo José Murilo de Carvalho:

A principal característica da Independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a Coroa portuguesa e a Inglaterra.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*.

Dessa forma, em comparação com os demais países da América Latina, é incorreto dizer que

- A) no Brasil o processo de Independência foi relativamente pacífico, com conflitos militares isolados, como no Maranhão e na Bahia.
- B) na América Hispânica houve a formação de grandes exércitos e a ascensão de figuras emblemáticas de "libertadores", como Simón Bolívar e Sucre.
- C) um ponto comum no processo de Independência da América Espanhola e do Brasil envolve a questão do trabalho, ou seja, em ambos, o processo levou à abolição da escravidão indígena e africana.
- D) enquanto no Brasil foi instituída uma monarquia constitucional e mantida a unidade territorial, na América Hispânica, o movimento de Independência, em geral, resultou na criação de diversas repúblicas.
- E) a Inglaterra, direta ou indiretamente, apoiou o movimento de Independência do Brasil e do restante da América Latina e também a formação do exército de libertação de Bolívar.

04. (Mackenzie-SP) [...] Conquistar a emancipação definitiva e real da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais foi tarefa delegada aos pósteros.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 50.

A análise anterior, da historiadora Emília Viotti da Costa, refere-se à proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. A análise da autora, a respeito do fato histórico, aponta que

- A) apesar dos integrantes da elite nacional terem alcançado seu objetivo, o de romper com os estatutos do plano colonial, no que diz respeito às restrições à liberdade de comércio e à conquista da autonomia administrativa, a estrutura social do país, porém, não foi alterada.
- B) a Independência do Brasil foi um fato isolado, no contexto americano de luta pela emancipação das metrópoles. Isso se deu porque era a única colônia de Língua Portuguesa e porque adotava, como regime de trabalho, a escravidão africana.
- C) caberia às futuras gerações de brasileiros o esforço no sentido de impor seus valores para Portugal, rompendo, definitivamente, os impasses econômicos impostos à colônia pela metrópole portuguesa desde o início da colonização.
- D) apesar de alguns setores da elite nacional possuírem interesses semelhantes à burguesia mercantil lusitana e, portanto, afastando-se do processo emancipatório nacional, com a eminente vinda de tropas portuguesas para o país, passaram a apoiar a ideia de Independência.
- E) assim como Portugal passava por um processo de reestruturação, após a Revolução Liberal do Porto, no Brasil, esse movimento emancipatório apenas havia começado e só fora concluído com a subida antecipada ao trono de D. Pedro II, em 1840.

05. (IFES) Na madrugada de 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho [...], D. Pedro de Alcântara. Embarcou para Portugal, onde enfrentou e venceu seu irmão D. Miguel, tornando-se o novo monarca português com o título de D. Pedro IV. Em 1834, abdicou novamente do trono português em favor de sua filha, Dona Maria da Glória.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*. História geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2001. v. 2-3, p. 375.

Entre as razões para a abdicação de D. Pedro I no Brasil, pode-se destacar

- o desgaste causado pelo autoritarismo do imperador e pela violenta repressão à Confederação do Equador.
- a forte oposição que o imperador enfrentava junto às camadas populares e comerciantes ingleses.
- a pressão da Inglaterra, que estava insatisfeita com a manutenção do tráfico e da escravidão.
- o desgaste causado pela Guerra da Cisplatina, apesar da vitória brasileira contra os uruguaios.
- o desejo do imperador de voltar à Portugal e encabeçar o processo de recolonização do Brasil.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Mackenzie-SP)



LOBO, César; NOVAES, Carlos Eduardo. *História do Brasil para principiantes: 500 anos de idas e vindas*.

A charge se refere à

- promulgação do Ato Adicional de 1834, quando D. Pedro I estabeleceu a criação do Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador.
- promulgação da Constituição de 1824 por D. Pedro I, estabelecendo o Poder Moderador, de uso tanto do imperador quanto do Conselho de Ministros.
- outorga da Constituição de 1824, por D. Pedro II, estabelecendo o Poder Moderador, de uso tanto do imperador quanto do Conselho de Ministros.
- outorga da Constituição de 1824 por D. Pedro I, estabelecendo o Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador.
- promulgação da Constituição de 1891 pelo marechal Deodoro da Fonseca, estabelecendo o Poder Moderador, de uso exclusivo do presidente.

02. (Unicamp-SP-2022) Não parece ser obra do acaso a preservação da unidade territorial do Império do Brasil, quando comparada à fragmentação política experimentada pelos antigos vice-reinos hispano-americanos, entre 1810 e 1825. Em Lisboa, no âmbito da Sociedade Real Marítima e Militar (1798-1807), foram preparadas memórias históricas, corografias e roteiros hidrográficos redigidos pelos engenheiros militares e navais. Esta documentação serviu à diplomacia do Império brasileiro nos tribunais internacionais; mas também, muniu, internamente, a organização das expedições de conquista territorial, levadas ao cabo pelas elites regionais antes e após a Independência.

KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822).

Araucária. Rev. Iberoamericana de Filos., Polit. y Humanidades, ano 12, n. 24. p. 110., 2010 (Adaptação).

Considerando o excerto anterior e seus estudos, pode-se afirmar que

- o processo de fragmentação política da América hispânica durante o período da independência foi similar ao processo histórico da independência no Brasil.
- na Sociedade Real Marítima e Militar, os estudos dos engenheiros militares e navais eram documentos públicos amplamente divulgados em livros didáticos da época.
- a documentação da Sociedade Real Marítima e Militar foi usada, no Brasil, na fundação do Estado e no reconhecimento territorial da nação.
- as elites regionais, formadas em Direito, atuaram na formação do território brasileiro, pouco dialogando com os estudos de engenharia militar.



03. (FUVEST-SP) Examine o gráfico:

FYDN

Variação da quantidade de navios negreiros que atracaram no porto do Rio de Janeiro, 1796-1830



FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (Adaptação).

O gráfico fornece elementos para afirmar:

- A) A despeito de uma ligeira elevação, o tráfico negreiro em direção ao Brasil era pouco significativo nas primeiras décadas do século XIX, pois a mão de obra livre já estava em franca expansão no país.
- B) As grandes turbulências mundiais de finais do século XVIII e de começos do XIX prejudicaram a economia do Brasil, fortemente dependente do trabalho escravo, mas incapaz de obter fornecimento regular e estável dessa mão de obra.
- C) Não obstante pressões britânicas contra o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ele se manteve alto, contribuindo para que a ordem nacional surgida com a Independência fosse escravista.
- D) Desde o final do século XVIII, criaram-se as condições para que a economia e a sociedade do Império do Brasil deixassem de ser escravistas, pois o tráfico negreiro estava estagnado.
- E) Rapidamente, o Brasil aderiu à agenda antiescravista britânica formulada no final do século XVIII, firmando tratados de diminuição e extinção do tráfico negreiro e acatando as imposições favoráveis ao trabalho livre.

- 04.** (IFBA) Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do acaso do Império português no Brasil, mas foi, sobretudo, pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um “partido negro”. Um anônimo informante da Coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823: [...] embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois se trata do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos.

REIS, João José. O Jogo Duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” da Independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

A denúncia da existência de um perigoso “partido negro”, no contexto da luta pela Independência na Bahia, pode ser explicada pela

- A) ameaça dos negros, escravizados e libertos, de se revoltarem contra os brancos e lutarem pela continuidade do domínio lusitano sobre a colônia.
- B) existência de uma organização partidária de negros livres e escravizados, que regulava ações conjugadas em toda a colônia pela extinção do trabalho escravo.
- C) participação de grande número de escravizados e negros livres na guerra de Independência do Brasil, que poderia evoluir para uma luta contra o regime de escravidão.
- D) ameaça de união entre as organizações antiescravistas brasileiras e os grupos revolucionários que estabeleceram uma República de negros no Haiti, no final do século XVIII.
- E) aliança firmada entre os negros libertos e os portugueses contra os proprietários de terras brasileiros, que poderia resultar num decreto do governo lusitano extinguindo o trabalho escravo na colônia.

- 05.** (UFPA) Mesmo antes da ruptura da colônia brasileira com a metrópole portuguesa em 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva já admitia que seria muito difícil:

[...] a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., em um corpo sólido e político.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999. p. 178.

Na presente fala do “Patriarca da Independência” em relação à sociedade brasileira, é importante observar que existe uma preocupação de ordem social na construção da Nação brasileira. Bonifácio considerava que a

- A) heterogeneidade dos habitantes do Brasil, marcada pela presença de negros e índios, revelava-se um problema para a construção de um projeto nacional com a edificação de um Império do Brasil mais civilizado.
- B) presença de gente de tantas cores e condições poderia atrapalhar a convivência harmoniosa entre os habitantes da futura nação, sobretudo porque os índios eram muito belicosos e os negros não se adaptariam à liberdade.
- C) presença de negros na sociedade brasileira decorrente do escravismo colonial atrapalhava a construção da nação por não servir à sustentabilidade da economia agroexportadora e monocultora do café.
- D) mistura de raças não era recomendável para uma colônia que queria se tornar uma monarquia constitucional reconhecida por todos os países europeus, principalmente pelos anglo-saxões, que eram abolicionistas.
- E) grande dificuldade seria colocar em prática o processo de catequização dos índios e de civilização aos negros africanos, sobretudo porque esses grupos eram considerados pelos homens brancos como incapazes de sair da barbárie.

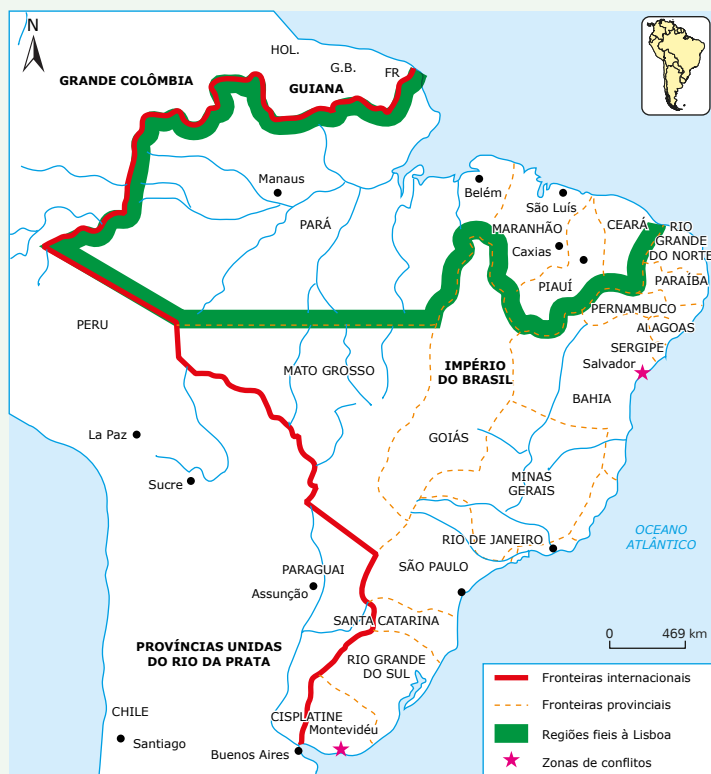
- 06.** (Unicamp-SP)
 Passar de Reino a Colônia
 É desar [derrota]
 É humilhação
 que sofrer jamais podia
 brasileiro de coração.

A quadrinha anterior reflete o temor vivido no Brasil depois do retorno de D. João VI a Portugal em 1821. Apesar de seu filho Pedro ter ficado como regente, acirrou-se o antagonismo entre “brasileiros” e “portugueses” até que, em dezembro de 1821, as Cortes de Portugal determinaram o retorno do príncipe. Se ele acatasse, tudo poderia acontecer. Inclusive, dizia D. Leopoldina, “uma Confederação de Povos no sistema democrático como nos Estados Livres da América do Norte”.

SCHNOOR, Eduardo. Senhores do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 48, set. 2009, p. 36 (Adaptação).

- A) Identifique os riscos temidos pelas elites do Centro-Sul do Brasil com o retorno de D. João VI a Lisboa e a pressão das Cortes para que D. Pedro I retornasse a Portugal.
- B) Explique o que foi a Confederação do Equador.

07. (FGV) Observe o mapa:



ENDERS, Armelle. *A nova história do Brasil*. p. 109.

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

- A) efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.
- B) ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.
- C) dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.
- D) foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando à guerras de Independência.
- E) diferencia-se radicalmente das experiências da América Espanhola, porque a América Portuguesa obteve a sua Independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

08. (CEFET-MG) Com a naturalidade de um soberano que sabia usar da autoridade em sua plenitude, D. Pedro criou a Ordem do Cruzeiro. Não será certamente coincidência que o ato aproximava-se daquele de Napoleão Bonaparte ao estabelecer a Legião de Honra (1802). Também a coroação de 10 de dezembro tivera como modelo, em grande medida por intermédio da competência de Jean-Baptiste Debret, a cerimônia de sagração do imperador francês.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira. A vida política. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). *Crise colonial e Independência: 1808-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 (Adaptação).

A criação da honorífica Ordem do Cruzeiro por D. Pedro I representava a

- A) limitação do imperador em remunerar financeiramente os feitos públicos.
- B) preocupação em disseminar os ideais revolucionários franceses no Brasil.
- C) concessão de privilégios sociais em oposição ao modelo estamental europeu.
- D) inspiração nos ideais liberais divulgados pela imprensa dos radicais jacobinos.
- E) manutenção de práticas típicas das monarquias absolutistas na nação independente.

09. (Mackenzie-SP) Vale dizer que, naquele momento, não se reconhecia com precisão a data oficial da Independência do Brasil. [...] [Alguns] a situavam na convocação da Assembleia Constituinte no Brasil em junho de 1822. O próprio D. Pedro só em 1823 se referiu ao 7 de setembro. Pesava mais [após a obtenção de apoios locais e da pressão portuguesa contra os interesses brasileiros] o grito, o gesto fundador e seu lema [Independência ou Morte], pois o problema residia na legítima autodeterminação de um povo que estabelece o seu governo e proclama a Independência sob o risco de uma morte patriótica que se sacrifica pelo bem público.

A aclamação no Rio de Janeiro, com a presença efetiva de D. Pedro, ocorreu em 12 de outubro de 1822, depois que o Senado da Câmara do Rio de Janeiro tomou para si a tarefa de congregar as adesões e investir D. Pedro na condição de rei constitucional. Conciliava-se, aí, a data do aniversário do imperador com o descobrimento da América, reforçando seus vínculos. [...]

A coroação de D. Pedro I acontece em 1º de dezembro de 1822, no Rio de Janeiro, depois de várias aclamações, das adesões das Câmaras, do início da guerra de Independência. [...]

SOUZA, I. L. C. *A Independência do Brasil*.

Considerando o texto, e com base em seus conhecimentos, assinale a alternativa correta.

- A) As elites brasileiras passaram por um longo processo de acomodação política, ocasionando conflitos com a metrópole e com o povo brasileiro, excluído de representação. Em virtude disso, para os populares, somente D. Pedro poderia lhes garantir certos direitos.
- B) A indicação de um descendente da Casa de Bragança para o trono brasileiro revela a intenção de romper, política e economicamente, com as principais monarquias europeias. Assim, tal Independência somente seria assegurada e consolidada por Pedro I.
- C) A busca por legitimação da Independência promoveu uma série de ritos e celebrações na Corte imperial. Em virtude disso, o Império alcançaria seu auge com o governo de D. Pedro I, responsável direto pela Independência brasileira, e sua consolidação.
- D) A busca por legitimação – interna e externa – da Independência brasileira gerou todo um processo de ritos e celebrações em torno da figura de D. Pedro. Porém, a falta de um projeto efetivo ameaçou a consolidação dessa Independência, em seus primeiros anos.
- E) A Independência se insere em um contexto maior, de crise do Antigo Sistema Colonial e acomodação política das elites. Assim, a sacralização da figura do imperador demonstrava os anseios populares de que suas condições melhorariam a partir do Império.

SEÇÃO ENEM

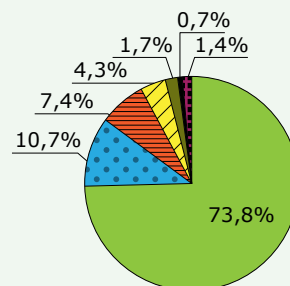
01. (Enem) Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os “brasileiros” apagavam as fogueiras “portuguesas” e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafas jogadas das janelas.

VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (Adaptação).

Os anos finais do I Reinado (1822-1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política. Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela

- A) estímulos ao racismo.
- B) apoio ao xenofobismo.
- C) críticas ao federalismo.
- D) repúdio ao republicanismo.
- E) questionamentos ao autoritarismo.

02. (Enem)



Religiões no Brasil – 2007

- Católica apostólica romana
- Assembleia de Deus e evangélicas pentecostais
- Sem religião
- Batista e evangélica de missão
- Espírita, umbanda e candomblé
- Testemunha de Jeová
- Católica apostólica brasileira e outras religiões

SMITH, D. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2007 (Adaptação).

Uma explicação de caráter histórico para o percentual da religião com maior número de adeptos declarados no Brasil foi a existência, no passado colonial e monárquico, da

- A) incapacidade do cristianismo de incorporar aspectos de outras religiões.
- B) incorporação da ideia de liberdade religiosa na esfera pública.
- C) permissão para o funcionamento de igrejas não cristãs.
- D) relação de integração entre Estado e Igreja.
- E) influência das religiões de origem africana.

03. (Enem) Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

- I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.
- IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil-réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (Adaptação).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos "cidadãos brasileiros" com o objetivo de garantir

- A) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- B) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- C) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- D) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- E) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

04. (Enem) Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida "civilizado", marca que distinguia as classes cultas e "naturalmente" dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

SINGER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, I.; WILLHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações anteriores, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da Independência política (1822), é correto afirmar que o país

- A) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no Período Colonial.
- B) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- C) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- D) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- E) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

05. (Enem) Constituição de 1824:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.

Frei Caneca:

O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador.

Voto sobre o juramento do projeto de Constituição.

Para frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo imperador em 1824 era

- A) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo imperador.
- B) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do Poder Legislativo.
- C) arbitrário, porque permitia ao imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.
- D) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da nação.
- E) capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. D 02. C 03. C 04. A 05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D 02. C 03. C 04. C 05. A
06.

A) É possível identificar, nas elites do Centro-Sul, um forte temor de perder as liberdades econômicas e políticas adquiridas a partir da vinda da família real portuguesa. Medidas como a Abertura dos Portos (1808) e a elevação do Brasil a reino (1815) poderiam ser revogadas com o retorno de D. João VI e de D. Pedro I a Portugal.

B) A Confederação do Equador foi uma revolta separatista iniciada em Pernambuco após a Independência do Brasil. Os revoltosos não aceitavam a concentração de poder nas mãos de D. Pedro e defendiam ideais republicanos. Eram contra o centralismo político, o Poder Moderador e a origem lusitana do Estado brasileiro. Foram inspirados pelo federalismo e pelo liberalismo.

07. D 08. E 09. D

Seção Enem

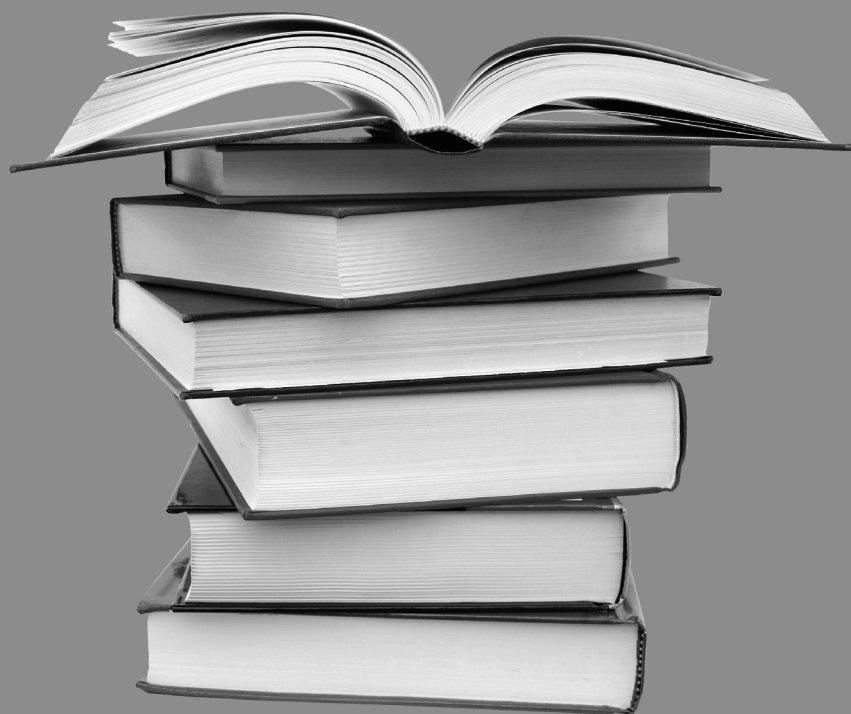
Acertei _____ Errei _____

01. E 02. D 03. D 04. C 05. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

HISTÓRIA



SUMÁRIO

FRENTE A

- 3 Módulo 11: Revolução Americana
- 6 Módulo 12: Revolução Francesa
- 8 Módulo 13: Período Napoleônico e Congresso de Viena
- 11 Módulo 14: Revoluções Liberais
- 13 Módulo 15: Revolução Industrial e Movimento Operário

FRENTE B

- 17 Módulo 09: Brasil Colônia: Bandeirantismo, Mineração e Período Pombalino
- 19 Módulo 10: Rebeliões Nativistas e Separatistas
- 22 Módulo 11: Período Joanino e Independência do Brasil
- 24 Módulo 12: Brasil Império: Primeiro Reinado

Caderno Extra

MÓDULO 11

REVOLUÇÃO AMERICANA

01. (UEPB) No final do século XVIII, um importante acontecimento assinalou a influência concreta dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e rebeldia às opressões políticas. Nasceram os Estados Unidos: a primeira nação independente do Mundo Novo.

Sobre a Independência dos Estados Unidos da América, não é correto afirmar:

- A) Na metade da década de 1770, a dominação britânica nas 13 Colônias atingiu o nível do intolerável.
 - B) O colonialismo de povoamento ocorrido nos EUA foi um dos motivos determinantes na formação de uma consciência nacional de que a Independência era fundamental para a construção de um novo país.
 - C) Apesar de ter obtido a libertação em 1776, os EUA não conseguiram superar suas contradições internas, que terminaram por levar o país a uma guerra civil.
 - D) A Independência dos EUA significou a solução dos seus problemas econômico-tributários e, principalmente, dos desencontros étnicos entre os afro-americanos e os descendentes dos colonizadores.
 - E) Uma das principais formas de resistência do negro americano diante do ranço do colonialismo, expresso através do preconceito racial, é a música, na qual se destacam os *blues*, canções que surgem como banzos musicais.
- 02.** (Unifor-CE) Considere o trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos de 4 de julho de 1776.

Todos os homens são criados iguais e são dotados pelo criador de certos direitos fundamentais, como a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para assegurar tais direitos, são instituídos governos entre os homens. O justo poder desses governos deriva do consentimento dos governados. Todas as vezes que qualquer forma de governo torna-se destrutiva desses objetivos, é direito do povo alterá-la ou aboli-la.

COTRIM, Gilberto.

História global: Brasil e geral. 5. ed.
São Paulo: Saraiva, 1999. p. 243.

Ao se examinar os princípios de igualdade e justiça contidos nessa Declaração, em face das transformações efetivas que ocorreram no país no final do século XVIII, pode-se afirmar que

- A) os princípios em questão não atingiram os fazendeiros do sul dos Estados Unidos, já que mesmo com a Independência do país, as colônias do sul permaneceram sob o domínio da Inglaterra e da França.
- B) o processo de Independência foi especialmente benéfico para os comerciantes e proprietários do centro-oeste dos Estados Unidos que, livres da dominação da Inglaterra e da França, conquistaram novas colônias no sul da África e norte da Ásia.
- C) a Independência dos Estados Unidos não beneficiou diretamente todos os extratos da população norte-americana, já que não alterou a condição dos escravos, que só conquistaram a liberdade com a Guerra de Secessão, quase um século depois.
- D) a luta pela Independência norte-americana beneficiou as camadas menos favorecidas da população, inclusive os escravos, que passaram a usufruir direitos civis e a sensível melhoria das condições de trabalho.
- E) os princípios abolicionistas da Declaração de Independência dos Estados Unidos foram cumpridos ainda no século XVIII, em virtude da ampla movimentação da população norte-americana em favor da abolição da escravidão.

- 03.** (UFJF-MG) Sobre o processo de Independência dos EUA, é incorreto afirmar que
- está relacionado à difusão das ideias iluministas, contrárias à dominação e à exploração das metrópoles sobre suas colônias.
 - teve início a partir das Leis Intoleráveis, o que provocou a reação da colônia, dando força ao movimento de emancipação.
 - França e Espanha participaram diretamente desse processo, enviando tropas para as áreas de conflito.
 - apesar de se unirem contra a Inglaterra, as Treze Colônias continuaram a apresentar uma contradição básica, caracterizada pela industrialização da região norte e a manutenção da escravidão no sul.
 - pode ser caracterizado como uma verdadeira revolução, pois produziu uma alteração na forma e na teoria de governo, promovendo uma radical mudança na economia das diversas regiões.
- 04.** (UFS-SE) A Festa do Chá de Boston, de 1773, foi um ataque dos comerciantes das colônias inglesas contra o carregamento de chá dos navios ingleses, ancorados no porto de Boston. Essa sublevação teve origem na Lei do Chá, que
- reduzia a quantidade de mercadorias que podiam ser importadas pela colônia, prejudicando os produtores de chá.
 - impedia a instalação e a continuidade de qualquer indústria de beneficiamento do chá pelos colonos, prejudicando os empresários coloniais.
 - assegurava a concorrência comercial de produtos britânicos na colônia e o mercado consumidor colonial para os produtores de chá.
 - concedia o monopólio da distribuição desse produto à Companhia Inglesa das Índias Orientais, prejudicando os mercadores coloniais.
 - proibia a penetração dos colonos nos territórios do oeste para produzir esse produto e garantir o monopólio do comércio aos comerciantes metropolitanos.
- 05.** (UFU-MG) A respeito do processo de Independência das colônias inglesas da América do Norte, no final do século XVIII, e da formação dos Estados Unidos, é correto afirmar que
- no plano externo, a ação dos Estados Unidos, após a Independência, foi coerente com os princípios de liberdade e autodeterminação dos povos, contribuindo, decisivamente, para eliminar a dependência dos países latino-americanos ao longo do século XIX.
 - apesar de a Declaração de Independência afirmar que todos os homens eram iguais e tinham direito à liberdade, no plano interno, a Independência não significou a liberdade real de todos, pois a escravidão continuou existindo.
 - temendo as repercussões da Guerra de Independência das Treze Colônias em seus domínios americanos, a Espanha e a França enviaram exércitos para lutar ao lado dos ingleses.
 - a Independência foi obra dos grandes proprietários e ricos comerciantes das colônias do Sul, que se sentiram prejudicados com a política econômica da metrópole.
- 06.** (UERJ) Que os tiranos de todos os países, que todos os opressores políticos ou sagrados saibam que existe um lugar no mundo onde se pode escapar aos seus grilhões, onde a humanidade desonrada reergueu a cabeça; [...] onde as leis não fazem mais que garantir a felicidade; onde [...] a consciência deixou de ser escrava [...]
- RAYNAL (abade). *A Revolução da América*.
Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- A posição apresentada pelo abade Raynal sintetiza alguns aspectos da ilustração política.
- A partir do texto, indique, com suas próprias palavras, dois princípios do pensamento iluminista.
 - Para o autor do texto, a Independência das Treze Colônias inglesas foi um processo revolucionário, razão pela qual denomina-a de Revolução Americana. cite e explique um fator que contribuiu para essa Revolução.
- 07.** (UFRN) A 4 de julho de 1776, publicou-se a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Após a guerra que consolidou a Independência do país, foi convocada uma Convenção para redigir a Carta Constitucional do novo Estado.
- Durante os trabalhos para a elaboração dessa Carta Magna,
- os federalistas propunham uma democracia baseada na Constituição da França revolucionária, enquanto os republicanos se inspiravam no liberalismo parlamentar inglês.
 - os republicanos pregavam a favor de um Estado com um partido único, enquanto os democratas defendiam o pluripartidarismo.
 - os democratas dos estados do norte desejavam o fim da escravidão, enquanto os liberais sulistas eram a favor da manutenção do trabalho escravo.
 - os republicanos defendiam um poder central apenas simbólico e a completa autonomia dos estados, enquanto os federalistas defendiam um poder central forte.

08. (UFMG) Leia os textos.

Estas colônias unidas são e, por direito, devem ser Estados Livres e Independentes.

DECLARAÇÃO de Independência dos EUA, 4 jul. 1776.

Muitos dos senhores ainda estão naturalmente convencidos que a liberdade não existe [...] Mas eu lhes garanto que a liberdade existe. Não só existe, como é feita de concreto e cobre e tem 100 metros de altura. [...]

Recebendo a liberdade dos franceses, os americanos a colocaram na ilha de Bedloe, na entrada do porto de New York. Esta verdade é indiscutível. Até agora a liberdade não penetrou no território americano.

FERNANDES, Millôr. Afinal o que é liberdade.
In: *Liberdade, liberdade*.

Eu tentei.

EPITÁFIO do pastor negro Ralph Abernathy, um dos fundadores do movimento pelos direitos civis nos EUA.

- A) Cite duas formas de liberdade a que se referiam os colonos americanos no momento da Independência.
- B) Indique um episódio da história americana em que a prática da liberdade esteve ameaçada.
- C) Explique como a liberdade esteve ameaçada no episódio indicado no item B.
- 09.** (UFJF-MG) A Declaração de Independência, aprovada na Filadélfia, em 4 de julho de 1776, pode ser considerada a certidão de nascimento da República dos Estados Unidos da América.
- Tal documento contém ideias inspiradas fundamentalmente nas postulações de
- A) Locke, segundo as quais o direito de governar advém do consentimento dos governados, que podem insurgir-se contra seu soberano, caso este viole os direitos naturais do indivíduo.
- B) Hobbes, de acordo com as quais o contrato estabelecido entre súditos e soberano é irrevogável e o poder do governo é absoluto.
- C) Malthus, a respeito da necessidade das guerras, como a que levou à Independência dos EUA, para reduzir temporariamente a taxa de crescimento demográfico e reequilibrar população e oferta de alimentos.
- D) Rousseau, segundo as quais a origem da infelicidade humana coincide com o aparecimento da propriedade privada, que pôs fim à igualdade entre os homens.
- 10.** (Unemat-MT) No ano de 1776, a primeira colônia do continente americano declarou a sua independência – os Estados Unidos da América.

Sobre este acontecimento é correto afirmar.

- A) Um dos motivos que levaram os colonos a se rebelar contra a metrópole foi o excessivo controle das manufaturas e do comércio praticado por eles.
- B) A separação das 13 (treze) colônias da Inglaterra ocorreu como no Brasil, sem luta armada e prolongada, isto é, através de compromisso entre as lideranças políticas locais e a metrópole.
- C) O papel do exército Confederado foi fundamental para a vitória das 13 (treze) colônias sobre a Inglaterra.
- D) Após a independência das 13 (treze) colônias, foi promulgada a primeira Constituição, no ano de 1787, que tinha como característica principal a união entre Estado e Igreja.
- E) Um dos primeiros atos do governo dos Estados Unidos da América foi a libertação de todos os escravos africanos que viviam em seu território.

GABARITO

01. D
02. C
03. E
04. D
05. B
06. A) Entre os princípios iluministas, pode-se mencionar:
- a tolerância religiosa;
 - a liberdade de expressão;
 - a condenação à escravidão;
 - a liberdade de pensamento;
 - a crítica aos governos despóticos.
- B) Vários fatores podem ser apontados como responsáveis pelo desencadeamento da Revolução Americana, entre eles:
- A imposição de novos impostos por parte da Inglaterra às colônias americanas. Os colonos consideravam que apenas suas assembleias coloniais tinham de consentir à cobrança de qualquer novo imposto.
 - O fim da “negligência salutar”. A perda de autonomia dos colonos constituiu-se em um empecilho para a continuação do desenvolvimento das elites das colônias.
 - A difusão das ideias de liberdade oriundas do pensamento da Ilustração. As ideias de liberdade levaram os colonos a questionar a aplicação do pacto colonial.
 - A insatisfação dos colonos em relação à Linha da Proclamação Régia. Por meio desta, a Coroa inglesa estabelecia o monopólio sobre as terras obtidas em decorrência do Tratado de Paris.

07. D
08. A) Liberdade econômica e liberdade política.
B) Quando a Inglaterra impôs as Leis Intoleráveis às Treze Colônias, ou mesmo a própria utilização da mão de obra escrava, entre outros.
C) A Coroa inglesa pretendia acabar com parte das liberdades dadas aos colonos, fato que levou estes a lutarem pela Independência.
09. A
10. A

MÓDULO 12

REVOLUÇÃO FRANCESA

- 01.** (UECE) Em 1792, os revolucionários franceses instituíram um novo calendário, baseado no clima e nas estações do ano da França. Conhecido como calendário revolucionário francês, manteve o ano com 12 meses, todos eles com trinta dias. Entretanto, ao final do ano, ainda restavam cinco dias que foram denominados *sans-culottes*.

O objetivo da instituição do novo calendário foi

- A) acabar com qualquer herança religiosa ou elemento cristão.
B) lembrar o antigo calendário celta.
C) simbolizar a manutenção da tradição antiga e a nova era.
D) ter mais dias para trabalhar e poucos feriados religiosos.

- 02.** (Unesp) [...] a Revolução de 1789 não fez nada pelo operário: o camponês ganhou a terra, o operário está mais infeliz que outrora e os monarquistas têm razão quando afirmam que as antigas Corporações [de Ofício] protegiam melhor o trabalhador do que o regime atual.

JORNAL LE MATIN, 07 mar. 1885.

Com tal declaração, o escritor francês Émile Zola fazia um balanço dos efeitos sociais da Revolução de 1789, referindo-se

- A) aos confiscos dos bens dos nobres franceses emigrados e à política liberal implementada pelo Estado.
B) à baixa participação dos trabalhadores urbanos nas lutas sociais na França do final do século XIX.
C) ao apoio dos operários ao projeto de restauração do absolutismo francês, como garantia de melhoria social.
D) à liderança política dos camponeses franceses nas revoluções socialistas e comunistas do século XIX.
E) à política de bem-estar social instituída pelo Partido Social Democrata francês ao longo do século XIX.

- 03.** (UFRRJ) Prossigo: mil vozes servem de arauto para a novidade...

A Bastilha foi tomada... Não acreditei e fui ver o cerco de perto... No meio da Gréve, encontro um corpo sem cabeça estendido no meio do riacho, rodeado por cinco ou seis indiferentes. Faço perguntas... É o governador da Bastilha.

BRETONNE, Restil de la. *As Noites Revolucionárias*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. p. 58.

O episódio narrado marca o início de um dos momentos políticos mais importantes da história europeia, a Revolução Francesa. A tomada e destruição da fortaleza da Bastilha explicita

- A) o momento de maior radicalidade da Revolução, quando as camadas populares rompem com a liderança burguesa e assumem o poder em Paris.
B) a derrubada de Luís XVI e a Proclamação da República francesa baseada na razão e na justiça, sob influência do pensamento de Voltaire.
C) a consolidação do poder do grupo jacobino, tendo à frente Robespierre, sustentado pela mobilização radicalizada dos *sans-culottes*.
D) a chegada ao poder político do general Napoleão Bonaparte, que, como primeiro cônsul, será fundamental na consolidação do novo poder.
E) o levante popular sob direção burguesa contra um dos maiores símbolos da opressão política do absolutismo.

- 04.** (Ufscar-SP)

A 5 de outubro, oito ou dez mil mulheres foram a Versalhes; muita gente as acompanhou. A Guarda Nacional forçou o Sr. de La Fayette a conduzi-las para lá na mesma noite. No dia 6, elas trouxeram o rei e obrigaram-no a residir em Paris.

[...] Não devemos procurar aqui a ação dos partidos. Eles agiram, mas fizeram muito pouco.

A causa real, certa, para as mulheres, para a multidão mais miserável, foi uma só, a fome. Tendo desmontado um cavaleiro, em Versalhes, mataram o cavalo e comeram-no quase cru.

[...] O que há no povo de mais povo, quero dizer, de mais instintivo, de mais inspirado, são, por certo, as mulheres. Sua ideia foi esta: "Falta pão, vamos buscar o rei; se ele estiver conosco, cuidar-se-á para que o pão não falte mais. Vamos buscar o padeiro!"

MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*, 1989.

Sobre aquele momento da Revolução Francesa, é correto afirmar:

- A) O povo, constituído principalmente de funcionários da nobreza, acreditava que era necessário separar o rei da Corte, para que se pudessem fazer as reformas econômicas.
B) A Assembleia havia assinado a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, e o povo acreditava que o rei era seu aliado para resolver o problema da circulação de cereais.

- C) Os revolucionários estavam negociando com o rei a assinatura de sua deposição, visando à instalação de uma república na França.
- D) O rei e a rainha eram vistos como inimigos do povo e cúmplices da aristocracia, responsabilizada pela crise econômica.
- E) O rei escolhera ficar em Versalhes, com a finalidade de proteger a nobreza dos ataques do povo.

05. (FGV-SP) Chegou a hora de a igualdade passar a foice por todas as cabeças. Portanto, legisladores, vamos colocar o terror na ordem do dia.

DISCURSO de Robespierre na Convenção.

A fala de Robespierre ocorreu em um dos períodos mais intensos da Revolução Francesa. Esse período caracterizou-se

- A) pela fundação da monarquia constitucional, marcada pelo funcionamento da Assembleia Nacional.
- B) pela organização do Diretório, marcado pela adoção do voto censitário.
- C) pela reação termidoriana, marcada pelo fortalecimento dos setores conservadores.
- D) pela convocação dos Estados Gerais, que puseram fim ao absolutismo francês.
- E) pela criação do Comitê de Salvação Pública e a radicalização da Revolução.

06. (UFMG) Leia estes versos, que eram cantados na França, durante a fase do Terror, ocorrida entre junho de 1793 e julho de 1794:

Santa Guilhotina, protetora dos patriotas, rogai por nós;

Santa Guilhotina, terror dos aristocratas, protegei-nos.

Máquina adorável, tende piedade de nós.

Máquina admirável, tende piedade de nós.

Santa Guilhotina, livrai-nos de nossos inimigos.

(Com a melodia da Marselhesa)

Ó celeste Guilhotina,

Você abrevia rainhas e reis,

Por tua influência divina

Reconquistamos nossos direitos. (bis)

Sustenta as leis da pátria

E que teu soberbo instrumento

Torne-se sempre permanente

Para destruir uma seita ímpia.

Afia tua lâmina para Pitt e seus agentes,

Enriquece tua bagagem com cabeças de tirano!

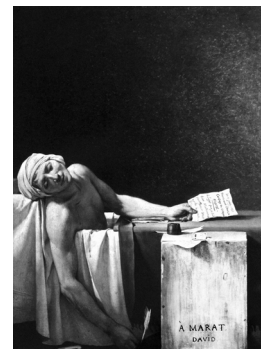
Citado por ARASSE, Daniel. *A guilhotina e o imaginário do Terror*. São Paulo: Ática, 1989. p. 106-107.

A partir da leitura desses versos, é correto afirmar que

- A) a difusão da ideia de uma "pátria em perigo" ficou sem efeito prático, limitada ao discurso político.
- B) a guilhotina foi utilizada como um instrumento capaz de representar o ato de justiça do povo.

- C) a ordem interna, na fase do Terror, se enfraqueceu devido à ação do Comitê de Salvação Pública.
- D) o ardor contrarrevolucionário, expresso no louvor à guilhotina, era endereçado aos seguidores de Bonaparte.

07. (UFSCar-SP) Marat foi um importante personagem na Revolução Francesa (1789). Seu assassinato teve várias representações. Uma delas foi o quadro de David, *A Morte de Marat*, um símbolo do movimento revolucionário e de grande importância para a história da arte.



Em relação a essa obra, é correto afirmar que

- A) David ressaltou características da história pessoal de Marat, ou seja, um revolucionário de origem humilde e camponesa.
- B) Marat foi retratado como um símbolo dos radicais girondinos, responsáveis pela expulsão dos montanheses da Convenção e execução de seus líderes.
- C) David inaugurou a pintura histórica, mítica e heroica, apresentando a eternidade do personagem.
- D) David retratou Marat de uma forma não épica, diferenciando sua obra do idealismo da arte acadêmica aristocrática.
- E) David transformou Marat em personagem das tragédias gregas e sua morte em um ato romântico da Revolução.

08. (PUC-Campinas-SP) No contexto histórico da Revolução Francesa, o episódio denominado Golpe do 18 Brumário aconteceu

- A) quando se inicia o regime do Diretório, período que se caracterizou pelos desmandos políticos.
- B) no momento em que a Conjura dos Iguais propõe a tomada do poder à força e o fim da propriedade privada.
- C) quando Napoleão, apoiado pelo Exército e pela alta burguesia, derruba o Diretório e chega ao poder.
- D) no momento em que os monarquistas tentam voltar ao poder através de golpe, que foi sufocado por Napoleão Bonaparte.
- E) quando Robespierre, Saint Just e seus companheiros do Comitê de Salvação Pública são mortos na guilhotina, pondo fim ao Terror.

- 09.** (UFOP-MG) A Revolução Francesa representou, no final do século XVIII, um marco no debate sobre o poder soberano e seus limites de atuação na sociedade.
- Sobre esse período, é correto afirmar, exceto
- A) Houve uma grande influência da Filosofia iluminista nos ideais que impulsionaram os revolucionários franceses.
 - B) O impacto da Revolução foi bem absorvido pelos Estados europeus vizinhos, que se organizaram para defender os princípios revolucionários na Europa.
 - C) A Revolução Americana (Independência das Treze Colônias) exerceu grande influência sobre os líderes da Revolução Francesa.
 - D) Era grande a utilização de escritos com a finalidade de expor opiniões sobre princípios de governo e direitos humanos.
 - E) Muitas das ideias revolucionárias, por se confrontarem com os princípios religiosos tradicionais, sofreram perseguição na Europa.

- 10.** (Mackenzie-SP)

[...] pode não ter sido um fenômeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos, e suas consequências foram, portanto, mais profundas. Em primeiro lugar, ela se deu no mais populoso e poderoso Estado da Europa (não considerando a Rússia). Em 1789, cerca de um em cada cinco europeus era francês. Em segundo lugar, ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável.

[...] Em terceiro lugar, entre todas as revoluções, [...] foi a única ecumênica. Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*.

A respeito do momento histórico a que se refere o trecho dado, afirma-se que

- I. inspirada nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, a Revolução significou a vitória definitiva sobre os entraves que representava ao desenvolvimento socioeconômico da burguesia, a estrutura de propriedade e de direitos feudais do *Ancien Régime*.
- II. a condução do processo revolucionário pelos membros da alta burguesia, após o "golpe do termidor" (1794), assegurou-lhes a efetivação do projeto político de sua classe em oposição ao projeto radical dos representantes da pequena burguesia e das camadas populares.
- III. a influência internacional que a Revolução exerceu se deveu a ter sido ela um modelo histórico bem-sucedido de coletivização da propriedade das terras, de estatização dos meios de produção e de estabilização política por meio do regime de partido único.

Assinale

- A) se apenas I é correta.
- B) se apenas II é correta.
- C) se apenas III é correta.
- D) se apenas I e II são corretas.
- E) se I, II e III são corretas.

GABARITO

01. A	06. B
02. A	07. D
03. E	08. C
04. B	09. B
05. E	10. D

MÓDULO 13

PERÍODO NAPOLEÔNICO E CONGRESSO DE VIENA

- 01.** (UFAL) A respeito do Golpe do 18 Brumário, é correto afirmar que
- A) a ditadura bonapartista atendeu aos interesses da burguesia francesa.
 - B) provocou a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.
 - C) reforçou a composição política entre girondinos e jacobinos.
 - D) a ditadura napoleônica instituiu o Terror.
 - E) aprovou a Declaração dos Direitos do Homem.
- 02.** (UFTM-MG) Pode-se afirmar que a Era Napoleônica permitiu a consolidação da ordem burguesa porque
- A) anulou o direito à propriedade privada e proibiu a organização de greves e sindicatos.
 - B) garantiu os princípios de igualdade jurídica e de liberdade, com a aprovação do Código Civil.
 - C) extinguiu a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão do início da Revolução Francesa.
 - D) colocou em segundo plano os ideais iluministas ao implantar o Império e empreender guerras.
 - E) fortaleceu os grupos reacionários, favoráveis às medidas sociais do Período do Terror.

- 03.** (FGV-SP) A Revolução Francesa foi marcada por uma série de reviravoltas políticas. Em novembro de 1799, o general Napoleão Bonaparte liderou um golpe de Estado que pôs fim ao Diretório, inaugurando uma nova fase da história francesa.
- A) Quais eram as características do Código Civil estabelecido por Napoleão?
- B) Em que medida o Código Civil se chocava com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789?
- 04.** (Unifor-CE) Senhor do continente, Napoleão disseminou pelos países conquistados os princípios liberais franceses [...] e derrubou as velhas estruturas aristocráticas. Assim, os sucessos militares desde a Revolução deviam-se, em grande parte, aos princípios ideológicos franceses contra as tiranias do Antigo Regime.
- Entretanto, quando, no Período Imperial, a invasão foi acompanhada da exploração das populações locais e da submissão à França, os sucessos militares foram substituídos pela resistência dessas populações e pelo fracasso das conquistas napoleônicas.
- Ao fenômeno descrito no texto, pode-se associar que
- A) a imposição do domínio napoleônico na Península Ibérica e na Rússia desembocou na luta nacionalista dessas regiões e no início da lenta decadência de Bonaparte.
- B) as guerras de conquista napoleônicas objetivavam eliminar as manifestações nacionalistas e liberais decorrentes das ideias implantadas pela Revolução.
- C) o domínio francês sobre as nações europeias incentivou e promoveu as revoltas liberais no século XIX e retardou os movimentos de Independência das colônias da América.
- D) o embargo econômico imposto à Inglaterra favoreceu o desenvolvimento de países emergentes e enfraqueceu a economia britânica e o poder militar de Bonaparte.
- E) a hegemonia francesa sobre o continente resultou da neutralização de países poderosos, como a Inglaterra, a maior potência econômica do período.
- 05.** (Puc-Campinas-SP) O Iluminismo inspira o movimento revolucionário francês no final do século XVIII. No tocante a esse movimento, pode-se afirmar que
- A) a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder estava relacionada à garantia de consolidar o poder político da alta burguesia contra ameaças da esquerda e de forças externas contrárias à difusão dos ideais da Revolução Francesa.
- B) o governo de Napoleão Bonaparte tornou-se conhecido pela intensa repressão política, sendo inclusive o responsável direto pela ordem de execução de Luís XV e de sua família, durante a segunda fase da Revolução Francesa.
- C) a Comuna de Paris, sob o comando de Robespierre, Marat e Danton, desencadeou a luta política que provocou a deposição do Império Napoleônico, iniciado com a Revolução Francesa.
- D) a queda de Napoleão Bonaparte, no início da Revolução Francesa, teve grande repercussão na Assembleia Constituinte, já que os senhores feudais perderam a hegemonia sobre o Poder Legislativo.
- E) os jacobinos, que tiveram uma participação ativa na Revolução Francesa, aliaram-se a Napoleão Bonaparte buscando garantir, no seu governo, garantias sociais para os camponeses e para os operários de Paris.
- 06.** (UFPI) Após a derrota de Napoleão, as grandes potências europeias – Rússia, Áustria, Inglaterra e Prússia – se reuniram no Congresso de Viena (1815), para discutir a situação Europeia. Entre os princípios discutidos no Congresso, está
- A) a decisão de difundir, por toda a Europa, os ganhos realizados pelos movimentos revolucionários.
- B) a restauração, no comando dos Estados europeus, das dinastias legítimas, que reinavam no período pré-revolucionário.
- C) a restauração apenas das monarquias que eram do interesse das duas grandes potências: Inglaterra e Prússia.
- D) a restauração de todos os princípios feudais revogados pela Revolução Francesa.
- E) o auxílio aos movimentos revolucionários ocorridos na América, desde que implantassem regimes monárquicos como forma de governo.
- 07.** (UFRGS-RS) No Congresso de Viena, concluído em 1815, pouco antes da derrota de Napoleão em Waterloo, os soberanos europeus vitoriosos fixaram os destinos da Europa. Nessa reconstrução geopolítica,
- A) a Inglaterra, lesada em posições estratégicas, perdeu definitivamente o domínio dos mares para potências emergentes, como Espanha e Itália.
- B) a nova carta político-territorial da Europa assegurou o equilíbrio entre as grandes potências ao reconhecer as aspirações nacionais.
- C) a França, apesar da derrota, foi poupada, não perdendo seus territórios nem sendo obrigada a pagar indenizações de guerra, em nome do equilíbrio europeu.
- D) a Rússia abdicou de qualquer pretensão de tornar-se a potência dominante da Europa oriental, enquanto a Áustria, que conquistou a Bélgica, perdeu seus domínios na Itália.
- E) o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, o que permitiu a permanência da família real no continente americano, sem perda do trono.

- 08.** (UFC-CE) Entre 1792 e 1815, a Europa esteve em guerra quase permanente. No final, os exércitos napoleônicos foram derrotados. Em seguida, as potências vencedoras, Rússia, Prússia, Grã-Bretanha e Áustria, conjuntamente com a França, reuniram-se no Congresso de Viena, que teve como consequência política a formação da Santa Aliança. A partir do comentário anterior, marque a alternativa que contenha duas decisões geopolíticas aprovadas pelo citado Congresso.
- A) Defesa do liberalismo e auxílio aos movimentos socialistas na Europa.
 - B) Restabelecimento das fronteiras anteriores a 1789 e isolamento da França do cenário político europeu.
 - C) Valorização das aristocracias em toda a Europa Continental e ascensão dos girondinos no governo da França a partir de 1815.
 - D) Reentronização das casas reais destituídas pelos exércitos napoleônicos e criação de um pacto político de equilíbrio entre as potências europeias.
 - E) Apoio aos movimentos republicanos e concentração de poderes na Coroa britânica, permitindo a esta a utilização da sua Marinha de guerra como instrumento contrarrevolucionário.

- 09.** (Unifor-CE) O Congresso de Viena, realizado com o apoio de países como a Áustria, a Inglaterra, a Rússia, a Prússia e a França nos anos de 1814 e 1815, foi considerado de cunho conservador na medida em que se opôs aos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Corresponde às principais medidas tomadas pelo Congresso de Viena a

- A) aprovação do Código Napoleônico elaborado para atender parte das aspirações da burguesia como forma de mantê-la sob o domínio e o controle dos reis absolutistas.
- B) reformulação das constituições das monarquias absolutistas que, convertidas em repúblicas, passaram por profundas transformações estruturais.
- C) formação de uma Liga das Nações para impedir o avanço imperialista do Exército revolucionário de Napoleão Bonaparte, que pretendia dominar toda a Europa.
- D) união política e militar entre as tradicionais monarquias europeias com a intenção de reprimir as revoluções liberais e nacionais inspiradas pela Revolução Francesa.
- E) concessão de empréstimos à França para reconstruir o país após os prejuízos e danos causados, em virtude da Revolução e das sucessivas Guerras Napoleônicas.

- 10.** (FUVEST-SP) O Tratado de Viena, assinado em 1815, tinha por principal objetivo
- A) estabelecer uma paz duradoura na Europa, que impedisse as guerras e revoluções, consolidando o princípio da legitimidade monárquica.
 - B) ratificar a supremacia da Prússia, no contexto político da Europa Ocidental, para garantir triunfo de uma onda contrarrevolucionária.
 - C) assegurar ao Império Austro-Húngaro o controle da Europa Continental, assim como da Inglaterra, a fim de impedir a expansão da Rússia.
 - D) impedir a ascensão da classe média ao poder, que iniciara uma série de revoluções em vários países da Europa Ocidental.
 - E) criar um sistema repressivo capaz de conter as primeiras vagas do movimento socialista na Europa, através da exclusão da influência da França.

GABARITO

- 01. A
- 02. B
- 03. A) O Código Civil, estabelecido em 1804 por Napoleão Bonaparte, tinha por finalidade organizar internamente o Império Francês. Por incorporar princípios apontados como oposição ao Antigo Regime, é considerado uma obra integrada à Revolução Francesa. Em sua essência, consagrava os interesses da burguesia ao reconhecer e privilegiar o direito de propriedade e a liberdade individual e econômica. Estabelecia ainda o caráter secular e laico do Estado.
- B) Enquanto os Direitos do Homem e do Cidadão consideravam todos os homens iguais perante a lei, a maioria dos artigos (dois terços) do Código Civil Napoleônico se destinavam à defesa da propriedade individual, e os poucos artigos que se referiam ao trabalho faziam restrições aos trabalhadores, garantindo a proteção dos empregadores. Além disso, a escravidão foi restabelecida nas colônias francesas, e o casamento civil restringia os direitos das mulheres.
- 04. A
- 05. A
- 06. B
- 07. E
- 08. D
- 09. D
- 10. A

MÓDULO 14

REVOLUÇÕES LIBERAIS

01. (PUCPR) As revoluções liberais burguesas inspiraram-se em ideias de intelectuais iluministas que muito valorizavam a razão, procurando explicações racionais para todas as coisas.

Entre essas ideias, as que mais estavam diretamente relacionadas àqueles movimentos revolucionários eram:

- I. A liberdade individual era um entrave ao funcionamento do Estado e deveria ser abolida.
- II. O Estado nada mais era do que o poder conjunto de todos os membros da sociedade, poder este limitado.
- III. O poder político deve ser indivisível e uno, pois somente assim pode atender suas finalidades.
- IV. Em oposição ao Antigo Regime, a centralização administrativa devia concentrar os poderes políticos.
- V. O mercantilismo deveria ser substituído pelo liberalismo, em oposição a qualquer tipo de regulamentação.

São corretas as afirmações

- A) I e IV.
- B) I e III.
- C) II e V.
- D) III e IV.
- E) IV e V.

02. (PUC-Campinas-SP) As revoluções liberais burguesas ocorreram na Europa na primeira metade do século XIX.

Sobre elas, pode-se afirmar que

- A) se difundiram a partir dos países da Península Ibérica e da Grã-Bretanha.
- B) resultaram em mudanças radicais na estrutura social, promovidas pela burguesia aliada ao proletariado.
- C) marcaram a vitória do poder burguês sobre a aristocracia na Europa Ocidental.
- D) representaram um retrocesso significativo no âmbito das artes, da industrialização e da urbanização.
- E) não atingiram a Itália e a Alemanha porque esses países tinham fortes lideranças socialistas.

03. (UFSM-RS) Em 1830, a Europa é varrida por revoltas que têm suas origens

- I. no ideário da Revolução Francesa.
- II. no socialismo da burguesia em ascensão.
- III. nos princípios do liberalismo e do nacionalismo.
- IV. no ideário da Santa Aliança.

Estão corretas

- A) apenas I e II.
- B) apenas I e III.
- C) apenas II e IV.
- D) apenas III e IV.
- E) apenas II, III e IV.

04. (FEPECS-DF) Sobre os movimentos constitucionalistas que marcaram a vida política europeia durante as revoluções de 1820, 1830 e 1848, é correto afirmar que

- A) contribuíram para a construção de regimes absolutistas fundados na independência dos três poderes.
- B) mantiveram uma relação estreita com o pensamento liberal, hostil à construção de um regime político representativo.
- C) criaram os fundamentos políticos para a construção de uma ordem política totalitária.
- D) contribuíram para a construção de uma ordem política fundada nos princípios jurídicos.
- E) preservaram os costumes e a ordem política tradicional fundada nos direitos políticos e sociais dos artesãos e operários.

05. (UFSM-RS) Na Europa, na primeira metade do século XIX, o triunfo do capitalismo industrial acompanhava os avanços do liberalismo clássico. É(são) característica(s) desse período:

- I. A tentativa de restauração feita por Carlos X, em 1830, na França, une o povo e a burguesia em um movimento revolucionário que vai culminar com a ascensão de Luís Filipe de Orléans.
- II. Os liberais italianos do norte, originários de Parma e Módena, inspirados na Revolução Liberal Francesa, uniram liberalismo e nacionalismo e se empenharam em pôr fim à dominação estrangeira e unificar a Itália.
- III. Na Inglaterra, a ação dos liberais se expressou no Movimento Cartista, organizado pela burguesia, que pregava a reforma eleitoral.
- IV. O modelo de liberalismo adotado pelos Estados alemães foi a *Zollverein*, que consistia numa unificação econômica e social dos Estados, promovida pelo governo e burguesia.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas I.
- B) apenas III.
- C) apenas I, II e IV.
- D) apenas II e IV.
- E) I, II, III e IV.

06. (UEM-PR) Eric Hobsbawm denominou o período que vai de 1789 a 1848 como a “Era das Revoluções”.

Sobre esse período histórico, encontre as afirmativas verdadeiras e calcule a soma destas.

- 01. A França revolucionária experimentou um intenso período de violência social, principalmente entre 1793 e 1794. Essa fase da Revolução ficou conhecida como o Período do Terror ou, simplesmente, como o Terror.
- 02. Na Inglaterra, a experiência revolucionária foi uma consequência do processo histórico francês. Essa revolução, ocorrida nos primeiros anos do século XIX (1801-1812), ficou conhecida como a Revolução Gloriosa.
- 04. Com a derrota da França napoleônica, as forças conservadoras se reuniram em Viena, em 1815, objetivando restaurar a ordem pré-revolucionária.
- 08. O Movimento Cartista constituiu-se em uma grande agitação social ocorrida na Inglaterra, entre meados da década de 1830 e o final da década seguinte. Dentre as principais reivindicações desse movimento, podem ser destacados o direito ao voto universal masculino, a abolição do voto censitário para a Câmara dos Comuns e a remuneração dos deputados, para que os representantes dos trabalhadores pudessem participar do Parlamento.
- 16. Em 1848, a Europa foi varrida por uma nova onda revolucionária que atingiu a França, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, entre outros.
- 32. Na Rússia, em 1848, ocorreram violentos combates, principalmente nas ruas de São Petersburgo. Em decorrência desses conflitos, Pedro, o Grande, objetivando acabar com os distúrbios, decretou o fim da servidão em todo o Império.

Soma ()

07. (Unimontes-MG) Sobre a onda revolucionária que assolou, em 1848, diversos países europeus, podemos afirmar:

- I. Foi a expressão do desejo burguês por reformas liberais e das crescentes reivindicações populares por justiça social.
- II. Foi a expressão do repúdio às soluções estabelecidas pelo Congresso de Viena para a “problemática europeia”, após a derrota de Napoleão Bonaparte.
- III. Os socialistas, por não estarem organizados em partidos e não terem lideranças mais efetivas, permitiram que os burgueses e nacionalistas estabelecessem os limites dos movimentos, frustrando os ideais operários e camponeses.

Está(ão) correta(s)

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) II, apenas.

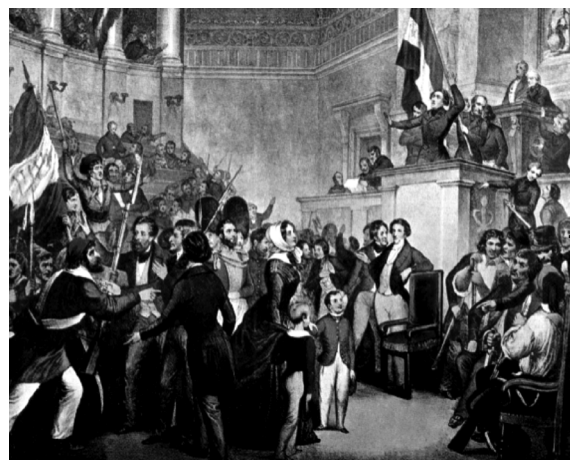
08. (UDESC) Assinale a alternativa correta em relação à chamada “Primavera dos Povos”.

- A) A “Primavera dos Povos” não influenciou a formação dos movimentos sociais do Século XIX.
- B) Foi uma revolução brasileira, mas que atingiu também outros países do Cone Sul.
- C) Houve influência da “Primavera dos Povos” no Brasil através do movimento dos “Seringueiros”.
- D) Atribuição colocada ao movimento revolucionário francês em 1848, que derrubou a monarquia de Luis Felipe e trouxe à discussão a exploração burguesa e a dominação política.
- E) A influência da “Primavera dos Povos” se restringiu às preocupações francesas do período.

09. (UNIRIO-RJ) As revoluções que eclodiram em diversos países da Europa, no ano de 1848, caracterizaram-se basicamente pelo(a)

- A) restauração do poder das monarquias tradicionais e absolutas.
- B) descentralização política e administrativa empreendida pela Santa Aliança nesses países.
- C) difusão das ideias liberais e nacionalistas.
- D) fortalecimento político e econômico da nobreza fundiária.
- E) enfraquecimento dos movimentos operários e socialistas.

10. (UFRJ) A historiografia tradicionalmente considera a Revolução de 1848, na França, como um divisor de águas na história dos movimentos populares europeus do século XIX.



Intensos debates na Paris de 1848. M. Carnavalet, Paris.

Justifique tal afirmativa.

GABARITO

- 01. C
- 02. C
- 03. B
- 04. D
- 05. C
- 06. Soma = 29
- 07. C
- 08. D
- 09. C

10. As revoluções liberais de 1848 contaram com a participação de muitos operários, também chamados de proletários por Karl Marx, que, naquele ano, lançou o *Manifesto Comunista*. Assim, durante a segunda metade do século XIX, os trabalhadores puderam apresentar uma pauta própria de reivindicações (direito à organização em sindicatos, redução da jornada de trabalho, sufrágio universal masculino, criação de uma república democrática, etc.), ou seja, não mais submetida às propostas da chamada burguesia.

MÓDULO 15

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E MOVIMENTO OPERÁRIO

- 01.** (FGV-SP) Efetivamente, em todos os pontos do reino onde se obtém a mais fina lã, portanto a mais preciosa, os senhores, os nobres e até os santos abades não se contentam mais com os rendimentos e produtos que seus antepassados costumavam retirar de seus domínios. Não lhes é mais suficiente viver na preguiça e nos prazeres; estes homens, que nunca foram úteis à sociedade, querem-lhe ainda ser nocivos. Não deixam nenhuma parcela de terra para ser lavrada; toda ela transformou-se em pastagens. Derrubam casas, destroem aldeias, e, se poupam as igrejas, é, provavelmente, porque servem de estábulos a seus carneiros [...] Assim, para que um insaciável devorador, peste e praga de seu próprio país, possa abarcar num único campo milhares de braças, uma quantidade de pequenos agricultores se veem escorraçados de seus bens. Uns saem enganados, outros são expulsos à força; alguns, enfim, cansados de tantos vexames, se veem forçados a vender o que possuem. Enfim, esses infelizes partem, homens e mulheres, casais, órfãos, viúvos, pais com os filhos nos braços. Todos emigram, largam seus lugares, os lugares onde viveram, e não sabem onde se refugiar. Toda a sua bagagem, que pouco valeria se tivessem a possibilidade de esperar um comprador, é cedida a preço vil, dada a necessidade de dela se desfazerem. Logo os veremos errantes, privados de qualquer recurso. Só lhes resta roubar e serem enforcados, segundo as regras.

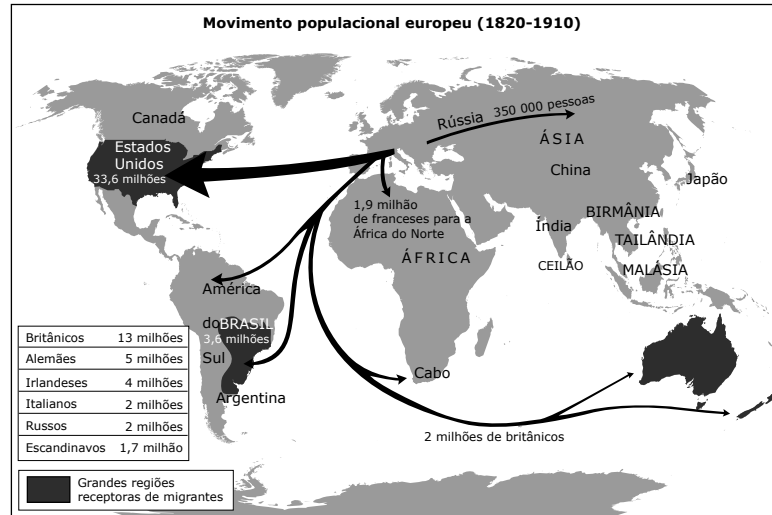
MORUS, Thomas. *A Utopia*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 16.

O texto refere-se a um importante elemento no processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra.

Tal elemento é conhecido como

- A) arroteamento, ou seja, o aproveitamento de novas terras para as atividades agrícolas.
- B) aforamento, ou seja, um tipo de concessão de terras a camponeses.
- C) afolhamento, ou seja, a organização das parcelas a serem cultivadas.
- D) cercamento, ou seja, a separação e a apropriação individual das terras comuns e dos campos abertos.
- E) descimento, ou seja, a ocupação de terras baixas para a criação de animais.

02. (Unimontes-MG) Observe o mapa a seguir.



Assinale as alternativas, usando C para as corretas e I para as incorretas.

Sobre a conjuntura europeia, responsável pelos índices de migração apresentados no mapa, é possível afirmar que foi marcada

- () pelas necessidades dos países recém-industrializados, que intensificaram a procura de mercados produtores de matéria-prima e consumidores de manufaturados.
- () pela migração das populações rurais para as cidades, desde o início do século XIX, fazendo crescer o exército proletário de reserva.
- () pela necessidade de escoar a mão de obra ociosa, a fim de evitar tensões sociais prejudiciais aos ganhos capitalistas.

Você obteve

- A) I, C e I.
- B) C, I e I.
- C) I, I e C.
- D) C, C e C.

03. (UEL-PR) Sobre a Revolução Industrial, é correto afirmar:

- A) As Américas Anglo-Saxônica, Hispânica e Portuguesa não vivenciaram, como a Europa, o crescimento da mão de obra e a consequente baixa nos salários em função de uma melhor distribuição dos trabalhadores entre o campo e a cidade.
- B) Os países que não vivenciaram o fenômeno da grande indústria conservaram-se agrícolas e não foram afetados pela supervalorização dada ao capital após a citada revolução.
- C) O comércio internacional pós-revolução provocou uma especialização da produção, dividindo o mundo entre áreas produtoras de matérias-primas e áreas industriais e propiciando o acúmulo de capital nos países industrializados.
- D) Os movimentos sociais surgidos nesse período foram responsáveis pela disseminação das ideias de liberdade e igualdade para todos e o cumprimento da lei do direito ao voto para as mulheres que trabalhavam nas fábricas.
- E) Mesmo tendo aumentado o número de produtos manufaturados no mercado, a Revolução Industrial não significou, no primeiro século, avanços e progresso tecnológico.

04. (UFJF-MG) A respeito da Revolução Industrial e do nascimento das sociedades industriais, é incorreto afirmar que

- A) um dos principais elementos que explica o pioneirismo inglês na Revolução Industrial é o processo revolucionário que, cem anos antes, criou um Estado que atendia aos interesses da burguesia mercantil inglesa.
- B) a principal rival da Inglaterra, no processo de constituição da sociedade industrial, foi a Espanha, que conseguiu, no século XVIII, desenvolver uma robusta indústria têxtil e disputar mercados com os comerciantes ingleses.
- C) a indústria têxtil de algodão foi fundamental para a revolução industrial inglesa, pois não necessitava de grandes inovações tecnológicas e tinha um amplo mercado consumidor para seus produtos.

- D) na intensa concorrência que se estabeleceu, vencia aquele que conseguia produzir mais, em menos tempo e a custos menores, seguindo o lema "tempo é dinheiro".
- E) a mão de obra necessária para o estabelecimento do capitalismo industrial foi obtida, em grande parte, graças ao processo de cercamento, que obrigou os trabalhadores a abandonarem os campos e a buscarem os centros urbanos nascentes.
- 05.** (UFRRJ) A Revolução Industrial culminou com o avanço do processo de desenvolvimento capitalista e o surgimento de duas novas classes sociais: o proletariado e a burguesia industrial.
- Em relação a esse processo histórico, pode-se afirmar que
- A) a Rússia industrializou-se em momento anterior ao da industrialização da Inglaterra, França e Alemanha.
- B) a acumulação primitiva de capital não teve importância para o surgimento da Revolução Industrial.
- C) a Inglaterra foi o país pioneiro, em meados do século XVIII, no processo de industrialização capitalista.
- D) comparativamente ao restante da Europa, a Inglaterra industrializou-se tardiamente.
- E) o crescimento econômico do setor agrário na Inglaterra, na fase anterior à Revolução Industrial, não foi importante para o surgimento desta.
- 06.** (FUVEST-SP) O fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da classe operária.
- Os vinte e cinco anos após 1795 podem ser considerados como os anos da Contrarrevolução. [Durante esse período] o povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política.*
- Essas frases, extraídas de *A formação da classe operária inglesa*, do historiador E. P. Thompson, relacionam-se ao quadro histórico decisivo na formação do mundo contemporâneo, no qual se situam
- A) a Revolução Comercial e a Reforma Protestante.
- B) o feudalismo e o liberalismo.
- C) a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
- D) o capitalismo e a Contrarreforma.
- E) o socialismo e a Revolução Russa.
- 07.** (UFMG) Ao longo do século XIX, ocorreram, no mundo, diversas pesquisas, inovações e publicações que contribuíram para o desenvolvimento da técnica e da ciência.
- É correto afirmar que, entre elas, se incluem
- A) a descoberta de novos elementos químicos, as pesquisas de Pasteur na microbiologia e a publicação da *Origem das espécies*, de Darwin.
- B) a invenção do telescópio, o desenvolvimento do descaroçador de algodão e a publicação da *De hominis corporis fabrica*, de Andrea Vesálio.
- C) a invenção do microscópio, a construção de *containers* para transporte a longa distância e a publicação da *Nova Atlântida*, de Bacon.
- D) a descoberta da circulação sanguínea, a utilização do carvão mineral como combustível e a publicação da *Ótica*, de Newton.
- 08.** (UFF-RJ) Um dos efeitos mais importantes da fotografia, na passagem do século XIX para o século XX, foi a sua condição de ser um efeito de demonstração de progresso.
- Uma das alternativas a seguir caracteriza corretamente o período mencionado. Assinale-a.
- A) As renovações técnicas no final do século XIX ocorreram em função da curiosidade do homem pós-iluminista e das necessidades de se resolverem as questões sociais decorrentes da superprodução.
- B) As descobertas científicas do século XIX tiveram como base a ciência do século XVII e atendiam aos requisitos do capitalismo liberal de livre-concorrência.
- C) As inovações tecnológicas do final do século XIX resultaram do enorme investimento de capital que os proprietários rurais europeus fizeram na agricultura como base da expansão do Ludismo.
- D) As novidades científicas do século XIX decorreram da busca por novas áreas de mercado, seguindo a orientação do mercantilismo estatal, baseado no evolucionismo.
- E) As invenções do final do século XIX foram fruto do desenvolvimento do capitalismo, da expansão da ciência após o iluminismo e da necessidade de dar utilidade aos seus resultados.
- 09.** (PUC Minas) No século XIX, o engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor formulou um conjunto de teorias que ficaram conhecidas como "organização científica do trabalho".
- Sobre o taylorismo, é correto afirmar que, exceto
- A) procurava automatizar os movimentos dos operários, intensificando sua exploração à medida que desumanizava e alienava o próprio trabalho.
- B) visava à elevação da produtividade do trabalho a partir do estabelecimento de normas voltadas para o controle dos movimentos dos operários.
- C) propunha o pagamento pelo desempenho do funcionário, através de prêmios e da remuneração extra conforme o número de peças produzidas.
- D) pregava a solidariedade entre os operários, por meio da cooperação e do trabalho coletivo, estimulando o fortalecimento dos sindicatos.

10. (UFG-GO) Observe a imagem e o texto a seguir.



Cena do filme *Tempos Modernos*.

Tempos Modernos, filme de 1936, cuja temática ultrapassa a tragédia da existência individual e coloca em cena o conflito entre o homem e o taylorismo.

BODY-GENDROT, Sophie. Uma vida privada francesa segundo o modelo americano. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe. *História da vida privada*. v. 3. p. 535 (Adaptação).

Considerando a imagem e o fragmento,

- A) indique duas características do taylorismo.
- B) explique o novo tipo de conflito sugerido no texto.

GABARITO

- 01. D
- 02. D
- 03. C
- 04. B
- 05. C
- 06. C
- 07. A
- 08. E
- 09. D

10. A) Devem ser citadas duas entre essas características:

- aplicação de métodos científicos para obter uniformidade na produção e reduzir custos;
- planejamento das etapas de trabalho (metodologia para o trabalho), visando ao aumento da produção;
- treinamento de trabalhadores para produzir mais e com mais qualidade;
- especialização do trabalho (o trabalho deve ser realizado tendo em vista uma sequência e um tempo pré-determinados para que não haja desperdício operacional);
- inserção de supervisão funcional e do planejamento de cargos e tarefas (todas as fases do trabalho devem ser acompanhadas, o que aumenta o controle sobre a atividade e o tempo de trabalho do operário).

B) A presença das máquinas e a necessidade de o trabalhador acompanhar seu ritmo para que se alcance o maior índice de produtividade provoca uma sujeição do homem à máquina, sujeição esta marcada pela repetição dos movimentos e pelo aparecimento de novas enfermidades ligadas ao espaço de trabalho. As sequências do filme *Tempos Modernos* explicitam a crítica no que diz respeito à adequação corporal do trabalhador a esse novo mundo da produção.

Caderno Extra

MÓDULO 09

BRASIL COLÔNIA: BANDEIRANTISMO, MINERAÇÃO E PERÍODO POMBALINO

- 01.** (Mackenzie-SP) No Brasil, a corrida do ouro, do final do século XVII e início do século XVIII, provocou inúmeras mudanças nas relações econômico-sociais da colônia. Entre elas, destacamos
- A) o surgimento do mercado interno, o crescimento da propriedade livre e as manifestações culturais notáveis na vida urbana.
 - B) o declínio da população e o povoamento disperso, sem interiorizar o processo de colonização.
 - C) condições sociais mais opressivas e menores possibilidades de ascensão, em comparação à sociedade açucareira.
 - D) a grande concentração de riquezas internas, em virtude da queda das restrições e dos impostos metropolitanos.
 - E) a ausência de vínculos econômicos com outras regiões, já que a zona mineradora era, economicamente, autossuficiente.
- 02.** (PUC Minas) No Brasil Colônia, as reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII tinham como um de seus objetivos
- A) combater as ideias da Revolução Francesa trazidas da Europa por estudantes brasileiros.
 - B) adotar uma política administrativa baseada no centralismo.
 - C) reestruturar o pacto colonial, concedendo privilégios aos ingleses.
 - D) estimular a industrialização e o desenvolvimento do mercado interno da colônia.
- 03.** (FGV-SP) Entre as mudanças operadas no Brasil pela intervenção do marquês de Pombal, estão a(o)
- A) criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a exploração direta das minas de diamante e o incentivo à ampliação dos colégios jesuítos.
 - B) expulsão da Companhia de Jesus, a extinção das capitanias hereditárias e a redução dos impostos coloniais.
 - C) exploração direta das minas de diamante, a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a criação do estado do Maranhão.
 - D) apoio e financiamento da Companhia de Jesus, a redução de impostos coloniais e a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.
 - E) incentivo às instalações manufatureiras na colônia, a expulsão da Companhia de Jesus e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.
- 04.** (UFU-MG) Considere as informações a seguir:
- Uma das figuras mais proeminentes da história política de Portugal no século XVIII foi Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como marquês de Pombal, ministro de Dom José I. Sobre as políticas pombalinas, o historiador Boris Fausto diz o seguinte:
- Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço para tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia.
- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 59.
- Em relação às políticas pombalinas que diziam respeito direta ou indiretamente ao Brasil, assinale a correta.
- A) Pombal introduziu princípios do liberalismo no comércio do Brasil com vistas a recuperar a economia da colônia: extinguiu as companhias privilegiadas de comércio que existiam no Maranhão e em Pernambuco, flexibilizou o pacto colonial e permitiu a presença de companhias comerciais inglesas na região das Minas.
 - B) Um dos traços marcantes das políticas pombalinas no Brasil foi o confronto com a elite colonial. Os “brasileiros” foram impedidos de ocupar cargos políticos, jurídicos e administrativos na colônia. Isso gerou muitas revoltas, como a de Felipe dos Santos, em Vila Rica, e a Guerra dos Mascates, em Pernambuco.
 - C) Dentre as principais características da política pombalina, pode-se destacar a forte adoção de princípios mercantilistas na economia e de ideais iluministas na educação. Os esforços de Pombal visavam tornar o colonialismo português mais preparado para enfrentar a “crise do Antigo Regime”, como hoje a chamamos.
 - D) A política absolutista de Pombal baseava-se na origem divina do poder dos reis e de seus ministros. Por isso, ele buscou o total apoio da Igreja, favorecendo as ordens missionárias que atuavam no Brasil, como mercedários e jesuítas, às quais delegou responsabilidades sobre a tutela dos índios e sobre o ensino na colônia.

05. (Mackenzie-SP) As regiões paulista e Norte do Brasil tinham no Período Colonial vários aspectos históricos comuns, como assinala o historiador Boris Fausto. Identifique-os nas alternativas a seguir:

- A) A bem-sucedida economia de exportação canavieira baseada no latifúndio e na escravidão africana.
- B) A influência da cultura indígena nos hábitos locais, o predomínio do mameluco, resultado da mestiçagem, e os choques entre missionários e colonos.
- C) A forte presença europeia em virtude do intenso comércio com a metrópole.
- D) Enorme contingente de escravos africanos usados como mão de obra extrativista, já que nas regiões mencionadas os indígenas eram minoria.
- E) Economia mineradora, sociedade urbana e predomínio da língua portuguesa.

06. (UFES) O Barroco foi uma das maiores manifestações artísticas e culturais ocorridas no Brasil Colônia, durante o período da exploração aurífera. É correto afirmar que, nesse período,

- A) a cidade de Mariana, sede do governo português, representou o maior conjunto arquitetônico barroco nacional.
- B) o Barroco, no Brasil, não apresentou características nacionais, limitando-se a uma simples cópia do Barroco europeu.
- C) a cidade de Ouro Preto, centro político e econômico da região aurífera, não foi beneficiada arquitetonicamente pelo estilo barroco.
- D) a grande riqueza propiciada pelo ouro permitiu que artistas se dedicassem à construção e à criação de obras que expressavam os sentimentos nacionais.
- E) a capitania de São Paulo, apesar de não ter participado do processo de exploração aurífera, foi o principal centro de expressão do Barroco no país.

07. (UFOP-MG) Depois que a maré da imigração reencetada, alcançando a enchente, nos primeiros anos do século XVIII, calculava-se com razoável grau de possibilidade, em 1709, que havia umas trinta mil pessoas ocupadas com atividades mineradoras, agrícolas e comerciais, em Minas Gerais. [...] Pequenas granjas e fazendas depressa se foram instalando ao longo das estradas, e mais atenção mereceu o plantio de hortaliças, milho, e a criação de rebanhos nas vizinhanças dos principais campos auríferos que se iam, lentamente, transformando em vilas. Muita gente, de fato, considerou mais lucrativo plantar a fim de fornecer alimento aos mineiros do que se entregar ela própria à mineração, já que os preços permaneciam muito altos.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 71.

De acordo com o texto, pode-se afirmar que

- A) a Coroa portuguesa obteve êxito em sua política de proibição do desenvolvimento de outra atividade, que não a mineração, em Minas Gerais.
- B) as crises de fome foram uma característica da capitania de Minas Gerais ao longo de todo o século XVIII.

C) o abastecimento das áreas mineradoras era feito, com exclusividade, pelas capitanias do Sul e do Nordeste da colônia.

D) desde o princípio da ocupação das minas, as atividades agrícolas se desenvolveram lado a lado com a mineração.

08. (FUVEST-SP) Observe a seguinte foto.



Imagens das estátuas de Antônio Raposo Tavares [esq.] e Fernão Dias Pais [dir.], existentes no salão de entrada do Museu Paulista, São Paulo.

Essas duas estátuas representam bandeirantes paulistas do século XVII e trazem conteúdos de uma mitologia criada em torno desses personagens históricos.

- A) Caracterize a mitologia construída em torno dos bandeirantes paulistas.
- B) Indique dois aspectos da atuação dos bandeirantes que, em geral, são omitidos por essa mitologia.

09. (UFRJ) Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às Minas. Das cidades, vilas e recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

ANTONIL, André João. Das pessoas que andam nas minas e tiram ouro dos ribeiros. *Cultura e opulência do Brasil*. 1. ed. 1711.

A corrida do ouro às minas brasileiras, ocorrida nas primeiras décadas do século XVIII, proporcionou significativas mudanças na economia e sociedade coloniais.

Identifique duas importantes transformações ocorridas na sociedade colonial a partir do ciclo do ouro, em Minas Gerais, no século XVIII.

10. (Unesp) As minas do Brasil se vão de dia em dia acabando, como mostra a experiência; muitas delas já não dão nem para as despesas; antigamente [...] tirava-se tanto que só a capitania das Minas Gerais pagava dos direitos dos quintos cem arrobas de ouro todos os anos.

COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. *Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil*. 1804.

- A) Aponte uma das causas do declínio da produção aurífera na região das Minas Gerais na época em que o texto foi escrito.
- B) Indique duas consequências econômicas da atividade mineradora para a colônia.

GABARITO

01. A
02. B
03. E
04. C
05. B
06. D
07. D
08. A) Ao longo do século XX, a oligarquia paulista procurou mitificar a figura do bandeirante, apresentando-o como o valente desbravador que contribuiu para ampliar as fronteiras de nossa pátria. De acordo com essa visão romântica, o bandeirante paulista seria um verdadeiro herói nacional.
- B) Outra interpretação histórica sobre a atuação dos paulistas do século XVII busca apresentá-los como vilões, porque eles, com a bandeira de preação de índios, foram responsáveis por dizimar muitas comunidades tribais e assassinar os jesuítas que dirigiam as missões. Além disso, com as bandeiras de sertanismo de contrato, eles se transformaram em matadores de índios e destruidores de quilombos. Por isso, as autoridades portuguesas caracterizavam São Paulo como uma terra “sem rei, sem lei e sem fé”, e seus habitantes eram chamados de “bandidos”, “rebeldes insolentes”, “bárbaros cruéis” e “assassinos sanguinários”.
09. Entre as transformações ocorridas, destaca-se um acelerado processo de urbanização. Além disso, as regiões de mineração – em função do crescimento populacional e do aumento do consumo de gêneros e alimentos – desenvolveram um sistema de integração socioeconômica com outras áreas coloniais, criando, assim, um importante setor do mercado interno. Aumentaram também os dispositivos de controle social sobre a população escrava e sobre os setores marginalizados da população livre. Além disso, houve um aumento do controle fiscal e burocrático por parte das autoridades metropolitanas.

Na perspectiva das transformações socioculturais, destaca-se o surgimento de polos artísticos urbanos, como a arte barroca e as sociedades literárias.

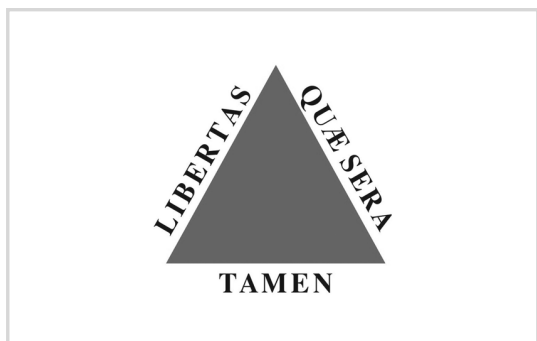
10. A) Entre as causas para o declínio da produção aurífera no Brasil Colonial, pode-se destacar o próprio esgotamento do ouro a partir de meados do século XVIII, devido aos processos técnicos precários na atividade mineradora.
- B) Uma consequência da mineração no Período Colonial do Brasil foi a elevação dos preços de produtos, tanto de origem interna quanto externa, em função da elevada demanda e da pouca oferta, quando teve início a corrida do ouro. Outra consequência foi o desenvolvimento do comércio interno, permitindo maior interligação colonial, devido ao afluxo de produtos originários de outras regiões para as Minas Gerais.

MÓDULO 10

REBELIÕES NATIVISTAS E SEPARATISTAS

01. (PUCPR) A Conjuração Baiana (1798) diferenciou-se da Conjuração Mineira (1789), entre outros aspectos, porque aquela
 - A) envolveu a alta burguesia da sociedade do Nordeste.
 - B) pretendia a revogação da política fiscal do marquês de Pombal.
 - C) aglutinou a oficialidade brasileira insatisfeita com seu soldo.
 - D) teve um caráter popular, com preocupações sobretudo sociais.
 - E) ficou também conhecida como “Revolta dos Marinheiros”.
02. (UFOP-MG) Sobre a Conjuração Baiana de 1798, não se pode afirmar:
 - A) Apresentou caráter nitidamente popular, sendo também conhecida como “Conjuração dos Alfaiates”.
 - B) Foi influenciada pelas ideias liberais provenientes da América do Norte e da Europa.
 - C) Protestou contra a expulsão dos jesuítas do território colonial.
 - D) Manifestou oposição à sobrecarga de tributos cobrados pela metrópole.

03. (PUC-Campinas-SP) Para responder à questão, observe os detalhes da bandeira.



No Brasil, a bandeira e o seu lema “Liberdade ainda que tardia” estão associados a um movimento político que questionava o pacto colonial. Eles simbolizavam a

- A) Revolta de Vila Rica de 1720.
- B) Inconfidência Mineira de 1789.
- C) Conjuração Baiana de 1798.
- D) Revolução Pernambucana de 1817.
- E) Confederação do Equador de 1824.

04. (UFJF-MG) A revolta planejada não se materializara, mas isso não escondia o fato de que um importante segmento do grupo social em que o governo metropolitano devia confiar para exercer seu poder em nível local – em uma das mais importantes, populosas, ricas e estrategicamente bem-situadas capitanias brasileiras – tinha o atrevimento de pensar que podia viver sem Portugal.

MAXWELL, K. *Diálogos oceânicos*.

A respeito desse contexto do final do século XVIII, na capitania de Minas Gerais, assinale a alternativa incorreta.

- A) A extração de ouro declina depois do auge alcançado décadas antes, mas as exigências fixadas pela Coroa portuguesa, de uma cota fixa de impostos a ser paga, permaneceram, gerando conflitos.
- B) A elite mineira, formada por proprietários de terras e minas, profissionais liberais e eclesiásticos, sentia-se prejudicada diante das imposições da metrópole portuguesa.
- C) A circulação dos ideais iluministas refletia-se no espaço colonial como críticas ao colonialismo e ao monopólio comercial.
- D) A Independência das 13 Colônias da América do Norte apresentava-se como modelo de libertação ao jugo colonial.
- E) Os movimentos vitoriosos de Independência das colônias da América Espanhola ocorridos no período criaram um ambiente propício às lutas pelo fim do pacto colonial na colônia portuguesa.

05. (Unesp) Durante os últimos anos do século XVIII, o Brasil Colonial foi abalado por diversas revoltas e insurreições em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e na Bahia. Essas revoltas e rebeliões se caracterizaram como questionadoras da ordem colonial em seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

- A) Como ficaram conhecidas as revoltas ocorridas no final do século XVIII em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e na Bahia?
- B) Quais foram as duas grandes influências políticas e intelectuais dos revoltosos desse período?

06. (FGV-SP) Leia os quatro trechos seguintes.

I. Acreditavam os conspiradores que a derrama seria o estopim que faria explodir a rebelião contra a dominação colonial. Em uma de suas reuniões, criaram até a palavra de ordem para começarem a agir. “Tal dia faço o batizado” era a senha.

II. Dois envolvidos [...] escaparam às garras da repressão: José Basílio da Gama, que fugiu para Lisboa quando começaram as prisões, e Manoel Arruda da Câmara, que era sócio correspondente da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, mas vivia no exterior. [...] O fato é que um ano após a prisão dos acusados nada de grave fora apurado, até porque recorreram ao recurso de negar articulação contra o domínio português. Em geral, admitiram que suas reuniões eram marcadas por discussões filosóficas e científicas.

III. [...] dentre os 33 presos e processados, havia 11 escravos, cinco alfaiates, seis soldados, três oficiais, um negociante e um cirurgião. [...] Suas ideias principais envolviam o seguinte: a França constituía o modelo a seguir; o fim da escravidão; a separação entre Igreja e Estado [...]

IV. Criou-se um Governo Provisório, [...] integrado por representantes de cinco segmentos da sociedade: Domingos Teotônio Jorge (militares), Domingos José Martins (comerciantes), Manoel Correia de Araújo (agricultores), padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (sacerdotes) e doutor José Luís Mendonça (magistrados). [...] Empenhado em ampliar o movimento anticolonial, o Governo Provisório enviou emissários a outras capitanias: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Bahia.

AQUINO, Rubim Santos Leão et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*.

Os trechos de I a IV tratam, respectivamente, dos seguintes eventos:

- A) Conjuração Mineira; Confederação do Equador; Conjuração Baiana; Guerra dos Mascates.
- B) Conjuração Mineira; Conjuração do Rio de Janeiro; Conjuração Baiana; Revolução de 1817.
- C) Revolta de Vila Rica; Conjuração do Rio de Janeiro; Conjuração Baiana; Revolução de 1817.

- D) Conjuração Mineira; Conjuração do Rio de Janeiro; Revolução de 1817; Revolta dos Cabanos.
- E) Conjuração Baiana; Conjuração Mineira; Revolução de 1817; Conspiração dos Suassuna.

07. (UFPR) Herói desequilibrado, paladino da liberdade, falastrão, corajoso, imprudente, bode expiatório, patrono da República [...] Os olhares sobre Tiradentes são tão variados quanto os olhares sobre a Inconfidência Mineira, em particular, e sobre o próprio passado do Brasil.

DOSSIÊ Tiradentes na Berlinda. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 2, n. 19, abr. 2007. p. 17.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o episódio da Inconfidência Mineira, considere as afirmativas a seguir:

1. A Inconfidência Mineira teve a sua influência teórica limitada ao ideário iluminista preconizado pela Revolução Francesa, apesar da diversidade social verificada entre os conspiradores.
2. A conversão de Tiradentes em herói nacional foi amplamente utilizada pelos setores à esquerda e à direita do quadro político brasileiro, o que aponta para a discussão sobre o papel social da construção e da apropriação dos mitos.
3. Ao examinar o Período Colonial brasileiro, vale lembrar que, além da Inconfidência Mineira de 1789, Minas Gerais foi palco de vários outros motins e conspirações.
4. O desfecho desfavorável aos inconfidentes pode ser atribuído a dois fatores centrais: a desistência da cobrança da derrama pelo governo português e a delação da conspiração às autoridades da época.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 B) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
 C) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 D) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
 E) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

08. (UFRGS-RS) Associe as afirmações apresentadas na coluna superior com as contestações setecentistas referidas na coluna inferior.

1. Revolta de Vila Rica (1720)
2. Conjuração Mineira (1789)
3. Conjuração Carioca (1794)
4. Conjuração Baiana (1798)

- () Foi um movimento inspirado nas ideias revolucionárias francesas, com expressiva participação popular, principalmente de soldados e de alfaiates.
- () O principal motivo de sua eclosão foi o anúncio da criação das casas de fundição na região mineradora, visando a coibir o contrabando do ouro.

- () Foi um movimento independentista de reação aos excessos do colonialismo português, tendo como principais articuladores os padres, os militares e os intelectuais.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- A) 1 – 2 – 4. D) 4 – 1 – 2.
 B) 1 – 3 – 4. E) 2 – 1 – 4.
 C) 4 – 2 – 3.

09. (UERJ)

Da bandeira da Inconfidência

Através de grossas portas,
 sentem-se luzes acesas,
 – e há indagações minuciosas
 dentro das casas fronteiras.
 “Que estão fazendo, tão tarde?
 Que escrevem, conversam, pensam?
 Mostram livros proibidos?
 Leem notícias nas Gazetas?
 Terão recebido cartas
 de potências estrangeiras?”
 [...] E a vizinhança não dorme:
 murmura, imagina, inventa. [...]

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.

Os versos anteriores retratam o clima das Minas Gerais nos últimos anos do século XVIII.

Cite um objetivo que os inconfidentes pretendiam atingir e descreva o ambiente intelectual vivido, nessa região, em 1789.

10. (Unicamp-SP) O final do século XVIII, no Brasil Colônia, é caracterizado pelas inconfidências ocorridas em Minas Gerais, na Bahia e no Rio de Janeiro. Esses movimentos alarmaram a Coroa portuguesa e contribuíram para uma rediscussão da política no Império Luso-brasileiro.

- A) Identifique os grupos sociais que participaram de cada uma dessas inconfidências.
- B) Qual o significado da Independência dos EUA, de um lado, para o governo metropolitano português e, de outro, para os inconfidentes mineiros?
- C) Que outro processo revolucionário inspirou esses movimentos?

GABARITO

01. D 02. C 03. B 04. E
05. A) Movimentos emancipacionistas ou separatistas, sendo, respectivamente, identificados como Inconfidência Mineira, Inconfidência Carioca e Conjuração Baiana.

B) No âmbito intelectual, a influência residia no liberalismo e no Iluminismo. Já na esfera política, os revoltosos observavam com atenção os desdobramentos da Revolução Americana e da Revolução Francesa e, em especial, a fase jacobina desta.

06. B 07. E 08. D

09. Um entre os objetivos:

- Pôr fim à opressão colonial.
- Acabar com a cobrança da derrama.
- Implantar um governo liberal nas Minas Gerais.
- Estabelecer uma universidade em Vila Rica.
- Acabar com o exclusivo comercial na região.
- Emancipar Minas de Portugal.

A elite rica e letrada da sociedade mineira vivenciava, no final do século XVIII, as ideias francesas, provenientes do Iluminismo, e, em especial, as liberais, oriundas da Independência norte-americana, consideradas infames e perigosas pelo governo português. Por meio desses representantes da sociedade mineira, conspirava-se contra a opressão fiscal do governo metropolitano, personificada na cobrança da derrama.

10. A) Inconfidência Mineira: elite proprietária e intelectual. Conjuração Baiana: camadas humildes de população, incluindo escravos. Conspiração do Rio de Janeiro: intelectuais e literatos.
- B) Para o governo metropolitano português, significou uma sinalização de que seriam necessários novos parâmetros para a relação metrópole-colônia. Para os inconfidentes mineiros, significou um estímulo ao ideal emancipacionista dos colonos e um modelo a ser seguido.
- C) Revolução Francesa.

02. (PUCPR) Entre os atos de D. João, na época também conhecida como monarquia joanina no Brasil (1808-1821), não é correto afirmar:

- A) Reprimiu severamente a Confederação do Equador.
- B) Elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.
- C) Invadiu a Guiana Francesa como represália à invasão de Portugal por tropas napoleônicas.
- D) Criou a Imprensa Régia, para a publicidade dos atos oficiais.
- E) Invadiu o Uruguai, anexando-o ao Brasil com o nome de Província Cisplatina.

03. (UFSC) Não corram tanto! Não pensar que estamos fugindo!

FRASE atribuída à D. Maria I, a Louca, quando a família real portuguesa se retirava de Lisboa para o Brasil, em 1807.

Nossa História. Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, dez. 2003.

Sobre o início do século XIX na América Portuguesa, é correto afirmar que

- 01. a vinda da família real ao Brasil foi possível devido a um acordo diplomático estabelecido entre Dom João e Napoleão Bonaparte, no qual Portugal comprometia-se a manter as colônias abertas ao comércio francês.
- 02. antes do estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, a metrópole não havia demonstrado interesse em atender às reivindicações por melhorias na colônia.
- 04. a vinda da Corte significou, para os comerciantes da metrópole, uma oportunidade de enriquecimento, uma vez que a sede do Império tinha sido transferida para o Brasil.
- 08. transformações importantes ocorreram com a vinda da Corte portuguesa ao Brasil. Era necessário adaptar as condições do modo de vida rústico dos brasileiros às exigências dos europeus que aqui aportaram.
- 16. as mudanças implantadas no Brasil para satisfazer os interesses portugueses não impediram a continuidade da escravidão. Os escravos exerciam várias funções no meio urbano e rural e estavam sujeitos a castigos físicos, tanto em ambientes privados quanto públicos.

Soma ()

04. (PUC Rio) O Rio de Janeiro é a capital do Brasil há bastante tempo, muito antes de a família real deixar Lisboa. Traçarei uma breve descrição dessa cidade a partir do que pude apurar durante a minha estada. [...] O comércio [...] progrediu muito depois que a cidade tornou-se residência real [...] Os ingleses têm aberto muitos cafés no Rio de Janeiro, uma novidade, que tenho certeza, será bem acolhida. De fato, desde março de 1808, toda a cidade vem passando por transformações e recebendo melhorias.

O'NEILL, Conde Thomas. 1809. *apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho.

Outras visões do Rio de Janeiro Colonial – Antologia de textos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p. 310-320.

MÓDULO 11

PERÍODO JOANINO E INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

01. (PUC Rio) Entre as ações empreendidas pelo Governo Joanino durante a permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821), não é correto afirmar que houve
- A) a extinção do monopólio português sobre o comércio com o Brasil.
 - B) a concessão de vantagens econômicas aos comerciantes ingleses.
 - C) a suspensão do tráfico intercontinental de escravos.
 - D) a efetivação de uma política de expansão territorial.
 - E) a elevação do Brasil à condição de reino.

- A descrição do inglês Thomas O'Neill destaca algumas das transformações ocorridas desde a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro no ano de 1808.
- A) Explique por que, a partir da Abertura dos Portos (1808), ocorreu a preponderância dos ingleses nas transações comerciais com o Brasil.
- B) Cite duas transformações culturais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro durante o Período Joanino (1808-1821).
- 05.** (UFPE) O Brasil foi colonizado com a ajuda marcante da Igreja Católica. Algumas rebeliões coloniais contaram com a participação ativa de membros do clero católico liberal.
- Entre elas, destacam-se a
- A) Guerra dos Emboabas.
- B) Revolta dos Alfaiates.
- C) Guerra dos Mascates.
- D) Revolução de 1817.
- E) Inconfidência Mineira.
- 06.** (UFV-MG) O desembarque da família real e da Corte portuguesa, em 1808, não só marcou o início de uma série de mudanças econômicas, políticas e administrativas como representou uma etapa decisiva no processo de emancipação política da colônia. Das alternativas a seguir, assinale aquela que não indica uma consequência da transferência da família real e da Corte portuguesa para a América.
- A) Ocupação da Guiana Francesa e da Província Cisplatina e sua incorporação ao Império Português, como resultado da política externa agressiva adotada por D. João.
- B) Estabelecimento do Rio de Janeiro como sede do Império Português, que a partir de 1816 passou a se chamar Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
- C) Abertura dos Portos da colônia às nações aliadas de Portugal, como a Inglaterra, dando início a uma fase de livre-comércio, ainda que com certas restrições.
- D) Revogação da lei que proibia a instalação de manufaturas na colônia, o que provocou maior dinamização da economia, apesar da forte concorrência dos produtos ingleses.
- E) Redução dos impostos e da emissão de papel-moeda, o que impediu a reedição de movimentos de contestação ao domínio lusitano na América Portuguesa.
- 07.** (UERJ) Para cúmulo da desgraça foram os soberanos da Espanha obrigados a renunciar aos seus direitos, a abdicar de seu trono e a solicitar o seu mesmo povo a que faltasse à fé e juramento de fidelidade, que havia prestado à real família reinante; a pedir por fim que obedecesse a seus próprios inimigos.
- Depois disto, quem se atreverá a duvidar da sábia política do príncipe regente de Portugal, em mudar a sua Corte para o Brasil?
- CORREIO BRAZILIENSE, 1808. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Instituto Uniemp, edição fac-similar, 2000 (Adaptação).
- A) O texto anterior remete a um acontecimento, decorrente da política internacional, ocorrido na Península Ibérica na primeira década do século XIX.
- Indique esse acontecimento e seu principal objetivo em relação a Portugal.
- B) A vinda da Corte portuguesa para o Brasil pode ser considerada importante para o processo de Independência do Brasil.
- Apresente um argumento que justifique esse ponto de vista.
- 08.** (UECE) A história do Período Joanino no Brasil é inseparável do anedotário que traça o perfil de sua mais importante personagem feminina: a princesa Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17.
- Sobre a princesa Carlota Joaquina, são feitas as seguintes afirmações:
- I. A historiografia tanto brasileira quanto portuguesa foi comumente parcial tanto no tocante à vida pública quanto à vida privada da princesa.
- II. O tratamento dado à figura da princesa fixou no imaginário social a imagem de uma mulher vulgar, ambiciosa e transgressora de todas as normas morais e éticas do seu tempo.
- III. Enquanto no Brasil a imagem da princesa foi construída de modo negativo, em Portugal sua memória foi construída de forma apologética e D. Carlota é vista até hoje como heroína.
- Assinale o correto.
- A) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- B) Apenas as afirmações I e III são falsas.
- C) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- D) Apenas as afirmações I e II são falsas.
- 09.** (UFRGS-RS) Embora a Independência política do Brasil tenha sido declarada somente em 1822, o início do processo de emancipação pode ser relacionado com uma conjuntura anterior, na qual um acontecimento de grande impacto desencadeou as mudanças que levaram à separação entre o Brasil e Portugal. Esse fato, que assinalou o final efetivo da situação colonial, foi
- A) a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, que introduziu no Brasil as ideias iluministas e republicanas, minando a monarquia portuguesa.
- B) a Inconfidência Baiana, ocorrida em 1798, que introduziu no Brasil as ideias jacobinas e revolucionárias, levando ao fim do domínio lusitano.
- C) a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, que significou a presença do aparato estatal metropolitano na colônia, a qual passou a ser a sede da monarquia portuguesa.
- D) a Revolução Pernambucana de 1817, que trouxe para o cenário político brasileiro o ideário maçônico e republicano.
- E) a convocação das cortes de Lisboa, em 1820, que exigiram o retorno de Dom João para Portugal e a recolonização do Brasil.

10. (Unesp) Leia a declaração.

Como é para o bem do povo e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico.

D. PEDRO, príncipe regente, 9 jan. 1822.

- A) Qual o significado da decisão tomada pelo príncipe regente?
 B) Explique o que foi a Revolução do Porto, iniciada em 1820, e aponte suas consequências para a porção americana do Império Português.

GABARITO

01. C

02. A

03. Soma = 26

04. A) Ao decretar a Abertura dos Portos brasileiros às nações amigas em 1808, D. João estava beneficiando, sobretudo, a Inglaterra, principal país a manter relações amigáveis com Portugal, e em plena Revolução Industrial, ao qual Portugal subordinava-se econômica e politicamente. A partir dessa data, os produtos manufaturados ingleses começaram a entrar no Brasil, sendo que a ampliação do controle do mercado colonial seria conseguida, anos mais tarde, com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, em fevereiro de 1810. Esse Tratado garantia à Inglaterra a taxação privilegiada de 15% de impostos sobre os seus produtos vendidos no Brasil, enquanto as mercadorias portuguesas pagariam 16%, e as dos demais países, 24%.

B) Durante a permanência da Corte joanina no Brasil (1808-1821), o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações culturais, entre as quais podemos citar:

- a criação do Jardim Botânico;
- a Escola de Medicina do Rio de Janeiro;
- o Teatro Real;
- a Imprensa Real;
- a Academia Real de Belas Artes;
- a Biblioteca Real.

05. D 06. E 07. C 08. C 09. C

10. A) O rompimento do príncipe regente D. Pedro com as cortes de Lisboa, permanecendo no Brasil, deu início ao processo que resultaria na proclamação da Independência do Brasil, pois representou um movimento de questionamento da legitimidade das cortes portuguesas.

B) Revolução Liberal ocorrida na cidade do Porto, em Portugal, no ano de 1820, que levou à queda do absolutismo e à instalação de uma Assembleia Constituinte (Cortes de Lisboa).

As cortes de Lisboa caracterizaram-se por uma dupla posição política, pois eram liberais em relação a Portugal, mas defendiam a recolonização do Brasil. Pode-se afirmar que a intransigência das cortes, ao exigirem o retorno da família Real e a recolonização do Brasil, foi elemento fundamental para a explicitação da crise do sistema colonial e a consequente Independência brasileira.

MÓDULO 12**BRASIL IMPÉRIO: PRIMEIRO REINADO**

01. (FUVEST-SP) Ao proclamarem a sua Independência, as colônias espanholas da América optaram pelo regime republicano, seguindo o modelo norte-americano. O Brasil optou pelo regime monárquico

- A) pela grande popularidade desse sistema de governo entre os brasileiros.
 B) porque a República traria forçosamente a abolição da escravidão, como ocorrera quando da proclamação da Independência dos Estados Unidos.
 C) como consequência do processo político desencadeado pela instalação da Corte portuguesa na colônia.
 D) pelo fascínio que a pompa e o luxo da Corte monárquica exerciam sobre os colonos.
 E) em oposição ao regime republicano português implantado pelas cortes.

02. (FUVEST-SP) A organização do Estado brasileiro que se seguiu à Independência resultou no projeto do grupo

- A) liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado.
 B) maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do Executivo e a extinção da escravidão.
 C) liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembleia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.
 D) cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico.
 E) liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.

- 03.** (UFMG) A opção pelo regime monárquico no Brasil, após a Independência, pode ser explicada
- pela atração que os títulos nobiliárquicos exerciam sobre os grandes proprietários rurais.
 - pela crescente popularidade do regime monárquico entre a elite colonial brasileira.
 - pela pressão das oligarquias aliadas aos interesses da Inglaterra e pela defesa da entrada de produtos manufaturados.
 - pelo temor aos ideais abolicionistas defendidos pelos republicanos nas Américas.
 - pelas transformações ocorridas com a instauração da Corte portuguesa no Brasil e pela elevação do país a Reino Unido.
- 04.** (UFPE) A Independência do Brasil despertou interesses conflitantes tanto na área econômica quanto na área política. Qual das alternativas apresenta esses conflitos?
- Os interesses econômicos dos comerciantes portugueses se chocaram com o "liberalismo econômico" praticado pelos brasileiros e subordinado à hegemonia da Inglaterra.
 - A possibilidade de uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade levou a jovem nação a abolir a escravidão.
 - As colônias espanholas tornaram-se independentes dentro do mesmo modelo brasileiro: monarquia absolutista.
 - A Guerra de Independência dividiu as províncias brasileiras entre o Partido Português e o Partido Brasileiro, levando as províncias do Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina a apoiarem, por unanimidade, a Independência.
 - Os republicanos, os monarquistas constitucionalistas e os absolutistas lutaram lado a lado pela Independência, não deixando que as suas diferenças dificultassem o processo revolucionário.
- 05.** (UFTM-MG) A Inglaterra foi hegemônica nas relações com a América Latina, desde as independências até o início do século XX. Esta dependência teve origem na necessidade das oligarquias locais de receberem empréstimos para combater as metrópoles absolutistas e, posteriormente, para organizar os novos países.
- WASSERMAN, Cláudia.
História contemporânea da América Latina.
- O texto refere-se
- à disputa pelo controle dos países latino-americanos, que acabou levando ao rompimento das relações entre Inglaterra e Estados Unidos.
 - à perpetuação do sistema colonial, vigente após a Independência, como atesta a imposição do exclusivo colonial pelos ingleses.
 - aos resultados da globalização econômica e da implantação das teorias neoliberais em países da América Latina.
 - à subordinação econômica das jovens nações em relação ao capital e aos investimentos britânicos, dos quais dependiam.
 - apenas às ex-colônias espanholas, uma vez que o Brasil, governando pela dinastia dos Bragança, continuou próximo de Portugal.
- 06.** (Cesgranrio) A concretização da emancipação política do Brasil, em 1822, foi seguida de divergências entre os diversos setores da sociedade, em torno do projeto constitucional, culminando com o fechamento da Assembleia Constituinte.
- Assinale a alternativa que relaciona corretamente os preceitos da Constituição imperial com as características da sociedade brasileira.
- A autonomia das antigas capitanias atendia aos interesses das oligarquias agrárias.
 - O Poder Moderador conferia ao imperador a proeminência sobre os demais poderes.
 - A abolição do padroado, por influência liberal, assegurou ampla liberdade religiosa.
 - A abolição progressiva da escravidão, proposta de José Bonifácio, foi uma das principais razões da oposição ao imperador D. Pedro I.
 - A introdução do sufrágio universal permitiu a participação política das camadas populares, provocando rebeliões em várias partes do país.
- 07.** (UFV-MG) A Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824 continha uma inovação institucional que seria decisiva para o funcionamento do sistema político imperial: o Poder Moderador. Seguindo as recomendações do jurista francês Benjamin Constant, a Constituição do Império introduzia um quarto poder, para além da clássica divisão entre Executivo, Legislativo e Judiciário. A principal consequência da introdução do Poder Moderador na ordem política imperial foi
- permitir que o imperador servisse de árbitro aos conflitos entre liberais e conservadores, promovendo o revezamento das elites no poder.
 - promover o desenvolvimento econômico, ao dar ao imperador a iniciativa em diversas áreas de política econômica, como a promoção das ferrovias e da siderurgia.
 - garantir a continuidade da escravidão até o final do Império, ao dar ao imperador poder de veto a todas as iniciativas legislativas com relação ao regime servil.
 - concentrar enormes poderes repressivos na Coroa, criando um regime semelhante aos regimes absolutos da Europa da Era Moderna.

- 08.** (Unesp) Brasileiros! Salta aos olhos a [...] perfídia, são patentes os reiterados perjuros do imperador, e está conhecida a nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem e mais defeituoso ainda em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas. Eis, pois, brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos [...] desprezemos as instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa.

MANIFESTO dos revolucionários da Confederação do Equador, 1824.

Com base no texto, indique

- A) o tipo de governo qualificado como “defeituoso”.
- B) o sistema de governo proposto pelos revoltosos.

- 09.** (UFES) Confederação do Equador: Manifesto Revolucionário Brasileiros do Norte! Pedro de Alcântara, filho de D. João VI, rei de Portugal, a quem vós, após uma estúpida condescendência com os brasileiros do Sul, aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-vos. Que desaforado atrevimento de um europeu no Brasil. Acaso pensará esse estrangeiro ingrato e sem costumes que tem algum direito à Coroa, por descender da casa de Bragança na Europa, de quem já somos independentes de fato e de direito? Não há delírio igual [...].

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho. *A Confederação do Equador*. Pernambuco: Publicações Oficiais, 1924.

O texto dos confederados de 1824 revela um momento de insatisfação política contra a

- A) extinção do Poder Legislativo pela Constituição de 1824 e sua substituição pelo Poder Moderador.
- B) mudança do sistema eleitoral na Constituição de 1824, que vedava aos brasileiros o direito de se candidatar ao Parlamento, o que só era possível aos portugueses.
- C) atitude absolutista de D. Pedro I, ao dissolver a Constituinte de 1823 e ao outorgar uma constituição que conferia amplos poderes ao imperador.
- D) liberalização do sistema de mão de obra nas disposições constitucionais, por pressão do grupo português, que já não detinha o controle das grandes fazendas e da produção de açúcar.
- E) restrição às vantagens do comércio do açúcar pelo reforço do monopólio português e aumento dos tributos contidos na Carta Constitucional.

- 10.** (Unicamp-SP) Durante o processo de Independência da América Latina, diferentes significados foram atribuídos à ideia de liberdade. Explique o significado da liberdade para

- A) Simón Bolívar, um dos líderes da Independência da América Espanhola.
- B) Toussaint Louverture e Dessalines, líderes da Independência do Haiti.
- C) Pedro I, imperador do Brasil.

GABARITO

- 01. C
- 02. A
- 03. E
- 04. A
- 05. D
- 06. B
- 07. A
- 08. A) Monarquia, em especial, aquela que possuísse um caráter absolutista.
B) Uma república de feições liberais.
- 09. C
- 10. A) A liberdade consistiria no rompimento com o jugo metropolitano e na criação de uma unidade sul-americana a conferir autonomia a estes povos.
B) A liberdade era compreendida como autodeterminação de si, a partir da recusa da existência de práticas escravistas, às quais estava submetida a maior parte da população haitiana.
C) A liberdade era vista sob uma perspectiva aristocrática e elitista, concentrada na defesa do livre-comércio econômico.